

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

Maria Aparecida dos Santos

**O SOFRIMENTO DOS TRABALHADORES DA
AGROINDÚSTRIA SADIA S.A. DE CHAPECÓ**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Claudia Maria França Mazzei Nogueira

Florianópolis
2011

Catálogo na fonte elaborada pela Biblioteca da
Universidade Federal de Santa Catarina

S237s Santos, Maria Aparecida dos

O sofrimento dos trabalhadores da agroindústria Sadia S.A. de Chapecó [dissertação] / Maria Aparecida dos Santos ; orientadora, Claudia Maria França Mazzei Nogueira. – Florianópolis, SC, 2011. 1 v.: tabs.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

Inclui referências

1. Serviço social. 2. Agroindústria – Chapecó (SC) – Produtividade do trabalho. 3. Toyotismo. 4. Trabalhadores – Chapecó (SC). 5. Doenças profissionais. I. Nogueira, Claudia Maria França Mazzei. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. III. Título.

CDU 36



TERMO DE APROVAÇÃO

Maria Aparecida dos Santos


O Sofrimento dos Trabalhadores da Agroindústria Sadia S.A. de Chapecó/SC

Dissertação aprovada, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Mestrado da Universidade Federal de Santa Catarina.

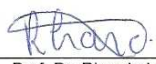
Florianópolis, 28 de fevereiro de 2011.

Prof. Dr. Hélder Boska de Moraes Sarmento
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - UFSC

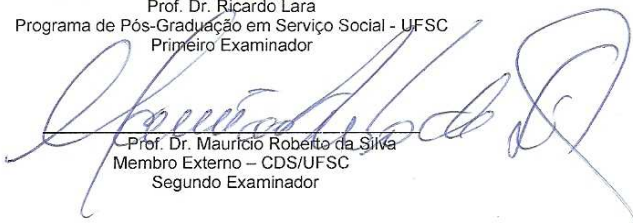
Banca examinadora:



Prof.ª Dr.ª Claudia Maria França Mazzei Nogueira
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - UFSC
Orientadora



Prof. Dr. Ricardo Lara
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - UFSC
Primeiro Examinador



Prof. Dr. Maurício Roberto da Silva
Membro Externo – CDS/UFSC
Segundo Examinador

A classe trabalhadora, aos que já tem a consciência de classe para si, e a aqueles que ainda não conseguiram ter esta consciência. À exceção desta dedicatória são aqueles que, de forma consciente, se “venderam” ao capital, e por isso, são inimigos de classe.

Este estudo é dedicado aos melhores filhos e filhas do povo, para que juntos possamos terminar com o capitalismo e o capital, opressores de todos que vivem do trabalho.

AGRADECIMENTOS

Estes não vão pela ordem de importância, pois a todos os que agradeço tem a mesma ordem no espaço dos sentimentos.

Ao meu companheiro Paulo, às filhas Ana Rosa e Ana Paula, pelos momentos roubados da convivência de vocês para dedicar-me ao estudo e à escrita do trabalho. Prometo mudanças! E que as filhas assumam o caminho da luta. Então, sobrarão mais tempo para mim e para vocês. Nesta ordem, aos meus adoráveis filhos adotivos: Edivane (Edi) e Getúlio Júnior: vocês não conseguem imaginar a grandeza do quanto é bom minha convivência com os dois. O quanto aprendo com ambos. Que saudades de 2008, na cidade maravilhosa de Floripa, onde, debaixo de chuva (pelo menos no último semestre), almoçávamos juntos duas vezes por semana, e eu me sentia tão jovem e tão cheia de vida.

A todos os irmãos: Marisa, Otávia, José, Jair, Jânio, João, Juarez e a todos os sobrinhos/as, por entenderem a minha “louca mente”, que vive da luta e para a luta junto com a classe trabalhadora.

Ao pessoal do escritório: Paulo, João, Jair, Andrey, Preta, Ana Paula e Patrícia, que souberam compreender minhas saídas do trabalho e fazer minha parte no expediente.

Aos grandes amigos, camaradas: Mauri Antônio da Silva e Jandir Santin, sem os dois não existiria este trabalho, pois, ambos são colaboradores intelectuais do mesmo. Obrigado, muito obrigado, só fiz o que fiz, (se é que tem importância o que escrevi), porque vocês dois estiveram todo o tempo junto, melhorando, discutindo, arrumando as “loucuras dos meus excessos de escritos militantes”. Muito Obrigado! Nesta mesma linha, obrigado à Patrícia, responsável pela elaboração das tabelas dos processos da Vara do Trabalho, e por diversas outras ajudas. À Elenice, que sempre coloca meus “escritos militantes” dentro das normas acadêmicas no que é possível colocá-los, visto que escritos militantes são escritos militantes e não acadêmicos.

Ao camarada Geraldo Pereira Barbosa, que, na correria de sua vida acadêmica e militante, discutiu algo do trabalho comigo e não concordou com várias coisas, principalmente em relação aos processos de: produção, trabalho produtivo e outros. Muito obrigado, teu conhecimento enorme de Marx sempre me ajuda.

Ao Ricardo Antunes, que um dia, numa conversa informal, disse que sua companheira Cláudia trabalhava na UFSC, no Serviço Social. Então fui conhecê-la e vender uma agenda do partido. Quando desta visita estavam abertas as inscrições para o Mestrado. Após muitas

conversas, (próprias de nós mulheres, que conseguimos falar sobre vários assuntos ao mesmo tempo), Cláudia me convenceu a fazer a inscrição e aceitou orientar uma desconhecida. Foi assim que, depois de mais de vinte anos fora da academia, retornei a ela. Camarada Cláudia, tu também fostes responsável, em parte, por esta “minha loucura toda”, que foi boa. Obrigado a ti e ao Ricardo.

Para Ricardo Lara: em tua homenagem, conclui este trabalho dizendo que somente a revolução socialista acabaria com as mazelas das doenças sociais / do trabalho, terminando com o trabalho alienado/estranhado, e fazendo do trabalho meio de vida e não de morte. Nós dois temos certeza disso. Portanto, nestes agradecimentos não me cobres normas acadêmicas, deixa falar a militante. Agradeço por ter te conhecido um dia, e continuaremos na militância juntos.

Ao Professor Maurício Roberto da Silva: com agradecimentos por aceitar participar da banca de “uma ilustre desconhecida” e, ao mesmo tempo, com pedidos de desculpa, pelas várias dissertações em uma só.

Ao Professor Antônio Carlos Wolkmer, que aceitou fazer parte da banca de qualificação, pela admiração que tenho por sua pessoa.

A todos meus Professores (e aqueles que também não o foram), do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Vocês não imaginam o quanto aprendi com vocês e tenham certeza que, se eu pudesse escolher uma profissão hoje, escolheria Serviço Social e não Direito. Isto porque, nunca me senti tão em maioria nos pensamentos, visto que vocês lutam pela classe trabalhadora. No mesmo sentido, agradeço aos colegas de mestrado, com mais ênfase a Elias, minha menina Selminha, Edi (já falei), Dill, Wladimir, e Mirella que, embora de outra turma, foi e é uma grande amiga e camarada.

A todos os membros da Justiça do Trabalho de Chapecó (Primeira, Segunda Vara e Distribuição) e de Xanxerê, pelo que aprendo sempre com vocês (juízes e demais empregados). E, além do aprendizado, pela forma carinhosa que sempre acompanharam meu trabalho, minha luta.

Ao Sandro Eduardo Sardá, muito obrigado. Sem teus conhecimentos e sem tuas Ações Cíveis Públicas, não teria sido possível concluir a elaboração deste trabalho. Que bom que os trabalhadores podem ter pessoas como tu, que lutas incansavelmente por melhores condições de trabalho, portanto, de vida. Quiçá minha filha Ana Rosa, (que teimou e vai fazer direito), seja uma Procuradora do Trabalho seguindo teu caminho, com quem espero, ela venha a aprender.

A atual direção do SITRACARNES, pelas informações, pela compreensão da luta e pela certeza que juntos haveremos de auxiliar esta categoria tão sofrida a ter mais qualidade de vida no trabalho. A todos que me concederam gentilmente entrevistas, dando-me parte de seu tempo para relatar a situação de trabalho nesta agroindústria.

Do povo buscamos a força
Não basta de que seja pura e justa nossa causa,
É necessário que a pureza e a Justiça
Existam dentro de nós.
Lutar para nós é ver aquilo
Que o povo quer realizado.
É ter a terra onde nascemos;
É sermos livre para trabalhar,
É ter para nós o que criamos.
Lutar para nós é um destino.
É uma ponte entre a descrença
E a certeza do mundo novo.
Agostinho Neto.

RESUMO

Este estudo teve como objeto demonstrar que, após a reestruturação produtiva na empresa Sadia S.A. unidade de Chapecó - SC, aumentaram as doenças dos trabalhadores desta agroindústria, especialmente as do grupo das LER/DORT (lesões por esforços repetitivos e doenças osteomusculares) e as doenças psíquicas. Partiu-se da constatação de que, após a década de 1990, a agroindústria implantou em seu parque fabril elementos do toyotismo, introduzindo de maneira acentuada a automação, na busca de maior produtividade. Estes elementos, coexistindo com a linha de produção fordista (trabalhos parcelares, repetitivos, monotomia, outros), aumentaram o sofrimento dos trabalhadores da categoria, tanto no físico, como no psíquico, sendo este sofrimento a causa dos adoecimentos. Se, por um lado, a estratégia da agroindústria para continuar no mercado, apesar da crise estrutural do capital, foi a de utilizar elementos do novo processo de organização do trabalho combinado com elementos do processo anterior na busca de maior produtividade (mais extração de mais-valia), esta deu muito certo economicamente, tanto que é uma das maiores empresas do ramo alimentício do país e da América Latina; por outro lado, esta maneira de trabalhar, ou seja, seu processo de trabalho dentro do processo de produção fez com que aparecessem novas doenças do trabalho e aumentassem velhas doenças na categoria. Estas, apesar de serem doenças sociais, são tratadas pela área médica e pelos operadores do direito de forma individualizada. Este trabalho constatou o aumento destas doenças sociais e comprovou que as mesmas estão diretamente relacionadas ao processo de produção e aos processos de trabalho.

Palavras chaves: processo de produção, toyotismo, classe trabalhadora, trabalho e doenças do trabalho.

ABSTRACT

This study had as its objective to demonstrate that after the productive restructuring process in the Sadia S.A. Company's Chapecó unit, SC, health problems increased of workers in this agricultural industry, in the groups of RSI (repetitive strain injuries and musculoskeletal disorders) and mental illnesses. We started from the observation that after the 1990's this agribusiness implanted in its industrial park elements of Toyotism, greatly introducing automation in the search for greater productivity. And that these elements, coexisting with the Fordist production line (parceled, repetitive, monotonous, and other jobs etc.), increased the suffering of workers in the category, both on a physical and psychological level, with this being the cause of the health problems suffered. If on the one hand the strategy of this agribusiness to continue operating, despite their structural capital crisis, was to use elements of the new work organization process, combined with elements of the old work organization process in search of greater productivity (a higher extraction of surplus value), then this strategy worked very well, so much so that it is one of the largest companies in the food sector in the country, and of Latin America; on the other hand, this way of working, its work process, within the production process, causes new occupational health problems to appear and increases old health problems in the category, which despite being social health problems, are treated by medical personnel, and by legal professionals on an individual basis. It found higher levels of social problems, and the certainty that social problems are directly related to the production process and work processes.

Key Words: production process, Toyotism, working class, work and occupational health problems.

LISTA DE APÊNDICES E ANEXOS

Apêndice A: Roteiro de entrevista para Doutor Sandro Eduardo Sardá	368
Apêndice B: Roteiro de entrevista com operarios	371
Apêndice C: Roteiro entrevista para juiz classista	373
Apêndice D: Roteiro de entrevista com médicos do trabalho	375
Apêndice E: Tabelas pesquisa de processos ajuizados – doenças do trabalho e acidentes típicos de 2004 a 2009.....	376
Anexo A: Integração – Círculos de qualidade Sadia.....	411
Anexo B: Cartilha CQS.....	424

LISTA DE SIGLAS

ABIOVE	Associação Brasileira da Indústria de Óleos Vegetais
ABEFA	Associação Brasileira de Exportadores de Frango
ACARESC	Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina
ACP	Ação Civil Pública
ABIPICO	Associação Brasileira de Pintos de Corte
ADVT	Associação de Defesa dos Vitimados do Trabalho
AI	Auto Infracional
ANFAR	Associação Nacional dos Fabricantes de Rações
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BADESC	Banco do Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina
BMP	Boas Práticas de Produção
BNDA	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRDE	Banco Regional do Extremo Sul
BVQI	Bureau Veritas Quality Internacional
CADE	Conselho Administrativo de Defesa Econômica
CASAN	Companhia de Águas e Saneamento
CEP	Controle Estatístico de Processos
CREAI	Carteira de Crédito Agrícola e Industrial
CAT	Comunicação de Acidente do Trabalho
CCQ	Círculo de Controle de Qualidade
CCQS	Círculos de Controle de Qualidade
CELESC	Centrais Elétricas de Santa Catarina
CEREST	Centro de Referência em Saúde do Trabalhador
CF	Constituição Federal
CIA	Agência Central de Inteligência
CID	Código Internacional de Doenças
CIDASC	Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina
CIPAS	Comissões Internas de Prevenção de Acidentes do Trabalho
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CMS	Carnes Mecanicamente Separadas
CNDSS	Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde

CNPSU	Centro Nacional de Pesquisa de Suínos
CNPSA	Centro Nacional de Pesquisa de Suínos e Aves
CODES	Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social
CONCLAT	Congresso da Classe Trabalhadora
CONLUTAS	Coordenação Nacional de Lutas
COREX	Programa de Corredores de Exportação
CQS	Círculos de Qualidade Sadia
CTPS	Carteira de Trabalho e Previdência Social
CUT	Central Única dos Trabalhados
DANT	Doenças e Agravos Não Transmissíveis
DATAPREV	Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social
DEMO	Democratas
DEOPS	Departamento de Ordem Política e Social
DIESAT	Departamento Internacional de Estudos sobre Saúde do Trabalho
DORT	Distúrbios Osteomusculares relacionados ao Trabalho
DRT	Delegacia Regional do Trabalho
EFG	Eficiência Global
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EUA	Estados Unidos da América
FAF	Fundação Atílio Fontana
FIESP	Federação da Indústria do Estado de São Paulo
FRD	Frango Defumado
FUNAGRI	Fundo Geral para a Indústria e a Agricultura
FUNDESC	Fundo de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina
GM	Gabinete Ministerial
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IC	Inquérito Civil
ICM	Imposto sobre Circulação de Mercadoria
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias
ICOH	Código Internacional de Ética para Profissionais de Saúde Ocupacional
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica
ISO	Certificações Internacionais
JT	Justiça do Trabalho
LER	Lesões por Esforços os Repetitivos
MA	Manutenção Autônoma
MAS	Movimento Avançando Sindical

MASP	Metodologia de Análise e solução de problemas
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MPAS	Ministério da Previdência e Assistência Social
MPS	Ministério da Previdência Social
MPT	Ministério Público do Trabalho
MS	Ministério da Saúde
MT	Manual de Treinamento
MTC	Movimento Trabalhista Catarinense
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NR	Norma Regulamentadora
NTEP	Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial da Saúde
OPAS	Organização Pan-Americana da Saúde
PAGRI	Programa Agro-industrial
PCCL	Presunto Cozido
PcdoB	Partido Comunista do Brasil
PD	Presunto Defumado
PDCA	Método de análise de solução de problemas
PDS	Partido Democrático Social
PFL	Partido da Frente Liberal
PL	Planilha de Controle
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PO	Procedimentos Operacionais
PP	Partido Progressista
PROCAPE	Programa de Apoio a Capitalização de Empresas
PRODEC	Programa do Desenvolvimento da Empresa Catarinense
PSD	Partido Social Democrático
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
RENAST	Rede Nacional de Saúde do Trabalhador
RS	Rio Grande do Sul
SAE	Secretaria de Acompanhamento Econômico
SAIC	S.A Indústria e Comércio Chapecó
SAT	Seguro de Acidente de Trabalho
SC	Santa Catarina
SDE	Secretaria de Direito Econômico
SENAI	Serviço Nacional da Indústria
SESMT	Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho

SINAN	Sistema de Informação de Agravos de Notificação
SITRACARNES	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Carnes e Derivados
SENAC	Serviço Nacional do Comércio
SESC	Serviço Social do Comércio
SUS	Sistema Único de Saúde
TELESC	Telecomunicações de Santa Catarina
TQS	Total Qualidade Sadia
TST	Tribunal Superior do Trabalho
UBA	União Brasileira de Avicultura
UDEN	União Democrática Nacional
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina
UDN	União Democrática Nacional
UFFS	Universidade Federal Fronteira Sul
UNC	Universidade do Contestado
UNOCHAPECÓ	Universidade Comunitária de Chapecó
UNOESC	Universidade do Oeste de Santa Catarina

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	27
1.1 DELIMITAÇÃO DO TEMA	27
1.2 PROBLEMATIZAÇÃO TEÓRICA	28
1.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	32
1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	37
2 O CONTEXTO SÓCIO-ECONÔMICO E POLÍTICO QUANDO DA FORMAÇÃO DA AGROINDÚSTRIA SADIA DE CHAPECÓ	39
2.1 INTRODUÇÃO	39
2.2 O CAPITALISMO NO MUNDO APÓS A DÉCADA DE 70 E SUA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA	40
2.2.1 As crises capitalistas como fator constitutivo do modo de produção capitalista	40
2.2.2 A reestruturação produtiva do capitalismo mundial	52
2.3 O CAPITALISMO NO BRASIL E A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO PAÍS	57
2.3.1 O papel fundamental do Estado no desenvolvimento capitalista	57
2.3.2 O desenvolvimento do capitalismo no Brasil e nossa industrialização	61
2.3.3 A reestruturação produtiva no país.....	66
2.4 A SITUAÇÃO SÓCIO ECONÔMICO DE CHAPECÓ QUANDO DA IMPLANTAÇÃO DO FRIGORÍFICO EM DISCUSSÃO.....	71
2.5 AS RELAÇÕES DA SADIA COM O ESTADO COMO UM DOS FUNDAMENTOS ESTRUTURAIS DE SUA EXPANSÃO	75
2.6 A ACUMULAÇÃO DO CAPITAL PARA A CONSTITUIÇÃO DO GRUPO SADIA.....	86
2.6.1 De comerciante de alfafa a industrial.....	87
2.6.2 O nascimento do grupo Sadia.....	89
2.7 A SADIA EM CHAPECÓ E AS CONFIGURAÇÕES JURÍDICAS DESTA EMPRESA	95
3 A CENTRALIDADE DO TRABALHO E O PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NA AGROINDÚSTRIA SADIA S.A.	98
3.1 INTRODUÇÃO	98

3.2 A CENTRALIDADE DO TRABALHO PARA A CLASSE TRABALHADORA	98
3.2.1 O trabalho alienado	99
3.3 DOS PROCESSOS DE PRODUÇÃO, DE TRABALHO E DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO ANTES DA DÉCADA DE 1990, TAYLORISMO/FORDISMO E APÓS A DÉCADA DE 1990: TOYOTISMO	109
3.3.1 Processo de produção.....	110
3.3.2 Processo de trabalho	111
3.3.3 Processo produtivo.....	113
3.3.4 Processos de organização do trabalho: taylorismo/fordismo e toyotismo.....	114
3.3.4.1 Introdução	114
3.3.4.2 O processo de organização do trabalho: taylorismo-fordismo	117
3.3.4.3 O processo de organização do trabalho: toyotismo.....	125
3.3.4.4 O imbricamento dos processos de organização do trabalho....	131
3.4 OS PROCESSOS DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NA AGROINDÚSTRIA SADIÁ S.A.	134
3.4.1 A unidade da Sadia S.A. em Chapecó	135
3.4.2 A planta da fábrica	139
3.4.3 Como se deu a implantação do taylorismo/fordismo	165
3.4.4 Os elementos toyotistas implantados a partir de 1991.....	172
3.4.4.1 Introdução	172
3.4.4.2 Quais elementos do toyotismo foram introduzidos na agroindústria	177
4 A FORMAÇÃO DA PARCELA DA CLASSE TRABALHADORA DA AGROINDÚSTRIA DA SADIÁ NA CIDADE DE CHAPECÓ	196
4.1 INTRODUÇÃO	196
4.2 SITUAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA NA DÉCADA DE 1970 NA REGIÃO DE CHAPECÓ.....	197
4.3 SITUAÇÃO ECONÔMICA DOS TRABALHADORES NA AGRO-PECUÁRIA NO OESTE CATARINENSE	202
4.4 SITUAÇÃO SÓCIO-CULTURAL DOS TRABALHADORES NAS AGROINDÚSTRIAS DE CARNES NA DÉCADA DE 1970..	204
4.5 RECRUTAMENTO E TREINAMENTO DOS TRABALHADORES.....	207
4.6 FORMAS DE RESISTÊNCIA DA CATEGORIA.....	213
4.6.1 O sindicato da categoria	213
4.6.2 Outras formas de resistência da categoria.....	227

5 O SOFRIMENTO DO TRABALHO NA SADIA S.A. DE CHAPECÓ.....	232
5.1 AS RELAÇÕES ENTRE O PROCESSO DE PRODUÇÃO E A SAÚDE.....	233
5.2 O CONCEITO DIALÉTICO DE SAÚDE E DOENÇA	237
5.3 DOENÇAS NO BRASIL	241
5.4 CONCEITO DE ACIDENTE DE TRABALHO E DOENÇAS DO TRABALHO	242
5.5 ASPECTOS EPIDEMIOLÓGICOS DOS ACIDENTES DE TRABALHO	249
5.6 VIGILÂNCIA À SAÚDE DOS TRABALHADORES	254
5.7 ANÁLISE DO MEIO AMBIENTE DO TRABALHO DOS FRIGORÍFICOS E DOS RISCOS À SAÚDE DOS TRABALHADORES	257
5.7.1 Introdução.....	257
5.7.2 Meio ambiente do trabalho.....	258
5.7.3 O meio ambiente do trabalho nos frigoríficos	264
5.7.4 O meio-ambiente do trabalho na Sadia S.A. de Chapecó e o adoecimento dos trabalhadores desta agroindústria:	271
5.7.4.1 O meio-ambiente do trabalho desta agroindústria.....	271
5.7.4.2 Os fatores que justificam o maior adoecimento dos trabalhadores	275
5.7.4.3 Os adoecimentos dos trabalhadores.....	300
5.8 DOS PROCESSOS CONTRA A AGROINDÚSTRIA NAS VARAS DO TRABALHO DE CHAPECÓ	310
5.9 AS DOENÇAS DO TRABALHO NA PERCEPÇÃO DOS TRABALHADORES DO SETOR ALIMENTÍCIO CATARINENSE	321
5.10 AS DOENÇAS DO TRABALHO NA PERCEPÇÃO DOS TRABALHADORES DA SADIA	325
5.11 SÍNTESE DA SEÇÃO 5	338
6 CONCLUSÃO	343
REFERÊNCIAS	356
APÊNDICES.....	367
ANEXOS	410

1 INTRODUÇÃO

1.1 DELIMITAÇÃO DO TEMA

Há mais de vinte anos, precisamente no início de 1986, iniciávamos nosso exercício profissional na região do Oeste Catarinense, conhecida como pólo agroindustrial do Estado, laborando exclusivamente como advogada trabalhista. Após alguns anos, passamos a nos dedicar também à advocacia previdenciária.

Ao longo desses vinte anos vimos tantos/as mutilados/as saídos/as do chão das fábricas (agroindústrias) que nos sentimos na obrigação de fazer algo por eles, além de defender suas causas nos fóruns da Justiça do Trabalho. Sempre pensamos em escrever essa história dos excluídos que, ou sofreram acidentes típicos, (artigo 19 da Lei 8.313, de julho de 1991), ou doenças do trabalho (equiparadas a acidentes pelos artigos 20, e 21 da referida Lei).¹ Como não conseguimos escrevê-la até o momento, resolvemos fazer deste assunto o tema desta pesquisa.

Este fenômeno do adoecimento vem se agravando nas últimas duas décadas nas várias agroindústrias da região e se sobressaem muito nesta estudada, Sadia S.A., que desponta na modernização tecnológica e organizacional dentro do processo de reestruturação produtiva catarinense e mundial e se constitui como uma das maiores empresas do mundo no setor da alimentação, o que é uma grande contradição da sociedade capitalista, pois ao mesmo tempo em que esta tenha alcançado esta dimensão submete seus trabalhadores a condições de trabalho extremamente degradantes. E, junto com as doenças mais tradicionais, relacionados a LER/DORT², temos observado um aumento significativo de doenças psíquicas, mais especificamente, da depressão.

O nosso tema de pesquisa é a análise do sofrimento dos trabalhadores na fábrica Sadia S.A. de Chapecó, após a reestruturação

¹ Quando nos referimos a acidente típico, estamos tratando do acidente previsto no artigo 19, da Lei 8.313, de julho de 1991. Já, quando nos referimos as doenças do trabalho estamos nos referindo ao inciso II do artigo 20, combinado com o parágrafo 2º da Lei acima citada quando é necessário provar o nexo causal da doença com o trabalho.

² LER/DORT (Lesão por Esforço Repetitivo/Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho). Usamos no texto essas duas siglas conjuntas em conformidade com a definição da mesma estabelecida na Instrução Normativa nº 98 INSS/DC de 05/12/2003 de DOU de 10/12/2003.

produtiva ocorrida da década de 1990. Dentro deste tema, após estudos exploratórios realizados sobre a literatura especializada e através de nossa militância advocatícia, chegamos ao nosso problema de pesquisa. Estariam as mudanças organizacionais e tecnológicas ocorridas a partir da década de 1990, baseadas na acumulação flexível, produzindo uma situação de aumento das doenças do trabalho na indústria Sadia?

A nossa hipótese de trabalho sintetizou-se em uma afirmação: há um aumento das doenças do trabalho na agroindústria analisada, tendo em vista que os novos elementos do processo de organização do trabalho desta empresa, mesclando elementos do fordismo/taylorismo com o toyotismo, intensificaram os ritmos de trabalho da categoria através de mecanismos de coerção psicológica e organizacional referentes à subordinação do homem ao capital e ao maquinismo industrial.

Nossa dissertação, em sintonia com o sanitarista italiano Giovanni Berlinguer, em *Medicina e Política*, pretende explicar esta realidade, relacionando o processo de produção capitalista em seu estágio atual com a manifestação das doenças do trabalho, entendidas por nós como doenças sociais que se manifestam em um determinado estágio do desenvolvimento das forças produtivas e da relação do homem com a natureza que está subordinada às relações entre as classes sociais presentes nesta época histórica.

A busca da fundamentação teórica marxista para a explicação do movimento o real que está em permanente transformação é necessária para aportar as soluções civilizatórias para a humanidade neste século XXI, visando a superação do capital e suas formas de destruição da natureza e do ser humano rumo à emancipação dos trabalhadores e à construção de uma vida plena de sentido. Isto exposto, fica claro que usaremos as categorias marxistas e marxianas, tendo em vista nosso compromisso com um método teórico que busca a compreensão e a transformação da realidade de injustiças sociais em que vivemos.

1.2 PROBLEMATIZAÇÃO TEÓRICA

Dentro da motivação profissional e acadêmica já exposta, delimitamos nosso problema de pesquisa e hipótese central de trabalho. Tomamos como objetivo geral da dissertação o conhecimento do processo de produção e organização do trabalho na agroindústria Sadia S.A., para analisar seus impactos na saúde dos trabalhadores, tendo em

vista que este é um dos graves problemas da cidade de Chapecó pelos danos sociais causados aos trabalhadores e ao Estado (SARDÁ, 2008).

Problematizando esta realidade partimos de um marco teórico geral: a formação do capitalismo e sua trajetória de desenvolvimento em escala mundial, nacional e estadual. Pois ao desvendarmos as leis de desenvolvimento deste modo de produção podemos verificar suas relações com as estruturas jurídicas, políticas e ideológicas da sociedade capitalista que se modificam ao longo do tempo e que incidem sobre as condições de vida da classe trabalhadora que neste sistema é a classe explorada pelas classes proprietárias dos meios de produção para produzir os bens necessários à sociedade tais como expostas por Marx em *O Manifesto Comunista* e *O Capital*.

Em especial, nos últimos anos vivenciamos uma intensa ofensiva capitalista nos planos da organização da produção – reestruturação produtiva – e no plano da organização social – a ofensiva neoliberal – para alcançar o objetivo central das classes capitalistas, qual seja superar a queda das taxas de lucro verificadas a partir de inícios da década de 1970, sendo caracterizada pelo marxista húngaro Mészáros, na sua obra *Para além do capital*, como uma crise estrutural do modo de produção capitalista.

Asseveramos que com a reestruturação da produção em termos internacionais, aumentou a exploração da classe trabalhadora. No contexto da crise do capital houve uma ofensiva da classe patronal e do Estado capitalista para reduzir direitos, aumentar o desemprego, intensificar a precarização do trabalho, ampliar a extração de mais valia absoluta e relativa, intensificar ritmos de trabalho através de novas formas de organização do trabalho, com aproveitamento de estratégias importadas do toyotismo, conforme síntese de Ricardo Antunes, em *Os sentidos do trabalho*.

Em Santa Catarina não seria diferente. Embora em estágios diferenciados do capitalismo dos países desenvolvidos. Aqui no Brasil temos um processo de desenvolvimento capitalista dependente do imperialismo e nossa industrialização se dá de modo tardio. Em Santa Catarina tem-se uma onda de reestruturações produtivas na indústria catarinense a partir da década de 1990 no contexto da onda neoliberal que assolou o país após a eleição de Collor de Melo e vem se estendendo pelos últimos governos, conforme explicitado por José Álvaro Cardoso em tese de doutorado intitulada: *Reestruturação produtiva e mudanças no mundo do trabalho – Um olhar sobre os setores têxtil e alimentício de Santa Catarina*.

A integração subordinada do Brasil à economia mundial, marcada por escasso desenvolvimento do mercado interno, baixo nível de desenvolvimento tecnológico, desnacionalização da economia, e economia baseada na exploração intensiva do setor agro-exportador, contribuíram de modo relativo para o crescimento da agroindústria catarinense a partir da década de 1980 tendo em vista a existência de um mercado internacional para seus produtos e ao apoio do Estado a estratégias de exportação dos setores economicamente dominantes da sociedade brasileira, de acordo com o papel subalterno da burguesia brasileira na divisão internacional do trabalho, conforme análise de Rui Mauro Marini, em *Dialética da Dependência*. Queremos dizer que os limites do mercado nacional que sustentou inicialmente a expansão da empresa foi superado pela importância do mercado internacional, para o qual tem sido constante o trabalho do governo federal e estadual para expandir os negócios da burguesia agroindustrial.

Para alcançar os seus objetivos de manter-se competitiva nacional e internacionalmente, a agroindústria catarinense vem passando por um processo de concentração e centralização do capital cuja manifestação mais evidente foi a fusão da Sadia com a Perdigão, dois dos maiores grupos do setor alimentício nacional. O economista Carlos José Espíndola em *As agroindústrias no Brasil – O caso Sadia*, demonstrou que para manterem-se no topo, estas agroindústrias, em especial a Sadia, sempre se utilizaram de forte apoio do Estado em termos de subsídios fiscais, créditos, apoio científico e educacional, conforme veremos no decorrer desta dissertação, demonstrando a falácia do discurso apologético neoliberal das últimas décadas que entrou em total derrocada com a crise econômica mundial iniciada em 2008, com aportes monumentais de recursos estatais para salvar empresas e bancos falidos. E, para além deste apoio, a Sadia sempre esteve sintonizada com a introdução de avanços tecnológicos na sua planta produtiva, o que se intensificou nos últimos anos com a ampliação da automação e com a introdução de modernas formas de organização do trabalho visando aumentar a produtividade do trabalho e a lucratividade da empresa.

É com a introdução destas novas formas de organização do trabalho, conhecidas como acumulação flexível, nos termos conceituados por David Harvey em *Condição Pós-Moderna*, que a Sadia passa a introduzir a partir dos anos de 1990, o toyotismo, e com este técnicas de cooptação dos trabalhadores através de círculos de controle da qualidade e treinamentos dirigidos para a implantação das novas formas de trabalho, que segundo a empresa requeriam um maior nível de escolaridade (CRUZ, 2000).

Para entender-se a relação dos operários com as formas de organização da produção e do trabalho nos reportamos às origens dessa nova categoria de trabalhadores dos chamados “frigoríficos”. Então, descobrimos que, em sua imensa maioria, proveio do campo, onde exerciam o trabalho de peões ou buscavam o sustento da família em suas pequenas propriedades. A possibilidade de trabalhar em grandes empresas com salário fixo significava a oportunidade de abandonar a vida dura do campo e de gozar das “benesses” da cidade (VOJNIAK, 2000). Consequentemente, estudamos como foi trabalhada a consciência dos/as trabalhadores/as para a aceitação de trabalhos padronizados próprios dessas empresas no seu início na década de 1970 quando ainda predominava o taylorismo/fordismo e posteriormente como foi assimilada a mudança de processo de produção ocorrida na década de 90, e se essas mudanças tiveram incidência significativa no aumento dos casos de doenças do trabalho e acidentes (CRUZ, 2000; SARDÁ, 2008). Além disto, buscamos verificar as formas de resistência da categoria frente a um quadro de organização sindical cooptada pelo capital, pois historicamente sabemos que os trabalhadores sempre constituíram uma força social importante para impor ao capital melhorias nos ambientes do trabalho e avanços na legislação de saúde (DMITRUK; ORTIZ, 2003; MAENO; CARMO, 2005).

O processo de relação entre as doenças e o modo de produção capitalista será demonstrado pelas elevadas taxas de acidentes do trabalho no mundo e no Brasil (LAURELL, 1985; LIPPEL, 2009). Estas doenças analisadas se manifestam dentro do quadro de desenvolvimento capitalista brasileiro com aguda brutalização tendo em vista o imenso exército industrial de reserva de força de trabalho existente no país. O despotismo do patronato nas fábricas e empresas em geral, a superexploração dos trabalhadores e a conivência do Estado com as classes dominantes são fatores que levam a constatação de uma verdadeira epidemia que necessita ser estudada e desvendada pelos centros universitários, órgãos governamentais e sindicatos e equacionada sob o ponto de vista de garantia do bem-estar social da classe trabalhadora.

Em Chapecó, uma das maiores empresas de alimentos do mundo, a Sadia vangloria-se da qualidade de seus alimentos, porém, estes são conseguidos através do saque físico e mental da força de trabalho de mais de sete mil trabalhadores/as enquanto, muito provavelmente, seus proprietários tomam bons tragos de uísque e curtem as belas praias de Santa Catarina. O sofrimento que esta agroindústria vem impondo aos

seus trabalhadores na linha de produção será descrito e interpretado nesta dissertação.

Há anos apertamos suas mãos grossas e robustecidas pelo contato diário com os instrumentos de trabalho, as máquinas e a matéria-prima (frangos e perus). Ouvimos seus desabafos e angústias. Convivemos com as injustiças do serviço médico da empresa, dos médicos peritos do INSS e com a insensibilidade da Justiça em relação aos reclamos desta categoria. Quiçá este trabalho possa auxiliá-los na sua luta por dias melhores. Pois já dizia Charles Chaplin “Homens, não sois máquinas, homens é que sois!”.

1.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Para o alcance do objetivo geral desta dissertação procedemos à leitura de uma extensa bibliografia relacionada à crise do capital, reestruturação produtiva, processos de trabalho, função do Estado, saúde dos trabalhadores e formação sócio-econômica da região do Oeste Catarinense e, especificamente, sobre a implantação das agroindústrias em Chapecó na década de 1970. Complementamos a pesquisa com a leitura de outros trabalhos realizados na Universidade Comunitária do Oeste - UNOCHAPECÓ, no Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina - CEOM para conclusão de curso, e trabalhos que tem como tema o sindicato desta categoria, a formação da classe trabalhadora de nossa região e a formação das agroindústrias no Oeste de Santa Catarina.

Na parte referente aos dados sobre as doenças do trabalho, recorremos, entre outros expedientes, aos números disponíveis no Fórum da Comarca e nas Varas do Trabalho de nossa cidade, em relação a processos impetrados que dizem respeito a acidentes de trabalho típico e a doenças do trabalho (sejam físicas ou psicológicas). Referida verificação infelizmente não pode ser feita também no Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, pois este nos negou os dados alegando sigilo empresarial. Portanto, tivemos que utilizar os dados de trabalhadores afastados por auxílio-doença ou auxílio-acidentário do INSS conseguidos pelo procurador do Trabalho Sandro Sardá, e referidos em Ações Civis Públicas movidas pelo Ministério Público do Trabalho de Chapecó, em 2008 e em 2009, contra a Sadia. Estas Ações Civis Públicas também foram analisadas para comprovar o aumento das doenças dos trabalhadores após a reestruturação produtiva. Nesta

situação, as empresas permanecem, portanto, como território do capital e buscam estar absolutamente imunes a qualquer controle social ou estatal que venha a colocar em risco seus lucros.

Embora, em um primeiro momento possa parecer “a um leigo” que estes dados nos darão a resposta sobre o aumento ou não do número de vítimas do trabalho a partir da década de 1990, com o início da implantação do processo de produção da qualidade total, isto poderá não corresponder à realidade. Dizemos isto porque, como advogada trabalhista, conhecemos inúmeros subterfúgios utilizados por empresas e por órgãos governamentais para não tratar acidentes e doenças relacionados ao trabalho como tais. Estes subterfúgios são conhecidos pelos epidemiologistas como subnotificação dos registros que, no caso brasileiro, podem chegar a 61% dos acidentes de trabalho realmente ocorridos (MAENO; CARMO, 2005; LIPPEL, 2009). O objetivo desta subnotificação das doenças é economizar com pagamento de indenizações aos trabalhadores, aparecer em publicações corporativas como empresa com responsabilidade social, evitar que os trabalhadores adoecidos adquiram estabilidade provisória de um ano (SARDÁ, 2008). A estratégia é garantida com a anuência do Estado que não fiscaliza de modo adequado e não impõe o cumprimento da legislação de proteção à saúde dos trabalhadores, permitindo que os trabalhadores dos frigoríficos sejam moídos como carne e depois descartados pela empresa, passando a compor uma legião de inválidos total ou parcialmente para a vida produtiva e social.

Do mesmo modo, buscou-se a comprovação dos dados e de nossa hipótese de pesquisa entrevistando sujeitos sociais que interagem com esta problemática social, entre eles operadores do direito, médicos do trabalho e operários da fábrica. Estas entrevistas realizadas ao longo da pesquisa foram feitas através de questionário semi-estruturado. As respostas posteriormente foram avaliadas qualitativamente, e aproveitadas no processo de exposição do resultado da pesquisa realizada. Passamos então a apresentação destes colaboradores da pesquisa:³

O primeiro é Sandro Sardá, procurador do Trabalho do Ministério Público de Chapecó, foi aprovado no concurso para o MPT, assumiu seus trabalhos em 2006, na cidade de Alta Floresta, onde passou a atuar

³ Para preservar a identidade dos pesquisados utilizamos nomes fictícios, à exceção do procurador do Trabalho, Sandro Sardá, autoridade pública que é um dos principais defensores da saúde dos trabalhadores e cujas opiniões estão de conformidade com as teses que ele como representante do Ministério Público do Trabalho de Chapecó esposou nas Ações Civis Públicas que ajuizou na Justiça do Trabalho contra a Sadia S.A.

em ações contra o trabalho escravo e a fiscalizar o frigorífico da região, denominado de Quatro Marcos, onde detectou várias infrações à legislação da saúde do trabalhador e impetrou a primeira Ação Civil Pública contra este frigorífico. Em 2007 veio a Chapecó e passou a fiscalizar os frigoríficos da região, detectando várias infrações à legislação nos frigoríficos Aurora em Maravilha; Sadia de Chapecó, Diplomata de Xaxim e a Bondio de Guatambú, contra as quais encetou Ações Cíveis Públicas visando a tutela dos direitos à saúde dos trabalhadores. Ao final de 2010 foi transferido para o Ministério Público da Capital. Durante esta breve trajetória adquire experiência e conhecimento na área de saúde do trabalho, sendo de fundamental importância os seus aportes para nossa pesquisa, sobretudo a Ação Civil Pública de no. 3497/2008 aqui utilizada extensamente.

O segundo é Orlando, que é advogado militante na região. Orlando trabalhou como juiz classista na vara do trabalho de Chapecó, adquirindo assim notável conhecimento sobre os problemas dos trabalhadores da região, tanto pela sua trajetória de vida iniciada na lavoura, passando a operário, sindicalista e representante dos trabalhadores na justiça do trabalho ao tempo em que ainda tínhamos uma composição tripartite neste órgão do Estado [um juiz do Estado concursado, um juiz vogal dos trabalhadores indicado por suas organizações sindicais e, semelhantemente, um juiz vogal dos empregadores], nos moldes corporativistas do Estado Novo de Getúlio Vargas. Como tinha parentes trabalhando na Sadia, ele detém o conhecimento empírico sobre as mudanças que ocorreram no processo de trabalho de 1970 para cá.

A terceira é a médica do trabalho Maria, atuando no Centro de Referência de Saúde do Trabalhador (CEREST) de Chapecó. Esta médica tem 50 anos e já atuou em várias cidades da região Oeste como médica do trabalho e em algumas empresas de Chapecó, e pelo seu trabalho no Sistema Único de Saúde demonstra conhecimento dos problemas de saúde que acometem os trabalhadores dos frigoríficos.

A quarta é a médica do trabalho Marta, que, além da especialização em Medicina do Trabalho, é também Mestre em Engenharia de Produção pela UFSC. Esta médica tem experiência na área, tanto trabalhando em empresas, como a Sadia, quanto no Sistema Único de Saúde onde ajudou a implantar um programa de saúde no trabalhador em uma cidade do Rio Grande do Sul. Como médica do trabalho, também realiza perícias para a justiça do trabalho em Chapecó. Menciona ter experiência e uma visão tanto do trabalhador como da empresa.

O quinto é o ex-empregado da Sadia, João, atualmente trabalhando na Cooper Alfa de Chapecó. João trabalhou na Sadia por dez anos, tem o terceiro ano de Economia e, pelo tempo que trabalhou na Sadia, vivenciou todo o processo de transformação produtiva da empresa, pois ali trabalhou como supervisor da fábrica de ração, e acompanhou toda a implantação das novas formas de organização do trabalho fundamentadas no toyotismo.

O sexto é operário Valmor, que trabalhou no setor da mecânica. Valmor tem o curso secundário completo e é Técnico em Mecânica. Entrou em 1989 na Sadia, ficou até 1998, e retornou há seis anos e meio para a mesma função. Seus depoimentos também são fundamentais para entender as mudanças na organização do trabalho, a introdução de elementos do toyotismo e da automação da empresa.

O sétimo é o operário José, casado, com 42 anos, trabalha na Sadia desde 1988, sempre na função de mecânico onde sofreu um acidente de trabalho. Acompanhou também a introdução dos Círculos de Controle de Qualidade, das metas de produção e outros elementos do toyotismo, envolvendo a cooptação dos trabalhadores para a estratégia da empresa

O oitavo é o operário Pedro, que tem 49 anos. Pedro é natural de Rodeio Bonito, Rio Grande do Sul e trabalha há vinte e quatro anos na Sadia. Tem a escolaridade completa do 1º. grau, e antes de trabalhar na Sadia, trabalhava na agricultura com seus pais. Na Sadia entrou como auxiliar de produção e depois passou a operador de máquinas. Está há dois anos e meio afastado para tratamento de doença contraída no trabalho [coluna].

A nona entrevista é com a operária Raquel, que tem 30 anos, é natural de Brasília – DF, onde trabalhava como vendedora de carnês do Baú da Felicidade. Trabalha há sete anos na Sadia, contando com os cinco anos do afastamento para tratamento de doença. Está há cinco anos com depressão e o INSS concedeu apenas auxílio-doença. Seu setor de trabalho é/era a evisceração de perus.

A décima entrevista é com a operária Rute, que tem o segundo grau completo, nasceu em Chapecó, trabalha há sete anos na Sadia. Antes da Sadia, Rute trabalhava na roça com seus pais em Guatambu. Rute trabalha no setor de frangos como embaladora. Está afastada para tratamento de LER pelo INSS há dez meses, embora tenha contraído a doença há dois anos.

A décima primeira entrevista é com a operária Sara que tem 50 anos. Sara é natural de Chapecó e se criou em Guatambu, tem a oitava série do primeiro grau e trabalha na Sadia há vinte e um anos e meio.

Antes de trabalhar na Sadia, Sara trabalhou por cinco anos na Companhia de Papel de Guatambu. Está afastada desde setembro de 2010 para tratamento de problema lombar, da coluna, considerada pelo INSS como auxílio-doença.

A décima segunda entrevistada é a operária Madalena, que tem 29 anos, o primeiro grau completo e é natural de Chapecó. Trabalha há oito anos na Sadia, como auxiliar de produção refilando sobre coxa de peru. Encontra-se afastada há quatro para tratamento de LER: inicialmente só tinha direito ao auxílio-doença deferido pelo INSS; posteriormente a Justiça reparou para acidente de trabalho. Sara é filha de agricultores, mas não trabalhava na roça, seu primeiro trabalho foi na Sadia,

A décima terceira é a operária Eva, filha de família agricultora, que tem 46 anos, primeiro grau completo, natural de Liberato Salzano - RS. Eva trabalhou na Aurora e está há três anos e meio na Sadia, onde trabalha no setor de embalagem de filé. Eva está doente desde 2009, mas se afastou apenas em julho de 2010 por problema de LER [tendomiopatia], tendo recebido auxílio-acidentário do INSS.

O método adotado para esta pesquisa é o materialismo dialético, pois, conforme Nogueira, (s/d, p. 122-3), “Assim, concordamos com a afirmação de Marx que no método utilizado pelos economistas, a representação plena volatiliza-se em determinações abstratas” e que no método marxiano, de base ontológica, as determinações abstratas desenvolvidas na fase de reflexão – através das abstrações razoáveis - conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento até o entendimento do concreto em sua totalidade rica em determinações.

De conformidade com Nogueira (s/d, p. 123),

[...], Marx e Engels elaboram o seu método com base em uma ontologia essencialmente materialista. Desse modo, o método instaurado por Marx, cuja dialética materialista tem base ontológica, toma como ponto de partida o fato de que ‘indivíduos determinados em determinadas relações de produção, que como produtores atuam de um modo também determinado, estabelecem entre si relações sociais e políticas determinadas’. São os indivíduos reais em suas relações sociais de produção, que fundamentam seu Método e não as representações ideais que os filósofos faziam do real.

A opção por este método é porque têm-se o real como ponto de partida e enquanto ponto de chegada, pois, segundo Nogueira, (s/d)

“Assim podemos concluir que a análise do real tem como ponto de partida o objeto, o elemento concreto, que funda o método e permite o conhecimento científico. Ou seja, o ser (o real) tem antecedência sobre o método e sobre o processo de abstração”.

Por este método a análise faz o caminho da abstração, retornando ao início, ao ponto de partida, que, conforme Nogueira (s/d): “[...] um ponto de partida muito mais aprofundado e compreendido, porque como disse Marx em conhecida passagem de *O Capital*: ‘Toda a ciência seria supérflua se a aparência das coisas coincidissem diretamente com a essência’”. Aqui encontramos o espaço central do Método de Marx.

1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Esta se divide em 5 seções, organizadas num todo dialético, onde as partes se relacionam de modo a desvendar a realidade do sofrimento dos trabalhadores da Sadia como produto de um determinado estágio de desenvolvimento social e histórico da humanidade.

Assim, na segunda seção discutimos a crise estrutural do capital iniciada em fins da década de 60 e início da década de 70 do século XX, mostrando a relação desta crise com um novo momento das relações de trabalho em todo o mundo, que ficou conhecido como reestruturação produtiva ou de acumulação flexível do capital e um novo momento nas relações entre Estado e Sociedade Civil demarcado teoricamente por vários autores como período neoliberal em que ocorre aumento da desigualdade social. Ainda em perspectiva histórica, narramos o desenvolvimento capitalista dependente do Brasil e, em seguida, a trajetória do desenvolvimento da Sadia na região Oeste de Santa Catarina.

Analisamos, na terceira seção, a centralidade do trabalho. Primeiramente demonstramos a importância do trabalho para a sobrevivência da humanidade e para as relações dos homens entre si, criticando o caráter alienado que este atinge na forma mercantil da sociedade capitalista, apontando para a necessidade de superação do capital para a emancipação da humanidade. Em seguida, com base em análise teórica do fordismo/taylorismo e do toyotismo, analisamos a organização do trabalho na Sadia de Chapecó que, em consonância com o capitalismo mundial, na década de 1990, implanta novas formas de organização do trabalho baseadas no toyotismo.

Na quarta seção preocupamo-nos em trabalhar as perspectivas da resistência operária. Abordamos a formação desta parcela da classe trabalhadora que labora em frigoríficos em Chapecó buscando entender os condicionantes da formação social e política da região Oeste Catarinense na sua conformação e as limitadas resistências ocorridas devido à cooptação patronal da direção sindical que deveria representar os interesses dos trabalhadores na empresa Sadia.

Na quinta seção explicitamos a relação entre produção capitalista e doenças do trabalho a partir do enfoque marxista que tem forte influência na corrente da Medicina Social latino-americana. Analisamos a manifestação das doenças do trabalho no mundo, no Brasil e na Sadia, relacionando-as ao processo de produção e ao processo de organização do trabalho na fábrica, evidenciando, através da análise de operadores do direito, médicos e os próprios operários, que a Sadia causou uma verdadeira epidemia de doenças do trabalho na cidade de Chapecó.

Concluimos nossa introdução dizendo que temos por objetivo contribuir para o entendimento teórico das relações entre o processo de produção e as doenças do trabalho que atingem os trabalhadores dos frigoríficos nos últimos anos.

Em seguida, buscaremos desvendar o problema central desta dissertação, qual seja, a causa dos elevados adoecimentos de trabalhadores na Sadia de Chapecó, e apontar caminhos de luta institucional, jurídica e política para a proteção da saúde dos/as obreiros/as.

2 O CONTEXTO SÓCIO-ECONÔMICO E POLÍTICO QUANDO DA FORMAÇÃO DA AGROINDÚSTRIA SADIA DE CHAPECÓ

2.1 INTRODUÇÃO

Na primeira parte do trabalho, discutir-se-á como se deu a implantação do frigorífico Sadia S.A. na cidade de Chapecó na década de 1970.

Contextualizar-se-á a discussão em relação ao capitalismo mundial nesta década, quando os países da Europa e dos Estados Unidos da América, incluindo aí mais alguns países latino-americanos, passavam por uma transformação na acumulação do capital, propondo um novo processo de organização do trabalho denominado de toyotismo, em detrimento do processo de trabalho baseado no taylorismo/fordismo.⁴ E, aqui em nossa região estamos com dois frigoríficos⁵ a implantar-se introduzindo o processo taylorismo/fordismo.

Após a análise do panorama do capitalismo mundial, discutindo-se a crise estrutural da década de 70, passa-se a demonstrar o panorama do capitalismo nacional para entendermos a realidade estadual e local.

Nesta linha, uma questão importante é discutir-se como se deu a acumulação do capital, para a formação deste frigorífico. Tem-se também que contextualizar a personificação jurídica desta agroindústria⁶ até a presente data e analisar-se a recente fusão da mesma com a empresa Perdigão. E ainda, qual foi e qual continua sendo o papel do Estado brasileiro para a formação e para o crescimento desta agroindústria.

Portanto, esta segunda seção será dividida em: a) O capitalismo no mundo após a década de 70 e sua reestruturação produtiva; b) O capitalismo no Brasil e a reestruturação produtiva no país; c) A situação

⁴ No item próprio vamos nos ater à discussão dos processos de organização do trabalho, entre eles o taylorismo/fordismo e o toyotismo e seu hibridismo.

⁵ Embora em nosso objeto de estudo somente vamos trabalhar com o frigorífico denominado Sadia, na década de 70, foi implantado em Chapecó este frigorífico e mais a Cooperativa Central Oeste Catarinense, que trabalha com suínos.

⁶ Utilizar-se-á ao longo do trabalho a categoria de agroindústria, pois, o conceito de agroindústria segundo o dicionário Houaiss de Língua Portuguesa, abrange: “a indústria nas suas relações com a agricultura” e também a “atividade econômica da industrialização do produto agrícola”. ETIM agro+ indústria.

sócio-econômico-política de Chapecó, quando da implantação do frigorífico em discussão; d) As relações da Sadia com o Estado; e) A acumulação do capital para a constituição do Grupo Sadia; f) A Sadia em Chapecó e as configurações jurídicas desta empresa.

As questões centrais aqui são: a) sinalizar que a crise não é do processo de organização do trabalho e sim do processo de produção, ou seja, não é crise do binômio taylorista-fordista, mas crise estrutural do capital iniciada na década de 70; b) que, para responder a esta crise do capital surge um novo processo de organização do trabalho, denominado de toyotismo, ou o imbricamento deste com o taylorismo-fordismo; c) demonstrar o papel fundamental do Estado para que este frigorífico pudesse se instalar e crescer através da extração de mais valia, pondo em cheque o mito do empreendedorismo.

Esta seção é destinada ao estudo do capital, enquanto as próximas privilegiará o estudo da força do trabalho deste frigorífico.

2.2 O CAPITALISMO NO MUNDO APÓS A DÉCADA DE 70 E SUA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

Nesta seção analisa-se, primeiramente a crise capitalista como fator constitutivo do modo de produção capitalista, para, após, discutir-se a reestruturação produtiva que vem ocorrendo em escala mundial.

2.2.1 As crises capitalistas como fator constitutivo do modo de produção capitalista

No Prefácio da Contribuição à crítica da Economia Política, numa concepção dialética e materialista da história, Marx expõe as leis gerais de desenvolvimento dos diversos modos de produção na história da humanidade, mostrando-os como fases progressivas do desenvolvimento da sociedade humana. Para Marx, as relações jurídicas, bem como as formas de Estado, não se explicam por si mesmas, nem pela evolução do espírito humano, como concebia Hegel. Essas relações se enraízam nas condições materiais de existência dos seres humanos. Segundo este autor, como resultado de suas pesquisas chegou a seguinte conclusão:

[...] na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas,

necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência (MARX, 2008, p.45).

Ao discutir o desenvolvimento histórico do modo de produção capitalista Marx diz que o objetivo deste modo de produção é a autovalorização do capital. “O produto da produção capitalista é capital⁷.” Este modo de produção, portanto, deve organizar o processo de trabalho de forma com que o mesmo possa autovalorizar o capital, justificando assim sua existência. E, a única forma de autovalorização do capital é através do trabalho humano, com a extração de mais-valia⁸. Capital não produz capital, o que produz capital é a extração de mais-valia.

Algumas das premissas para que este modo de produção pudesse lograr êxito nesta fase da humanidade foram a propriedade privada e o surgimento do trabalho assalariado. Sem a propriedade privada, coração e mente do modo de produção capitalista, não havia como ter surgindo o trabalho assalariado e, sem este, não haveria modo de produção capitalista.

Marx, quando escreve o Terceiro Manuscrito⁹ na parte da propriedade privada e trabalho, ensina que a essência subjetiva da propriedade privada, a propriedade privada como atividade para si, como sujeito, como pessoa, é o trabalho. Ou seja, não teria porque

⁷ Conforme a Introdução à Edição Italiana, escrita por Bruno Maffi, p. 30, para a obra de Karl Marx, Capítulo VI Inédito de *O Capital - resultados do processo de Produção Imediata*, São Paulo, Moraes, 1985.

⁸ Mais-valia é: “Forma monetária assumida pelo sobreproduto social numa sociedade de produção mercantil. Numa sociedade capitalista, a mais valia é produzida pelos trabalhadores assalariados e apropriada pelos capitalistas: em outras palavras, é a diferença entre o novo valor criado pelo processo de produção e o custo da reprodução da força de trabalho (ou valor da força de trabalho). Em última análise representa trabalho não pago apropriado pela classe dos capitalistas” (MANDEL, 1982, p. 413).

⁹ Karl Marx, *Manuscritos econômicos e filosóficos*. Terceiro manuscrito, escrito em Paris em 1844, extraído do texto da Coleção: Os pensadores, tradução de José Carlos Bruni, Editora Moraes.

existir a propriedade privada se não existisse o trabalho assalariado, que é a essência subjetiva, a natureza (o sujeito) deste tipo de propriedade. Mas, não é qualquer tipo de trabalho, pois a essência da propriedade privada é o trabalho alienado. Marx distingue a objetivação do trabalho (pois o produto do trabalho é o trabalho que se fixou no objeto, que se fez coisa, que é uma mediação de primeira ordem entre o homem e a natureza, inerente a qualquer sociedade), da alienação do trabalho, que é uma mediação de segunda ordem, histórica e superável, pela qual: o trabalhador se aliena do objeto de seu trabalho e da sua própria atividade produtiva e os homens se alienam da natureza, dos outros homens e do gênero humano. O trabalho torna-se estranho ao trabalhador, não lhe pertence, mas pertence a um outro (alienação de si mesmo). Alienação com os outros homens: produzida pelo trabalho alienado que produz antagonismo entre as classes, entre homens versus homens.

Exteriorização e objetivação do trabalho significam que a atividade produtiva do homem se exterioriza em relação a sua consciência e intencionalidade (mente do homem), e se objetiva no objeto do trabalho transformado.

A essência do homem é a sua sociabilidade que constitui seu caráter genérico e a atividade intencional e consciente/livre é o caráter genérico do homem. A objetivação do trabalho é a objetivação fundamental da vida da espécie humana; o trabalho alienado faz da vida genérica um meio de vida física. A relação dos homens com a natureza se torna alienada devido à relação alienada do homem com os outros homens. É o trabalho alienado que cria o capital, que cria a propriedade privada e que cria os não trabalhadores. A propriedade privada é o produto/resultado, a consequência necessária do trabalho alienado, da relação estranhada do trabalhador com a natureza e consigo mesmo. A essência do homem é a sua sociabilidade, que se desenvolve pela automediação do trabalho, isto é, da atividade produtiva intencional e consciente.

A indústria opõe-se à propriedade fundiária, embora esta tenha sido a primeira forma de propriedade privada, e assim, este processo de oposição se repete na compreensão científica da essência subjetiva da propriedade privada, isto é, o trabalho, sendo que este - o trabalho - aparece primeiro como trabalho agrícola, para depois, ser reconhecido como trabalho em geral.

Com a criação da indústria, toda riqueza se transforma em riqueza industrial e o capital industrial é a forma objetiva, acabada da propriedade privada. Desta forma, agora, a propriedade privada pôde

completar seu domínio sobre o homem e converter-se em sua forma mais geral, em um poder histórico mundial.

Quando a propriedade privada completa seu domínio sobre o homem, torna-se clara a oposição entre propriedade e falta de propriedade, entre os que são possuidores da propriedade privada, e os capitalistas, e os que somente têm de si sua força de trabalho a ser vendida, os trabalhadores assalariados. E assim, o trabalho, a essência subjetiva da propriedade privada, é excluído da propriedade, e o capital, trabalho objetivo como exclusão da propriedade, é a propriedade privada.

Explanado o que é a propriedade privada, coração e mente do modo de produção capitalista e tendo que neste modo de produção “O produto da produção é capital¹⁰”, temos que entender que, para este produto - o capital - ser o fim da produção capitalista, necessita de trabalho humano. Mas não de qualquer trabalho e sim do trabalho alienado.

Deste modo, para a compreensão da relação entre o desenvolvimento do capitalismo contemporâneo e sua consequência nas condições de vida da classe trabalhadora, após ter-se discutido a formação do modo de produção capitalista, passa-se a abordar o desenvolvimento da crise estrutural do capital. Esta discussão faz-se necessária neste momento para que, na quinta seção, se possa entender como o capital, no modo de produção capitalista, traz como consequência doenças para a classe trabalhadora.

Sabe-se que este modo de produção vivencia constantes períodos de crise, momentos em que se agudiza a degradação das condições de vida da classe trabalhadora devido à avidez do capitalista por mais valia, avidez que se manifesta no: “[...] empenho de prolongar desmesuradamente o dia de trabalho, e a do boiardo no empenho de aumentar os dias de trabalho compulsório e gratuito” (MARX, 2006, p. 275). Segundo Marx, nas crises capitalistas em que a produção é interrompida, em nada muda o empenho de se prolongar a jornada de trabalho, tendo em vista que, para os capitalistas “Quanto menos negócios se fazem, maior tem de ser o lucro sobre o negócio feito. Quanto menos tempo se pode trabalhar, tanto maior tem de ser o trabalho excedente” (MARX, 2006, p. 280). Como veremos adiante, na medida em que o movimento operário consegue impor limites às

¹⁰ Conforme a Introdução à Edição Italiana, escrita por Bruno Maffi, p.30, para a obra de Karl Marx, Capítulo VI Inédito de *O Capital: Resultados do processo de Produção Imediata*, São Paulo, Moraes, 1985.

extensas jornadas de trabalho praticadas no início do capitalismo, ocorre outro movimento do capital exigindo a intensificação dos ritmos de trabalho para extração dessa mais-valia. Tal como no século XIX analisado por Marx, veremos que este saque da força física e intelectual dos trabalhadores levará ao adoecimento e morte de milhões deles no mundo. No caso do Japão, por exemplo, onde na segunda metade do século XX se difundiram novas formas de processo de organização do trabalho conhecidas como toyotismo, vem ocorrendo o fenômeno denominado *karoshi* “[...] que se refere à morte súbita no trabalho provocada pelo ritmo e intensidade que decorrem da busca incessante do aumento da produtividade” (ANTUNES, 1997, p. 30).

A crise do sistema capitalista foi assim caracterizada por Marx em *O Manifesto Comunista*, escrito em 1848:

Nessas crises, uma grande parte, não só dos produtos existentes, mas também das forças produtivas anteriormente criadas, é periodicamente destruída. Nessas crises, irrompe uma epidemia que, nas épocas anteriores, teria parecido absurda: a epidemia da superprodução. A sociedade verifica, de súbito, que regrediu a um estado de barbárie monetária. É como se uma fome, uma guerra universal de devastação, tivesse interrompido o fornecimento de todos os meios de subsistência; a indústria e o comércio parecessem destruídos – e por quê? Por que há civilização demais, meios de subsistência demais, indústria demais, comércio demais (HUBERMAN, 1985, p. 271).

Segundo Huberman (1985, p. 271-2), em todos os períodos da história tem havido crises, mas há uma grande diferença com as crises do capitalismo. Antes do século XVIII a crise mais comum era provocada pelo fracasso das colheitas, pela guerra ou por um acontecimento anormal. As crises eram caracterizadas pela escassez de alimentos e outros artigos, então os preços se elevavam. Mas as crises capitalistas, ao contrário, se caracterizam pela superprodução de mercadorias e pela queda dos preços, que podem levar os capitalistas à bancarrota.

E, continuando seu raciocínio, o mesmo autor segue dizendo que as consequências da crise são o desemprego, a queda da taxa de lucros, a retração da atividade industrial, da produção e do comércio. A contradição da pobreza com a riqueza é vista em toda parte (HUBERMAN, 1985, 272) ao longo do desenvolvimento capitalista

levando à negação da satisfação das necessidades mínimas para a esmagadora maioria da humanidade.

Ao final do século XX, como consequência da crise estrutural do capital instalada a partir da década de 1970, são gritantes as desigualdades sociais como as referidas por Mészáros (2004, P. 21), citando Minqi Li, “*After Neoliberalism: Empire, Social Democracy, or Socialism?*”:

Segundo as Nações Unidas, no seu Relatório sobre o Desenvolvimento Humano, o 1% mais rico do mundo auferia tanta renda quanto os 57% mais pobres. A proporção no que se refere aos rendimentos, entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres no mundo aumentou de 30 para 1 em 1960, para 60 para 1 em 1990 e para 74 para 1 em 1999, e estima-se que atinja os 100 para 1 em 2015. Em 1999-2000 2,8 bilhões de pessoas viviam com menos de dois dólares por dia, 840 milhões estavam subnutridos, 2,4 bilhões não tinham acesso a nenhuma forma aprimorada de serviço de saneamento e uma em cada seis crianças em idade de freqüentar a escola primária não estava na escola. Estima-se que cerca de 50% da força de trabalho não-agrícola esteja desempregada ou subempregada. (MÉSZAROS, 2007, p. 221)

Os raciocínios de Hubermann e Mészáros são confirmados também por José Paulo Netto e Marcelo Braz, que na obra ‘Economia Política - Uma introdução crítica’, asseveram:

A história real e concreta, do desenvolvimento do capitalismo, a partir da consolidação do comando da produção pelo capital, é a história de uma sucessão de crises econômicas – de 1825 até as vésperas da Segunda Guerra Mundial, as fases de prosperidade econômica foram catorze vezes acompanhadas por crises; a última explodiu em 1937/38, mas foi interrompida pela guerra. Em pouco mais de um século, como se constata, a dinâmica capitalista revelou-se profundamente instável, com períodos de expansão e crescimento da produção sendo bruscamente cortados por depressões, caracterizados por falências, quebraadeiras e, no que toca aos trabalhadores, desemprego e miséria [...] Inicialmente, tais crises eram mais ou menos localizadas (a primeira, de

1825, envolveu praticamente apenas a Inglaterra); desde 1847-1848, elas passaram a ganhar dimensão mundial – e a mais grave do século XIX foi a que eclodiu em 1873. No século XX, a crise que se abriu em 1929 teve conseqüências catastróficas. A partir do segundo pós-guerra, foram implementadas políticas macroeconômicas e surgiram instituições nacionais e supranacionais com o objetivo de reduzir o impacto das crises [...] Apesar dessas providências que sinalizam o redimensionamento do papel do Estado em face da dinâmica econômica, o desenvolvimento do capitalismo, ao longo de toda a segunda metade do século XX e na entrada do século XXI, continuou alternando prosperidade e depressão (ou recessão, que designa uma depressão menos violenta) – o que aponta para o caráter ineliminável das crises. (NETTO; BRAZ, 2006, p. 156-7)

Ao ser analisado o modo de produção capitalista e ao perceber-se que as crises nesse modo de produção são recorrentes, precisa-se entender criticamente o que foi a crise instalada a partir da década de 1970 até os presentes dias. Harvey diz que a crise é constitutiva do modo de produção capitalista e que não existiu, não existe e não existirá capitalismo sem crise; que continuamos a viver numa sociedade capitalista marcada pela contradição antagônica entre as suas duas classes sociais principais: proletariado e burguesia:

No Ocidente ainda vivemos uma sociedade em que a produção em função dos lucros permanece como princípio organizador da vida econômica. Portanto, precisamos de alguma maneira representar todos os grandes eventos ocorridos desde a primeira grande recessão do pós-guerra, em 1973, de maneira que não perca de vista o fato de as regras básicas do modo capitalista de produção continuar a operar como forças plasmadoras invariantes do desenvolvimento histórico geográfico. (HARVEY, 1989, p. 117)

É importante observar que, antes da crise desencadeada na década de 1970, houve uma notável expansão do capitalismo após o final da segunda guerra mundial, o que foi denominado pelo historiador Eric Hobsbawn, em seu livro *A Era dos Extremos: O breve século XX*, de Era de Ouro do capitalismo, com altíssimas taxas de crescimento e

ampliação das garantias sociais para a classe trabalhadora¹¹. Mas, ao final da década de 1960, começaram a se evidenciar os sinais de uma profunda crise capitalista.

Mészáros¹² nos diz que, desde a década de 1970 vem se desenvolvendo uma crise estrutural do capital¹³, da qual a crise econômica enunciada mais recentemente em 2008 é apenas um dos seus desdobramentos. Esta crise estrutural seria tão grave que a crise econômica de 1929-33 se parece com “[...] uma festa no salão de chá do vigário”. Para este filósofo húngaro, depois de vivenciar a era dos ciclos econômicos, o capitalismo entrava numa fase inédita marcada por um continuum depressivo que fazia aquela fase cíclica anterior virar história. Embora pudesse haver alternância no seu epicentro, a crise se mostra longa e duradoura, sistêmica e estrutural:

¹¹ Neste livro, a estrutura do Breve Século XX parece uma espécie de tríptico ou sanduíche histórico. A uma Era de Catástrofe, que se estendeu de 1914 até depois da Segunda Guerra Mundial, seguiram-se cerca de 25 ou trinta anos de extraordinário crescimento econômico e transformação social, anos que provavelmente mudaram de maneira mais profunda a sociedade humana que qualquer outro período de brevidade comparável. Retrospectivamente, podemos ver esse período como uma espécie de Era de Ouro, e assim ele foi visto quase imediatamente depois que acabou no início da década de 1970. A última parte do século foi uma nova era de decomposição, incerteza e crise – e, com efeito, para grandes áreas do mundo, como a África, a ex-URSS e as partes anteriormente socialistas da Europa, de catástrofe. (HOBSBAWN, 1995, p. 15).

¹² Utiliza-se este autor, (além de outros), para discutir a crise da década de 1970, e que se prolonga até nossos dias, porque concordamos com as análises do mesmo, e neste caso, concordamos que é uma crise estrutural do capital.

¹³ É decisivo aqui ressaltar que, para Mészáros, *capital* e *capitalismo* são fenômenos distintos. O sistema de capital, segundo o autor, antecede o *capitalismo* e tem vigência também nas sociedades pós-capitalistas. O capitalismo é *uma* das formas possíveis da realização do capital, uma de suas *variantes históricas*, presente na fase caracterizada pela generalização da *subsunção real* do trabalho ao capital, que Marx denomina como capitalismo pleno. Assim como existia *capital* antes da generalização do capitalismo (de que são exemplos aqui, o capital mercantil, o capital usuário etc.), as formas recentes de sócio-metabolismo permitem constatar a continuidade do capital mesmo *após* o capitalismo, por meio da constituição daquilo que Mészáros denomina como “sistema de capital pós-capitalista”, de que foram exemplos a URSS e demais países do Leste Europeu. Esses países *pós-capitalistas* não conseguiram romper com o sistema de sócio-metabolismo do capital e a identificação conceitual entre capital e capitalismo fez com que, segundo o autor, *todas* as experiências revolucionárias vivenciadas no século XX se mostrassem incapacitadas para superar o *sistema de sociometabolismo do capital* (o complexo caracterizado pela divisão hierárquica do trabalho, que subordina suas funções vitais ao capital). Ver, sobre a experiência soviética, especialmente István Mészáros, “Formas mutantes do controle do capital”, em *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição* (São Paulo, Boitempo, 2002, p. 726-86. Sobre as mais importantes diferenças entre o capitalismo e o sistema soviético, ver a síntese em “A produção de riqueza e a riqueza da produção, em *Para além do capital*, cit., p. 630-1. (ANTUNES, R. In: MÉSZÁROS, 2009, p. 10).

[...] a crise estrutural do capital como um todo – a qual estamos experimentando nos dias de hoje em uma escala de época – está destinada a piorar consideravelmente. Vai se tornar a certa altura mais profunda, no sentido de invadir não apenas o mundo das finanças globais, mais ou menos parasitárias, mas também todos os domínios da nossa vida econômica, social e cultural (MÉSZÁROS, 2009, p. 12).

Referindo-se ao recente agravamento desta crise, Mézszáros denuncia que as dezenas de milhões de dinheiro público injetados nas empresas privadas para salvar o sistema capitalista configuram, de fato, um volume astronômico¹⁴. Apesar disto, na Inglaterra os preços de alimentos cresceram 55% só no ano de 2007 e a alta dos preços de alimentos entre 2007 e 2008 provocou tumultos em 30 países. Mézszáros denuncia então a irracionalidade humana deste sistema:

Alguém pode pensar numa maior acusação para um sistema de produção econômica e reprodução social pretensamente insuperável do que essa: no auge do seu poder produtivo, está produzindo uma crise alimentar global e o sofrimento decorrente dos incontáveis milhões de pessoas por todo o mundo? Essa é a natureza do sistema que se espera salvar agora a todo custo, incluindo a atual ‘divisão’ do seu custo astronômico (MÉSZÁROS, 2009, p. 21).

A especulação financeira também é denunciada por Mézszáros ao citar números de uma publicação japonesa onde se lê que, segundo uma análise da Mitsubishi UFJ Securities, a dimensão da “economia real global” é estimada em 48,1 trilhões de dólares. Por outro lado, a dimensão da economia financeira global, ou seja, o montante de títulos, ações e depósitos, eleva-se a 151,8 trilhões¹⁵.

As recentes medidas adotadas pelas autoridades políticas para salvar o sistema atenderam, segundo Mézszáros, apenas a um único aspecto da crise atual, a liquidez dos bancos, das companhias de hipotecas e seguros, numa extensão muito limitada ainda. Para o futuro ele prenuncia mais gastos públicos para sanar as perturbações em

¹⁴ Um trilhão é apenas aproximadamente uma centena de vezes a idade do nosso universo, disse um físico a Mézszáros. A dívida americana supera a casa dos 10 trilhões (MÉSZÁROS, 2009, p.21).

¹⁵ Refere-se à Shii Kazuo [presidente do Partido Comunista do Japão], em *Japan Press Weekly* (Tóquio), out. 2008, p. 20.

desenvolvimento no mundo dos mercados de ações (MÉSZÁROS, 2009, p. 23).

E vai mais adiante, ao dizer que os problemas não se esgotam no setor financeiro, pois os setores produtivos da indústria capitalista também estão com sérios problemas, requerendo forte intervenção estatal para recuperarem sua posição competitiva na hierarquia global do capital transnacional (MÉSZÁROS, 2009, p. 23). O descarado intervencionismo estatal para salvar bancos e empresas jogou por terra toda a propaganda do “livre mercado” defendido por mais de três décadas pelos apologistas do capital e pelos países imperialistas, notadamente, os Estados Unidos da América do Norte. Agora, o livre mercado pode ser descartado para a nobre causa de salvação do sistema capitalista.

Uma das tentativas de saídas da crise serão as fusões, da qual temos como exemplo neste trabalho, a junção da Perdigão com a Sadia, dando origem à Brazil Foods. Agora, será que as fusões que implicam numa fantástica concentração e centralização de capital darão solução à crise? Mézszáros cita um artigo publicado em 1994 no *The Sunday Times*, onde os jornalistas financeiros pintaram naqueles tempos o seu róseo quadro:

As multinacionais estão em busca da globalização plena [...] ‘Isso é definitivamente o bebê de Trotman’, disse uma fonte americana. ‘Ele tem uma visão do futuro, segundo a qual, para ser um vencedor global, a Ford deve ser uma corporação verdadeiramente global’. Conforme Trotman declarou a *The Sunday Times* em outubro de 1993, ‘como a competição automotiva se torna mais global ao entrarmos no próximo século, a pressão para descobrir economias de escala será cada vez maior. Se, ao invés de fazer dois motores de 500 mil unidades cada um, puder fazer um milhão de unidades, então os custos são muito mais baixos. Em última análise, haverá um punhado de atores globais e o resto não estará ali ou estarão lutando para sobreviver’. Trotman e seus colegas concluíam que a plena globalização é o caminho para bater competidores como os japoneses e, na Europa, o arqui-rival da Ford, a General Motors, em relação à qual possui uma desvantagem de custo. A Ford também acredita que precisa da globalização para capitalizar em mercados

emergentes no Extremo Oriente e na América Latina¹⁶.

Ocorre que a crise capitalista é também uma crise de superprodução de mercadorias, da qual não se salvaram nem as grandes corporações, visto que não encontraram mercado consumidor face ao decadente poder aquisitivo da classe trabalhadora. Como afirmam Netto e Braz (2006, p. 158), a crise capitalista é o resultado de uma superprodução de valores de uso¹⁷ que não encontram escoamento, consumidores que possam pagar seu valor de troca¹⁸, levando os capitalistas a travarem a produção, pois a oferta de mercadorias se torna excessiva em relação à demanda dos consumidores. Por isto, subsídios extraordinários têm sido injetados pelos governos na tentativa de salvá-las da falência. Só em 2006, o governo estadunidense gastou cerca de 92 bilhões de dólares subsidiando empresas como a Boeing, a IBM e a General Electric na forma de apoio de crédito à exportação e subsídios de pesquisa, enquanto apenas 21 bilhões de dólares foram destinados a agricultores (MESZÁROS, 2009, p. 25).

Continua afirmando este autor que as tentativas de conter a crise, inclusive com os recursos à nacionalização de grandezas astronômicas da bancarrota dos capitalistas, usando fundos públicos ainda a serem inventados, só cumprem o papel de sublinhar as determinações causais antagônicas do sistema capitalista. O que está em causa, na visão do filósofo húngaro, não é apenas uma crise financeira maciça, mas o potencial de autodestruição da humanidade, tanto militarmente, como por meio da destruição do meio ambiente. Por isto, Meszáros (2009, p. 29-30) diz que:

Imaginar que dentro da estrutura de tais determinações antagônicas possa ser encontrada uma solução harmoniosa permanente para o aprofundamento da crise estrutural de um injusto

¹⁶ Andrew Lorenz e Jeff Randall, “Ford prepares for global revolution”, *The Sunday Times* (Londres), 27/03/1994, seção 3, p. 1. Citado em István Mészáros, *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição* (São Paulo, Boitempo, 2002, p. 243).

¹⁷ Valor de uso: utilidade de uma mercadoria para a satisfação de uma necessidade específica de seu comprador. Artigos que não têm valor de uso para ninguém não podem ser trocados ou vendidos. Por extensão, a produção pura e simples de valores de uso, ao contrário da produção de mercadorias, é produção de bens para consumo de seus produtores diretos, ou unidades coletivas desses produtores (MANDEL, 1982, p. 416).

¹⁸ “Valor de troca: Valor pelo qual um artigo é trocado no mercado. Segundo a teoria do valor-trabalho de Marx (aperfeiçoada), o valor de troca de uma mercadoria é determinado pela quantidade socialmente necessária de trabalho não qualificado indispensável para sua reprodução com determinada produtividade média social do trabalho, e medido pelo tempo de trabalho (horas ou dias) necessário para sua produção” (MANDEL, 1982, p. 415-6).

sistema de produção e de troca – o qual agora está empenhado ativamente em produzir uma crise alimentar global, por cima de todas as suas outras contradições gritantes, incluindo a sempre mais difusa destruição da natureza -, sem mesmo tentar remediar suas miseráveis desigualdades, é a pior espécie de pensamento ilusório e beira à irracionalidade total. Pois, de forma paradoxal, ele quer reter a ordem existente apesar dos seus antagonismos e de suas necessárias injustiças explosivas. E a chamada ‘integração jurisdicional dos demais Estados’, sob o controle de uns poucos auto-indicados, ou mesmo apenas um, como defendido por alguns apologistas do capital, pode apenas sugerir a – tão paradoxal quanto – permanência da potencialmente suicida dominação imperialista global [...] Eis porque Marx é mais relevante hoje do que alguma vez foi. Pois apenas uma mudança sistêmica radical pode proporcionar a esperança historicamente sustentável e a solução para o futuro.

E, o epidemiologista equatoriano, Jaime Breilh explica que, nas décadas mais recentes, o processo de extrema concentração de riquezas determinou a acumulação de uma superpopulação relativa que rompeu todas as proporções conhecidas até então, conformando uma massa marginalizada expulsa para a informalidade no campo do trabalho. Essa massa é deslocada no plano territorial para os bairros miseráveis, além de ser cerceada, no campo cultural, numa cultura marginal e de resistência, na qual não houve oxigênio para a construção de um pensamento de resistência (BREILH, 2006, p. 168-9). Para este autor:

A globalização implicou não apenas o despojamento de nossa riqueza material e de nossos recursos estratégicos, mas também uma contra-reforma jurídica, ideológica e cultural que procura neutralizar-nos espiritualmente, não só dissolvendo os espaços e os territórios nacionais de reprodução de culturas próprias, mas dominando-nos mediante a implantação de uma cultura do egoísmo e do consumo, com o que se procura acabar com a identidade dos povos e apagar, através do individualismo, qualquer vestígio de organização coletiva e de solidariedade. E tudo isso, enquanto se criam

severas limitações legais a qualquer forma de defesa dos direitos.

Diante desta crise a degradação do trabalho é cada vez maior, pois, para o combate da mesma na ótica dos donos do capital, é necessário passar-se por cima de quaisquer direitos conquistados na busca de mais-valia. Vasapolo, ao analisar a degradação do trabalho na Itália e na Europa como produto de um desmonte do Estado de Bem-Estar social a partir da globalização neoliberal, diz que se trata de voltar a travar batalhas ofensivas pela socialização das riquezas produzidas pelas classes trabalhadoras, “[...] tomando como central a necessidade de transformação econômico-social de modo radical, através de um projeto de lutas sociais que saiba unir os novos sujeitos do trabalho, do não-trabalho, do desempregado, movendo-se no horizonte estratégico da superação do capitalismo” (VASAPOLO, 2005, p. 113).

Netto e Braz (2006, p. 166) complementam esta linhagem de pensamento argumentando que as crises capitalistas podem ser solucionadas pela substituição do modo de produção capitalista por uma organização superior e mais avançada da vida econômica, através do protagonismo político da classe trabalhadora que dirija, por suas mediações organizacionais, um processo de transição socialista. Enquanto esta solução não se vislumbra, o desenvolvimento capitalista avança reiterando suas contradições e desencadeando novos fenômenos e novas contradições sócio-políticas e históricas.

Com a crise estrutural do capital, desencadeada na década de 1970 e presente até nossos dias, passa-se a analisar a reestruturação do capitalismo no mundo do trabalho como resposta a esta crise.

2.2.2 A reestruturação produtiva do capitalismo mundial

A partir da década de 1970, o capitalismo mundial passa a dar sinais de crise estrutural demonstrada pela queda da taxa de lucros; pelo aumento do preço da força do trabalho; pelo esgotamento do padrão de acumulação do processo de produção baseado no taylorismo/fordismo; pela autonomia relativa da esfera financeira frente aos capitais produtivos; pela maior concentração de capitais graças às fusões entre as empresas monopolistas e oligopolistas; pela crise do estado do bem-estar-social, e pelo incremento acentuado de privatizações, desregulamentações e flexibilização do processo de produção, dos

mercados e da força de trabalho (ANTUNES, 1999, p. 29-30). E, como resposta à sua própria crise:

Iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, da qual a era Thatcher-Reagan foi expressão mais forte; a isso se seguiu também um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho, com vistas a dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores. (ANTUNES, 1999, p. 31).

Esta reestruturação produtiva que ocorre no processo de produção e no processo de trabalho, se inicia na Europa e em alguns países das Américas na década de 1970 e, no Brasil, na década de 1990. E, como reestruturação produtiva, adota-se a análise feita por Alves (2000, p. 11), quando nos diz:

O que denominamos ‘complexo de reestruturação produtiva’¹⁹ envolve um sistema de inovações tecnológicas - organizacionais no campo da produção social capitalista - por exemplo, a robótica e a automação microeletrônica aplicada à

¹⁹ O processo denominado toyotismo trouxe várias inovações para o mundo do trabalho, vários programas, e, conforme Margarida Maria Silveira Barreto, em sua obra, *Violência, Saúde e Trabalho* (uma jornada de humilhações), São Paulo, Educ, 2a. Reimpressão, 2006, p. 99, temos os seguintes programas: “Kanban (cartão) e Just in time (no momento certo): produção sem estoque, que somente é reposto no final do processo. Essas técnicas operacionais caracterizam-se por mudanças no plano da empresa e nos métodos de trabalho. CCQ e TQM: programas de controle de qualidade total tendo em vista o aumento dos lucros. SOL: solidariedade, organização e limpeza. TPM: manutenção produtiva total. CEP: controle de qualidade integrado ao processo, objetivando detectar os erros e os defeitos precocemente e não posteriormente. ISO: International Organization for Standardization (Organização Internacional para Normatização Técnica). São normas internacionais que sistematizam os pré-requisitos necessários para produzir com qualidade e evitar ‘abusos econômicos ou tecnológicos dos países mais desenvolvidos’ (MARANHÃO, 1994, p. 13). A responsabilidade pela implementação das normas passa a ser tanto dos empregadores como dos trabalhadores, devendo”. ‘todos’ estarem conscientes e interessados em seguir as regras e ter disciplina, para maior produtividade. Se a empresa cumpre os pré-requisitos estabelecidos, recebe o certificado ISO; significa que seus produtos, sua produção e seus fornecedores possuem as características exigidas e descritas em projetos, catálogos ou listas de especificações. A ISO série 9000 se refere exclusivamente à qualidade [...] Em 1987, a ISO oficializou a série 9000, que tem enorme valor para a Comunidade Econômica Européia. Nas empresas, os trabalhadores são nomeados cooperadores, associados, financiadores”.

produção; as novas modalidades de gestão da produção, tais como os CCQs e Programas de Qualidade Total, a série de racionalização da produção, tais como os 'downsizing' e a reengenharia (muitas das racionalizações produtivas decorreram de novos patamares de centralização e concentração do capital, por meio de fusões, aquisições e diversificações corporativas, que implicaram- e ainda implicam-demissões em massa). Além disso, é um importante componente do processo de reestruturação produtiva, dos vários tipos de descentralização produtiva, tais como a terceirização ou as realocações industriais, que implicam o fechamento de fábricas num local e abertura em outro, ou ainda a instauração de novas legislações trabalhistas de cariz flexível, que criam nova regulação institucional do trabalho assalariado, adaptando-o às necessidades imperiosas do capital em processo.

Com a reestruturação produtiva do mundo do trabalho e da produção, como resposta do capital a sua própria crise estrutural iniciada na década de 1970, tem-se a formatação de um novo processo de organização do trabalho, visando permitir uma nova forma de acumulação do capital. Assim, começa a ser adotado o processo de organização do trabalho denominado de toyotismo.

Este processo de organização do trabalho surge no Japão, na realidade do contexto econômico após a Segunda Guerra Mundial, realidade esta bastante diversa da época em que surge o processo anterior, taylorista-fordista: enquanto o processo produtivo taylorismo-fordismo germina dentro de uma economia em crescimento, o toyotismo surge num contexto de crescimento econômico lento. Idealizado pelo engenheiro Taiichi Ohno, da fábrica da Toyota (daí o nome toyotismo), este tinha, por um lado, a necessidade de impulsionar um aumento simultâneo da produtividade nos limites da produção que não se baseava em grande escala; e por outro, na necessidade de produzir pequenas quantidades de diversos modelos.

O mesmo trouxe a idéia da multifuncionalidade - isto é, um só trabalhador deve ser capaz de operar várias máquinas, fazer diversas funções na fábrica, ao contrário do processo anterior, onde cada operário fazia uma única tarefa. Esta multifuncionalidade, que criou os operários 'multifuncionais, polivalentes' fez com que muitos operários fossem

desempregados, pois, pela reestruturação, vários postos de serviços foram ocupados por um único trabalhador. Criaram-se as células, veio a flexibilização do trabalho como consequência e se voltou ao trabalho a domicílio.

Outros autores, tais como Harvey, ao discutir a reestruturação produtiva, diz que a profunda recessão de 1973 colocou em processo um conjunto de mudanças que solapou o compromisso fordista. As décadas de 70 e 80 do século passado foram um conturbado período de reajustamentos políticos e econômicos:

No espaço social criado por todas essas oscilações e incertezas, uma série de novas experiências nos domínios da organização industrial e da vida social e política começou a tomar forma. Essas experiências podem representar os primeiros ímpetus da passagem para um regime de acumulação inteiramente nova, associada com um regime de acumulação política e social bem distinta (HARVEY, 1989, p. 140).

Harvey diz que o toyotismo, como um processo de organização do trabalho, faz surgir um novo regime de acumulação²⁰ flexível que se confronta com a rigidez do fordismo. Esta acumulação flexível implica em ampliação das formas de exploração da força de trabalho para que o capital possa retomar a sua taxa de lucro e é assim caracterizada por este autor:

Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo desenvolvimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados, e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desiguais tanto entre setores

²⁰ Segundo Harvey (1989, p. 117) “Um regime de acumulação descreve a estabilização, por um longo período, da alocação do produto líquido entre consumo e acumulação; ele implica alguma correspondência entre a transformação tanto das condições de produção como das condições de reprodução de assalariados” [...] Tem de haver portanto, “uma materialização do regime de acumulação, que toma a forma de normas, hábitos, leis, redes de regulamentação etc. que garantam a unidade do processo, isto é, a consistência apropriada entre comportamentos individuais e o esquema de reprodução. Esse corpo de regras e processos sociais interiorizados tem o nome de *modo de regulamentação*” (LIPIETZ, 1986, p.19).

como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no chamado 'setor de serviços', bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (tais como a "Terceira Itália", Flandres, os vários vales e gargantas do silício, para não falar da vasta profusão de atividades dos países recém-industrializados). Ela envolve também um novo movimento que chamarei de "compressão do espaço-tempo" (ver parte III) no mundo capitalista – os horizontes temporais da tomada de decisão privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata destas decisões num espaço cada vez mais amplo e variado. (HARVEY, 1989, p. 140).

A acumulação flexível permite que os empregadores exerçam maior poder sobre os empregados através da ampliação do controle do capital sobre o trabalho. Os trabalhadores, acuados pelo aumento dos níveis de desemprego, veem seu poder sindical diminuir diante de ofensivas patronais e estatais contra os direitos trabalhistas e sociais conquistados ao longo das lutas operárias do século XX (HARVEY, 1989, p. 141).

Tem-se que, pela reestruturação produtiva o mercado de trabalho foi reestruturado radicalmente. Diante da forte volatilidade do mercado, do aumento da competição e do estreitamento dos lucros, os patrões tiraram proveito do enfraquecimento dos sindicatos e da ampliação do exército industrial de reserva para impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis. Por toda parte se vê a redução do emprego regular em favor do crescente uso do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado (HARVEY, 1989, p. 143).

Em síntese, como resposta à crise estrutural do capital surge um novo regime de acumulação, que pode ser denominada como **acumulação flexível**. E, para que este regime de acumulação pudesse ser implantado, havia necessidade de provocar mudanças no mundo do trabalho. Essas mudanças ocorrem com o novo processo de organização do trabalho denominado de toyotismo. Mas, é necessário frisar que a crise não era do trabalho e sim, do capital, e para o capital fazer frente a sua própria crise, precisaria de novo patamar para poder extrair mais-valia. Por isso, reorganiza o mundo do trabalho com um novo processo,

o toyotismo, e um regime de acumulação denominado de acumulação flexível.

Analisado o capitalismo no mundo após a década de 70 e sua reestruturação produtiva, passamos à análise do capitalismo no Brasil e a reestruturação produtiva ocorrida no país após a década de 1980.

2.3 O CAPITALISMO NO BRASIL E A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO PAÍS

Para entender qual o papel desempenhado pelo Estado brasileiro para a implantação da Sadia S.A. na cidade de Chapecó, é importante ter-se presente qual é o papel do Estado no modo de produção capitalista. Somente após compreender qual o papel do Estado nesse modo de produção, é que se poderá entender como o dono deste império usou de suas relações com o Estado brasileiro para a construção desta empresa.

2.3.1 O papel fundamental do Estado no desenvolvimento capitalista

Segundo o eminente sociólogo brasileiro Florestan Fernandes (1980, p. 62-3):

[...] a história é feita coletivamente pelos homens e sob o capitalismo, através de conflitos de classe de alcance local, regional, nacional e mundial. Daí dois fatos: 1º. não se pode isolar os fenômenos de estrutura dos fenômenos de conjuntura; 2º. os modos de produção, com as formações sociais e políticas correspondentes não são eternos (como gostariam as classes dominantes e suas elites que eles fossem).

Aqui se tem como premissa que, na realidade social do século 21, o Estado moderno nos países capitalistas continua sendo o instrumento das classes dominantes para viabilizar o desenvolvimento empresarial e a conseqüente exploração do trabalho assalariado pelo capital.

Lênin, quando discute a questão do Estado, diz que esta é uma das mais complexas, mais difíceis e mais embrulhadas pelos eruditos,

escritores e filósofos burgueses, porque ela afeta os interesses das classes dominantes mais do que qualquer outra questão²¹. A teoria do Estado representativo moderno serve para justificar os privilégios sociais, a exploração e a existência do capitalismo. Por isso, seria o maior dos erros esperar imparcialidade nesta questão, como se pudesse aplicar ao Estado os pontos de vista de uma ciência pura.

Então, Lênin (1980, p. 178) adverte que:

Na questão do Estado, na doutrina do Estado, na teoria do Estado, vereis sempre, quando vos familiarizades com a questão e a tiverdes aprofundado suficientemente, vereis sempre a luta das diferentes classes entre si, luta que se reflete ou encontra a sua expressão na luta de concepções sobre o Estado, na apreciação do papel e da importância do Estado.

Abordando a história do desenvolvimento do Estado em seu conjunto, Lênin prossegue dizendo que: “Nesta questão devemos, antes de qualquer coisa, prestar atenção ao fato de que o Estado nem sempre existiu. Houve um tempo em que o Estado não existia. Ele aparece onde e quando surge a divisão da sociedade em classes, quando aparecem exploradores e explorados” (LÊNIN, 1980, p. 178).

Tem-se que o Estado surgiu onde apareceu a divisão da sociedade em classes, onde uma parte da sociedade se apropria dos meios de produção, explorando a outra parte pelo seu domínio, seja pela escravidão, pela servidão ou pelo trabalho assalariado. Desta forma e de acordo com as relações de produção estabelecidas em cada modo de produção na história da humanidade, tem-se: o Estado escravista, o Estado feudal, o Estado capitalista, ou o Estado socialista.

Na época histórica do capitalismo, os proprietários do capital exploram todo o povo no processo de produção. Toda a massa dos trabalhadores, cuja maioria é composta pelos proletários, os operários assalariados, os quais no processo da produção obtêm os meios para viver da venda da sua força de trabalho, são submetidos à exploração capitalista que é fundamentada nas leis do Estado burguês. A maioria dos camponeses é transformada em operários assalariados ao serem

²¹ Esta parte da exposição está fundamentada na conferência de Lênin *Sobre o Estado*, na Universidade Sverdlov, em 11 de julho de 1919, in *Obras escolhidas*. Editora Alfa Omega, (São Paulo, 1980, v.3, p. 176-89). As teses de Lênin estão fundamentadas teoricamente no livro *O Estado e a Revolução* que escreveu às vésperas da Revolução de Outubro de 1917, na Rússia. Suas reflexões se baseiam fundamentalmente na obra de Friedrich Engels, *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*.

expulsos do campo pelo processo de produção capitalista e uma minoria é transformada em camponeses remediados (LÊNIN, 1980, p. 181).

Em essência, diz Lênin, a característica do Estado é a exploração das classes oprimidas:

O Estado é uma máquina para a opressão de uma classe por outra, uma máquina para manter submetida a uma só classe outras classes subordinadas. A forma desta máquina pode variar. No Estado escravista temos a monarquia, a república aristocrática, ou mesmo a república democrática. Na realidade, as formas de governo eram extraordinariamente variadas, mas a essência continuava a ser sempre a mesma: os escravos não tinham quaisquer direitos e continuavam a ser uma classe oprimida, não eram reconhecidas como pessoas. Vemos a mesma coisa também no Estado feudal (LÊNIN, 1980, p. 183).

Portanto, para Lênin o Estado se reduz precisamente a esse aparelho destacado da sociedade humana. “É quando aparece esse grupo especial de homens cuja única ocupação é governar e que, para governar necessita de um aparelho especial de coação, de submissão da vontade alheia pela violência – prisões, destacamentos especiais de homens, exército, etc., aparece o Estado” (LÊNIN, 1980, p. 179).

Marx e Engels, antecessores de Lênin e nos quais este grande revolucionário se apoiou para o estudo de suas teorias, já no Manifesto Comunista demonstravam que na constituição do modo de produção capitalista, houve várias etapas da evolução da burguesia até que ela conseguisse se transformar na classe dominante, e ao se transformar na classe dominante, obter o controle do Estado burguês para os fins da reprodução do sistema capitalista, ou seja, dos seus interesses de classe:

Cada etapa da evolução percorrida pela burguesia era acompanhada de um progresso político correspondente. Classe oprimida pelo despotismo feudal, associação armada administrando-se a si própria na comuna, aqui, república urbana independente, ali, terceiro estado tributário da monarquia; depois, durante o período manufatureiro, contrapeso da nobreza na monarquia feudal ou absoluta, pedra angular das grandes monarquias, a burguesia, desde o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial, conquistou, finalmente, a soberania

política exclusiva no Estado representativo moderno. O governo moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa. (MARX; ENGELS, 1983, p. 367).

Mais recentemente, o cientista político James Petras chama a atenção para a centralidade do Estado em oposição aos teóricos da globalização que sustentam o fim da importância do Estado-Nação. Ele explica que o aspecto teórico fundamental é que a atual configuração de poder na economia mundial não está baseada em uma ausência de Estados ou no poder das empresas multinacionais, mas em empresas multinacionais que colaboram intimamente com seus Estados imperialistas. Isto é, o estado burguês continua a existir e a representar o interesse dos capitalistas.

Tais como temos argumentado, o Estado retém potencialmente grandes recursos, capacidade e uma posição estratégica entre os produtores e a economia mundial. A questão, pois, refere-se não tanto à globalização da luta, mas à transformação da natureza do Estado, reconfigurando sua relação com as EM (Empresas Multinacionais) e as CCT (Classes Capitalistas Transnacionais): isso significa que a luta de classes, dentro da nação, pelo poder do Estado é essencial no que diz respeito a garantir os recursos econômicos – centros de pesquisa tecnológica, meios de produção, terra – para redistribuir riqueza e restabelecer os mercados nacionais. As múltiplas e profundas atividades que os Estados imperialistas e recolonizados realizam para a EM e CCT indicam que aí existem recursos, poder e atividade que podem transformar e melhorar a vida dos trabalhadores desde que o Estado seja revolucionado. A ideologia da redução ou desaparecimento do Estado é uma manobra de desorientação imperialista destinada a desviar os movimentos populares para as instituições secundárias, que recebem seu poder diretamente do Estado. (PETRAS, 2002, p. 170).

Ao ter-se, como explanação introdutória, qual é o papel fundamental do Estado no modo de produção capitalista, passa-se a verificar como se deu o desenvolvimento capitalista em nosso país no que se refere, mais precisamente, à questão da industrialização.

2.3.2 O desenvolvimento do capitalismo no Brasil e nossa industrialização²²

O Estado brasileiro é controlado por uma burguesia dependente e associada ao imperialismo. A situação de interesses, a dominação de classe e o poder desta burguesia, fazem com que a mesma se articule com a burguesia internacional e o imperialismo; sendo esta burguesia impotente para dirigir uma revolução nacional, democrática e industrial - tais como as que ocorreram em países do capitalismo desenvolvido - que levasse à afirmação da soberania nacional e a um desenvolvimento industrial em condições de competição com os países do capitalismo central (FERNANDES, 1980, p. 62).

A natureza da revolução burguesa em atraso em países de capitalismo dependente como o Brasil, leva esta burguesia a recorrer reiteradamente a formas tirânicas de dominação de classe e de organização do Estado²³. Neste sentido, implantou-se aqui uma ditadura militar no ano de 1964 e que durou até 1985, com o objetivo de sufocar as “garantias democráticas” e promover a aceleração do desenvolvimento através de uma industrialização maciça controlada por cima para beneficiar os monopólios capitalistas nacionais e internacionais (FERNANDES, 1980, p. 63).

A pressão radical dos trabalhadores no final da década de 1970, junto com segmentos de oposição partidária liberal agrupada no MDB e de setores democráticos radicais das classes médias e dos intelectuais, levou a uma abertura democrática do regime, no que ficou sendo conhecido como transição democrática. No entanto, Fernandes afirmava, na aula inaugural, do Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (28/08/79), intitulada; Repensando a revolução burguesa no Brasil, que: “São as classes subalternas, de modo geral, e o proletariado de ponta, de forma especial, que se lançam à frente de uma luta prolongada pela cidadania, pelas garantias sociais e das liberdades políticas” (FERNANDES, 1980, p. 65). Foi esta pressão, portanto, que levou ao derrumbe do regime civil-militar e ao advento de uma democracia burguesa, restrita ainda aos parâmetros da ordem

²² Nesta parte da dissertação valho-me, essencialmente, de Marini, Rui Mauro: *Dialética da dependência*, Petrópolis, Vozes, 2000. Ver também Santos, Theotonio dos. **Evolução Histórica do Brasil: da colônia à crise da Nova República**. Petrópolis (RJ), Vozes, 1994.

²³ Para um aprofundamento desta discussão veja-se: FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil – Ensaio de Interpretação Sociológica*, 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

capitalista. E, por isto mesmo, dinamizada pelo controle dos estratos burgueses dominantes sobre o Estado, buscando assim, sufocar a ampliação da ordem de baixo para cima pelas classes subalternas e despossuídas.

Por ser um país de capitalismo dependente, cuja burguesia sempre esteve associada à burguesia internacional, nossa industrialização se dá tardiamente em relação aos países centrais. A industrialização brasileira, praticamente começa a partir do final do século XIX, início do século XX, com particularidades diferenciadas.

O Brasil, tendo permanecido colônia de Portugal até 1822, foi durante vários séculos apenas um local de onde a metrópole extraía riquezas naturais que eram levadas a Portugal para que sua classe dominante as trocasse por produtos manufaturados e pudesse viver do ócio. Portugal desenvolveu seu parque industrial muito depois de outros países da Europa. E, este estado que nos séculos XIII, XIV, XV tinha sido uma potência, entra em declínio, dando lugar a outras potências européias, a exemplo da Inglaterra, sob a qual a economia brasileira ficará subordinada após a independência.

Durante os séculos em que foi colônia de Portugal, e mesmo após a independência formal e jurídica de 1822, nossa mão de obra era escrava, situação esta que perdurou até 1888, quando ocorre o fim formal da escravidão. Um ano após o término da mesma nasce a República, comandada por governantes que não tinham em sua pauta política a preocupação com a indústria brasileira. Eram e foram representantes do grande latifúndio. Somente na última década do século XIX, tivemos timidamente a tentativa de implantação de algumas indústrias.

Mas, independente desta preocupação com a industrialização por parte dos governantes, a guerra de 1914 dificulta a importação de produtos industrializados e assim, nossa incipiente indústria, que começa a crescer desde 1910, dando um salto qualitativo que visa substituir as importações dificultadas pela guerra. Conjugada a isto, a crise de 1929 mantém em baixa as importações e nossa indústria continua seu crescimento. Neste contexto, temos a revolução de 1930 que leva Getúlio Dornelles Vargas ao poder, onde se tem o surgimento de uma nova classe média e uma burguesia industrial, assim como a conformação de um novo tipo de proletariado no país.

Getúlio cria as bases para a industrialização que, em poucas décadas transforma o país num Estado industrializado, embora coexistindo com formas arcaicas de propriedade de terras com longas extensões, realidades que permanecem lado a lado até os dias atuais. A

passagem de Vargas pelo poder central instala as condições para a industrialização brasileira, criando, via Estado, a indústria pesada, as siderurgias, a Petrobrás - entre outras ações - e define-se por uma política mais progressista e nacionalista, que faz com que a direita instale um verdadeiro clima de terror, ao propagandear que nossa república estava se tornando uma república de sindicalistas em razão da implantação da legislação trabalhista e previdenciária em resposta à pressão operária. Isto leva Vargas ao suicídio em 1954.

Após a morte de Getúlio sucede-lhe Café Filho, o vice-presidente que não altera as políticas de seu antecessor. Café Filho, por sua vez, é substituído por Juscelino Kubitschek - JK, que assume o Governo em 1956. O Governo de JK lança um ambicioso plano de desenvolvimento econômico denominado “plano de metas”, e a participação do capital estrangeiro entra no país de forma nunca antes visto, contrariando, em parte, a política nacionalista de Vargas que vinha sendo adotada desde a década de 30²⁴. Este governo, definitivamente, colocava o Brasil em mãos do capital estrangeiro, o que vem a ser seguido pelo governo bonapartista de Jânio Quadros, com uma tentativa de interrupção desta política no curto período de João Goulart, culminando com o golpe militar que abre de vez e de todas as formas as fronteiras ao capital dos países imperialistas. Situação esta vivenciada até a presente data.

O século XX transforma o Brasil num país industrializado. Mas, como se deu a entrada no circuito internacional da industrialização? E, com a industrialização, qual foi o papel na divisão internacional do Trabalho, no mundo do capital?

Integrou-se o país à lógica imperialista²⁵ do capitalismo não como um país central, mas sim como um país dependente. Essa lógica reserva aos países dependentes, também denominados países terceiro-

²⁴ É importante se ter presente que o governo de JK também teve atritos com o imperialismo norte-americano, mais precisamente em 1958, ano este em que o governo ianque nega-se a reconhecer um convênio de ajuda aprovado entre os dois países, pelo qual o Governo dos EUA faria ao Brasil um financiamento de 500 milhões de dólares para projetos destinados a superar os pontos de estrangulamento nos setores de infra-estrutura e de bases. Conforme Marini Rui Mauro: *Dialética da dependência*, Petrópolis, Vozes, 2000, p. 84-5.

²⁵ Usamos a categoria “imperialismo” por concordarmos com a análise de Lênin, V. I. *Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo*, [Petrogrado, 1917], In: Obras Escolhidas em Três Volumes, v.1, Alfa – Omega, S.P., 1980, p. 575-671. “Seus traços essenciais são: a concentração da produção e do capital em grau elevado, criando os monopólios que passam a desempenhar um papel decisivo na vida econômica; a fusão do capital bancário com o industrial, com domínio da oligarquia financeira; a exportação de capitais (distinta da exportação de mercadorias), que passa a assumir maior relevância; a presença de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que, junto com as potências imperialistas, realizam uma repartição do mundo” (IAMAMOTO, 2008, p. 2-23).

mundistas, um papel diferenciado ao mundo do capital e ao mundo do trabalho. O que significa dizer que o proletariado dos países dependentes vive a exploração de sua força de trabalho mais intensamente do que seus pares nos países centrais²⁶.

Dentro deste contexto, deve-se analisar que, após a segunda guerra mundial, a correlação de forças entre os países imperialistas sofre alterações. E assim, os Estados Unidos da América, (que efetivamente não tiveram ataques da guerra em seu território), vão se transformar na potência hegemônica do imperialismo. É este país, que a partir do término da guerra vai efetivamente ditar as regras aos países de várias partes do mundo, dentre eles os da América Latina. As relações do Brasil com o imperialismo norte-americano vão dar uma grande virada a partir da década de 1950, exigindo, através de várias táticas adotadas pelos governos ianques, uma integração da nossa burguesia ao imperialismo na forma como lhes interessava, tendo o papel definido pelos países centrais na nova divisão do trabalho.

Esta integração do capital estrangeiro ao capital nacional dá-se, em definitivo, com a implantação das ditaduras militares, que revogam tímidas leis que tentavam regulamentar os investimentos estrangeiros, criando estímulos vários para os mesmos, principalmente aos investimentos dos empresários dos EUA. Os governos militares concederam vários privilégios a grupos econômicos americanos, criando ‘o programa de ação econômica do Governo’, elaborado no mandato de Castelo Branco (1964-1966). Mas, “[...] para atrair os investimentos estrangeiros, no entanto, o argumento principal que o governo esgrimiou foi a baixa dos custos de produção no país, obtido pela contenção das reivindicações da classe operária.” (MARINI, 2000, p. 26).

O Brasil se integra ao mundo imperialista, na forma de subimperialismo, graças à tendência que nosso capitalismo industrial teve e tem de não conseguir criar mercados na proporção de seu desenvolvimento. Há, assim, uma expansão da produção industrial brasileira, mas com uma restrição cada vez maior de criar mercados nacionais para esta expansão de produção, o que leva à criação de um constante exército industrial de reserva de mão de obra, agudizando a

²⁶ Informações referentes ao salário-hora na indústria do ano de 2007, fornecidas pelo *U.S. Department of Labor Statistics* (março de 2009), em valores do dólar norte-americano demonstram esta superexploração: Estados Unidos: 24,59; Brasil: 5,96; Canadá: 28,91; Austrália: 30,17; Coreia do Sul: 16,02; Singapura: 8,35; Áustria: 35,33; Grécia: 18,03; Hungria: 7,91; República Tcheca: 8,20; Polônia: 6,17; Portugal: 8,27 (DIEESE). **Redução da Jornada de Trabalho. Resposta à “cartilha” da CNI, Redução da Jornada de Trabalho: Mitos e Verdades.** SS Dieese Metal/SP, 13/08/2009, mimeo.

pauperização. A superexploração da classe operária impõe tanto uma trava à industrialização interna como à sua capacidade de constituir um mercado crescente para as mercadorias exportadas pelas potências imperialistas.

O Estado brasileiro está integrado ao mercado do capitalismo mundial como país dependente, na forma de um subimperialismo, que não nos permite, como nos países centrais, conceder melhorias à classe trabalhadora, tendo que explorar cada vez mais o trabalhador para poder fazer frente à troca desigual que é efetivada nos mercados mundiais, conforme alertava o economista Márcio Pochman a respeito da situação do trabalho nas últimas décadas do Século XX:

Diante da difusão de uma nova divisão internacional do trabalho, nas duas últimas décadas, o Brasil experimenta uma situação de retrocesso. A economia nacional perdeu sua tradicional dinâmica de alto crescimento econômico sustentado na ampla geração de vagas, restando atualmente a medíocre variação da renda nacional, com a insuficiente criação de postos de trabalho – na sua maioria de baixa qualificação – para todos que desejam trabalhar. Os empregos qualificados foram reduzidos, em parte, pela ampliação das importações, pela ausência de novos investimentos e pela reformulação do setor público, além de pelas baixas taxas de expansão do produto. O Brasil precisa rever urgentemente sua estratégia de integração passiva e subordinada a economia mundial, sob pena de continuar regredindo ainda mais nas posições anteriormente conquistadas pelo trabalho. (POCHMAN, 2002, p. 40).

E esta política econômica subalterna não se tem modificado com o término da ditadura militar, ao contrário tem se agudizado com a chegada de Fernando Collor de Mello ao poder, aprofundado ainda mais no Governo de oito anos de Fernando Henrique e com os oito anos de Governo de Luiz Inácio Lula da Silva e ao que tudo indica terá continuidade com sua sucessora.

No início do século XXI, com o surgimento das conformações para uma nova divisão internacional do trabalho, não se vislumbra no horizonte uma possível mudança para o Brasil, cada vez mais dependente dos mercados centrais, mantendo-se na arena política como um ‘coadjuvante’ do teatro imposto aos povos do mundo pelo

imperialismo. Nesta nova divisão internacional do trabalho, continua-se a ser coadjuvante dos países centrais, com a burguesia associada à burguesia imperialista, fazendo dos ditames desta, seus ditames e aqui também, pela necessidade de uma economia globalizada, vai ocorrer no país a reestruturação produtiva, assunto do próximo item.

2.3.3 A reestruturação produtiva no país

Como se teve um tempo histórico diferenciado dos países centrais, a indústria consolidou-se bem após a indústria destes. Assim, nosso papel na divisão internacional do trabalho, também foi determinado de forma diferenciada.

As colônias americanas, desde o ‘descobrimento’ sempre participaram do circuito mundial do sistema capitalista. Pois, foi a descoberta do novo mundo que permitiu aos países europeus implantarem definitivamente o novo sistema que surgia, em substituição ao feudalismo. Temos que as colônias da América sempre estiveram integradas ao mercado mundial, sendo que nos primeiros séculos de colonização exportaram para as metrópoles metais preciosos e gêneros exóticos, que permitiram o desenvolvimento do capital comercial e bancário deste continente, sustentando o sistema manufatureiro, que foi o caminho para a criação da grande indústria. Mas, embora tenha sido os metais preciosos da América um dos pilares para o desenvolvimento da grande indústria no velho mundo, esta mesma América não teve a sua industrialização no período em que esta ocorreu nos países europeus. Enquanto na Europa a grande indústria abria caminho, as colônias americanas estavam conseguindo sua independência ‘formal’ das metrópoles coloniais, com exceção dos Estados Unidos que rompe radicalmente com os laços de dependência econômica que o atavam à Inglaterra e segue um ritmo diferenciado dos demais países do continente.

E, embora integrados ao circuito do mercado mundial desde a colonização, os países latino-americanos somente têm a sua articulação plenamente realizada com a economia mundial a partir de 1840, com o surgimento da grande indústria e da divisão internacional do trabalho. O papel dos países latino-americanos, com esta divisão internacional do trabalho, não foi o de participar com produtos industrializados (não havia a base industrial), mas sim com gêneros alimentícios enviados às

metrópoles, para que as mesmas pudessem alimentar o proletariado nascente, barateando o custo da reprodução da força do trabalho.

Entra-se em definitivo no mercado internacional na metade do século XIX como exportadores de produtos alimentícios, e em épocas diferenciadas, os países da América latina passam à fase de industrialização. Como se dá a industrialização destes países? A princípio, a indústria segue sendo uma atividade subordinada à produção e à exportação de bens primários, sendo este o centro vital do processo de acumulação. Entre a primeira e segunda guerra mundial, quando há uma crise da economia capitalista mundial que obstaculiza a acumulação baseada na produção para o mercado externo, a acumulação se desloca para a indústria, o que dá origem à moderna economia industrial, ocorrendo esta mudança no Brasil com a era Vargas.

Na década de 1950 há uma nova divisão internacional do trabalho, com a economia dos países centrais saindo da crise do capitalismo ao final da segunda guerra mundial e agora emergindo Estados Unidos da América como o país de comando imperialista. Ocorre, por esta época, uma grande abundância de recursos nas mãos de grandes corporações imperialistas que necessitam buscar aplicação destes recursos no exterior. “O traço significativo do período é que esse fluxo de capital para a periferia orienta-se de maneira preferencial para a indústria.” (MARINI, 2000, p. 144).

Neste período, os países centrais, além da necessidade de buscar ampliação para aplicar seus recursos no exterior devido ao desenvolvimento do setor de bens de capital, passam a exportar para os países periféricos equipamentos e maquinaria que já eram obsoletos em seu parque industrial. Tem-se, assim, que nesta nova divisão internacional do trabalho, cabe aos países periféricos desenvolver as etapas inferiores da produção industrial, cabendo aos centros imperialistas as etapas mais avançadas. Na atual divisão internacional do trabalho, embora o capitalismo brasileiro, desde meados da década de 1950, tenha desenvolvido uma estrutura produtiva bi-fronte: de um lado voltado para a produção de bens de consumo duráveis, como automóveis, eletrodomésticos etc., para um mercado interno restrito e seletivo; por outro lado desenvolveu a produção para exportação, tanto de produtos agrícolas, quanto industrializados, continua-se com o trabalho dos países periféricos. Ou seja, com as etapas da execução do trabalho e não do planejamento do mesmo, este é dos países centrais.

Mas, para fazer frente à crise estrutural do capital da década de 1970, o Brasil também tinha necessidade de sua reestruturação

produtiva, e esta, começa a ocorrer de forma mais intensificada a partir da década de 1990.

Em *Anotações sobre o capitalismo recente e a reestruturação produtiva no Brasil*, Ricardo Antunes, demonstra as transformações ocorridas no capitalismo contemporâneo no Brasil, particularmente na década de 90. Segundo Antunes, ocorreram grandes mutações políticas, com o advento do receituário neoliberal, as desregulamentações nas mais distintas esferas sociopolíticas e as transformações no plano da organização da produção, redesenho da divisão internacional do trabalho, metamorfoses no mundo do trabalho e na organização sindical, reterritorialização da produção, dentre várias consequências (ANTUNES, 2004, p. 13-4).

Conforme Antunes foi durante os anos de 1980, que este padrão produtivo passou a sofrer as primeiras mutações organizacionais e tecnológicas, num ritmo inicialmente mais lento do que aquelas ocorridas nos países centrais. O Brasil se encontrava ainda bastante distante do processo de reestruturação produtiva do capital e do projeto neoliberal já em curso adiantado em países desenvolvidos, mas também já sofria os primeiros reflexos da nova divisão internacional do trabalho. “Sua singularidade, dada por um país de capitalismo hipertardio, passava, então, a ser afetada pelos novos traços universais do sistema global do capital, desenhando uma particularidade brasileira diferenciada” (ANTUNES, 2004, p. 16).

Nesta década ocorreram os primeiros impulsos de reestruturação produtiva no Brasil, levando várias empresas a adotarem, inicialmente de modo restrito, novos padrões organizacionais e tecnológicos, novas formas de organização social e sexual do trabalho. Introduziu-se a informação produtiva em vários ramos da produção, principiaram-se os usos do sistema *just-in-time*, da produção baseada em *team work*, nos programas de qualidade total. Iniciou-se também a introdução dos chamados métodos participativos buscando o envolvimento dos trabalhadores no ideário da empresas (ANTUNES, 2004, 16).

A liofilização organizacional²⁷ também se iniciou, ainda que de modo incipiente, e seus determinantes foram caracterizados por este autor nas seguintes variáveis:

- a) a necessidade de as empresas brasileiras buscarem sua inserção na competitividade internacional;
- b) as ações das empresas

²⁷ Segundo o dicionário Aurélio, liofilização é: Processo de secagem e de eliminação de substâncias voláteis realizados em temperatura baixa e sob pressão reduzida.

transnacionais que levaram à adoção, por parte de suas subsidiárias no Brasil, de novos padrões tecnológicos e organizacionais, em alguma medida inspirados no ‘toyotismo’ e nas formas flexíveis de acumulação; c) a necessidade das empresas nacionais responderem ao avanço do novo sindicalismo, que procurava estruturar-se mais fortemente nos locais de trabalho e que teve forte traço de confrontação, desde as históricas greves do ABC paulista, no pós-78 (ANTUNES, 2004, p. 17).

A reestruturação produtiva da década de 1980 também foi marcada pela redução de custos através da diminuição da força de trabalho, do qual foram exemplos os setores automobilísticos e o de autopeças e, posteriormente, os setores bancário e têxtil, dentre outros. A busca de aumento da produtividade das empresas, se deu “através da reorganização da produção, redução do número de trabalhadores, intensificação da jornada de trabalho dos empregados, surgimento dos CCQs (Círculos de Controle de Qualidade) e dos sistemas de produção *just-in-time* e *kanban*, dentre os principais elementos” (ANTUNES, 2004, p. 17).

Na segunda metade da década de 1980, a economia brasileira teve uma recuperação parcial. Então, se ampliou as inovações tecnológicas pela introdução da automação industrial de base microeletrônica nos setores metal-mecânico, automobilístico, petroquímico e siderúrgico. Mas, é na década dos anos 1990 que a reestruturação produtiva se desenvolveu mais intensamente. Há então, a implantação de vários receituários oriundos da acumulação flexível e do toyotismo, cujas características referiu-se anteriormente. Intensifica-se a *lean production*, o sistema *just-in-time*, *kanban*, o processo de qualidade total, as formas de subcontratação e de terceirização da força de trabalho. Verifica-se também a realocização territorial, com empresas se deslocando em busca de novos espaços geográficos, buscando força de trabalho mais barata. Como exemplo, podendo-se citar as várias fábricas do setor calçadista de Franca, no interior do Estado de São Paulo, ou na região do Vale dos Sinos, no Estado do Rio Grande do Sul, para Estados do nordeste, como Ceará e Bahia. No contexto da desregulamentação, tivemos ainda as mudanças no regime de proteção alfandegária introduzidas pelo presidente Collor de Mello, sendo reduzidas as tarifas de importação de veículos, ampliando-se a exposição da indústria à concorrência internacional. Nesta época para

justificar a abertura abrupta e radical da economia, o presidente Collor de Melo comparou os carros brasileiros a carroças.

Depois de um ensaio inicial significativo, estancado pela crise do *impeachment* do presidente Collor, em 1992, foi com o Plano Real, a partir de 1994, sob o governo do presidente Cardoso e uma pragmática que se adequava fortemente aos desígnios neoliberais, que se ampliaram “[...] os programas de qualidade total, o sistema *just-in-time* e *kanban*, bem como a introdução de ganhos salariais vinculados à lucratividade e à produtividade das empresas” (ANTUNES, 2004, p. 20).

Esse processo de reestruturação produtiva foi amplificado nas décadas de 1990 gerando alterações significativas na estrutura do mercado de trabalho no Brasil. Os estudos de Marcio Pochman (2000) citado por Antunes demonstram que se durante a década de 70 o Brasil chegou a possuir cerca de 20% do total de empregos na indústria de transformação, vinte anos depois esta decaiu para 13% do total da ocupação nacional. Paralelamente à retração dos empregos industriais, durante as décadas de 1970 e 1990, os serviços aumentaram em média 50% de sua participação relativa na estrutura ocupacional do país (POCHMAN, 2000 *apud* ANTUNES, 2004, p. 23-4).

Antunes conclui que a partir da década dos 1990 se intensificou a reestruturação produtiva no Brasil em conformidade com o neoliberalismo²⁸, aqui implantado pelos presidentes Collor e Cardoso. Verificam-se no país traços de continuidade e descontinuidade em relação às fases anteriores marcadas pelo taylorismo/fordismo. Combinam-se processos de enorme enxugamento da força de trabalho, processos de flexibilização, desregulamentação e terceirização, novas formas de gestão da força de trabalho. Tudo isto indica que se o “fordismo” parece ainda dominante, ao olharmos para as plantas industriais e de serviços, vemos que ele se mescla com novos processos

²⁸ Conjunto de políticas governamentais direcionadas para a privatização de empresas públicas, desregulamentação dos direitos do trabalho, redução de direitos sociais, e ajustes fiscais rigorosos que significaram ampliação da transferência de recursos estatais para os capitalistas em detrimento dos trabalhadores. Para um balanço do neoliberalismo na América Latina ver: Sader, Emir; Gentili, Pablo (Orgs). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. São Paulo, Paz e Terra, 1996. Sobre a emergência do neoliberalismo na Inglaterra ver Mészáros, István. *O Poder da Ideologia*, São Paulo, Boitempo, 1989, p. 14-6. Importante destacar que não é surpreendente a metamorfose do Partido Trabalhista Britânico deslocando-se para a direita, “*Afinal, não se deve esquecer que as primeiras medidas drásticas do monetarismo neoliberal na Grã-Bretanha foram impostas pela maior autoridade econômica do ‘Velho Trabalho’, Denis Healey, sob o regime esquerdista de faz-de-conta do primeiro ministro Harold Wilson, bem antes de o Partido Conservador Britânico conseguir abraçar inteiramente a forte liderança de direita de Margaret Thatcher*” (MÉSZÁROS, 1989, p. 15).

produtivos, que é a consequência da liofilização organizacional, dos mecanismos de acumulação flexível e das práticas “toyotistas” assimiladas (parcialmente) pelos empresários nas últimas décadas (Antunes, 2004, p. 25).

E o Governo Lula (2003-2010) apenas seguiu o receituário dos governos que se inicia com Collor de Mello, isto é, continua-se com o regime de acumulação flexível; com o processo de trabalho toyotista, mesmo que numa forma imbricada com o processo anterior e, para fazer frente à crise do capital, instalada desde a década de 1970, este governo segue os receituários determinados pelos países centrais, sendo um representante legítimo da burguesia, embora tenha vindo da classe trabalhadora (ANTUNES, 2004, PETRAS, 2005).

Após ter-se analisado a reestruturação produtiva no Brasil, ocorrida nas décadas de 1980 e 1990, iniciamos na próxima seção a análise da situação do município de Chapecó, onde está instalada a agroindústria que é o objeto deste trabalho.

2.4 A SITUAÇÃO SÓCIO ECONÔMICO DE CHAPECÓ QUANDO DA IMPLANTAÇÃO DO FRIGORÍFICO EM DISCUSSÃO

Chapecó tem aproximadamente, hoje, 190 mil habitantes e se localiza numa região essencialmente agrícola do Estado de Santa Catarina, sendo considerada um pólo regional por sua importância econômica e por abranger diferentes atividades relacionadas às demandas das demais cidades da região Oeste (ALBA, 2001, p. 301). A cidade é dinamizada economicamente pelas agroindústrias que são consideradas o principal agente econômico de desenvolvimento do município e de boa parte das cidades da região Oeste de Santa Catarina. Segundo Alba, a análise da cidade deve ser feita no contexto da modernização agrícola desenvolvida no Brasil após a década de 50; nas ações do Estado como fomentador das políticas de modernização capitalista e na recente reestruturação produtiva adotada em função da crescente globalização do capital (ALBA, 2001, p. 302).

É por certo que todo o desenvolvimento capitalista da região, principalmente após a década de 1950, deve levar em consideração a influência das agroindústrias, tanto a redefinição do espaço urbano, como no espaço rural. Ou seja, a cidade é organizada em função do capital, fortalecendo a questão de que é o capital quem organiza a vida societária.

Na ótica da expansão capitalista, o início da história de Chapecó é parte de um projeto de colonização feito pelo governo estadual, chefiado por Felipe Schmidt (1914-1918), para ocupar todo o Oeste de Santa Catarina, considerado pelas autoridades da época um vazio demográfico. Segundo Alba:

O então governo do Estado de Santa Catarina, após o término dos conflitos entre Paraná e Santa Catarina e também entre o Brasil e a Argentina pela posse das terras pertencentes ao atual Oeste de Santa Catarina, criou o município de Chapecó, através da lei n. 1.147 de 25 de agosto de 1917, juntamente com mais 3 municípios (Mafra, Porto União e Cruzeiro, hoje Joaçaba) (BELANI, 1989). O território de Chapecó ficou, na época, com uma área de aproximadamente 14.000 mil Km², sendo hoje boa parte da região pertencente ao atual Oeste de Santa Catarina. (ALBA, 2001, p. 304).

Em face dos conflitos para definição desses territórios, houve pouca presença do Estado até os anos 40 na construção da infraestrutura. Nesta época os meios de transportes eram lentos, as estradas eram precárias, o comércio e o acesso aos hospitais também. Assim, as empresas colonizadoras tiveram papel destacado para efetuar a colonização do município através da abertura de estradas, venda de terras, organização dos povoados e vilas, que tinha pouca participação do Estado. A colonização efetuou-se conjugando o interesse das empresas colonizadoras que vendiam as terras; o interesse do Estado em ocupar o vazio demográfico; e dos colonos que adquiriam suas pequenas propriedades. A construção da estrada de ferro São Paulo - Rio Grande do Sul, passando pela região do Rio do Peixe, impulsionou a colonização da região, facilitando o escoamento da produção agrícola e o transporte de pessoas para outros estados (ALBA, 2001, p. 304).

O confronto da disputa pelo poder político local se deu inicialmente entre os antigos grupos extrativistas florestais (madeireiros e ervateiros) e os novos grupos representados pelas empresas colonizadoras, sendo que a partir da década de 30 diminuiu o “mandonismo local”, e a política comandada pela atividade colonizadora alinhada com os interesses estaduais e federais foi conquistando espaço. Assim, os personagens ligados ao comércio local começaram a se destacar na cena política da região, como é o caso de Atílio Fontana, em Concórdia; Plínio Arlindo de Nês, de Chapecó; e Saul Brandalise, de Videira, que conseguiram postos políticos a nível

estadual e federal barganhando melhorias na infra-estrutura da região que beneficiavam diretamente seus negócios.

A colonização da região, feita em tempo de capitalismo, introduziu as novas relações de produção deste sistema produtivo. Os índios e caboclos que habitavam a região com técnicas de produção consideradas primitivas, nada mais tinham a oferecer, sendo expulsos de suas terras a força ou gradativamente eliminados. Os agricultores (migrantes do Rio Grande do Sul) adaptaram-se às normas do capital: regularização da propriedade privada, compra e venda de terra, produção de subsistência com venda do excedente para o comércio local e posteriormente para outros Estados intermediada por comerciantes. As relações capitalistas levaram à acumulação de capital pelos comerciantes que em seguida transformaram seu capital comercial em capital industrial, dando origem aos frigoríficos da região que aos poucos vão se concentrando nas mãos de alguns, sendo que na década de 70 existiam 23 frigoríficos na região e na década de 80 restavam apenas sete grandes frigoríficos, incluindo-se as cooperativas (ALBA, 2001, p. 305-6). E, nesta primeira década do século XXI temos menos de dez frigoríficos, aí incluídos: o Grupo Seara, Sadia, hoje em fusão com a Perdigão, e a Cooperativa Central Oeste Catarinense, que, como cooperativa faz parte da Cooperativa regional Alfa Ltda.

As empresas agroindustriais da região Oeste tiveram origem na própria região a partir de descendentes de colonos que migraram do Rio Grande do Sul, encontrando-se em Chapecó três grandes frigoríficos com forte presença nacional e internacional: Sadia (frigorífico de aves), Chapecó (frigorífico de suínos), Aurora (frigorífico de suínos). Sendo que a Chapecó Alimentos S.A. foi construída na década de 1950, pelo então representante da política local e estadual, Plínio Arlindo de Nez. Já a Sadia em nossa cidade é construída na década de 1970, e a Cooperativa Central Oeste Catarinense Ltda, também na década de 1970, sendo derivada de outra cooperativa a Cooperativa regional Alfa, que tinha com um dos seus 'grandes chefes' Auri Bodanese. Há ainda a Ceval, recentemente adquirida pela Bunge, e a Cooperativa Alfa que atuam no ramo de cereais. Estas agroindústrias, através de seus representantes, mandaram/mandam na política local, quase que de forma intermitente. E, as demais indústrias da região, mecânicas, siderurgias, vivem e crescem em função das mesmas. O mesmo ocorre com o comércio local e da região. O desenvolvimento do capitalismo local, após a década de 1950, dá-se umbilicalmente ligado a estas agroindústrias. E, estas estão umbilicalmente ligadas ao

desenvolvimento do capitalismo nacional, dependendo deste, e este dependente do capitalismo internacional.

Chapecó é um espaço geográfico que se transforma na medida em que o modo de produção capitalista e as agroindústrias se desenvolvem na região. Neste processo de transformação se observam de acordo com Testa (1996) duas fases:

1 - Primeira fase: foi marcada pela relativa convergência de interesses do setor agroindustrial com os produtores familiares. A incorporação de novos produtores de suínos, até o início dos anos 80, deu-se com o objetivo de alcançar e conquistar novos mercados (nacionais e externos) para a carne suína e seus derivados. Os pequenos produtores tinham condições de manter sua produção comercial diversificada, atendendo ao mesmo tempo a demanda da agroindústria. 2-Segunda fase: intensificação da integração formal dos produtores familiares de suínos, através das exigências de mudanças nas formas de produção e comercialização de suínos (ALBA, 2001, p. 311).

Conforme Alba, esta segunda fase é fortemente marcada pela reestruturação interna das empresas agroindustriais e da produção da matéria prima através de técnicas planejadas de modo estratégico. Esse processo é acompanhado com o aumento da industrialização de novos produtos com maior valor agregado, como foi no caso dos embutidos, cortes especiais e temperados, sendo que 75% da carne suína é industrializada (ALBA, 2001, p. 311).

A avicultura implantada nos anos 70 não demarcou uma ruptura com algum modelo de produção anterior, pois se iniciou com um modelo pronto de produção que foi tendo melhorias tecnológicas ao longo do tempo, como a recente automação dos aviários. A seguir, quando forem analisados os processos de organização do trabalho, ver-se-á em detalhes como ocorreu/ocorre a reestruturação produtiva nas agroindústrias de Chapecó, e em particular, na Sadia.

Em síntese é importante frisar que, após a instalação dos primeiros frigoríficos em nossa região: Chapecó, Concórdia e Videira, o capitalismo regional, umbilicalmente estruturado ao capitalismo nacional, passa a ditar a vida da região oeste deste Estado. E, se no início da implantação do frigorífico Sadia em Chapecó, o maior acionista do mesmo, Atílio Fontana, era adversário político do poder local, este mesmo acionista utilizou ao longo de toda a sua vida da sua

influência política, para que o Estado fosse responsável, em grande parte, pela prosperidade da agroindústria, como se verá a seguir.

2.5 AS RELAÇÕES DA SADIA COM O ESTADO COMO UM DOS FUNDAMENTOS ESTRUTURAIS DE SUA EXPANSÃO

O desenvolvimento da Sadia contou com inegável apoio do Estado em todas as suas fases. É evidente a utilização do poder político, do qual foram agentes ativos os empresários do setor agro-industrial do Oeste catarinense, para o financiamento do processo de produção que levou o grupo a se transformar ao final do século XX, numa das maiores empresas exportadoras de carne industrial do mundo.

Segundo Espíndola (1999, p. 51) que estudou o papel do Estado no desenvolvimento das agroindústrias o oeste catarinense começa a se destacar na estrutura de comando político do estado catarinense a partir da década de 1930, logo após a revolução liberal comandada por Getúlio Vargas que iniciou no Brasil o processo de industrialização via substituição de importações. Para isto, vários fatores colaboraram: aumento considerável da população, grande incremento da produção mercantil na oferta local e nacional de gêneros alimentícios, aceleração do processo de desmembramento/formação de vários municípios e um novo pacto de poder em nível nacional que substituiu a antiga república café com leite, marcada pela alternância de poder entre lideranças políticas de São Paulo e Minas Gerais.

O oeste catarinense foi ocupado nas primeiras décadas do século XX por pequenos agricultores, comerciantes, artesãos e outros, vindos do Rio Grande do Sul. Para Espíndola (1999, p. 51-2): “Durante a primeira fase da ocupação (1916-30) o Estado barriga-verde tinha na sua cúspide os comerciantes importadores e exportadores do litoral, em particular o Vale do Itajaí (a família Konder) e os latifundiários do Planalto Serrano [a família Ramos]”. Este pacto de poder que durou de 1889 a 1930 promoveu a implantação da rede viária estadual para garantir a escoação da produção agrícola das colônias e estimulou vários projetos de colonização na região.

No oeste catarinense, a pequena produção subordinada ao capitalismo mercantil, ampliou e diversificou o mercado interno gerando excedentes comercializáveis em vários pontos do território nacional. A

estrutura oligopsonica²⁹ estabelecida pelos comerciantes levou-os à ascensão política local, levando-os a comungar com os interesses nacionais.

Em *História da minha vida*, Atílio Fontana³⁰, mostra seu alinhamento político da época, afirmando que:

Vieram às eleições e Júlio Prestes venceu como candidato do PRP, cuja linha política eu acompanhava. Criou-se assim a atmosfera propícia à Revolução de 30; quando João Pessoa candidato a vice-presidência na chapa do Getúlio foi assassinado na Paraíba, o movimento precipitou-se. Getúlio e Antônio Carlos uniram-se aos tenentes e a revolução eclodiu em outubro [...]. Eu havia votado em Júlio Prestes para presidente da república e em Fúlvio Aducci para governador de Santa Catarina, acompanhando o nosso líder político o prefeito Passos Maia (FONTANA, 1980, p.84).

Com a revolução de 30, houve um novo pacto de poder na estrutura do estado brasileiro. Em Santa Catarina foram afastadas do poder as famílias Konder, Luz e outras, proporcionando uma reformulação na estrutura do poder local. Há então, a ascensão da família Ramos e comerciantes do Oeste catarinense se aproximam dos cargos políticos. Atílio Fontana inicia sua carreira política no início dos anos 30 no cargo de consultor do município de Cruzeiro (hoje Joaçaba). Neste cargo passa a analisar o orçamento da Prefeitura e privilegia em suas análises o direcionamento dos recursos públicos à construção de estradas de rodagem que propiciam a ligação de suas próprias casas comerciais às áreas onde se localizavam os pequenos produtores de milho, alfafa, suínos, dentre outros, interligando-se assim a produção e escoamento da pequena produção mercantil (ESPÍNDOLA, 1999, p. 52-3).

²⁹ Estrutura de produção com poucos compradores no mercado.

³⁰ Ao passar a descrever a história e trajetória deste grande capitalista Atílio Fontana, é necessário deixar claro que esta autora, não está cantando, nem tecendo loas a este 'malfadado senhor'. Ao contrário, de uma forma sarcástica quer se demonstrar que com 'toda a ajuda' do Estado Brasileiro, e com a extração de mais valia, fazendo do saque físico e psicológica da força de trabalho dos trabalhadores a 'forma de ganhar dinheiro', moendo por vezes, literalmente, a própria carne destes, não era possível ao comerciante de 'alfafas', deixar de ter-se transformado em o 'grande empresário'. Grande empresário que tem em seu currículo, o saque da força de trabalho, e as benesses do Estado Brasileiro, que em tese e na formalização legal, deveria ser de todos os cidadãos, mas que é um Estado de poucos, entre eles a família Fontana.

A indicação de Atílio Fontana como conselheiro municipal transforma-o em um líder lhe garantindo bom relacionamento com a produção mercantil, solidariedade interna e laços verticais efetivos com a comunidade local. Economicamente, Fontana era reforçado em relação aos demais comerciantes, pois facilitava seus acordos com os administradores da Estrada de Ferro e negociações com os pequenos produtores. Segundo Espíndola, o antigo comerciante adepto do PRC (Partido Republicano Catarinense) redirecionou sua postura política para aproveitar-se da conjuntura nacional orientada para o retorno do crescimento econômico (ESPÍNDOLA, 1999, p. 53).

Esta mudança ocorre com a ascensão de Vargas ao poder. Ela significou, de um lado, o alijamento do poder dos comerciantes importadores/exportadores, os cafeicultores e o parceiro externo brasileiro – o capitalismo industrial inglês; e, por outro, a ascensão dos latifundiários voltados para o mercado interno e dos industriais que aceleraram a substituição de importações. O capital industrial inglês foi substituído pelo capital financeiro estadunidense na garantia de financiamentos ao desenvolvimento da economia brasileira.

De 1930 a 1945, medidas governamentais da Era Vargas possibilitaram, entre outras obras, a construção de siderúrgicas e de fábricas de cimento. E, em Santa Catarina, os industriais das áreas de colonização alemã do Norte do Estado impulsionaram a geração de produtos têxteis, porcelanas, cristais, chocolates, alimentos em conserva, instrumentos musicais e no Oeste do Estado, a comercialização do excedente da pequena produção mercantil era exportado para os grandes centros consumidores (São Paulo e Rio de Janeiro), garantindo-se superlucros aos produtores, uma vez que até o transporte dos produtos por ferrovias era subsidiado pelo governo federal, que de 1932 a 1943 concedia gratuitamente os vagões.

Ao final do Estado Novo, a sociedade brasileira movimentou-se em direção a uma nova mudança política com a deposição de Getúlio Vargas e a ascensão do general Dutra ao poder, eleito pela coligação PSD/PTB. O ano de 1945 foi marcado por movimentos de oposição a Vargas, oriundos da liberal UDN – União Democrática Nacional enfrentando os pró-getulistas, abrigados no PTB - Partido Trabalhista Brasileiro e PSD – Partido Social Democrático. Neste contexto, Atílio Fontana, foi indicado por Nereu Ramos para organizar o PSD e concorrer nas eleições de 1947 a vereador pela cidade de Concórdia. Como vereador, do mesmo modo que acontecera quando, nos anos 30,

foi conselheiro consultivo em Cruzeiro³¹, o empresário dedicou-se à melhoria e construção de estradas de rodagem, rede de esgoto e de fornecimento de energia elétrica, melhorando a infra-estrutura regional, visando à expansão comercial e industrial (ESPÍNDOLA, 1999, p. 54).

Nas eleições de 1950, Fontana elegeu-se prefeito municipal de Concórdia, destinando a maior parte dos recursos públicos à implantação de escolas, postos de saúde e outras obras, usando “[...] a máquina administrativa na melhoria das condições de vida local e na qualificação da mão-de-obra necessária ao fluxo produtivo” (ESPÍNDOLA, 1999, p. 55). O poder público estava alavancando a acumulação capitalista na cidade. Profissionais especializados eram contratados pela prefeitura, mas também prestavam serviços à Sadia. A apropriação do poder público pelo poder privado era idealizada como o “bem geral da comunidade” e a propagação de uma ideologia de harmonização social entre Estado, iniciativa privada e sociedade, bastante comum às classes dominantes, visando difundir a idéia de neutralidade do Estado em relação às classes sociais. Paralelamente, Fontana difundia formas paternalistas e assistencialistas em relação aos seus trabalhadores (FONTANA, 1980).

Nas eleições vindouras, Fontana deu curso ascendente a sua carreira política estadual pelo PSD. Elegeu-se deputado estadual (1955-58), deputado federal (1959-62) e senador (1963-71)³². Em 1970 é indicado à vice-governança do Estado, na administração do engenheiro Colombo Machado Salles, onde encerra sua carreira política para dedicar-se exclusivamente aos negócios. Seus mandatos são marcados pela preocupação com o desenvolvimento de políticas públicas de apoio

³¹ Attilio foi nomeado conselheiro municipal pelo interventor estadual. Um decreto do governo de Getúlio Vargas criou os conselhos municipais com função equivalente à das câmaras de vereadores, então extintas. Em Cruzeiro, atual Joaçaba, o prefeito nomeado, Capitão Gervásio Rodrigues, instalou o conselho consultivo que contava com mais dois integrantes; os comerciantes César Fuganti, pai dos irmãos que viriam a ser sócios de Attilio, e João Leopoldo Klein. Os três conselheiros foram escolhidos porque eram os maiores contribuintes da prefeitura (FONTANA, 1980, p. 94-5).

³² Como Senador da República apóia o golpe de Estado de 1964 que derrubou o governo do presidente João Goulart interrompendo a implantação das reformas de base que tinham por objetivo transformar o Brasil numa nação soberana, desenvolvida e independente. “Mas, a meu ver, esse movimento, com todas as contrariedades havidas – inevitáveis em qualquer mudança social – foi a salvação do Brasil” (Fontana, 1980, p. 234). O alinhamento ao regime militar e ao capitalismo dependente do imperialismo o leva a se tornar destacado político da ARENA - Aliança Renovadora Nacional. Com militância no PSD, considerado um partido de centro-direita e na ARENA, partido de direita, em suas memórias Attilio se declara um social-democrata convicto, apontando como seu modelo político a Alemanha Ocidental. Declara-se favorável ao pluripartidarismo e como ideal para uma democracia socializante a existência de quatro partidos (FONTANA, 1980, p. 257).

à agricultura. Durante os anos de 1961 e 1962, ocupa a Secretaria Estadual de Agricultura, onde comanda a modernização da agricultura catarinense com base no modelo da integração³³ desenvolvida em fazendas estadunidenses. O modelo consiste numa concepção muito simples. A Sadia se propunha a fornecer os pintinhos, a ração e todo o suporte técnico necessário. O criador por sua vez era quem assumia o compromisso da construção dos aviários, do alojamento e cuidado das aves seguindo a risca as orientações técnicas até a devolução dos animais para a Sadia onde era feito o abate e a industrialização da carne (SADIA, 1994, p. 46).

A exemplo de Attilio, outros grupos agro-industriais de Santa Catarina buscaram através de seus proprietários a ocupação direta de cargos públicos como forma de influenciar nas decisões econômicas e políticas em seu benefício. Os líderes da região procuraram e procuram até hoje utilizar o Estado como instrumento de alavancagem industrial para a disputa do mercado mundial de carne de frango, suínos, óleo de soja etc. Espíndola apresenta alguns expoentes:

O empresário Plínio de Nez, por exemplo, presidente das Organizações Chapecó, foi prefeito (1956-61), deputado estadual (1963-66), secretário estadual da Secretaria do Oeste no governo Colombo Salles e presidente do Badesc (1976-79). Em sua gestão no Badesc, priorizou a eletrificação rural e financiou um entreposto frigorífico no porto de Itajaí para armazenar produtos destinados ao mercado externo. O Grupo Perdígão se fez representar por Luiz Gabriel (Secretário da Agricultura, 1966-70), Ivan Bonato (Secretário da Fazenda) e Victor K. Reis (diretor de crédito rural do Banco do Estado de Santa Catarina - Besc, 1975-79). (ESPÍNDOLA, 1999, p. 56).

Ressalte-se ainda que o sobrinho de Attilio, o engenheiro químico Victor Fontana foi por indicação do pai alçado a condição de presidente da Associação Rural de Concórdia nos anos 60 onde impulsionou através de seus técnicos a seleção de agricultores que se dispunham a

³³ Esse sistema nasceu originalmente na década de 50, quando o Grupo Sadia fundou a Fazenda Santa Luzia. Esta foi constituída por Attilio e o médico veterinário Roberto Nogueira, funcionário do Ministério da Agricultura. Com a interferência de Nogueira nesse ministério, foi possível a importação de linhagens de suínos da Inglaterra, que seriam entregues a pequenos produtores residentes na fazenda, sendo alguns destes familiares de Attilio Fontana originários da Itália (ESPÍNDOLA, 1999, p. 55).

participar do modelo de integração. Na intimidade com o poder assume a Secretaria da Agricultura (1975-79) e a vice-governança de Esperidião Amin Helou Filho (1983-1986). Em Concórdia, Ivo Reich, empregado da Sadia que chegou ao posto de membro do Conselho de Administração foi eleito prefeito da cidade.

Recentemente, estes vínculos com o poder ficaram mais evidentes ainda com a nomeação do neto de Attilio Fontana, Luiz Fernando Furlan, presidente do Conselho Superior de Administração da Sadia, para o Ministério da Indústria e Desenvolvimento, no primeiro governo de Luiz Ignácio Lula da Silva (2003-2006). Evidenciando, assim, a ligação estrutural entre os interesses da elite agroindustrial, com a centralidade estratégica “movida à exportação” do governo do presidente Lula (PETRAS, 2005).

De acordo com Espíndola, essas estratégias de planejamento a curto e longo prazo nas instâncias públicas foram substituídas a partir de meados da década de 80, quando a burguesia agroindustrial do Oeste catarinense passa a se representar em órgãos classistas de caráter nacional, como, por exemplo, na Associação Brasileira da Indústria de Óleos Vegetais (ABIOVE), na Associação Nacional dos Fabricantes de Rações (ANFAR), na Associação Brasileira de Exportadores de Frango (ABEF), na União Brasileira de Avicultura (UBA), na Associação Brasileira de Pintos de Corte (ABIPICO) e na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). Em 1990, o presidente do Grupo Perdigão presidia a UBA, o do Grupo Sadia a ABEF e o vice da Sadia liderava a ABIOVE. Em 1995, Luiz Fernando Furlan (Sadia) assumiu uma das direções da FIESP.

Através de sua influência no Estado, os empresários do setor agroindustrial do Oeste catarinense conseguiram obter vários incentivos fiscais desde as décadas de 30, quando se inicia o processo de industrialização via substituição de importações até a primeira década do século XXI, quando continuam a receber apoio do Estado para exportar mercadorias para mercados consumidores em todo o mundo. Além do apoio do Estado brasileiro, do Estado catarinense e das prefeituras para o desenvolvimento da infra-estrutura necessária ao escoamento da produção, se registra várias formas de apoio direto do Estado ao processo de acumulação de capital.

Em síntese registramos estes vários movimentos estatais: a constituição da CREAM (Carteira de Crédito Agrícola e Industrial) do Banco do Brasil, em 1937, com a finalidade de ampliar o financiamento agrícola e conceder empréstimos aos projetos agroindustriais; a partir da década de 50, várias medidas do governo Vargas, como em 1951

apoiando a instalação de frigoríficos no interior do Brasil Central (Andradina, Araçatuba, Campo Grande, Montes Claros, Teófilo Otoni, entre outros); a inclusão do setor no Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek na década de 50; políticas de empréstimo do governo federal na década de 60 dirigidas às agroindústrias com taxas de juros inferiores às do mercado; constituição da Secretaria da Agricultura no governo de Irineu Bornhausen (1951-56) que comandou a construção de silos e pontos de vacinação de suínos; criação do Fundo Geral para a Indústria e a Agricultura (FUNAGRI) durante o governo militar; criação do Programa Agro-Indústria (PAGRI) pelo governo militar em 1967; o Programa de Corredores de Exportação (COREX) criado a partir de 1967 para modernizar os portos para escoar a produção; a fundação da ACARESC, órgão executor da extensão rural em Santa Catarina para dar assistência técnica gratuita aos pequenos produtores, além de crédito orientado, mediante convênios com bancos públicos e privados (Banco do Brasil, Besc, Banco Mercantil, Bamerindus e BRDE – Banco Regional do Extremo Sul).

O BRDE, criado em 1961 para financiar o desenvolvimento industrial da região Sul, que à época se encontrava atrasada em relação à região Sudeste do Brasil, realizou inicialmente financiamentos ao setor industrial e posteriormente abrangeu a suinocultura e avicultura. Entre os anos de 1963 a 1980 emprestou-se 1,2 milhões de dólares (valores de 1980) ao setor industrial catarinense, sendo que o ramo alimentar obteve deste montante a maior parte dos recursos, 18,6% do total, destacando-se entre os que mais pegaram verbas a Perdigão. Para a suinocultura e avicultura o BRDE destinou entre 1970 e 1978, cerca de 8,1 milhões de dólares (valores de junho de 1978).

O governo catarinense criou em 1963 o Fundo de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (FUNDESC), que ficou sem operar até 1968. Entre 1970 e 1978 foram liberados recursos na ordem de 30,9 milhões de dólares. As três maiores indústrias do setor agroindustrial – Sadia, Perdigão, Ceval-Hering – obtiveram em 1973, cerca de 3,5 milhões de dólares, que representou 10,28% do total de verbas liberadas pelo sistema. Os recursos recebidos pela Sadia foram alocados na construção de uma unidade de aves em Chapecó.

Em 1975, foi lançado em Brasília, o II Plano Nacional de Desenvolvimento – PND (1975-79) que tinha por objetivos o desenvolvimento de setores de base, a abertura de novos mercados para a exportação de manufaturados, o desenvolvimento tecnológico e industrial, o incremento da indústria alimentar e a resolução dos desníveis regionais. No bojo do II PND, o governo catarinense lança o

Programa de Apoio à Capitalização de Empresas (PROCAPE) como estratégia de desenvolvimento econômico e incentivo à iniciativa privada, que substituiria o FUNDESC. Este programa era financiado com recursos do orçamento estadual (10%) (do ICM), e da recompra de ações pelas empresas beneficiadas, dividendos e bonificações. Quando o PROCAPE aprovava os projetos de modernização ou instalação de novas plantas industriais, comprava as ações da empresa, que as recomprava num prazo de 5 anos (ESPÍNDOLA, 1999, p. 62). Nessa estratégia de desenvolvimento econômico, Espíndola destaca dois itens do Relatório da Secretaria de Fazenda, que se referem à modernização da agricultura:

- 1) O prosseguimento dos programas de pesquisa, extensão e assistência técnica rurais, agora através de organismos mais modernos e mais aperfeiçoados e 2- o prosseguimento dos programas de distribuição de energia elétrica, a cargo do Estado, e execução de um programa, em ritmo acelerado, de ampla eletrificação rural (ESPÍNDOLA, 1999, p. 62).

Os recursos do PROCAPE dinamizaram e racionalizaram o desenvolvimento industrial e agropecuário catarinense. Entre 1975 e 1982, foram acessados cerca de 150 milhões de dólares pelos empresários catarinenses, sendo que desse total, 27 milhões de dólares foram para o ramo alimentar. O Oeste catarinense recebeu, entre 1975 e 1978, aproximadamente 6,8 milhões de dólares (valores de 1978) correspondentes a 24,5 % dos recursos totais do PROCAPE.

Neste período de 1975 a 1982 vê-se que os grupos Perdigão e Ceval - Hering obtiveram respectivamente, 30,2% e 27,5% do total dos recursos liberados para o ramo alimentar. O grupo Seara abocanhou 11,43% dos recursos. Depois da instalação de unidades em Seara e Xanxerê o grupo foi comprado em 1982 pela Ceval - Hering. O grupo Peperi de São Miguel do Oeste ficou com 8,7% dos recursos. A participação ativa destes grupos na obtenção não foi seguida pela Sadia, que estava enfraquecida politicamente no poder estadual durante o período de 1975 a 1982, diferentemente do grupo Perdigão que contava com Ivan Bonato no comando da Fazenda estadual. As demais agroindústrias do Oeste catarinense receberam recursos modestos em relação aos grupos citados.

Junto com a constituição do PROCAPE, o governo catarinense criou o BADESC, que em 20 anos de atuação injetou 12 bilhões de dólares na economia catarinense, implementando uma série de projetos

importantes para o benefício de diversos ramos industriais. Destaca-se o setor têxtil (232,5 milhões de dólares), o agroindustrial (208,2 milhões de dólares) e o de cerâmica (193,7 milhões), conforme *Rumos do Desenvolvimento*, no. 15, 1995.

Além do PROCAPE que foi extinto em 1982, o governo catarinense criou em 1988, o Programa do Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC) cujo objetivo era apoiar a instalação de novas unidades industriais tomando como referência os valores do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias - ICMS recolhido. Esse programa dava vantagens aos empresários, tais como, juros nulos, correção monetária plena e prazo de carência entre 12 e 60 meses. Em 1995 o PRODEC foi reformulado e seus incentivos passam a se basear na postergação do pagamento de parte do ICMS gerado nos primeiros 10 anos do funcionamento da empresa. O ICMS não pago é devolvido sem juros. Entre os grupos que obtiveram recursos destacam-se a Sadia e a Cooperativa Central Oeste Catarinense. Entre os anos de 1987 a 1991, foram liberados cerca de Cr\$14,9 bilhões de cruzeiros (13,9 milhões de dólares). Desse montante, Cr\$ 1,55 bilhão, 10,13% foram destinados à Sadia para construção de uma nova fábrica de presuntos em Concórdia, e 4,19% para a de salames.

Igualmente, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES -destinou recursos públicos para o desenvolvimento das agroindústrias. Entre os anos de 1980 e 1989, o peso dos recursos para elas foi abaixo de 20% do total. Entre 1983 e 1987 esses recursos chegaram à casa dos 600 milhões de dólares a cada ano, chegando ao percentual de 17,1% dos desembolsos totais do banco. Os setores mais beneficiados foram papéis, celulose, sucro - alcooleiro e soja (ESPINDOLA, 1999, p. 66).

Outra estratégia de obtenção de dinheiro barato pelas agroindústrias foi a venda de ações para o BNDES. O grupo Sadia obteve 24,3 milhões de dólares, a Perdigão obteve 5,7 milhões de dólares, a Ceval-Hering obteve 5,5 milhões de dólares e o grupo Chapecó obteve 4,1 milhões de dólares. No período passou-se a privilegiar a tomada de empréstimos nas diferentes linhas de crédito do BNDES, constando-se que a Ceval-Hering acessou 84 milhões de dólares, seguida da Sadia com 28,9 milhões de dólares, Perdigão com 8,7 milhões de dólares e Grupo Chapecó com 2,1 milhões de dólares.

No âmbito da pesquisa científica, a partir dos anos 40 do século XX, com a terceira revolução tecnológica, ocorre uma situação na qual, todas as ciências foram forçadas a se colocar a serviço da expansão do capital (MANDEL, 1982, p. 176). Assim, no Brasil, destacamos que a

Empresa Brasileira de Pesquisa Agrícola – Embrapa, que surgiu a partir das necessidades de desenvolvimento do capital, escolheu o município de Concórdia, em 1975, para sediar o Centro Nacional de Pesquisa de Suínos e Aves (CNPSU), que se transforma, em 1978, no Centro Nacional de Pesquisa de Suínos e Aves (CNPSA). Este escolha se deveu ao fato de que Concórdia é reconhecida como o centro mais avançado do país em suinocultura e avicultura (TEIXEIRA, 1994, p.48). E, segundo Alba (2001, p.308): “A articulação entre os órgãos estaduais, empresas privadas e universidades estruturou-se num modelo cooperativo de ação, o que implica na subordinação de toda pesquisa às diretrizes e prioridades definidas pelo capital e desenvolvidas pelo Estado, cujo centro coordenador é a EMBRAPA”.

Assevera Alba que as ações das empresas públicas foram fundamentais no desenvolvimento dos primeiros trabalhos de higienização dos processos produtivos em propriedades rurais e indústrias, resultando num maior aproveitamento dos resíduos industriais, como é o caso da gordura, que anteriormente era desperdiçada. Paralelamente houve um desenvolvimento tecnológico das máquinas reduzindo as perdas. A exportação de carne suína e de aves também foi um mérito do Estado através do trabalho dos técnicos da CIDASC levando o Estado a se tornar um estado livre da peste suína e da febre aftosa (ALBA, 2001, p. 308-309).

No setor educacional registramos aqui os vínculos do sistema escolar com o sistema produtivo uma vez que: “Poucos negariam hoje que os processos educacionais e os processos sociais de reprodução estão intimamente ligados” (MÉSZÁROS, 2007, p. 196)³⁴. Na época do registro de suas memórias, Attilio informa que a população adulta de Concórdia é constituída de 98% de pessoas alfabetizadas, havia três cursos universitários e uma Escola Agrícola Federal com capacidade para 500 alunos, onde se preparavam os técnicos em agricultura para a região (FONTANA, 1980, p. 271).

Nas últimas décadas o sistema universitário se expande na região Oeste para a formação de profissionais para o mercado de trabalho que demanda conhecimento e tecnologia (Diário Catarinense, 9 de março de 2010, p. 4). A partir da década de 60 foram criadas as Fundações Municipais que mantinham Universidades instituídas pelo poder público municipal, destacando-se na área de atuação da Sadia, a Universidade

³⁴ As reflexões de Mézáros sobre a educação no capitalismo e a proposta de um modelo educacional para além do capital encontram-se no capítulo 8 “A educação para além do capital”, às páginas 193-223, da obra referida: *O desafio e o fardo do tempo histórico* publicado pela Editora Boitempo em 2007.

Comunitária de Chapecó (UNOCHAPECÓ), a Universidade do Oeste Catarinense (UNOESC) e a Universidade do Contestado (UnC). Porém, como estas universidades cobram mensalidades que afastam a classe trabalhadora do acesso à educação, uma das maiores demandas do movimento estudantil da região é o ensino superior público e gratuito. Atendendo estas reivindicações sociais, recentemente a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) instalou um curso de Enfermagem e outro de Engenharia de Alimentos, em Palmitos, e a nova Universidade Federal Fronteira Sul criada no governo Lula, em 2009, abre vários cursos, entre eles, um de Agronomia em Chapecó³⁵.

Alba refere que boa parte do saber técnico para a implantação das agroindústrias em Chapecó se originou no interior das próprias empresas agroindustriais quando detinham o comando da parte mecânica dentro da empresa. Segundo Alba, era realizado um trabalho intenso de treinamento desta mão-de-obra em cursos desenvolvidos em Chapecó e em São Paulo. Mas, órgãos como “O SENAI, o SENAC e a UNOESC (Universidade do Oeste de Santa Catarina) tiveram papel fundamental para dar sustentação ao aperfeiçoamento, treinamento e profissionalização dos recursos humanos do município e região” (ALBA, 2001, p. 317).

Já no setor da comunicação há a concessão do Estado para que a Sadia instalasse uma estação de rádio em Concórdia (Fontana, 1980, p. 272). Como sabemos o controle oligopólico dos meios de comunicação no Brasil tem sido fundamental para a dominação de classes, ou seja, a manutenção de um povo submisso às formas de exploração capitalista desenvolvidas pelas classes dominantes brasileiras³⁶.

³⁵ A Universidade Federal Fronteira Sul (UFFS), no oeste do Estado, abriu em 2010 cursos universitários com previsão de 900 vagas, para os cursos de Administração (100), Agronomia (50) Ciências da Computação (100), Enfermagem (40), Engenharia Ambiental (50) Filosofia (100) Geografia (100), História (100), Licenciatura Português e Espanhol (60), Pedagogia (100), Sociologia (100). Há outros cursos também no Oeste do Paraná, em Realeza e Laranjeiras do Sul, e Noroeste do Rio Grande do Sul, em Erechim e Cerro Largo. Agora os estudantes não precisarão mais viajar de 600 a 800 quilômetros para estudar em Florianópolis, onde fica a Universidade Federal de Santa Catarina.

³⁶ Segundo Aguiar: “Os veículos de comunicação acabam facilitando e/ou influenciando na definição de certas ações por parte de atores sociais, políticos e na atuação do Estado, com o qual mantém diálogo permanente, através dos interesses corporativos de classe que representa ou, ainda, canalizando suas demandas. Agem como bloco hegemônico do capital, atuando como frente móvel de ação, representando os interesses das elites orgânicas nacionais, cujos líderes estaduais são bastantes conhecidos: o bloco no poder que controla o aparato do governo do Estado, representado por Amin/Bornhausen e sua base de sustentação na Assembléia Legislativa catarinense. Uma síntese local da mesma aliança conservadora de FHC no plano nacional” (AGUIAR, 2001, p. 107)

Conclui-se, portanto, que o desenvolvimento destas agroindústrias teve papel significativo do Estado colocando por terra qualquer discurso em defesa do livre mercado que se tornou a apologia capitalista preferida das décadas recentes no Brasil, como bem se demonstra pelo apoio do governo federal à construção da Ferrovia da Integração para escoar a produção da região para o mercadointernacional³⁷. Os interesses de classe da burguesia agro-industrial foram bem defendidos por ela ou por seus prepostos a partir da ocupação de postos-chaves no Estado em distintas conjunturas políticas e econômicas, confirmando aquela máxima de Marx, de que este é um comitê de negócios da burguesia.

Os dados já comprovam suficientemente que a acumulação de capital se dá com decisivo e indispensável apoio do Estado, beneficiando frações da burguesia em detrimento de outras como se evidenciam nos valores aportados a Sadia, Perdão e Ceval.

Com toda essa ‘ajuda do Estado brasileiro’, não era possível não ser um grande “empreendedor” como foi Atílio Fontana. Alia-se ainda a isso a superexploração do trabalho, e a extração de mais-valia, e tem-se a resposta dos motivos que levaram este grupo empresarial a ser um dos maiores do país. Assim, na próxima seção, descreveremos um pouco de como se deu a acumulação do capital deste grupo.

2.6 A ACUMULAÇÃO DO CAPITAL PARA A CONSTITUIÇÃO DO GRUPO SÁDIA

Nesta seção faz-se uma síntese histórica da criação e desenvolvimento da Sadia, para que ao final possamos nos dedicar às últimas décadas do século XX (três) e primeira década do século XXI. Isto porque, é na década de 1970 que a agroindústria se implanta na cidade de Chapecó, é esta unidade industrial que está em estudo para fazermos a pesquisa empírica, como caso típico do desenvolvimento de

³⁷ Dentro da segunda edição do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC, do governo federal, cerca de 85 milhões de reais foram garantidos somente para a execução do projeto executivo da obra entre Chapecó e Itajaí e do projeto de viabilidade entre Chapecó e Dionísio Cerqueira. Esta ferrovia terá uma extensão de cerca de 700 quilômetros entre o Porto de Itajaí e a fronteira com a Argentina, o que permitirá posterior integração de Santa Catarina ao porto de Antofagasta, no Chile, formando uma ferrovia bioceânica no futuro e facilitando a exportação da produção catarinense para os países do Mercosul e da Ásia (Confirmada Ferrovia da Integração no PAC 2, 29/03/2010, Disponível em www.pedrouczai.com.br, acesso em 29/03/2010).

uma agroindústria de carnes no Oeste de Santa Catarina. Para se responder a essa questão no escopo deste trabalho nos remetemos à *História de minha vida*³⁸, biografia de Atílio Fontana, o maior acionista da Sadia no início de sua constituição, e a publicação *Sadia – 50 anos construindo uma história*.

A seção será subdividida em dois itens: no primeiro privilegia-se a trajetória pessoal do empresário Atílio e na segunda o nascimento da Sadia e a trajetória de seu desenvolvimento empresarial na região Oeste de Santa Catarina.

2.6.1 De comerciante de alfafa a industrial

De colono a comerciante, Atílio acumulou inicialmente um capital comercial³⁹ que em seguida se transformou em capital industrial ao adquirir cotas de um frigorífico semifalido em Concórdia, onde devido a sua habilidade gerencial, consegue recuperá-lo e criar a Sadia. A partir de então podemos afirmar com certeza que toda a acumulação de capital vai se multiplicando pela exploração da mais-valia dos trabalhadores empregados – sejam os trabalhadores não qualificados, ou dos mais qualificados, que trabalham no desenvolvimento de novas técnicas de gestão e produção - e com decisivo apoio do Estado.

Atílio chegou a Bom Retiro dos Campos – atual Herval do Oeste – em outubro de 1921, ficando entusiasmado com o enorme potencial das terras catarinenses e com a certeza de estar no caminho certo. “Vi a qualidade das terras, vi a vegetação e as lavouras como se desenvolviam, vi os trilhos da ferrovia com os armazéns a dois passos ali [...]”, registrou Atílio, em suas memórias publicadas em 1980 (SADIA, 1994, p.16).

Nascido em 1900, na colônia do Arroio Grande, distrito de Silveira Martins, em Santa Maria da Boca do Monte, Rio Grande do Sul, Atílio, o oitavo dos doze filhos de Romano Fontana e Theresa Dale

³⁸ Novamente requer esta autora que seja reportado à nota de n. 30, reafirmando nossa concepção deste capitalista e de todos os demais, que vivem as expensas do trabalho alheio e do Estado, que deveria ser de todos e é tomado como se fosse seu negócio particular.

³⁹ Em suas memórias Fontana refere-se a empregados em sua casa comercial em Bom Retiro do Cruzeiro, comprovando assim a utilização de trabalho assalariado como suporte para acumulação de seu capital comercial. “Mantinha também bom relacionamento com os meus empregados, que eram meus amigos; dificilmente eu perdia um porque não se adaptasse ao sistema de trabalho em minha casa comercial” (FONTANA, 1980, p. 81).

Rive, imigrantes do norte da Itália, viveu ali sua infância. A adolescência passou-a em Lageadinho, próximo a Santa Maria, onde seu pai tinha comprado uma propriedade maior. Ali trabalhou no campo com seu pai e irmãos, aprendendo a cuidar da terra, da criação, enfrentar pragas, plantar e colher, estocar e negociar milho, trigo, alfafa, arroz e feijão. Foi um aprendizado espontâneo e prático que compensou seus anos incompletos na escola primária (SADIA, 1994, p. 16)⁴⁰.

Por volta de 1920, com a morte do pai, um ano depois do irmão Domingos, o irmão mais velho e bom companheiro, Attilio resolveu trocar a rotina da lavoura pela agitação da vida do comércio da cidade, resolvendo então se estabelecer em Bom Retiro dos Campos, onde se emprega com Casimiro Tisian, como enfardador de alfafa. No ano seguinte volta a Santa Maria e casa-se com Diva Bordin. Daí por diante aumentaria a família e os negócios (SADIA, 1994, p. 17).

Em 1922, ano em que nasceu Walter, o primogênito, Attilio fez sua primeira viagem de negócios a São Paulo. Lá fez um acordo de fornecimento de alfafa aos Fuganti, comerciantes gaúchos, e que por seu intermédio compraram a casa comercial dos Tisian, em Bom Retiro. Com os lucros vindos do enfardamento de alfafa e de outros negócios que ele realizava por conta própria, Attilio compra um pequeno hotel em Bom Retiro do Cruzeiro, atual Luzerna, entregue à gestão de sua esposa auxiliada por familiares.

Em 1925, com a ajuda do sogro, o hotel foi transformado em uma casa de comércio. Attilio comprava mercadorias em São Paulo para abastecer a loja: artigos de armarinho, ferramentas, arame, tecidos, louças, conservas, café, açúcar, sal, óleo e outros produtos, que eram negociados com os colonos. Em São Paulo e Norte do Paraná vendia a produção da colônia: alfafa, suínos e cereais (SADIA, 1994, p. 18).

Entre o final dos anos 20 e o início dos 40, Attilio transforma-se num próspero comerciante e um cidadão reconhecido em todo o vale do rio do Peixe, de Caçador a Marcelino Ramos. Nessa altura, abre uma nova e importante frente de atuação: a política. É convidado pelo interventor estadual para se tornar conselheiro municipal em Cruzeiro, atual Joaçaba, abrindo caminho para sua longa carreira parlamentar (SADIA, 1994, p. 18).

⁴⁰ Esta formação escolar equivalente ao terceiro ano primário foi complementada ao longo de sua vida pela experiência administrativa, pela leitura de livros e jornais, onde se destaca, o Diário de Notícias, de Porto Alegre, e O Estado de São Paulo, por viagens internacionais onde sempre buscava novas tecnologias para seus negócios, a vivência religiosa na Igreja Católica, e a vivência política que também lhe acresceu conhecimentos sobre a situação política, econômica e social do país (FONTANA, 1980).

Em 1935 a criação da firma Fuganti, Fontana & Cia. - em sociedade com a mesma família que antes estabelecera o acordo de fornecimento de alfafa -, atuando com várias filiais em Santa Catarina, Paraná e São Paulo, reforçou seu prestígio na região. Foi com este prestígio que foi convidado pelo prefeito de Concórdia para ir conhecer e dirigir um frigorífico em construção nos arredores da cidade, mas em situação financeira difícil.

2.6.2 O nascimento do grupo Sadia

A Vila de Concórdia tornou-se sede do município em 29 de julho de 1934, numa área de 2.745 quilômetros quadrados, desmembrada de Joaçaba. Atílio visitara a vila em 1942. A cidade de modestas casas de madeiras contava então com 2000 habitantes. Nas colônias e povoados dos vários distritos encontravam-se cerca de 30 mil habitantes vivendo em pequenas propriedades, quase todos cultivando cereais e criando suínos em pequenas propriedades (SADIA, 1994, p. 20-21).

A região de Concórdia estava se tornando um importante centro produtor. Os colonos vinham obtendo resultados positivos no cultivo de milho, trigo, feijão, mandioca, fumo e batata. O crescente rebanho de suínos que atingia cerca de 100 mil animais em 1940 confirmava o sucesso dessa atividade realizada pelos pioneiros gaúchos em suas pequenas propriedades. Concórdia estava então entre os dez mais prósperos municípios do Estado. Diante deste bom cenário, Atílio aceitou o convite do prefeito Dogelo Goss e dos cotistas do Frigorífico Concórdia Ltda para dirigir a empresa (SADIA, 1994, p. 21).

Como administrador do frigorífico ele acertou que 50% dos resultados obtidos seriam dele. Fez funcionar o moinho de trigo com capacidade de moagem de 6 toneladas dias – O Moinho Concórdia, parte da sociedade – e com os recursos gerados aumentou a compra de trigo e começou a pagar as dívidas vencidas, evitando os juros.

Passado no teste gerencial, Atílio convocou os cotistas e apresentou-lhes a proposta de comprar todas as cotas pela metade do valor nominal, pagando-as em dinheiro ou cotas de uma nova sociedade, e assumindo o ativo e o passivo da organização. Por falta de melhor alternativa a proposta foi aceita por maioria. Em seguida, o frigorífico Concórdia Ltda, deu lugar à S.A. Indústria e Comércio Concórdia, a Sadia, formalmente constituída em 7 de junho de 1944, numa quarta-feira do começo do inverno do Sul. Vinte e sete acionistas assinaram a

ata de fundação da nova empresa e elegeram a primeira diretoria, que tinha como presidente Attilio Fontana. Entre os acionistas estavam cotistas da organização anteriores, sócios novos, familiares e colaboradores de Attilio Fontana. Assim, aos 44 anos Attilio Fontana dava os primeiros passos no seu empreendimento industrial. O nome da empresa foi tirado da razão social da empresa, pela junção das iniciais de “Sociedade Anônima” com as três últimas letras da cidade de Concórdia. Este nome logo virou marca sendo registrada em 1947 e usada até hoje, embora, atualmente, a empresa tenha se fundido com a Perdigão (SADIA, 1994, p. 22).

No dia 7 de junho de 1944, em Concórdia, Meio Oeste catarinense, 27 acionistas liderados por Attilio Fontana, assinam a ata de fundação da Sadia. O cenário é um pequeno moinho de trigo e os alicerces e as paredes de um frigorífico de suínos em construção, numa região a centenas de quilômetros dos grandes centros urbanos do país.

O frigorífico ficou pronto e as máquinas foram instaladas. O abatedouro começou a funcionar em 20 de novembro desse ano, com um pequeno abate de 30 suínos. O quadro de empregados era de 50. A decolagem não seria fácil, mas, logo os produtos como farinha, banha, lingüiça e salame iam cada vez mais longe vencendo atoleiros das estradas e a lentidão dos trens.

Nos anos 50 a Sadia levanta vô, investindo no aprimoramento da matéria-prima, instituí o fomento na suinocultura, uma prática que melhoraria a qualidade dos suínos da região e se propagaria por outras áreas de atuação da Sadia. O diretor da área técnica do frigorífico de Concórdia juntamente com o médico veterinário, Dr. Roberto Nogueira da Gama, utilizando reprodutores Duroc e Jersey, criaram uma nova tecnologia de criação e engorda que fez com que os porcos alcançassem 100 quilos em oito meses contra os tradicionais “porcos tipo-banha” que levavam 14 meses para atingir os cem quilos. Os porcos Duroc e Jersey, engordados com farinha de carne e nutrientes em ambientes mais higiênicos, tinham menos banha e carne de melhor qualidade, segundo afirmava a Sadia. A produção aumentava, as dificuldades aumentavam. Como levar os produtos frescos, como o presunto cozido, lingüiça, mortadela, salsicha e outros, para São Paulo? A resposta foi passar a levar os produtos de avião para São Paulo. Aviões foram adquiridos e criou-se em 1955 a Sadia S.A para transportes de cargas e passageiros que funcionou até 1972, originando em seguida a Transbrasil S.A Linhas Aéreas, uma empresa independente e com sede em Brasília. A distribuição mais rápida se torna sinônimo de qualidade e se transforma numa eficiente estratégia de *marketing* criada por Omar Fontana que

criou o slogan “Do ar para o seu lar” que passava uma imagem de sofisticação e avanço tecnológico. A capital paulista que já abrigava o Moinho da Lapa se torna grande centro distribuidor de seus produtos. O ciclo se completa: De São Paulo para Bauru, Campinas, Ribeirão Preto e Rio de Janeiro.

Na década de 1960 a Sadia abre, também em São Paulo, sua primeira unidade industrial de carnes e derivados nesse Estado, a Frigobrás – Cia Brasileira de Frigoríficos. Para dar suporte ao fornecimento de matéria prima ela adquire um pequeno frigorífico em Toledo (PR), região de terras férteis e abundante produção de milho e soja. Por meio do fomento agropecuário a Sadia introduziu animais de raças mais produtivas junto aos colonos. O crescimento desta unidade de Toledo leva-a já em 1971 a abater diariamente cerca de 600 suínos, expandir a suinocultura, introduzir a avicultura integrada, construir ali a primeira fábrica de rações, e ensaiar os primeiros passos para o processamento da soja. O investimento interno é prioridade, com reforma de instalações, modernização tecnológica, treinamento de pessoal e reestruturação do sistema de vendas, são condições básicas para crescer.

Nos anos 1970, a Sadia acelera seu crescimento e abre novas frentes de atuação, econômicas e geográficas. Num ambiente favorável aos investimentos dentro do chamado “milagre econômico” brasileiro⁴¹, a empresa habilita-se técnica, gerencial e financeiramente para sustentar novos empreendimentos de criação e abate de perus em Chapecó, bovinos em Várzea Grande e cultivo e processamento de soja em Joaçaba, junto com a reforma e ampliação das plantas de Concórdia e Toledo. Em 1969 a Sadia havia pedido seu registro como empresa de capital aberto nos termos da legislação estabelecida em 1965. Aceita a solicitação, a Assembléia Geral Extraordinária aprovou a abertura de capital em 1971 elevando o número de acionistas de 655 para 1500. Para isto muda sua razão social e seus estatutos. A antiga S.A. Indústria e Comércio Concórdia deu lugar à nova Sadia Concórdia S.A Indústria e Comercio, controladora de cinco empresas do setor agro-industrial e comercial. O grande interesse dos investidores vinha dos dividendos

⁴¹ O governo do general Médici coincidiu com o período do “milagre econômico”, nome dado para qualificar o período de retomada de crescimento econômico com uma taxa média de 10% ao ano. Este crescimento foi baseado na expansão do endividamento externo contraído de modo absolutamente irresponsável, ou seja, com taxas de juros flutuantes, devido à sobra de dinheiro nos bancos internacionais; e no aprofundamento do arrocho salarial (NAPOLITANO, 1998, p. 40). Está, portanto, na contramão da crise internacional que vai chegar aqui na década de 80.

distribuídos pela empresa que eram resultados do seu bom desempenho e do potencial dos empreendimentos em curso. Com essa aceleração do seu crescimento a Sadia se prepara para disputar o mercado internacional de carnes, abrindo rotas de exportação para Espanha, França, Itália, Portugal; além do potencial mercado de frangos no Oriente Médio.

Com plantas industriais espalhadas em três regiões: Sul, Sudeste e Centro-Oeste, e uma rede de filiais espalhadas pelo país inteiro, a Sadia atravessa a chamada década perdida dos anos 80⁴², investindo contra a recessão. Unidades são ampliadas, outras construídas ou adquiridas. A empresa investe na soja, expande-se a avicultura, aumenta o processamento de carnes suína e bovina. O lançamento de novos produtos demonstra a força da empresa, sobretudo no mercado externo, onde testa a sua capacidade produtiva, a eficiência competitiva e a qualidade dos seus produtos. Japão, Hong Kong e Oriente Médio são alcançados pela empresa. A Sadia busca maior eficiência corporativa, por meio de medidas técnicas, informatização de vários serviços, e organizacionais, como a maior centralização da gestão da empresa nas áreas administrativa, financeira e de produção, que lhe permitiram ganhar agilidade e racionalidade na aplicação dos recursos do grupo.

Nos anos 1990, quando se inicia no Brasil a implantação do modelo econômico neoliberal marcado por baixíssimas taxas de crescimento, a Sadia torna-se definitivamente um grande complexo agro-industrial e comercial, empregando direta e indiretamente milhares de trabalhadores.

Nessa década introduzem-se novos processos produtivos e novos métodos gerenciais. Destaca-se aqui o programa TQS - Total Qualidade Sadia que parte do conceito elementar de que a qualidade final começa a ser criada no primeiro instante do processo produtivo, num movimento que envolve toda a organização – dos setores básicos da fábrica à alta administração – na procura da máxima eficiência coletiva pelo aproveitamento racional das potencialidades individuais. Segundo a Sadia, tratava-se de substituir um sistema tradicional de relações de

⁴² A política de crescimento econômico do ministro Delfim Netto naufragou por volta de 1981: inflação beirando os 100% anuais, dívida externa crescente por causa do aumento dos juros internacionais e diminuição do PIB – Produto Interno Bruto. As baixas taxas de crescimento anual levaram os economistas a denominar os anos 80 de década perdida. Nesse contexto, o governo estimula as exportações para fazer divisas que lhe permitam pagar os juros da dívida (Napolitano, 1998, p. 88). Assim explica-se a estratégia exportadora da Sadia, pois o capitalismo dependente brasileiro não estimula um mercado interno de massas para absorver a produção industrial e agrícola.

produção, de tipo paternalista, por um modelo baseado na estimulação intelectual, o engajamento criativo do trabalho, a participação justa nas decisões e nos resultados (SADIA, 1994, p. 123). O novo modelo de gestão TQS baseou-se em viagens de estudo ao Japão e a empresas que implantaram experiências similares, sendo aplicada inicialmente na Unidade de Chapecó.

Como estratégia competitiva a Sadia se volta prioritariamente para o mercado internacional, no contexto da integração regional e da “globalização” econômica mundial, como declara Luiz Fernando Furlan em abril de 1993, ao assumir a presidência do Conselho de Administração: “A principal meta de minha gestão e um dos maiores desafios do Grupo nesta década é promover, mais e mais, a internacionalização da Sadia” (SADIA, 1994, p. 121).

No ano de 1994, a companhia comemora seu cinquentenário, fechando o ano com um faturamento de US\$ 2,9 bilhões e uma receita de exportação de mais de meio bilhão de dólares. Ainda nesse ano, inicia um processo de sucessivas incorporações, dentro de um projeto de racionalização e reestruturação societária. Quatro anos depois, esse processo culmina na criação da Sadia S.A., que consolidava todas as atividades operacionais em uma única organização.

Na primeira década do século XXI amplia-se a ligação da empresa com o mercado internacional, favorecida sobremaneira pela política agroexportadora de Lula que para satisfazer os credores externos e o cumprimento das diretrizes ortodoxas do Fundo Monetário Internacional, favoreceu “os setores da agricultura que geram divisas, à custa daqueles setores agrícolas que produzem alimentos para o consumo local” (PETRAS, 2005, p. 66). Mas, a partir de 2008 a crise econômica mundial⁴³ que estoura nos países capitalistas do centro do sistema – EUA, Europa e Japão – atinge a sobrevivência da empresa que foi fortemente alavancada por fundos públicos para sobreviver à crise econômica internacional. Segundo o Relatório da Administração de 2009, os resultados foram impactados negativamente pela volatilidade cambial que provocou queda nos preços dos produtos exportados. A

⁴³ A Sadia encerrou 2008, com o primeiro prejuízo anual de sua história, reflexo de perdas financeiras com operações cambiais e dos impactos da desvalorização do real. As perdas foram de R\$ 2,48 bilhões e não refletiram o desempenho operacional da empresa, que registrou receita anual recorde de R\$ 12,2 bilhões, alta de 23% em relação a 2007. O volume total comercializado aumentou 8,3% em 2008, o mercado interno cresceu 12,2% e o mercado externo, 5%. A Sadia também encerrou o ano de 2008 com o maior volume de investimentos de sua história, na ordem de R\$ 1,8 bilhão. Fonte: Folha de S. Paulo <http://www.bomdiamatogrosso.com/2009/05/prejuizo-da-sadia-no-primeiro-trimestre.html> 27/12/2010. Pela primeira vez, desde sua formação a empresa não teve lucros.

redução do consumo no mercado internacional obrigou a empresa a fazer ajustes em sua produção, que se refletiu em aumento no custo dos produtos e nas despesas comerciais⁴⁴. Como em toda crise se vê um aumento da concentração e centralização de capital para sobrevivência dos capitalistas. Portanto, é assim que ocorre no ano de 2009 a fusão da Sadia com a concorrente Perdigão que fora fundada em 1934, dando origem à Brasil Foods, que passa a ser uma das maiores empresas de alimentação do mundo na modalidade de companhia aberta de capital autorizado⁴⁵. Durante o processo de transformação que vem sendo acompanhado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE vinculado à Secretaria de Direito Econômico – SDE e Secretaria de Acompanhamento Econômico – SAE do governo federal, a nova empresa é co-administrada. Pela Sadia, o co-presidente do Conselho de Administração da empresa é Luiz Fernando Furlan, e pela Perdigão, o co-presidente é Nildemar Secches. O processo de fusão em curso ainda não foi aprovado definitivamente pelo CADE.

Segundo o Relatório de Administração de 2009 da Brasil Foods S.A., distribuído aos acionistas em 2010, a BRF nasce como uma das líderes globais do setor de alimentação, levando seus produtos e marcas para mais de 100 países. O faturamento de 24,4 bilhões de reais em 2009 dá à BRF a condição de quarta maior exportadora brasileira, maior exportadora mundial de aves e maior empresa global de proteínas em valor de mercado. Segundo o Relatório, “reconhecida pela qualidade dos seus produtos, pela capilaridade da sua distribuição e pela força de suas principais marcas – Sadia, Perdigão, Batavo, Qualy, Elege e Doriania – a BRF está diariamente nos lares dos consumidores brasileiros” (Relatório da Administração, 2009, Diário Catarinense, 01 de março de 2010, p. 24).

O CADE, por todas as informações que se têm disponíveis, ainda não aprovou em definitivo a fusão das duas empresas. Mas, os analistas

⁴⁴ Apesar da crise internacional que eclodiu no centro do sistema, o Brasil conseguiu um crescimento de 5,1% do seu Produto Interno Bruto, em 2008. Em 2009 se fez sentir aqui os impactos da crise internacional com queda de -0,2% no Produto Interno Bruto - PIB. Em termos internacionais houve desempenho negativo de -2,4 do PIB dos EUA, de -2,6 do PIB do Canadá, de -3,3 do PIB da Venezuela, de -3,6 do PIB da Espanha, de -4 no PIB da Holanda, de -5 do PIB da Alemanha, de -5,1 do PIB da Itália, de -5,2 do PIB do Japão, de -6,5 do PIB do México, de -7,9 do PIB da Rússia (Diário Catarinense, sexta-feira, 12 de março de 2010, p.13, Economia).

⁴⁵ A reestruturação societária obteve uma captação de recursos na ordem de 5,6 bilhões de reais. O controle difuso – direitos igualitários – em 31/12/2009, apresentava a seguinte divisão: Sabiá/Andorinha/Fapes: 0,9%; Previ: 13,7%, Petros: 9,1%; Valia: 3,0%; Sistel: 1,5%; ADRs: 8,1%; Estrangeiros: 26,5%, Tesouraria: 0,3%; Nacionais – 36,9% (Relatório de Administração da Brazil Foods – 2009).

financeiros dizem que é apenas uma questão de tempo, sendo que as duas empresas deverão ter finalmente sua fusão aprovada, passando a ser denominada de Brasil Foods S.A.

Feito um breve histórico de como se deu a acumulação do capital, para que Atílio Fontana pudesse construir este império denominado Sadia, e de como a mesma iniciou na cidade de Concórdia, e a trajetória até os dias atuais, é importante analisar-se a construção desta empresa na cidade de Chapecó, cuja unidade será por nós estudada na ótica do trabalho na seção III desta dissertação.

2.7 A SADIA EM CHAPECÓ E AS CONFIGURAÇÕES JURÍDICAS DESTA EMPRESA

Nos anos oitenta a Sadia consolidou-se na liderança do mercado nacional de carnes e perus. A imagem do “peru Sadia” como ave nobre e marca associada aos festejos natalinos já se fixara há muito tempo na mente dos consumidores brasileiros. Porém, foi quase por acaso que a empresa enveredou por essa área, em meados da década de 60.

Em 1966, numa viagem ao Rio de Janeiro, Raul Mena Barreto dos Reis, diretor do Moinho da Lapa, junto com Walter Fontana, descobriu em uma granja do interior do Estado uma criação de perus “brancos e de peito largo”, trazidos dos Estados Unidos, e bem diferentes dos perus “pretos e com quilhas” criados no Sul. A Sadia contatou a empresa Kimber Farms, da Califórnia, e importou 1500 matrizes para uma criação experimental em Concórdia. Destas, chegaram vivas a Concórdia umas 500 aves. Em 1968 já se abatiam alguns milhares de perus, com grande demanda deste produto durante o natal.

O sucesso do produto gerou um impasse. A unidade de Concórdia estava em plena reforma da planta industrial e não tinha espaço físico e nem capacidade de alimentação para uma grande criação de Perus. A Sadia temia também que a proximidade de frangos e perus pudesse trazer problemas sanitários e técnicos. A melhor alternativa foi desenvolver um novo ramo da avicultura por meio de um programa autônomo e em outra localidade: Chapecó.

A Sadia elaborou um projeto para a criação e processamento dos perus que foi encaminhado e aprovado pelo Fundo do Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina para aplicação de incentivos fiscais. Chapecó foi escolhida para instalar o frigorífico numa área próxima ao

posto de compra de suínos da empresa. Houve dúvidas iniciais na escolha pelo fato de que havia uma concorrência acirrada com outras empresas na compra de suínos, e ainda o pessoal da prefeitura e da empresa tinha origens políticas rivais: UDN e PSD. Mas, apesar das disputas políticas, pesou na decisão o fato de que a cidade já havia alcançado bom tamanho e situava-se no centro duma vasta zona agrícola rica em milho e soja, localizada na região do oeste catarinense, alto Uruguai-rio grandense e sudoeste paranaense. Chapecó dispunha também de energia elétrica, boas estradas e um aeroporto.

Em agosto de 1970 foi constituída a nova empresa – Sadia Avícola S.A. Frigoríficos, silos e fábrica de rações foram construídos até 1973, quando começaram os primeiros abates. Começou a implantação do sistema integrado de produção, sob a supervisão do Departamento de Fomento da unidade e fizeram-se os acertos finais para o fornecimento de matrizes pela *Nicholas Turkey Breeding Farms*, da Califórnia, EUA. O projeto original previa abater 5.000 aves por dia, meta logo alcançada e até superada.

A Sadia enfrentou dificuldades iniciais decorrentes do próprio mercado de consumo: a alta sazonalidade do produto e a baixa tradição de consumo de carnes de perus no Brasil, além das dificuldades das donas de casa em preparar um produto com o qual não tinham nenhuma familiaridade. Uma queixa recorrente era de que o peru após ser assado ficava muito seco. Isto ocorria porque havia o costume de recheá-lo com farofa que absorvia todos os líquidos da carne. Para superar este problema criou-se o peru pré-temperado, pronto para ser levado ao forno e ainda dotado de um termômetro para indicar o tempo de preparo. O tempero suave e saboroso transformou o produto num sucesso.

A sazonalidade do consumo de peru – vendas concentradas no Natal – foi bastante difícil de superar. Assim, optou-se por conjugar em Chapecó o processamento de perus e frangos, ambos criados no mesmo sistema de integração. Ao longo do tempo desenvolveram-se os cortes de perus para o mercado interno e para exportação, além de fiambres, peitos defumados e desossados e salsichas de carne e de peru. Essa solução elevou a rentabilidade e a produção. Enquanto em 1973 abateram-se 550 mil perus, em 1997 o abate foi de 1,6 milhões de aves e em 1980 superava-se a marca de 3,8 milhões. Atualmente a Sadia abate e processa mais de 11 milhões de perus por ano em Chapecó, numa linha bastante diversificada de produtos. O projeto da Sadia levou a “[...] popularização do consumo desta carne rica e leve, e altamente indicada para todo tipo de consumo” (SADIA, 1994).

Neste processo houve intenso aprendizado e aporte de novas tecnologias, sobretudo na área de matrizes. Para tanto, a Sadia criou a *Hybrid Agropastoril*, em 1978, numa associação empresarial com a canadense *Hybrid Turkeys Ins*, fornecedora das “avós” das matrizes. A Sadia também acumulou mais experiências no fomento agropecuário e desenvolvimento de novas estratégias de comercialização, se tornando uma “escola” do Grupo Sadia.

Assim, surgiu e se desenvolveu a agroindústria na cidade de Chapecó, hoje apenas denominada de Sadia S.A., de capital aberto, e que emprega nesta cidade mais de 7000 trabalhadores diretos, sendo que este município, e os adjacentes, têm sua lógica de sobrevivência, em torno desta e de outras agroindústrias.

Com o término da seção II dedicada ao capital, passa-se ao terceira seção, dedicada ao trabalho.

3 A CENTRALIDADE DO TRABALHO E O PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NA AGROINDÚSTRIA SADIÁ S.A.

3.1 INTRODUÇÃO

Na segunda seção, analisa-se a formação da agroindústria estudada, partindo-se de um contexto do capitalismo mundial na década de 1970, e como se deu a resposta do capital diante da sua crise estrutural. Dentro desta mesma seção discute-se a reestruturação produtiva no mundo do trabalho. Esta contextualização foi feita para, no interior da mesma, analisar a formação desta agroindústria no município de Chapecó. Convencionamos dizer que a segunda seção foi dedicada ao capital.

Nesta terceira seção será analisada a questão da centralidade do trabalho, com ênfase na alienação do trabalho no modo de produção capitalista. Após, discutir-se-á processos de organização do trabalho dentro deste modo de produção, fazendo, antes, uma análise do que é: processo de produção, processo de trabalho e processo produtivo. Finalizaremos esta seção estudando a forma como foram implantados os processos de organização do trabalho nesta agroindústria, taylorismo/fordismo, com ênfase à introdução dos elementos toyotistas a partir de 1991, quando, através de coação e da hegemonização do discurso, a empresa começa a preparar a classe trabalhadora e a sociedade, para a implantação no chão de fábrica dos TQS (Total Qualidade Sadia), na agroindústria de Chapecó que ocorre a partir de 1995.

3.2 A CENTRALIDADE DO TRABALHO PARA A CLASSE TRABALHADORA

Para analisar a centralidade do trabalho, parte-se da concepção materialista da história para a qual o trabalho é o que permitiu a gênese da criação humana. Ou seja, o homem fez-se homem e ser social pelo trabalho. O trabalho, durante toda a existência humana, foi/é fundamental na relação do homem com a natureza na sua incessante luta pela sobrevivência, pela conquista da dignidade e da felicidade social.

Portanto, a categoria trabalho é primordial para entender a diferenciação dos homens de outros animais (MARX, 2005).

É muito célebre a distinção, muito bem feita por Marx, entre “o pior arquiteto e a melhor abelha”: o primeiro concebe previamente o trabalho que vai executar, enquanto a segunda labora instintivamente (MARX, 2005).

Assim, ao longo dos sucessivos modos de produção da humanidade, tivemos várias formas de processos de trabalho, sendo que, em todos os que precederam o modo capitalista, o trabalho era visto como algo a ser feito pelos seres inferiores, pelos escravos, ou outros similares. Conforme (BARRETO, 2006, p. 94):

O trabalho, em muitas culturas, era ‘visto’ como castigo, algo que penalizava e engendrava sofrimento. Desde o Eclesiastes (Antigo Testamento) até o século XVI, o trabalho era identificado como produto de muito esforço físico, intimamente ligado à pobreza, sendo considerado maldito e profano. Como maldição, não era aceito como um fim em si mesmo, não servindo à salvação.

A partir do século XVI, na fase mercantilista e nos primeiros passos para a formação capitalista, o trabalho passa a representar, ao contrário de anteriormente, “uma forma de aproximação com Deus”, e a ideologia do culto ao trabalho começa a fazer seus primeiros ensaios para a sua hegemonização, onde o homem passa a ser visto na sociedade por seu trabalho, por seu lugar no mundo do trabalho (BARRETO, 2006, p. 94-5).

Para Marx, sem o trabalho a vida cotidiana não se reproduziria. Contudo, por outro lado quando a vida humana está resumida exclusivamente ao trabalho, ela se converte num esforço penoso, aprisionando os indivíduos e unilateralizando-os. Por isto, se por um lado, necessitamos do trabalho humano e de seu potencial emancipador, devemos recusar o trabalho alienado que explora, infelicita e aliena o ser social (MARX, 2005).

3.2.1 O trabalho alienado

Ao ter-se a centralidade do trabalho como a categoria fundante do homem enquanto ser e enquanto ser social, é necessário entender-se que,

mesmo após o trabalho passar a ser visto como algo “bom” não mais profano e maldito, na sociedade capitalista o trabalho, que é necessário para o trabalhador obter um salário a fim de sobreviver e para o capitalista aumentar o seu lucro, continua a ser tormento para o trabalhador devido ao seu caráter alienado, conforme Marx (1983, p. 159):

Se o produto do trabalho não pertence ao trabalhador, um poder alheio estando frente a ele, então isso só é possível por o produto do trabalho pertencer a *um outro homem fora o trabalhador*. Se a sua atividade lhe é tormento, então tem que ser fruição a um outro e a alegria de viver de um outro. Não os deuses, não a natureza, só homem mesmo pode ser este poder alheio sobre os homens.

E, para que este modo de produção pudesse alcançar seus objetivos, tais como: extração cada vez maior de mais valia e alienação do trabalhador do produto do seu trabalho, era necessária a “domesticação do trabalhador”. Esta domesticação do corpo do trabalhador para que este pudesse ser usado como utilidade, ocorre por volta dos séculos XVII a XIX, tendo como objetivo o “adestramento” corporal, a autodisciplina e a automodelação do homem, para que este fosse alienado em definitivo do produto do seu trabalho e subjugado à máquina, sendo que esta é quem dita o ritmo da produção, e não o contrário, quando era o trabalhador quem determinava este ritmo.

A revolução industrial (ocorrida na Inglaterra entre 1770 e 1830) precisava do homem máquina, do trabalhador coletivo, do homem domesticado, totalmente alienado do produto de seu trabalho. Num primeiro momento, conforme já se viu, tornou-se hegemônica a ideologia de que o trabalho não era mais profano e maldito, mas sim que servia à “salvação eterna”, posteriormente, foram “domesticados” os corpos operários para melhor servirem ao capital, para poder extrair-se cada vez mais lucro (BARRETO, 2006, p. 94-8). E, além desta “domesticação”, neste modo de produção o trabalho torna-se alienado/estranhado.

A alienação do trabalho no interior da sociedade capitalista era essencial para este modo de produção, e, para tanto era necessário subsumir o trabalho ao capital. Assim, analisa-se aqui a **categoria de subsunção, tanto a subsunção formal, quanto a subsunção real do trabalho ao capital (grifo nosso)** para perceber-se as estratégias utilizadas pelo modo de produção capitalista para estabelecer o trabalho

alienado. Segundo Romero (2005), a categoria subsunção, analisada por Marx, não deve ser trocada ou entendida como subordinação, ou submissão, como é possível observar a seguir:

[...] a categoria de subsunção designa, ao mesmo tempo, uma relação de subordinação e de inclusão do trabalho ao capital: estas constituem relações de dominação do capital sobre o trabalho a ponto de este se tornar um elemento que compõe uma dimensão do ser do próprio capital. Tal processo se expressa pela conversão de trabalho vivo (capital variável) em trabalho morto (trabalho cristalizado na forma de capital, isto é, capital constante), de modo que se tem uma relação de identidade entre trabalho e não-trabalho ao mesmo tempo em que o não trabalho se opõe ao trabalhador (ROMERO, 2005, p. 20).

Por subsunção entende-se a subordinação do trabalho ao capital. E, no modo de produção capitalista, Marx desenvolve dois conceitos de subsunção: a formal e a real. Ainda segundo Romero (2005, p. 19), estas duas categorias de subsunção significam:

O conceito de subsunção formal designa a relação de dominação e subordinação do trabalho frente ao capital do período pré-industrial, particularmente a produção de base artesanal e /ou manufatura. O trabalhador está subsumido ao capital na medida em que não possui meios de produção e é obrigado a se tornar um trabalhador assalariado. No entanto, esta subsunção é apenas formal, pois, nesse momento, a produção ainda é feita sem a introdução de máquinas. Nesse sentido, o trabalhador ainda tem um grande controle sobre o ritmo e sobre o modo de produzir, pois detêm o monopólio do conhecimento (saber-fazer) do processo produtivo [...]. O conceito de subsunção real designa a relação do trabalho frente ao capital do período industrial. Nesse momento o trabalhador passa por um processo de expropriação do seu saber-fazer e cristalização desse conhecimento em um processo mecânico e objetivo (as máquinas-ferramentas). O trabalhador passa a não mais ter domínio completo sobre o ritmo da produção e, principalmente, sobre o modo de se produzir - e

isso passa a ser ditado pela maquinaria, a qual subsume realmente o trabalhador.

Quando o capital consegue a subsunção real do trabalho, ou seja, o domínio sobre o ritmo do trabalho, que é ditado pela maquinaria, e o domínio total sobre o próprio trabalho, que pertence ao capital, **entra-se na fase da maturidade do capital (grifo nosso)**. O ciclo de alienação estava completo, ficando claro que esta alienação é necessária à dominação da classe trabalhadora pelo capital e, conseqüentemente, pela classe detentora do mesmo, a burguesia. Mas, tal dominação não se dá somente no nível do corpo, da domesticação deste ao modelo de trabalho imposto pelos donos do capital, pois é necessário dominar também a mente e o coração do trabalhador. Para tanto, utilizam-se os meios que a classe dominante possui, como a escola, os meios de comunicação social e a cultura que tem um ingrediente especial chamado religião. Já se analisou, anteriormente, como a religião foi fundamental na mudança do conceito de trabalho, transformando-o de humilhante, degradante, próprio de escravos para dignificante, instrumento de salvação eterna. Tais mudanças na disciplinação da força de trabalho para os propósitos de acumulação de capital, que envolvem de acordo com Harvey (1989, p. 119), “alguma mistura de repressão, familiarização, cooptação, e cooperação, elementos que tem de ser organizados não só no local do trabalho como na sociedade como um todo”, continuará a ser realizada ao longo das décadas e séculos⁴⁶ e na medida em que o capital precisar elevar ou rebaixar o *status* do trabalho.

Daí a necessidade do capital na criação e construção da ideologia do “adeus ao trabalho ou fim do trabalho” surgida na década de 1980 e capitaneada por Gorz (1982). Tal tese ganhou adeptos nos anos seguintes, mas também adversários que demonstraram a precariedade das análises do mundo do trabalho responsáveis pelas conclusões apressadas sobre a não-centralidade do mesmo. Antunes (1997) nos proporciona um panorama dos defensores e adversários da tese de Gorz, assim como um estudo próprio a respeito da centralidade do mundo do trabalho⁴⁷.

⁴⁶ Colocou-se que tais mudanças continuarão a ser feitas por décadas e séculos, porque neste momento não podemos discutir a questão da revolução socialista. Mas, na medida em que somos defensores da mesma, é por certo que, quando esta ocorrer, referida situação não será mais o horizonte da nova cultura. E, talvez, não se tenha mais décadas e séculos para o capital continuar dominando o trabalho.

⁴⁷ A tese de Gorz, apoiada ou criticada de diferentes formas por Offe, Coriat, Touraine, Schaff, Mandel, Kurz, Bihr, Gounet, Meszáros, Annunziatto, Harvey, Clarke, ganhou ênfase com a crise estrutural do capital cuja consequência foi à reestruturação produtiva, geradora da acumulação flexível.

Os que defendem a tese do fim do operariado utilizam as transformações acontecidas no modo de produção capitalista nos países do capitalismo central a partir da década de 1970 e, nos países periféricos, a partir da década de 1990.

As mudanças mais visíveis a qualquer observador atento aos processos de transformação do mundo do trabalho foram a pulverização das multidões de trabalhadores das grandes fábricas em empresas menores, associadas ou terceirizadas, fabricando parte dos componentes das grandes máquinas antes fabricadas num mesmo local. É o fenômeno da terceirização e até mesmo da quarteirização que, por sua vez, criam a subproletarização: a grande maioria dos operários demitidos nas “matrizes” por causa da terceirização acaba criando ou trabalhando nas empresas terceirizadas, mas em condições sociais rebaixadas na medida em que perdem direitos trabalhistas e benefícios que a empresa-mãe tinha condições de oferecer. O mesmo aconteceu com as chamadas “maquiladoras”⁴⁸ nas quais os/as trabalhadores/as passavam a trabalhar nas próprias casas, dispersando-se e invisibilizando-se, assim como com a introdução do toyotismo que dispensou uma significativa quantidade de trabalhadores fazendo com que os que restaram realizassem, em igual ou em menor tempo, as tarefas de todos os despedidos. Caracteriza-se também o fenômeno da “invisibilização” dos trabalhadores, a seccionalização das grandes multinacionais que praticaram e praticam uma nova divisão internacional do trabalho, construindo partes das mesmas máquinas em países diferentes, de acordo com o menor preço da matéria prima e da força de trabalho.

Fazem parte destas mudanças, ainda, a mecanização e a robotização do trabalho, substituindo boa parcela dos trabalhadores especializados por máquinas, trazendo como resultado a dispensa de milhões de operários em todo o mundo, assim como a ampliação de trabalhadores nos ramos de serviços nos quais se torna mais complexa a extração da mais-valia.

Todas estas manobras, mais outras protagonizadas em diferentes lugares do mundo de acordo com o estágio de desenvolvimento do modo de produção capitalista, propiciaram aos teóricos do sistema a formulação da ideologia do fim do proletariado/fim do trabalho, apesar de que está claro que o objetivo fundamental foi a maior extração de mais-valia para tirar o sistema capitalista da crise. Tal processo apenas reforçou o que já era conhecido e aceito: o capital sabe que, para sair da

⁴⁸ Fábricas de tecidos, sapatos, e outros produtos cujas peças eram passíveis de serem transportadas para as casas dos/as trabalhadores/as e aí montadas.

crise, somente existe uma fórmula, qual seja: extração maior de mais-valia, mais-valia que se realiza tão somente pelo trabalho assalariado, uma das premissas deste modo de produção. Ora, se o capital sabe dessa premissa e reestrutura toda a produção na busca de extrair maior mais-valia como saída para a crise, por que falar em *fim do proletariado, adeus ao trabalho*? Por que não falar em manobras para dispersar os trabalhadores, para reuni-los em pequenos “guetos” (locais diferentes, turnos diferentes, países diferentes, categorias diferentes e tratadas como adversárias/inimigas, leis trabalhistas diversas etc.) que impedem a comunicação com seus pares, que diminuem sua força de organização, que desvalorizam seu trabalho para baixar sua auto-estima, que quase impossibilitam sua resistência organizada? Trata-se de uma crise do capital, deste modo de produção, conforme na seção dois já se afirmou. Por isto, concorda-se que: “A chamada crise da sociedade do trabalho é um modo significativamente invertido de abordar a crise estrutural do capital aberta no início dos anos 1970, que forma o estofa da terceira fase do estágio imperialista-monopolista do capitalismo⁴⁹.”

No Jornal televisivo “Bom dia Brasil”, exibido na Rede Globo no dia 20/04/2010, apresentou-se uma pesquisa do IPEA sobre a situação da classe média nacional, pesquisa que chegou a algumas conclusões que podem corroborar estas reflexões/conclusões a respeito da situação do mundo do trabalho neste estágio do modo de produção capitalista: a) A família de classe média, composta de 04 pessoas (pai, mãe e dois filhos), nas últimas duas décadas teve que recorrer ao trabalho da mulher para garantir a mesma renda que antes era conseguida com o trabalho de uma só pessoa; b) Além disso, os trabalhadores da família estão dedicando mais tempo ao trabalho, assim como ao deslocamento; c) As famílias estão gastando mais na aquisição das mesmas coisas, tendo que sacrificar algumas delas ou fazer ‘bicos’ para ganhar mais; d) A previsão para os próximos vinte anos é que deverão trabalhar mais duramente e investir mais tempo para continuar com o mesmo nível de vida.

Mas, a reportagem desta emissora de televisão, que representa os interesses do grande capital nacional e internacional, evidentemente não poderia tratar das causas profundas deste fenômeno, ou seja: trata-se da incapacidade do sistema capitalista de atender às necessidades básicas da humanidade devido à entranhada lógica da acumulação, à diminuição

⁴⁹ Conclusão extraída da Tese do Movimento Sindical Avançando. *Avançando Rumo ao Socialismo*, tese apresentada para o CONCLAT, que se realizou em Santos/SP, no mês de junho de 2010, p. 9.

gradativa do lucro sobre os produtos e à necessidade de extrair maior mais-valia do trabalho.

Quantas pessoas ao nosso redor se obrigam a buscar mais do que um trabalho para sobreviver e/ou para melhorar seu poder aquisitivo? E quantos trabalhadores investem de três a seis horas diários para estudar, após a jornada de trabalho, a fim de poder continuar no mundo do trabalho e não serem alijados dele em prol de outro/a trabalhador/a mais qualificado/a? Somando a jornada de trabalho efetiva com jornada de estudo, os deslocamentos casa-trabalho, trabalho-casa, trabalho-colégio/faculdade, colégio/faculdade-casa, de quantas horas é a jornada de trabalho de significativa parcela da classe trabalhadora? Como falar a ela em *adeus ao trabalho*?

Acima, citou-se uma reportagem do “Bom dia Brasil” sobre a necessidade constante das famílias de classe média trabalhar cada vez mais para garantirem seu *status* social. Em outra reportagem exibida no dia 27/04/2010, mostraram que as mulheres de classe média estão adiando a maternidade para mais de 35 anos justamente por causa da priorização do trabalho, da conquista de uma “certa estabilidade econômica”. Como dizer a elas que priorizem a família e não o trabalho?!

Diante disso e de tantos exemplos próximos a cada um de nós, assim como de pessoas do nosso convívio, todas comentando a dificuldade de dar conta de tanto trabalho, a expectativa pelos dias feriados, pelas férias, pela aposentadoria, como falar do *adeus ao trabalho*? Não está suficientemente visível o esforço dos governos de todos os países para prorrogar cada vez mais a data da aposentadoria dos trabalhadores?

E, em nossa região, temos o exemplo da falta de trabalhadores para as agroindústrias, fenômeno que se repetia em todos os últimos anos por ocasião da aproximação das festas de fim de ano e que passou a se agudizar nos últimos cinco anos, tendo-se esta falta agora não somente na época das festas, mas sim ao longo de todo o ano: depois de pagar serviços de som para andarem pelos bairros de Chapecó oferecendo vagas de trabalho nas agroindústrias, as mesmas recorrem aos habitantes do nordeste do Rio Grande do Sul de onde trazem diariamente vários ônibus lotados de trabalhadores. E, como muitos deles desistem ainda no primeiro mês de trabalho devido ao longo tempo transcorrido nas estradas, às duras condições de trabalho na produção e aos baixos salários (piso salarial de R\$ 652,00), o processo volta a se repetir. Diante disso, assistimos a uma realidade que desmente a falácia do “fim do proletariado e do trabalho”, pois as mesmas

agroindústrias que empregaram uma grande força de trabalho nos anos 1970 e 1980, diminuindo-a drasticamente a partir dos anos 1990 por causa da implantação do toyotismo e da informatização/automação, agora necessitam de mais força de trabalho e tem dificuldades enormes para recrutá-la.

Com esta realidade vivenciada no mundo nas últimas décadas do século anterior e na primeira deste século, como negar a centralidade do trabalho, tanto na vida de cada trabalhador em particular, como para a classe trabalhadora, e para a sobrevivência das sociedades e da humanidade, como um todo? E, como o ser humano é fundamentalmente social e o processo de globalização interliga e torna cada vez mais interdependente a vida das sociedades, dos países, dos grupos humanos, das categorias profissionais, não há como negar que o trabalho precisa ser organizado socialmente, precisa tornar-se um direito de todo ser humano, precisa ser regido por leis sociais.

Ademais, a centralidade do trabalho, neste momento, está cada vez mais colocada no horizonte da classe trabalhadora. Até porque, conforme analisa Marx nos seus *Manuscritos Econômico-filosóficos*, a alienação do trabalho, pela qual o trabalhador se aliena do produto de seu trabalho e da sua própria atividade produtiva e os homens se alienam da natureza, dos outros homens e do gênero humano, é uma mediação de segunda ordem, histórica e superável. Portanto, esta alienação que construiu o modo de produção capitalista e foi uma das premissas deste (o trabalho assalariado e alienado), somente pode ser superada pelo trabalho e, conseqüentemente, pela classe trabalhadora, pelos que produzem, quando os mesmos não aceitarem mais ser alienados do fruto do seu trabalho.

Além dos argumentos acima, tem-se o testemunho do mundo do trabalho nas últimas décadas, ou seja, o aumento da classe trabalhadora em grande parte do mundo. Conforme trecho retirado da Tese *Avançando Rumo ao Socialismo* (p. 09-10), do Movimento Sindical Avançando, apresentada no CONCLAT (Congresso da Classe Trabalhadora), que se realizou em Santos/SP, no mês de junho de 2010:

Houve, de fato, várias mudanças no perfil e distribuição do proletariado (seja por ramos da economia, seja em termos geo-econômicos). Empiricamente, se forem examinadas as estatísticas da OIT no último meio-século, fica evidente que houve um gigantesco crescimento do proletariado em escala mundial e em todos os continentes; algo que se mantém se considerarmos

variações médias relativas de cerca de dez anos (e não oscilações curtas em épocas de crise) e se não reduzirmos o proletariado aos trabalhadores manuais. O proletariado é “a classe dos assalariados modernos que, não tendo meios de produção, são obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver” (Nota 1 de Engels ed. de 1888 do Manifesto Comunista); excluindo os que por seus rendimentos elevados podem acumular capitais suficientes para viver de juros e aqueles cuja função única é gestonária (definição clássica assumida por Lênin: Observações ao Projeto de Programa de Plekhanov do POSD russo 1902, Obras Completas v. 6); mas incluindo todos os desempregados que não se tornaram pequenos empresários (Cf. Marx - O Capital I, cap. XXIII sobre o “exército industrial de reserva”). O próprio proletariado industrial produtivo (de mercadoria, que combina trabalho concreto produtor de valor de uso e trabalho abstrato criador de valor de troca) se ampliou com a proletarização dos trabalhadores do campo e com os que integram o “trabalhador coletivo” (Cf. Id. O Capital I, esp. cap. XIV; e Cap. VI Inédito). A classe como um todo inclui ainda os trabalhadores do comércio, dos bancos e dos serviços que também fazem parte do proletariado, isto é, os ‘trabalhadores improdutivo’ para o capital em geral, (pois não transformam a natureza produzindo e transportando mercadorias - unidade de valor de uso e valor de troca - e, portanto não produzem o “conteúdo material da riqueza social” nem incrementam a massa global de mais-valia), mas que são produtivos para os capitalistas destes ramos, pois permitem que eles valorizem seus capitais e participem do rateio da mais-valia (Cf. Id. O Capital II cap. VI e III cap. XVII). Nos EUA o proletariado aumentou em números absolutos de 62 milhões em 1950 para 124 milhões em 1990; ainda que no chamado “terceiro setor” houvesse um crescimento proporcionalmente maior (passou de 22 para 78 milhões). Se considerarmos as estatísticas sobre o período mais recente, entre 1990 e 2005, verificamos que a força de trabalho mundial passou de 1,43 para 1,93 bilhões de

pessoas. Ainda que o setor de serviços aumente proporcionalmente muito mais (e mais rápido), o emprego na indústria (em sentido amplo) vem aumentando nos últimos 50 anos em termos absolutos numa média em torno de 3% ao ano; e num ritmo em torno de 5% no chamado “terceiro mundo” (Cf. BIT – Le Travail dans le Monde, Genève, 1984, 1991, 1996 e 2006 e US Department of Labor, Montly Labor Review, 1991).

A classe trabalhadora, a que vende sua força de trabalho, só tem aumentado desde que o capitalismo se expandiu pelo mundo (MARX, 1983, p. 372). Um raciocínio fácil de entender é trabalhar com a acumulação do capital: o processo de acumulação do capital nas mãos de menos capitalistas é um fenômeno facilmente observável; são as fusões de bancos, de montadoras, de fábricas de alimentos, de produção de sementes etc. O mesmo acontece com o setor de serviços: grandes redes de supermercados, de distribuidores de todo tipo de produtos, de farmácias, de venda de eletro/eletrônicos. Ora, se o capital se acumula em menos mãos, diminuem os donos dos meios de produção e das empresas de serviços e aumentam os que vendem sua força de trabalho a esses poucos donos do capital⁵⁰. Além disto, devem ser considerados os desempregados e trabalhadores temporários, visto que essas pessoas, apesar de desempregadas ou parcialmente empregadas, fazem parte da classe trabalhadora.

Tudo isto, deverá ser considerado na questão do trabalho, da centralidade deste na vida humana, pois somente a classe trabalhadora poderá dar cobro aos desmandos do capital. E reafirmam-se, junto com a centralidade do trabalho, o protagonismo da classe trabalhadora, única capaz de exterminar com o modo de produção capitalista, através da sua união revolucionária mediante a associação (MARX, 1983, p. 375). Enquanto existir o modo de produção capitalista, Marx é nosso contemporâneo. Por isto:

Mas, deve-se ter presente a centralidade das classes trabalhadoras expropriadas e exploradas,

⁵⁰ Nas últimas décadas a economia brasileira se tornou mais dependente do capital internacional e das grandes empresas monopolistas. As 500 maiores empresas capitalistas que atuam no Brasil controlam 50% do seu produto interno bruto, sendo que um por cento dos ricos brasileiros controla a maior parte da riqueza nacional, cerca de 75% de toda a riqueza produzida, segundo dados do IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, do governo federal. Além disto, as 100 maiores empresas monopolizam 80% de todas as exportações brasileiras (Cartilha da Assembléia Popular, 2009, p.27).

nas transformações que se opõem à lógica de acumulação de capital, e o protagonismo estratégico do proletariado como um todo como sujeito revolucionário na luta pela supressão do capitalismo, capaz de ser conseqüente até o fim na luta para superar o domínio do capital e estabelecer um modo viável de controle socialista da produção e reprodução social. Uma revolução do trabalho, (na medida em que as classes trabalhadoras, sob a hegemonia do proletariado, formam o sujeito coletivo das lutas emancipatórias com capacidade objetiva de estabelecer uma alternativa histórica viável ao domínio do capital). E uma revolução no trabalho (na medida em que deve auto-abolir o trabalho abstrato e alienado, abolir sua própria subordinação estrutural ao capital bem como a necessidade de subordinar qualquer classe por outra, instaurando uma sociedade baseada no trabalho concreto socialmente emancipado que produz coisas socialmente úteis e amplia cada vez mais o campo de liberdade da auto-atividade humana) (Tese do Movimento Avançando Sindical, 2009, p. 10).

Visto o papel desempenhado pelo trabalho na vida da humanidade e de como o capital subsumiu o trabalho no modo de produção capitalista, (alienando-o, assalariando-o), e do protagonismo da classe trabalhadora, na próxima subseção desta seção, passa-se à discussão dos processos de organização do trabalho, para poder ser entendido as técnicas usadas pela classe burguesa, a fim de que houvesse a extração da mais valia humana para autovalorização do capital.

3.3 DOS PROCESSOS DE PRODUÇÃO, DE TRABALHO E DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO ANTES DA DÉCADA DE 1990, TAYLORISMO/FORDISMO E APÓS A DÉCADA DE 1990: TOYOTISMO

Anterior à discussão do que se denomina de processos de organização do trabalho, entendemos ser necessário analisar o que se compreende como sendo: processo de produção, processo de trabalho e

processo produtivo. Pois, somente após esta explicação, é que se consegue clarificar por quais compreensões é que se denomina o taylorismo/fordismo e o toyotismo como sendo processos de organização do trabalho, e não processos produtivos. Após esta análise, discutir-se-ão os processos de organização do trabalho dos séculos XX e XXI.

3.3.1 Processo de produção

O processo de produção (grifo nosso) é um processo de trabalho que cria valores de uso e um processo de valorização que cria valores de troca aumentando o capital através da mais-valia. Portanto, o processo de produção é o processo de trabalho que cria valores de uso e valores de troca para o capital⁵¹. É o mesmo a unidade dos processos: de trabalho e da valorização do capital. O processo de produção é mais amplo que o processo de trabalho, pois enquanto o processo de trabalho é uma condição de existência humana, comum a todas as formas de sociedade humana: de um lado, o homem com o seu trabalho, o elemento ativo; do outro, o elemento natural, passivo, o processo de produção capitalista é processo de trabalho **mais a valorização do capital (grifo nosso)**, valorização esta que se realizou dentro do processo de trabalho através da extração da mais-valia.

Ou, conforme Marx (1985, p. 84):

No processo de produção, o trabalho converte-se em trabalho objetivado- por oposição a capacidade viva de trabalho, ou seja, capital, e, em segundo lugar, em virtude dessa mesma sucção e apropriação do trabalho no processo produtivo, o valor pressuposto torna-se valor que se processa e, portanto, valor que gera uma mais valia diferente de si próprio. A soma de valor pressuposta, que só potencialmente era capital, realiza-se como capital real unicamente em virtude do fato de o trabalho se transformar no decurso do processo de produção.

⁵¹ Como a MERCADORIA é um produto que é trocado, aparece como unidade de dois aspectos diferentes: sua utilidade para o usuário, que é o que lhe permite ser objeto de uma TROCA; e seu poder de obter certas quantidades de outras mercadorias nessa troca. Ao primeiro aspecto, os economistas políticos clássicos chamavam *valor de uso*; ao segundo, *valor de troca* (Dicionário do Pensamento Marxista, 2001, p. 401).

Do texto anterior, tem-se, conforme Marx (1985, p. 84): “No processo de produção, o trabalho converte-se em trabalho objetivado por oposição a capacidade viva de trabalho, ou seja, capital”. Aqui se deve entender: a) que, embora a autovalorização do capital se dê dentro do processo de trabalho onde a capacidade viva de trabalho transformou-se em trabalho objetivado (produtos), a valorização do capital dar-se-á na esfera da circulação onde estes produtos, agora mercadorias, são vendidos somando-se os valores gastos em matérias-primas, meios de produção e salários, acrescidos do tempo de trabalho não pago, que é a mais-valia. Esta mais-valia, (o tempo de trabalho não pago) é a valorização do capital. Assim, esta valorização do capital dá-se na esfera da circulação. Em síntese: a autovalorização ocorre dentro do processo de trabalho, mas faz parte do processo de produção e se efetiva na esfera da circulação onde o capital é aumentado, fazendo com que o produto do modo de produção capitalista seja **realmente o capital. (grifo nosso)**, b) No mercado, antes do processo de trabalho, o capitalista compra a força de trabalho do trabalhador, (mas não o trabalho). Esta força de trabalho somente se transforma em trabalho no processo de trabalho quando, efetivamente, transforma as matérias primas em produtos, os quais, na esfera da circulação, são as mercadorias. Por isso, Marx afirma que, no processo de produção o trabalho converte-se em trabalho objetivado em oposição à força viva de trabalho. c) para que o modo de produção capitalista tenha como produto, seu fim, seu objeto a transformação de capital em mais capital, é necessário à extração da mais-valia, do sobretrabalho, pois somente esta poderá transformar x-capital, em mais x-capital.

3.3.2 Processo de trabalho

O processo de trabalho (grifo nosso) é aquele no qual, através do trabalho humano, o trabalho é materializado, ou objetivado em valores de uso. Ou seja, a forma como o trabalho é organizado em cada modo de produção da humanidade. Em cada modo de produção da humanidade sempre existiu o processo de trabalho. Mas, como se vive no modo de produção capitalista, é deste processo de trabalho subordinado ao capital que se tratará neste momento.

E, tendo-se que o processo de trabalho existe em todas as formas de sociedade humana, ou seja, em qualquer modo de produção, há de se buscar o que diferencia o processo de trabalho do modo de produção

capitalista de outros modos de produção. Assim: a) No modo de produção capitalista o processo de trabalho está organizado para que ocorra a autovalorização do capital por intermédio do trabalho vivo, do trabalho objetivado que cria mais-valia. E, “o processo de trabalho não é mais que o próprio trabalho, considerado no momento da sua atividade criadora.” (MARX, 1985, p. 64-5); b) O processo de trabalho é constituído por três elementos, quais sejam:

[...] a) primeiro o trabalho em si, uma atividade produtiva, com um objetivo; b) segundo, o(os) objeto(os) sobre os quais o trabalho é realizado; c) e terceiro, os meios que facilitam o processo de trabalho. Os objetos sobre os quais o trabalho é realizado, em geral criado por um processo de trabalho anterior, são chamados de matérias-primas. Os meios de trabalho incluem tanto os elementos que são precondições essenciais para o funcionamento do processo de trabalho, embora com ele se relacionem indiretamente (canais, estradas, etc.) como os elementos através dos qual o trabalho se exerce sobre seu objeto, como as ferramentas (DICIONÁRIO DO PENSAMENTO MARXISTA, 2001, p. 299).

Marx, ao tratar do processo de trabalho, assim explica os três elementos que o constituem, quando nos diz:

De tal modo, a forma de que no processo de trabalho o capital enquanto valor de uso se reveste decompõe-se assim: primeiro, em meios de produção, conceptualmente diferenciados, mais interdependentes; segundo, numa diferenciação conceptual derivada da natureza do processo de trabalho, entre as condições objetivas de trabalho (os meios de produção) e as condições subjetivas de trabalho a capacidade de trabalho - ativa e orientada para um fim - ou, o mesmo é dizer, o próprio trabalho. Terceiro: do ponto de vista do processo no seu conjunto não há dúvida de que o valor de uso do capital se apresenta aqui como processo produtor de valor de uso, processo nos quais os meios de produção com respeito a essa determinação específica opera como meios de produção da capacidade de trabalho específica que atua conformemente a um fim e corresponde à sua natureza determinada. Ou, por outras palavras, o processo de trabalho no seu conjunto enquanto tal,

na interação viva de seus elementos objetivos e subjetivos, apresenta-se como a forma total do valor de uso, isto é, como a forma real do capital no processo de produção (MARX, 1985, p. 45-6).

Mas, se o processo de trabalho é constituído destes três elementos anteriormente citados, é somente o trabalho humano que pode autovalorizar o capital. E esta autovalorização do capital, embora se dê dentro e através do processo de trabalho, autovaloriza o capital devido à forma como foi organizado e se deu no processo de trabalho, a mesma não se realiza dentro deste processo de trabalho, (no modo de produção capitalista) vindo a realizar-se na esfera de circulação, quando são vendidas as mercadorias, conforme explica Marx (1985, p. 56):

O processo de trabalho propriamente dito, apresenta-se só como meio do processo de valorização do capital, tal como o valor de uso do produto aparece apenas como portador do seu valor de troca. A autovalorização do capital - a criação de mais-valia - é, pois, objetivo determinante, predominante e avassalador do capitalista, impulso e conteúdo absoluto das suas ações.

Claro está que o processo de trabalho, no modo de produção capitalista, é o meio utilizado pelo capitalista para a valorização do capital. Por isso, no modo de produção capitalista, sendo a mais-valia a única forma de aumentar o capital e a base de toda a valorização deste, era necessário era a subsunção real do trabalho ao capital, como ocorre com a grande indústria, na fase de maturidade do capitalismo.

3.3.3 Processo produtivo

Porquanto nas obras marxianas e marxistas tem-se bem claro as categorias de processo de produção e processo de trabalho, a compreensão do que seja processo produtivo, tem-se tornado difícil, visto que essa categoria é pouquíssima usada por Karl Marx, e mesmo assim, quando de sua utilização, não há uma clareza imediata em que sentido é usada.

Assim, para poder-se compreender melhor e definir de que forma usar a categoria de processo produtivo, no corpo da dissertação trabalhou-se no estudo de duas obras, que são: a) obra de Karl Marx: *Capítulo VI Inédito de O Capital, resultados do processo de produção*

imediate, São Paulo, Moraes, 1985; b) obra de Ricardo Antunes: *Os sentidos do Trabalho -ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho*, 6.ed., São Paulo, Boitempo, 2002. Das análises feitas das duas obras, observa-se que ambos os autores, (mais Ricardo Antunes do que Marx) usam a categoria de processos produtivos, ora como sinônimo de processo de trabalho, ora como sinônimo de processo de produção. A princípio, após longa análise destas duas obras, tentamos usar processo produtivo apenas como sinônimo de processo de trabalho, isto, por nos parecer mais propício à época. Mas, em debate com o eminente marxista professor Geraldo Pereira Barbosa⁵², compreendemos que não seria correta a utilização desta categoria apenas como sinônimo de processo de trabalho. Pelo fato de termos que fazer mais estudos sobre a análise da categoria, optamos por utilizar o menos possível a expressão processo produtivo no corpo da dissertação. E, quando a utilizamos, pode ser como sinônimo de processo de produção ou de processo de trabalho.

3.3.4 Processos de organização do trabalho: taylorismo/fordismo e toyotismo

Numa rápida introdução justificamos porque denominamos o taylorismo/fordismo e o toyotismo como sendo processos de organização do trabalho.

3.3.4.1 Introdução

Alguns estudiosos do mundo do trabalho tratam o binômio taylorista/fordista, e após o toyotismo como sendo: processos produtivos, técnicas de organização do trabalho, métodos de trabalho, sistemas de trabalho, organização do trabalho, modelos de produção e

⁵² Doutorando em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde desenvolve a tese: *De Hegel a Marx e a uma Revitalização do Marxismo Hoje Tornada Possível*, sob orientação do prof. Doutor José Paulo Netto.

padrão de acumulação⁵³.

Após os estudos a que nos referimos no item anterior, denominaremos as técnicas de trabalho como sendo: **Processos de Organização do Trabalho, (grifo nosso)** e neste espaço a ênfase será dada aos processos de organização denominados: taylorismo/fordismo e o toyotismo, bem como ao imbricamento destes processos de organização do trabalho.

Mas, por quais motivos que se usa a denominação de Processos de organização do Trabalho, para referir-se ao taylorismo/fordismo e ao toyotismo? Justificaremos:

Na subseção anterior discutiu-se o que se entende por: processos de produção, processos de trabalho e processos produtivos. E, a partir desses debates, entendemos por bem não nominar o taylorismo/fordismo e o toyotismo com as categorias: processo produtivo, processo de trabalho, técnicas de organização do trabalho, métodos de trabalho, sistemas de trabalho, organização do trabalho, modelos de produção ou outra expressão. Isto por que:

a) **Primeiro:** queremos utilizar a categoria processo, e isto pelos motivos de: a) Marx, ao se referir à esfera da produção e também à esfera da circulação, utiliza a categoria processo, falando de: processo de produção, processo de trabalho, processo produtivo, processo de circulação, e outros. Autores marxistas, principalmente Antunes (em quem mais nos baseamos, também utilizam a categoria processo. b) toda nossa dissertação tem a pretensão de ser um trabalho mais sociológico, voltado ao mundo do trabalho a partir da ótica dos trabalhadores, e não pela ótica do capital. Assim, as expressões: métodos, técnicas, sistema, parecem ser mais utilizados pela ótica empresarial, e por vezes, pelos operadores do direito. Portanto, a opção ideológica nossa é pela expressão ‘processo’.

⁵³ Nossa análise desta denominação de alguns autores vem baseada nas obras de Ricardo Antunes, mais especificamente nas obras: Os Sentidos do Trabalho - Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho- São Paulo, Editora Boitempo, 6.ed. 2002; e Adeus ao Trabalho - Ensaio sobre a metamorfose e a centralidade do mundo do trabalho, São Paulo, Editora Cortez, 4.ed. 1997. Mas, além das obras de Antunes (obras estas que mais estudamos e com as quais concordamos), outros autores ainda poderiam ser citados, tais como: a) Eunice de Oliveira: Toyotismo no Brasil- (desencantamento da fábrica, envolvimento e resistência), São Paulo, editora Expressão Popular, 2004; b) Luciano Vasapollo: O trabalho atípico e a precariedade, São Paulo, Editora Expressão Popular, 2005; c) Geraldo Augusto Pinto: A organização do trabalho no século 20, São Paulo, Editora Expressão popular, 2007; d) Luzia Margareth Rago e Eduardo F.P.Moreira: O que é Taylorismo- Editora Brasiliense, 1984, e por último: e) Antônio David Cattani: Processo de trabalho e novas tecnologias, Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRS, 1995.

b) Segundo: trata-se, efetivamente, de um processo: é o processo pelo qual e através do trabalho se realiza a transformação da matéria prima em produtos, que, na esfera da circulação, serão mercadorias. E não é qualquer processo, mas um processo que, ao usar a capacidade de trabalho-força de trabalho assalariada, transforma essa força de trabalho em trabalho objetivado que autovaloriza o capital, para que, na esfera da circulação, esta autovalorização valorize este, transformando x capital em mais x capital. Ou seja, criando o produto do capital que, no modo de produção capitalista, é mais capital.

c) Terceiro: embora este processo de organização do trabalho tenha como objetivo a extração de mais-valia, que pertence ao processo de produção, não se pode denominar o taylorismo/fordismo e o toyotismo, como processo de produção, visto que este processo é o processo de trabalho mais a autovalorização do capital (que ocorre dentro do processo de trabalho pela extração de mais-valia), mas que vai efetuar-se na esfera de circulação, quando este sobretrabalho, adicionado à mercadoria, será transformado em mais capital. E, o taylorismo/fordismo e o toyotismo pertencem à esfera do processo de trabalho, não vão além desta esfera, embora tenham como objetivo a criação de mais-valia.

d) Quarto: se não podemos denominar o fenômeno taylorista/fordista e o toyotismo de processos de produção, também não o denominaremos de processo de trabalho pelo fato do processo de trabalho, de acordo com o Dicionário do Pensamento Marxista, (2001, p. 299), é constituído por três elementos, quais sejam:

[...] a) primeiro o trabalho em si, uma atividade produtiva, com um objetivo; b) segundo, o/os objeto/os sobre os quais o trabalho é realizado; c) e terceiro, os meios que facilitam o processo de trabalho. Os objetos sobre os quais o trabalho é realizado, em geral criado por um processo de trabalho anterior, são chamados de matérias-primas. Os meios de trabalho incluem tanto os elementos que são precondições essenciais para o funcionamento do processo de trabalho, embora com ele se relacionem indiretamente (canais, estradas, etc.) como os elementos através dos qual o trabalho se exerce sobre seu objeto, como as ferramentas.

Ora, dos três elementos que constituem o processo de trabalho, o taylorismo/fordismo e o toyotismo apenas organizam o primeiro, que é o trabalho em si. Os mesmos não estão organizando os meios de trabalho,

nem os objetos sobre os quais o trabalho é realizado, embora com eles - objetos e meios - interagem.

e) Quinto: se dissemos anteriormente que a categoria processos produtivos seria utilizada como sinônimo de processo de trabalho ou processo de produção, pelo motivo exposto na subseção anterior, não usaremos também a expressão processos produtivos para designar o taylorismo/fordismo e o toyotismo.

Em síntese: a) denominaremos o binômio taylorista/fordista e o toyotismo por processo; b) ao denominarmos como processos, estamos abandonando as categorias: técnicas de organização do trabalho, métodos de trabalho, sistemas de trabalho, organização do trabalho, pelos motivos já expostos; c) ao denominá-los como processo, não utilizaremos como sendo: processo de produção, processo de trabalho e processo produtivo.

Portanto, o taylorismo/fordismo e o toyotismo são processos de organização do trabalho utilizados no século XX e neste, com o objetivo de extração cada vez maior de mais-valia, para a autovalorização e valorização do capital, essência do modo de produção capitalista⁵⁴.

3.3.4.2 O processo de organização do trabalho: taylorismo-fordismo

Para entender o processo de organização do trabalho taylorismo/fordismo, é necessário analisar de que forma este foi introduzido no modo de produção capitalista, e quais os processos de trabalho que existiam nos modos de produção anteriores ao mesmo, compreendendo-se que no início do modo de produção capitalista a forma de organização do trabalho era diferente, mas evoluiu até chegar a esse processo.

O modo de produção capitalista, nascido dentro das entranhas do modo de produção feudal, tinha como premissas a propriedade privada e o trabalho assalariado. O trabalho é o sujeito desta propriedade privada e não qualquer trabalho, mas sim o trabalho assalariado. Neste modo de produção, o trabalho, sujeito da propriedade privada, é aliado desta propriedade não sendo seu dono; e esta propriedade privada, que deve a

⁵⁴ É processo porque a palavra processo, segundo Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, no Novo Dicionário da Língua Portuguesa, 2ª edição, Rio de Janeiro, editora Nova Fronteira, 1986, p. 1395, significa: 3. maneira pela qual se realiza uma operação, segundo determinadas normas; método, técnica; processo manual; processo mecânico. E, sendo processo, é o processo que organiza o trabalho ao longo do século XX e neste.

sua existência ao trabalho, pertence ao capitalista, ou seja, “a apropriação do trabalho não pago é a forma básica do modo de produção capitalista e da exploração do trabalhador que aí ocorre” (ENGELS, 1983, p. 408).

Nos primórdios do modo de produção capitalista, no período denominado de capitalismo imaturo (ainda não maduro), os processos de organização do trabalho ainda não haviam subsumido o trabalho ao capital, sendo que, na maturidade do capitalismo é que vamos encontrar a subsunção real do trabalho ao capital.

Isto porque o processo de trabalho do modo de produção capitalista foi a forma de organização da produção, “[...] na qual os meios de produção se opõem e se tornam hostis ao trabalhador, como se eles próprios exigissem o aumento da exploração do trabalho e do desemprego”. (ROMERO, 2005, p. 20). Neste modo de produção os meios de produção não mais pertencem ao trabalhador, mas sim ao capitalista. A produção é coletiva, mas o produto desta produção é tomado de forma individual.

Para se entender o processo de organização do trabalho e o processo de trabalho no modo de produção capitalista é necessário ter-se presente como estes processos organizaram-se ao longo da história, fazendo, portanto, um retrospecto de antes da industrialização e após esta para entender de que forma se deu a apropriação do saber operário pelo capital, assim como a divisão do trabalho.

Na fase pré-industrial do modo de produção capitalista a cooperação simples e a manufatura já eram formas de extração de sobre-trabalho. E vale lembrar que a cooperação simples não é uma invenção burguesa, visto que a mesma esteve presente ao longo de outros modos de produção⁵⁵. Mas, no modo de produção capitalista esta forma de processo de organização do trabalho utilizada pelo capital, significou uma revolução no modo de produção da vida material e no modo de reprodução da vida social. “O capital fundara um novo padrão de acumulação, ou melhor, fundara um novo tipo de exploração e dominação do trabalho”. (ROMERO, 2005, p. 72-3). Na cooperação simples, no modo de produção capitalista os meios de produção foram expropriados dos trabalhadores, sendo que estes, nesta etapa do capitalismo, não passaram por nenhuma revolução tecnológica, mas tão somente por uma mudança de forma. Nesta etapa histórica, os meios de

⁵⁵ Para discutir-se a formação dos processos produtivos no modo de produção capitalista, estamos nos valendo essencialmente da obra de Daniel Romero, intitulada: Marx e a técnica: um estudo dos manuscritos de 1861-1863, São Paulo, Editora: Expressão Popular, 2005.

produção passam das mãos dos artesões⁵⁶, para as mãos do capitalista, que emprega os artesões agrupados, explorando o trabalho destes. Antes, os meios de produção lhes pertenciam, agora pertencem ao capital, é o capitalista - o dono do capital - quem os emprega, quem lhes dá ordens e quem se apropria do sobre-trabalho. No entanto, na cooperação simples o operário ainda é dono do saber-fazer, ainda não foi o mesmo expropriado das condições subjetivas do processo de organização do trabalho, braços e mentes ainda andam juntos. O domínio do capitalista se deve ao controle de disponibilidade de matéria prima, propriedade dos meios de produção basicamente ferramentas e instalações e o controle da venda final do produto. Segundo Daniel Romero, a subsunção formal do trabalho dava-se pela expropriação das condições objetivas do trabalho, ou seja, dos meios de produção. E, de conformidade com o mesmo autor:

Já no interior do processo de produção se confrontam capitalista e trabalhador como personificações de trabalho e capital. Mas ainda assim, isso não dá ao capitalista o controle real do processo de trabalho. O capital apenas se apresenta no interior do processo de trabalho como proprietário dos meios de produção, os mesmos que eram usados pelo artesão anteriormente. Podemos falar de um capitalismo ainda imaturo, pois, [...] com a subsunção formal do trabalho ao capital, temos um capitalismo ainda incompletamente realizado, no qual foram colocadas algumas premissas para a sua realização: ou seja, o trabalho foi separado dos meios de produção, foi incluído num processo de trabalho que é tão somente meio para um processo de valorização. [...] o capital subsumiu a si o trabalho enquanto determinação econômica, mas ainda não subsumiu a si enquanto determinação material, ou seja, enquanto conjunto de meios de produção (ROMERO, 2005, p. 84).

Todavia, deve-se ter claro que o processo criador do modo de produção capitalista não pode ser outra coisa senão a separação do trabalhador da propriedade e das condições de seu trabalho. Ou seja, a criação do trabalhador assalariado. E, conseqüentemente, a exploração

⁵⁶ Na obra de Daniel Romero (2005), este utiliza a categoria dos artesãos para explicar a cooperação simples, e de como esta foi transformando-se na primeira forma de processo produtivo do modo de produção capitalista. Por isto, como estamos trabalhando com esta obra, também recorremos a esta categoria de artesões.

cada vez maior da mais-valia, visto que somente o trabalho humano é quem cria valor. E assim, a cooperação simples, da qual resumidamente tratou-se anteriormente, tinha as suas limitações, como a dificuldade que o capitalista tinha de aumentar dentro da cooperação simples a extração da mais valia e de ter um controle sobre o processo de trabalho, um controle sobre o operário.

Desta forma, sempre vinculada à base material, surge uma revolução no mundo do trabalho. E esta revolução está relacionada com a “cientificidade”, ao saber aplicado na produção, onde vai ser criado um segmento de trabalhadores técnico-científicos separados dos demais proletários, e estes trabalhadores técnico-científicos passam a vincular-se a um trabalho unicamente intelectual responsável pela gestão e organização do trabalho.

O trabalhador coletivo e o uso da maquinaria tornam isto possível e são redefinidas as relações de poder no interior do processo de trabalho dando ao capital mais controle sobre os trabalhadores e possibilitando-lhe maior exploração da força de trabalho.

Antes do trabalhador coletivo⁵⁷ e do maquinismo, com a revolução industrial, houve, conforme Marx, um período transitório que foi denominado de manufatura.

Para Marx, a manufatura representou uma transformação na força de trabalho que criou uma nova forma de socialização do trabalho dentro e fora do processo de produção. É uma fase intermediária, apesar de seu longo tempo de duração-que desenvolveu as condições para a formação da grande indústria (ROMERO, 2005, p. 88).

Foi durante este período, denominado de manufatura, que aos poucos foram assentando-se as bases materiais para o desenvolvimento da grande indústria com a introdução da maquinaria. Neste período, iniciado em meados do século 16 e que vai até os fins do século 18, “[...] o produto final deixa de ser fruto da combinação de diversos ofícios autônomos, para se tornar fruto da totalidade de trabalhos parciais” (ROMERO, 2005, p. 90).

⁵⁷ Trabalhador coletivo, conforme Romero (2005, p. 95), é: “o resultado do parcelamento das tarefas em todos os níveis do processo de trabalho; são superados os diversos trabalhos individuais que aconteciam simultaneamente na época da cooperação simples, desenvolvendo-se uma especialização de atividades em que cada trabalhador fica responsável por apenas uma tarefa muito simples. Da interação, dentro da manufatura, desses diversos trabalhos parciais é que surge a figura do trabalhador coletivo, como unidade objetiva desses membros dispersos”.

Durante o processo da manufatura vai surgindo o trabalhador coletivo e, com o advento da revolução industrial e do uso em larga escala da maquinaria, a fragmentação do trabalho, o trabalho parcelado. No lugar do antigo artesão surge um trabalhador parcial, detalhista e unilateral, ligado por toda a sua vida a uma atividade simples e repetitiva. O capital, finalmente, apoderou-se do subjetivismo do trabalho e agora, o trabalhador, além de não ser mais o dono dos meios de produção, está completamente alienado/estranhado do trabalho, pois este foi expropriado do saber-fazer operário e do controle sobre o seu trabalho. Em definitivo, tem-se a maturidade do capitalismo.

Os processos de organização do trabalho surgidos das entranhas do modo de produção feudal podem ser tidos como a cooperação simples e a manufatura. Quando finalmente o capital apoderou-se do subjetivismo do trabalho, essa organização do trabalho passa a ser denominada pelo binômio taylorista/fordista e, posteriormente, como toyotismo. Isto demonstra que esses processos de organização do trabalho foram sendo modificados/re-estruturados ao longo dos séculos da existência do capitalismo, sempre tendo como objetivo a maior extração de mais-valia.

Com o desenvolvimento da maquinaria surge a grande indústria e, com a industrialização em grande escala, vai surgindo o processo de organização do trabalho que se denominou de taylorismo/fordismo. O mesmo surge na segunda década do século XX e baseava-se/baseia-se na produção em massa, no trabalho parcelar e fragmentado, “[...] na decomposição de tarefas, que reduzia a ação operária a um conjunto repetitivo de atividades, cuja somatória resultava no trabalho coletivo produtor de determinada mercadoria” (ANTUNES, 1999, p. 37).

O binômio era representado pela mescla da produção em série, denominada fordista, e pelo cronômetro taylorista. Frederick Winslow Taylor, norteamericano, nascido em 1856 e falecido em 1915, que ficou conhecido como o precursor da organização científica do trabalho. Publicou algumas obras e, talvez a mais importante tenha sido: *Princípios de Administração Científica*, publicado nos EUA em 1911, onde apresenta a teoria sobre a racionalização do processo de organização do trabalho, resultado de pesquisas e experiências realizadas ao longo de suas atividades. Outra obra importante do autor denomina-se *Shop Management*, publicada pela primeira vez como artigo em 1900 e em livro em 1910. Taylor iniciou como aprendiz numa pequena oficina da Filadélfia até chegar a engenheiro-chefe das Usinas Midvale Steel. O objeto principal de Taylor era o estudo da técnica do trabalho humano na produção. A divisão do trabalho nas fábricas em sua

época já era bem acentuada, mas para este, mesmo com o parcelamento do trabalho e a divisão de tarefas, ainda existiam acúmulo destas para um único operário, o que impedia o cumprimento das tarefas dos operários com rapidez e precisão. Havia, portanto, desperdício de tempo dentro da fábrica, em prejuízo do capital. Por isso, seu método, que ele pretendeu ser “científico”⁵⁸, era o restabelecimento de uma divisão de responsabilidades e tarefas onde cada qual fizesse as atividades estritamente necessárias para a execução de uma determinada tarefa, cronometrando o tempo de execução desta para que cada vez fosse menor o tempo necessário para a realização de uma atividade (RAGO; MOREIRA, 1984). Além disso, Taylor “pensou a eliminação radical dos tempos mortos, as famosas porosidades do sistema produtivo. E o fez, na perspectiva de eliminar a capacidade operária de resistir, de lutar pela autonomia classista” (DIAS, 1996, p. 26).

Assegura Mészáros (2005, p.70) ao criticar o caráter alienador das políticas educacionais subordinadas à reprodução do capital, que os métodos tayloristas fazem parte das forças brutalizantes e alienantes que incidem sobre o trabalhador na moderna empresa capitalista, pois este sistema de gestão autoritário “revela o segredo de quão elevados devem ser os requisitos educacionais/intelectuais nas empresas capitalistas para que elas conduzam uma operação capitalista bem sucedida competitivamente”. E, prossegue, citando o indisfarçável cinismo de Taylor quando escreveu:

Um dos primeiros requisitos para que um homem seja apto a lidar com ferro fundido como ocupação regular é que ele seja tão estúpido e fleumático que mais se *assemelhe, no seu quadro mental, a um boi*. [...] O operário que é mais adequado para o carregamento de lingotes é incapaz de entender a real ciência que regula a execução desse trabalho. *Ele é tão estúpido que a palavra percentagem não tem qualquer significado para ele*.⁵⁹

Já Henry Ford, americano, nascido em 1862 e que viveu até 1947, dono de uma empresa automobilística, tinha como idéia principal a

⁵⁸ Método “científico” de Taylor: colocamos entre aspas a palavra científico, visto que para alguns estudiosos o método taylorista nada tinha de cientificidade. Assim também é tratado por Luiza Rago e Eduardo Moreira na obra *O que é o taylorismo*, 6.ed., São Paulo, Brasiliense, 1984. Mas, nos limites deste trabalho não é possível um debate mais aprofundado sobre esta questão.

⁵⁹ F.W. Taylor, *Scientific management* (Nova York, Harper & Row, 1947), p. 29. (ed. bras.: *Princípios de administração científica*, São Paulo, Atlas, 1990).

padronização dos produtos com fabricação destes em escala imensa, pois, com uma escala imensa de produção os custos dos mesmos seriam reduzidos e deveriam ser contrabalanceados pelo aumento do consumo. E as experiências de Ford em termos de organização do trabalho objetivando a produção em massa, somente puderam ser assentadas em cima da plataforma da divisão técnica e minuciosa das funções e atividades entre numerosos agentes, o que foi o proposto por Taylor (RAGO; MOREIRA, 1984). Assim, surge o binômio taylorismo/fordismo que perdurou por quase todo o século anterior.

É certo que, ao anunciar-se esta categoria de processo de organização do trabalho, não pode ser esquecido de que a mesma surge dentro de um determinado momento histórico do capitalismo mundial que exigia um tipo novo de trabalhador adaptado psicofisicamente à nova estrutura industrial (GRAMSCI, 1988, p. 382). Por isso é que, além da produção em série proposta por esta forma de produção, o objetivo do taylorismo/fordismo era também o controle ideológico sobre o trabalho. Assim, começa a ter vilas operárias, clubes dos operários e outros mecanismos com o objetivo de o trabalhador estar vinculado à fábrica vinte e quatro horas de seu dia e de ter-se o controle do mesmo desde “[...] a sexualidade à composição da família, passando pelo patriotismo e a religião” (DIAS, 1996, p. 27).

Este binômio ainda tem como reforço político o pacto keynesiano do Estado de Bem-Estar Social (*welfare state*) e a cooptação do movimento sindical de orientação social-democrata que contribuíram para a estabilização da ordem capitalista, uma vez que estes órgãos institucionais transformaram-se em verdadeiros cogestores do processo global de reprodução do capital:

Por meio, desses mecanismos de “compromisso” foi se verificando durante o fordismo o processo de *integração* do movimento operário social-democrático, particularmente de seus organismos de representação institucional e política, o que acabou por convertê-lo numa espécie de *engrenagem* do poder capitalista (ANTUNES, 2002, p. 38-9).

O compromisso implicava numa forma de sociabilidade que implementava ganhos sociais e seguridade social para a classe trabalhadora dos países capitalistas desenvolvidos às custas da

superexploração praticada sobre os trabalhadores do chamado Terceiro Mundo⁶⁰.

A seguir, elencamos as características principais deste processo de organização do trabalho⁶¹. São elas:

a) A retirada do “saber operário”⁶², do subjetivismo do trabalho. Este era/é a principal característica deste processo de organização do trabalho. E tinha como objetivo o controle operário através do não-conhecimento de todo o processo, como uma forma de disciplinar a classe trabalhadora, vencendo a sua resistência, conseguindo, assim, uma maior exploração dos trabalhadores.

b) A cooptação da classe trabalhadora, através de casas para operários, clubes de lazer, escola para filhos/as e outras formas de cooptação, não somente do operário/a, mas de toda a família.

c) A divisão entre o saber técnico, os que pensam a produção, e o chão da fábrica, os que executam as tarefas. Enfim, a formação do trabalhador coletivo através do trabalho parcelar.

d) E, como política econômica, uma fase de “regulação” keynesiana do capitalismo que serviu de base para a construção do solidarismo do Estado do Bem-Estar Social⁶³.

Mesmo que as características/objetivos deste processo de organização do trabalho não tenham conseguido terminar com a

⁶⁰ Para uma maior compreensão desta questão ver: Bihr, Alan. *Du “Grand Soir” a “L’Alternative”: le Mouvement Ouvrier Européen en crise. Les Éditions Ouvrières*, Paris. Edição brasileira, 1998, Boitempo, Coleção Mundo do Trabalho, São Paulo.

⁶¹ Com base em nossa síntese acerca da bibliografia referida sobre reestruturação produtiva nas seções I e II desta dissertação.

⁶² Colocou-se entre aspas a questão da retirada do saber operário, pois, mesmo que este fosse e é um dos maiores objetivos do capital, para o controle da classe trabalhadora, nós que militamos diariamente com os trabalhadores, somos sabedores que este objetivo não se concretizou em sua totalidade. Isto porque os operários sempre mantiveram o saber, em parte, e sempre tiveram consciência do processo de organização do trabalho e de suas consequências malélicas a classe. Como analisa Bernardo (2009, p. 162) existem situações de resistência individual e coletiva no local de trabalho, que ao menos em parte, tem aliviado o fardo da imposição da organização flexível. Para esta autora “[...] isto é possível porque os trabalhadores conseguem manter um distanciamento subjetivo em relação ao controle simbólico buscado pelo discurso empresarial que implica que o domínio sobre eles seja menor do que o desejado pelas empresas” (idem, p. 162).

⁶³ As políticas keynesianas tiveram como base teórica o pensamento do economista John Maynard Keynes [A *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*]. Elas previam intervenção do Estado na economia para estimular a demanda via aumento da renda dos trabalhadores e do emprego (HOBBSAWN, 1995, p. 99-100). O êxito do keynesianismo permitiu expansão e prosperidade para os países capitalistas que assim custearam os avanços da seguridade social e dos direitos trabalhistas do chamado Estado de Bem-Estar Social, que teve seu apogeu na chamada *Era de Ouro* do capitalismo situado por Hobsbawn nas décadas de 50 a 60 do século XX.

resistência da classe trabalhadora, tendo esta, em vários momentos, conseguido ampliar através da luta seus direitos, ainda assim esse foi o processo que organizou o trabalho na grande indústria no século anterior, e que continua, junto com o toyotismo numa forma de imbricamento, neste século. Passa-se assim, a analisar o toyotismo e seu imbricamento com o processo anterior.

3.3.4.3 O processo de organização do trabalho: toyotismo

Na década de 1970 o modo de produção capitalista inicia uma crise estrutural que perdura até os dias atuais. Neste contexto, para tentativa de saídas da crise, (crise do capital), tem-se a acumulação flexível com um desmonte dos direitos do mundo do trabalho. Para que possa haver a acumulação flexível tem-se a necessidade da gestação de um novo processo de organização do trabalho, surgindo então, o que se denomina de toyotismo, conforme explica Antunes:

Foi exatamente neste contexto que se iniciou uma mutação no interior do padrão de acumulação (e não no modo de produção), visando alternativas que conferissem maior dinamismo ao processo produtivo, que então dava claros sinais de esgotamento. Gestou-se a transição do padrão taylorista e fordista anterior para as novas formas de acumulação flexibilizada (ANTUNES, 2002, p. 36).

Ora, é esta reestruturação produtiva da produção e do trabalho, que na Europa e em alguns países da América começa na década de 1970, e no Brasil na década de 1990, que passa a ser conhecida como a reestruturação produtiva e o processo de organização do trabalho denominado toyotismo⁶⁴.

Para ser possível esta reestruturação produtiva, tem-se a terceira revolução industrial de forma paralela, surgindo com esta uma nova base tecnológica. Conforme Cardoso (2004, p. 83), as três revoluções

⁶⁴ A reestruturação produtiva como resposta dos capitalistas à crise foi abordada na seção II da dissertação.

industriais⁶⁵ ocorreram baseadas numa nova base tecnológica e numa nova organização do trabalho. E a nova base tecnológica e a nova forma de organização do trabalho levaram a um enorme aumento de produtividade. É importante ser ressaltado que nas duas primeiras revoluções industriais, se por um lado ocorreu o aumento da produtividade, por outro se elevou o nível de emprego e de consumo. Ao passo que na terceira revolução industrial, embora houvesse um enorme aumento de produtividade, não ocorreu aumento de emprego, nem de consumo, pelo fato desta revolução ter surgido na época da crise estrutural do capital. Nesta terceira revolução industrial o componente semelhante ao das duas anteriores é somente o aumento de produtividade, necessário à tentativa de saída da crise estrutural (CARDOSO, 2004, p. 83).

Tem-se que esta nova base tecnológica é a que propicia a reestruturação produtiva do mundo do trabalho e da produção, permitindo que o capital desse uma resposta a sua própria crise estrutural iniciada na década de 1970, pois o objetivo da reestruturação é a maior extração de mais-valia para a acumulação do capital no patamar das décadas anteriores.

O processo de organização do trabalho denominado de toyotismo, gestado das novas tecnologias da terceira revolução industrial e adotado na reestruturação produtiva, surge no Japão, na realidade do contexto econômico da Pós-Segunda Guerra Mundial neste país, realidade esta bastante diversa da época em que surge o processo anterior, taylorista-fordista. Isto porque, enquanto o processo de organização do trabalho taylorismo-fordismo germina dentro de uma economia em crescimento, o toyotismo surge num contexto de crescimento econômico lento.

⁶⁵ A primeira revolução industrial é da época de 1780 a 1840, e tem como base tecnológica a máquina à vapor que possibilitou a evolução do artesanato para a grande produção burguesa fabril. Nesta o processo produtivo foi marcado por intensa exploração dos trabalhadores, com jornadas extenuantes de 14 a 16 horas, férias de 15 dias sem salários, crianças na produção e trabalho insalubre. A segunda revolução industrial é desencadeada a partir do grande desenvolvimento da siderurgia nos EUA, que entre 1860 e 1900 teve um crescimento de aproximadamente 850 vezes, tendo como base tecnológica a eletricidade e a existência do aço em abundância (antes considerados produtos raros). Quanto aos processos de trabalho foram introduzidos o taylorismo e o fordismo e em vários países há uma evolução na conquista de direitos trabalhistas. Já a terceira revolução industrial começa em 1950 no distante Japão com mudanças no processo de organização do trabalho fordista para enfrentar a necessidade de produção flexível, com mais modelos e em menor quantidade, e sua base tecnológica está centrada na informatização, com a automação e robotização. Como ela se estende até a atualidade podemos dizer que nesta volta a precariedade laboral e a superexploração da classe operária, em muitos casos regredindo a situações comparáveis às da primeira revolução industrial (MELLO, 1998; CARDOSO, 2004).

Idealizado pelo engenheiro Taiichi Ohno, da fábrica da Toyota (daí o nome toyotismo), tinha como especificidades, por um lado, a necessidade de obter um aumento simultâneo da produtividade nos limites da produção que não se baseava em grande escala; e, por outro, a necessidade de produzir pequenas quantidades de diversos modelos.

O mesmo, ao contrário do ideário taylorista/fordista, trouxe a idéia da multifuncionalidade, isto é, um só trabalhador deve ser capaz de operar várias máquinas, fazer diversas funções na fábrica, ao contrário do modelo do processo anterior onde cada operário fazia uma única tarefa (BERNARDO, 2009, p. 26). Esta multifuncionalidade, que criou os operários “multifuncionais”, “polivalentes”, fez com que muitos operários fossem desempregados, pois, pela reestruturação, vários postos de serviços foram ocupados por um único trabalhador. Neste contexto criaram-se as células, trabalho em equipe, retorno do trabalho a domicílio, havendo, como consequência, flexibilização do trabalho.

Por certo, este novo processo de organização do trabalho trouxe a sua carga ideológica. E esta carga de ideologia, subjetivamente, vinha no sentido de fazer com que o operário se sentisse copartícipe da fábrica, pois agora não era mais um operário/empregado, mas um colaborador. Aos poucos foram se criando, na consciência operária, o sentimento da desnecessidade do encarregado - feitor, visto que o operário passou a ser o próprio vigilante de seu trabalho e do trabalho do colega, pois o trabalho é feito em equipe e a não-produção com rapidez e destreza de um atrapalha todo o trabalho dos demais.

Esse processo de organização do trabalho, “importado” do mundo do trabalho japonês, e que lá se inicia após a Segunda Guerra Mundial, é trazido para a Europa, EUA, e outros países, em menor escala, na década de 1950 e 1960; mas, na década de 1970, é introduzido em grande escala, como resposta à tentativa de saída da crise do capital.

Passamos à análise das principais características deste novo processo de organização do trabalho⁶⁶. Para o entendimento das mesmas é importante frisar que este processo de organização do trabalho está alicerçado na terceira revolução industrial, que tem uma nova base tecnológica cuja principal característica (Cardoso, 2004, p. 80) são as novas máquinas, CNC - comando numérico computadorizado, que combina máquina e computador, mas cuja alavanca fundamental é o computador.

⁶⁶ Síntese nossa realizada a partir da bibliografia sobre reestruturação produtiva anteriormente citada na seção II e na seção III.

Assim, as principais características são:

a) Ao contrário do processo anterior, agora o capital quer novamente o saber operário. O que isto significa? Que o capital quer novamente usar a seu favor o saber operário, o saber do chão da fábrica, o subjetivismo do trabalho. Isto é, o trabalhador deverá ser capaz de encontrar, através do seu conhecimento do chão da fábrica, saídas estratégicas para uma maior produção. Veja-se a perversidade disto: ele próprio, o trabalhador, através de seu conhecimento da produção, deverá ser capaz de responder ao capital, de como este terá que organizar o trabalho para extração de mais-valia. Ou seja, ele é seu algoz. Não é mais o encarregado, o feitor, o capataz quem o reprime, ele próprio se reprime e reprime seu colega através de várias técnicas introduzidas: o trabalho em equipe, os Círculos de Controle de Qualidade (CCQs) onde se discute a qualidade total, a participação nos lucros e resultados e outras técnicas de hegemonização do discurso do capital.

Mas sabe-se que este usar o “saber operário”, o subjetivismo do trabalho tem limites. Pois, não é o trabalhador quem controla a produção, a quantidade de produtos, o tempo, a forma de produzir. Este controle, como no processo anterior, é feito pela gerência, pelos técnicos. O saber operário apenas é usado para alcançar-se maior produtividade. Alinha-se a isto a questão que o trabalhador deve ter conhecimento do uso do computador, portanto, maior escolaridade.

b) A flexibilização do trabalho: através do discurso da crise, sob hegemonia capitalista, criou-se o discurso de que a saída para a crise é a união das classes, isto é, todos deverão ser copartícipes, para sair da crise e haver crescimento econômico, ‘que beneficiará a todos’ e não apenas aos donos do capital. E, uma das formas de sugestões para o fim da crise é exatamente a diminuição de direitos. Assim, surge toda uma legislação de retirada de direitos, sob a alegação de que foi o excesso

destes um dos pilares responsáveis pela crise⁶⁷. Somente a troca de categoria, de trabalhador para colaborador, já traz uma conotação ideológica muito grande. Subjetivamente, a classe trabalhadora vai deixando de se entender enquanto classe, e passa a ter “sonhos” de uma outra realidade, ou seja, dele operário ser um colaborador da empresa. Ele não tem mais encarregado/feitor/capataz. É ele quem “vigia” seu próprio trabalho e o do colega através da equipe, como explica Oliveira (2004, p. 29):

Talvez, o maior achado dessa experiência de organização do trabalho sob a forma de equipe seja o de colaborar continuamente para estabelecer a competição entre os trabalhadores, soterrando, por vários níveis de ocultação, a possibilidade de expressão da solidariedade de classe.

c) O trabalho por produtividade: embora no processo de organização do trabalho anterior a questão da produtividade sempre estivesse presente, neste processo de trabalho ela é a responsável por prêmios, o prêmio de participação nos lucros e resultados. Esse prêmio rivaliza os operários dentro de uma mesma unidade fabril, visto que somente o recebe em sua totalidade a equipe que conseguiu dar conta das metas de produção, não faltar ao trabalho, dar sugestões para o processo de trabalho, entre outras. Nesta questão alicerça-se a desnecessidade de encarregados e outros controladores, pois, pela

⁶⁷ É importante ser ressaltado que a Constituição federal de 1988, embora tenha a alcunha de constituição cidadã, já permite em seu artigo 7º, inciso VI, a flexibilização de direitos trabalhistas, ou seja, a redução salarial mediante acordo entre sindicatos de empregados e os empregadores. Após a promulgação da mesma, em outubro de 1988, amplia-se e continua-se a retirada de direitos conquistados nas últimas duas décadas do século XIX e nas oito primeiras décadas do século XX, pela classe trabalhadora brasileira. As reformas das relações de trabalho foram sendo implantadas a conta gotas a partir do governo Cardoso iniciado em 1994, entre as principais aprovadas até 2002 pode se referir: instituição da remuneração variável e participação nos lucros e resultados, por meio de negociação com as empresas, desfocando as campanhas salariais de luta por aumento real de salário; revogou-se a Convenção 158 da OIT que proibia demissões imotivadas; na política salarial eliminou-se a indexação, forçando a negociação; a fiscalização do cumprimento da legislação trabalhista pelo Ministério do Trabalho e Emprego foi drasticamente limitada, passando a permitir novos acordos que reduzam direitos obtidos em acordos anteriores e subordinando a lavratura de auto de infração à consideração do delegado regional de trabalho quando o conflito resulta de incompatibilidade entre acordo e legislação; ampliaram-se as possibilidades do contrato temporário; criou-se o Banco de Horas, permitindo por acordo, que a jornada de trabalho superior a 44 horas seja compensada no prazo de 4 meses (que passa para um ano em 1998), praticamente eliminando o pagamento de horas extras; permitiu-se a criação de Cooperativas de Prestação de Serviços ou Profissionais, assim os cooperados não tem vínculos empregatícios e direitos trabalhistas; fim da aposentadoria por tempo de serviço e instituição da aposentadoria por tempo de contribuição (CANO, 2000, p. 122-4)

questão dos prêmios, os próprios trabalhadores encarregam-se de vigiar o seu trabalho e o do colega. Cada vez mais se têm salários variáveis com base em participação nos lucros e em metas de produtividade estabelecidas pelo capital.

d) A introdução de novas tecnologias, principalmente a informática e robótica, que são os alicerces da nova base tecnológica da terceira revolução industrial.

E, como outras características desse processo de organização do trabalho (ANTUNES, 2002, p. 54-5) têm-se ainda:

e.a) É uma produção vinculada à demanda, mais preocupada em atender as exigências do mercado consumidor;

e.b) Os operários, além de trabalharem em equipe, devem ser multifuncionais, isto é, devem ser capazes de realizar várias funções.

e.c) Tem o princípio do *just in time*, ou seja, o melhor aproveitamento possível do tempo de produção.

e.d) Estoques mínimos, através do *kanban*, que são placas ou senhas de comando para que seja feito o estoque;

e.e.) Estrutura verticalizada, ao invés de estrutura horizontalizada, enquanto na fábrica fordista em média 75% da produção era realizada dentro da unidade fabril, agora, quanto menos da produção for realizada dentro da fábrica mais toyotizada esta estará.

e.f) Organização dos Círculos de Controle de Qualidade nos quais os operários são instigados a discutir seus trabalhos e desempenhos com vistas a melhorar a produtividade das empresas, onde o capital apropriase do saber-fazer operário.

e.g) A implantação, mesmo que para uma pequena parcela da população trabalhadora, do emprego vitalício. É claro que isto não vale na realidade brasileira.

Em síntese, o toyotismo é um processo de organização do trabalho cuja finalidade “é a intensificação das condições de exploração da força de trabalho, reduzindo muito ou eliminando tanto o trabalho improdutivo, que não cria valor, quanto suas formas assemelhadas.” (ANTUNES, 2002, p. 53). Este processo de organização do trabalho veio para responder à crise estrutural do capital.

E, no Brasil, o toyotismo foi implantado na sua totalidade, ou coexiste ao lado e junto com o processo anterior? Passamos a essa análise.

3.3.4.4 O imbricamento dos processos de organização do trabalho

Tendo sido importado do Japão, passado pela Europa, EUA e outros países de capitalismo central, as técnicas do toyotismo somente vêm a ser implantadas em larga escala no Brasil a partir de 1990 com o apoio do Governo Fernando Collor de Mello, que se elegera como sendo o “salvador da pátria” das classes dominantes, para retirá-las da crise econômica que assolava o país ao final do governo Sarney⁶⁸.

O Brasil, enquanto país de capitalismo dependente, ao inserir-se na nova divisão internacional do trabalho de forma subordinada, realiza a sua reestruturação produtiva ainda de maneira mais perversa para a classe trabalhadora, continuando a superexploração da força do trabalho que é um traço permanente de sua formação histórica (POCHMAN 2002, MARINI, 2000).

Na era do imperialismo, quando se agudizam as relações de concorrência entre nações e empresas, levando-as à busca de competitividade cada vez maior, são introduzidos nas indústrias e em outras relações de trabalho elementos do toyotismo, nas mesmas estruturas do processo de organização do trabalho anterior. Isto porque o processo de produção não parou para que fossem implantadas as novas técnicas do novo processo. Deu-se, de forma paralela, e dentro das mesmas estruturas fabris ou de serviços, a implementação destes elementos toyotizados.

Mas, era necessária a hegemonização de um novo discurso por parte do capital para toda a sociedade. Assim, uma mensagem homogênea é divulgada nos meios de comunicação de massas e seu aparato político-cultural para preparar o terreno onde o mesmo deveria ser implantado. A fonte de inspiração está intimamente coordenada com os estratagemas dos Estados imperialistas que estabelecem a linha

⁶⁸ Conforme Eurenice de Oliveira, na obra: *Toyotismo no Brasil*, São Paulo, Editora expressão popular, agosto de 2004, já na década de 1970, no Brasil, temos algumas fábricas, tais como: Volkswagem de São Bernardo do Campo, Johnson e Johnson, Embraer, General Electric introduzindo alguns elementos do toyotismo em suas unidades, principalmente os CCQ. E, em 1987, conforme esta autora, (dados colhidos do Centro Pastoral Vergueiro), já se tinha 2000 empresas que haviam adotado estas práticas. A respeito da crise que foi seguida do chamado ajuste neoliberal da década de 1990 implantados por Collor e Cardoso, ver Cano (1999). O mesmo autor refere que Collor criou “[...] um programa de ‘Diretrizes gerais para a política industrial e de comércio exterior’, no qual acenava com instrumentos de incentivos e de financiamento para a melhoria da produção, da produtividade e da competitividade, ao mesmo tempo em que promovia uma política econômica de abertura e desregulamentação (idem, p. 233-4)”.

política, definem os parâmetros da discussão, e recolhem os lucros (PETRAS, 2002, p. 61).

Ao final dos anos 1980 e início dos anos 1990, aparece no Brasil o discurso das privatizações, terceirizações, Estado mínimo ou “enxuto”. Sabe-se que, na prática, o Estado é mínimo para o trabalho, enquanto é máximo para o capital, pois, como o Estado burguês é o gestor do capital no modo de produção capitalista, verifica-se um crescente direcionamento dos recursos orçamentários para os capitalistas e uma redução monumental dos recursos públicos para garantia dos direitos sociais⁶⁹.

No mesmo sentido, propaga-se o discurso empresarial da flexibilização da legislação obreira, sendo este repercutido pelos políticos da ordem, intelectuais orgânicos da classe dominante, representantes de organizações empresariais e jornalistas dos meios de comunicação associados ao capital. E foram conseguidos resultados práticos, como: o banco de horas, a possibilidade de terceirizar trabalhos dentro da fábrica, o enxugamento das grandes fábricas, o trabalho temporário, o trabalho a domicílio, a terceirização, entre outros (Cano, 1999). Em contrapartida, o discurso insiste que a classe trabalhadora deve agora construir o sindicato cidadão, que o capital e trabalho devem andar lado a lado para o bem da nação. A conciliação de classes materializa-se em seu apogeu na instalação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CODES), instituído no governo Lula como órgão consultivo para políticas governamentais com participação amplamente majoritária de empresários e banqueiros, mais os representantes de trabalhadores, personalidades da sociedade civil e autoridades do governo federal (PETRAS, 2005, p. 89).

Neste discurso curvado à ordem capitalista, o sindicalismo não deveria mais ser classista (coisa ultrapassada), mais um sindicato que buscasse a inclusão de “todos” dentro da cidadania. Não se

⁶⁹ A continuidade do modelo econômico dependente que se reciclou e se aprofundou durante a gestão de Luiz Ignácio Lula da Silva, e as conseqüências da crise internacional serão trágicas para os trabalhadores, pois empresas e governos jogarão os custos da crise nas costas dos trabalhadores. As medidas de redução tributária requerida pelos empresários ao governo diminuirão os fundos públicos para fazer políticas sociais e por outro lado o orçamento será cada vez mais direcionado para os grandes capitalistas. Algumas medidas tomadas pelo governo brasileiro durante a crise confirmam esta análise: autorização para o BB e a CEF adquirirem participação acionária em instituições financeiras privadas em dificuldades; 4 bilhões de reais do BB para bancos de montadoras; redução de 3% do IOF para financiamentos de motos; redução de IOF de 1,5% para aplicação de capital estrangeiro em renda fixa; corte de dez por cento no orçamento de 2009 (Cartilha da Assembléia Popular, p. 30-1).

demonstrava, no entanto, que cada vez mais parcelas da classe trabalhadora eram excluídas do emprego formal e jogadas no desemprego ou na informalidade. Não se mostrava que, cada vez mais, nestas duas últimas décadas perdiam-se direitos obreiros conquistados a duras penas e, em troca, a classe trabalhadora nada recebia: nem estabilidade no emprego, nem aumento salarial.

O movimento sindical, neste contexto, se encontra na defensiva, pois, como assevera Mészáros, a contra-ofensiva do movimento sindical em busca da redução da jornada de trabalho sem redução salarial, nas últimas décadas enfrenta como verdadeiros obstáculos a “flexibilidade” e a “desregulamentação”, dois dos mais estimados lemas das “personificações do capital” no comércio e na política. Segundo Mészáros, o discurso empresarial, nestes termos, tem a intenção de soarem atraentes e progressistas, mas:

Na verdade, porém, incorporam as mais agressivas aspirações antitrabalho e políticas do neoliberalismo, que se alegam ser tão louváveis a todo ser racional quanto à maternidade ou uma torta de maçã. Pois a ‘flexibilidade’ com relação às práticas de trabalho – que devem ser facilitadas e aplicadas por meio de diversos tipos de ‘desregulamentação’ - equivale, na realidade, à implacável precarização da força de trabalho (MÉSZÁROS, 2007, p. 148).

Diante destes ataques, a luta contra o desemprego e a flexibilização se torna cada vez mais difícil, apesar que as resistências se espalham por todos os cantos do mundo em protestos, marchas, mobilizações e até greves gerais recentemente realizadas em vários países contra o corte de direitos propostos por diversos governos do primeiro mundo como saída para o enfrentamento da enorme crise pela qual passa o capitalismo.

Quando o discurso, construído pelos apologistas do capital, consegue a hegemonia societária, dá-se de vez a introdução de várias técnicas do toyotismo do trabalho no Brasil. Porém, como descreve Soares ao falar do vertiginoso processo de reestruturação produtiva em curso visando aumentar a competitividade e lucratividade do capital:

[...] já não é mais possível falar de um único padrão de acumulação capitalista, como o foram tanto o taylorismo, como o fordismo. A ofensiva global do capital sobre o trabalho segue a lógica da racionalidade capitalista, a partir das mais amalgamadas formas de processo de trabalho,

combinando desde formas pretéritas de exploração da força de trabalho, como o trabalho precário, o trabalho em domicílio, o salário por peças - hoje mescladas à última palavra da técnica moderna, ao toyotismo, à especialização flexível, o modelo sueco etc (SOARES, 1996, p. 148).

Portanto, com o passar de duas décadas, o que se vê é que, neste país nunca se implantou na totalidade o processo de organização do trabalho toyotista. De uma forma ou de outra, esse processo sempre coexistiu com o processo taylorista/fordista. Em algumas unidades produtivas temos um maior grau de toyotismo e menor de taylorismo/fordismo, e em outras, ao contrário, um maior grau de taylorismo/fordismo e menor de toyotismo. A esta coexistência dos dois processos de organização do trabalho é que se denomina de imbricamento dos processos de organização do trabalho. Aliás, somente foram extraídos do toyotismo aqueles elementos que mais interessavam ao capitalismo, sendo trazidos para dentro de uma fábrica fordista e colocados em funcionamento numa forma híbrida. E, dentre estes elementos, talvez o mais importante que tenha sido introduzido é a questão do subjetivismo do trabalho: a exploração do saber fazer operário, combinado com o esvaziamento da memória enquanto classe. A combinação destes dois elementos permitiu a maior extração da mais valia absoluta e relativa⁷⁰.

Visto o que se entende por imbricamento de processos de organização do trabalho, passa-se à análise destes processos de organização do trabalho no interior da agroindústria por nós estudada.

3.4 OS PROCESSOS DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NA AGROINDÚSTRIA SADIÁ S.A.

Para se conseguir compreender os processos de organização do

⁷⁰ Como mais-valia absoluta tem que esta envolve o crescimento da taxa de mais-valia, através de um aumento do valor total produzido por cada trabalhador sem alteração do montante de trabalho necessário. Isto pode ocorrer devido à ampliação intensiva ou extensiva da jornada de trabalho. Estende-se a jornada de trabalho ou intensifica-se o trabalho. Ou ambas, estende-se a jornada e intensifica-se o mesmo. Já na mais-valia relativa temos a redução do tempo de trabalho socialmente necessário, para a produção de um determinado produto e a redução no valor da força do trabalho. Isto se dá devido ao aumento da tecnologia e a possibilidade de que seja diminuído o valor necessário a ser pago ao proletário para a sua manutenção. Desta forma, ou se reduz à quantidade de valores de uso consumido pelos trabalhadores, ou se reduz o tempo de trabalho necessário para produzir a mesma quantidade de valores de uso (MARX, 1985).

trabalho desta unidade da Sadia S.A. na cidade de Chapecó, SC, far-se-á um retrospecto da agroindústria nesta cidade, analisando-se alguns dados econômicos da mesma; após, demonstra-se a planta desta com seu processo produtivo; posteriormente, analisam-se os processos de organização do trabalho, o taylorismo/fordismo e os elementos toyotistas implantados a partir de 1991, para verificar se existe a coexistência de elementos dos dois processos.

3.4.1 A unidade da Sadia S.A. em Chapecó

A agroindústria Sadia S.A. de Chapecó é constituída em agosto de 1970, com a denominação jurídica de Sadia Avícola S.A. O frigorífico, silos e fábrica de rações foram construídos até 1973, quando começaram os primeiros abates. Desde esta época foi implantado o sistema integrado de produção, sob a supervisão do Departamento de Fomento da unidade. E, conforme visto na subseção 2.7 desta dissertação, a construção desta unidade foi prioritariamente para o abate de perus, visto que a unidade de Concórdia estava em plena reforma da planta industrial e não tinha espaço físico e nem capacidade de alimentação para uma grande criação de Perus, e os acionistas da agroindústria queriam fazer novos investimentos na criação destas aves⁷¹.

Faz-se um parêntese, necessário para que se possa observar que, desde o início da implantação desta unidade de Chapecó foi instituído o sistema de “integração”. Referido sistema (copiado dos EUA), consiste em que a agroindústria fornece perus e pintinhos de um dia aos pequenos produtores que ela denomina de integrados. Estes produtores são donos dos meios de produção, tais como: a terra rural na qual se localizam os aviários, dos próprios aviários, e de todos os equipamentos que se encontram dentro do mesmo, mas não são os donos da matéria prima e nem tem o controle do processo de trabalho. Geralmente, para a construção dos aviários e de todos os equipamentos necessários, estes pequenos agricultores pegam quantias financiadas em bancos da região, deixando a terra hipotecada. Desde a chegada da ave até sua retirada para o abate na indústria, é este e a sua família que devem dispensar todos os cuidados necessários para o bem-estar dos animais. É

⁷¹ Para a análise do histórico da criação desta unidade na cidade de Chapecó, SC, deverá ser reportada a subseção 2.7, da seção II desta dissertação.

importante ressaltar que esta família trabalha em regime de escravidão, todos os dias do ano, e durante todas as horas do dia sem nenhum direito instituído na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). É uma força de trabalho por demais barateada para a agroindústria. Segundo Jesus (2010, p. 51), o modelo de trabalho dos integrados caracteriza-se como uma relação de trabalho mascarada, na modalidade de trabalho a domicílio:

Pensamos ser, deste modo, a modalidade de integração, em todas as suas formas, uma forma de mascarar a relação de trabalho aí existente. Mais do que isso, percebe-se que além da desobrigação de tributos, encargos trabalhistas e com a seguridade social a empresa livra-se do investimento em terras, instalações tendo à sua disposição a matéria-prima que necessita para a indústria a um custo irrisório, em prazo regular e com a garantia de qualidade necessária. Trata-se na nossa percepção de uma das estratégias mais bem sucedidas do capital de que temos conhecimento, estando ainda este amparado na legalidade formal.

Todas as matérias-primas laboradas por estes “integrados” pertencem à agroindústria, isto é, a ave com um dia de vida que sai do incubatório (da Sadia S.A.), a mesma ave que fica nos aviários e quando volta para o abate. Pois, com sua saída do incubatório onde nascem os animais, até a casa do avicultor, não há recolhimentos de impostos, sendo considerada apenas uma transferência de local da matéria prima. Ou seja, não há circulação de mercadorias. É o mesmo processo de produção, com locais de processos de trabalhos diferenciados, que são: granjas, onde são alojadas as matrizes avós vindas do Canadá, que põem ovos para estes gerarem as matrizes filhas; estas matrizes filhas são colocadas em outras granjas que vão por os ovos que serão levados ao incubatório onde nascem as aves e ficam até um dia de vida; propriedade do pequeno agricultor onde está o aviário e são engordados os animais para o abate, ficando entre três a seis meses; posteriormente, a agroindústria onde a matéria-prima é transformada em produtos, que, na circulação, tornam-se as mercadorias que vão completar o círculo da produção capitalista que é o lucro. É importante ressaltar que, no processo de trabalho desenvolvido nas granjas e no incubatório, os trabalhadores são empregados da agroindústria.

Desde o começo da produção, em 1973, até os dias atuais, esta é a cadeia do processo de produção: granjas onde são alojadas as matrizes

avós, vindas do Canadá, que põem ovos para estes gerarem as matrizes filhas, estas matrizes filhas são colocadas em outras granjas que vão por os ovos que serão levados ao incubatório, onde nascem as aves e ficam até um dia de vida; após vão para os “integrados”, retornando destes para a agroindústria onde são processadas para os mercados as matérias-primas que se transformam em produtos para, na circulação, serem mercadorias. Isto significa que toda a matéria-prima pertence à agroindústria, desde a fêmea que coloca o ovo, primeiro matrizes avós, depois matrizes filhas até o final do processamento em industrializados. Ainda, em várias unidades existem fábricas de rações, e toda a alimentação animal pertence e é fabricada pela própria agroindústria. Costuma-se dizer, numa espécie de metáfora, que nem o “berro dos animais” na hora da morte é “perdido” para o capitalista, sendo aproveitado, segundo o ditado popular dos trabalhadores da região, “a Sadia ensaca o berro para ser aproveitado numa fábrica de gaitas em Bento Gonçalves, RS”. A tecnologia também pertence à agroindústria. Seus lucros são estrondosos, aumentados ano após ano. Prova disto é que a mesma atravessou toda a longa crise do capital iniciada nos anos 70 crescendo, espalhando-se por todo o país e ampliando enormemente sua exportação, tal como podemos verificar nos números a seguir:

Para a verificação da solidez e lucratividade desta agroindústria⁷², bastam analisar os dados econômicos da mesma, onde temos: a) empregados: em 1944 (ano do início na cidade de Concórdia), 60 empregados; 1994: 32 mil empregados; 2010: 60 mil empregados. Estes empregados estão hoje distribuídos em 18 unidades industriais. Além destes 60 mil empregados, tem 10.000 mil granjas integradas, as quais, se considerarmos a média de quatro pessoas por família cuidando os animais, somariam mais de 40.000 pessoas laborando no processo de trabalho da agroindústria. b) abates de animais: ano de 2007 foram abatidos 726 milhões de frangos; em 2008, 813 milhões de frangos; ano de 2007 foram abatidos 26 milhões de perus; em 2008, 28 milhões de perus; ano de 2007 foram abatidos 4 milhões de porcos; em 2008, 5 milhões de porcos; c) produção de industrializados: em 2007, 878 milhares de toneladas/ano; em 2008, 992 milhares de toneladas ano; d)

⁷² Estes números descritos se referem a todas as unidades da agroindústria no Brasil, pois se solicitou dados da unidade de Chapecó e foi negado o fornecimento dos mesmos, sob a alegação de que os únicos dados que poderiam ser fornecidos são da totalidade das unidades da agroindústria, e que se encontram disponíveis nos sítios eletrônicos. Lamenta-se esta atitude, pois os dados desta unidade, em separado, seriam importantes para a análise. O que se tem são algumas informações informais de ex-trabalhadores e trabalhadores da agroindústria.

produção de ração animal: em 2007, 5.243 milhares de toneladas e em 2008, 6.021 milhares de toneladas; e) clientes no mercado interno: em 2007: 108.000; em 2008: 125.000; f) clientes no mercado externo: em 2007, 645 clientes e em 2008, 628 clientes; g) exportação: em 1980 foi exportado para 100 milhões de dólares; já em 1994, 500 milhões de dólares; h) faturamento: em 1988 foi de 1 bilhão de dólares; em 1994 de 2,9 bilhões de dólares e em 2008 foi de 12,2 bilhões de dólares; i) receita líquida por empregado/ano: em 2003 R\$ 152.000,00; em 2004: R\$ 155.000,00; em 2005: R\$ 161.000,00; em 2006: 145.000,00; em 2007: 166.000,00; em 2008: 177.000,00; j) produtividade por empregado, por tonelada/ano: em 2003: 52,2 toneladas; em 2004: 50 toneladas; em 2005: 48,9 toneladas; em 2006: 49,3 toneladas; em 2007: 40,8 toneladas; em 2008: 38, 4 toneladas (Informações retiradas do site da Sadia: www.sadia.com.br, acessado em 19 de janeiro de 2011).

Uma empresa que começou com 60 empregados no ano de 1944 e hoje tem 60 mil empregados, não se pode dizer que foi o empreendedorismo do seu principal acionista e fundador Atílio Fontana, o grande responsável para que desse certo. O responsável maior foi, sem dúvida, o trabalho humano destes milhares de trabalhadores que deixaram parte de suas vidas, e dos quais foi extraída a mais-valia, que fez com que a agroindústria crescesse, e hoje fosse uma das maiores produtoras de alimentos do país e do mundo. Para a extração de mais valia, cada vez em maior escala, foi necessário que os processos de organização do trabalho, fossem se aperfeiçoando e seguissem os processos capitalistas da época, passando por um Brasil quase rural, na década de 1940, para um país industrializado e, a partir da década de 1990, entrando na era da “globalização”. Esses processos de organização do trabalho, dentro do processo de produção, foram os que permitiram a lucratividade da agroindústria, através da extração de mais-valia, tanto a absoluta, quanto a relativa.

Assim, no início da agroindústria o processo de organização do trabalho era o taylorismo/fordismo. Após, praticamente em 1991, com a campanha junto aos trabalhadores intitulada de “*Sadia do novo milênio*”, foram introduzidos elementos do toyotismo. Só que esses elementos do taylorismo/fordismo subsistem com os do toyotismo e, com o imbricamento desses processos de organização do trabalho, a fábrica continua seu processo de trabalho até os dias atuais, gerando lucros estrondosos a seus acionistas, conforme demonstrado no parágrafo anterior.

Para se compreender os processos de organização do trabalho nesta agroindústria, far-se-á a análise por partes, sendo: a) Qual a planta

da fábrica, desde o descarregamento dos animais até o final do produtos quando esses são carregados para o mercado; b) Como se deu a implantação do taylorismo/fordismo no início da fábrica (1973) até a introdução de elementos toyotistas (1991); c) Quais elementos toyotistas foram implantados a partir de 1991 e o que subsiste de elementos do processo de organização do trabalho taylorismo/fordismo.

3.4.2 A planta da fábrica⁷³

Nesta subseção passa-se a discorrer sobre a planta da fábrica Sadia S.A., de forma a se entender de onde vêm as matérias-primas, por quais processos passam as mesmas no fabrico dos produtos industrializados, até a saída destes que se transformam em mercadorias.

A fábrica é composta de quatro divisões que existem separadamente, embora duas sejam interligadas: o frigorífico propriamente dito com a fábrica de farinha. Na fábrica grande, área do frigorífico propriamente dito e que tem três pisos, é onde se encontra a área de perus, de frangos, os industrializados e mais duas salas de máquinas. Próximo à fábrica grande, (embora separado e mais ao lado), tem-se quatro salas de máquinas e duas caldeiras, (uma desativada). Interligada à fábrica grande por valas subterrâneas, (por onde é esgotado todo o esgoto) existe a fábrica de farinha, que fica a uns trinta metros desta. E existe ainda a fábrica dos empanados, distante uns setenta metros da fábrica maior, que não está interligada a esta, recebendo a matéria prima para elaboração de seus produtos via contêineres. Por último, a fábrica de ração, que também não possui ligação com o frigorífico propriamente dito, recebendo parte de sua matéria prima da fábrica de farinha por meios de transportes terceirizados.

Esta planta da fábrica divide-se em diversas áreas: área de perus, área de frangos, CMS (Carnes Mecanicamente Separadas), industrializados, caldeiras e salas de máquinas, o armazenamento e a logística, fábrica de farinha, e, por o último, a fábrica de ração.

⁷³ Toda a descrição da planta da fábrica foi elaborada em várias conversas com empregados e ex-empregados da agroindústria. Por uma questão de sigilo e necessidade, não consta o nome de nenhum dos que ajudaram nesta elaboração, sendo que se conversou com mais de uma dezena de pessoas, entre estas alguns mecânicos que por força da profissão conhecem praticamente toda a fábrica, visto que outros trabalhadores conhecem apenas a seção onde laboram.

a) Da área de perus:

A agroindústria Sadia S.A. de Chapecó, onde são abatidos frangos e perus⁷⁴, é dona de toda a matéria prima usada na fabricação de seus produtos industrializados, conforme anteriormente já afirmamos. Ou seja: desde a fêmea que coloca o ovo pertence à empresa. Estas poedeiras denominam-se matrizes filhas, as quais, depois de inseminadas de forma artificial, põem os ovos que são levados para incubadoras onde nascem as aves. Com um dia de vida são levadas para os “integrados” de onde saem, dependendo do peso esperado para o abate, por volta de dois ou mais meses de vida.

O processo da postura dos ovos até a entrega aos integrados, e, posteriormente, a industrialização dos animais, dá-se da seguinte forma: no município de Guatambu (vizinho de Chapecó), existe a *Hybrid Agropastoril*, fundada em 1978, numa associação empresarial com a canadense *Hybrid Turkeys Ins.*, que é a empresa que fornece as avós matrizes, tanto os perus machos quanto as fêmeas. Nesta granja existem nove aviários cujos animais vêm, recém-nascidos, transportados de avião do Canadá. Desta granja *Hybrid Agropastoril* saem ovos que vão para as incubadoras, formadoras das aves para as granjas matrizes, (matrizes filhas), também machos e fêmeas. Estas matrizes filhas vão para as granjas que ficam no município de Guatambu: na Linha Annes, na Linha Guatambu, e no Porto Chalana. Nestas três granjas existem sessenta aviários, assim distribuídos: Linha Guatambu, 16 aviários; Linha Annes, 37 aviários; Linha Porto Chalana, 18 aviários. A metade destes aviários tem cem metros de comprimento, e outra metade, um pouco menor.

Neste local são inseminadas as fêmeas e, após a postura dos ovos, estes são trazidos para a incubadora. Nas incubadoras nascem os perus que são distribuídos, com média de um dia de vida, para os “integrados”. Dos integrados os mesmos vão para o abate. Os que vão para o abate constituem a segunda geração das matrizes avós que vieram do Canadá, sendo que tanto as matrizes avós, quanto as matrizes filhas também vão ser abatidas após sua vida útil, que é, em média, de 12 meses, idade em que terminam o ciclo de produção. Dos aviários os perus saem com alguns meses de idade para o abate, dependendo do

⁷⁴ Embora esta unidade da agroindústria de Chapecó tenha sido construída em 1973 para abates de perus, desde esta mesma época se abatem também frangos. Até praticamente o ano de 1988, não existiam cortes destas aves, sendo as mesmas industrializadas e colocadas no mercado inteiras. Após este ano é que se começa o investimento para cortes, sendo que a partir da década de 1990 passa a ter um grande investimento em automação para cortes e outros produtos industrializados.

produto a ser feito da carne do animal, sendo que as fêmeas podem ir para o abatedouro a partir de sessenta dias, e os machos, dependendo do peso que devem ter para determinado pedido do mercado.

O carregamento destes animais na propriedade dos “integrados” é feito por um meio de transporte terceirizado até à agroindústria.

Chegando os caminhões à agroindústria, estes entram num boxe, (tem um boxe separado para cada tipo de ave, o boxe do peru fica mais no fundo à direita, e o boxe do frango à esquerda). Os animais são transportados por gaiolas de tipagens diferentes. O descarregamento do peru dá-se da seguinte forma: uma nória⁷⁵ faz a volta nas duas laterais do caminhão, onde fica uma equipe de empregados em cada lado deste, pegando o peru de dentro da gaiola e pendurando-o na nória antes das aves irem para dentro da fábrica. Antes de 2005, não eram pendurados na nória desta maneira, mas assim: os empregados colocavam as gaiolas em cima da esteira, esta os levava para dentro da fábrica e os empregados pegavam os perus pelas coxas para pendurá-los nas nórias.

Através das nórias, os perus chegam dentro da fábrica e vão para o abate, que se processa da seguinte maneira: primeiramente levam um choque elétrico, para depois passarem na degola. São degolados por dois homens que utilizam uma faca com uma lâmina de 30cm. Estes homens ficam sentados num canto com pouca luminosidade e pouco espaço. Na mesma nória, seguindo a viagem, passam por água quente, que fica dentro de uma caixa de 10 metros, indo depois para a depenadeira: uma caixa de 12 a 15 metros aproximadamente, contendo vários motores, correia e um círculo de dedos de borracha cujo objetivo é eliminar as penas das aves. O primeiro choque de água quente é para afrouxar as penas e na depenadeira saem o resto destas e as poucas sobras das mesmas são retiradas mais adiante. Esta seção é denominada de pendura ou área de pendura. A pendura começa no descarregamento do caminhão até a depenadeira, depois vem para a seção da limpeza que se denomina de evisceração. A pendura e evisceração são duas seções que ficam na área do abate. Os trabalhadores da área da pendura usam roupas azuis; já os da evisceração usam roupas brancas.

Seção de evisceração: fica ao lado da pendura, sendo seções próximas uma da outra, embora divididas. A nória é a mesma. Nesta seção o primeiro processo é retirar as peninhas que sobraram nas aves. A nória geral passa por toda a evisceração em círculo e volta vazia para

⁷⁵ Nórias são espécies de roldanas onde as aves ficam penduradas e passam pelos diferentes setores para morte, depenagem, evisceração, espostejamento (corte), entre outros procedimentos.

a pendura, onde começa todo o processo novamente. Na evisceração começa uma segunda nória, que circula ao lado da geral, onde é pendurado o pescoço do peru, assim, o peru é pendurado pelo pescoço e pelos pés, ficando de barriga para cima, para poder ser trabalhado. O peru somente é pendurado pelo pescoço após ser retirado o restante das peninhas e cortado a pele do pescoço. Uma pequena correia joga o pescoço na segunda nória, sendo que antes este trabalho era feito de forma manual. Após isto, duas mulheres cortam a cloaca com uma máquina; depois, duas outras mulheres terminam o processo dando um corte que pega da cloaca até acima do abdômem; três pessoas tiram as vísceras, (que é tudo que estava dentro do peru, tais como: tripas, coração, moela, fel, e fígado, sendo a exceção os pulmões) colocando as mãos pelo corte feito anteriormente e arrancando todas as vísceras para fora; as vísceras seguem viagem pelo lado de fora do peru, embora dependuradas neste; adiante, de duas a quatro mulheres extraem-nas e dividem o coração, moelas, fígado. As tripas são jogadas na calha, o coração, as moelas e o fígado têm destinos diferentes, sendo estes processados em outra seção que se denomina de corte; o coração e moelas são levados através de um cano de água com pressão para esta outra seção. Se forem perus machos, uma pessoa tira os testículos (antes de tirar as moelas) os quais são também levados para a seção do corte e vendidos para o mercado com valor bastante elevado por se tratar de encomenda especial. Logo adiante, com bomba de pressão, mais duas pessoas tiram os pulmões, e estes, juntamente com as tripas, cabeça, pés e unhas vão para a graxeira⁷⁶, onde é feita a ração. Tudo isto é levado por calhas de água para a graxeira, como subproduto. Após a retirada dos pulmões, esta segunda nória acaba e, na ponta desta, há uma serra circular que divide a cabeça do pescoço do peru, ficando a ave pendurada na nória geral somente pelos pés. A seguir, quatro pessoas retiram o papo com uma faca cortando o peito do peru. À frente, situa-se a equipe de controle de qualidade, uma pessoa trabalha na parte da frente do peru, para retirar pele, fel, fezes e hematomas, e também retirar papos que, por ventura, passaram sem serem retirados. Nas costas dos perus duas outras pessoas fazem as mesmas tarefas. Neste setor também ficam duas mulheres tirando as traquéias, as goelas dos perus; estas são vendidas, geralmente por encomenda, para a Argentina. Após toda esta operação de retirada, os perus passam no interior de uma máquina onde recebem jatos de água por dentro e por fora. Mas, antes de

⁷⁶ A graxeira, também denominada de digestor, fica na fábrica de farinha que dista uns trinta metros da fábrica maior, e que será mais adiante descrita.

passarem por esta máquina, duas pessoas fazem a vistória interna do peru. Numa outra máquina são arrancadas as patinhas das aves. Quando se arrancam os pés/patinhas, os perus caem numa esteira e vão para a seção do corte. Termina o processo de evisceração, e a nória retorna à pendura onde começa todo o processo novamente. Por sua vez, os perus já limpos saíram da nória e caíram numa esteira. Ao cair na esteira uma equipe de quatro pessoas rependura os perus na altura do joelho destes, numa outra nória, a qual leva os animais para dentro do frigorífico. Começa a seção do corte.

Seção de corte: Após a rependura, as aves vão para a seção do corte. Ali, as mesmas podem ficar inteiras, (para o mercado), ou são divididas para a fabricação de outros produtos, (que vão para a seção dos industrializados), tais como: empanados, lingüiça, carne moída, defumados, embutidos, filé, etc. Os de até quatro quilos são temperados e preparados para as festas de final de ano, sendo que esta fase de preparação das aves para as festas ocorre de maio até a primeira semana de dezembro. Após este período, somente a pedido são preparadas aves inteiras. Depois deste período as aves (todas fêmeas) são deixadas nos aviários e abatidas por volta de 115 dias, para alcançarem um peso em torno de 10 a 15 quilos e então usar a carne para a fabricação de industrializados.

Após a evisceração, as aves são colocadas no archiller, que é uma espécie de uma câmara fria⁷⁷. Esta câmara deve resfriar os perus para ficarem até -4C, e para atingirem esta temperatura, permanecem girando na nória, dentro desta câmara por, aproximadamente, uma hora e cinquenta minutos. Depois, são despendurados automaticamente por uma guia e jogados numa esteira, de onde empregados dependuram novamente as aves pelo pescoço em outra nória, agora a do corte, pois até chegarem ao archiller era a nória vinda da evisceração.

Os empregados que penduram após o archiller são os do pré-corte que ficam na sala desta linha de produção. Estes abrem as coxas do peru e deixam as mesmas penduradas na carcaça da ave. Ao sair da sala do pré-corte, a mesma nória leva para a área de embalagem de inteiros, ali temos aves que serão embaladas inteiras e outras que serão cortadas para serem usadas na fabricação de produtos industrializados.

A seguir, descrevemos a preparação da matéria-prima para a seção dos industrializados, para, posteriormente, falar do processo de

⁷⁷ É uma nória (transportadora aérea) onde o peru passa para resfriamento e absorção de água, ou seja, ganhando peso, tendo este que atingir uma determinada temperatura para ser aprovado pela Inspeção Federal.

embalagem de perus inteiros. Assim, o primeiro processo é a tirada das coxas e as asas, estas caem numa esteira e vão dentro de um chiller⁷⁸, onde tem empregados que as embalam, de forma separada, prontas para a venda ao mercado interno e externo. Desta área onde são embaladas as coxas e asas, as mesmas vão para um túnel de congelamento de -30 a 40C, (área da logística), e depois saem para o mercado.

Tendo separado as coxas e asas, a mesma nória leva até a tesoura pneumática onde é cortado o pescoço das aves, sendo que estas caem numa esteira e são pendurados nas gancheiras pelo dorso.

A ave continua pendurada nas gancheiras, (de 4 a 12 perus por gancheira), e são empurradas por empregados para dentro de quatro câmaras frias. Fazem rodízios nas câmaras, passando da câmara um para a dois, desta para a três, e desta para a quatro, saindo da câmara quatro ainda dentro das gancheiras, sendo novamente empurrados pelos empregados até a despendura. Após, são despendurados e jogados em cima de uma esteira que os leva até a mesa de cone. É colocado um peru em cada cone para ser tirada a sobrecoxa, a sambiqueira e o peito. Sobrou somente a carcaça do peru, que, automaticamente, é retirada do cone e jogada em uma esteira que a leva para a seção do CMS - Carne mecanicamente separada. Nesta seção do CMS há máquinas que, de forma automática, moem a carcaça separando a carne e os ossos. Desta carne retirada da carcaça são feitos empanados, carne moída, hambúrgueres, etc, na seção dos industrializados. A máquina, após moer a carcaça, leva a carne de forma automática até uns contêineres denominados kombos, e os empregados pegam os mesmos – kombos - com a paleteira ou hidráulico e os levam para as câmaras. A máquina tritura carne e osso, sendo que os ossos vão para a fábrica de farinha.

As partes do peru: peito e sobrecoxas são retirados da carcaça do peru e automaticamente caem numa esteira e vão até as mesas para serem refilados. A sobrecoxa, após ser retirada a pele numa máquina, é colocada na esteira para refile. Esta sobrecoxa preparada vai para uma outra área, denominada de Sadia *Light*⁷⁹, para serem feitos presuntos e outros produtos, já na área do industrializado. O peito é retirado do

⁷⁸ Um tanque de água gelada onde o peito do peru/frango fica por alguns minutos para absorção de umidade e resfriamento.

⁷⁹ Esta seção que é denominada de Sadia *Light* e fica dentro da fábrica maior, (no segundo piso), onde são elaborados produtos tais como: blanquê, (mortadela cozida que é feita de peito ou coxa, tanto de perus, quanto de frangos); frango defumado (FRD), peito defumado de perus, fatiados, presunto cozido (PCCL); presunto defumado (PD); e hambúrgueres. É a seção que também é chamada de industrializados, e apenas os empanados, que pertencem ao industrializados, são elaborados na fábrica separada.

cone, jogado numa esteira, levado até o chiller, e, depois de refilado, são feitos vários tipos de produtos na própria área do peru, podendo ser: peito apimentado, peito de bandeja e alguns vão para o *ligh* para serem transformados em produtos industrializados, tais como empanados, hambúrgueres e outros.

A sambiqueira é embalada neste mesmo setor do cone para vendas. Tudo que é preparado neste setor, (com exceção do peito e sobre coxa que vão para o *light* de forma automática), é enviado para áreas secundárias, onde são colocadas em caixas de papelão e levados para os túneis de congelamento, sendo que nos túneis as caixas lacradas ficam até serem carregados para os mercados interno e externo. As asas dos perus também são separadas em outra área do corte denominada de embalagem. São separadas por uma máquina que as joga na esteira e esta as leva até uma mesa em forma de correia onde são embaladas as asas inteiras, o meio e a ponta da asa junto, a coxinha da asa e as transforma em três pedaços que, depois de embalados, vão para os túneis de congelamento. Quando há pedidos de coxinha desossada, a coxa inteira é levada por uma esteira para a área denominada de embalagem de parte, onde tem uma máquina que desossa a mesma.

Todos os miúdos retirados na evisceração são colocados num cano a vácuo, (num cano vai a moela, noutro o fígado e o coração, testículo em outro), e estes produtos vem para esta área também; a moela vai para uma sala própria onde uma máquina a serra, outra máquina limpa e depois vai até a sala de miúdos para ser embalada e levada para os túneis. Na sala de miúdos tem: coração, (este tirada a pele e cortada a artéria e após, embalado); testículo embalado em saquinhos de um quilo, colocado em gaiola de 15 pacotes e mandado para os túneis; fígado, quando para a venda, separada a gordura, e embalado, e quando não é para venda, é descartado e vai para o sub-produto. Todos estes miúdos, depois de preparados e embalados, vão para os túneis para serem vendidos para o mercado externo ou interno.

Quando os perus ficam inteiros, o processo dá-se da seguinte forma: depois de eviscerados (retirados o fígado, coração, testículos, moela), vem, pela nória, passando pelo cortador de patas e caem dentro de uma cuba onde os pés são trançados por empregados. Depois, são jogados no pré-chiller (em número de quatro pré-chiller), onde permanecem, em média, por uma hora e quarenta minutos, para resfriarem. Deste pré-chiller vem as aves por uma esteira e são penduradas por empregados pelo pescoço numa nória, para chegarem a área onde finalmente serão embalados.

Primeiro, vem estas aves para a sala de temperados, onde são cortados o pescoço com uma tesoura, ficando o pescoço na nória, sendo o peru despendurado automaticamente por um guia, e depois do corte do pescoço os animais caem numa esteira, que os leva até uma balança (scanvegh), que os pesa e os separa pelo peso. Após a pesagem, na esteira, continua indo até a injetora, que coloca nestes os temperos e, depois dos temperos, os empregados colocam nestes os miúdos (retirados anteriormente) e o termômetro. Quando termina este processo, são embalados manualmente, sendo colocados em uma esteira que os leva até a grampeadeira, a qual, através de um vácuo, retira o ar e grampeia a embalagem. Novamente, de forma manual, é colocada uma alça em cada unidade.

Após a colocação da alça, a esteira leva as aves até o túnel de encolhimento, e estas caem numa outra esteira para serem levados à balança e novamente ser pesado cada peru em seu peso ideal. Depois da pesagem são colocados quatro perus por caixa e esta é levada por esteiras até outra balança que verifica o peso das caixas nas quais é colocada a hora e o lote que está sendo produzido. Por último, vai para o túnel de congelamento para ser vendido no mercado interno e externo.

É importante salientar que estas atividades, antes da implantação das esteiras, que começam a ser utilizadas a partir de 1991, eram praticamente todas feitas de forma manual. Hoje, esta seção está muito automatizada, embora menos que a seção de frangos, descrita logo a seguir. Antes da automação abatia-se uma média de 12.000 perus/dia, em dois turnos; após a automação, a média de 20.000 a 21.000 perus/dia e com menor número de empregados.

b) Da área de frangos⁸⁰:

Na década de 2000 a agroindústria passou a não mais industrializar frangos inteiros, sendo a exceção os frangos defumados feitos especialmente para as festas de fim de ano, ou por encomenda. O frango, portanto, é vendido para o mercado, ou em forma de partes, tais como: asa, coxinha da asa, meio da asa, coxa de frango, peito, coração, pés de frangos, assim como na forma de industrializados, como: hambúrgueres, empanados, e outros produtos. A carcaça de frango, assim como a do peru, é aproveitada na seção do CMS- (carne mecanicamente separada), onde são separados a carne e os ossos, sendo a carne aproveitada na seção de industrializados, e os ossos na fábrica de farinha, para a ração.

⁸⁰ A agroindústria abate entorno de 230.000 a 240.000 frangos dias.

O processo desta área é muito semelhante ao de perus, (embora bem mais automatizado). As matrizes de galinhas e galos para por os ovos ficam alojados em granjas da própria empresa no município de Guatambu e, após a postura dos ovos, estes são levados para o incubatório da agroindústria localizado próximo à fábrica, no município de Chapecó, onde os pintinhos, ao nascerem, com média de um dia de vida, saem para serem alojados em aviários dos integrados localizados neste município de Chapecó e em municípios da região.

O carregamento das aves prontas para o abate é feito por um meio de transporte terceirizado até à agroindústria.

Os frangos vêm dentro do caminhão através de gaiolas, (é colocado o caminhão num box, diferente do box do caminhão que transporta perus) e, neste box, os mesmos são descarregados por uma equipe de empregados que pegam a gaiola, colocando-a em cima de uma esteira. Cada caixa colocada em cima da esteira tem, em média, de 10 a 14 aves que pesam entre 1,5Kg e 4Kg. A esteira leva as gaiolas para dentro da fábrica até a seção denominada pendura onde as aves são pegas pelas coxas para serem penduradas nas nórias.

Depois de pendurados nas nórias, os frangos chegam à seção do abate onde serão abatidos da seguinte forma: primeiramente levam um choque elétrico para depois serem degolados. São degolados por dois ou três homens que utilizam uma faca com uma lâmina de 30cm. Estes homens ficam sentados num canto com pouca luminosidade e pouco espaço. Na mesma nória, seguindo a viagem, passam por água quente, que fica dentro de uma caixa de 10 metros, indo após para a depenadeira, uma caixa de 12 a 15 metros aproximadamente e dentro da mesma tem vários motores, correia e um círculo de dedos de borracha, cuja função é eliminar as penas das aves. O primeiro choque de água quente é para afrouxar as penas e na depenadeira sai o resto destas, sendo que as poucas sobras são retiradas mais adiante. Depois do abate e da limpeza do frango, feita na seção do abate, o mesmo passa para a seção que se denomina de evisceração. A pendura, o abate e evisceração são seções que ficam próximas umas das outras, e os trabalhadores da área da pendura usam roupas azuis, já os da evisceração usam roupas brancas.

Seção de evisceração: fica próxima à pendura e ao abate. É a mesma nória geral que veio da pendura e passa por toda a evisceração em círculo retornando a pendura vazia, para começar todo o processo novamente. Nesta seção, o primeiro processo é retirar as peninhas que sobraram nas aves. Na evisceração começa uma segunda nória, que circula ao lado da geral, onde é pendurado o pescoço do frango para que

este fique dependurado pelo pescoço e pelos pés de barriga para cima a fim de ser trabalhado. O frango somente é pendurado pelo pescoço após ser retirado o restante das peninhas e cortada a pele do pescoço e verificado se tem o papo cheio ou não, onde este papo já é descartado, ficando o pescoço nas máquinas que os cortou, indo após para a seção de miúdos. Após isto, são tirados, com a mão, as vísceras, a cloaca, o fel, os pulmões, o coração, a moela, o fígado e tudo o que se encontra no interior da ave. As partes do interior do frango caem em cima da esteira, (que está embaixo da nória) e sobre a esteira tem água, que empurra estes miúdos, e no final da esteira os miúdos são colocados por outros empregados dentro de contêiner ou caçamba, que quando cheias são levadas para a sala de miúdos para serem separadas as peças e lavadas. Na sala de miúdos, os que não são utilizados para consumo humano, através de dutos, são colocados nas valas subterrâneas para irem à fábrica de farinha.

Após a retirada dos miúdos, a nória, de forma automática, joga o frango para dentro do chiller, (este está cheio de gelo e água) para que os frangos fiquem resfriados atingindo uma temperatura determinada pela inspeção Federal. O chiller fica no alto e quando o frango atinge a temperatura permitida, automaticamente são abertas as duas bocas do chiller e as aves caem numa outra esteira para serem rependurados novamente na nória pela coxa. Esta seção é chamada de rependura dos frangos, onde o mesmo já está completamente limpo e resfriado.

Quando rependurado pelas coxas, através da nória o frango vai para a seção denominada de cones. O frango chega nesta seção na nória e de forma manual os operários retiram desta jogando as aves na esteira, e outros empregados pegam da esteira colocando o frango inteiro dentro de um cone de inóx, sendo que as asas e coxas ficam para fora deste cone, para que outros empregados cortem asas, coxas, e peito, retirando as peles do mesmo. Ao passo que uma parte deste trabalho (corte de asas, coxas, peitos e retiradas de pele) é feito de forma manual, agora no setor 50% deste mesmo trabalho já é feito de forma automatizada, pois em 2009 foram colocadas máquinas que fazem estas atividades. A retirada da pele e corte de partes do frango, pelas máquinas, ocorre da seguinte forma: são várias máquinas, uma após outra. Um empregado, na ponta da nória retira o frango desta e coloca na máquina. Este frango, de forma automática, passa por várias máquinas, onde é retirada a pele, cortado a asa, peito e coxa. As asas, por uma esteira, são levadas a uma sala denominada de setor de asas. As coxas, após serem cortadas são jogadas dentro de gaiolas e ficam no mesmo ambiente. Estas gaiolas são transportadas de forma manualmente e são jogadas dentro de uma bacia

de inox, onde se encontra um empregado sentado, ou em pé, que pega as coxas de dentro desta bacia de inox com as mãos e joga em uma esteira. Esta esteira está no meio de uma mesa, (são várias mesas, que chamam de linha, tendo umas oito linhas), e nesta mesa, onde a esteira está ao meio, têm vários empregados em cada lado da mesma, aproximadamente umas cinquenta pessoas por mesas. Nesta esteira, existem números (conforme a quantidade de empregados na mesa), e, no lugar onde são colocadas as coxas, existe um empregado que distribui as mesmas em cada número. O que significa que cada empregado tem o seu número, que deverá ser pego para ser desossado a coxa, num número de três coxas desossadas por minuto. A desossa dá-se da seguinte forma: com uma faca o empregado dá um corte na coxa e retira todos os ossos desta; os ossos são jogados pelo próprio empregado numa outra esteira mais alta, e estes através de água os leva para um duto, indo os mesmos para a fábrica de farinha, onde são utilizados; a carne desossada é jogada num recipiente de inox que fica ao lado da pessoa que está desossando (cada empregado tem um destes recipientes), e que quando está cheio é jogado novamente em outra esteira, (que está mais elevada que esta mesa onde existe uma esteira no meio), e nesta esteira mais elevada, é verificado se a coxa tem ossos, hematomas, sendo que a pessoa que verifica dá o destino destas coxas desossadas. Caso as coxas sejam para exportação para o Japão, é novamente jogado em outra esteira, se o destino das coxas é para a fabricação de outro produto, (como para o kk), as mesmas são colocadas em gaiolas, e levadas para esta seção que fica próxima do local onde foram desossadas. Já os peitos de frangos, quando retirados, são jogados manualmente na esteira, que de forma automática traz para o setor de peito.

Depois de ter sido retirado os miúdos dos frangos, os pescoços, as asas, as coxas e os peitos, restam somente às carcaças que ainda estão penduradas na nória. De forma manual é retirada esta carcaça da nória, jogada numa esteira e a mesma as leva até um duto, para irem ao setor denominado de CMS - (carne mecanicamente separada), cujo setor será descrito posteriormente.

Mas, em uma determinada época do ano, (principalmente pelas festas de final de ano), são industrializados frangos inteiros, ou defumados ou temperados. Estes frangos inteiros, após a evisceração são levados para a área dos perus, para serem temperados e embalados, preparando-os para o mercado. Quando é para ser feito frango defumado os mesmos são levados para a área de industrializados, setor de embutidos, que será descrito posteriormente.

Descrito os processos de pendura, abate e evisceração, passa-se a descrever, os demais setores da área, onde são processadas partes do frango:

b.a) sala de miúdos: os miúdos chegaram até esta sala, vindos da evisceração pela esteira e caem em uma mesa, onde são lavados e separados, para ser dado o destino dos mesmos. Nestas mesas têm funis acoplados, onde é colocado separadamente, (em funis separados), o coração, a moela, fígado. Em baixo deste funil, tem as embalagens que são seguradas por uma pessoa. Cada vez que uma embalagem está pronta é selada esta numa máquina seladora e colocada dentro de gaiolas, que serão colocadas em cima de uma base, e as bases colocadas em cima de carrinhos hidráulicos, que serão empurrados por mãos humanas. Quando os carrinhos chegam próximo à esteira as gaiolas são jogadas de forma manual para esta e vão para o romaneio. Ao chegarem ao romaneio, são tirados de dentro as gaiolas, as embalagens e colocadas em caixas de papelão, e estas caixas de papelão manualmente são jogadas na mesma esteira, que as leva ao setor de encaixotamento, na área da logística.

b.b.) setor de asas: as mesmas chegaram até esta sala, vindas da evisceração pela esteira e caem em uma balança para serem pesadas, e destas balanças caem num recipiente de inóx, denominado expositor de asas, onde de forma manual são retiradas deste recipiente uma por uma e colocadas dentro de uma bacia com plástico. Estas bacias vão para uma base, várias bacias na base e com o carrinho hidráulico são levados até a esteira do romaneio. Quando os carrinhos chegam próximo à esteira as bacias são jogadas de forma manual para esta, seguindo para o romaneio. Ao chegarem ao romaneio, o produto é tirado de dentro das bacias e colocado em caixas de papelão que são jogadas manualmente na mesma esteira, que as leva ao setor de encaixotamento, na área da logística.

b.c.) setor de peito: o peito vem desossado e sem pele da seção dos cones pela esteira que fica no alto, e a esteira joga numa máquina, esta máquina joga numa outra esteira para serem pesados e classificados. O peito pesado e classificado é separado de forma automática na ponta da esteira, e vai para uma máquina denominada de acumulador de peito. Está máquina armazena o peito e um empregado abre a porta da mesma, estes caem em uma bacia, sendo novamente pesados, (vinte quilos). Depois da pesagem um empregado vira esta bacia para dentro de um funil e embaixo tem um empregado, de cócoras, segurando a embalagem que tem vinte quilos de peitos. Depois de embalados, outro empregado puxa a embalagem a erguendo e selando

na máquina seladora, que está ao lado. Este mesmo empregado, depois de selado, joga os vinte quilos embalados dentro de outra bacia, sendo pego por outro empregado e jogado para a esteira que vai para o romaneio. No romaneio, a bacia com duas embalagens de vinte quilos em cada bacia, é virada dentro de uma caixa de papelão e após a mesma esteira leva para o encaixotamento, na área de logística.

b.d) perna Japão: é a coxa desossada, que pode ser sem pele ou com pele e é vendida exclusivamente para o Japão⁸¹.

A coxa desossada veio da desossa por uma esteira geral, cai dentro de uma classificadora de pernas, máquina esta que pesa a mesma. Abaixo desta máquina classificadora tem caixas de inox, denominada de expositores e ao lado destes tem empregados que embalam o produto. Depois de embalados em pacotes de aproximadamente dois quilos, vão para as seladoras automáticas, que retiram o ar e selam as embalagens. Um empregado na ponta joga as embalagens em uma esteira, indo às mesmas para o romaneio. No romaneio, colocam em caixas de papelão que vai pela mesma esteira para o encaixotamento.

b.e) KK: seção ao lado da desossa, a coxa com pele é desossada por uma máquina, (antes manual), sendo que a mesma processa a coxa desossada, cortando-a em pedaços pequenos que são vendidos para o Japão, para sushi.

Estas coxas desossadas vieram da desossa por gaiolas que são colocadas na máquina para serem cortadas. Quando cortadas e pesadas, automaticamente são embaladas no outro lado da máquina de forma manual e colocadas em embalagens plásticas, sendo estas postas em bacias ou gaiolas de forma manual. Depois, manualmente as bacias ou gaiolas são colocadas na esteira, para irem ao romaneio. No romaneio, colocam em caixas de papelão e novamente em esteiras, que levam estas para o encaixotamento. A temperatura deste setor, próximo às máquinas é de 1,9 graus centígrados.

b.f) o Kakogire: setor que fica no piso subterrâneo, ao lado do encaixotamento, próximo a câmara fria. O kakogire é uma máquina que congela coxinhas de frangos, e as despeja em cima de várias esteiras pequenas, para que empregadas pesem as coxinhas com 2,600 gramas cada embalagem. Depois de pesadas, são seladas as embalagens, jogadas estas para a esteira, que as leva ao romaneio. No romaneio são colocadas em caixas de papelão e novamente em esteiras são levadas ao encaixotamento. Este produto também é destinado ao Japão.

⁸¹ Para o Japão também são exportados pés, cartilagem e traquéia de frangos.

b.g) filé de frango: é feito do peito de frango e é um produto que também é exportado para Japão.

c) CMS - (Carne Mecanicamente Separada): esta seção fica próxima à área de perus, (no mesmo andar), para onde são remetidas carcaças de frango e de perus. A carcaça do frango vem da área do frango através de uma tubulação com pressão negativa de ar (vácuo), o que significa que a mesma é sugada da área de frango caindo diretamente nas máquinas que separam a carne do osso. A carcaça do peru, como fica na mesma área, vem por esteira, caindo direto também nas máquinas. Estas máquinas foram implantadas na indústria na década de 1990.

As máquinas que existem nesta sala, de forma automática, moem toda a carcaça do peru e frango, separando o osso da carne. A carne é usada na salsicha, nos hambúrgueres, no presunto e nos empanados. Aqui na unidade de Chapecó somente são feitos embutidos, empanados e hambúrgueres, sendo a salsicha feita em outra unidade da agroindústria. A carne é armazenada em kombos de mil quilos cada, ou em resma de vinte quilos. Os kombos são levados para outras unidades da agroindústria fora deste município para serem feitos os produtos. E as resmas são usadas nesta unidade. As resmas saem da seção do CMS e vão para o túnel de congelamento para armazenagem, de onde são posteriormente retiradas para a fabricação dos produtos.

Os ossos separados vão para a fábrica de farinha, transportados por contêiner e carregados por caminhões terceirizados. Esta seção é quase toda automatizada, com poucos empregados que são os operadores das máquinas.

d) Do industrializado⁸²: denomina-se desta forma a seção onde os produtos vão ser industrializados, não na forma de perus ou frangos inteiros⁸³, embora nesta área também seja preparado o frango inteiro defumado. Esta seção é dividida em cinco áreas, sendo: empanados, embutidos, congelados (onde é processado o hambúrguer), as estufas e a área de fatiados. A seção dos embutidos, dos congelados, estufas e fatiados ficam no corpo da fábrica grande e a dos empanados num outro prédio, que fica atrás da grande fábrica. Nesta seção dos industrializados a matéria prima pode ser de frangos ou de perus. Para melhor

⁸² Esta área começa a ser preparada, para industrializar os produtos, no final da década de 1980 (a partir de 1988), e com mais intensidade depois de 1991/1993.

⁸³ Embora o frango inteiro e o peru inteiro no mercado também são um produto industrializado, na agroindústria denomina-se o setor de industrializados o local onde são preparados produtos com parte das aves e não com as aves inteiras, à exceção do frango defumado.

compreensão descreveremos a parte dos embutidos, congelados, fatiados, estufas, e após a parte dos empanados.

d.a) O embutido: é uma seção que fica no piso intermediário da grande fábrica (que é composta de três pisos e a seção fica no segundo piso), onde são feitos os seguintes produtos: presunto cozido (PCCL); presunto defumado (PP); blaquê, (mortadela cozida que é feita de peito ou coxa, tanto de perus quanto de frangos); frango defumado (FRD), sendo este feito mais ao final do ano para festas, e é nesta única seção onde tem-se frangos inteiros; e peito defumado de perus.

A sobrecoxa desossada e o peito do peru desossado vêm da área dos perus através de esteiras, onde dois trabalhadores inspecionam para ver se não veio gordura ou pedaço de osso. Depois, as partes caem num contêiner metálico de 200 quilos de produtos e estes contêineres são transportados, por paleteiras⁸⁴, para o elevador da máquina. Esta carne é moída na máquina e, através de esteiras, é levada para tanques-balanças (onde é pesada a quantidade certa de carne e temperada).

Através de dutos de vácuo vai esta carne para um misturador onde fica girando por cerca de uma hora e quarenta minutos para fazer a mistura. A máquina que gira coloca automaticamente em contêineres; estes, carregados pelas paleteiras, são levados para câmaras de resfriamento para atingir a temperatura necessária. Os contêineres pequenos são despejados dentro de um recipiente maior nas câmaras para que, através de tubulação de vácuo, sejam sugados para dentro das máquinas denominadas embutideiras. Aqui o processo é mais uma vez automático, sendo que o produto sai da câmara diretamente para as embutideiras. A embutideira injeta os produtos para dentro de formas do presunto. Quando é para ser feito presunto cozido, vai para a área de cozimento. Aqui o mesmo é cozido em estufas, tudo de forma automática, sendo que o operador somente leva as formas para dentro da estufa usando a paleteira.

Quando se trata do presunto defumado, sai a carne da máquina misturadeira diretamente para a máquina embutideira, não passando pela câmara para onde foi o produto que é para o presunto cozido. Ele sai da embutideira e, ao invés de ir para formas, vai para a grampeadeira de forma automática. A grampeadeira grampeia e ele é colocado em gaiolas, de forma manual, e estas gaiolas vão para outra estufa, (que não é o mesmo processo de cozimento), para ser defumado. Nas estufas os

⁸⁴ São carrinhos hidráulicos que levam produtos para serem armazenados ou trabalhados. Os produtos transportados pelas paleteiras, são acoplados em caixas, pallets e contêineres. Antes das paleteiras, todo o transporte de produtos era feito de forma manual.

operadores entram com as paleteiras, colocam as gaiolas em cima destas e as transportam para câmaras e túneis de resfriamento.

O presunto cozido sai da câmara de resfriamento e vai para a área de desenformagem (ele ainda está dentro das formas), sendo este um dos poucos setores onde a desenformagem é feita de forma manual. Os trabalhadores desenformam⁸⁵ o mesmo, colocam em cima de uma esteira que o transporta para a seção da embalagem situada na mesma área. Nesta seção o produto chega pela esteira e é colocado em caixas, trabalho feito de forma manual. Na mesma esteira por onde vieram seguem os produtos que vão para câmaras de estocagem para serem conservados e enviados ao mercado.

O presunto defumado sai da câmara de resfriamento por paleteiras e, em gaiolas, vai para a área de descasque, onde alguns trabalhadores tiram das gaiolas, retiram o nalo (casca) que se formou ao redor do presunto e colocam na esteira novamente. Na mesma esteira, logo à frente, dois outros trabalhadores colocam num saco plástico (que é para ser tirado o ar das peças no piso superior), e esta leva para a área de pasteurização situada no piso superior. Na área de pasteurização máquinas colam a embalagem no produto, antes tirando o ar através do vácuo, e depois, passa por um pasteurizador, (para matar todos os micro-organismos), e retorna, em esteiras, novamente para o piso inferior onde as peças são etiquetadas e postas em caixas de forma manual, depois saem por esteiras que levam as caixas de produtos até a armazenagem.

O blaquê, que é uma espécie de mortadela cozida feita de peito ou coxa do peru, é processado da seguinte forma: vem a matéria prima da área do peru, por esteiras, passa pelo moedor, ainda por esteiras vai para tanques de preparação onde são adicionados os temperos. Dos tanques, por dutos de sucção a vácuo, é sugada a carne diretamente para dentro da máquina misturadeira onde o produto é misturado bem para ganhar consistência gelatinosa. A própria misturadeira joga-o dentro de um tanque; deste, por dutos de sucção de vácuo, é jogado para a embutideira que os embala em nalos (embalagens plásticas). Embalados nos nalos são grampeados (tem duas máquinas acopladas, a embutideira e a grampeadeira), distribuídos em gaiolas e levados até as paleteiras, de forma manual, que levam os produtos para estufa de cozimento. Ficam algum tempo nas estufas, sendo retirados, também com paleteiras, e

⁸⁵ Já houve a tentativa de colocar uma máquina que desenformasse os presuntos cozidos. A máquina foi colocada, mas devido a problemas técnicos foi reprovada a máquina, continuando a ser feito este trabalho de forma manual.

levados para área de resfriamento. Após resfriados, ainda dentro de gaiolas, são os produtos retirados novamente por paleteiras indo para seção da rotulagem que fica na seção de embalagem. Aí é colocado o rótulo (através de uma máquina chamada tavio) e depois, em caixas, de forma manual, e, por esteiras, transportadas para o encaixotamento, sendo estes armazenados nas câmaras onde já estão. prontos para o mercado.

O frango defumado, feito na área de embutidos, elaborado somente para as festas de fim de ano, é processado da seguinte forma: o frango vem inteiro da área de frangos nos kombos, transportados por paleteiras e um operário pega estas aves colocando-as na esteira da máquina, máquina esta que vai injetar o tempero. Depois de injetado o tempero, a própria máquina joga os frangos dentro de uma calha, onde empregados pegam da calha e colocam redes ao redor da ave, grampeia e solta numa esteira. Outros empregados pegam da esteira e colocam nas gaiolas, colocando as mesmas nas paleteiras, que levam para a estufa de defumação. Da estufa, quando defumado, são pegas novamente as gaiolas pelas paleteiras e levadas também para a área de descasque, (mesma área onde se descasca o presunto defumado, parando de descascar o presunto para descascar o frango). Depois de descascado são os mesmos postos em uma esteira. Nesta, logo à frente dois outros trabalhadores colocam num saco plástico (que é para ser tirado o ar das peças no piso superior), e pela mesma esteira vão para a área de pasteurização. Na área de pasteurização, passam por um pasteurizador, (para matar todos os micro-organismos), e retornam com esteiras para o piso inferior, onde as aves são etiquetadas e postas em caixas (etiquetadas e postas em caixa de forma manual) saindo pelas esteiras que levam as caixas de produtos até a armazenagem.

d.b) congelados: é a área onde são processados os hambúrgueres, feitos com carnes de frangos, perus e um pouco de carne de gado, numa proporção de 20 quilos de carne de gado, para 200 quilos de aves. Aqui um pouco da carne é a que vem do CMS e também peitos e sobrecoxas desossadas que vieram das áreas de perus ou frangos.

Primeiramente, a carne é congelada nos túneis em blocos de vinte quilos, chegando até a seção através de pallets⁸⁶. O operador pega com as mãos a resma de carne e a joga numa máquina, (chamada de quebrador de blocos), que a tritura formando pequenos pedaços tipo farelo. Desta máquina, de forma automática, é jogada para uma

⁸⁶ São recipientes de plásticos, onde são acondicionados blocos de carne, para fazerem 1000kg, que são retirados das câmaras e levados para a seção através de paleteiras ou de elevadores.

misturadeira cuja função é misturar a carne e receber os temperos que vieram da área de condimento através de esteira. Quando a carne está bem misturada, passa para o moedor (que é a mesma máquina misturadeira, que faz as duas funções: misturando e moendo), formando a massa do hambúrguer. A máquina que misturou e moeu joga dentro de caçambas (contêineres com quatro rodas) que são empurradas de forma manual para os elevadores das moldadeiras. Os elevadores levam a massa que está dentro dos contêineres para dentro da moldadeira de forma automática. As moldadeiras moldam 325 hambúrgueres por minuto, e são quatro máquinas moldadeiras. Saem os hambúrgueres das moldadeiras e são jogados nas esteiras pelas próprias máquinas, indo diretamente para túneis de congelamento de 32 graus negativos, chamados de girofreezer. O girofreezer fica na mesma seção, logo após as máquinas moldadeiras. O girofreezer tem uma esteira que gira direto e depois de congelar de forma automática, estes hambúrgueres são levados para um empilhador (máquina que fica girando e faz montes de hambúrgueres que deverão abastecer as envelopadeiras). Os empregados pegam montes de hambúrgueres e colocam no funil da envelopadeira capaz de envelopar 330 hambúrgueres por minuto. São três trabalhadores, geralmente mulheres, sendo que uma arruma os montes de produto para as outras duas abastecerem a máquina; as duas mulheres devem colocar 330 hambúrgueres no funil da máquina por minuto. Envelopados caem numa esteira e outros empregados colocam o produto em caixas. As caixas continuam na esteira e vão para o setor de armazenagem, encaixotamento e para o mercado.

Nesta seção de hambúrgueres há 83 trabalhadores no primeiro turno e 86 no segundo, sendo que, no ano de 2010, foram produzidos em toneladas/mês: janeiro: 1003; fevereiro: 964; março: 1.067; abril: 1002; maio: 1088; junho: 1.053; julho: 1074; agosto: 1056; setembro: 1079; outubro: 1018; novembro: 1106 e dezembro: 1127.

d.c) estufas: estas ficam na mesma área da Sadia *Light*, sendo localizada no segundo piso da empresa. São treze estufas que servem para cozinhar ou defumar os produtos. Nestas não há trabalhadores dentro o tempo todo, somente há os que levam os produtos para serem cozidos ou defumados, colocam dentro, fecham as portas, aguardam o tempo necessário, depois saem e voltam para pegá-los novamente.

d.d) fatiados: é uma área onde são feitos produtos fatiados, tais como: presunto, mortadela⁸⁷, apresuntado, na forma de fatiados, para

⁸⁷ A mortadela não é produzida nesta unidade, vindo de outras unidades da agroindústria, para serem aqui também fatiadas.

agregar valor, pois, na forma de fatiado é vendido mais caro que o produto inteiro. O fatiado fica no terceiro piso.

A mortadela, o presunto, tanto o defumado quanto o cozido, chegam inteiros vindos do encaixotamento através de paleteiras e dentro de caixas de papelão envolvidas por plásticos. São tirados da caixa de forma manual e colocados na esteira para passarem pelo processo de descascar o produto. Após descascar o produto, ainda na esteira, vai para a máquina fatiadeira. Esta fatia o produto largando-o em porções de 200 gramas, (que ela mesma pesa), e joga na esteira distribuidora. A esteira distribuidora leva para a máquina de embalagem: nesta é embalado, retirado o ar das peças através do sistema de vácuo, voltando novamente para a esteira que leva os produtos para a área de embalagem.

A área de embalagem fica no segundo piso, onde são embalados todos os produtos dos industrializados, à exceção dos hambúrgueres (embalados por máquinas na própria seção) e dos empanados que são embalados na própria fábrica, fábrica esta que fica fora do corpo da fábrica grande. Chegam nesta área os pacotes de fatiados de 200 gramas, são manualmente colocados em caixas e estas vão para o encaixotamento através de esteiras, e daí para o mercado.

d.e) empanados: é uma fábrica separada, construída próximo ao frigorífico propriamente dito e foi inaugurada em 1997. Está instalada atrás da fábrica maior (frigorífico), que é de onde vem a matéria prima para o fabrico dos produtos. A matéria prima, que é peito, coxa e sobrecoxa de frango e peru, (tudo já desossado), vem do frigorífico via contêineres trazidos manualmente por trabalhadores, onde cada contêiner tem aproximadamente 500 a 600 Kg de produto.

Os produtos elaborados nesta fábrica são: empanados recheados, *nugts* de diversos tipos, peito à milanesa, (de diversos tipos), coxinha assada e coxinha empanada (coxinha da asa do frango), carne de frango moída e temperada com pimenta. São muitos produtos, aproximando-se de 300 tipos, com denominação diferenciada.

São feitos empanados fritos e empanados cozidos, tais como: peito de peru e frango e coxa e sobrecoxa de frango e perus cozidos. Existem mais tipos destes produtos cozidos do que os fritos (empanados), e os cozidos são todos para exportação. Dos empanados fritos a metade é para exportação e outra metade para mercado interno.

Na fábrica processam-se, por hora, entre 1500 a 2500 quilos de carne em cada linha, e há cinco linhas, o que se aproxima de 10.000 quilos carnes hora processada. A mesma opera em três turnos, e em todos estes tem aproximadamente 700 empregados. Das vinte e quatro horas dia, são processados produtos numa média de 21 horas, sendo as

outras três utilizadas para a higienização. Isso significa dizer que são processados por dia, em média, 221.000 mil quilos (podendo chegar a 250 mil quilos) de produtos dos tipos acima especificados. Isto significa: 221 toneladas/dia, o que, multiplicado por vinte e cinco dias/mês, dá 6.525 toneladas de produtos industrializados.

Os processos de produtos cozidos ou fritos são elaborados de forma diferenciada, sendo:

Quando para elaboração de produtos cozidos: a carne chega à fábrica, é jogada em tanques de salmoura, (sal e temperos), destes tanques, de forma automática vão para cima de uma esteira, e em cima desta é espalhado o produto de forma manual. A esteira leva o produto diretamente para um forno de cozimento. Depois deste forno, automaticamente, vai para cima de outra esteira, onde passa pela inspeção da fábrica de embalagem, (uma a duas pessoas fazem a inspeção em cima da esteira) e a mesma esteira leva para o girofreezer a fim de ser resfriado a, no mínimo, 18 graus negativos. Saindo do girofreezer, ainda automaticamente, cai numa esteira e esta o leva para um funil onde ali é embalado, pesado e selado. O embalamento do produto é feito de forma manual: quando é pega a embalagem, fixada no funil, o produto cai, um operador joga o produto em cima de uma esteira, outro pega o produto embalado, pesa-o e passa para outro operador selar a embalagem do produto. Após selado (tudo na esteira), passa por outro operador para detectar metais, continuando na esteira para chegar ao encaixotamento.

Quando para a elaboração de produtos fritos: a carne chega à fábrica, é jogada em tanques de salmoura, (sal e temperos), destes tanques, de forma automática vão para cima de uma esteira e em cima desta é espalhado o produto de forma manual. A esteira leva o produto diretamente para um forno para ser frito. Após ser frito, o produto sai automaticamente para cima de uma outra esteira, onde passa pela inspeção da fábrica de embalagem, (uma a duas pessoas fazem a inspeção em cima da esteira) e a mesma esteira leva-o para o girofreezer para ser resfriado a uma temperatura de, no mínimo, 18 graus negativos. Saindo do girofreezer, automaticamente, os produtos caem numa outra esteira, (existe aqui uma pessoa que faz novamente a inspeção pós-esteira deste produto) e aqui há dois destinos possíveis para o produto, sendo: a) um deles, ao sair do girofreezer, ainda automaticamente, cai numa esteira e esta o leva para um funil onde ali é embalado, pesado e selado. O embalamento do produto é feito de forma manual: quando a embalagem é tomada e fixada no funil, o produto cai, um operador joga o produto em cima de uma esteira, outro pega o produto embalado,

pesa-o e passa para outro operador selar a embalagem do produto. Após selado (tudo na esteira), passa por outro operador para detectar metais, continuando na esteira e indo para o encaixotamento. Neste primeiro destino dos produtos ficam os que tem entre 2,5 até 7 quilos. b) outro destino do produto são os envelopados: Quando sai o produto do girofreezer através de esteira, vai para máquina chamada boch onde é envelopado (isto é: uma máquina, com bobina de plástico coloca o produto dentro do pacote e sela). Em média, os produtos tem de 300 a 900 gramas, aproximadamente. São envelopados de 60 a 90 pacotes por minuto, de forma automática. Depois de envelopado, este produto é amassado de forma manual, (duas a três pessoas de 60 a 90 pacotes por minuto). Depois de amassado, a máquina encartuchadeira faz o encartuchamento, (que é o transporte do produto embalado para dentro de uma caixa de papelão, caixa pequena de *nugts*, coxinha assada, peito e coxa de peru a milanesa, todos empanados). A mesma máquina encartucha (coloca em caixinhas), cola automaticamente e, ainda através da esteira, vai para um detector de metais para depois seguir ao encaixotamento.

Observação: diz-se anteriormente que se produz nesta fábrica mais de trezentos tipos de produtos. Isso ocorre na preparação, onde são colocados os temperos e sal. Cada tipo de produto tem um determinado tempero e um nome. Portanto, é lá que é decidido o que será produzido. Quando o produto sai do girofreezer e vai para as esteiras para ser embalado, conforme o tipo de produto que foi feito na preparação, tem-se a embalagem (já com o nome em cima desta) do mesmo. Assim, em certas horas é feito um determinado produto, noutras horas outro, conforme o pedido.

Esta parte da fábrica tem seu encaixotamento e logística própria. (Somente depende da fábrica maior para recebimento da matéria prima que será transformada em outro produto).

Todo o produto terminado vai por esteiras, é encaixotado de forma manual em caixas de papelão e com pesos variados. Depois de encaixotado, é colocado em cima de uma base, de forma manual, passado um plástico filme ao redor e vai para câmara de resfriamento, (parte da logística). Até a porta da câmara de resfriamento é transportado por paleteiras (dentro da câmara é empilhado e transportado por empilhadeiras, para empilhar os pallets). Quando é para tirar das câmaras, as empilhadeiras trazem até a porta destas, as paleteiras as pegam e levam para os caminhões que estão nas docas para serem carregados, conforme o pedido.

e) caldeiras e salas de máquinas: são as mesmas imprescindíveis para o frigorífico, pois, sem água, luz, vapor e frio não existe frigorífico.

e.a) Caldeiras: A unidade de Chapecó tem duas caldeiras, sendo que somente uma está ativada, a de procedência alemã, sendo esta a maior caldeira da América Latina, tendo sido instalada na unidade aproximadamente há uns seis anos. Enquanto não tinha a instalação desta, era a caldeira hoje desativada que operava para a unidade. Esta caldeira desativada era operada de forma manual, sendo jogada lenha por braços humanos dentro da mesma.

Ambas (tanto a desativada, quanto a ativada) são operadas por lenha comprada de terceiros. Na agroindústria há um trator, com mão mecânica que pega a lenha de cima do caminhão e a coloca numa esteira que a transporta para dentro da caldeira de forma automática. O caldeirista fica numa sala à parte e, utilizando vários computadores, tem todo o controle da caldeira. A mesma opera vinte e quatro horas por dia, incluindo os finais de semana.

A caldeira produz vapor para manter o frigorífico, e também energia elétrica, que mantém luzes de emergência na agroindústria e outros equipamentos. A mesma, oferece água quente para as áreas de depenadeiras, de cozimento de produtos, banheiros e outros. Desta caldeira são enviados vapor e água quente para todas as partes: fábrica maior, fábrica de ração, fábrica de farinha e fábrica de empanados.

e.b) Sala de máquinas: tem seis salas de máquinas, duas junto ao corpo da fábrica maior e quatro ao lado desta. Estas máquinas são as responsáveis para manter o frio de todo o frigorífico, a água gelada (onde passam os frangos e perus), os túneis, as câmaras frias, as câmaras de estocagem, bem como a temperatura dos locais das fábricas. O que produz o frio é o gás amônia, que é comprado de firma terceirizada, vindo através de caminhões tanques.

A bomba de amônia empurra o líquido até o destino (túneis, câmaras e outros) e, através de compressores, este líquido é transformando em gás. A transformação em gás é feita no destino para onde o mesmo foi enviado, os túneis, ou câmaras, ou outra parte das fábricas. Aqui há trabalhadores/ operadores, sendo que esta sala de máquinas é bastante automatizada.

f) Da logística e do armazenamento: denomina-se logística toda a parte da fábrica que armazena, carrega e distribui os produtos. Estes produtos podem ser distribuídos ao mercado, tanto externo, quanto interno. Mas, alguns destes produtos também retornam para outros setores da fábrica para serem transformados novamente. Quando devem ser levados para outros setores da fábrica, saem produtos através de

caminhões terceirizados, não indo novamente por dentro do frigorífico. Esta área de logística e armazenamento fica dentro da fábrica maior, ou do frigorífico propriamente dito. Na logística trabalham, em horário comercial, sete pessoas que fazem todas as atividades de forma computadorizada. Programam cargas, locam caminhões, fazem o roteiro, dão baixas no estoque e tem todo o controle da produção diária. O transporte é todo terceirizado.

O produto que vai para a armazenagem vem do encaixotamento⁸⁸, existindo encaixotamento em vários setores da fábrica, tais como: na área de perus, de frangos, nos defumados, nos hambúrgueres e empanados. Do encaixotamento os produtos vêm prontos, em caixa de papel ou em peças nominadas de resmas, e estão congelados. Estas resmas são levadas novamente para dentro da fábrica, (ou para outras unidades da Sadia) para serem transformadas em produtos, tais como: empanados, CMS, e outros. Além destes, podem ser armazenados produtos *in natura*, (que não é congelado, sendo resfriado), tipo os defumados, mortadela.

Quando os produtos chegam do encaixotamento, pelas paleteiras, são os mesmos armazenados nas câmaras, onde podem permanecer por meses, dias, dependendo da validade do produto, e depois vão para os mercados, ou remanejados para a própria fábrica. As paleteiras trazem o produto, e largam-no na porta de entrada das câmaras, e os operadores usam as empilhadeiras⁸⁹ para colocá-lo nos boxes dentro da câmara.

Quando os produtos precisam ser retirados das câmaras de armazenagem, isto é feito através novamente das empilhadeiras e são estes levados para a antecâmara, espaço onde ficam as docas, que é o local onde encostam os caminhões ou contêineres. Se estes voltam para o corpo da grande fábrica, conforme já frisamos, retornam por caminhões terceirizados. Se vão para o mercado, depois de serem trazidos pelas empilhadeiras, na antecâmara são conferidos por empregados para serem carregados em caminhões-câmaras-frias ou em contêineres. Para por nos caminhões ou contêineres são usadas novamente as paleteiras.

⁸⁸ Nestes encaixotamentos existem túneis de congelamento, onde os produtos são congelados a uma temperatura de menos 30 a 40 graus centígrados. No encaixotamento somente existem túneis, e no armazenamento é que estão as câmaras, com temperatura entre 15 a 30 graus negativos.

⁸⁹ Empilhadeira é uma máquina tocada a bateria elétrica, que é usada para o levantamento e transporte de produtos. As paleteiras somente para transporte, pois não levantam os produtos e é tocada também a bateria elétrica.

Este processo de carregamento para o mercado dá-se da seguinte forma: o caminhão chega, é encostado na doca, conferido, esterilizado e só então recebe a mercadoria que é destinada ao local para onde deve ir. Quando são contêineres, os mesmos vêm em cima de plataformas que estão sobre rodas e esta plataforma é encostada na doca para que os contêineres recebam os produtos, sendo alguns carregados por paleteiras e outros por empilhadeiras. Após, os contêineres saem lacrados e vão para os Portos⁹⁰, Itajaí (SC), São Francisco do Sul (SC), Rio Grande (RS), sendo os mesmos somente deslacrados no país do destino final, que podem ser nos continentes da Europa, Ásia, África, e Américas. As carretas também descarregam nos portos antes citados, descarregando os pallets.

Na safra, (de julho até final de novembro), carregam-se, por dia, em média 45 a 50 cargas, em dois turnos, sendo que cada turno conta com 8 empilhadores, cinco conferentes e um chefe. A média das cargas é de 30 toneladas por carreta ou contêiner. Isto é a parte do carregamento.

g) fábrica de farinha: (subproduto): é uma área fora da grande fábrica. Da área de perus ou frangos todas as partes que não são aproveitadas para o consumo humano, tais como: vísceras, penas, pés, pescoço, e todas as aves inteiras, ou parte das aves condenadas para o consumo humano pelo CIF⁹¹ vão para a fábrica de farinha, antigamente denominado de subproduto. É praticamente o esgoto do frigorífico. Estes são enviados por valas que estão embaixo do frigorífico, todas canalizadas (todo o esgoto da empresa, incluindo aí o dos banheiros vão para esta fábrica de farinha, embora por valas diferentes, sendo que o esgoto dos banheiros não é utilizado para as farinhas, mas são processados antes de irem para o rio) e chegam através destas valas à fábrica, que dista uns trinta metros do frigorífico propriamente dito.

As valas (ou galerias) subterrâneas trazem as penas e os demais produtos (vísceras e outros) por galerias diferenciadas, onde são empurradas por água-recirculada, por bombas. Ao se tratar das penas, ao chegarem à fábrica caem numa peneira que separa a água das penas. As penas passam por uma prensa de forma automática para tirar o excesso

⁹⁰ Os produtos que vão para os portos são os que vão para a exportação. Para distribuição no mercado interno vão por rodovia.

⁹¹ Inspeção Federal, que são algumas pessoas próprias do Governo Federal, mas fazem parte desta equipe também alguns trabalhadores da própria agroindústria, que são supervisionados pelos do Governo Federal.

de água; da prensa caem nas roscas indo para o digestor⁹² onde é feito o cozimento; saem dali em forma de farinha. Depois vão para o secador, a mais ou menos, 300 graus positivos, para fazer a secagem através de ventiladores que puxam o calor de uma fornalha. Secada a farinha, vai para um moinho, e deste, para um elevador e, depois, para uma caixa de armazenagem.

Ao se tratar das vísceras (todos os demais subprodutos anteriormente citados que os operários denominam de vísceras), o processo dá-se da seguinte forma: vem por outras valas, (diferente da que traz as penas), através de água também recirculada por bomba, caem na peneira onde é separada a água das vísceras, vão para uma moega, e desta, para uma rosca que as leva até o triturador, que carrega o Blowtang, um tanque de armazenagem. Através de chute, que é uma pressão de ar comprimido, este produto é empurrado para o cozimento num digestor contínuo que faz onze estágios de cozimento. O produto fica 500 segundos em cada estágio. Depois de cozido, o mesmo cai numa prensa através de roscas, e é separada na prensagem a víscera da gordura animal. Após a separação, as vísceras, (agora trituradas em forma de farinha), através de rosca vão para uma peneira e da peneira para o moinho e, depois, para a caixa de armazenamento. Na fábrica a banha é acondicionada em tanques e também é usada na fábrica de ração. A banha, caso seja utilizada na fábrica de ração, é levada por um caminhão tanque ainda em estado líquido.

A farinha é feita das, penas e vísceras, e, quando a mesma está completamente seca, é levada para a fábrica de ração⁹³ por caminhões e acondicionada em contêineres.

h) da fábrica de ração: é uma área à parte, onde é feita a ração para ser vendida aos “integrados” a fim de tratarem as aves.

Nesta é usada a banha líquida e a farinha de carne que vieram da fábrica de farinha através de caminhões. São misturados a estes produtos outros, tais como: milho, farelo de soja, farelo de trigo, que são os componentes básicos. Todos estes produtos são estocados em local próprio da fábrica.

Do estoque, de forma automática, caem o milho, o farelo de soja, farelo de trigo e a farinha de carne para dentro de um moinho, sendo que

⁹² Digestores são tanques enormes, onde ao centro deste está acoplado um eixo, com várias pás, que ficam girando para derreter a carne ou as penas. Geralmente os trabalhadores denominam de graxeira, devido a graxa animal que sai, banha.

⁹³ Não é toda a farinha que é utilizada na fábrica de ração, parte dela é vendida como farinha de carne, para tratamento de animais, partes podem ser queimadas, ou enterradas (caso não sejam utilizadas) e uma parte inclusive pode ser utilizada nas caldeiras da agroindústria.

há um moinho para cada produto. Estes moinhos trituram os produtos que caem dentro de uma rosca e são transportados para o elevador, deste caindo dentro de uma caixa de estoque que fica próximo a várias balanças.

Em uma sala ao lado das balanças situam-se os operadores que vão preparar a matéria prima para ser feita a ração segundo a fórmula desta. Estes operadores, através de um computador, analisam a fórmula e acondicionam, de forma automática, todos os produtos que a fórmula pede, dando um comando que pega o produto do estoque e o passa pelo processo de pesagem. Exemplificando: a formula pediu 80 quilos de milho, pelo comando do computador, se liga a rosca e esta transporta o milho até a balança, a qual pesa os quilos pedidos e, da própria balança, de forma automática, vão para o misturador. Todos os produtos que pede a formula são processados da mesma maneira, caindo no misturador, incluindo neste o Premix⁹⁴ e o sal.

O misturador mistura e está pronta a ração. Esta ração cai na máquina redeler (máquina esta que transporta ração para um elevador de canecas, ou caçambas) e, quando vai para o elevador é novamente acondicionado numa caixa estoque e, desta caixa estoque (que está elevada), em cima das prensas, a ração misturada vai cair nas prensas. Estas prensas pelitizadas vão transformar a ração que estava moída em ração em grão.

Saindo da prensa numa temperatura de 80 graus positivos, cai no resfriador para não esfarelar, dentro deste resfriador tem dois processos: ou se faz ração esfarelada ou ração em grão. Passada nas prensas, a ração volta para outro redeler que a transporta para outro elevador de canecas, levando-a automaticamente para o armazenamento.

Do armazenamento sai em caminhões em forma de ração a granel.

Na fábrica de ração há também a logística que separa a mesma por peso e tipo, conforme o pedido. A fábrica de ração trabalha em três turnos, sendo que em todos os turnos tem-se aproximadamente 70 empregados, com um grau de escolaridade que permite a pessoa operar máquinas e entre estas, computadores.

Tem-se na mesma oito peletizadoras que fabricam em torno de 16 toneladas de ração/ hora cada uma. A fábrica trabalha 24 horas e são fabricadas, em média, 128 toneladas por hora pelas oito máquinas, o que

⁹⁴ Premix: produtos químicos que são utilizados na fabricação de ração, sendo este produto comprado pela agroindústria.

significa entre 2600 a 3000 toneladas de ração/dia, somente com o trabalho 70/80 empregados.

Descrito a planta da fábrica, passa-se a analisar como se deu a implantação dos processos de organização do trabalho, primeiro o taylorismo/fordismo, após os elementos introduzidos do toyotismo.

3.4.3 Como se deu a implantação do taylorismo/fordismo

Na próxima seção, quando se verificará a formação da parcela da classe trabalhadora que labora neste frigorífico, ficará claro que, em sua imensa maioria, provinha da agricultura da região, ou dos municípios do noroeste do estado do Rio Grande do Sul.

Nesta década de 1970 as regiões de origem dos trabalhadores para as agroindústrias contavam com abundância de força de trabalho vacante, pois a mecanização das lavouras dispensava parte dos seus trabalhadores e a subdivisão das propriedades rurais as tornava cada vez mais inviáveis como fonte de sustento para uma família. Paralelamente, muitos **brasileiros (grifo nosso)** que viviam de “biscates”, como jardineiros, cortadores de lenha, “chapas”⁹⁵, faxineiras e outros trabalhadores/as sem vínculo empregatício, para estes/as, trabalhar numa “grande empresa” e com carteira assinada significava uma melhora sensível em seu *status* social, sua auto-estima e, especialmente, na garantia de uma entrada mensal fixa. O mesmo acontecia com jovens que vinham do interior do município ou de outras localidades próximas de Chapecó para continuar seus estudos nos cursos noturnos. Para eles um trabalho fixo “caía como uma luva” em suas necessidades materiais e psíquicas, como auto-estima, sentir-se útil, demonstrar aos pais que eram responsáveis. E, ademais, os mesmos provinham, em sua maioria, de famílias em que as crianças aprendiam a trabalhar e a desempenhar tarefas desde muito cedo, o que fazia deles trabalhadores desejados por qualquer empresa não necessitada de trabalhadores especializados.

Laborar nesta agroindústria como empregado com Carteira de Trabalho e Previdência Social firmada e alguns direitos, era, nas décadas de 1970, 1980 até pelo menos meados de 1990, um grande “sonho” para pequenos agricultores, camponeses sem terras, ou filhos destes. A

⁹⁵ Denominação dada aos trabalhadores disponíveis para realizar tarefas pontuais para caminhoneiros, donos de fazendas etc. Os mesmos tinham pontos de encontro em vários pontos da cidade onde os “patrões” passavam para contratar seus serviços, normalmente como diaristas.

agroindústria, tanto esta como outras que existiam/existem no município pagavam “bons salários”, a média de 2,5 a 3 salários mínimos, tinha-se pagamento todos os meses (dificilmente ouviu-se falar em atrasos de pagamentos por parte das agroindústrias), férias, (ainda que na maioria de vinte dias), 13º salário, salário família, plano de saúde, (mais tarde a Sadia criou a Fundação Atílio Fontana para complementação de aposentadoria), pagamento de algumas horas extras. E, ademais, a cidade estava em crescimento constante, sendo, desde esta década, o pólo irradiador da região oeste de Santa Catarina. Significa que, ao vir do campo para a cidade, além de todas estas vantagens, ainda tinha-se luz elétrica, água da rede pública, estradas e a possibilidade de dar estudos aos filhos/as, visto que aqui havia o 2º grau, e, na década de 1970, é criada a primeira escola de terceiro grau, a antiga Fundeste⁹⁶.

Um de nossos entrevistados, Orlando, que reside neste município desde 1973, foi operário da construção civil, sindicalista desta categoria, vogal e juiz classista de 1º grau da Justiça do Trabalho de Chapecó, e hoje advogado militante trabalhista, nos diz:

Olha, o pessoal ganhava muito bem comparativamente ao restante dos trabalhadores e eu diria até que o trabalhador da construção civil no geral comparando com o salário da Sadia, digamos que a construção civil ganharia trinta por cento assim, em números. O trabalhador da sadia, ele normalmente ele tinha sua casinha, ele comprava sua casinha, ele comprava seu carrinho, enfim eram trabalhadores muito mais, digamos aquinhoados do que o restante dos trabalhadores havia um diferencial visível, quem trabalhava na Sadia tinha um nível salarial muito bom, ganhava bem, adquiria as coisas, era visto de uma forma diferente à época, até o que nos entristece hoje, que nós vemos hoje, o pedreiro hoje da construção civil ganha mais, muito mais que o trabalhador da Sadia, o servente da construção civil hoje, é mais valorizado do que um trabalhador da Sadia, quer dizer, não sei qual é a explicação que se daria pra isso, talvez uma pesquisa mais profunda possa revelar, eu não sei o quê que aconteceu dessa decadência assim da valorização dos trabalhadores dos frigoríficos, o quê que ocorreu.

⁹⁶ Fundação Universitária para o Desenvolvimento do Oeste, instituída por lei municipal de 4 de julho de 1970 da prefeitura de Chapecó, como instituição pública de direito privado, destinada a implantar cursos universitários na cidade e posteriormente na Região. Em 1990 uniu-se às fundações universitárias de Videira e Joaçaba para fundar a Universidade do Oeste – Unoesc. Em 2002 houve uma cisão, e a Fundeste passou a ser mantenedora apenas do campus de Chapecó, que passou a denominar-se Universidade Comunitária de Chapecó – Unochapecó (Informação disponível em www.unochapeco.edu.br, acessada em 15/01/2011).

Estes pequenos agricultores ou camponeses sem terra eram semi-analfabetos, de origem cabocla, ou descendentes de emigrantes italianos que tinham “colonizado” estas terras do oeste catarinense no final da década de 1920 e década de 1930, sendo que, ou eles ou seus pais vieram do Estado do Rio Grande do Sul. Lá também eram agricultores, e a consciência operária não existia, visto nunca terem travado lutas operárias, nem na região de onde eram oriundos, nem nesta região. Praticamente nada sabiam da vida do operariado nem tinham ouvido falar em classe trabalhadora.

Com uma classe trabalhadora em potencial quase exclusivamente agrícola e semi-analfabeta, só restava às agroindústrias providenciar treinamentos capazes de redimensionar as capacidades de trabalho da mesma. Para ensinar/treinar esses trabalhadores, os primeiros técnicos vinham da Itália e/ou do Rio Grande do Sul. Mais tarde, os mesmos eram trazidos dos Estados Unidos da América do Norte - EUA e da Argentina.

Segundo Espíndola (1999, p.137-8):

O processo de qualificação de mão-de-obra braçal era feito na própria empresa [...] Esse processo de treinamento de mão-de-obra não-especializada foi estimulado (na Sadia Concórdia) a partir de 1950. [...] Em Chapecó, a Sadia executou o Projeto CEA, onde o aluno realizava o estudo individualizado, disciplina por disciplina, eliminando uma de cada vez [...] Ademais, as unidades de produção da Sadia desenvolvem cursos de controle de caldeiras, operadores de caldeiras, tipificação de carcaças, torneiros mecânicos, eletricitas, encanadores, pedreiros, gerência, administração, propaganda etc.

Para realizar os treinamentos, a agroindústria recorria ao tempo livre dos trabalhadores, como sábados, domingos e feriados. Segundo Espíndola: “Essas relações eram camufladas por mecanismos econômicos de paternalismo (bailes, almoços de Natal, festas de 1º de maio, doação de peru no Natal para cada empregado, vale supermercado, fornecimento de automóveis para diretores etc.)”. É evidente que tudo isso era feito com trabalhadores carentes de consciência de classe e que não viam nada demais em fazer horas-extras sem receberem compensação financeira alguma. O mesmo se pode afirmar em relação à exploração feita através da taylorização do processo de trabalho, tal como um gerente do Grupo Sadia conta com detalhes a Espíndola (1999, p.139):

Nós abatíamos 700 suínos/dia e, na sala de desmanche dos suínos 120 operários faziam o serviço em 10 horas. Aí eu pensei: vou pagar por produtividade. Em dois meses coloquei os 120 limpando retalhos e comecei a controlar. Daí eu encontrei funcionário que limpava 11 kg/h e outros que limpavam 2 kg/h. A média geral era de 6 kg/h. Aí eu selecionei os dez melhores e disse que ia fazer uma experiência com eles (teve todo o trabalho de convencimento!) e coloquei eles numa sala separada. Um operário para pesar e outro para afiar as facas. Estes ficavam com um papel marcando quanto era limpo Daí eu cheguei para eles e disse: quando vocês chegarem a 25 kg/h eu vou passar a pagar vocês com salário de primeira (um salário mínimo e meio). Depois de quatro meses eles alcançaram a marca. Daí eu falei que iriam ganhar mais X se chegassem a 45 kg/h. Isto deu certo e hoje temos nessa sala oitenta funcionários e dez coordenadores.

O depoimento do gerente demonstra a eficiência do processo taylorista: de seis kg/h como média de produção, passou-se, em poucos meses, a 45 kg/h: um aumento de quase 800%, enquanto o salário subiu pouco mais de 50%. Mas escancara também o estágio da consciência política dos trabalhadores que parecem não perceber essas distorções e se prestam a aumentar de forma tão brutal a produtividade em favor da empresa. Tal percepção é corroborada pelas informações de Espíndola (1999, p. 141) ao constatar que os primeiros movimentos grevistas no Grupo Sadia datam de 1987⁹⁷ e que as conquistas foram ínfimas, enquanto as conseqüências se mostraram trágicas para os que encabeçaram os movimentos reivindicatórios:

Após as negociações (melhoria salarial e das condições de trabalho etc.) membros da comissão dos trabalhadores foram demitidos. Em São Paulo (nas greves de 1983) houve várias demissões [...] Na greve de 1990 até a polícia foi chamada para proteger as instalações industriais do Grupo Sadia e para coibir o movimento (grevista) [...] membros da direção das unidades produtivas se infiltraram no movimento para identificar os “cabeças” da greve.

⁹⁷ Não é real a constatação de Espíndola, tivemos tentativa de greve em 1981, na agroindústria de Chapecó, e esta tentativa em 1987, aqui em Chapecó não existiu (observação da autora).

E a conclusão do autor coincide com a nossa depois de fazermos o estudo do processo de recrutamento, treinamento da mão-de-obra e das relações estabelecidas entre as direções do Grupo Sadia e seus trabalhadores, a saber:

Todos esses mecanismos de docilidade e subordinação da mão-de-obra, somados ao paternalismo e ao assistencialismo, que determinam relações de passividade e cooperação entre empresa e trabalhadores, foram estendidos (da Sadia Concórdia) às outras unidades produtivas do Grupo Sadia, quando da constituição, em 1976, da Fundação Atílio Fontana (FAF). Hoje ela funciona como um sistema previdenciário privado, uma vez que os empregados têm direito à assistência médico-hospitalar e a uma complementação da aposentadoria. Todavia, entrevistas realizadas (nas unidades) de São Paulo, confirmam que os trabalhadores que se aposentaram a partir de 1986 não conseguiram aposentadorias compensadoras se comparadas com a dos trabalhadores aposentados antes de 1986 [...] As consultas médicas foram drasticamente reduzidas [...] Além dessas transformações ocorridas, cabe salientar que, analisando o demonstrativo analítico dos investimentos da FAF no início de 1993, verificou-se que essa Fundação (sem fins lucrativos!) tornou-se uma das grandes investidora do Grupo Sadia, através da inserção no mercado de ações. Participa da aquisição de ações do Bradesco, Itaú, Hering, Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira, Cia. Vale do Rio Doce, Duratex, Cônsul, Transbrasil etc. Somem-se a essas participações os investimentos em ativos imobilizados (terrenos e edificações). Tanto os terrenos (total de nove) como as edificações (total de 105) eram e são utilizados para uso próprio e aluguel de terceiros (ESPÍNDOLA, 1999, p. 142).

Estes últimos dados sobre as relações da Agroindústria Sadia e a categoria dos trabalhadores das carnes são relativos às décadas de 80 e 90. Mas, por falta de dados da época de 1970 “registrados” a respeito da categoria dos trabalhadores das carnes nesta década, nos propomos a raciocinar a respeito dessa realidade, o que nos parece uma ilação válida: se, duas décadas depois as relações entre a agroindústria em

questão e a categoria dos seus trabalhadores continua sendo de subordinação, de paternalismo/assistencialismo e as mínimas manifestações de inconformidade continuam sendo respondidas com espionagem, repressão policial e demissões, quanto mais difíceis seriam as manifestações da classe trabalhadora da década anterior, sabendo tratar-se de trabalhadores de origem rural, de jovens e de mulheres sem nenhuma trajetória na vida sindical, sem nenhuma consciência de “classe trabalhadora” e imbuída de uma utopia individual/familiar de melhorar de vida, de garantir o estudo dos filhos, de contar com um ganho mensal garantido, de poder orgulhar-se de trabalhar numa “grande empresa”, com a perspectiva de “fazer carreira” dentro dela, com o sonho da aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - complementada pela aposentadoria da Fundação Atílio Fontana - FAF.

Ademais, o ambiente da cidade e da região respirava otimismo econômico. Estávamos em pleno “milagre econômico” da ditadura militar e a imprensa não cansava de apresentar a chegada da agroindústria como a redenção da cidade, a elevação do *status* em nível estadual⁹⁸ nacional e internacional. Qualquer sacrifício em termos de “renúncia fiscal” desta agroindústria em relação ao município, às Centrais Elétricas de Santa Catarina (CELESC), a Telecomunicações de Santa Catarina (TELESC), e à Companhia de Águas e Saneamento de Santa Catarina (CASAN) etc., era visto como insignificante frente ao que a agroindústria representava em desenvolvimento econômico, social e político para a região. Daí porque, ser “integrado” ou empregado da Sadia significava desfrutar de maior *status* sócio-econômico frente aos seus semelhantes. Este aspecto ajuda a entender o estágio de consciência social da categoria dos trabalhadores das carnes, cuja associação e, posteriormente o sindicato, seria criado ainda na década de 1970.

Pequenos agricultores, sem terras, ou filhos/as destes foram os que formaram, nas décadas de 1970, 1980, até metade de 1990, esta parcela da classe trabalhadora que labora nesta agroindústria. Sem consciência operária, e com o discurso, através da mídia, religião,

⁹⁸ Para entender este aspecto, é necessário conhecer a história do Estado e das contradições permanentes entre o litoral e o oeste catarinense: o oeste sempre se sentiu “deixado de lado” e até mesmo desprezado pelo governo catarinense que sempre teria privilegiado o litoral e o vale do Itajaí. O Oeste havia sido tratado pelo governo estadual e pelo povo do litoral, como “irmão bastardo”, “cidadão de 2ª categoria” A chegada da Sadia a Chapecó era vista como a elevação do *status* econômico-político da cidade e da região. A Sadia passava a ser “a menina dos olhos” do governo municipal e regional (pois já havia sido instalada em Chapecó uma Secretaria de Estado no Oeste Catarinense) e o povo do município e da região era estimulado a sentir-se orgulhoso deste empreendimento.

escola, e outros formadores de opinião, “da maravilha” de laborar nesta agroindústria, conseguiu-se a hegemonização deste. O sonho da melhoria de vida, através de bons salários, o crescimento da cidade, o “fazer o pé-de-meia” com terreno e casa, escola para os filhos e a possibilidade de pelo menos um dos filhos estudarem na “faculdade”, o crescimento da cidade, a falta de um sindicalismo combativo; e **mais forte que tudo (grifo nosso)**, o “paternalismo” e a idéia que Attílio Fontana, o fundador da agroindústria era o “bom pai dos trabalhadores”, que de todos cuidava e provia, a hegemonização do discurso que todos faziam parte da grande família Sadia, que haveria de ser a maior agroindústria do ramo do país, fez com que o processo de organização do trabalho das décadas que vão da implantação até praticamente 2000, o taylorismo/fordismo fosse aceito sem questionamento. Isto responde ao questionamento de que mesmo sendo agricultores, acostumados ao relógio biológico mais que ao relógio real, estes tenham aceitado tão docilmente permanecerem por 10, 12, 15 horas dentro da fábrica, produzindo, produzindo cada vez mais valia ao “patrão”.

Este paternalismo, e a idéia hegemonizada da grande empresa e de que era a família Sadia foi tão forte até o início deste século, que, por várias vezes, ao conversarmos, entrevistarmos operários e ex-operários, nos deparávamos com uma chocante realidade, a de que, em sua imensa maioria, (para não dizer todos), os trabalhadores aceitavam e tinham a idéia de que, enquanto o Attílio era vivo, todos viviam bem. Não conseguiam enxergar a realidade da exploração capitalista, independentemente do nível educacional que tivessem alcançado. Nos trabalhadores mais velhos “a saudade” da época de Attílio, é uma constante. Contam o tempo antes da morte deste e depois da morte deste. Não conseguem compreender o quanto este “empreendedor” tirou de mais-valia para formar seu império. É dificultoso desmascarar esta idéia.

Tanto isto é verdade que João, um de nossos entrevistados, que laborou na agroindústria de 1986 a 2006, mesmo tendo graduação universitária em Economia, nos diz em uma de suas últimas respostas:

Entrevistadora: - eu tenho uma curiosidade. Olha bem, tu me disseste que esqueceu a pessoa humana do trabalhador, isso existia antes dessa pressão da nova era? A empresa olhava esse ser humano do trabalhador?

Entrevistado: - “Certamente.”

Entrevistadora: - como João?

Entrevistado: “Tá sempre junto, fazia festa junto, as pessoas sabiam um do problema do outro, um ajudava o outro, existia essa parceria entre empregado e empregador, e a

partir disso, essas mudanças, isso foi se desfeito aos pouquinhos e não ocorreu mais isso. Eu lembro que na época até as pessoas que realmente por própria vontade eles não queriam mais trabalhar, até por muito tempo, e a gente até no dia da despedida fazia uma festinha dava o prêmio, isso foi bem característico na época”.

Entrevistadora: *tu táis querendo me dizer que havia uma solidariedade entre os trabalhadores lá no chão da fábrica? Vocês conseguiam conversar, sentar, falar, como é que vocês faziam essa solidariedade?*

Entrevistado: *É, a gente era uma família, falava-se muito em família Sadia, na época existia isso, família Sadia e em qualquer canto, em qualquer ambiente a gente vivia bem, vivia bem, as pessoas conversavam bastante, um ajudava o outro, no lado social a empresa tinha uma participação bastante grande, e pode conversar hoje, por exemplo, pode pegar um produtor no campo, que tava naquela época e que ta agora, ele vai simplesmente relatar isso. A empresa sempre promovia premiação dos melhores produtores, enfim era show de bola.*

Mas, a partir de 1991 vai surgindo e ganhando força o que foi denominado de: “*SADIA da nova era ou SADIA do novo milênio*”, quando vão sendo introduzidos elementos toyotistas no processo de organização do trabalho, que se passa a analisar na próxima subseção.

3.4.4 Os elementos toyotistas implantados a partir de 1991⁹⁹

3.4.4.1 Introdução

A partir da década de 1990 foram profundas as transformações ocorridas no capitalismo brasileiro. Com o advento do receituário e da pragmática neoliberal definidos no Consenso de Washington, desencadeou-se uma onda enorme de desregulamentação dos direitos trabalhistas, acompanhada de um conjunto de transformações no plano da organização da produção que ficou conhecida como acumulação

⁹⁹ Este subseção está baseado em três entrevistas que fizemos com ex-operários, sendo dois mecânicos e um ex-supervisor da agroindústria. Mas, a maioria das informações colocadas no texto, tem como base o conhecimento do cotidiano desta mestranda, tanto em relação a agroindústria, contra a qual a mesma tem várias ações, bem como no cotidiano desta com os trabalhadores da categoria. Por isto, justificam-se as poucas citações de outros autores.

flexível (ANTUNES, 2006, p.15)¹⁰⁰.

Em Santa Catarina, a agroindústria Sadia S.A., para continuar competitiva no mercado externo e interno, começa sua reestruturação produtiva exatamente pela unidade de Chapecó, por nós estudada. Anteriormente, na década de 1980 já havia esta unidade terceirizado vários serviços, tais como: transporte de aves, limpeza, mecânica e manutenção (em parte) do parque fabril.

Mas, conforme Cruz, (2000, p. 53), é a partir da década de 1990, que os executivos da agroindústria começam a discutir a TQC (*Total Quality Control*), sendo que 1991 iniciaram contatos com empresas japoneses para estudos e a viabilidade da implantação da Qualidade Total. Nesta época, baseado neste novo processo de organização do trabalho, são implantadas, de forma gradativa, várias técnicas de trabalho, que adiante serão estudadas, demonstrando claramente a introdução de elementos do novo processo de organização do trabalho, o toyotismo.

O discurso utilizado para a implantação dos elementos do toyotismo era a “grandeza” da agroindústria, baseada na família Sadia, a qualidade do produto, e de quanto a mesma cresceria, agregando novos empregos através da qualidade dos produtos. Chamavam de “*A Sadia da nova era ou Sadia do novo milênio*”. No entanto, embora este discurso passasse a hegemonizar a consciência da classe trabalhadora e de toda a sociedade da região, visto o trabalho da mídia, das escolas, e muito bem discutido no chão da fábrica, é por certo que o objetivo da introdução dos elementos desde novo processo de organização do trabalho buscava um aumento de produtividade, com menos empregados, bem como uma maior qualidade do produto para que a agroindústria liderasse em termos de competitividade, e crescesse no mercado interno e externo.

Era a qualidade exigida pelo mercado (grifo nosso).

Para a comprovação do afirmado basta verificar alguns números descritos anteriormente, quando temos dois indicadores, sendo: a) exportação: em 1980 foram exportados para 100 milhões de dólares, e, em 1994, 500 milhões de dólares; b) faturamento: em 1988 foi de 1 bilhão de dólares; em 1994 de 2,9 bilhões de dólares e em 2008 foi de 12,2 bilhões de dólares. Somente pelos números da exportação e pelo faturamento pode-se perceber o crescimento da agroindústria em todas suas unidades, e, logicamente, na unidade de Chapecó. Isto significa que os elementos do toyotismo implantados, que convivem com elementos

¹⁰⁰ Segundo Oliveira (2004) materializa-se de vez a reestruturação produtiva no Brasil, com a reinserção do país na economia internacional.

do fordismo/taylorismo, deram muito certo: a produção aumentou, os lucros aumentaram de forma “estrondosa”, e os salários, (conforme se verá mais adiante) diminuíram, enquanto as doenças aumentaram.

A reestruturação da produção de seu parque industrial somente foi possível com o investimento em automação e novas tecnologias que provocaram o aumento da capacidade produtiva e, ao mesmo tempo, a redução de postos de trabalho (CRUZ, 2000, p. 52).

Refletindo a opção da empresa pelo investimento em novas tecnologias, é construída em Chapecó a fábrica de empanados, que já no primeiro ano, com três turnos, (toda automatizada), empregava 250 empregados (80% de mão-de-obra menos que numa fábrica tradicional), produzindo 700 toneladas/mês de *nuggets* (presunto, queijo e crocante), tortinha, empadinha e coxinha¹⁰¹.

Esta re-estruturação produtiva e operacional fez com que a Sadia, no ano de 1997 (CRUZ, 2000, p. 53), reorganizasse o seu parque industrial, saindo da área de bovinos e soja, (em larga escala), e projetando para que, a partir de 1998, tivesse como prioridade a fabricação de alimentos industrializados, congelados e resfriados, e também com a entrada no ramo de massas frescas e pizzas congeladas.

No período que vai de 1990, em diante a substituição e introdução de máquinas dentro desta unidade é uma constante, sendo que as antigas foram substituídas por outras automatizadas ou computadorizadas, e, nesta unidade de Chapecó, em 1996 foi praticamente reconstruída a área de frangos sem que houvesse a interrupção da produção. É importante constatar que, a partir de 1991, as mesas onde se industrializavam os frangos e perus vão sendo substituídas por esteiras rolantes onde são colocados os mesmos (ou parte destes), e de forma automática é esta quem dita a quantidade da produção. Um de nossos entrevistados, mecânico da empresa nesta época, aqui denominado José, nos diz:

¹⁰¹ Estes levantamentos, elaborados por Dulcinéia Cruz foram feitos no ano de 2000, quando a mesma apresentou a sua dissertação de mestrado. Agora, em 2010, conforme nos referimos, quando da subseção que tratou da planta da fábrica, na parte da fábrica de empanados processa-se por hora, entre 1500 a 2500 quilos de carne em cada linha, e tem cinco linhas, o que se aproxima de 10.000 quilos carnes hora processada. A mesma (fábrica de empanados) opera em três turnos e em todos os turnos, tem aproximadamente 700 empregados. Das vinte e quatro horas dia, são processados produtos, numa média de 21 horas, e as outras três para a higienização. Isso significa dizer que é processado por dia uma média de 221.000 mil quilos (podendo chegar a 250.000 mil quilos) de produtos industrializados nesta fábrica. Isto significa 221 toneladas dia, aproximadamente, que por vinte e cinco dias mês, das 6.525 toneladas de produtos industrializados, aproximadamente.

[...] então, na implantação do CQS, antes da implantação do CQS não existia tempo, era o tempo necessário para o trabalhador se achava que tinha que desossar (grifo nosso). Desossava-se coxa e colocava na mesa, não existia esteira. Vocês têm que entender uma coisa, o que é mesa e o que é esteira. Mesa é parada, esteira é que gira, chegou ao CQS, houve a necessidade, aí por parte da empresa, pegava alguém treinado, quando colocaram a esteira e colocava para todos os trabalhadores da esteira ver que eles estavam tirando tempo do trabalhador, para que o trabalhador pudesse no menor tempo possível, daí era aplicado nos outros trabalhadores. Aí sim é um trabalho de CQS, que eles diziam bom – hoje nós éramos com uma mesa parada, colocamos uma esteira no trabalho de CQS, foi desenvolvendo, chegou a conclusão seguinte: o trabalho de CQS que alguém fez que tem que ter um tempo para desossar essa coxa, aí começava-se a conferir os tempos de todos que estavam desossando [...] Então antes, quando não existia tempo, o trabalhador trabalhava numa mesa, desossava, levava o tempo todo, quando veio o CQS veio a esteira com velocidades que era uma velocidade com polia que a gente mudava, mas também a polia não tinha a opção do encarregado, do chefe ir lá e aumentar porque na polia não tinha, até podia fazer mas tinha que trocar as polias, daí era demorado. Então com o trabalho do CQS mudou o quê? Houve a necessidade de colocar esteira, colocar um tempo pra cada trabalhador, um número na esteira, a esteira é numerada, aí cada trabalhador já tem 20 segundos prá desossar e cada trabalhador tem o seu número e também junto já veio a possibilidade de colocar um inversor e a possibilidade..., vamos analisar o seguinte: cada trabalhador tem um número certo? Cada um tem tantos segundos pra fazer, aumenta-se a velocidade da esteira e o trabalhador continua fazendo seu número porque se ele não fizer e começar dar show perde a meta dele, aí que vem o problema, o trabalhador aumenta o ritmo dele, aumenta a repetição e ele tem que fazer a meta, se ele não fizer e deixar a carne no osso ou a pele ele vai perder aquela meta, aí ele vai ser avaliado pela meta. Então obriga o trabalhador a fazer o seu número, a desossar e assim vai indo e vai aumentando a produção e quem tá mesmo se ferrando é o trabalhador.

Paralelamente à implantação de elementos do processo de organização do trabalho toyotismo, a empresa, visando à competitividade, vai perseguindo as certificações internacionais da ISO, na busca de maior credibilidade para a marca SADIA no mercado externo. Conforme Cruz, (2000, p. 58), em 1995 a unidade de Chapecó

atendeu às exigências da ISO-9000, e recebeu o certificado da ISO-9001¹⁰², pelo órgão *certificador Bureau Veritas Quality International* (BVQI). E, em 1999 esta mesma unidade é recomendada para receber a certificação da ISO 14001¹⁰³.

É importante frisar que os elementos do novo processo de organização do trabalho foram sendo introduzidos sem que houvesse a parada da produção, nem poderia haver, e com trabalhadores que se encontravam há muito tempo na indústria, visto que era comum até esta época, trabalhadores terem mais de dez anos de casa, e inúmeros deles terem iniciado a vida de operário e virem a aposentar-se na agroindústria. Ademais, conforme já se frisou, a implantação foi se dando de forma gradativa, sendo que, ao ter-se iniciado em 1991, (com a cooperação de técnicos japoneses) dá-se de forma mais perceptível a partir de 1995/1996, encerrando o ciclo praticamente em 2000¹⁰⁴.

Para corroborar o afirmado no parágrafo anterior, recorremos a nosso entrevistado João, que diz:

Ela, na verdade, até ali em noventa e um não era assim tão acentuada, começou a partir de mil novecentos e noventa e cinco que começaram a surgir novas necessidades em função até de exigência do mercado externo tá. Então a partir daí foi um incremento bem significativo nas questões das evoluções tecnológicas, porque a empresa teve que mudar e nós também como condutores disso, a gente também teve que mudar o conceito.

Já José, outro de nossos entrevistados, também argumenta neste sentido:

Então, começa em 91 com o 5S e vai dando seqüência cada ano vai se aplicando CQS, vai se aplicando novos programas da Sadia e aonde que chega mesmo no ano 2000, o trabalho que mais impactou no meu ponto de vista, foi em 2000 onde se implantou mesmo o CQS Sadia. O CQS Sadia na época quando foi implantado, se dizia que era pra ajudar o trabalhador, o funcionário que fazia o CQS ajudava na

¹⁰² A ISO-9001 refere-se à garantia da qualidade em projetos/desenvolvimento, produção, instalação e assistência técnica.

¹⁰³ A ISO 14001 se refere à preservação do meio-ambiente, e a unidade de Chapecó recebeu esta certificação.

¹⁰⁴ Estas informações foram coletadas em conversas informais, entrevistas, e também pelo conhecimento desta mestrandia que se encontra nesta região desde 1986, e tem inúmeras ações contra esta empresa, bem como milita no movimento político (partido e sindicato). Boa parte desta dissertação está baseada em nosso conhecimento cotidiano. Ainda, quando se fala “encerrando o ciclo praticamente em 2000”, não significa que a indústria não continua automatizando-se, significa tão somente que na percepção dos operários é que a qualidade total dá-se com mais ênfase no período de 1996/2000.

questão do trabalho do trabalhador, no dia a dia, onde começou aumentando o trabalho, aumentando as tarefas e diminuindo já, radicalmente o número de funcionários.

Fica claro que, na década que vai de 1991 até o ano de 2000, os elementos do processo de organização do trabalho toyotismo que interessavam à agroindústria já estavam implantados de modo definitivo, causando grande impacto na parcela da classe trabalhadora que labora neste e em outros frigoríficos de nossa região. Resta discutir neste momento, quais os elementos deste novo processo que mais foram introduzidos na agroindústria.

3.4.4.2 Quais elementos do toyotismo foram introduzidos na agroindústria

Na subseção 3.3.4.3 destacaram-se as principais características do toyotismo que, em síntese, podem ser assim caracterizados a) ao contrário do processo anterior, agora o capital quer novamente o saber operário; b) A flexibilização do trabalho, através do discurso da crise, sob hegemonia capitalista, criou-se um discurso que a saída para a crise é a união das classes, isto é, todos deverão ser co-participes, para sair-se da crise e haver crescimento econômico, “que beneficiará a todos e não apenas os donos do capital”. E, uma das formas de sugestões para o fim da crise é exatamente a diminuição de direitos; c) o trabalho por produtividade; d) a introdução de novas tecnologias, principalmente a informática e robótica, que são os alicerces da base tecnológica da terceira revolução industrial; e) é uma produção vinculada à demanda mais preocupada em atender as exigências do mercado consumidor; f) os operários, além de trabalharem em equipe, devem ser multifuncionais, isto é, devem ser capazes de realizar várias funções; g) tem o princípio do *just in time*, ou seja, o melhor aproveitamento possível do tempo de produção; h) estoques mínimos, através do *kanban*, que são placas ou senhas de comando para que seja feito o estoque; i) estrutura verticalizada, ao invés de estrutura horizontalizada j) Organização dos círculos de Controle de Qualidade – CCQs; k) e implantou, mesmo que para uma pequena parcela da população trabalhadora o emprego vitalício, isto não na realidade brasileira.

Passa-se a analisar quais desses elementos deste processo de organização do trabalho foram implantados, a partir de 1991, nesta agroindústria:

a) A questão do saber operário: se no processo de organização anterior o saber operário era algo que precisava ser “retirado”, e o **saber, a organização (grifo nosso)**, ficava ao encargo de técnicos, especialistas, neste momento buscava-se novamente resgatá-lo. Esta busca não tinha/tem como objetivo o retorno aos tempos dos “ofícios” do capitalismo imaturo onde o trabalhador era dono do saber fazer. A finalidade aqui é outra: resgatar a subjetividade do trabalho, para que o trabalhador no chão da fábrica possa dar a solução para os problemas do dia-a-dia. O trabalhador não voltará a ter o controle dos ritmos do trabalho, controlados pela máquina, mas, pelo seu conhecimento cotidiano, poderá o mesmo solucionar problemas e dar sugestões para o aumento da produção.

Nesta agroindústria em estudo a introdução dos elementos toyotistas começa em 1991 com os 5S (senso de utilização, senso de ordenação, senso de limpeza, senso de saúde, senso de autodisciplina) e gradativamente vão sendo implantados o CQS - Círculos de Qualidade Sadia; TQS - Total Qualidade Sadia; MASP- Metodologia de Solução de Problemas ou PDCA - Método de Análise e Solução de Problemas¹⁰⁵; BMP - Boas Práticas de Produção; EFG - Eficiência Global; MA - Manutenção Autônoma; PL- Planilha de Controle; MT- Manual de Treinamento; PO - Procedimentos Operacionais. Todas estas técnicas do novo processo de organização do trabalho visaram/visam a maior produtividade, com a “cooptação” da subjetividade do trabalhador, aumentando seu individualismo, e fazendo com que o mesmo se imaginasse ser um colaborador, não mais empregado. A busca desta subjetividade era a de que, ao se sentir valorizado, através de círculos, “onde podia falar o que interessava à empresa” ele falasse do saber do chão da fábrica, para que se pudesse resolver os problemas ocorridos, ou ver de que forma poderia ser aumentada a produção. Através de relatos orais de alguns trabalhadores, sabe-se que nesta planta da fábrica, a idéia de ser colocado em algumas partes de frangos e perus números, (ex. na coxa do frango e do peru), foi idéia de um trabalhador para melhorar a produtividade. Isto porque o pedaço de carne da ave vem numerado, ex. de 1 a 20, tem-se 20 trabalhadores: assim, um trabalhador pega o número um, outro o dois e sucessivamente; o trabalhador que pega o

¹⁰⁵ Todas estas técnicas nos foram repassadas em conversas informais com um ex-supervisor da empresa. Mas, este não falava em PDCA, quem nos indicou esta sigla foi nosso entrevistado José. Quando da análise da cartilha do CQS apresentada ao grupo de trabalhadores, na integração, (cartilha em anexo), nas folhas 2, resta consignado o que significa PDCA, que pode, conforme conversas informais, ser utilizado também como MASP- metodologia de solução de problemas.

número um não pode deixar passar nenhum pedaço que lhe compete sem trabalhá-lo, pois, caso deixe passar, não tem uma boa produtividade, e isto será contado para a verificação na questão do aumento salarial do operário.

Apenas a título de ilustração da questão da numeração das peças, (para aumento de produtividade), transcreve-se o que nos diz outro de nossos entrevistados, que nominamos de Valmor:

Como eu tava falando, eu acho que o principal é o aumento da produção, só querem aumentar quase que diária a produção e aquelas tarefas sempre repetitivas, por exemplo, as mulheres, têm até uma irmã minha que trabalha lá, esses dias eu estava olhando ela, ela tá limpando uma coxa que tá descendo de uma esteira, a esteira é numerada, ele tem de 01 a 20, cada vez que passa o número 19 ela tem que pegar, ela já tá limpando aquela coxa e pensando – quando que vai vir esse número 19 pra eu pegar de novo – quando ela mal terminou, ou não terminou ainda já tem o número 19 pra ela pegar e colocar na caixinha do lado, entendeu. Tem uma caixa de plástico que ficam as coxas que ela não consegue limpar no tempo, quando ela vê, aquela caixa já tá cheia de coxas, por isso que ela tem que limpar numa velocidade pra não encher aquela caixa, porque ela não pode deixar passar nenhum número 19 pra baixo daquela esteira, se passar já vem o cara, que tem o último que fica cuidando e já vai perdendo a meta dela, não vai ganhar funcionário destaque, não vai ganhar nada, não ganha mais aumento.

Observe-se bem o aspecto da subjetividade: conforme nosso entrevistado José, citado nas páginas anteriores, o começo dá-se com os 5 S. Era preciso mudar a mentalidade do trabalhador que vivia apenas a realidade taylorista/fordista, ele precisava ter senso de utilização, (das ferramentas, máquinas, e outros meios de produção da empresa); senso de ordenação, (de ordem desses meios de produção); senso de limpeza, (do local de trabalho) senso de saúde, (provavelmente das aves, mais tarde veremos que somente aumentaram as doenças do trabalho, portanto, não se pode falar em saúde do trabalho); e por último o senso de autodisciplina, (precisava se autodisciplinar). Com estas mudanças, buscadas (e conseguidas, mesmo que a ferro e fogo), através dos 5S, é possível ir-se implantando novas técnicas, para se ter um trabalhador

“cordato”¹⁰⁶, “disciplinado”, participativo, e sempre disposto a “ajudar a empresa”.

José, em sua entrevista, nos fala de como a agroindústria usou e continua usando este “saber operário”, para seu proveito próprio. Ele nos diz:

Isso aí é o que o CQS avisa, o CQS vem pra que isso aconteça. O trabalhador que é mais esclarecido tem mais diferença e conhece mais ele começa a desenvolver uma tarefa pra aumentar tudo, produção, diminuir trabalhador, porque não adianta você querer aumentar a produção, não adiantava você querer aumentar a produção e aumentar o número de pessoas, já o CQS nem andava o projeto nem andava o que eles faziam o saber das pessoas, o saber do operador, o saber do funcionário e eles ocupavam aquele trabalhador como líder do CQS, tratava-se o líder do CQS, aí parecia ser uma empresa com líder, com secretário, com todas as funções. Pra que isso? Pra que o projeto desse seqüência. Então tinha tudo, secretária, líder, tudo o passo certo. Pra quê? Pra que os próprios trabalhadores, quando é um trabalho que favorece a empresa sair do papel, não ficarem só no papel, e quando envolve custo pra empresa mas vai aumentar a produção, não tem problema nenhum.

A questão do aproveitamento do saber operário (somente no que interessa a empresa) foi tão introduzida nesta unidade, que alguns trabalhadores, por exemplo, os mecânicos, tem uma meta de apresentar um trabalho e meio no CQS, ou seja, uma equipe de dez tem que apresentar quinze trabalhos de melhoria/ano. Isto nos diz o entrevistado Valmor:

É, cada um de nós, por exemplo, têm 1.5 de CQS, um trabalho e meio nós temos que fazer cada um, se somos dez na equipe, temos que fazer quinze trabalhos. Mas não é só pelas metas que o pessoal faz lá, da para perceber, o pessoal quer ver a melhor maneira possível, ter aquela criatividade e botar aquela criatividade, não é só pelo projeto, que a maioria faz, mas daí [...].

Noutro trecho da entrevista, este mesmo Valmor nos fala de que o CQS foi introduzido para que os operários pudessem auxiliar nos problemas e apresentar propostas de maior produtividade. Perguntado se

¹⁰⁶ Fala-se em “cordato”, “disciplinado” e isto não significa que o trabalhador do período anterior não tinha estas características. Quando será discutida a formação desta classe trabalhadora, e mesmo pela subseção anterior, quando se discutiu a implantação do taylorismo/fordismo percebe-se que esta parcela da classe trabalhadora tinha/tem estas características. No entanto, para a implantação dos elementos do toyotismo, era necessário um trabalhador disciplinado em relação aos meios de produção da agroindústria, além de outros.

este novo processo de organização do trabalho utilizava o saber operário, responde:

Muito, ele, hoje em dia, por exemplo, essa pergunta que tu me fez é muito bem vinda pra nós, hoje em dia eles tem um programa de CQS onde o funcionário descobre os problemas, ele resolve, mas o retorno nenhum. Esse mês teve um pessoal da manutenção, esses meses passados que resolveu um problema, foi apresentado até lá em Florianópolis, resolveram um problema de uma bolha de uma máquina lá que perdia muita massa, não vem ao caso de explicar muito bem o projeto que eles fizeram, vai ver o quê que eles ganharam – há eles pagam viagem, eles pagam hotel – o cara se sente o máximo, mas vão ver quantos deles ganharam reembolso por isso, quanto à empresa vai economizar. Tem vários projetos lá dentro que foi feito. Tem uma equipe de círculo de qualidade Sadia – CQS é implantado em todas as empresas.

Tem-se que, veio o 5S, disciplinou, organizou, preparou o terreno, e assim, de forma gradativa, foram sendo implantados outros elementos do toyotismo, e a agroindústria, através de seu CQS - Círculo de Qualidade Sadia, consegue a “cooptação” do operário, captando sua subjetividade e, através do saber operário, resolve vários de seus problemas para o aumento da produtividade.

b) Organização dos Círculos de Controle de Qualidade, CQS- Controle de Qualidade Sadia: embora na síntese do início desta subseção estivesse este título na letra “I”, optou-se por colocá-lo neste momento, porque nos parágrafos anteriores muito se discutiu sobre o mesmo.

Mesmo que um de nossos entrevistados diga que os mesmos se iniciam no ano de 2000, este está sendo preparado desde 1991 através dos 5S, da cooptação da subjetividade operária, e desde 1996 havia na empresa circelistas. Conforme anexo a esta dissertação (Cartilha *Círculos de Qualidade Sadia*), o número de circelistas na unidade de Chapecó, em 1997 era de 34 e, em 2005 passou a ser de 4545. Neste mesmo ano de 1997 tinha esta unidade 5 grupos de trabalho; já em 2005 havia 578 grupos de trabalho, sendo que no ano de início não foi apresentado nenhum trabalho, e em 2005 foram apresentados pelos círculos 3522 trabalhos. Em termos de adesão, em 1997 somente 9% dos trabalhadores tinham “aderido”, e, em 2005, 76% dos trabalhadores da unidade de Chapecó haviam “aderido” aos círculos de controle de qualidade Sadia.

Estes números demonstram a eficiência dos “prepostos” da empresa em fazer com que a imensa maioria dos trabalhadores do chão

da fábrica aderisse a Qualidade Total Sadia. Sabe-se que esta adesão não se deu sem resistência, nem na época e nem nos dias atuais. Esta adesão tem “por trás” a questão do aumento salarial. Quem não participa dos círculos não é bem visto pelas chefias, e isto pode impactar e muito, quando os supervisores vão analisar o trabalhador para dar aumento de salários. Pelas falas de alguns entrevistados, resta claro que a “adesão” aos círculos estava condicionada à política salarial. Veja-se:

João diz:

*[...] eu lembro até hoje as pessoas, quando eu me encontro na rua e elas comentam que a gente tinha dois lados da aceitação do chão de fábrica, tinha aquelas pessoas que entendiam que tinha que fazer e tinha aquelas pessoas que não entendiam tá, aquelas que não entendiam, elas diziam assim: há por que que eu vou fazer se eu não vou ganhar algo mais? **E tinha aquelas outras pessoas que como tinha política salarial aberta então elas diziam: (grifo nosso) se eu fizer isso, eu sei que eu tô indo pra aquele caminho lá que a empresa tá propondo que é a política salarial, pra mim ser alguém no futuro, mas tinha algumas que não entendiam isso tá.***

José também repete a fala de que o aumento salarial está condicionado a participação nos círculos, e por isto, a “adesão”. Perguntado se a agroindústria envolveu os trabalhadores pelo discurso e pela coação, em sua fala temos:

*Coação, com o discurso, com várias reuniões, primeiro eles implantavam nas reuniões, faziam curso, aí eles davam viagens para uma unidade, para outra unidade, davam prêmio para quem fizesse o trabalho maior, melhor e **junto com isso aí, cada vez que eles faziam reunião eles faziam as avaliações e cada funcionário que ficava sem participar dos programas, dos projetos, programa de CQS, 5S, vários ali, ficava, desconsiderava os aumentos, não tinha aumento. Então ela manipulava o trabalhador (grifo nosso) ou o trabalhador participava nem que fosse fazer número e era o que aconteciam, os trabalhadores conscientes iam fazer número às vezes para não participar porque via que cada trabalho de CQS diminuía um colega e aumentava o trabalho.***

Ainda falando este mesmo entrevistado dos 5S e do CQS.

[...] a maioria aceitava por caso que a Sadia, a empresa colocava uma meta ou você participava de 5S, CQS, todos os programas da Sadia eles tinham que participar porque senão eles ficavam fora da meta e todos os projetos que ficava fora da meta era uma porcentagem, até na hora extra, você fazia hora extra, na época, se tu tivesses tantas horas

extras você ficava fora da avaliação, ou você ficava fora da meta porque você tem lá uma guria sempre fiscalizando, tu tem tanto por cento que tu podes tirar no osso ou na carne se você ficava fora dessa meta aí você era desconsiderado para aumento. Então nesse sentido a empresa envolveu todos os trabalhadores, ou você tava com ela ou você tava fora de ganhar aumento. (grifo nosso).

Os famosos círculos de qualidade total foram implantados pelo discurso e pela coação, sendo que esta se dá pelo não aumento salarial de quem não participa, ou não apresenta projetos. Já no nível do discurso, pela hegemonização da idéia da importância de participação nos círculos. Ao analisarem-se as cartilhas anexadas, e ao tentar-se “descortinar o que se encontra na essência, por trás da aparência” destas, vai-se ter uma visão da forma como foi hegemonizada a idéia da importância da participação no CQS. Vejamos:

Temos duas cartilhas: na primeira, muito bem elaborada, numa história em quadrinhos, o trabalhador Saulo apresenta ao trabalhador Duilho, (que está muito chateado, provavelmente por não poder ajudar a agroindústria) o que são os círculos, mais especificamente o Círculo de Qualidade Sadia. Nesta, na capa, tem-se um franguinho Sadia, (de óculos, a fotocópia de um intelectual) apresentando o “mundo da qualidade”, cujo título da cartilha é: *Qualidade no chão da fábrica CQS*. Com este título, no subjetivismo do trabalhador, este vem a entender que a qualidade no chão da fábrica é para ele e não para os produtos. Toda a história se passa com Saulo apresentando as benesses dos círculos para convencer Duilho (e convence) a participar, colaborar com a empresa através dos círculos de qualidade Sadia. O linguajar da aparência é impressionante, o franguinho da capa é apresentado como Lequetreque, esperto e ligeiro (p.3), e que pode ajudar a fazer com que o trabalhador não fique mais chateado ao conhecer os círculos e apresentar problemas e soluções para o chão da fábrica nas reuniões destes. Na página 6 o trabalhador, chateado no início da conversa, fica feliz ao perceber que, através de sua participação, poderá resolver ‘aquilo que o incomodava’ e mais, que somente participará do círculo caso desejar (o que acima restou demonstrado não ser bem isto). O franguinho Lequetreque, junto com Saulo, ajuda e muito a conversar o trabalhador Duilho do quanto é bom participar dos círculos. E, como o franguinho é esperto, passa a discorrer sobre a história dos mesmos, dizendo (p.5) que, a partir de 1950, no Japão se começa a estudar e praticar controle de qualidade, e que em 1962, mestres e encarregados, “com a participação” de subordinados, fazem a primeira conferência sobre controle de qualidade, sendo esta data considerada o início do CCQ. Em nenhum momento

fala-se em toyotismo. Ao final (p.12), Duilho convencido diz ao chefe que quer participar do CQS e o franguinho esperto e ligeiro deixa uma pergunta no ar: “você não vai querer fazer como Duilho?”. Com um linguajar deste, e com a baixa consciência operária desta parcela de trabalhadores, é impossível a imensa maioria descortinar a essência por baixo da aparência.

Ainda desta primeira cartilha: nas duas contracapas finais há um chamativo, quase em forma de apelo, quando diz: “A Sadia nasceu de um sonho e há mais de cinqüenta anos vem transformando esse sonho em carinho, cuidado e dedicação. Onde tem S tem saber. E com S a gente vai fazendo o Brasil”. A gente vai fazendo o Brasil, quer dizer, a Sadia vai fazendo o Brasil. Na outra contra capa, as idéias de Kauru Ishikawa: “A responsabilidade pela qualidade em uma empresa é de todas as pessoas que nela trabalham independente do posto que ocupem, do local onde estejam, ou do serviço que prestam. O ser humano, em sua essência é o mesmo, em qualquer lugar do mundo; logo, o CCQ terá sucesso em qualquer lugar do mundo”. Todos são responsáveis pela qualidade, e o círculo de qualidade tem que dar certo em qualquer lugar do mundo, pois, na essência, todos os seres humanos são os mesmos.

A segunda cartilha, a esta dissertação anexada, é apresentada aos trabalhadores no momento da integração¹⁰⁷. Na página 1 ela já diz que as atividades deste círculo buscam direcionar a energia e a criatividade dos trabalhadores para solucionar problemas de qualidade. Para quem consegue fazer uma análise para além da aparência, trata-se de “retirar” do saber operário soluções para os problemas do capital, no que diz respeito à qualidade dos produtos e ao aumento da produtividade. Na página 3 fala dos objetivos, e aí inclui o crescimento humano. Este, conforme será descortinado na seção 5, nunca existiu, havendo, sim, o crescimento da agroindústria, a melhoria dos processos de trabalho para que possa haver a melhoria dos produtos e maior produtividade. Os fundamentos destes círculos, nesta mesma página, demonstram a carga de subjetivismo descarregada no trabalhador para que se possa alcançar os dois objetivos da mesma página, exceção feita à promoção do crescimento humano. Na página 4 fala-se do início dos CQS no Japão e na Sadia em 1996. Depois, página 6 em diante, discute-se como são formados estes círculos, quais as funções do secretário, do líder, e de como se organiza uma reunião. Na página 9, (módulo III) discute-se a

¹⁰⁷ Quando o trabalhador é admitido na empresa, antes de ir para a linha de produção, tem o mesmo um dia de integração, e já neste dia é apresentado a este a cartilha do CQS - Círculo de Qualidade Sadia.

sobrevivência versus qualidade, deixando para o bom intérprete a clareza de que a sobrevivência da agroindústria depende da qualidade da satisfação do consumidor. Através desta satisfação, tem-se a preferência deste consumidor e a agroindústria é competitiva. Mas, ainda afirma-se que a qualidade tem que ser através da produtividade sem custos desnecessários. A máxima do toyotismo está sintetizada nestas quatro frases da página 9: aumento de produção, com redução de custos, com boa qualidade, para ser competitiva nos mercados internos e externos, e garantir a sobrevivência da agroindústria. Só que, infelizmente o trabalhador não consegue fazer esta leitura, descortinando a essência deste processo de organização do trabalho.

O aumento da produtividade com menos número de trabalhadores é notório pelas falas dos entrevistados, bem como pelas conversas com vários dos trabalhadores da fábrica. Este aumento de produção fica claro pelos números de exportação e faturamento da agroindústria. Ninguém, logicamente honesto, pode negar o objetivo da Qualidade Total da Sadia: aumento da produtividade para se tornar competitiva nos mercados, o que fez com que esta atravessasse a crise estrutural do capital com estrondosos lucros. Concluimos, portanto, que os gerentes da agroindústria foram muito bem sucedidos com os resultados alcançados pela implantação da reestruturação produtiva.

Nossos entrevistados confirmam o aumento da produtividade. José, ao ser perguntado se estas técnicas do toyotismo trouxeram aumento de produção, responde:

*Com certeza, aumento da produção, portanto que a planta da fábrica hoje continua a mesma, se tu vai ver o espaço físico é o mesmo, só acelerou as máquinas e se deu uma seqüência ai muito grande de aumento na produção (grifo nosso). Se tu vai pegar hoje, há, mas tem mais funcionário que na época, mas daí tem mais produção por número de pessoas. Portanto que hoje se tu pegar qualquer empresa aí que eles produzem por toneladas por número de pessoas que eles fazem. **Então aumentou exageradamente a produção e diminuiu o número de funcionários (grifo nosso).** Se tu vai pegar e fizer um cálculo com certeza vai ter bem mais produção que em 1991 por pessoas.*

Ainda José, continua dizendo:

Então, eles começam com o 5S, o 5S eles já implantam no objetivo de já, não que eles não teriam o projeto do CQS, mas começa-se com o 5S já para manipular o trabalhador para ver, medir o que o trabalhador pode fazer além da tarefa diária dele, aí, com o 5S vai se estendendo cinco anos, eles verem que o 5S é uma ferramenta e sempre colocavam

*claro que é uma ferramenta que ajuda o trabalhador, mas de outro lado é uma ferramenta que na verdade, no linguajar do trabalhador hoje consciente, que ferra com o trabalhador e na época o trabalhador não via isso aí. Então eles começam com o 5S, ordenação, limpeza e tudo o que ele é e em 1995 eles se deparam, **bom o 5S já vencemos, já temos o trabalhador consciente que nós podemos ocupar mais o trabalhador do que a tarefa dele e implanta de cara o CQS, aí sim, o CQS é um projeto que só ele tem de ajudar a Empresa, porque ajudar a empresa? Porque daí vai diminuir o número de pessoas, vai aumentar o ritmo de produção (Grifo nosso), e tudo o que eles pregam no projeto, o que eles colocam no projeto de CQS é que tudo o que se faz é pro bem do trabalhador e aí o trabalhador começa a trabalhar no projeto do 5S, e eles colocam lá como uma meta e se o trabalhador não tá, todo o trabalhador que não estivesse junto no grupo do CQS, ficava fora da avaliação para ganhar aumento.***

Valmor também confirma o aumento de produção e a política salarial atrelada a metas e participação dos trabalhos em círculos:

*Eu, no meu, eu acho até que houve até um, eu acho que continuou mais ou menos no mesmo nível, cinco, seis mil funcionários a Sadia têm, acho até que aumentou, mas não, porque aumentou a produção no caso, aumentou a quantidade de sessão, porque, por exemplo, lá tinha uma linha que cortava peru, quando eles começaram essa qualidade aumentaram pra três linhas de corte de peru, é mais ou menos nesse nível, abatia cinco, seis mil perus por dia, eu acredito que hoje, eu não tenho certeza, vinte mil que seja quatorze mil com um turno só, era dois turnos na época. **Na verdade o que aumentou foi à produção, a produção aumentou bastante e por isso que aumentou o número de funcionários, mas pela qualidade (grifo nosso).***

O aumento da produção, considerando-se a década de 2000 em diante, foi de uma grandeza nesta unidade de Chapecó. Se fosse analisar o número de empregados, estes não baixaram de em torno de 6.500 a 7.000. Mas, se fizermos análise empregado versus produção, veremos que o número de empregados é muito menor do que a agroindústria teria que empregar caso não tivesse se automatizado e trabalhado com elementos do toyotismo. Para isto, basta ser observado o estudo de (Cruz, 2000), quando diz que a fábrica de empanados, através da automação, trabalha com menos 80% de mão-de-obra que numa fábrica tradicional, para produzir 700 toneladas/mês.

Em síntese, foi implantado a “ferro de fogo”, como dizem os trabalhadores em conversas informais, o CQS - Circulo de Qualidade

Sadia -. A coação em torno da figura de quem não participasse teria dificuldade em ganhar aumento foi escancarada. Mas, além da coação, foi utilizada a persuasão, tentando hegemonizar a idéia de que seria bom para todos a qualidade, pois também seria bom para o chão da fábrica, leia-se trabalhador. A persuasão também surtiu efeito, conforme pode ser observado nas cartilhas anexadas, e da análise das mesmas. A essência, (aquilo que não aparece, que está além da aparência) foi: com menos empregados, produzir muito mais, conjuntamente com a automação e da extração do saber operário, a subjetividade para solucionar os problemas da fábrica, buscando mais e mais qualidade, a fim de ter-se competitividade superior a outras indústrias do ramo, e cada vez mais mercado interno e externo para ter lucros. Esta é a essência, e esta essência é que fez/faz com que, a cada dia, aumentem as legiões de adoentados, o que será analisado na seção V, o objeto deste trabalho. A qualidade não foi para os seres humanos, os trabalhadores, foi para os franguinhos, peruzinhos, (enquanto vivos), para que estes pudessem dar bons produtos/mercadorias aos consumidores, e assim, lucros “no deus mercado”.

c) o trabalho por produtividade: na análise anterior e pelos depoimentos transcritos, claro restou que os salários são determinados pelas metas e pela produtividade alcançada. Os trabalhadores, todos, recebem o reajuste salarial na data-base da categoria¹⁰⁸, que até 2010 era no mês de maio, e, posteriormente, passou a ser em junho de cada ano e durante os demais meses os salários são reajustados de conformidade com o parecer do supervisor de área. É importante frisar que, até 2010 tinha-se na direção da entidade de classe uma mesma diretoria que nunca promoveu eleições ao longo de vinte e dois anos. Esta direção era atrelada à direção da agroindústria, e na maioria desses vinte e dois anos, nunca negociou o reajuste salarial pela perda do período¹⁰⁹.

Como ocorre este aumento salarial por produtividade? Todos os setores da agroindústria têm metas de produtividade que são atingidas

¹⁰⁸ No Brasil as Convenções Coletivas de Trabalho válidas para uma categoria ou os Acordos Coletivos de Trabalho válidos para uma empresa são renovados anualmente entre os Sindicatos dos Empregados e os Sindicatos dos Empregadores. No caso dos acordos coletivos pode se negociar diretamente com os representantes da empresa. A data da renovação é convencionada entre as partes.

¹⁰⁹ O salário normativo da categoria era até janeiro de 2011 de R\$ 652,00, sendo o valor de R\$5,00 a mais que o estipulado no Piso Estadual de salários, que foi criado pela Lei Complementar n. 459, de 30 de setembro de 2009, e que prevê para esta categoria o valor de R\$ 647,00. Agora, neste mês de janeiro de 2011, a própria empresa, por estar com dificuldades em arrumar empregados, passou o salário normativo de R\$ 652,00, para R\$ 701,00.

em grupos de trabalhadores. Estas metas contam pontos para o aumento salarial fora da data base da categoria. Assim, há uma cobrança constante dos próprios empregados em cima de outros empregados que não atinjam a meta, (por não terem condições físicas, ou por estarem doentes), ou em cima de empregados que faltam, pois tudo isto é levado em consideração na hora da avaliação do supervisor. Além disto, os empregados também serão avaliados pela participação nos círculos e pelos projetos de melhoramentos apresentados. Esta avaliação para aumento salarial é composta de vários itens, (infelizmente tentou-se pegar uma cópia da mesma, mas não foi permitido pela agroindústria), e cada supervisor dá o número de pontuação em cima da sua ótica empresarial. Ou seja, a avaliação é toda baseada na questão produtividade: quanto o empregado produziu, se não deixou passar nenhuma peça que lhe pertencia pela esteira, se não faltou, chegou atrasado, se a equipe conseguiu dar conta da meta de produtividade. Este aumento salarial é dado fora da data-base e de forma individual, **não é para todos, como é o aumento da data-base (grifo nosso)**.

Isto faz com que a agroindústria, embora não tenha plano de cargos e salários legalizado no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), tenha, na prática, um plano de cargos e salários que é dos mais perversos, pois: a) o empregado sabe que, para ganhar aumento, somente com muita produtividade; b) um empregado é o algoz do outro, visto que, caso um não tenha conseguido dar conta da sua parte ou falte ao trabalho, prejudicará toda a equipe, incluindo aí pontuação para o recebimento na distribuição de resultados.

A agroindústria possui várias faixas salariais com letras que vão de A a I, e assim ela consegue “burlar”¹¹⁰ a legislação na questão de aumento de salários para uns e não para outros, visto que, quando questionada judicialmente, quase sempre consegue provar que o que recebia mais tinha mais produtividade que o que recebia menos. Esta forma de aumento salarial faz com que ocorram cada vez mais doentes, pois os operários, mesmo adoentados, não gostam de faltar, e continuam com a mesma velocidade no trabalho, dando conta da nória ou da esteira, pois caso isto não ocorra (falta ou não dar conta das tarefas), perdem pontos para receberem o aumento salarial. É uma constante esta prática. E o aumento da produção, com os salários vinculados à

¹¹⁰ Tanto a Constituição Federal, artigo 7^o, inciso 30, quanto a CLT, artigo 461, proíbe diferenças salariais para trabalho iguais, sendo que a CLT exclui deste artigo as empresas que tenham planos de cargos e salários. Mas o patronato, quase sempre consegue burlar estas proibições legais.

produtividade, torna-se mais um dos fatores do aumento de doenças do trabalho.

E, as metas a serem realizadas por dia/semana/mês, visando à produtividade não são discutidas e definidas pelos trabalhadores do chão da fábrica, mas sim pelas gerências maiores, aí incluindo os supervisores que obrigam o trabalhador a realizá-las independentemente se isto vai ou não gerar mais doenças do trabalho.

Perguntando ao entrevistado João quem estabelecia as metas, ele nos responde: “Geralmente vinham da presidência, elas vinham e a gente tinha que desdobrar até nós e de nós pro chão da fábrica”.

Para a elaboração de metas a fim de que seja auferida determinada produtividade, não há a participação operária (aqui seu saber operário de nada vale!), não é discutido nos Círculos de Qualidade Sadia, embora o aumento salarial dependa destas metas, sendo avaliada a produtividade da equipe, ou do operário individualmente.

d) A flexibilização do trabalho e de direitos:

Na questão da flexibilidade do trabalho, esta agroindústria implantou pouco deste elemento toyotizado. A não ser o trabalho realizado na casa do “integrado”, os demais processos de trabalho são feitos dentro da própria agroindústria, com rígidos controles de horários, tendo apenas dois intervalos para banheiro, (um em cada meio expediente), trinta a quarenta minutos para a refeição maior, e 15 minutos para um lanche. As horas são, em média de 8,45min/dia, ultrapassando, em alguns casos, para além da previsão legal de mais de 10 horas diárias, embora esta prática tenha diminuído consideravelmente após 2000, quando foi implantado o banco de horas. O que se está querendo assinalar é que não existem trabalhos a domicílio, ou por tarefas, onde o operário “em tese” seria dono de seu trabalho, apenas tendo que cumprir as tarefas dadas pela meta, independentemente em qual horário as fizesse. O operário não pode se atrasar, nem sair mais cedo do labor, sendo que qualquer chegada tarde, ou saída cedo, acarreta advertências ou suspensões, podendo, (dependendo das vezes e do humor da chefia) chegar a demissões por justa causa. Na questão do horário, tempo, linha de produção, a empresa continua toda nos mesmos moldes taylorista/fordista, conforme será verificado no subseção que trata da questão do meio-ambiente-do-trabalho.

Não existem células de trabalhadores, mas o trabalho em equipe é um item a ser avaliado para a questão de aumento salarial, conforme anteriormente já dissemos.

O que ocorreu na re-estruturação toyotista foi a retirada de direitos trabalhistas, como ocorreu em toda nossa legislação e em todas

as empresas do país. E deve ser observado que esta agroindústria nunca esteve em crise, conforme números já apontados, somente houve crescimento de produção, bem como aumento de lucros e exportações e mais vendas para o mercado interno. A única crise financeira que ocorreu nesta empresa foi a de 2008, quando por “má-aplicação de gerentes financeiros”, amargou uma perda, fazendo que houvesse a fusão (ainda em estudo no CADE), com a Perdigão, outro frigorífico do ramo.

Das retiradas de direitos temos: banco de horas, onde em momentos de pico da produção os trabalhadores podem ultrapassar às 56 horas semanais e após em momentos de queda da produção, compensam estas horas a mais, sem serem pagas como horas extras. Além disto, em alguns momentos a agroindústria utilizou-se de subterfúgios, tais como: contratação de trabalhadores por empresas terceirizadas para a atividade fim, exemplo, através da empresa Linger, York e outras. Ainda, num determinado período desta década, utilizou trazer empregados do SENAI/ SESC, “que estavam aprendendo a profissão”, para laborar na linha de produção, por trinta dias, gratuitamente. Depois, contratou através da legislação de trabalho temporário, (quando na realidade nada existia de temporalidade). Todas estas práticas foram discutidas através de ações individuais na Justiça do Trabalho, provado o engodo e ao que se têm notícias não recorreram mais às mesmas.

A diminuição do salário normativo da categoria foi outra constante destes últimos vinte/quinze anos. Mas aí, de forma “legalizada”, visto que a direção da entidade sempre negociou o reajuste salarial inferior às perdas salariais do período.

Tudo isto demonstra a introdução de alguns elementos de flexibilização, embora tenha utilizado todos os mecanismos de flexibilização de direitos introduzidos em nossa legislação, com maior grau após 1990. Mas, a questão da flexibilização do trabalho, foi menos acentuada que os demais elementos introduzidos do toyotismo.

e) A introdução de novas tecnologias: principalmente a informática e robótica, que são os alicerces da nova base tecnológica da terceira revolução industrial. Voltamos ao depoimento do entrevistado José. Antes eram mesas, o trabalhador era dono de seu tempo, embora houvesse cobrança e a nória já existisse. Após 1991 aos poucos foram sendo introduzidas as esteiras, o tempo é destas, não mais o tempo da mesa, onde o operário ainda conseguia controlar o seu tempo, diante de sua capacidade de produção. Em definitivo é a esteira quem dita a produção, por minutos, horas, dias, meses, anos. Esta esteira é

controlada por mãos humanas, é por certo, antes através da polia¹¹¹, onde poderia ser aumentada a produção em 10%, 15% e até 20%. E este ajuste na polia era feito pelos mecânicos a mando dos supervisores. Aos poucos se colocou o inversor¹¹², e agora, com mais automação, quando o supervisor precisa aumentar a produção porque a meta de produção do dia/ semana/ é superior a da maioria dos demais dias, ele próprio, através da computadorização faz o aumento. Este aumento é sentido na linha de produção, os trabalhadores reclamam, hoje tem consciência estes que o aumento faz acarretar mais possibilidades de doenças, mas o supervisor tem metas, tem que cumpri-las, sob risco dele próprio perder o emprego, e aí, vai-se ano, entra-se ano, e sempre, sempre aumentando a produção, sempre se buscando mais automação, para mais aumento.

O depoimento de José, nosso entrevistado é significativo neste aspecto. Perguntado sobre a automação da agroindústria, começada em 1991, e continuada até os dias atuais, ele nos responde:

*Então, já nessa época aí quem trabalha nessa área técnica e quem é técnico sabe que nessa época existiam poucas técnicas para aumentar uma esteira, se aumentava na polia, mas existia sim como aumentar, eu não tenho hoje a gente até sabe que tem inversores que aumentam e além da automatização, mas antigamente a gente podia sim chamar de automatização porque não tinha inversor, não tinha uma linha para fazer, mas tinha um mecânico que sabe, ia lá numa mesa e aumentava até 20, 30 por cento da produção só mexendo numa polia, numa polia se aumentava a produção, - há, mas naquele tempo não tinha como aumentar porque não existia automação - é claro que existia, sempre existiu, se tu pegava uma carroça, porque que existia a carroça, se tu botava uma roda maior ela andava mais, se botava uma roda menor ela andava menos. Então o quê que tinha na época, tinha as rodas que a gente podia mexer nas polias e aí depois das polias que veio o inversor, o inversor não foi no ano de 2000 já tinha vários inversores e várias marcas de inversores, em 1995 também existia e o quê que se fazia, tem, **todo mundo sabe que tem uma porcentagem que a gente pode botar um inversor no motor que pode aumentar até 50 por cento da velocidade (grifo nosso)**, e quando se fazia os CQS, ia consultar os*

¹¹¹ Polia é um elemento mecânico que permite transmitir força através de correias. Por exemplo, para girar uma hélice ou a roda de uma bicicleta.

¹¹² Inversor é um componente eletro-eletrônico que permite aumentar ou diminuir a velocidade de um motor através da variação da frequência. Esta variação é realizada através de um potenciômetro. Com isto, os operadores do inversor podem controlar a velocidade da produção dos operários da fábrica.

*mecânicos, os técnicos para não aumentar, até eles ganhavam daí, não se trocava motor, não se trocava redutor, no primeiro contato aumentava a polia pra empresa gastar menos, veja bem: aumentava a polia, podia aumentar 10, 15 até 20 por cento uma polia e quem é técnico e mecânico sabe que pode, aí se nesse momento não precisava botar o inversor, mexia nas polia, até hoje se faz isso, aí quando não tinha jeito nas polia, **ia para o inversor que daí a empresa gastaria um pouco no inversor, mas era lucro prá empresa porque ela ia aumentar a velocidade e aumentando a velocidade diminuía o número de pessoas que nem eu sempre falo e a produção aumentava com menos número de pessoas, (grifo nosso)**, Ai não precisava gastar quando era no primeiro passo na polia, gastava-se pouco e no segundo passo seria o inversor. Então existia já na época também a automação e tinha como fazer em 1991, 1995 e 2000 tinha já se começava a construir a automação e agora claro, agora hoje que nós vivemos é claro para todo mundo que a automação veio aí e veio para substituir o número de pessoas, mas para o outro lado ela aumenta o ritmo de trabalho onde que uma automação numa linha faz o serviço mais repetitivo, entre aspas, mas o esforço do trabalhador, a repetição do trabalho aumenta porque o que a máquina joga é muito mais, é em seqüência, não para, é uma produção rápida e onde que o trabalhador lá na ponta, porque tem tarefas que não é automatizada e se aumenta o ritmo de trabalho.*

Deve ser lembrado conforme anteriormente já dito que a fábrica de empanados foi construída em 1997, toda automatizada, onde com 250 empregados fazia-se 700 toneladas de produtos mês.

No setor da automação foi onde a empresa mais investiu nas últimas duas décadas, e continua investindo. Tem-se notícias de que, neste ano e no próximo será mais automatizada ainda a área de perus, chegando o investimento na casa de 15 milhões.

Embora isto pareça ser a salvação do capital em suas crises, deve ser lembrado que o trabalho humano é o único que dá a mais-valia, portanto, o trabalho humano é o único que pode valorizar o capital, objetivo maior do modo de produção capitalista. Assim, qualquer automação, em qualquer setor desta agroindústria, vem no sentido de mais produção, que somente tem sentido em ocorrer com o casamento desta com o trabalho humano.

Com a automação veio a exigência por escolaridade. As máquinas tocadas de forma computadorizada, máquinas importadas, manuais em inglês. Agora, a agroindústria buscava outro perfil de

trabalhador: com escolaridade, familiarizado com a computação, disposto a aprender outras funções, que não somente a rotineira. Investimento em educação, (embora uma educação cuja única finalidade fosse servir ao capital), “parcerias” com a rede municipal, estadual, para ensino de primeiro e segundo graus, onde a agroindústria entrava com o investimento (sala e outros, geralmente dentro da própria empresa, ou próximo, no Bairro Engenho Braunn), e os parceiros com os professores, material humano. Quem concluísse o primeiro ou segundo grau também recebia determinada pontuação, que depois serviria para a avaliação de aumento salarial de forma individual.

João, em sua entrevista, diz:

Inovações tecnológicas e a gente sentia bastante dificuldade das pessoas entenderem porque a maioria dos manuais era escrito em inglês, então tinha que traduzir, e as máquinas, geralmente a empresa trabalhava bastante com máquinas importada, então eles exigiam bastante do operacional em fazer funcionar essas máquinas.

Mas adiante, continua dizendo:

Bom, até então como é que as pessoas, por exemplo, tu falou no chão de fábrica, depois em relação a nós como administrativo. As pessoas entendiam o seguinte: bom eu vou gerar o meu produto sem muita visão de fazer algo melhor, bom eu vou fazer isso aqui, sempre fiz isso aqui, o meu serviço é esse e aí que tem um ponto x que começou a mudar bastante essa questão no decorrer das evoluções, é que o seguinte, é que começou a entrar mais controles entende, foi exigido mais do chão de fábrica controles, escrever mais, controlar a máquina, controlar o produto, fazer com que o produto saísse de melhor qualidade. Então aí a gente teve bastante dificuldade em função até da escolaridade das pessoas, mas elas, elas diziam assim, até hoje tem pessoas que dizem assim – bom, eu sempre fiz assim, porque é que eu vou fazer assado, isso a empresa deu certo – e pra nós também veio fortemente. Então a gente tinha que tá com a equipe na mão, tá motivada buscando os melhores resultados e também atingindo as metas que eram propostas pra gente buscar o melhor resultado.

A automação, conjugada com os círculos de qualidade e a busca pelas certificações, que permitiriam maior competitividade nos mercados externos e internos, fizeram com que aquele operário semi-analfabeto que fazia suas atividades sobre uma mesa, dia após dia, de repente teve que passar a usar computador, escrever mais, fazer planilhas para poder apresentar projetos nos CQS - Círculos de Qualidade Sadia; TQS - Total Qualidade Sadia; para propor soluções de

problemas no MASP - Metodologia de Solução de Problemas ou PDCA - Método de Análise e Solução de Problemas; para poder ler manuais; fazer planilhas de Controle; e preencher PO - Procedimentos Operacionais. Todas estas técnicas implantadas do novo processo de organização do trabalho.

f) Multifuncionalidade dos operários: este elemento do toyotismo, conforme frisado anteriormente, pouco foi implantado na agroindústria. Ocorreu mais fora da área de produção, na área de apoio; mecânicos, controladores de produção, etc. Neste aspecto, a fábrica permaneceu com uma estrutura fordista, onde a maioria das tarefas são repetitivas, monótonas, e parcelares (quem corta asa somente corta asa, quem corta a coxa somente corta a coxa).

g) Just in time: este elemento foi muito bem utilizado na agroindústria: controla-se qualquer desperdício de “tempo” do operário, para que este dê mais lucro ao capital. A agroindústria também funciona, nas últimas duas décadas, com o mínimo de estoques, elemento do toyotismo, através do *Kanban*.

h) Mas, diferentemente do elemento do toyotismo japonês, aqui nunca houve o emprego vitalício, aliás, nunca como nas últimas duas décadas houve tantas demissões e pedidos de demissões como agora¹¹³. É isto, que nos últimos dois anos, devido aos baixos salários e ao aumento de doenças, a agroindústria está com enormes dificuldades em arrumar mão de obra disposta a laborar. Mais de trinta ônibus trazem trabalhadores dos arredores, incluindo municípios do Paraná e do Rio Grande do Sul, com até quatro horas de vinda e quatro horas de volta por dia. Todos os dias a agroindústria tenta convencer trabalhadores nos bairros e em municípios vizinhos com carro de som nas ruas propagandeando que tem vagas. Nos últimos dois meses a política dentro da mesma é a de que cada trabalhador que trouxer outro, e este não solicitar demissão antes da experiência, receberá R\$ 150,00 de bônus. Até 1995, aproximadamente, acontecia o contrário: quem entrasse na Sadia achava que era “uma dádiva dos céus”.

Em síntese, a partir de 1991 a agroindústria implementou vários elementos do processo de organização do trabalho toyotista. Os mais importantes foram: a) a questão da subjetividade, através dos círculos, onde o operário é instigado a resolver problemas ou achar novas formas para o chão da fábrica; b) a automação, que permitiu um aumento considerável de produção, com um crescimento enorme da mais valia

¹¹³ Em 1997 uma “reforma administrativa” dispensou 5000 funcionários, em todas as unidades (CRUZ, 2000, p. 51).

extraída, (onde se tem a explicação para os lucros cada vez mais crescente); c) a política salarial pela produtividade, que são estipuladas por metas, que tem que ser cumpridas.

Mas, ainda tem-se elementos na agroindústria do fordismo/taylorismo: repetitividade, mesmas tarefas, tarefas fragmentadas, horários rígidos, embora o trabalho seja considerado, para apuração das metas, pela equipe de empregados e estes sejam instigados com os elementos do toyotismo.

É interessante ressaltar que, dos elementos toyotistas introduzidos, somente foram aqueles que dizem respeito à subjetividade do trabalhador, à questão salarial, e uma automação sem precedente com excessivo aumento da produção, ou seja, os elementos mais perversos do toyotismo. Os elementos mais perversos do taylorismo/fordismo também continuaram: tarefas parcelares, repetitividade, horários rígidos. O imbricamento do que há de mais perverso num e em outro processo de organização do trabalho, são os fatores que justificam o aumento das doenças, tanto físicas quanto psicológicas.

Para que esta agroindústria pudesse implantar no chão da fábrica, primeiro, o processo de organização do trabalho taylorismo/fordismo e a partir de 1991, introduzir elementos do toyotismo, usou a mesma o “convencimento” e também a coação. Mas, como é esta parcela da classe trabalhadora, que labora nesta agroindústria, e de que forma aceitou estes processos de organização? É isso que tentaremos desvendar a seguir, relacionando a formação da categoria com a sua organização de classe, para que se possa analisar se houve ou não resistência coletiva (ou individual) dos trabalhadores em relação aos agravos a sua saúde. Este é o assunto a ser tratado na próxima seção.

4 A FORMAÇÃO DA PARCELA DA CLASSE TRABALHADORA DA AGROINDÚSTRIA DA SADIÁ NA CIDADE DE CHAPECÓ

4.1 INTRODUÇÃO

De onde vieram esses trabalhadores que formaram a parcela da classe trabalhadora da agroindústria?¹¹⁴ Como foi formada a sua entidade de classe? A discussão destas duas perguntas dará o panorama para a compreensão das formas de resistência desta categoria (de forma individual ou coletiva) em relação aos agravos à sua saúde causados pelos processos de organização do trabalho. Este assunto somente é tratado após a análise da centralidade do trabalho; da questão dos processos de organização do trabalho e das formas como foram introduzidos os processos de organização do trabalho nesta agroindústria para que se possa descortinar a maneira usada pelos prepostos do capital para a aceitação pela classe trabalhadora no chão da fábrica, sem muitos questionamentos, destes processos de “domesticação” do corpo e da mente dos seus mesmos.

Para a análise da formação desta parcela da classe trabalhadora, deve ser levado em conta o aspecto histórico, ou seja, as décadas envolvidas na formação da mesma. E, quando se analisa como foi formada esta parcela da classe e qual era o papel do trabalho para a mesma, pode ser compreendida a forma como o capital pode implantar os seus processos de organização do trabalho.

A seguir, analisam-se as poucas formas de resistência desses trabalhadores à exploração do capital. E, neste aspecto, necessita-se recorrer ao papel desempenhado pelo sindicato da categoria. Embora se saiba, através da militância de várias décadas e com a colaboração de estudos (como os de DMITRUK; ORTIZ, 1993; ROSSARI, 1993), que o órgão da categoria tenha prestado mais serviços à agroindústria do que aos seus associados, não se pode ignorar a capacidade de resistência da classe trabalhadora e suas formas de manifestá-la.

Através do estudo e da compreensão sociológica da formação da parcela desta classe trabalhadora; das estratégias de dominação e

¹¹⁴ Na subseção 3.4.3. quando se analisou a forma como foi implantado o processo de organização do trabalho nesta agroindústria, foi introduzida uma discussão preliminar da formação desta parcela da classe trabalhadora. Neste momento, far-se-á uma análise mais aprofundada, recorrendo-se também, sempre que é necessário, a subseção 3.4.3.

exploração utilizada pelo capital e das formas utilizadas para a implantação dos processos de organização do trabalho, sendo visto quais formas de resistência foram utilizadas pela categoria, é que se verificará se ocorreu ou não o aumento das doenças do trabalho, objeto da próxima seção.

Num primeiro momento desta seção discutir-se-á a situação da classe trabalhadora na década de 1970 na região de Chapecó; posteriormente, qual era a posição econômica dos trabalhadores, e, por último, como se deu o recrutamento e treinamento destes operários na agroindústria. Depois, analisar-se-á se houve ou não resistência individual e coletiva destes trabalhadores.

4.2 SITUAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA NA DÉCADA DE 1970 NA REGIÃO DE CHAPECÓ

O Oeste Catarinense, até a década de 1940, era habitado fundamentalmente por caboclos (brasileiros)¹¹⁵. A partir da década de 40, grande parte desses brasileiros é expulsa das terras que ocupava sem nunca se ter preocupado com o registro das mesmas. Acontece que as Companhias Colonizadoras que receberam a concessão do governo para colonizar a região, utilizavam a falta de registro das propriedades como pretexto para expropriar os brasileiros e, assim, conceder títulos de terra aos imigrantes por eles trazidos do Rio Grande do Sul (RS)¹¹⁶. Como resultados da expropriação/expulsão, aos brasileiros só restaram duas possibilidades: ocupar as ribeiras dos rios da região: Uruguai, Chapecó, Chapecózinho e Irani, terras não valorizadas pelos imigrantes pela configuração de ribanceira, enormes quantidade de pedras e dificuldade de construir estradas para o escoamento dos produtos ou estabelecer-se nos arredores das cidades, no caso, Chapecó, ocupando terrenos baldios ainda não valorizados pela especulação imobiliária que aconteceria com força na década de 1970.

¹¹⁵ Brasileiros era a denominação dada pelos imigrantes italianos e alemães, considerados de origem, aos habitantes da terra, normalmente mestiços. RENK, em *A luta da Erva* (1997) e *As representações dos colonos no Oeste Catarinense, a partir dos brasileiros* (1991) utiliza e oficializa esta nomenclatura. Sobre os brasileiros na perspectiva antropológica e histórica ver também Ribeiro (1995, p. 126-40).

¹¹⁶ Esta história é largamente tratada nas obras de Arlene Renk, acima citadas, assim como de Jaci Poli. *Caboclo: Pioneirismo e Marginalização* (1995) e de Telmo Marcon: *Memória e Cultura, Modos de Vida dos Caboclos do Goio-Em* (1999), todas obras citadas na Bibliografia deste trabalho.

A colonização da região de Chapecó, realizada pela segunda e terceira gerações de imigrantes alemães e italianos vindos do RS nas décadas de 1940-50 e 60, tinha características essencialmente rurais, com a grande maioria da sua população dedicada à produção de grãos, como milho, trigo e feijão. A produção de animais era, para a maior parte dos agricultores, apenas para suprir as necessidades da família e vender algo em troca de produtos manufaturados consumidos ou utilizados no campo, como açúcar e sal para a comida, roupas e calçados, assim como ferramentas, insumos e implementos agrícolas.

Como as propriedades eram preferentemente familiares, a força de trabalho constava dos membros da família, normalmente numerosa. As poucas propriedades rurais médias e os raros latifúndios contavam com trabalhadores meeiros, conhecidos como “agregados”.

O fato de as propriedades rurais serem pequenas e as famílias numerosas ocasionou a redução contínua dos terrenos disponíveis na medida em que os pais repartiam os mesmos com os filhos “homens”. Este processo causou o fenômeno do êxodo que se resolveu em duas vertentes: numa delas a saída foi a ocupação de terras no oeste do Paraná, no Mato Grosso do Sul, na Amazônia e no Paraguai. Campos (1987, p. 147), em sua tese de doutorado sobre *Os Colonos do Rio Uruguai*¹¹⁷, caracteriza assim a situação da agricultura familiar no fim da década de 1960, para justificar esta estratégia: “O grande capital subordina crescentemente a pequena produção, sem, no entanto, prescindir desta forma de produção, tendo nela sua determinação última”. Assim, concluída na década de 1960 a colonização do Oeste Catarinense, não eram mais dadas à pequena produção familiar condições para sua reprodução com base no acesso a novas terras. Desta forma, as pequenas unidades familiares são forçadas a adotarem novas estratégias de reprodução, conjugando suas especificidades internas com suas relações externas. Este processo de transformação das pequenas unidades familiares é cada vez mais determinado por suas relações externas. Ou seja, o domínio crescente do capital agroindustrial, embora não absoluto a ponto de prescindir das especificidades internas, da pequena produção, estreita sistematicamente o leque de estratégias possíveis de serem adotadas pelas unidades familiares em sua reprodução.

A outra vertente do êxodo rural desembocou na saída para as cidades, sendo que um dos principais destinos acabou sendo a cidade de

¹¹⁷ CAMPOS, Índio. *Os colonos do Rio Uruguai: relações entre pequena produção e agroindústria no oeste catarinense*. Campina Grande: UFPB, 1987, p.153-4.

Chapecó pela sua importância econômico-política e pela implantação de pequenas indústrias, inclusive da primeira agroindústria da carne representada pelo Frigorífico Marafon (década de 1940), posteriormente comprado pelo Grupo Chapecó (década de 1950). Deste modo, a segmentação das pequenas propriedades rurais acabou sendo a primeira fonte fornecedora de força de trabalho para as futuras agroindústrias.

A esta fonte de fornecimento de força de trabalho nas cidades vieram a se somar os “agregados”¹¹⁸, expulsos do campo pela mecanização das lavouras e pelo próprio processo de “integração” implantado pelas agroindústrias, os integrados passavam a ter um foco centrado na produção de milho e/ou soja para vender à agroindústria que utilizava esses grãos na produção da ração animal e/ou no cuidado das aves, abandonando a multi-produção que passou a ser combatida, tanto pelas agroindústrias, como pela assistência técnica, propiciada pela ACARESC (Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina). Com isso, muitos “meeiros/agregados” passaram a ser dispensados das propriedades grandes e médias e a buscar um posto de trabalho nas agroindústrias recém-instaladas. É o que se deduz do depoimento do Cândido¹¹⁹, um dos primeiros trabalhadores da Sadia Avícola, hoje aposentado:

Vivi muitos anos de agregado do seu Mário. Plantava às meias com ele, milho e feijão e fazia prá ele serviços, como preparar a terra para a planta, fazer cerca, colher o milho a mão nas encostas. Aí o seu Mário comprou trator e máquina de colher milho e ele pediu a terra que eu plantava e me aconselhou a buscar trabalho na Sadia que estava contratando gente em Chapecó. Eu saí da terra e vim pro bairro Bela Vista. Sofri muito no começo, mas acabei me acostumando no emprego. Na Sadia fui encontrando muita gente com uma história parecida.

Parte significativa desses brasileiros (meeiros/agregados) que se asilam nas periferias das cidades médias do Oeste Catarinense transforma-se em “trabalhadores volantes”. Estes,

Durante quatro ou cinco meses no ano, têm ocupação no campo. No restante do ano passam por privações e realizam “bicos” no mercado de trabalho informal. A existência de trabalhadores volantes no oeste catarinense constitui um dos fatores que permitiram a rápida expansão da

¹¹⁸ Nesta região, agregados são denominados os trabalhadores rurais sem terras, que trabalhavam na forma de parceria para médios e grandes proprietários de terras.

¹¹⁹ Nome fictício de um trabalhador, que deu um depoimento oral à autora desta dissertação, em março de 2009.

capacidade produtiva da pequena produção da região. Estes trabalhadores volantes são frutos da própria transformação das relações entre a pequena produção e a agroindústria. As relações de subordinação (por parte dos pequenos produtores) implicam na modernização crescente da pequena produção tornando supérfluas quantidades crescentes de força de trabalho (CAMPOS, 1997, p. 347).

as este fenômeno não se restringe aos “agregados” da propriedade familiar, senão também aos filhos que, devido à mecanização das lavouras, acabam formando uma força de trabalho ociosa que deve buscar sua subsistência, como afirma Campos (1987, p.345):

A modernização reduz também a demanda por força de trabalho na unidade familiar, de forma a provocar uma ociosidade de parte da força de trabalho nas unidades familiares mais numerosas. Nas unidades familiares mais modernizadas observamos, então, uma reavaliação do trabalho familiar. Estas unidades em melhores condições econômicas tendem a proporcionar um melhor nível de estudo aos filhos, enviando-os para escolas nos centros urbanos mais próximos.

Estes filhos com condições de cursar o 2º e até mesmo o 3º grau, tornam-se potenciais trabalhadores dos escritórios ou da parte administrativa das agroindústrias, pois à relação destas com a família ‘integrada’ à produção acaba facilitando os contatos para o ingresso dos filhos na planta industrial localizada nos bairros da cidade. Mas há também o caso das unidades familiares que exportam força de trabalho para o chão de fábrica, como afirma Campos (1987, p. 345): “Nas unidades familiares mais precárias, a força do trabalho familiar excedente geralmente se assalaria como trabalhador volante. Em ambos casos a reprodução econômica dos filhos está cada vez mais dissociada do acesso a terra.”

O mesmo fenômeno do êxodo rural vigente no Oeste de Santa Catarina, já estava acontecendo a mais tempo no nordeste do RS que limita com o Oeste Catarinense. Dessa região já saíram muitas famílias para o Paraná, o Mato Grosso, Rondônia e Paraguai. Mas os que resistiram ao êxodo até o fim da década de 1960 e início de 1970 tiveram mais dificuldades para adquirir terra nesses Estados e optaram pela vida na cidade. E a abertura de uma agroindústria em Chapecó tornou-se um impulso irresistível para esses remanescentes. Um

depoimento do Tiago, outro trabalhador da Sadia já aposentado, nos ajuda a confirmar esta afirmação:

Eu vivia na barranca do rio Uruguai vendendo fruta e peixe. Mas passava temporadas muito apertado com falta de dinheiro, porque nem sempre tinha fruta e peixe prá vender. Por isso aproveitei a oportunidade e vim prá Chapecó trabalhar na Sadia onde o dinheirinho não era muito, mas caía na minha mão todo mês. E, como eu, veio gente de Erval Grande, de São Valentin, de Rio dos Índios, de Aratiba e muitos lugares mais do RS.¹²⁰

Em uma entrevista concedida a Maria R. Bernardi, citada por Vojniak (2000, p.36), o chefe de departamento de pessoal da Sadia afirmava: “A maioria dos empregados contratados no período de 1970 a 1980 vinham do interior de Nonoai e São Valentin” (noroeste do RS).

Em seu estudo, Vojniak (2000, p.36) caracteriza as primícias da força de trabalho das agroindústrias de Chapecó, como: “Tinha-se preferência pela aquisição de mão-de-obra não especializada, muitas vezes oriunda do meio rural”. E mais adiante: “Muitas pessoas migram do campo para a cidade de Chapecó na década de 70, em sua maioria atraídas pela própria agroindústria. Entre esses camponeses, muitos são brasileiros”¹²¹.

Outra região fornecedora de força de trabalho para as agroindústrias do Oeste Catarinense era o Oeste Paranaense, especialmente as localidades de Palmas, de Clevelândia e arredores: nesta região estava findando o ciclo da extração da madeira, o que

¹²⁰ Depoimento recolhido por Jandir Santin no dia 30/03/2010. Jandir Santin trabalhou como sacerdote católico em Chapecó e região nos anos de 1970 a 1981, acompanhando de perto todo o processo de instalação da Sadia Chapecó, o esvaziamento progressivo das comunidades do meio rural, a formação e aumento dos bairros da cidade, o “desmanche” dos grupos familiares pelo trabalho em turnos diferentes. Viveu em Chapecó à época da euforia regional com a implantação das agroindústrias, vendo parte das lideranças dos grupos de jovens sendo cooptada por elas para trabalhar na parte administrativa e/ou como supervisores do trabalho no interior da fábrica. Atento a todo esse processo, fez observações críticas às empresas em ambientes públicos, como salas de aula e assembléias de jovens, sendo convidado por uma das agroindústrias para visitar todas as suas instalações e conhecer os “trabalhos sociais” da mesma em favor dos operários e suas famílias. Retornando a Chapecó em 1996 e atuando como professor universitário nas diversas faculdades da região, teve ocasião de ministrar aulas de sociologia a muitos operários das agroindústrias, principalmente a supervisores e coordenadores com os quais debatia a situação dos trabalhadores, o significado dos salários, a rotatividade, as conseqüências da sua presença para o meio ambiente e o futuro das agroindústrias.

¹²¹ Denominação popular dada às pessoas não oriundas das migrações européias do século 19 e 20, como alemães, italianos e poloneses. Em geral, são mestiços oriundos do cruzamento de portugueses com indígenas (caboclos) ou com negros (mulatos), ou ainda, de indígenas com negros (curibocas).

deixou uma considerável força de trabalho ociosa, a qual encontrou na abertura de agroindústrias no Oeste Catarinense a oportunidade para reempregar-se e com vantagens sobre a situação anterior, um trabalho semi-escravo¹²².

Segundo Vojniak, do ponto de vista econômico, os brasileiros são geralmente caracterizados pelos modos alternativos de trabalho ou de sobrevivência. E, numa entrevista concedida a Vojniak (2000, p. 39), um “brasileiro” trabalhador da Sadia caracteriza, em seu depoimento, a situação de muitos deles:

[...] depois que a gente saiu da indústria madeireira, então a gente voltou novamente prá roça, voltou prá lavoura novamente, mas só que a gente não era proprietário, né, a gente trabalhava como arrendatário. [...] era muito difícil, então foi que a gente resolveu a mudar, a mudar de vida. E aí a gente entrou para agroindústria.

Este depoimento corrobora a afirmação que fizemos acima, mostrando que o êxodo para a cidade foi mais acentuado entre os arrendatários/agregados.

Em síntese foram os trabalhadores agregados (na maioria brasileiros), os filhos dos pequenos agricultores que não mais tinham terra para laborar (estes da própria região do Oeste Catarinense e do Noroeste do Rio Grande do Sul) e os trabalhadores da extração da madeira do Oeste do Paraná, que formaram esta parcela da classe trabalhadora. E a situação sócio-econômica desta parcela de trabalhadores é assunto da próxima subseção.

4.3 SITUAÇÃO ECONÔMICA DOS TRABALHADORES NA AGRO-PECUÁRIA NO OESTE CATARINENSE

Conforme foi frisado no início desta subseção, na metade do século XX a maioria da população do Oeste Catarinense vivia da agropecuária. E a situação econômica dessa população dependia do

¹²² A situação dos trabalhadores na extração da madeira era de extrema precariedade: isolados em acampamentos toscos no meio das matas, careciam de quase tudo e se abasteciam de víveres nos “armazéns” dos donos das serrarias para os quais trabalhavam. Além da dureza do trabalho que necessitava de muita força e era sujeito a diversos perigos, como a mutilação pelas serras, os acidentes com as quedas de árvores, as picadas de cobras peçonhentas etc., ainda padeciam com as dívidas com o patrão e com a ausência dos familiares. (Resumo de uma conversa com Getúlio, um dos ex-trabalhadores na extração de madeira em Clevelândia-PR e trabalhador da Sadia, atualmente “encostado no INSS” por causa de um sério problema na coluna vertebral).

desenvolvimento do comércio dos seus produtos, comércio que estava ligado à economia do sudeste do país, mas também do comércio internacional dos mesmos, pois o Brasil continuava com sua economia baseada na produção e exportação de grãos. Os trabalhadores dependiam dos salários pagos pelos proprietários das médias e grandes propriedades que utilizavam força de trabalho operária. Estes trabalhadores, à época, raramente tinham carteira de trabalho assinada e/ou direitos trabalhistas; em sua maioria, acordavam com o patrão um pagamento em dinheiro ou em hospedagem, alimentação e o direito de cultivar algo na propriedade. Dificilmente o tempo de trabalho era medido em horas, sendo o mais usual guiar-se pela nascer e pôr-do-sol e pelo horário das refeições.

Neste contingente de meeiros/agregados/arrendatários encontram-se principalmente os brasileiros descritos por Vojniak (2000, p. 45):

[...] os brasileiros formavam um contingente de mão-de-obra propício para a implantação de uma empresa do porte da Sadia, porque os colonos de origem não tinham maior interesse em sair do campo para trabalhar no meio urbano, dadas as condições da agricultura na década de 70. A maioria desses colonos ainda sonhavam enriquecer através da agricultura [...].

Um fenômeno intrigante que continua sem explicação “racionalmente aceita” nos meios empresariais do Oeste Catarinense, refere-se especificamente aos salários pagos nas atividades agropecuárias da zona de Chapecó, conhecida desde 1940 como “Zona do Iguaçu”: acontece que os levantamentos econômicos em vigência no Oeste Catarinense desde a década de 1940, apontam sistematicamente uma menor participação dos salários na composição da renda dos trabalhadores da agropecuária desta zona, em comparação, inclusive, com a Zona de Joaçaba, sendo que os dois municípios foram criados na mesma data (PEREIRA, 2007, p.181-7).

Segundo Pereira, a situação dos trabalhadores da agropecuária da região da Grande Chapecó vem marcada por baixos salários e renda *per capita* inferior aos demais trabalhadores nas mesmas atividades da região Sul e Sudeste. Esta condição persiste até os dias de hoje e intriga aos que desejam compreender a situação da classe trabalhadora da região. O fenômeno poderia estar sugerindo alguns questionamentos, como: não seria este um fator decisivo na escolha do oeste catarinense para a implantação de diversas agroindústrias? Força de trabalho mais barata é sinal de maior lucro. E o caso dos brasileiros, acima citado, corrobora o argumento da facilidade de obter força de trabalho de menos

custo no oeste catarinense no declínio do ciclo da extração de madeira. Talvez a falta dessa força de trabalho no atual momento (1ª década do séc. XXI) poderia ser uma explicação para a dificuldade encontrada pelas agroindústrias da região no recrutamento de trabalhadores, tendo que ir buscá-los a 100, 150 e até 200 km de distância¹²³. A classe trabalhadora dos arredores de Chapecó já não se submete massivamente aos trabalhos desgastantes e mal-remunerados das agroindústrias. Nem os carros de som que anda apregoando uma grande quantidade de vagas de trabalho nessas, assim como todo tipo de facilidades para ingressar nas mesmas, consegue atrair os moradores dos bairros de Chapecó e cidades vizinhas.

Qual era a cultura destes trabalhadores, como pensavam e de que forma se “comportaram” e reagiram à vida na cidade? É o que veremos adiante.

4.4 SITUAÇÃO SÓCIO-CULTURAL DOS TRABALHADORES NAS AGROINDÚSTRIAS DE CARNES NA DÉCADA DE 1970

A força de trabalho dos primeiros anos de funcionamento das agroindústrias do Oeste Catarinense era oriunda, em sua imensa maioria, do campo: de pessoas que deixaram o mundo rural por não serem proprietárias da terra onde trabalhavam, por sobrarem como força de trabalho a partir da mecanização das lavouras, por falta de terras devido às contínuas subdivisões das mesmas entre os herdeiros, para fugir de situações de necessidade extrema, para poder estudar, para ter um dinheirinho todo mês ou para realizar seus sonhos de uma vida melhor.

Segundo Rossari (1993, p.12-3), a relação capital-trabalho (nas agroindústrias de Chapecó), em diversos aspectos, é semelhante à fase inicial do capitalismo. Processam-se, no interior das agroindústrias,

¹²³ Nos últimos cinco anos a unidade de Chapecó desta agroindústria, não tem mais conseguido força de trabalho suficiente para a continuidade de suas atividades laborais. Em 2008 teve que fechar o segundo turno de abate de perus, que funcionava desde a implantação da mesma. Agora, em 2011 quer reabrir este segundo turno, mas as dificuldades em encontrar força de trabalho continuam. Diariamente vêm de cidades do Oeste Catarinense, do Paraná e do Rio Grande do Sul, mais de 30 ônibus de trabalhadores. No entanto, as condições de trabalho fazem com que estes, e os da própria cidade de Chapecó, desistam de laborar com poucos meses de trabalho. Estes dados são colhidos de nossa atividade cotidiana, tanto em nosso escritório, onde laboramos por vinte e seis anos como advogada trabalhista nesta cidade, e também no sindicato da categoria, onde damos assistência jurídica a partir de 24 de outubro de 2010.

estratégias que procuram diminuir a resistência dos operários. As contratações de grande quantidade de mulheres e de trabalhadores vindos recentemente do campo buscam selecionar aqueles que, historicamente, convivem em seu cotidiano com a dominação na família e na sociedade (submissão a que estão sujeitas a maioria das mulheres), bem como aqueles trabalhadores que, durante parte da sua vida, se submeteram ao árduo trabalho no campo. E, acrescentamos as conclusões do estudo de Vojniak (2000, p.45), no qual foi constatado que mais de 50% dos trabalhadores contratados pela agroindústria em questão eram antigos meeiros/arrendatários, conclui-se que a situação de submissão dos mesmos era ainda maior, pois estavam acostumados a aceitar as condições impostas pelos donos dos títulos das terras em que trabalhavam.

Ao se deslocarem de regiões vizinhas a Chapecó, como do noroeste do RS, oeste do Paraná e extremo-oeste catarinense, ou do interior do próprio município, tanto os agricultores de origem, como os brasileiros, sofriam um desenraizamento cultural, pois deixavam as comunidades rurais onde tinham seus parentes, vizinhos, amigos pelos quais eram reconhecidos, para estabelecer-se em situação mais precária, com menor qualidade de vida, com menos laços afetivos, convivendo com “estranhos” tanto nos bairros como no trabalho, sentindo-se na obrigação de conquistar seu espaço laboral e social. Todo esse processo exigia deles esforço extra que, somado à responsabilidade de aprender um novo ofício laboral, implicava em sobrecarga de esforço e de responsabilidade. Além disso, os horários de trabalho não obedeciam mais aos ciclos da natureza: chuva ou sol, dia ou noite, pois na agroindústria havia turnos de trabalho¹²⁴ e tal regime provocava que, na mesma família, houvesse pessoas trabalhando em turnos diferentes, fazendo com que uma saísse de casa antes da outra chegar, acabando totalmente com o horário das refeições em comum e, até mesmo, com o descanso semanal em família. Os fins de semana de encontro com parentes e amigos, de família toda reunida, de prática de esportes na comunidade iam ficando para trás. As visitas a parentes e amigos, o

¹²⁴ Esta agroindústria sempre laborou com turnos, na maioria das vezes, dois turnos, o primeiro começa na madrugada, e termina por volta das 14h00min. E o outro começa às 14h00min, terminando após meia-noite. Num curto período teve três turnos em alguns setores, e na fábrica de empanados e fábrica de ração, conforme já visto na subseção planta da fábrica, existem três turnos. O comum, até aproximadamente o ano de 2000, era da contratação do casal, que laborava em turnos diferenciados, pois assim sempre tinha em casa ou o pai ou a mãe para o cuidado dos filhos, visto que a agroindústria emprega mais de 60% de mão de obra feminina, nunca teve creche.

chamado “serão” (visita noturna a vizinhos para um jogo de baralho, uma festinha de aniversário, uma cantoria) também foi entrando no esquecimento. Ademais, havia o tempo extra do deslocamento da moradia à agroindústria e vice-versa, envolvendo o uso do transporte coletivo ou a necessidade de recorrer a um transporte próprio, geralmente a bicicleta¹²⁵.

Outro fator que dificultava a adaptação dos trabalhadores aos novos ofícios era o analfabetismo ou o baixo grau de escolaridade dos mesmos. E, como a agroindústria contratava um significativo número de mulheres, estas tinham menos escolaridade do que os homens, devido aos costumes culturais dos imigrantes europeus de privilegiar os membros do sexo masculino, sempre que houvesse dificuldades para disponibilizar para todos os filhos o acesso à educação escolar. Além disso, o trabalho feminino na agroindústria tirava de casa, durante nove a dez hs/dia¹²⁶ aquela que sempre representou o elo principal de união da família: a dona da casa. A ausência prolongada da figura feminina no lar acarretava uma diminuição da qualidade de vida de todos os membros, afetando a qualidade da alimentação, da limpeza, do cuidado das vestes e calçados e de todos os aspectos do lar. Mesmo que tais aspectos passem despercebidos para uma grande maioria dos “novos” trabalhadores das agroindústrias entusiasmados pela possibilidade de aumentar a renda familiar com o trabalho externo da mulher e das filhas, não há como tapar os olhos para a realidade da diminuição da qualidade de vida de todos os membros da família, inclusive das próprias trabalhadoras. Nem a possibilidade de um maior consumo de bens por parte de todo o conjunto familiar consegue esconder a depreciação da qualidade de vida das famílias que deixaram o campo para ingressar no trabalho metódico da fábrica.

Além disto, se os filhos crianças e adolescentes tinham maior facilidade de frequentar a escola durante todo o Ensino Fundamental e, muitos deles também no Ensino Médio, o contato deles com os pais e irmãos mais velhos ia se tornando mais raro, fator que acelerava a mudança de cultura, o abandono dos valores familiares e religiosos tão

¹²⁵ Nos anos 70 eram muito reduzidos o número de carros particulares e sua aquisição estava reduzida às classes A e B (Observação da autora, em conversas com o senhor Jandir Santin, e outros militantes dos movimentos sócias desta época).

¹²⁶ Até praticamente o ano de 2000 era comum nesta agroindústria e em outras do município e região, o trabalho em horas extras, que chegavam quase sempre a 10 horas dia, e muitas vezes a muito mais. Após a implantação do banco de horas (ano de 2000), e dos elementos toyotistas, houve uma redução, ou praticamente o fim das horas extras, embora o banco de horas signifique horas extras (CARDOSO, 2000, p. 254). Com a implantação de elementos toyotistas, dá-se em maior grau a extração da mais valia relativa do que a absoluta.

cultivados na vida comunitária do campo.

Como compensação, a agroindústria procurava substituir a diversão comunitária dominical dos/as trabalhadores/as, proporcionando a prática de esportes em dependências da própria e/ou da associação de empregados. Com isso, os trabalhadores acabavam vivendo no ambiente da empresa boa parte do descanso semanal, além das 48 horas semanais de trabalho¹²⁷, e das horas extras que a maioria fazia com entusiasmo porque representavam um incremento no salário do mês. Assim, a agroindústria passava a estar presente no corpo e na mente dos trabalhadores durante todo o tempo significativo da sua vida diária/semanal/mensal/anual. E se explica porque os trabalhadores acabam literalmente “vestindo a camisa da agroindústria” e, conseqüentemente, abandonando diversos aspectos culturais da vida anterior ao processo de assalariamento. Como conseqüência, a maioria dos ex-agricultores passa por uma mudança cultural contínua e profunda que mina suas raízes e valores, enquanto outra parte, certamente menos significativa, não se adapta ao novo regime e desiste, ainda nos primeiros meses de trabalho assalariado. Daí a grande rotatividade de trabalhadores, rotatividade que chegava a representar 20% mensais da força de trabalho em algumas épocas¹²⁸. Além disto, esta rotatividade é agravada pelo fato de que os trabalhadores são admitidos e demitidos ao sabor do ciclo dos negócios e das conseqüências das mudanças tecnológicas (CARDOSO, 2000, p. 264).

A seguir veremos como ocorreu o recrutamento desta parcela dos trabalhadores e o treinamento para o labor no chão da fábrica.

4.5 RECRUTAMENTO E TREINAMENTO DOS TRABALHADORES

Na subseção 3.4.3. fez-se elaboração das estratégias empregadas pela agroindústria para a implantação do processo de organização do

¹²⁷ Na década de 70 o regime de trabalho, segundo a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, era de 48hs/semanais, e não de 44 como atualmente foi consagrado pela Constituição Federal do Brasil no ano de 1988.

¹²⁸ Tal rotatividade, raramente admitida pelos executivos das agroindústrias, mas revelada por eles em conversas informais corroboradas por assistentes sociais e pelo departamento de recursos humanos, além de inúmeros depoimentos orais de trabalhadores e ex-trabalhadores dessas agroindústrias, não era bem-vista pelas próprias empresas que viam nela um desperdício de recursos e de tempo, mas que se constituía em um processo difícil de reverter. Tal dificuldade permanece nesta 1ª década do séc. XXI, como pudemos constatar em depoimentos orais de gerentes, de trabalhadores e de ex-trabalhadores (Observação da própria autora).

trabalho taylorista/fordista, e nesta subseção somente será feita uma síntese daquele texto anterior.

Pelo arrazoado na subseção 4.2 tem-se que a maioria dos que formaram esta parcela da classe trabalhadora no início da mesma, década de 1970, até praticamente a metade da década de 1990 (mais ou menos 1995), eram ex-agricultores (sem terras, “os agregados” e filhos de pequenos camponeses, que não tinham mais como subdividir as terras dos pais). Estes vieram da região oeste do estado de Santa Catarina, Noroeste do Rio Grande do Sul, e do Paraná vieram os ex-trabalhadores na extração de madeira, visto que o ciclo desta atividade tinha-se findado por esta época.

Vojniak (2000) confirma que quase a metade desta parcela da classe trabalhadora era de caboclos, (sendo estes tanto provenientes da agricultura, trabalhadores sem terras em sua imensa maioria, os agregados), quanto da parcela de trabalhadores que migraram do Paraná, (pelo fim da atividade extrativista da madeira). Isso justifica o analfabetismo, ou baixo grau de escolaridade destes trabalhadores à época, e até praticamente a década de 1990, quando a agroindústria, por conta da introdução de elementos toyotizados, passa a reforçar o discurso da necessidade dos trabalhadores terem pelo menos o primeiro grau.

Como eram ex-agricultores ou operários da extração da madeira, analfabetos ou semi-analfabetos foi relativamente fácil aos prepostos do capital hegemonizar o discurso da família Sadia, da necessidade de todos crescerem (capital e trabalho) de forma unida, e de fazer com que a categoria tivesse uma baixa consciência de classe. Na agricultura, de onde vieram, ou da extração da madeira, o sindicalismo da classe operária não era algo do dia a dia, bem como o sindicalismo rural, que somente depois da década de 1970 começa a despontar nestas regiões. Ademais, todo o discurso da mídia vinha no sentido das benesses das agroindústrias, principalmente a Sadia. Para esta situação também muito ajudou o patronato a direção da entidade de classe, que permaneceu no poder até 24 de outubro de 2010 e será analisado mais adiante.

O recrutamento destes trabalhadores se dava nas conversas de um para o outro, no convencimento dos que já moravam na cidade sobre os que ainda moravam no campo, da necessidade de sair do interior, pelos motivos já descritos, bem como pela mídia e pelos próprios donos das empresas, pois tanto Attílio, ex-dono da Sadia, quanto Plínio De Nez ex-dono do frigorífico Chapecó, antes denominado S.A Indústria e

Comércio Chapecó – SAIC -; saíam eles próprios a arregimentar seus operários, em festas de comunidade interiorana¹²⁹.

Para ensinar/treinar esses trabalhadores os primeiros técnicos vinham da Itália e/ou do RS. Mais tarde, os mesmos eram trazidos dos Estados Unidos da América do Norte - EUA e da Argentina. Depois, já na década de 1970 em diante, também vinham trabalhadores de outros frigoríficos da região, sendo de maior monta os que vinham de Concórdia e Joaçaba¹³⁰.

Como eram trabalhos de matar animais (porcos, perus, e frangos) e de processar as carnes destes, os trabalhadores da agricultura já estavam habituados a estas atividades, pois no interior era comum o abate desses animais para a alimentação da família. Deve ser lembrado que esta agroindústria, assim como outras da região, do seu início até praticamente 1990, tinha sua linha de produção muito pouco automatizada, com os trabalhos guardando semelhanças da forma como eram feitos no campo. A diferença é que se tem a nória, sem esteiras até esta época, e que o trabalho era em série, numa linha fordizada. Assim, qualquer treinamento básico, de um dia (quando existia), já fazia deste trabalhador um operário capaz de laborar no frigorífico. Como diz um dos trabalhadores em sua fala, na roda de conversa: “[...] naquele tempo o trabalho era mais sofrimento físico, e a gente cansava mais o físico, mas era mais feliz. Hoje, depois da máquina, o trabalho mais pesado esta faz, mas a gente cansa mais a mente”¹³¹.

E para realizar os treinamentos, a agroindústria recorria ao tempo livre dos trabalhadores, como sábados, domingos e feriados, com um discurso da grandeza da família Sadia, que se confraternizava com os trabalhadores nos finais de semana, minando ainda mais a consciência da categoria, que via nesta uma grande irmandade do capital e trabalho, e uma preocupação com a vida de todos os operários. Até hoje é presente na fala dos mais velhos dos operários que existiu uma Sadia da época de Atílio, e uma depois deste.

¹²⁹ A autora desta dissertação fez uma monografia em 1987 sobre o sindicalismo nesta região, e através de depoimentos de trabalhadores da década de 1970, estes demonstraram como eram buscados e convencidos os agricultores a vir laborar nos frigoríficos. Todo esta subseção está praticamente embasado no conhecimento desta mestrand, enquanto militante e advogada de trabalhadores da região e da categoria. Sobre o tema ver (SANTOS, 1987).

¹³⁰ Na citada monografia redigida com depoimentos de trabalhadores da década de 1970, restou claro que vieram outros operários de Joaçaba e Concórdia, “para ensinar os novatos da agricultura daqui”.

¹³¹ Depoimento a autora numa roda de conversa para discutir a formação da oposição sindical desta categoria, colhida em julho de 2010.

Com esse discurso de convencimento e com a falta de consciência operária foi tranqüila a implantação da linha taylorista/fordista, nas três primeiras décadas do frigorífico. Ademais, o recurso da extração de mais-valia absoluta, pelo aumento do número de horas laboradas (média de dez horas ou mais), dava-se de forma constante, auxiliado pela direção sindical, que nunca discutiu direitos dos trabalhadores, e pela baixa compreensão que estes tinham de direitos. Orlando, um dos entrevistados, a este respeito, diz:

*No geral existiam muito poucas ações contra a Sadia, não era muitas ações comparando o grande número de operários que ali trabalhavam porque o que se buscava na época, era direitos básicos, dos básicos, se buscava às vezes uma despedida por justa causa, se buscava aviso prévio, décimo terceiro, férias e fundo de garantia, basicamente era isso. A gente não via ou não percebia nenhuma ação assim ou mínimo que poderia acontecer ações que viessem buscar outros direitos como multas que previsse a CLT, como indenização por danos morais em acidentes do trabalho, desses profissionais a gente nem ouvia falar quase nisso, embora certamente existia, **mas não existia uma consciência, não existia um conhecimento nem nosso mesmo, quanto mais dos trabalhadores. (grifo nosso)** Existia um certo medo até de reclamar, buscar direitos, porque quem buscava direito no início da justiça do trabalho que eu me lembro e no tempo que eu atuei lá, as pessoas tinham medo até de reclamar porque poderiam ter dificuldade de conseguir nova colocação de emprego. Então havia uma inibição bastante generalizada tanto de conhecimento como do medo de buscar seus direitos, mas a busca por direitos havidos em relação a doenças profissionais e acidentes do trabalho era muito raro, era muito raro pelo que eu me lembro.*

Mas, conforme anteriormente demonstrado, a partir de 1991, de forma mais acentuada a partir de 1995, começou a ser introduzido na agroindústria elementos do toyotismo, e as características da parcela desta classe trabalhadora foram também sendo modificadas, tanto em relação ao seu nível cultural, como sua proveniência, o que fez com que o recrutamento desta fosse modificado.

A princípio deve ser observado que até praticamente 1988¹³² existia somente o abate de aves inteiras para o mercado. Após começa-se a implantar o corte de aves, e mais tarde vários produtos, que os

¹³² Para melhor análise deste parágrafo deve ser entendido o que foi descrito na subseção da planta da fábrica, onde resta bem claro a automatização e o uso de computadores, num exemplo a sala de máquinas e a operação da caldeira.

trabalhadores denominam de industrializados e também em 1997, com a fábrica de empanados. O que ocorre por esta época, de forma mais acentuada a partir de 1995 até 2000, é uma grande introdução de maquinarias importadas, de proveniência nacional ou internacional na agroindústria, bem como a introdução em larga escala de operações computadorizadas, na busca de competitividade dos produtos, visando o lucro. Isto requer um trabalhador mais escolarizado (vários manuais de máquinas em inglês), e a agroindústria começa a campanha para que seus operários estudem. Escolas são colocadas dentro da própria agroindústria e nas proximidades, fazendo com que muitos dos operários ao saírem da fábrica já vão direto para o estudo. Esta parcela da classe trabalhadora, a partir da década de 1990 já não é formada por aqueles que vieram praticamente da agricultura e das atividades de extração de madeira. Uma boa parcela agora é filha destes, e foram criados nas cidades, com outra forma cultural.

No início da implantação dos elementos toyotistas, a agroindústria ainda teve facilidade na implantação de seu novo discurso de qualidade total, devido ao baixo grau de conscientização da categoria. Vê-se o depoimento de Valmor, quando diz:

Eu acho que todo mundo aceitou, porque aquele período que foi implantado era um período que até o Supervisor tinha uma formação, por exemplo, que nem hoje, hoje tudo que é Supervisor lá na empresa tem que ter formação, por exemplo, engenharia química, física, engenheiro mecânico senão não é mais supervisor. Na época o pessoal era mais, menos formação.

Mas, praticamente após a década de 2000, com acentuação drástica a partir de 2005, a aceitação do discurso da qualidade total e da idéia de uma empresa-mãe, boazinha, está sendo questionado. Esta explicação tem vários fatores, entre eles, os baixos salários, a formação da categoria composta de jovens operários que nunca laboraram na lavoura (segunda geração dos antigos operários), e da própria formação escolar, hoje vários deles com formação acadêmica. Pela fala de Valmor, vê-se isto:

É, no caso até o pessoal de fábrica, o pessoal do abate, do chão de fábrica, não tinha, todo mundo vinha do interior, o que falasse. Hoje eu acho que tem mais resistência do que antigamente, antigamente era mais fácil de implantar tudo o que foi implantado desde aquela época continua e cada vez piorando em vez de melhorar, já foi se aceitando desde aquela época.

Esta resposta de Valmor é da pergunta da entrevistadora quando

esta questiona se hoje o pessoal já tem nível acadêmico, e ele responde que até alguns do chão da fábrica tem ou estão cursando.

O que se tem aqui é que ao terem os prepostos do capital “incentivado” os trabalhadores a voltarem para a escola, para poderem ter melhores condições para implantar os elementos toyotistas, o efeito poderá ter surtido, de forma inversamente, com trabalhadores mais qualificados em escolaridade, e, portanto, mais questionadores. Em relação a isto, recorre-se novamente a Valmor, quando se pergunta se há hoje uma maior resistência do que na época da implantação:

Há, o pessoal discute bastante com o supervisor, procura ver, geralmente se realmente o que foi implantado é bom ou não, discute, por exemplo, não ali eu não vou botar a mão porque pode dar um acidente, é nessa maneira que hoje em dia se discute dentro lá da fábrica.

Outro dos fatores de questionamento é que os trabalhadores, após a década de 2000, ao perceberem que com poucos anos de trabalho ficam doentes (LER/DORT), pedem demissão, para que a doença não chegue a graus mais elevados.

Ao ser conjugado o maior nível de escolaridade, uma grande parcela de operários da segunda geração, não mais vinda do campo, as doenças do trabalho e os baixos salários, tem-se a resposta dos motivos pelos quais nos últimos cinco anos a agroindústria passe por falta de mão de obra, tendo que trazê-la de ônibus de até mais de duzentos quilômetros de distância deste município, mudando suas formas de recrutamento. Justifica-se o fechamento do segundo turno de abates de perus, e a dificuldade de conseguir neste ano de 2011 a reabertura deste turno.

Isto tudo não vem demonstrar numa primeira análise se houve ou não aumento da consciência de classe, embora alguns elementos indiquem para este fator, entre eles a chapa de oposição que em 01 de setembro de 2010, conseguiu derrotar a direção da entidade classista, que lá permanecia por vinte e dois anos, e que será na próxima subseção estudada. Se esta conscientização vai aumentar, ou não, somente um outro estudo e análise posterior, poderão nos responder, pois o fenômeno (tanto o individual, não quererem mais os operários do município trabalhar na empresa), como o coletivo (nova direção sindical), ainda é muito recente para se ter conclusões, que poderiam neste momento ser precipitadas.

Outra das perguntas que fica no ar é a de quais estratégias serão utilizadas pelos prepostos do capital, para o recrutamento de

trabalhadores, e para a aceitação de um trabalho mal remunerado e que os tornam doentes.

Historicizado sobre a formação da parcela da classe trabalhadora das agroindústrias, sua situação sócio-econômica e cultural, bem como de que forma foram recrutados os trabalhadores, nas três primeiras décadas e hoje, passa-se a discutir suas formas de resistência, tanto individual, quanto coletiva.

4.6 FORMAS DE RESISTÊNCIA DA CATEGORIA

Após termos visto como foi gestada a categoria dos trabalhadores das agroindústrias, resta a pergunta: será que a mesma tentou resistir às manobras do capital? Houve manifestações coletivas de resistência da categoria? Sabemos que os sindicatos surgiram como instrumentos de defesa de melhores condições de vida e trabalho para a classe trabalhadora durante o desenvolvimento da revolução industrial (Marx, 1983; Antunes, 2002). Por isto, partimos para a análise do sindicato¹³³ da categoria, que em tese, seria o aglutinador dos trabalhadores para lutar pelos direitos dos mesmos no enfrentamento com o capital. Após a discussão da entidade de classe serão discutidas outras formas de resistência.

4.6.1 O sindicato da categoria¹³⁴

A agroindústria Sadia S.A. instala-se em Chapecó no ano de 1973. Neste mesmo ano é criada a Cooperativa Central Oeste Catarinense Ltda. Anteriormente, na década de 1940, Chapecó já tinha o

¹³³ Falamos em sindicato. Na realidade queremos expressar as direções sindicais. Pois são essas direções sindicais que se encontravam “vendidas” ao capital até 2010, sendo que o instrumento sindicato, é de fundamental importância na luta trabalho versus capital. Desta forma, sempre que nos referirmos ao sindicato, estaremos nos referindo às direções do mesmo.

¹³⁴ Esta subseção é elaborada com base na experiência desta mestranda na luta do movimento sindical desta categoria e no conhecimento da legislação sindical e trabalhista da mesma. Portanto, poucas referências a outros autores serão feitas nesta subseção. A documentação que comprova o alegado encontra-se boa parte em poder da mesma, e neste ano de 2011, será repassado para a Universidade Federal da Fronteira Sul, para arquivo e estudo, conforme solicitação feita por professores desta, que tem um projeto de estudar a história do movimento sindical da categoria. Esta mestranda e família, além de dispor dos materiais, também farão parte da organização do projeto.

Frigorífico Marafon, substituído, na década de 1950, pelo Grupo Chapecó.

Mas, apesar de o município ter frigorífico desde a década de 1940, somente em 1979 (três décadas após), é que será constituído o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Alimentação de Chapecó e Xaxim¹³⁵. Este sindicato foi construído por um grupo de operários “qualificados” da Sadia, tendo à frente a figura de Domênico Scussiato, parente de outro “mestre” do sindicalismo de Chapecó, senhor Bernardino da Luz, presidente do primeiro sindicato de Chapecó (1962), o Sindicato da Construção Civil. Este sindicalista inaugurou em Chapecó uma era de domínio dos sindicatos constituídos para estabelecer colaboração entre capital e trabalho e para perpetuar seus gestores nas diretorias dos mesmos. Alguns deles, durante a ditadura militar, foram aperfeiçoar-se nos EUA, financiados pela Agência Central de Inteligência deste país, a CIA (DMITRUK; ORTIZ, 1993, p.9).

Este sindicalismo é fruto do Estado Novo do governo Vargas, década de 1930, o propulsor da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, uma legislação que desconhece a luta de classes e preconiza a harmonia social. É um sindicalismo atrelado ao Estado que passa a intervir diretamente nos sindicatos através do Ministério do Trabalho, também criado por Vargas. Segundo Rossari (1993, p. 8), “a legislação da época, a CLT, passa a regulamentar a atividade sindical desde a constituição dos seus fins (estatuto padrão) até o reconhecimento dos sindicatos e atestado ideológico para os dirigentes”. Transforma-se, assim, em aparelho burocrático-assistencialista, ocupado em providenciar assistência médica e odontológica aos associados, ao invés de organizar os operários na busca de ampliação dos seus direitos.

Após um breve intervalo entre o fim do Estado Novo e a Ditadura militar (1945 e 1964), em que o movimento sindical conheceu significativos avanços numéricos e qualitativos em sua organização, embora não tenha conseguido mudar a legislação estatal que o engessava, o mesmo recebeu um duro golpe com a ditadura de 1964 a 1985. Ainda, conforme Rossari (1993, p.8-9):

A ditadura militar [...] desmantela as organizações sindicais combativas, ocupa um grande número de sindicatos, destitui suas diretorias e nomeia interventores. Logo após o golpe, sofreram

¹³⁵ Abrangia este sindicato esses dois municípios devido ao motivo de que na cidade de Xaxim também havia uma filial do Grupo Chapecó, denominada de Chapecó Avícola S.A. E assim, também foi estendida para aquele município a base da entidade.

intervenção 409 sindicatos, 43 federações e 04 confederações, sendo que, em torno de 10 mil trabalhadores foram banidos da vida sindical [...] As organizações sindicais combativas são eliminadas ou vão para a clandestinidade. O capital encontra um campo fértil para impor uma brutal exploração do trabalho.

É no interior desta conjuntura em que o sindicalismo de Chapecó passa a estar rigidamente controlado por agentes burocráticos ao serviço do MTC - Movimento Trabalhista Catarinense, vinculado à Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e, com a reforma política, ao Partido Democrático Social (PDS), que posteriormente se divide no Partido da Frente Liberal (PFL), atual Democratas, e o Partido Progressista (PP) quando nesta época é criado o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação de Chapecó e Xaxim. Tal sindicato, criado em 1979, agrupava todas as indústrias da alimentação dos municípios de Chapecó e Xaxim, agregando, desde os frigoríficos, a Cooperativa Regional Alfa e a Cooperativa Central Oeste Catarinense, (isto é, todos os tipos de cooperativas que trabalhavam com produtos alimentícios), até pequenas padarias, açougues, moinhos, e a Souza Cruz. Tudo era alimentação.

E, como o sindicato não era “da classe trabalhadora”, mas das empresas, estas associavam os trabalhadores ao sindicato no ato da admissão, prática que se faz até hoje. Ou seja, no ato da contratação os trabalhadores assinam vários papéis, entre eles o da filiação à entidade sindical, sem ao menos serem questionados se querem ou não ficar sócios. Após passar a experiência, a maioria destes trabalhadores, por descontentamento com o peleguismo sindical, optam pela desfiliação¹³⁶.

Acima apresentamos os dois “artífices” do sindicalismo pelego de Chapecó, Bernardino da Luz e Domênico Scussiato, depois seguidos por outros que adotaram a mesma escola da perpetuação no poder e da submissão ao capital. Os mesmos sempre foram contrários a qualquer tipo de manifestação operária, sendo que a greve era considerada crime contra o patrimônio. Queixar-se da empresa ou falar em greve era “justa causa” para a demissão. Tanto era verdade que uma das táticas dos trabalhadores que queriam ser demitidos pela empresa sem justa causa,

¹³⁶ Em 24 de outubro de 2010, tomou posse a nova diretoria do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Carnes de Chapecó, esta prática de filiação, assim como a citada no parágrafo seguinte, felizmente, não fazem mais parte da atual diretoria. No entanto, como este texto tinha sido escrito anteriormente a esta data, opta-se por deixá-lo, com esta nota explicativa.

tática utilizada à época e até a posse da nova diretoria, 24/10/2010, era a de ir ao Sindicato, fazer ao seu presidente queixas da agroindústria e discutir sobre a possibilidade de uma greve. Ao fazer isto, assim que chegasse aos portões da agroindústria, seu crachá era recolhido e ele, demitido. Tais procedimentos falam por si sobre o caráter do sindicato e dos dirigentes sindicais que permaneceram à frente da entidade até as eleições de 2010.

Domênico Scussiato permaneceu à frente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Alimentação de 1979 a 1988. Em 1982, como resultado do trabalho da Pastoral Operária da Igreja Católica na região, e de outros segmentos do movimento social e político, se chegou a formar uma chapa de oposição, mas foi derrotada por 132 votos e numa conjuntura em que o presidente do primeiro sindicato de Chapecó, o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, Bernardino da Luz, jogou um papel decisivo no boicote aos trâmites de inscrição da chapa opositora, na propaganda eleitoral e na apuração dos votos (DMITRUK; ORTIZ, 1993, p.16)¹³⁷.

Antes desta eleição, em 1981 houve uma tentativa de greve na agroindústria Sadia S.A., encabeçada por alguns trabalhadores, entre eles Erondino Pereira de Andrade. Tão logo a agroindústria ficou sabendo da tentativa de greve, demitiu todos os que a haviam encabeçado. E a repressão não terminou com a demissão sumária dos “cabecas do movimento”, pois dirigentes da Sadia proibiam outras agroindústrias de contratá-los. Isto ocorreu com boa parcela dos trabalhadores demitidos devido à tentativa de greve, e fez com que outros trabalhadores, que imaginavam a possibilidade de uma greve nos próximos anos, temporariamente desistissem do intento (DMITRUK; ORTIZ, 1993, p.10-6).

Alguns desses líderes da tentativa de greve de 1981, ao saberem que em março de 1982 tinha eleições sindicais, começaram uma organização, junto com lideranças populares de esquerda, entre elas, José

¹³⁷ Além de presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil, Bernardino foi interventor da ditadura no Sindicato dos Pedreiros, e como demagogo e nepotista, fundou o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Alimentação, nomeando seu cunhado Scussiato como presidente e sua mulher como secretária do mesmo. Chegou o senhor Bernardino à presidência da Federação dos Sindicatos da Construção Civil, e mais tarde como juiz classista do TRT.

Carlos Ortiz, o Bispo Dom José¹³⁸ (as figuras mais destacadas vinculadas à Pastoral Operária da Diocese de Chapecó), e tendo também a figura do operário Erondino, nesta época sem trabalho na categoria, e organizaram uma chapa de oposição. Conseguiram registrar a chapa, concorrer, mas nunca souberam o real resultado da mesma. Isto porque, na contagem dos votos, a chapa de oposição não pode participar da abertura das urnas, e o resultado apurado e proclamado [982 votos para a oposição e 1114 para a situação] por sindicalistas pelegos da região foi forjado segundo depoimento do jornalista Evaldo Mafra que assistiu a contagem dos votos dependurado numa das janelas do Sindicato. Nestas eleições até agentes do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), a Polícia Militar e Civil e outras formas de repressão foram acionadas buscando intimidar os membros da chapa, bem como os colaboradores.

Depois desta derrota para a reação de direita, a categoria passa por momentos de descenso e retrocessos no poder de compra de seus salários. Em boa parte do país uma parcela da classe trabalhadora construía a Central Única dos Trabalhadores - CUT, e vários sindicatos enfrentavam o capital com um sindicalismo combativo que se atreve, inclusive, a enfrentar a repressão do golpe militar (ANTUNES, 2002). Em Chapecó e região a categoria dos trabalhadores da alimentação continuava a sofrer na pele todas as formas de descaso, que iam desde baixos salários, extensão da jornada para além de doze horas, sem descanso em sábados e domingos, trabalho insalubre, repetitivo, monótono, alto índice de acidentes de trabalho, e, o que era pior, uma repressão patronal não velada, mas sim aberta e descarada contra qualquer tentativa de organização da categoria.

Agravando esta situação, os desmandos dos donos do capital eram acobertados pela maioria dos políticos (quase todos a nível municipal e estadual a favor das agroindústrias), até os Poderes da Lei, como a Delegacia Regional do Trabalho - DRT, com sede em Florianópolis, cujo delegado, pelo menos nas décadas de 1970, 1980, até

¹³⁸ O Bispo de Chapecó Dom José Gomes era vinculado à Teologia da Libertação, e foi presidente nacional do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Tinha chegado a Chapecó em 1968, e ali fez um profícuo trabalho de apoio aos índios na sua luta pela demarcação das terras que tinham sido tomadas pelos brancos e à organização das classes trabalhadoras e dos pequenos agricultores na região Oeste de Santa Catarina, que desembocaram na formação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), do Movimento dos Sem-Terra (MST), do Movimento das Mulheres Agricultoras (MMA), do Movimento dos Atingidos por Barragem e do Partido dos Trabalhadores (PT) nesta região. Foi um grande homem que deixou um legado de simplicidade, de amor, de doação e de justiça ao povo de Santa Catarina (GOBBO, 2002).

finais de 1990, sempre foi conivente com o poder dos empresários locais (DMITRUK; ORTIZ, 1993; ROSSARI, 1993). A única exceção do período é a gestão da Dra. Thais Helena Lippel, durante o governo Itamar Franco (1992-1994), pois esta havia sido indicada pelo movimento sindical combativo do Estado por seu histórico profissional e militante em prol da saúde pública.

Mas, apesar de toda a repressão, da direção sindical, uma pequena parcela da categoria (a exemplo de 1982), faz uma nova tentativa de greve¹³⁹, acontecendo esta na agroindústria de Xaxim em novembro de 1986, quando algumas lideranças do chão da fábrica, de forma espontânea e revoltada com os baixos salários e condições de trabalho, simplesmente deixaram a fábrica e “arrastaram atrás de si” os demais trabalhadores. Trata-se de uma greve espontânea, sem a direção sindical. Esta greve, assim que estoura, deixa o patronato da agroindústria Chapecó Avícola S.A. em situação de pânico: imediatamente, o acionista principal da mesma parte da cidade de Chapecó levando consigo o presidente do Sindicato e boa parte da diretoria para “acalmar os revoltosos”. É feito um acordo, assinado pela direção do sindicato, visto que somente ela poderia assinar, mas que contempla a maioria das reivindicações operárias. No entanto, alguns dias após a greve operária, todos os quadros dirigentes da mesma que não tinham estabilidade no emprego, foram demitidos como forma de intimidar os demais.

Após esta tentativa grevista (que fez uma greve, ainda que de dois dias), surge uma parcela de trabalhadores (que não havia sido demitida) e começa a discutir a possibilidade de criar um sindicato na cidade de Xaxim, o desmembrando de Chapecó¹⁴⁰. Este sindicato, efetivamente foi criado no ano de 1988, mas a maior parte de sua direção foi cooptada pelo patronato que contou com a ajuda de Domênico Scussiato,

¹³⁹ Esta greve contou com a participação, como colaboradora, desta autora. Isto porque, embora estivéssemos no Oeste e nesta cidade apenas a partir de fevereiro de 1986, os trabalhadores já sabiam de nosso compromisso com a classe. E, tão logo “estouraram esta” e saíram da fábrica cruzando os braços, nos chamaram para discutir o que fazer. Infelizmente não discutiram antes. Mas, mesmo assim, foi um dos momentos mais importantes de todas as nossas lutas operárias, ao lado da categoria.

¹⁴⁰ Nesta época, anterior a CF de 1988, a legislação exigia que, primeiramente, fosse criada uma associação profissional, para após, sob aprovação do Ministério do Trabalho (através de seu Delegado Regional do Trabalho), fosse permitida a criação do sindicato e recebida a Carta Sindical.

presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Alimentação¹⁴¹.

Ainda no ano de 1988, enquanto finalizava-se o desmembramento de base, haveria novamente eleições do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Alimentação (pois, à época, o mandato da diretoria era de três anos, conforme preconizava a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e que tinha como órgão fiscalizador de seu cumprimento o Ministério do Trabalho e Emprego). Assim, surge nos finais de 1987, um movimento de oposição organizado por setores da CUT, do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), do Partido dos Trabalhadores (PT) e outros, junto com vários trabalhadores. Foi um movimento muito bem organizado e que, pela primeira vez no Estado de Santa Catarina, reuniu todos os setores que se encontravam na CUT, com setores da Igreja Católica e do PCdoB, apesar das diferenças ideológicas existentes. A importância desta categoria para todo o conjunto do movimento de trabalhadores do Estado, e o sofrimento da mesma fez com que se “deixassem de lado” as diferenças existentes na esquerda e todos se unissem em prol da conquista do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação de Chapecó.

Foi uma luta clandestina até a inscrição da chapa, ocorrida nos dias do carnaval de 1988, tendo um prazo de apenas três dias para as inscrições e cujo edital foi publicado no Diário Oficial do Estado. Apesar de todas as dificuldades impostas e do medo de repressão, a chapa de oposição foi inscrita. E teve muito sucesso sendo que durante a campanha os trabalhadores perderam o medo da repressão: camisetas, bonés, adesivos da chapa dois, intitulada: *Oposição e Garra Operária* eram usadas dentro das fábricas. Além disso, a organização contou com o apoio, conforme já frisamos, de toda a esquerda do Estado, e um conjunto de advogados comprometidos com a causa: estes dois fatores fizeram com que o capital não pudesse reprimir abertamente, e tivesse que engolir a revolta dos trabalhadores que depositaram 74% dos seus votos contra o sindicalismo amarelo atrelado à agroindústria

¹⁴¹ Na figura do Scussiatto, podemos representar a maioria dos representantes sindicais da cidade e da região à época e ainda hoje. A maioria deles é filiada à Central denominada Força Sindical (1991-2011), caracterizada por “um sindicalismo de resultados” apologista do capitalismo e cujo principal expoente nacional foi o sindicalista Luiz Medeiros, ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, o maior da América Latina, e também ex-presidente da Força Sindical. Posteriormente Medeiros se elegeu deputado federal pelo Estado de São Paulo. Atualmente é Secretário de Relações de Trabalho do Ministro Carlos Lupi, da base de sustentação política do governo Lula. Miguel Padilha foi o primeiro presidente da Força Sindical no Estado que foi criada no ano de 1993. Sobre o tema ver Rodrigues e Cardoso (1993).

representado pela chapa situacionista “*Renovação*” que era encabeçada por Edson Huning.

A oposição vitoriosa nas eleições em 31 de março daquele ano, não contava com a reação da categoria patronal. Esta, encabeçada pela empresa Sadia, tinha colocado na chapa vencedora alguns trabalhadores, como Elias Dechamps e Miguel Padilha, já cooptados pelo patronato. Ambos eram da agroindústria Sadia que soube utilizar a estratégia da cooptação.

Tão logo passaram as eleições, estes dois dirigentes partem para Florianópolis, com todos os gastos pagos pela empresa, e junto com os advogados Paulo e César Barella, e mais alguns sindicalistas eleitos, cooptados por eles, forjam uma ata na qual consta como presidente empossado da entidade, Elias Dechamps, que havia sido eleito como vice-presidente. Quem o empossa é o Delegado Regional do Trabalho, Paulo Rogério Soar, membro do Partido da Frente Liberal (PFL). Era a virada de mesa do capital com a ajuda de parceiros nos poderes do Estado e na sociedade civil.

Toda a luta posterior, como a greve de fome do operário eleito presidente, Romário dos Santos Oliveira, a ocupação da sede da entidade, a mobilização de toda a categoria, a revolta desta e muitas denúncias, além de ações na Justiça, não tiveram êxito. Venceu o poder do capital e da justiça aliada e submetida ao mesmo. Isto intimidou a categoria que se recolheu na submissão por vários e vários anos.

Mas o poder do capital ainda tinha surpresas e cartas nas mangas, como veremos a seguir. Em 06 de outubro de 1988, um dia após a publicação da nova Constituição Federal, o dirigente sindical Miguel Padilha, dá um golpe dentro do golpe, excluindo o antigo “amigo” dele Elias Dechamps da seguinte forma: o Sindicato era dos Trabalhadores na Indústria da Alimentação, abrangendo toda a categoria, das carnes, até padarias, conforme anteriormente já dissemos. Eram cerca de quinze mil trabalhadores. A maior fatia, abrangendo os trabalhadores da Sadia e da Cooper Central, passou a constituir o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Carnes e Derivados de Chapecó, passando a contar com pouco mais de dez mil associados, passando a ser presidido por Miguel Padilha, enquanto o de menor importância “econômica”, o da Alimentação, continuaria a ser presidido por Elias Deschamps.

A criação¹⁴² desta nova entidade é propiciada por uma dezena de trabalhadores que incluem em seu Estatuto social um artigo pelo qual não havia necessidade de eleições para renovar a diretoria¹⁴³. O golpe ministrado por estes “grandes sindicalistas” consistia no seguinte: no artigo 35 dos Estatutos Sociais, “havia uma mágica”, que dizia que cada vez que ocorresse vacância no total de 10% dos cargos da diretoria, seria chamada uma Assembléia Geral Extraordinária para preenchimento destes cargos. Até aí tudo bem, mas no artigo 36 vinha o “grande truque de mestre”, dizendo que esses eleitos pela Assembléia Geral Extraordinária tomariam posse na mesma assembléia e passariam a ter um mandato de 05 anos, e... “[...] igual mandato passarão a ter os que já integram a diretoria, portanto, detentores de cargos, titulares e suplentes.” Assim, cada vez que se aproximava o término do mandato, havia “renúncia de 10% da diretoria”, fazia-se uma “assembléia”¹⁴⁴, preenchiam-se os cargos faltantes, e prorrogava-se por mais cinco anos. Seria hilário, se não fosse triste para os obreiros/as.

Ocorre que, mesmo temerosos alguns trabalhadores desta categoria, fizeram mais algumas tentativas de terminar o “mandato eterno” e na década de 1990 (mais precisamente em 1995), temos na Sadia S.A., unidade de Chapecó, a segunda tentativa de greve. Mais uma vez, a exemplo de 1982, restou à mesma frustrada. Os prepostos do capital, ao saberem da organização, demitem uma boa parcela dos

¹⁴² Toda a documentação (cópias) que provam esta parte que começa neste parágrafo até final do texto desta subseção, se encontra com esta mestrand, (ações, estatutos, cópias do ICP, decisões da comissão eleitoral, documentos da chapa de oposição em campanha), bem como a mesma também participou de toda a organização, tanto jurídica, sendo advogada da chapa de oposição, (juntamente com outros advogados do escritório e ainda outros causídicos de Passo Fundo e Blumenau), como política, visto que passou a discutir a oposição clandestina, formada em finais de 2007, a partir de março de 2008, por convite de um integrante da corrente denominada INTERSINDICAL e de alguns trabalhadores. Por isto, o conhecimento dos fatos.

¹⁴³ Até 1988 toda a forma de funcionamento do Sindicato era prescrita pela CLT, porém com a introdução mitigada do princípio da liberdade sindical na nova Constituição Federal vários sindicatos passaram a mudar seus estatutos de acordo com a realidade de cada categoria. Armando Boito Júnior já advertira em sua obra *Sindicalismo de Estado no Brasil*, São Paulo: Xamã, 1999, que isto poderia significar uma ampliação da democratização ou pelo contrário a sua redução pelos sindicalistas apegados ao sindicalismo de Estado ou o sindicalismo de negócios para benefício pessoal como é o caso dos antigos dirigentes do SITRACARNES.

¹⁴⁴ Coloca-se entre aspas - fazia-se uma assembléia - porque poderá ser provado com depoimento de centenas de trabalhadores/as que as assembléias nunca existiram, sendo que as atas e outros documentos de existência dos mesmos, eram realizados apenas pró-formas com assinaturas de amigos recolhidas a *posteriori*. Se alguma ocorreu, e caso tenha ocorrido, principalmente para o dissídio, os trabalhadores/as não compareceram, porque caso fossem e questionassem no outro dia seriam demitidos.

organizadores, cooptam outros, e alguns ficam na agroindústria, mas de forma muito intimidada.

Como resultado deste controle do sindicalismo por prepostos do capital a categoria amargou perdas salariais expressivas. Ocorre que a exemplo do Plano Cruzado de Sarney que congelou preços no pico e os salários pela média, a seguir, no período de junho de 1987 a março de 1990, foram implantados pelo governo mais três planos econômicos baseados no arrocho salarial. O Plano Bresser representou uma perda de 26,06%, e o Plano Collor uma perda de 84,32% no mês de março e de 44,80% no mês de abril de 1990. Caberia ao Sindicato lutar pela recomposição total do poder de compra dos salários na data base da categoria, mas isto não ocorreu devido à política de submissão ao poder empresarial (Rossari, 1993, p. 89). Um estudo do então estudante de direito Humberto Paulo Beck sobre as perdas do período 1989 a 1991, concluiu que a diferença entre a inflação oficial e os reajustes dados aos trabalhadores chegavam a 115,56%. Beck denunciava no seu estudo que: “[...] Por estes números, calculados com base na inflação oficial, nos contratos coletivos de trabalho e folhas de pagamento, vemos que os salários dos trabalhadores da categoria foram reajustados sempre abaixo da inflação do período” (BECK, 1992, apud ROSSARI, 1993, p. 90).

Para confirmar esta prática atrelada aos interesses patronais os dirigentes do Sindicato homologaram o acordo coletivo de 1992 fixando um reajuste de apenas 43% sobre os salários de abril enquanto o Sindicato dos Comerciários havia fechado um acordo de reposição com 60% na Cooper Alfa e o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação de Concórdia fechou um acordo com reajuste de 46,5% (Jornal *Oposição e Garra Operária*, n. 07, junho/92 apud ROSSARI, 1993, p. 90). Esta foi uma das questões que motivou a Intersindical de Chapecó a advertir o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Carnes e o da Alimentação tendo em vista que o fechamento do acordo coletivo 92/93 por estes sindicatos sequer zerou a inflação do período maio/1991 a abril/1992. Um ano depois estes sindicalistas rompidos com a Intersindical criaram a Força Sindical no Estado para implantar em território catarinense o “sindicalismo de resultados”.

Mas, alguns dos trabalhadores continuaram muito clandestinamente a discutir a situação e uma década após, em 2005, é elaborado um documento que entregue ao então deputado federal Cláudio Vignatti, vai dar no Ministério Público do Trabalho de Brasília, após vem para o MPT de Florianópolis e depois da abertura do Ofício do MPT na cidade de Chapecó, (SC), no ano de 2007, é remetido a este município. Quando remetidas ao Ofício de Chapecó as denúncias do

deputado, eram para ser averiguadas várias irregularidades praticadas pela direção da entidade. Foram citadas no documento seis denúncias, todas de muita gravidade, entre elas o fato de não haver eleições na entidade.

Com a denúncia recebida, o Procurador do Trabalho na Região à época, Dr. Sandro Eduardo Sardá, começa a investigar os fatos e transforma as denúncias no Processo Investigatório¹⁴⁵ de n. 80/2008, que depois é transformado em INQUÉRITO CIVIL¹⁴⁶ de número 00230.2008.12.003/0-34. Várias recomendações notificatórias¹⁴⁷ foram expedidas pelo Procurador do Trabalho à direção da entidade, e também feitas várias audiências entre as partes. Numa destas audiências, soube-se que o Presidente da entidade desde 06 de outubro de 1988, senhor Miguel Padilha, havia passado o cargo ao tesoureiro, senhor Valdecir Stobe, em setembro de 2009. Das notificações recomendatórias e das audiências o efeito foi o de que, finalmente, também em setembro de 2009, havia sido noticiado pela antiga direção que o mandato da diretoria terminaria dia 24 de outubro de 2010. Isso significava que após vinte e dois anos haveria eleições. Os artigos 35 e 36 dos Estatutos Sociais, por fim, haviam sido modificados.

Ainda durante o decorrer deste processo, (IC) até chegar-se a marcar a data das eleições, várias “outras histórias interessantes”, ocorreram, e se registra pelo menos um fato para ter-se uma idéia da gravidade do ocorrido. Registra-se que mais uma vez num golpe de mestre, a entidade foi desmembrada. Isto ocorreu em junho de 2009, quando a metade da base da entidade, que são os trabalhadores que laboram na agroindústria Cooperativa Central Oeste Catarinense, passaram a fazer parte do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Alimentação de Chapecó, isto é, retornaram para sua antiga base, da qual tinham saído em outubro de 1988. O mais triste disto tudo é que os trabalhadores não participaram desta assembléia que discute a vida

¹⁴⁵ Processo investigatório: é um processo no âmbito do Ministério Público do Trabalho, que visa a investigar os fatos que foram denunciados.

¹⁴⁶ Inquérito civil: Foi o mesmo criado pela Lei n. 7.347/81 (artigo 5º) e consagrado pela CF de 1988 (artigos 129, inciso III), como instrumento de defesa da cidadania brasileira. O mesmo destina-se a investigar fatos que tenham relevo para a iniciativa do MPT na área civil, servindo-lhe de base à propositura da ação civil pública. A exclusividade para a sua instauração é do Ministério Público, como preconiza a Lei n. 7347/85 (art. 8º.I, parágrafo 1º.) e a CF (art.129, inciso III). Sobre o tema ver Melo (2003, p. 9-42)

¹⁴⁷ Notificações recomendatórias: são recomendações que cabe ao MPT expedir visando à melhoria dos serviços públicos de relevâncias públicas, bem como ao respeito dos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe caiba promover, fixando-lhe prazo razoável para a adoção das medidas cabíveis. Conforme artigo 6º, inciso XX. Da LC n. 75/93. Sobre o tema ver Melo (2003, p. 9-42).

laboral dos mesmos e que o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Alimentação passou a pertencer, há tempos, a um irmão do senhor Valdecir Stobe, de nome Valdemir Antônio Stobe, que além de estar à frente daquele sindicato há décadas, ainda é presidente da Câmara de Vereadores de nossa cidade.

Apesar de todas as tentativas de golpe por parte da antiga diretoria, (após ter sido anunciado que o mandato terminaria em outubro de 2010), e foram várias, em 02 de agosto de 2010 é marcada a eleição para 01 de setembro do mesmo ano, via edital. E, em 05 de agosto daquele ano, um grupo de trabalhadores que desde 2007 se reunia clandestinamente, com muitas dificuldades, conseguiu registrar uma chapa de oposição, denominada: *Oposição prá Valer*.

Não foi fácil o registro da chapa de oposição, assim como não foi fácil a campanha e nem a tomada da posse. Antes das eleições de 01 de setembro, a chapa situacionista impugnou 11 candidatos da chapa de oposição, por vários motivos irrelevantes. Como a comissão eleitoral era toda indicada pela antiga direção e concorrente às eleições¹⁴⁸, é por certo que esta aceitou as impugnações. Somente por decisões liminares da Primeira e Segunda Vara do Trabalho de Chapecó, é que se conseguiu garantir a candidatura dos mesmos. Ainda, bem antes do registro de Chapa, em junho de 2010, foram descobertos vários trabalhadores que iriam concorrer às eleições, e quase uma dezena dos mesmos foram demitidos, por denúncias de Valdecir Stobe, presidente do Sindicato e posteriormente candidato situacionista à presidência, sendo que entre eles estava o atual presidente da entidade, senhor Jenir Ponciano de Paula, que foi readmitido graças a uma liminar judicial, da Segunda Vara do Trabalho, exarada pelo Dr. Rodrigo Goldschmidt quando do registro da chapa oposicionista.

As eleições de setembro de 2010, somente ocorreram por vários fatores, entre os quais podem ser citados: a) pela atuação do MPT, na pessoa de seu representante, Dr. Sandro Eduardo Sardá, que cumpriu seu papel constitucional, na exigência legal de que a entidade fosse minimamente democrática, realizando eleições; b) pela atuação decisiva dos Juízes da Justiça do Trabalho, que numa interpretação sócio-política dos Estatutos Sociais, compreenderam as manobras daqueles que estavam à frente da entidade por vinte e dois anos, e nunca garantiram direitos aos trabalhadores; c) pela atuação decisiva dos apoiadores, aqui

¹⁴⁸ O senhor Valdecir Stobe, que esteve na entidade por quase duas décadas, como tesoureiro, a partir de setembro de 2009 passa a ser o presidente da entidade. E, nas eleições de setembro de 2010, é o candidato a presidente da chapa situacionista. Sua esposa, Luciana Aparecida Fillipini Stobe, era a advogada do Sindicato.

incluídos dirigentes da Coordenação Nacional de Lutas - CONLUTAS e da INTERSINDICAL, que não mediram esforços, financeiros e humanos, para a organização da chapa oposicionista e organização da campanha; d) por último, mas não menos importante, pela atuação da categoria, não somente dos vinte e quatro membros que concorreram, mas a maior parcela da mesma (sócios e não sócios), que confirmaram a vitória das urnas. Sem a categoria não adiantaria ter eleições, e a vitória esmagadora das urnas dá a certeza de que embora tenha se passado 22 anos (março de 1988) das últimas eleições, os trabalhadores, mesmo que de forma silenciosa, continuaram a desempenhar seu papel.

A vitória das urnas deu à chapa oposicionista 67,4% (sessenta e sete inteiros e 4 décimos por cento), 498 votos, contra apenas 29,79% a 67,4% (sessenta e sete inteiros e 4 décimos por cento) obtidos pela chapa situacionista, 217 votos. Mas, mesmo com esta esmagadora vitória, a partir de 02 de setembro de 2010, a posse não era ainda garantida, e várias estratégias foram utilizadas pela chapa perdedora, com o auxílio do capital, para não permitir a posse.

Inconformada com o resultado eleitoral a chapa vencida, constituída pelo mesmo grupo ideológico e por inúmeros membros em comum com a antiga diretoria do sindicato, ajuizou ação na Justiça do Trabalho visando conseguir a nulidade do pleito, sobre vários argumentos, entre eles que houve interferência do MPT, da própria Justiça, e da Polícia Militar¹⁴⁹, esta no dia das eleições. Referida ação, autuada sob o número RTOrd 0003416-42.2010.5.12.0009, buscava um pedido de liminar, antes da posse que deveria ocorrer em data de 24 de outubro de 2010. Mas, o Poder Judiciário, todavia, **indeferiu o pedido de antecipação dos efeitos da tutela (grifo nosso)** de modo que **permaneceu válida (grifo nosso)** a manifestação soberana da vontade da categoria representada pelos trabalhadores lotados nas indústrias de carnes de Chapecó-SC.

Não satisfeitos com a decisão judicial que dá como válida as eleições de 01 de setembro de 2010, a comissão eleitoral então, contrária à decisão judicial, dá como nula as eleições, em favor do pedido de impugnação feito por membro da chapa situacionista. Tendo sido “anuladas” as eleições, mesmo com decisão contrária da Justiça, não

¹⁴⁹ A polícia militar teve que estar presente no dia das eleições e até o resultado final da mesma, visto que neste dia, às 07h00 o grupo da situação tinha na frente da entidade mais de 150 integrantes da central Força Sindical, vindos de SP e região, que tentaram de todas as maneiras impedir que as urnas saíssem para dar início à coleta de votos. Por este motivo foi chamada a polícia militar, e sem a atuação desta, neste dia, não haveria eleições, infelizmente.

restavam alternativas à chapa vencedora a não ser impetrar outro processo, com pedido de liminar, requerendo que fosse deferida a posse para a data de 24 de outubro de 2010. E foi o que ocorreu, sendo que a chapa opositora impetra processo cujo número é 3698/2010, visando a garantia da posse.

A decisão liminar¹⁵⁰ de antecipação dos efeitos da tutela da Juíza Vera Marisa Vieira Ramos para o processo de número 3698/2010, foi a que garantiu a posse desta nova diretoria que está à frente da entidade desde 24 de outubro último. Referida decisão somente foi de conhecimento público às 09h00min da manhã daquele dia e a posse foi garantida¹⁵¹ por oficiais de Justiça, cumprindo o mandado e por Policiais Federais.

Em trechos desta decisão, a Juíza assim se manifesta:

4. Por fim e derradeiramente, a questão que subjaz os incidentes e tumultos havidos no curso do processo eleitoral no SINTRACARNES - ainda não plenamente concluído em razão do término do mandato da atual diretoria em 24.10.2010 e pendência da posse da nova diretoria - é a ausência de eleições **sindicais desde a data de fundação da mencionada entidade sindical, havida em 12.12.1988 (grifo nosso).**

Com este histórico da diretoria da entidade desde a fundação em outubro de 1988 até 24 de outubro de 2010, não é difícil concluir que os trabalhadores nunca contaram com a direção do sindicato para qualquer reivindicação. A antiga direção nada fez para reivindicar direitos à categoria, tanto a nível salarial, quanto em relação às doenças que se agudizaram mais a partir de 2000. Os trabalhadores viam-se abandonados, embora alguns sempre mantiveram uma centelha de esperança e lutavam, mesmo que de forma muito incipiente, exemplo disto foram a tentativa de greve em 1995 e a denúncia feita ao deputado

¹⁵⁰ Decisão liminar na Justiça é uma decisão exarada por um Juiz, deferindo ou indeferindo um pedido de antecipação de tutela, pedido este que pode ser embasado e feito no corpo da própria ação de conhecimento, ou numa ação cautelar própria, que prepara o processo de conhecimento. Esta decisão visa a ser deferido ou indeferido uma tutela estatal, de forma antecipatória (ou seja, sem terminar o processo de conhecimento), pois, caso se aguarde o término deste, a decisão poderá não ter mais eficácia. Como neste caso citado no parágrafo, caso fosse aguardado para deferir a posse da nova diretoria eleita após o término do processo de conhecimento, poderia ser que ao término deste já tivesse sido terminado o prazo do mandato.

¹⁵¹ A posse foi garantida por uma decisão liminar, o que significa que o processo ainda não está concluído, e poderá ser modificada referida decisão. No entanto, todos os que têm conhecimento deste processo, não acreditam nesta possibilidade, devido às vastas provas anexadas aos autos.

Federal Cláudio Vignatti em 2005, bem como a organização clandestina (que veio a desembocar na chapa de oposição) iniciada em 2007.

Agora, com a nova direção a “esperança” da categoria e dos apoiadores é de uma nova era, história esta que outros deverão contar para ser analisado se ocorreu o esperado, ou não. No entanto, segundo palavras do atual presidente, tem-se:

Então, eu enquanto Presidente do Sindicato hoje eu queria não só com os trabalhadores, mas também com todas aquelas pessoas que entendem e que queiram vir nos ajudar para nós defender o trabalhador mesmo, estão convidados e nas minhas considerações eu quero dizer o seguinte: que eu sempre tive uma clareza que quanto ao Sindicato nós sempre nos comprometemos com o trabalhador, sempre falei e sempre falo que eu não devo favor pra empresa e o que eu devo mesmo é favores e explicação pro trabalhador, é isso que eu queria dizer.

A história, esta musa dos tempos, é que dirá quais estratégias esta categoria irá utilizar para por cobro em partes, aos desmandos do capital, e entre eles a questão da saúde dos trabalhadores. Quiçá possa ser uma história vitoriosa, com o auxílio desta nova diretoria da entidade.

Mas, além das formas coletivas de resistência, esta categoria tem demonstrado outras formas individuais de resistir e lutar. Estas serão discutidas na próxima subseção.

4.6.2 Outras formas de resistência da categoria

A dominação empresarial sobre os trabalhadores se dá de múltiplas formas, como foi analisado anteriormente. Além das novas formas de organização do trabalho que mesclam elementos do toyotismo/fordismo/taylorismo, também há a dominação pela difusão de uma ideologia capitalista que mostra o sistema capitalista como algo natural, eterno e imutável (BORÓN, 1996, p.185-6).

Petras (1999, p. 113-4) alerta sobre os efeitos nocivos da difusão desta ideologia neoliberal que propõe um mundo ideal composto de indivíduos atomizados cujos vínculos primários são determinados pelo mercado: “Em lugar de solidariedade social ou de classe, a ideologia do livre mercado propõe o consumismo, reforçando o isolamento político e social do individuo atomizado”. Esta ideologia que leva ao conformismo tem sido combatida nos últimos anos por organizações sócio-políticas

que postulam uma sociedade livre da exploração do capital, ancoradas na perspectiva da solidariedade de classe, na defesa da comunidade e no aprofundamento das relações íntimas entre os indivíduos.

É importante ressaltarmos, ainda, que as contradições geradas por este sistema de dominação levam os trabalhadores a construírem suas ferramentas de luta para a defesa da vida, ao propugnar a redução da jornada de trabalho e a melhoria das condições de trabalho, para defender o corpo das agressões da organização capitalista do trabalho. Como afirma Dejours, “[...] as melhorias das condições de trabalho e de saúde foram raramente oferecidas graciosamente pelos parceiros sociais” (DEJOURS, 1992, p. 13). Na frente da saúde dos trabalhadores atuam os sindicatos e as organizações por local de trabalho, que no caso industrial seriam, tipicamente, as comissões de fábricas que estão ligadas ao desenvolvimento do sindicalismo combativo¹⁵².

Os trabalhadores desta categoria, até outubro de 2010, sabiam e tinham a plena certeza que não podiam contar com a ajuda da direção de seu órgão de classe que pela sua natureza conciliatória jamais se preocupou em desenvolver formas de organização por local de trabalho, como por exemplo, estimular a participação crítica da categoria nas Comissões Internas de Prevenção de Acidentes do Trabalho (CIPAS)¹⁵³

¹⁵² As comissões de fábrica eleitas democraticamente entre os trabalhadores sindicalizados, por todos os trabalhadores num mesmo local de trabalho, historicamente é uma forma de organização em que os elementos de autonomia e identidade mais se expressam, porém correm o risco de se tornarem submissa aos interesses da empresa ou de um sindicato cuja política é contrária aos trabalhadores (ANTUNES; NOGUEIRA, 1982). Como não existe este tipo de organização na Sadia não nos deteremos profundamente na análise crítica do desenvolvimento histórico das comissões de fábricas dentro do sindicalismo mundial e brasileiro, e remetemos os leitores a obra dos autores supracitados.

¹⁵³ Não se trata propriamente de uma organização por local de trabalho. É que sua constituição paritária impede esta caracterização. Apesar de revelar uma relação de forças desfavorável, também é considerado um campo de luta para os trabalhadores em que podem ocorrer vitórias caso os representantes dos trabalhadores tenham clareza das suas funções e das relações entre trabalho e saúde na empresa. A instituição das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPAS) é obrigatória para todas empresas, sendo que a metade dos representantes é indicada pelos patrões e a outra metade é indicada pelos trabalhadores, mediante eleições, e estes representantes detém estabilidade provisória durante o mandato de um ano mais um ano após o término do mandato. No Brasil, é a única forma de organização por local de trabalho reconhecida em lei (SOUZA, 1993; SAAD, 2009). A principal crítica é ao fato de que elas são amplamente manipuladas pelo patronato e não raramente, como foi no caso das últimas eleições para a CIPA da Sadia em Chapecó, as eleições são fraudadas para impedir que representantes autênticos dos trabalhadores a integrem como membros titulares. E, depoimentos de trabalhadores da agroindústria da cidade de Chapecó confirmam sua submissão à política patronal, como este do operário Vilmar: “[...] eram pensadas e organizadas pelo patrão e o operário não tinha a liberdade de escolher o seu representante. Eles eram indicados pelos chefes imediatos para fazer parte das CIPAS” (ROSSARI, 1993, p. 25)

ou a constituição de comissões de fábrica que pudessem fortalecer a luta da categoria por suas reivindicações trabalhistas a partir dos locais de trabalho. Por isto sua resistência, seja individual, ou coletiva, se deu por fora do sindicalismo oficial e das estruturas de apoio já desenvolvidas pelo sindicalismo brasileiro¹⁵⁴.

As tentativas de organização dos trabalhadores, por parte deles, ou com ajuda de centrais sindicais e outros movimentos, até pelo menos 2007 foram bastante incipientes. Conforme já restou claro, em 1982 houve uma tentativa de greve, na unidade da Sadia em Chapecó, e após uma chapa de oposição, que contou com a colaboração de lutadores dos movimentos sociais para a formação da mesma. No ano de 1986 uma greve de dois dias na cidade de Xaxim (na Chapecó Avícola), que culminou em vitórias (aumento salarial fora da data base), mas também em derrotas (demissão da maioria da liderança espontânea que organizou a greve). Em 1988, novamente tem-se uma chapa de oposição, com auxílio de centrais e outros lutadores de movimentos sociais. E também ocorreram greves espontâneas por setores nas agroindústrias, reivindicando melhores condições de salário e condições de trabalho como depõe este operário: “[...] nos últimos três anos várias greves internas já aconteceram na Sadia, onde os trabalhadores começavam a chegar no setor, antes de começar o trabalho, batiam o cartão e simplesmente não entravam na seção e aí vinha a repressão: demissões” (ROSSARI, 1993, p. 32). No ano de 2005, na unidade da Sadia de Chapecó, uma tentativa frustrada de greve. Mas, neste mesmo ano, um grupo de trabalhadores da Cooperativa Central Oeste Catarinense faz uma denúncia ao Deputado Federal Cláudio Vignatti, que encaminha a mesma ao Ministério do Trabalho e Emprego em Brasília, este a encaminha ao Ministério Público do Trabalho e, em 2007, vem a Investigação para a cidade de Chapecó, originando o ICP com as eleições de setembro de 2010 e posse em outubro desse mesmo ano. Significa: vinte e dois anos, cinco meses e mais alguns dias após a última eleição (março de 1988), a categoria pode novamente votar.

¹⁵⁴ A luta pela saúde do trabalhador no Brasil conta desde 1980 com o apoio técnico do DIESAT – Departamento Intersindical de Saúde em Ambientes do Trabalho que assessora os sindicatos a ele associados independentemente da filiação a central sindical. Posteriormente a criação do DIESAT houve uma divisão polêmica. Com o apoio do *Progetto Sviluppo* da CGIL - Confederazione Generale Italiana del Lavoro, a CUT criou no início da década de 1990 o INST – Instituto Nacional de Saúde no Trabalho - por onde passou a organizar as suas ações sindicais nesta área. [Cf. informação feita à autora, em 17 de janeiro de 2010, pelo professor de sociologia Mauri Antonio da Silva, que como militante sindical foi o responsável pela Secretaria de Saúde do Trabalhador no Sindicato dos Bancários de Florianópolis, nas gestões de 1987-1990 e 1990-1993].

É por certo que os trabalhadores da categoria, por não contarem com o Sindicato¹⁵⁵, usavam e usam formas de resistência de forma individual ou em pequenos grupos, e estas são as mais variadas possíveis. Entre elas podem ser citadas algumas:

O pedido de demissão¹⁵⁶, quando começam as lesões e o operário têm consciência que se permanecer no trabalho vai adoecer muito mais, sem perspectiva de recuperar sua saúde.

Colocar ações na Justiça do Trabalho, requerendo rescisão indireta¹⁵⁷ do contrato, continuando a laborar ou não. Ou, mesmo não requerendo a rescisão indireta, cobrando direitos relativos a danos morais e materiais devidos às doenças.

Denúncias ao Ministério Público do Trabalho, a partir de 2007, quando vários trabalhadores dirigiram-se até esse Órgão, fizeram várias denúncias, que após a investigação do então Procurador, Doutor Sandro Eduardo Sardá, vai dar nas Ações Cíveis Públicas, uma de número 3497/2008, impetrada em 10 de dezembro de 2008, e outra de número 1280/2009, impetrada em 30 de abril de 2009, que foi apensada¹⁵⁸ à de dezembro de 2008, por tratar de matérias similares.

Os trabalhadores, após a criação do Centro de Referência em

¹⁵⁵ Estas formas de resistência individual foram observadas por esta mestranda nas duas décadas e meia de militância jurídica e política nesta cidade. E isto se tem comprovado ainda mais, após a nova direção da entidade sindical ter assumido em 24 de outubro de 2010, quando se percebe que vários trabalhadores acabam solicitando demissão, e questionados dos motivos, confirmam que é devido ao início de lesões, baixos salários, excesso de cobranças e outras práticas toyotistas.

¹⁵⁶ Até a década de 2000, estas solicitações de demissão eram bastante raras, pois, a primeira causa é que trabalhar na Sadia até praticamente este período, ainda significa “*status*”. A segunda é que, conforme será visto no próximo capítulo, as doenças por esforços repetitivos começam a existir de forma mais acentuada a partir de 2000, resultado das automações de vários setores da empresa. E a terceira é que os salários ainda não eram tão rebaixados como a partir desta década.

¹⁵⁷ Rescisão indireta do contrato de labor: figura jurídica prevista no artigo 483 da CLT, é em tese, uma espécie de Justa Causa do operário ao patrão, por descumprimento de obrigações contratuais. Em algumas das hipóteses o empregado pode continuar laborando, após entrar na Justiça, ou parar de laborar. No caso do trabalhador vencer a ação, receberá todos os direitos, como se fora demitido (SAAD, 2009).

¹⁵⁸ Apensadas significa que as duas ações (de dezembro de 2008 e a de abril de 2009), estão sendo processadas conjuntamente, por tratarem-se do mesmo empregador (Sadia S.A.) e de matérias similares, conexas. A pedido do MPT e a critério do Juízo, houve o pensamento de ambas as ações.

Saúde do Trabalhador (CEREST)¹⁵⁹ nesta cidade, começaram a procurar este Órgão do Sistema Único de Saúde (SUS) para denúncias em relação às agroindústrias, bem como para solicitar consultas e exames em relação às suas doenças.

Além disto, embora de forma coletiva, mas situa-se neste subtítulo, alguns trabalhadores adoentados da Cooperativa Central Oeste Catarinense e da Sadia S.A, criam no de 2007 a ADVT - Associação de Defesa dos Vitimados do Trabalho, que tem hoje aproximadamente 100 associados e, ainda de forma muito precária, procuram auxiliar os doentes das agroindústrias e outros setores de classe¹⁶⁰.

Vimos que os trabalhadores, diante da brutal exploração de sua força de trabalho, tentam resistir em defesa de sua integridade física e psíquica, porém ainda de modo incipiente pela fraca organização sindical e política da categoria.

Como não há ainda uma capacidade operária organizada para deter a violência do processo de trabalho, cabe indagar se houve ou não aumento das doenças do trabalho, também as psíquicas, após a implantação de alguns elementos toyotistas nesta agroindústria. Esta pergunta, com sua resposta, objeto do estudo, será fruto da análise da próxima seção.

¹⁵⁹ Em 19 de setembro de 2002, através da Portaria n. 1679/ GM é criado a RENAST – Rede Nacional de Atenção à Saúde do Trabalhador. Após isto, são criados/ou cadastrados os CEREST, estaduais, municipais ou intermunicipais, que hoje chegam a 160 em todo o país. Na cidade de Chapecó o mesmo é criado em abril de 2007, abrangendo 76 municípios que vão de Dionísio Cerqueira a Ponte Serrada. Devido à pouca estrutura do referido Centro, o mesmo não tem um bom atendimento aos trabalhadores adoentados nas agroindústrias. “Estes Centros de Referência devem organizar serviços de assistência à saúde com competência para realizar diagnósticos, exames complementares e tratamentos dos agravos à saúde dos trabalhadores, os quais efetivarão a notificação ao SINAN e o preenchimento da CAT - Comunicação de Acidente do Trabalho que será apresentada ao INSS para concessão do benefício doença - acidentário quando do afastamento do trabalhador de seu trabalho para tratamento de sua saúde” (LIPPEL, 2009, p. 47).

¹⁶⁰ Estes dados foram colhidos em conversas informais com alguns membros da direção desta entidade.

5 O SOFRIMENTO DO TRABALHO NA SADIÁ S.A. DE CHAPECÓ

Vencer um ser humano que está na linha de produção antes de ti, e te repassa o trabalho é fácil, dá-se conta, pois afinal é apenas um homem ou mulher antes do teu posto de trabalho. Agora, vencer a máquina que despeja trabalho não dá, não se dá conta. (Fala de um trabalhador anônimo da agroindústria Sadia S.A., numa conversa informal, que demonstra a dimensão da causa do aumento das doenças).

Nesta seção V se analisam as doenças do trabalho que se manifestam no corpo e na mente dos trabalhadores da Sadia, para responder ao problema desta pesquisa: houve aumento das doenças do trabalho e de doenças psíquicas com a implantação de elementos do processo de trabalho denominado de toyotismo, nessa agroindústria? Portanto, esta seção é o foco principal do estudo, pois à pergunta antes colocada, pretende-se responder com a hipótese de que o sofrimento do trabalho causa um agravamento dos adoecimentos aos trabalhadores, centrado no marco temporal a partir da década de 1990, com implantação de elementos toyotistas.

Os itens abordados são: a) a relação entre o processo de produção e saúde; b) o conceito dialético de doença e saúde; c) as doenças do trabalho no Brasil; d) o conceito de doença do trabalho; e) Aspectos epidemiológicos dos acidentes no Brasil e no mundo; f) Vigilância à Saúde dos Trabalhadores; g) Análise do meio ambiente de trabalho encontrado em frigoríficos, bem como dos riscos à saúde dos trabalhadores. Análise esta baseada nas Ações Cíveis Públicas propostas pelo Ministério Público do Trabalho de Chapecó, contra a agroindústria Sadia S.A., onde existe um estudo detalhado do ambiente de trabalho, provando que houve aumento de doenças físicas e psicológicas nos últimos anos; h) estudo das ações impetradas na Vara do Trabalho de Chapecó contra a agroindústria, dos anos de 2000 a 2009, para demonstrar o crescimento de processos requerendo danos materiais e morais, por doenças do trabalho; i) As doenças do trabalho na percepção dos trabalhadores da Sadia; h) Conduta médica adotada pela empresa e pelo INSS; j) síntese do capítulo. Os depoimentos dos trabalhadores/as entrevistados serão utilizados também para demonstrar sua percepção sobre o fenômeno das doenças do trabalho e sua relação com o processo de trabalho.

5.1 AS RELAÇÕES ENTRE O PROCESSO DE PRODUÇÃO E A SAÚDE

Para Mészáros a consequência necessária da crise estrutural do capitalismo em desenvolvimento, tanto na esfera produtiva como na esfera financeira, é o crescimento do desemprego por toda parte em escala assustadora e a miséria humana a ele associada. A ela se acrescenta a ampliação da degradação do trabalho, a intensificação dos ritmos de trabalho no interior das jornadas de trabalho, a precarização cada vez maior dos contratos de trabalho, a pressão para baixo do preço da força de trabalho, como a resposta do capital a esta crise estrutural.

Berlinguer¹⁶¹, recorrendo a Marx, irá demonstrar a relação entre o desenvolvimento capitalista e a saúde dos trabalhadores¹⁶². Para Marx “uma certa deformação intelectual e física é inseparável até mesmo da divisão do trabalho no conjunto da sociedade em geral”. Para este notável médico sanitário italiano, o ponto essencial da reflexão de Marx, (1951, p.63-4, *apud* BERLINGUER, 2004, p. 120) é o seguinte:

O período da manufatura, levando muito mais adiante essa separação social dos setores de trabalho, e por outro lado corroendo a própria raiz da vida do indivíduo, em virtude da sua peculiar

¹⁶¹ Este renomado médico sanitário italiano é citado várias vezes no livro de Maria Maeno e José Carlos do Carmo, SAÚDE DO TRABALHO NO SUS, como um dos médicos que debateu com médicos brasileiros, na década de 1970/1980, para a discussão da saúde do trabalho no Brasil, que veio a dar, entre outras coisas, na criação de CEREST (s). Em 1978, seu livro *Medicina e Política* havia sido traduzido e publicado no Brasil com grande repercussão na área. Em 1983, esteve aqui para lançar o livro *A Saúde nas Fábricas*.

¹⁶² Os modos de adoecer e morrer são históricos e sociais, relacionando-se com as relações sociais estabelecidas historicamente nos distintos modos de produção da humanidade. “Os acidentes e as doenças decorrentes do trabalho estão presentes no cotidiano do trabalhador desde os primórdios da história do trabalho, passando a constituir-se em objeto de estudo sistemático a partir do século XIX, com o avanço do processo de industrialização e das lutas operárias dele decorrentes. No ano 1700 o médico italiano Bernardino Ramazzini compilou o primeiro tratado escrito sobre As doenças dos trabalhadores. Este compreende uma extraordinária descrição, cuidadosa e freqüentemente amargurada, das técnicas e das patologias de quarenta e um ofícios da época: dos mineiros aos químicos, dos oleiros aos tintureiros, dos cozeiros aos quebradores de pedras, das lavadeiras aos lacaios, dos carregadores aos cantores e pescadores. Outros doze perfis, concernentes, por exemplo, aos escritvães e copistas, merceeiros e artesãos de cobre, foram acrescentados nas edições sucessivas. Marx, no ano 1867 em seu livro *O Capital*, citou Ramazzini para analisar o sofrimento humano no trabalho”, o uso e a depredação da força de trabalho, que freqüentemente conduz o trabalhador a uma morte precoce” (LIPPEL, 2010, p. 29). E mais, há relatos de dois mil anos que nos contam casos de escravos mineiros usando panos ou membranas de carneiro como máscaras para se protegerem da poeira das minas (MENDES, R. *Medicina do Trabalho/Doenças Profissionais*, São Paulo, Ed. Savier, 1980, p.3)

divisão do trabalho, fornece primordialmente o material e o impulso à patologia industrial.

Berlinguer diz que Marx ao fazer a análise do trabalho assalariado, distingue entre o uso e a depreciação da força de trabalho que frequentemente conduz o trabalhador à morte precoce. Uma coisa é a venda da força de trabalho; a outra é o saque da capacidade de trabalho, que Marx considera a única “mercadoria” em posse da classe trabalhadora. Assim, para que o operário possa reproduzir sua força de trabalho e vendê-la para sobreviver, ele precisa lutar contra a exploração do capital. Pois, quando se ultrapassa o limite físico da jornada de trabalho¹⁶³, se compromete a própria vida do operário. Marx faz esta afirmação com base na análise do excesso de jornada do trabalho, muito comum em sua época e ainda numa certa proporção na data de hoje. No entanto, com o advento da introdução de elementos toyotizados, um dos componentes foi a busca pela diminuição de horas extras e implantação do banco de horas, e aqui o limite físico pode e deve ser também ampliado para o aspecto de que homens e mulheres não dão conta das máquinas, é um excesso de produção, que está adoecendo corpo e mente operária.

No longo capítulo sobre a Jornada de trabalho, Marx apresenta assim o diálogo entre os dois antagonistas:

Você e eu, a respeito do mercado, conhecemos apenas uma linguagem, a da troca de mercadorias. E o consumo das mercadorias não diz respeito ao vendedor, que as transfere, mas ao comprador que as adquire. A você então cabe o uso da minha força de trabalho cotidiana. Mas, com o seu preço de venda cotidiano, eu devo cotidianamente poder reproduzi-la, para tornar a vendê-la. À parte o desgaste natural pela idade etc., eu devo ser capaz de trabalhar amanhã nas mesmas condições normais de força, saúde e frescor de hoje. Como você me prega cotidianamente o evangelho da ‘parcimônia’ e da ‘abstinência’. Muito bem: eu quero administrar o meu único patrimônio, a força de trabalho, como um razoável e parcimonioso economista, e quero abster-me de qualquer insensata dissipação dele. Dessa força eu quero

¹⁶³ As jornadas de trabalho do século XIX chegavam a 16 ou 18 horas por dia. O movimento operário inglês conquista a redução da jornada de trabalho para dez horas em 1848. Na segunda metade do século XIX a consigna do movimento operário eram 8 horas de trabalho, 8 horas de sono, 8 horas de lazer.

tornar disponível cotidianamente apenas aquele tanto que é compatível com a sua duração normal e com seu saudável desenvolvimento, colocando-o em movimento e convertendo-o em trabalho. Você quer colocar à sua disposição em apenas um dia, com um excessivo prolongamento da jornada de trabalho, uma quantidade da minha força de trabalho maior que aquela que eu posso restabelecer em três dias. O uso da minha força de trabalho e a depredação dela são coisas totalmente diferentes [...] Assim, eu exijo uma jornada de trabalho de duração normal, e a exijo sem apelar ao seu coração, porque em termos de dinheiro não se trata mais de sentimento. Você pode ser um cidadão modelo, talvez membro da liga para a abolição da crueldade contra os animais, e além disso até ser considerado um santo pela opinião pública, mas aquilo que você representa diante de mim não tem um coração batendo no peito [...]. Exijo a jornada de trabalho normal, porque exijo o valor da minha mercadoria, como qualquer outro vendedor (MARX, *apud* BERLINGUER, 2004, p. 120-1).

A conclusão do raciocínio de Marx é de que na regulamentação da jornada de trabalho tem lugar uma antinomia: direito contra direito; por esse motivo Marx diz que “na história da produção capitalista a regulamentação da jornada de trabalho apresenta-se como luta pela limitação da jornada de trabalho – luta entre o capitalista coletivo, isto é a classe dos capitalistas, e o operário coletivo, ou seja, a classe operária” (MARX, 1951, p. 255, *apud* BERLINGUER, 2004, p. 121).

Este conflito em torno da luta pela regulamentação da jornada de trabalho ampliou-se com Marx e depois de Marx, envolvendo todos os aspectos do trabalho que pudessem produzir danos, usura e depredação da vida. Refere-se também ao ambiente, aos materiais usados e aos produtos, aos ritmos e à organização do trabalho, na medida em que os efeitos nocivos iam sendo reconhecidos¹⁶⁴. Tais efeitos, que vemos hoje se manifestar no mundo do trabalho, foram também objeto de contestação por parte das organizações operárias, num quadro de

¹⁶⁴ Cientistas da área epidemiológica incluem o ambiente de trabalho no âmbito dos determinantes sociais da saúde dos trabalhadores (Ver LIPPEL, Thais Helena. *Mortalidade por acidentes no trabalho, Brasil: análise e séries temporais, 1998 a 2006*. Dissertação (mestrado) Florianópolis, SC, 2009, p. 50-3).

confrontos de direito contra direito que atravessou todos os países desde o século XIX até os séculos XX e XXI (BERLINGUER, 2004, p. 122).

Berlinguer ainda coloca em causa a possibilidade de justiça na relação entre operários e empresas, ao analisar a realidade cotidiana da vida dos trabalhadores:

Gostaria de ressaltar dois fatos. O primeiro consiste, mesmo nos países desenvolvidos, na persistência ou no aumento da iniquidade na saúde e na segurança entre as classes sociais, analisado com base profissional, como foi documentado em todos os casos nos quais os fatos não tenham sido ignorados ou deturpados pelas estatísticas. A diferença entre os dois extremos, num os trabalhadores braçais não qualificados, no outro as atividades especializadas ou gerenciais, significa em quase toda parte a subtração de cinco a dez anos de vida; e persiste, mesmo de forma reduzida, também nos lugares onde é garantido não só a prevenção de doenças e acidentes específicos, como também o acesso paritário a assistência sanitária. **Tal divergência se deve hoje, nos países desenvolvidos, não tanto a causas específicas, como substâncias tóxicas, fadiga, acidentes, mas sim a causas psicossociais: a renda, a instrução, a auto-estima, o estresse, a autonomia, a organização e a satisfação no trabalho. Em suma, tudo aquilo que implica reconhecer a si mesmo e ser reconhecido pelos outros como pessoa: uma exigência que Adam Smith, em *A Teoria dos sentimentos morais* (1759), identificara como necessidade primária de todo o indivíduo e como base de uma ética fundada sobre a simpatia [...] (grifo nosso)** O outro fato que preocupa e indigna é que, enquanto se tenta aprofundar em termos bioéticos que pertencem ao presente técnico-científico, e em certos casos mais ao futuro que ao presente, vê-se com angústia, que em muitos países não apenas permanece, mas ainda difunde, o tipo de exploração mais antigo e desumano, refiro-me à escravidão e à servidão, relações trabalhistas moralmente superadas há séculos e declaradas ilegais em todos os lugares pela Slavery Convention de 1926, que foi

promovida pela Liga das Nações (BERLINGUER, 2004, p. 124-5).

No mesmo sentido, afirma o sociólogo italiano Vasapollo que a fase atual do capitalismo, denominada por alguns autores de globalização ou mundialização capitalista, significa apenas o domínio das bolsas de valores e da financeirização da economia em confronto com qualquer forma de melhoria ou ampliação dos direitos sindicais e universais (VASAPOLLO, 2005, p. 20).

Para Breilh, a marcha neoliberal na América Latina levou à desregulamentação e à flexibilização, dando marcha à ré nos direitos econômicos, sociais e trabalhistas da força de trabalho, e “institucionalizaram formas de contratação e de trabalho precárias, como as maquinas [maquiladoras] e similares, que aumentam seus índices de lucro e de competitividade às custas da deterioração da qualidade de vida da classe trabalhadora” (BREILH, 2006, p. 220).

Intelectuais da área do Serviço Social também referem que as mudanças no mundo do trabalho “encontram-se na origem do sofrimento do trabalho e da falta deste, que conduzem à ociosidade forçada enormes segmentos de trabalhadores aptos ao trabalho, mas alijados do mercado de trabalho, engrossando a superpopulação relativa para as necessidades do capital” (IAMAMOTO, 2008, p. 27-8).

O processo de produção capitalista, no qual se insere o processo de organização do trabalho, é a causa de doenças do trabalho e acidentes típicos no trabalho, causando a morte de milhões de indivíduos por ano no mundo. Mas, ser alijado do trabalho também é motivo de doenças, pela fome e outros fatores patógenos gerados pela sociedade capitalista. No entanto, o trabalho foi o precursor da gênese humana, e, pelo protagonismo da classe trabalhadora, o trabalho também libertará o ser humano das amarras das sociedades de classe. Nisto reside a centralidade do trabalho.

5.2 O CONCEITO DIALÉTICO DE SAÚDE E DOENÇA

No âmbito da epidemiologia da saúde com enfoque marxista, já há o reconhecimento de que as doenças do trabalho estão diretamente relacionadas ao processo de produção e aos processos de trabalho. O enfoque desta corrente, que tem forte influência na Medicina Social

latino-americana, tem como uma de suas categorias¹⁶⁵ principais o processo de trabalho, ou, mais precisamente, o processo de produção, pois, segundo Laurel (1985, p. 264), elege-se esta categoria porque “na sociedade capitalista, o processo de produção organiza o conjunto da vida social e porque é, simultaneamente, o processo de valorização do capital e modos específicos concretos de trabalhar – processo de trabalho”, que permite analisar uma realidade concreta sob a lógica da acumulação do capital (processo de valorização) e seu ambiente – o processo de trabalho e o processo de organização do trabalho – como um modo específico de trabalhar-desgastar-se e como situação de classe em termos de resistência às estratégias de exploração do capital. É no interior desta relação que o biológico, ou seja, as doenças do trabalho relacionam-se com o social, com a reprodução do capital que se dá na esfera da fábrica e da sociedade.

Ao partir-se do processo de produção, que engloba o processo de trabalho e este o processo de organização do trabalho¹⁶⁶, deixa-se de analisar as doenças como sendo apenas fenômenos individuais, mas sim como fenômenos sociais. Significa eleger o processo de produção como o organizador da vida social. Este, se organiza a vida social, também é a causa das doenças sociais que em cada época de modos de produção diferenciam-se, e em nossa época toyotizada imbricada com elementos do taylorismo/fordismo, têm-se um aumento das doenças mentais e também de doenças físicas (LER/DORT)¹⁶⁷, por novos elementos de exploração introduzidos no processo de organização do trabalho.

Berlinguer (1983, p.71) diz acreditar¹⁶⁸ que a questão das doenças serem tratadas como uma relação individual é um defeito essencial da ignorância da sociedade, efeito este particularizado por Marx. Isto porque ao partir-se do enfoque individualista das doenças, não se analisa

¹⁶⁵ Categorias: Modo de ser do ser. Determinações da existência. Cf. MARX, K Introdução à Contribuição à Crítica da Economia Política, In: *Contribuição à crítica da economia política/Karl Marx*; tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2.ed. São Paulo, Expressão Popular, 2008.

¹⁶⁶ Sobre processo de produção, de trabalho e processo de organização do trabalho ver a subseção 3.3 desta dissertação, onde se analisou estas categorias.

¹⁶⁷ LER/DORT: Lesões por Esforços Repetitivos/Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho. Usa-se em conjunto estas duas siglas, e mais adiante se explicará os motivos pelos quais se utiliza as duas siglas juntas, bem como se analisará melhor o significado das mesmas.

¹⁶⁸ Aqui deve ser ressaltado que, quando se fala da ‘sociedade a ser levada a tratar as doenças de forma individual e não como doenças sociais’, está-se referindo-se à sociedade de forma geral, pois os mentores do capital e do modo de produção capitalista usam esta estratégia para desviar o enfoque da classe trabalhadora de que é a forma como o capital se apropria da mais-valia que produz as doenças sociais.

que a relação homem-natureza “não é nunca na história uma relação individual, mas é sempre medida pelo trabalho social”, onde deve ser considerado como e por quem este trabalho social é apropriado. E, nesta apropriação do trabalho social no modo de produção capitalista (onde a apropriação é privada), reside “o núcleo primeiro de toda a distância da relação homem-natureza. O fundamento da nocividade, da destruição da flora e da fauna, além do homem”.

Assevera Berlinguer, complementando que “êxitos ou fracassos atingidos nesta alternância de situações mórbidas dependem fundamentalmente da organização social em geral”, e prossegue explicando que a doença, para o homem, não pode mais ser considerada um fenômeno puramente biológico: “as doenças são diferentes segundo as épocas, as regiões e os estratos sociais” (BERLINGUER, 1983, p. 52). Para o cientista italiano, as doenças são resultantes do modo como o homem se relaciona com a natureza para transformá-la e produzir seus meios de subsistência. E esta transformação se dá através do trabalho, da técnica e da cultura, através de relações sociais determinadas historicamente e das aquisições científicas progressivas. Por isto, **usa o conceito de doenças sociais, pois são doenças da coletividade, visto dar-se pela forma como o trabalho está organizado.**

No âmbito da psicopatologia do trabalho, Cristophe Dejours, psicanalista francês, considera que a saúde do corpo está relacionada às condições de trabalho, que incluem ambiente físico (temperatura, pressão, barulho, vibração, irradiação, altitude etc), ambiente químico (produtos manipulados, vapores e gases tóxicos, poeiras, fumaças, etc), o ambiente biológico (vírus, bactérias, parasitas, fungos), as condições de higiene, de segurança e as características antropométricas do posto de trabalho, que na atualidade vêm sendo estudadas pela Ergonomia. Já a saúde mental está relacionada à organização do trabalho que ele considera como sendo a divisão do trabalho, o conteúdo da tarefa, o sistema hierárquico, as modalidades de comando, as relações de poder e as questões de responsabilidades suscitadas. Sobre o sofrimento mental que vem aparecendo nas empresas, ele assevera que:

Em certas condições, emerge um sofrimento que pode ser atribuído ao choque entre uma história individual, portadora de projetos, de esperanças e de desejos, e uma organização do trabalho que os ignora. Esse sofrimento, de natureza mental, começa quando o homem, no trabalho já não pode fazer nenhuma modificação na sua tarefa no sentido de torná-la mais conforme as suas

necessidades fisiológicas e a seus desejos psicológicos – isso é, quando a relação homem-trabalho é bloqueada (DEJOURS, 2008, p.133)

Assim, trabalha-se com o entendimento que as doenças psicológicas estão interligadas com as doenças físicas, pois ambas são produzidas pelo sofrimento do trabalho. Tem sido recorrente o caso de trabalhadores que estão adoecendo mentalmente em função das lesões por esforços repetitivos. E por saúde, adota-se o enfoque dado pela médica Margarida Maria Silveira Barreto, visto que a mesma analisa a saúde dentro do contexto físico, mental e social do ser humano: “E estar doente, é quando esta harmonia entre o corpo e a mente, e o entorno físico e social estão em desequilíbrio. Saúde e doença são, portanto, uma relação que perpassa o corpo individual e social, confrontando com as turbulências do ser social enquanto ser total.” A concepção adotada pela médica já citada e trabalhada no corpo desta dissertação, parte da “concepção da saúde como um processo biopsicosocial” (BARRETO, 2006, p.51).

Nesta dimensão sociológica de saúde e doença como uma relação dialética e tendo como pressuposto o corpo e a mente, conjugado com seu entorno físico e social, é que se pretende demonstrar como o meio ambiente do trabalho¹⁶⁹, que é: o chão da fábrica, as condições em que o trabalho é realizado, e no psicológico, as relações sociais, entre trabalhadores, entre estes e suas chefias, e como todo o entorno físico e social são prejudiciais à saúde, entendida como o físico e mental, gerando o sofrimento, e após este, as doenças. Pois, conforme Barreto (2006, p. 4):

Um indivíduo sadio é aquele que apresenta um bom equilíbrio entre seu corpo e sua mente, e está em harmonia com seu entorno físico e social; controla plenamente suas faculdades físicas e mentais, pode adaptar-se as mudanças ambientais - contanto que não excedam os limites normais - e contribui para o bem-estar da sociedade segundo sua capacidade. A saúde não é conseqüentemente, a simples ausência de doença; é algo positivo, uma atitude alegre para com a vida e uma aceitação otimista das responsabilidades que a vida lhe impõe.

Em síntese, as doenças do trabalho são **doenças sociais**, originadas pelo processo de produção, pela forma como o homem se

¹⁶⁹ O meio-ambiente do trabalho será analisado em subseção própria logo adiante nesta seção.

relaciona com a natureza, e tendo-se sempre presente a **interligação dialética do conceito saúde-doença**.

5.3 DOENÇAS NO BRASIL

As transformações sociais e econômicas ocorridas no Brasil durante o século passado foram assinaladas por um processo de industrialização tardio e acelerado, marcado pela incorporação de novas tecnologias, e submetido à divisão internacional do trabalho imposta pelos países centrais, provocando mudanças importantes no perfil de ocorrência das doenças de nossa população, entre as quais as do trabalho (LIPPEL, 2009; DIAS, 1994).

Na primeira metade do século 20, as Doenças Infecciosas Transmissíveis eram as mais freqüentes causas de mortes. Depois dos anos 1960, as Doenças e Agravos Não Transmissíveis - DANT - assumiram esse papel. Entre os fatores que contribuíram para causar essa transição epidemiológica são identificados: o processo de transição demográfica, com queda nas taxas de fecundidade e natalidade e um progressivo aumento na proporção de idosos, favorecendo o aumento das doenças crônico-degenerativas (doenças cardiovasculares, neoplasias, diabetes, doenças respiratórias); e a transição nutricional, com diminuição substancial da desnutrição e aumento de pessoas com excesso de peso (sobrepeso e obesidade). Somam-se a isso a expansão dos traumas decorrentes das causalidades externas (violências, acidentes e envenenamentos, entre outros).

Em 2008, o Ministério da Saúde, por intermédio da Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde - CNDSS, apresentou seu relatório intitulado *As Causas Sociais das Iniquidades em Saúde no Brasil*. O estudo compreende os determinantes vinculados aos comportamentos individuais e às condições de vida e trabalho, bem como os relacionados com a macroestrutura econômica, social e cultural.

O relatório da CNDSS apresentou análises de situações de saúde entre as quais a de condições de vida, ambiente e trabalho, onde se evidenciam que os problemas de saúde dos trabalhadores estão intimamente relacionados com o grau de desenvolvimento alcançado por um país ou uma região.

Segundo a CNDSS (2005, *apud* LIPPEL, 2009, p. 52):

[...] as grandes diferenças no desenvolvimento social e econômico das diversas regiões do Brasil, as características da saúde dos trabalhadores e das lesões e doenças relacionadas ao trabalho mostram um padrão misto, caracterizando uma carga dupla de doenças. Verifica-se a presença de algumas doenças já controladas em países desenvolvidos, como a silicose e outras pneumoconioses, envenenamento por chumbo e asbestose, **ao lado de outras “novas” doenças relacionadas ao trabalho, como afecções músculo esqueléticas, doenças dermatológicas causadas por compostos químicos, além dos sintomas e desordens mentais relacionadas ao estresse (grifo nosso).**

Este relatório aponta que o imbricamento de velhas e novas formas de organização do trabalho, acaba por determinar altos níveis de exposição dos obreiros aos perigos químicos e físicos, tarefas repetitivas, excessivo uso de força, posturas inadequadas, exposição ao estresse e fatores psicossociais, causando sofrimento e incapacidades temporárias e de longo prazo. A estes problemas se associam, como fatores patogênicos, o deterioramento das condições de trabalho nas últimas décadas e os crescentes danos ambientais produzidos pela classe empresarial. Segundo Lippel (2009) os acidentes de trabalho são um dos subprodutos destas tendências, juntamente com uma grande carga de doenças relacionadas ao trabalho.

É por certo que, com a introdução de elementos toyotizados no processo de organização do trabalho, de forma mais acentuada a partir da década de 1990 no país, tem-se um contexto extremamente desfavorável à saúde dos trabalhadores. Ainda assim, pela pressão da classe trabalhadora, mudam-se conceitos na legislação protetiva do Ministério da Previdência, bem como no entendimento da questão da saúde do trabalho, que na próxima subseção será estudado.

5.4 CONCEITO DE ACIDENTE DE TRABALHO E DOENÇAS DO TRABALHO

De conformidade com o anteriormente dito, temos que para Berlinguer (1983, p. 71) a relação homem-natureza é mediada pelo trabalho social e a apropriação privada do trabalho social, a organização

capitalista da produção, é o núcleo primeiro da distorção das relações homem-natureza. O fundamento da nocividade, tanto da destruição da natureza e a depredação do homem, que se materializa nas doenças, está no caráter inadequado das relações de trabalho, por isto, as doenças profissionais e do trabalho, **em essência se tornam doenças sociais**.

Segundo Maeno e Carmo (2005), o arcabouço jurídico sobre acidentes do trabalho do Brasil sempre esteve permeado pelas concepções de higiene industrial e em seus reflexos como “medicina legal e do seguro”; contrapondo-se a uma visão calcada na medicina social, que se caracteriza por reconhecer os condicionantes sociais do adoecimento da classe trabalhadora.

Ao longo da luta capital versus trabalho no Brasil, a legislação previdenciária, e no que tange à saúde do trabalhador, teve em algumas épocas recuos e em outras avanços, dependendo da organização da classe trabalhadora num determinado período histórico. O primeiro arcabouço jurídico a tratar de acidentes do trabalho, denominada no mundo jurídico como sendo a primeira lei da infelizmente do trabalho, é o decreto n. 3.724, de 15 de janeiro de 1919.

No decorrer destas nove décadas, várias mudanças foram realizadas na legislação que trata de saúde dos trabalhadores. E somente após 1967, pela Lei de Acidentes do Trabalho 5.513/1967, sendo então Ministro da Pasta Previdenciária Jarbas Passarinho, é que foi criada a expressão doenças do trabalho, usada para designar enfermidades que resultassem direta e exclusivamente do exercício do trabalho e de características especiais ou excepcionais para a sua realização (MAENO; CARMO, 2005, p. 40)¹⁷⁰.

E hoje, após a Constituição Federal de 1988, encontra-se em vigor a Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, com várias alterações posteriores. É nesta Lei que se tem a definição para acidentes de trabalho e doenças profissionais e do trabalho¹⁷¹.

O artigo 19 da Lei n. 8.213, de 24/7/1991, vem conceituando como acidente do trabalho¹⁷²:

¹⁷⁰ Para uma análise dos avanços e recuos das leis referentes à saúde do trabalhador no Brasil ver Maeno e Carmo (2005).

¹⁷¹ Para a análise desta subseção baseou-se na monografia apresentada por esta mestranda para a conclusão do curso de Pós-graduação em Direito Civil, da FIE, ano de 2005, intitulada: *Danos Morais, Estéticos e Materiais decorrentes das relações de trabalho*.

¹⁷² Para uma distinção melhor, esta mestranda usa para designar o que é preceituado no artigo 19 da Lei 8213/1991 como sendo acidente típico, que é aquele que ocorre bruscamente no exercício do labor, ex. corte de um braço. E, para doenças o contido no artigo 20, e no artigo 21, a concausalidade. Portanto, toda vez que se referir-se a acidente típico, está se referindo ao conceituado no artigo 19.

[...] aquele que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa, ou pelo exercício do trabalho dos segurados referidos no inciso VII desta Lei, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte, ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho.

E esta lei inclui no conceito de acidente do trabalho, os acidentes típicos e também todas aquelas doenças que estão relacionadas ao trabalho. Isto porque, o artigo 20 da mesma diz textualmente:

Artigo 20 - Consideram-se acidentes do trabalho, nos termos do artigo anterior, as seguintes entidades mórbidas:

I - doença profissional, assim entendida a produzida ou desencadeada pelo exercício do trabalho peculiar a determinada atividade e constante da respectiva relação elaborada pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social;

II - doença do trabalho, assim entendida a adquirida ou desencadeada em função de condições especiais em que o trabalho é realizado e com ele se relacione diretamente, constante da relação mencionada no inciso I.

1º - "omissis"

2º - Em caso excepcional, constatando-se que a doença não incluída na relação prevista nos incisos I e II deste artigo resultou das condições especiais em que o trabalho é executado e com ele se relacionou diretamente, a Previdência Social deve considerá-la acidente de trabalho.

Esta Lei de 1991 fez distinção entre doenças profissionais e doenças do trabalho, coisa que na legislação anterior não existia. E é de observar-se da exegese dos incisos I e II, que tanto as doenças profissionais, como as doenças do trabalho, devem constar da relação elaborada pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social. E caso a doença do trabalho não conste desta relação, tem a mesma o agasalho do parágrafo 2º do artigo 20 da Lei, que determina que em casos excepcionais, também podem ser consideradas doenças do trabalho, aquelas que resultem das condições de como o trabalho foi executado. Portanto, é importante ser diferenciado o que se entende por **doença profissional**, que é a produzida pelo exercício de um labor peculiar, por

exemplo a pneumoconiose¹⁷³ dos mineiros (prevista no inciso I do artigo 20 da Lei 8.213/1991), e **doenças do trabalho**, que são as adquiridas ou desencadeadas pela forma como o trabalho é realizado, podendo estas estar enquadradas no inciso II do artigo 20 da lei 8.213 (quando tem relação elaborada pelo Ministério da Previdência), ou não, (quando não estão relacionadas na relação elaborada pelo MPS), conforme parágrafo 2º deste mesmo artigo 20. Em que pese alguns autores também usarem como sinônimo de doenças do trabalho, doenças ocupacionais, nesta dissertação usa-se a denominação de doenças do trabalho.

Além, ainda tem-se que o artigo 21 da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, também equipara a acidente a concausalidade, isto é, quando a doença não é do trabalho e poderia ocorrer a qualquer momento, mas que pelas atividades desenvolvidas no trabalho, esta surgiu. E ainda, também o acidente de percurso é equiparado a acidente de trabalho, pelo artigo Art. 21, que diz:

Equipara-se também ao acidente do trabalho, para efeitos desta Lei:

[...]

IV - o acidente sofrido pelo segurado, ainda que fora do local e horário de trabalho:

[...]

d) no percurso da residência para o local de trabalho ou deste para aquela, qualquer que seja o meio de locomoção, inclusive veículo de propriedade do segurado.

Após serem analisados os conceitos de doenças do trabalho, doenças profissionais e acidentes do trabalho, tem-se que estes devem ser registrados no Ministério da Previdência Social através da emissão da Comunicação de Acidente de Trabalho - CAT, para efeitos do Seguro Social. Esta comunicação ao INSS deverá ser feita através da CAT, mesmo que somente tenha-se suspeita de tratar-se de doença do trabalho ou profissional, independentemente do segurado ficar ou não afastado do labor. A empresa deverá comunicar o acidente do trabalho à

¹⁷³ Falamos de pneumoconioses quando: “nos referimos às doenças pulmonares crônicas causadas pelo acúmulo de pó nos pulmões e à reação tecidual à sua presença. Pó ou poeira, nesse caso, significa o aerossol composto de partículas sólidas e inanimadas (definição da Organização Internacional do Trabalho – OIT 1980). O termo pneumoconiose foi proposto por Zenker em 1986 (AMÂNCIO, 1993, p. 509). Segundo Berlinguer (2004, p.151), ao comentar o sigilo industrial protegido pelo Estado que vai contra a integridade física dos obreiros: “Da reconstrução dos conhecimentos sobre as pneumoconioses (acúmulo de pó no pulmão) e sobre os tumores causados por essa substância, verifica-se que os dois médicos da empresa que individuaram tais patologias, Lanza e Gardner, por um longo período não tiveram possibilidade de tornar conhecidos dos resultados de sua pesquisa”.

Previdência Social até o 1º (primeiro) dia útil seguinte ao da ocorrência e, em caso de morte, de imediato, à autoridade competente, sob pena de multa variável entre o limite mínimo e o limite máximo do salário de contribuição, sucessivamente aumentada nas reincidências, aplicada e cobrada pela Previdência Social. Desta comunicação, tanto em caso de acidente típico como de doenças, receberão cópia fiel o acidentado ou seus dependentes, bem como o sindicato a que corresponda a sua categoria. Na falta de comunicação por parte da empresa, podem formalizá-la o próprio acidentado, seus dependentes, a entidade sindical competente, o médico que o assistiu ou qualquer autoridade pública.

Viu-se que a doença do trabalho (inciso II, do artigo 20), deve ser incluída numa relação elaborada pelo Ministério da Previdência (ou quando não estão nesta relação também podem ser consideradas doenças do trabalho, por força do parágrafo segundo do artigo 20) portanto, com o reconhecimento governamental, estando sujeitas à indenização de âmbito civil. A primeira lista de doenças elaborada pela OIT tinha 3 doenças profissionais reconhecidas e indenizáveis, posteriormente foi ampliada e chegou a 29 grupos de doença em 1980. Dias refere que no Brasil a lista de doenças profissionais reconhecidas é constituída por uma relação de 21 agentes patogênicos, sendo que a ampliação desta depende da pressão do movimento operário, pois se enfrentam os entraves da burocracia da Previdência Social, o desconhecimento e o despreparo dos profissionais da saúde para fazer o diagnóstico da doença e o nexos com o trabalho (DIAS, 1993, p. 146-147). Por isto, os transtornos mentais que acometiam cerca de 5 a 10% dos trabalhadores em nível mundial, conforme o informe do Comitê de Especialistas da Organização Mundial da Saúde - OMS, em 1985, só passa a ser reconhecida como doença do trabalho no Brasil, em 1999, quando pelo Decreto-Lei 3.048/99, do MPAS, incluiu-se na Lista B do Regulamento da Previdência, na Nova Lista de Doenças Profissionais e Relacionadas ao Trabalho, doze categorias de diagnósticos de transtornos mentais. Mesmo assim, “[...] esta ainda enfrenta resistência em ser reconhecida pelos peritos do INSS”, segundo denuncia Maria Maeno, pesquisadora da FUNDACENTRO¹⁷⁴ ao jornalista André Lobato, na reportagem intitulada “*Nova Legislação e Criação de Centros de Referência impulsionam registros*”, disponível no site do DIESAT, em 18 de janeiro de 2010.

¹⁷⁴ Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Medicina e Segurança do Trabalho, criada em 1966, é subordinada ao Ministério do Trabalho e Emprego, e tem por função realizar estudos e formação na área de Medicina e Segurança do Trabalho.

Se o Brasil incluiu como doenças do trabalho as doenças psíquicas em 1999, a mesma coisa ocorreu com as doenças que se encontram no grupo da LER/DORT, que somente foram aceitas como doenças do trabalho no início da década de 1990, e que têm caráter epidemiológico após as transformações ocorridas no mundo do trabalho, principalmente nas últimas duas décadas do século anterior e neste. Em 1700, Ramazini já havia descrito as lesões por esforços repetitivos quando descrevia as doenças dos escribas, que eram os digitadores da época. Mas no Brasil, Maeno e Carmo (2005, p.124) afirmam que somente no ano de 1991 o então Ministério Unificado do Trabalho e da Previdência Social, através de uma Norma Técnica para Avaliação de Incapacidade (INSS), adota o termo LER - Lesões por Esforços Repetitivos -, reconhecendo que em algumas atividades a forma como o trabalho é executado pode gerar doenças decorrentes de lesões por esforços repetitivos. Isto ocorreu há duas décadas e depois da pressão organizada do movimento sindical e popular, sobretudo dos trabalhadores em processamento de dados. Mais tarde é incorporada a expressão DORT - Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho - à sigla LER, e para a verificação das mesmas é determinante o estudo do papel da organização do trabalho. Para o que se entende por LER/DORT, recorre-se a Maeno e Carmo (2005, p.132):

Fisiologicamente, pode-se explicar que LER/DORT são quadros inicialmente inflamatórios e de fadiga das partes moles do sistema músculo-esquelético, causados pelo excesso e rapidez de movimentos, na manutenção de posturas estáticas de grupos musculares, por tempo prolongado e falta de tempo para recuperação. Os pacientes sentem dores, formigamento e fadiga, que inicialmente se manifestam de forma difusa e pouco intensa, que diminuem à noite, nos finais de semana e nas férias, com repercussões pequenas na vida cotidiana. Com a persistência dos fatores causais, advém a cronificação dos sintomas e a evolução para quadros neurológicos e de alterações do sistema nervoso autônomo, altamente incapacitantes e de difícil controle. Os pacientes passam a sentir dores contínuas, mesmo sem realizar esforços ou movimentos, **passam a ter dificuldades para dormir, locomover-se, o que lhes traz repercussões psíquicas, com**

manifestações de depressão, muitas vezes profunda (grifo nosso).

Em 2007 ocorre uma nova mudança na legislação previdenciária com a criação do Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário (NTEP) que associa a função do trabalhador com as doenças que ocorrem mais comumente aos que desempenham tal função. Então, mesmo que não tenha sido emitido a CAT, o trabalhador pode passar a receber um benefício acidentário de acordo com a decisão tomada pelo perito do INSS, e estas doenças reconhecidas como do trabalho passam a fazer parte das estatísticas (Decreto 6.042/2007 do MPS). Além disto, foi regulamentado em 2009 o FAP – Fator Acidentário Previdenciário, que estabelece uma fórmula flexível de cálculo do valor que as empresas devem pagar ao Seguro de Acidentes de Trabalho – SAT, para custeio dos benefícios (Resoluções 1.308 e 1.309 do Conselho Nacional da Previdência Social). A fórmula de cálculo embute um incentivo, reduzindo as alíquotas para as empresas que investirem mais em segurança e saúde do trabalho, constatadas pelo maior ou menor grau de incidência de acidentes do trabalho¹⁷⁵.

Ocorrem evoluções e involuções nos conceitos da Legislação Previdenciária, pela ótica da classe trabalhadora, conforme o estágio da organização da luta de classes. Mas, no âmbito do modo de produção capitalista, é impossível dar-se cobro aos acidentes típicos ou às doenças profissionais ou do trabalho. No entanto, é possível a diminuição destes, dependendo do grau de organização da classe trabalhadora e da luta pela proteção da saúde do trabalhador. Estes, através de pressões na luta concreta, deverão exigir dos órgãos estatais responsáveis pela saúde do trabalhador¹⁷⁶, quais sejam: o Ministério da Saúde, o Ministério do Trabalho e o Ministério da Previdência Social, uma ação preventiva

¹⁷⁵ Há posições a favor e contra esta nova legislação. Os defensores dizem que vai diminuir os acidentes do trabalho porque as empresas passariam a investir mais em segurança e saúde para diminuir o valor pago ao SAT. Os críticos acham que as empresas vão aumentar a subnotificação para pagar menos.

¹⁷⁶ Ao Ministério do Trabalho e Emprego, que normatiza a segurança e saúde do trabalho, através das Normas Regulamentadoras, cabe a fiscalização dos ambientes de trabalho para verificar e exigir seu cumprimento; ao Ministério da Previdência Social, que tem como população-alvo exclusivamente seus segurados, cabe a concessão ou negação dos benefícios acidentários ou previdenciários, além de manter os serviços de reabilitação profissional; ao Ministério da Saúde, que tem como população-alvo toda a população, tem como prioridade ações de promoção e prevenção, pela identificação e atuação sobre os riscos e pelo diagnóstico precoce dos agravos à saúde dos trabalhadores. Todos os três Ministérios, no âmbito de suas competências, têm poder normativo na área de saúde do trabalhador; sendo possível a elaboração de normativas comuns, como no caso das listas de agravos relacionados ao trabalho do Ministério da Saúde e da Previdência Social (MAENO; CARMO, 2005, p.278-9).

coordenada e harmônica, pois: “A investigação dos acidentes do trabalho e sua gravidade podem contribuir de forma oportuna para a tomada de decisão nos diferentes níveis de atuação de programas de prevenção e controle dos acidentes e mortes relacionados ao trabalho no país” (LIPPEL, 2009, p. 89).

Estabelecido o que se entende por doenças profissionais, do trabalho, acidentes típicos, bem como LER/DORT e NTEP, passa-se à análise que comprova os acidentes de trabalho (acidentes típicos, doenças profissionais e doenças do trabalho), como sendo já uma epidemia em nosso país.

5.5 ASPECTOS EPIDEMIOLÓGICOS DOS ACIDENTES DE TRABALHO

A literatura de saúde e trabalho, amparada em estatísticas nacionais e internacionais, refere sempre os prejuízos econômicos pelos danos, lesões, traumas e as mortes por acidentes e violências. Estes resultam em anos de produtividade de vidas perdidas correspondendo a altos custos emocionais, sociais e com aparatos de segurança pública (LIPPEL, 2009; ILO, 2005).

Os dados da Organização Internacional do Trabalho - OIT -, mostram que a somatória dos gastos com doenças e acidentes de trabalho entre todos os países, corresponde a 4% do Produto Interno Bruto mundial, ou seja, tudo que os países produzem em serviços e bens (ILO, 2005).

De acordo com a OIT, dos cerca de 270 milhões de ocorrências mundiais envolvendo trabalhadores no ano de 2005, 160 milhões foram doenças do trabalho. Deste total de ocorrências, 2,2 milhões resultaram em morte, sendo 360 mil decorrentes de acidentes tipicamente relacionados ao trabalho. No âmbito da segurança e da saúde do trabalho, é especialmente preocupante para a OIT o aumento contínuo do número de jovens (entre 15 e 24 anos de idade) na economia mundial, pois estes trabalhadores correm um risco maior de sofrer acidentes graves não fatais que seus colegas de maior idade, entre outros motivos “[...] devido à falta de experiência laboral em geral e ao desconhecimento dos perigos do lugar de trabalho, assim como a falta de formação em segurança e saúde e sua falta geral de maturidade física e psicológica” (LIPPEL, 2009, p. 40).

No ano de 2004, no Brasil, ocorreram 12,6 acidentes para cada 100 mil trabalhadores, ao passo que esse índice era de 7,6 na França; 5,5 na Alemanha; 4,2 na Finlândia e 2,7 na Suécia. Esta alta taxa de incidência coloca o Brasil entre os 15 países com piores indicadores de acidentes de trabalho no mundo e o 4º. pior nos indicadores de óbito relacionados aos acidentes de trabalho.

Segundo os dados informados pelo IBGE, no ano de 2006 a população estimada do Brasil era de 186.770.560 sendo 91.815.726 homens e 94.954.834 mulheres. O número de trabalhadores cobertos pelo seguro social no INSS foi de 26.482.803. Foram registrados 403.264 casos de acidentes de trabalho típicos com estes trabalhadores. A taxa de incidência de acidentes de trabalho típicos foi de 15,23% e a taxa de mortalidade específica por acidente de trabalho foi de 10,26% (LIPPEL, 2009, p. 44).

Conforme dados do Ministério da Previdência Social, no ano de 2006 aconteceram 503.890 acidentes do trabalho que resultaram em 2.798 óbitos. Destes, 403.264 foram registrados como acidentes típicos, aqueles que ocorrem dentro do local de trabalho, significando um acidente a cada minuto que passa. Também foram registrados 73.981 acidentes de trajetos e 26.645 doenças relacionadas ao trabalho (LIPPEL, 2009, p. 45). Para os anos recentes temos dados informados pelo *Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho do MPS, DATAPREV e MTE* que referem 659.523 acidentes de trabalho em 2007, 747.663 acidentes em 2008 e 723.500 acidentes em 2009¹⁷⁷.

Em 2006 gastou-se R\$ 39,32 bilhões com custos diretos e indiretos de benefícios concedidos. Estavam incluídos nesse cálculo das indenizações pagas pelo MPS os custos em saúde e as perdas de produtividade profissional, além do benefício de pensão por morte que é pago aos dependentes dos trabalhadores. De acordo com o MPS, do valor total de gastos, cerca de R\$ 8 bilhões corresponderam a benefícios acidentários e aposentadorias especiais que seriam evitados se houvesse uma política séria de prevenção por parte de estado e empresas (LIPPEL, 2009, p. 45). A guisa de exemplo, no caso da Sadia, segundo depõe o Procurador do Trabalho Sandro Eduardo Sardá, um levantamento dos anos 2003 a 2007 mostra que:

[...] a Sadia no Brasil todo pagou em contribuição ao INSS cerca de 40 milhões de reais, no mesmo período 2003 e 2007, o INSS pagou cerca de 170

¹⁷⁷ Informações disponíveis na forma impressa, digitalizada em CD, como também no sítio institucional do MPS.

milhões de reais em benefícios previdenciários aos empregados da Sadia. Então denota claro que esses benefícios, eles são todos os benefícios concedidos inclusive o salário maternidade, inclui todos os benefícios previdenciários de natureza não acidentária, ainda que se possa considerar que na América Latina há um risco de sub notificação de doenças ocupacionais de cerca de 90%, mas mesmo considerando todos esses aspectos, há um verdadeiro dano social, primeiro um dano irreparável ao trabalhador e a sua família, segundo um grave dano social ao Sistema Único de Saúde e ao INSS [...].

O Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), vinculado ao Ministério da Previdência Social (MPS) é uma instituição pública que tem como objetivo reconhecer e conceder direitos aos seus segurados, por isto os dados informados pelo MPS têm uma clara limitação: eles referem-se apenas aos trabalhadores com carteira assinada regida pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e com seguro social assegurado pelo MPS, assim abrangem cerca de 30 milhões de trabalhadores num universo de quase 90 milhões de pessoas na população economicamente ativa brasileira.

Estes dados podem não corresponder à realidade, devido ao sub-registro ou sub-notificação, que é fato notório em nosso país, e ainda, devido ao trabalho informal e também sem assinatura na CTPS, não incluído estes nos registros previdenciários, o que significa uma falsificação sistemática da realidade das doenças ocupacionais em nosso país e em toda a América Latina como referem vários autores (LAURELL, 1985; WUNSCH-FILHO, 1999; WALDVOGEL, 2002). Segundo um estudo da Fundacentro realizado sobre os dados de doenças e acidentes ocorridos entre 1977 e 1989 a sub-notificação chegava a perfazer um total de 61% (MAENO; CARMO, 2005, p. 78).

A prática da sub-notificação¹⁷⁸ é comum na agroindústria analisada. O que ocorre nesta (principalmente quando se trata de doenças do trabalho que é mais fácil de não ser notificada junto ao INSS), é o seguinte: o operário traz atestado médico de mais de quinze dias e somente é “abonado” pelo médico da empresa dias menores que quinze, para não serem afastados pelo INSS. Assim, o obreiro adoentado fica vários meses sendo afastado do labor (quando não é demitido

¹⁷⁸ Estas formas de sub-notificações utilizadas por este frigorífico e outros da região são do conhecimento desta autora, pela prática de militância jurídica nesta região.

sumariamente), sendo que pega X dias de afastamento (que nunca ultrapassam aos quinze dias), retorna, é afastado novamente por mais X dias, e continua no círculo vicioso. Outro recurso utilizado é o de, mesmo sendo doença do trabalho, serem encaminhados ao INSS como portadores de doenças não relacionados ao labor. Acredita-se que para cada trabalhador desta agroindústria que consegue afastamento no INSS, outros dois não conseguiram afastar-se: ou foram demitidos antes de serem encaminhados ao INSS, ou continuam laborando, mesmo doentes. O depoimento de um trabalhador da Sadia à autora, que está adoentado e aqui nominado de senhor Pedro, é ilustrativo a respeito da subnotificação. O operário afirma que muitos operários, mesmo estando doentes, continuam trabalhando por medo de perder o emprego “[...] eu tô há 12 anos com esse problema e faz 2 anos e 7 meses que eu me afastei por não querer sair pra não perder o emprego, muitas vezes trabalhava sem as mínimas condições de trabalhar porque precisava do emprego”. Ainda, conforme afirmado, existem as negligências criminosas do serviço médico da empresa, onde os médicos evitam o afastamento do trabalhador por mais de 15 dias, o que evidenciaria o acidente de trabalho e daria estabilidade de um ano ao trabalhador. Vejamos o que diz o operário Pedro:

[...] mas depende do médico não é bem tratado não, por nenhum deles é bem tratado, porque eles acham que a pessoa tem que trabalhar se tá bom ou não [...] negam atestado, se pegar um atestado de 30 dias, 90 dias com outro médico, porque tem Plano de Saúde, a gente traz ali e eles não dão, daí dão 15 dias, 10 dias no máximo e tem que voltar a trabalhar.

Na entrevista do operário José, esta questão também se desvela quando avalia o serviço médico da empresa: “[...] o médico não aceita o atestado e manda pra produção pra trabalhar”, e critica também a perícia médica do INSS: “[...] o INSS eles tentam liberar tudo mesmo doente, mesmo assim, é uma vergonha a gente ter os profissionais que são do INSS e liberando doentes pra trabalhar”.

Marta, uma ex-médica¹⁷⁹ da Sadia relaciona o descaso do Serviço

¹⁷⁹ Até 1972 a assistência médica aos empregados dentro das fábricas dependia da visão e vontade dos donos. A CLT de 1943 já previa em seu artigo 164, a existência nas empresas de serviços especializados em segurança e higiene do trabalho e a recomendação 112 da OIT, aprovada em 1959, também prescrevia aos países membros, entre eles o Brasil, a implantação de Serviços de Saúde Ocupacional. Porém, somente em 27 de junho de 1972, em plena ditadura militar, é que o governo brasileiro publicou uma portaria, de n. 3.237, obrigando as empresas com mais de cem funcionários a possuírem serviços de saúde, higiene e segurança. Receberam a denominação de Serviços Especializados em Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho (MAENO; CARMO, 2005, p. 51)

Médico de Segurança e Medicina do Trabalho da empresa com o trabalhador como produto da relação de subordinação do serviço médico aos propósitos da visão torpe da empresa.

[...] deveria existir uma mútua confiança entre o dono da empresa e o médico da empresa, no sentido do médico dizer pro dono da empresa – ‘olha isso aqui é uma doença do trabalho, vamos emitir uma CAT’ – só que quando chega na parte da doença, do sofrimento mental do trabalhador é muito difícil você convencer o dono da empresa a emitir uma CAT.

Como se vê, a promoção da saúde do trabalhador encontra obstáculos na prática, ou seja: “o conceito de propriedade dos meios de produção confunde-se com o de posse da saúde e da vida dos trabalhadores” (MAENO; CARMO, 2005, p. 266).

E quanto à sub-notificação, a citada médica do trabalho diz que existe com certeza: “Sub-notificação é um fato consumado, corriqueiro. Existe no Brasil de cabo a rabo, desde o Oiapoque até o Chuí”, e complementa: “[...] sempre tem sub-notificação, principalmente no que tange a transtornos psico-emocionais tá. Por quê? Porque isto é um aval que o INSS está dando ao trabalhador pra que ele entre com processo contra a empresa”. Como sabemos, muitos médicos peritos do INSS atuam em paralelo como médicos da empresa e é óbvio que eles vão negar a caracterização da doença do trabalho para continuar com o seu duplo emprego, e este problema continuará enquanto não houver uma mudança constitucional que os inclua como profissionais com dedicação exclusiva ao serviço público impedindo assim a promiscuidade entre o público e o privado, que resulta em freqüentes estatísticas que não refletem a realidade.

Ao comentar dados do MPS que informavam queda dos acidentes de trabalho com óbitos, de 5.355 benefícios relacionados a estes óbitos, em 1999, para 2.798, em 2006, Wunsch afirmou que seria pouco provável que as reduções nos números registrados de acidentes e óbitos no trabalho neste período fossem consequência de respostas a possíveis ações de prevenção das empresas ou do Estado.

O deslocamento da força de trabalho do setor secundário para o terciário, decorrente da modernização industrial, deve também ter contribuído nesse processo. Ademais, de um lado é difícil avaliar o efeito isolado de cada uma dessas variáveis ou a complexidade do seu efeito conjunto sobre a tendência à queda dos acidentes de trabalho. Por outro lado, os vários fatores envolvidos podem ser dependentes, com

diferentes graus de intensidade, de um determinante com maior nível de abrangência, como a dinâmica da economia do país. Em períodos de crescimento econômico, espera-se que ocorra elevação do nível de ocupação com, conseqüentemente, uma queda da taxa de desemprego e ao contrário, nos momentos de redução da atividade econômica, um efeito inverso seria esperado.

A atividade econômica pode estar na base da tendência da redução ou aumento dos acidentes de trabalho, uma vez que os acidentes notificados e disponíveis para análise são apenas aqueles que ocorrem no mercado de trabalho formalizado, e as oscilações entre aquecimento e retração da economia neste período determinariam variações no número de trabalhadores expostos anualmente (LIPPEL, 2009, p. 47). Outro fator é a eficiência ou não dos serviços estatais responsáveis pela saúde do trabalhador: os Ministérios da Previdência, da Saúde e o do Trabalho e Emprego. É notório o desmanche dos serviços públicos durante as eras Collor e Cardoso, timidamente recompostos por Lula, impactando negativamente na fiscalização das empresas e na rede de assistência da seguridade social.

A quem compete a vigilância da saúde dos trabalhadores? Na próxima subseção, discute-se esta questão.

5.6 VIGILÂNCIA À SAÚDE DOS TRABALHADORES

Do ponto de vista legal, a Constituição Federal determina que os direitos sociais, dentre outros, a saúde, o trabalho e a previdência social, compreendem um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade para garantir a seguridade social da população (CF, 1988). Mas, na realidade brasileira há um grande descaso com a garantia dos direitos fundamentais da pessoa humana, e milhões de brasileiros ainda estão na miséria.

A garantia de saúde pelo Estado deveria incluir políticas sociais, econômicas e ambientais; acesso universal e igualitário às ações e aos serviços de saúde em todos os níveis; direito à obtenção de informações e esclarecimentos relativos à saúde individual e coletiva; e atendimento integral, abrangendo promoção, preservação e recuperação da saúde (CF, 1988), porém como vimos na seção 2, estes direitos são cada vez mais limitados pela lógica do Estado burguês.

Dentro das atribuições do SUS, a Constituição Federal e vários diplomas legais infraconstitucionais, colocam objetivamente a área de

saúde do trabalhador como área a ser operacionalizada de modo conjunto pelas pastas da Saúde, do Trabalho e da Previdência, porém esta integração vem ocorrendo de forma lenta e precária em relação às necessidades da classe trabalhadora, e o pouco que se tem avançado ainda é fruto da pressão operária desde os finais da década de 1970, através do movimento da reforma sanitária, que teve na questão de saúde do trabalhador forte influência teórica do movimento sanitário italiano. Foi este movimento, que contou com profissionais da saúde e trabalhadores do movimento sindical, que conseguiu ampliar a legislação protetiva e inserir a saúde do trabalhador como política de Estado na Constituição de 1988 (MAENO; CARMO, 2005). Sabe-se, por exemplo, que a estabilidade de um ano após a ocorrência do acidente de trabalho apareceu pela primeira vez em 1982, num acordo do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo com as empresas, e anos depois ela foi incorporada na legislação infraconstitucional do país.

O conceito de saúde teve sua conquista efetivada no art. 196 da Lei Maior, capítulo da Saúde, segundo o qual: A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que **visem à redução do risco de doença e de outros agravos (grifo nosso)** e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua **promoção, proteção e recuperação (grifo nosso)**.

Em seguida, na regulamentação deste capítulo da Constituição Federal, criou-se na Lei 8080, de 19 de setembro de 1990, também a prescrição legal de que: “Entende-se por saúde do trabalhador, para fins desta Lei, um conjunto de atividades que se destina, através de ações de vigilância epidemiológica e vigilância sanitária, **à promoção e proteção da saúde dos trabalhadores (grifo nosso)**, assim como visa à recuperação e reabilitação dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho”.

Mas, mesmo com todo este aparato legal definindo responsabilidades, os gestores federais, estaduais e municipais ignoraram solenemente esta área durante anos e somente pela mobilização social e do movimento sindical é que aos poucos a legislação vem sendo implantada, e ainda assim, a conta gotas. Recentemente é que se cria a Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (RENAST) pela Portaria GM/MS n. 1.679, de 19/09/2002, que representou um ponto de inflexão em que o Ministério da Saúde resolveu, de fato e de direito, inclusive com previsão orçamentária, inserir a saúde dos trabalhadores como parte das ações sanitárias (MAENO; CARMO, 2005, p. 270-1). Esta RENAST, instituída pelo Ministério da Saúde, em parceria com Secretarias

Estaduais e Municipais de Saúde, tem por papel desenvolver ações de vigilância e assistência nesta área.

Mais recentemente, o Ministério da Saúde, em 28 de abril de 2004, editou a Portaria GM/MS nº777, estabelecendo como estratégia para controle dos agravos à saúde relacionados ao trabalho a inserção deles no seu Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN. O Ministério da Saúde caracterizou onze principais agravos à saúde do trabalhador, entre os quais citamos os acidentes de trabalho graves e fatais, além de todos aqueles envolvendo crianças e adolescentes, como sendo de notificação compulsória por uma rede de serviços sentinela específica, no Sistema Único de Saúde (SUS) abrigada na RENAST.

Em função da rede, são criados Centros de Referência, compostos com equipes profissionais multidisciplinares, com a atribuição de organizar serviços de assistência à saúde com competência para realizar diagnósticos, exames complementares e tratamentos dos agravos à saúde dos trabalhadores. Eles ainda devem efetivar a notificação ao SINAN e o preenchimento da CAT- Comunicação de Acidente do Trabalho - que será apresentada ao INSS para concessão do benefício do auxílio doença-acidentário quando do afastamento do trabalhador de seu trabalho para tratamento de sua saúde.

De acordo com Lippel (2009, p.48), com a implantação da notificação compulsória destes agravos e o registro com a identificação dos mesmos, ações pertinentes da vigilância da saúde devem ser adotadas para o controle destes agravos, como por exemplo, a de estabelecer a morte por acidente de trabalho como um evento sentinela, organizando a RENAST como uma fonte de informações, uma rede sentinela ativa que concentre esforços para evitar novos eventos. É fundamental que esta rede esteja integrada com a fiscalização do Ministério do Trabalho e com a perícia médica do INSS, para um adequado trabalho de prevenção dos agravos e promoção da saúde dos trabalhadores.

Após ter-se analisado a relação entre o processo de produção e saúde; bem como o conceito dialético de doença e saúde, discorrido sobre as doenças no Brasil, conceituando Acidente de Trabalho e Doenças do Trabalho e se verificado que os acidentes e as doenças do trabalho têm caráter epidemiológico no país e quais as ações que o Estado deveria fazer para evitá-las através da vigilância sanitária, bem como de quais órgãos governamentais é a competência pela vigilância da saúde do trabalhador, resta a pergunta: os trabalhadores desta categoria estão doentes, e por quais motivos? Na próxima subseção será

feita a análise do estudo do meio-ambiente do trabalho, para justificar ser este (processo de produção), o causador do aumento das doenças desta agroindústria. E dentro do estudo do meio-ambiente do trabalho será verificado o aumento das doenças do trabalho desta agroindústria.

5.7 ANÁLISE DO MEIO AMBIENTE DO TRABALHO DOS FRIGORÍFICOS E DOS RISCOS À SAÚDE DOS TRABALHADORES

5.7.1 Introdução

Na subseção 3.4.4, discutiu-se os processos de organização do trabalho na agroindústria estudada. Tendo-se presente o que se entende por processos de organização do trabalho, partiu-se de uma rápida introdução, descreveu-se a planta da fábrica, com suas áreas: a) abate de perus; b) abate de frangos; c) produtos industrializados; d) CMS - Carne Mecanicamente Separada; e) carregamento e logística; f) sala de máquinas e caldeira; g) fábrica de farinha; h) e fábrica de ração, para somente após analisar os processos de organização do trabalho: taylorista/fordista e a introdução dos elementos do toyotismo.

Pelas subseções anteriores, verificou-se que a partir de 1991 foram implantados vários elementos do processo de organização do trabalho denominado de toyotismo. Este ciclo dá-se até praticamente o ano de 2000, quando toda a agroindústria já está computadorizada e a automação já é praticamente existente em todas as linhas do processo de trabalho, embora a cada dia a indústria continue investindo em novas tecnologias. Nesse ano de 2000 também se tem a implantação do banco de horas, o aumento salarial por “produtividade” e outras características do “novo” processo de organização do trabalho. No entanto, mesmo com a implantação destes elementos toyotistas tem-se que na agroindústria catarinense os frigoríficos, em sua quase totalidade e este em estudo, continuam com elementos dos dois processos de organização do trabalho que coexistem, o que denominamos de imbricamento.

Independentemente de apurar-se se existem mais elementos do processo de organização do trabalho taylorista/fordista ou toyotismo, o fundamental aqui é demonstrar como se organiza o ambiente de trabalho, para que se possa justificar o aumento dos adoecimentos. A justificativa para esta subseção em particular, falando-se do meio

ambiente do trabalho, é porque aqui se trata da análise de que as doenças do trabalho estão diretamente relacionadas ao processo de produção e aos processos de trabalho, permitindo-se assim ser verificado a realidade concreta sob a lógica da acumulação do capital (processo de valorização) e seu ambiente – o processo de trabalho e o processo de organização do trabalho – como um modo específico de trabalhar-desgastar-se. É no interior desta relação que o biológico, ou seja, as doenças do trabalho, relacionam-se com o social, com a reprodução do capital que se dá na esfera da fábrica e da sociedade. Por isto, trabalha-se com a categoria de doenças sociais, para se designar as doenças do trabalho.

Esta subseção está dividida em: a) meio-ambiente do trabalho; b) Meio-ambiente do trabalho nos frigoríficos; c) meio-ambiente do trabalho na Sadia S.A de Chapecó, este último com base nas ações civis públicas propostas pelo Ministério do Trabalho contra Sadia S.A. de Chapecó¹⁸⁰. E, neste último subitem será demonstrado pelos dados das ações civis públicas o aumento das doenças do trabalho, neste frigorífico.

5.7.2 Meio ambiente do trabalho¹⁸¹

O meio ambiente do trabalho faz parte de um todo maior, que nominamos de meio-ambiente ou ecossistema, estando dialeticamente interligado a este. Usa-se esta categoria por ser a mesma recorrente no mundo jurídico, embora signifique para nós, o processo de trabalho, visto que meio ambiente de trabalho é exatamente a análise da forma

¹⁸⁰ Existe um acordo entre esta mestranda e o Dr. Sandro Eduardo Sardá de que pode ser usado como base desta pesquisa a Ação Civil Pública de número 3497-2008-038-12-00-0, protocolada em 10/12/2008, e a ação civil pública de número 1280-2009-038-12-00-7, impetrada em data de 30/04/2009 e apensada à primeira, ambas tramitando na 2ª Vara do Trabalho de Chapecó. Ademais, este mesmo Procurador nos concedeu entrevista, para fundamentar parte do Trabalho. E tem-se também que é uma ação pública, portanto, não corre em segredo de Justiça e é do conhecimento público que a agroindústria Sadia S.A. de Chapecó responde a estes processos. Junto com a dissertação será arquivada nesta Universidade cópias das Ações, que podem ser manuseadas por pesquisadores interessados em analisar as causas de adoecimento neste frigorífico.

¹⁸¹ A base para esta subseção é o trabalho desta mestranda apresentado para a disciplina de Pluralismo Jurídico, na Pós Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, disciplina ministrada pelo professor Dr. Antônio Carlos Wolkmer, título do trabalho: O meio ambiente do trabalho em nosso ordenamento jurídico, no mês de março de 2009.

como o trabalho é desenvolvido e as condições do ambiente fabril no seu todo, sendo as condições físicas e psicológicas do ambiente onde se processam as matérias-primas para transformá-las em produtos que vão ser as mercadorias. Esta análise/estudo do meio ambiente laboral perpassa os três elementos que constituem o processo de trabalho, quais sejam: “a) primeiro o trabalho em si, uma atividade produtiva, com um objetivo; b) segundo, o(os) objeto(os) sobre os quais o trabalho é realizado; c) e terceiro, os meios que facilitam o processo de trabalho”¹⁸². Assim, se o conceito de meio ambiente de trabalho perpassa estes três elementos, é por certo que se trata de categorias similares, no entanto, passa-se a usar o termo já firmado, pelo motivo de seu uso no mundo jurídico, sempre tendo presente que é o processo de produção, de trabalho e de organização do trabalho, que em cada época histórica cria as doenças sociais.

O meio ambiente do trabalho faz parte de um todo maior, este todo maior, que é meio ambiente ou ecossistema, tem garantia constitucional, pois a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 225, *caput*, proclama: “Todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

Por meio-ambiente ou ecossistema, reproduz-se a formulação exposta por Fábio de Assis F. Fernandes, em seu artigo: *O Princípio da prevenção no meio ambiente do trabalho*:

Norma Sueli Padilha, após firmar seu entendimento sobre a natureza abrangente e interdisciplinar do conceito de meio ambiente, cita os eminentes juristas Celso Antônio Pacheco Fiorillo, Marcelo Abelha Rodrigues e Rosa Maria Andrade Nery, que também denotam a amplitude aludida, afirmando que: “o conceito de meio ambiente é amplíssimo, na exata medida em que se associa à expressão ‘sadia qualidade de vida’. Trata-se, pois, de um conceito jurídico indeterminado, que, propositadamente colocado pelo Legislador, visa criar um espaço positivo de incidência da norma, ou seja, ao revés, se houvesse uma definição precisa do que seja meio ambiente, numerosas situações, que normalmente seriam inseridas na órbita do conceito atual de

¹⁸² In: *Dicionário do Pensamento Marxista*, Editado por Tom Bottomore, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 299.

meio ambiente, poderiam deixar de sê-lo, pela eventual criação negativa inerente a qualquer definição.

O grande mestre Paulo Afonso Leme Machado afirma: “Na medida em que o ambiente é expressão de uma visão global das intenções e das relações dos seres vivos entre eles e com o seu meio, não é surpreendente que o Direito do ambiente seja um direito de caráter horizontal, que recubra os diferentes ramos clássicos do Direito (Direito Civil, Direito Administrativo, Direito Penal, Direito Internacional), e um Direito de Interações, que se encontre disperso nas várias regulamentações. Mais do que um novo ramo do Direito com seu próprio corpo de regras, o Direito do Ambiente tende a penetrar todos os sistemas jurídicos existentes para os orientar num sentido ambientalista” (FERNANDES, 2004, p. 55).

Dentro da caracterização acima citada, vale ressaltar alguns elementos, como: a) [...] “é uma visão global das interações dos seres vivos entre eles e com seu meio [...]”; b) “o conceito de meio ambiente é amplíssimo, na exata medida em que se associa à expressão sadia qualidade de vida”.

Se a CF de 1988 preocupou-se em garantir um meio-ambiente que permita uma sadia qualidade de vida a todos, a mesma também fez proteção ao meio-ambiente do trabalho, parte menor de um todo, com o qual está dialeticamente interligado.

Como meio-ambiente do trabalho, tem-se:

Segundo José Afonso da Silva [...] merece referência em separado o meio ambiente do trabalho, como o local em que se desenrola boa parte da vida do trabalhador, cuja qualidade de vida está, por isso, em íntima dependência da qualidade daquele ambiente. É um meio ambiente que se insere no artificial, mas digno de tratamento especial, tanto que a Constituição o menciona no artigo 200, VIII, ao estabelecer que uma das atribuições do Sistema Único de Saúde consiste em colaborar na proteção do ambiente, nele compreendido o do trabalho. O ambiente do trabalho é protegido por uma série de normas constitucionais e legais destinadas a garantir-lhe condições de salubridade e de segurança’. Mais adiante diz que ‘o meio ambiente é um complexo

de bens imóveis e móveis de uma empresa e de uma sociedade, objeto de direitos subjetivos privados e de direitos invioláveis da saúde e da integridade física dos trabalhadores que o freqüentam (FERNANDES, 2004, p. 57).

Pela interpretação do anteriormente exposto como sendo meio-ambiente do trabalho, destaca-se: a) “local onde as pessoas desenvolvem suas atividades laborais”; (onde as pessoas), portanto, não são somente os trabalhadores celetistas que tem assegurado um meio ambiente de trabalho sadio, ele é assegurado aos trabalhadores, aos autônomos, aos funcionários e outros que desenvolvem atividades laborais; b) “ausência de agentes que comprometem a incolumidade físico-psíquica dos trabalhadores”; c) “o ambiente do trabalho é protegido por uma série de normas constitucionais e legais destinadas a garantir-lhe condições de salubridade e segurança”; d) “[...] o local onde o homem obtém os meios para prover o quanto necessário para a sua sobrevivência e desenvolvimento, em equilíbrio com o ecossistema”; e) “quando aquele habitat se revela inidôneo a assegurar as condições mínimas para uma boa qualidade de vida do trabalhador, aí se terá uma lesão ao meio ambiente do trabalho”.

Assegurado pelo artigo 225 da CF um meio-ambiente “que garanta a sadia qualidade de vida”, aqui também resta assegurado um meio-ambiente do trabalho sadio, pois é no trabalho que a maioria dos brasileiros passa boa parte de sua vida, e dele sobrevivem. Mas, para reforçar este compromisso constitucional, tem-se que o Legislador Constituinte de 1988 usa, textualmente (embora seja a única vez que usa de forma literal), a expressão meio ambiente do trabalho quando diz, no inciso VIII do artigo 200, que ao Sistema Único de Saúde compete: “VIII - colaborar na proteção do meio ambiente, **nele compreendido o do trabalho**” (grifo nosso).

Embora a expressão meio-ambiente do trabalho seja utilizada pela Constituição Federal uma única vez, em vários outros artigos e incisos de nossa Constituição proclama-se que o meio ambiente do trabalho deve ser protegido como direito dos que laboram, sendo dever do Estado assegurá-lo.

Analisa-se:

Artigo 1º A República federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de direito e tem como fundamento:

[...]

III- a dignidade da pessoa humana;

[...]

IV- os valores sociais do trabalho...

[...]

E o artigo 5º, *caput*, de nossa Constituição, assim diz:

Todos são iguais perante a Lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

Temos, então, que o dispositivo constitucional transcrito “garante a inviolabilidade do direito à vida de todos”, e o artigo 1º. da C.F., que está inserido no título denominado: “Dos princípios fundamentais”, garante a “dignidade da pessoa humana”, sendo direitos fundamentais tanto o direito à vida, quanto o direito a uma vida digna. Tem-se que somente ser garantido constitucionalmente o Direito à inviolabilidade da vida não é o suficiente, pois esta tem que ser uma vida digna.

E para se ter uma vida digna, há a necessidade de dois outros direitos, que são pilares da própria vida: trabalho digno e saúde. Este direito ao trabalho e à saúde, para que se possa ter uma vida digna, direito fundamental de todo ser humano que vive em sociedade, está previsto também no artigo 6º, que diz: “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

Ao se interpretar em conjunto os artigos 1º, 5º e o 6º, já se encontram a defesa de que o meio ambiente do trabalho tem que ser sadio, para poder garantir vida de qualidade aos que vivem de seu labor, pois o direito a uma vida digna é um dos direitos fundamentais do homem. E para ter-se esta, para uma imensa maioria dos brasileiros, há de ter-se trabalho digno e saúde, que são garantidos no artigo 6º como direitos sociais de todos. E trabalho digno, que garanta vida digna, pressupõe e exige meio ambiente de trabalho saudável, que cuida do bem-estar físico-psíquico de todos os que ali trabalham, para poder existir qualidade de vida sadia, preceituada no artigo 225, *caput*, da Constituição.

Sandro Eduardo Sardá, Procurador do Ministério Público do Trabalho da 12ª. Região, Ofício de Chapecó, na Ação Civil Pública de número 3497/2008, p. 181, ao falar do direito constitucional a um ambiente de trabalho sadio, assevera:

O direito à saúde constitui consequência indissociável do direito à vida, sendo assegurado a toda e qualquer pessoa e, portanto, a todos os trabalhadores, cabendo menção ao art. 196 da Lei Maior, segundo o qual: A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que **visem à redução do risco de doença e de outros agravos (grifo nosso)** e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua **promoção, proteção e recuperação (grifo nosso)**.

Veja-se que um dos mecanismos através do qual o Estado desincumbe-se de seu dever de zelar pela saúde dos cidadãos é pela elaboração de normas de proteção à saúde e segurança no trabalho, motivo pelo qual, ao direito do trabalhador à saúde corresponde o dever imposto ao empregador de observar e assegurar a satisfação de tal direito.

O direito à prevenção, de importância ímpar, por assegurar a intangibilidade dos direitos à vida e à saúde, encontra-se expressamente contemplado no art. 7º, inc. XXII, da Lei Maior, segundo o qual constitui direito dos trabalhadores a “*redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança*”. Cabe menção, também, ao art. 225, da Constituição, que impõe a todos o dever de prevenir danos ao meio ambiente, aí incluído o meio ambiente do trabalho (art. 200, VIII, CF).

Ademais, o trabalhador tem direito à saúde (artigo 196) e o artigo 7º, inciso XXII, garante a redução de riscos inerentes ao trabalho, sendo dever do Estado zelar pela saúde de todos, aqui incluindo a do trabalhador em seu ambiente de trabalho. O que implica ao Estado, por sua vez, impor ao empregador o dever de zelar e assegurar um meio ambiente que proteja a saúde daqueles que se encontram em *habitat* de labor. A Constituição da República garante a todos que vivem do trabalho um meio ambiente laboral que proteja a sua integridade físico-psíquica. Mas, embora se tenha a garantia constitucional e infraconstitucional a um meio ambiente de trabalho sadio, observa-se, conforme anteriormente frisado, que as doenças do trabalho e os acidentes típicos já têm caráter de epidemia em nosso país, e após a implantação de elementos do “novo” processo de organização do

trabalho, aumentaram as doenças sociais (doenças do trabalho) do grupo da LER/DORT e as doenças psíquicas. O que faz ter-se certeza que a defesa da vida e dignidade do trabalhador está na contramão do modo de produção capitalista. Este tem como sua essência a busca da maximização do lucro extraído da mais valia produzida pelo trabalhador, o que o impele a minimizar os custos e, assim, não investir em um meio ambiente que garanta os direitos do trabalhador assegurados em lei.

Os motivos do aumento destas doenças após a implantação dos elementos do novo processo de organização do trabalho, deverão ser compreendidos pela análise do meio ambiente do trabalho dos frigoríficos, estudo da próxima subseção.

5.7.3 O meio ambiente do trabalho nos frigoríficos

Os frigoríficos têm, de modo geral, características similares em seu processo de trabalho, ainda mais quando se trata de agroindústrias de maior porte.

Isto porque os mesmos tratam com processamento de carnes, sejam de aves, bovinos ou suínos, o que significa que no processo de trabalho existe a matança (excesso de sangue, fezes, poeiras, sujeira animal), que produz um aspecto psicológico bastante ruim, existe excesso de água, frio e em algumas áreas calor, e as tarefas de cada trabalhador devem ser feitas de forma parcelar, que embora pareçam simples (um corte, uma embalagem), exigem atenção em todas as horas de trabalho, pois os obreiros estão sujeitos à cadência das máquinas. Além disto, são construções fechadas (normas de segurança e higiene), geralmente todas pintadas de branco, com poucas janelas e altas, onde a temperatura ambiente do local de trabalho é comumente mantida abaixo de 10 graus centígrados, à exceção de poucos setores, independente da temperatura do ambiente de fora do local de trabalho. Organizados em sua maioria em dois ou três turnos, ou seja: o trabalhador entra de madrugada e sai no meio da tarde, ou vice-versa, entra no meio da tarde e sai de madrugada. Quando sai do labor, sempre terá um choque de temperatura, sejam para mais ou para menos graus, aqui em nossa região, sofrendo um choque térmico em seu organismo.

Tem-se que, nas décadas de 1970 até praticamente a metade da década de 1990 (no caso deste estudo, mas que se aplica à maioria dos frigoríficos desta região), o processo de trabalho era em sua maioria

organizado de forma manual, ao comando apenas das nórias. Era tão manualmente organizado, que na primeira década após o início da indústria (conforme fala de vários operários antigos) as aves quando chegavam vindas dos produtores “integrados” eram soltas em mangueiras (quintais), para depois serem pegadas e colocadas nas nórias iniciando-se o processo de abate. O que se tinha então era um trabalho com muito mais força física, mas o trabalhador não estava submetido à cadência das máquinas, embora não fosse o mesmo dono das decisões sobre o processo de produção. É por certo que esta organização do processo de trabalho vai se modificando ao longo dos anos, porque o capital precisava/precisa extrair cada vez maior mais-valia da classe obreira, e a partir da década de 1990 tem-se a implantação, neste e em vários frigoríficos que conhecemos, dos elementos toyotizados, que vêm a implantar um novo ritmo de trabalho e uma “nova forma” de organização do trabalho humano.

Mas, conforme já se demonstrou, estes novos elementos introduzidos no processo de organização do trabalho coexistem com elementos do processo anterior, taylorista-fordista, visto que hoje ainda são próprias do processo de trabalho dos frigoríficos as seguintes características: a) as tarefas repetitivas; b) ausência de controle da organização do trabalho pelo obreiro, divisão entre o saber técnico e os que executam as tarefas; c) o parcelamento das tarefas; d) a rigidez de horários; e) o controle da classe trabalhadora pelos prepostos da empresa.

Já os “novos” elementos introduzidos do toyotismo nestes frigoríficos, em maior escala, pode-se dizer que são: a) a introdução dos círculos de qualidade (com a busca em retirar do saber operário as saídas para os problemas do chão da fábrica); b) a implantação de novas tecnologias e entre elas a computadorização, que aumentaram o ritmo de produção em excesso, de onde se teve/tem a extração ainda maior de mais-valia; c) o discurso do ‘colaborador’ e não mais operário; d) a introdução de metas e aumentos salariais submetidos à produtividade; e) a flexibilização do trabalho, com a retirada de alguns direitos e a implantação do banco de horas, bem como a terceirização de algumas atividades; entre outras.

Estes elementos combinados dos dois processos foram ainda mais prejudiciais à saúde dos trabalhadores nas agroindústrias, pois antes eles operavam com a maior força física, mas não estavam tão submetidos à cadência das máquinas, visto que o trabalho era feito de forma mais manual e (embora existissem várias máquinas na linha de produção), quem dava o ritmo era a nória, onde os animais eram pendurados de

forma manualmente, mesmo que hoje ainda são, não era preciso as nórias alimentar as máquinas logo à frente; não se tinha o processo computadorizado, os círculos de qualidade total, a introdução de metas de produção, o aumento salarial variável submetido à produtividade, a introdução do banco de horas, a exigência da qualidade total para os mercados. Tinha-se/tem-se um grande prédio branco, com pequenas janelas, pouca ventilação, temperatura ambiente baixa, repetitividade, tarefas parcelares, muita umidade, sangue, fezes, poeiras (na matança), trabalhos com produtos resfriados/congelados. Mas, a introdução dos elementos toyotizados mudou as características principalmente do estado psicológico desta parcela da classe trabalhadora. Aliou aos elementos do processo anterior, novos elementos, quais sejam: a) o ter que dar conta da meta (aqui reside a maior pressão psicológica do trabalhador) pois, embora esta seja estabelecida para a equipe, o aumento salarial fora da data-base está sujeito à produtividade da equipe e de forma individual; b) o ter que participar dos círculos de controle de qualidade (isto também conta ponto na avaliação para aumento salarial e na permanência no emprego); c) o buscar “escolaridade” visto que tem que operar com novas tecnologias; d) o submeter-se à cadência das máquinas, tem que dar conta destas (conforme palavras do trabalhador anônimo colocadas no início desta seção); e, aliado a isto tudo, os baixos salários pagos aos trabalhadores desta categoria, além do medo permanente do desemprego, que é uma constante em toda a classe trabalhadora.

A esta pressão psicológica devem ser somados os elementos de: repetitividade, parcelamento, monotonia, os aspectos físicos do local de trabalho: temperatura, excesso de água, sangue, fezes, matança, partes de animais, o trabalhar com facas, pequenos espaço entre um e outro obreiro, posição sempre estática (reto e de pé), o olhar sempre fixo no mesmo objeto, a atenção constante, para não deixar passar o número da sua peça que deve ser trabalhada, entre outros, e tem-se o “quadro dantesco do horror” deste trabalho. Agora, diante deste quadro é de perguntar-se: como isto tudo não vai adoecer esta parcela da classe trabalhadora?

É por certo que a resposta à pergunta é positiva, tanto que reconhecida pelos organismos governamentais, visto que através de estudos/análises dos auditores do Ministério do Trabalho foi elaborado em 2004, uma Nota Técnica pelo Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho deste Ministério, relativa a *Medidas Para Controle de Riscos Ocupacionais na Indústria de Abate e Processamento de Carnes*, que pela sua importância (em demonstrar o anteriormente citado e em

provar que este órgão governamental sabe dos graves riscos à saúde do trabalhador nas agroindústrias, bem como do péssimo ambiente laboral) passa-se à transcrição do Anexo 2 dessa Nota:

CARACTERÍSTICAS DAS ATIVIDADES DE TRABALHO NA INDÚSTRIA DE ABATE E PROCESSAMENTO DE CARNES

As atividades de processamento de carnes (aves, suínos, bovinos etc.) são organizadas de tal maneira que o processo produtivo e os métodos de trabalho acarretam para os trabalhadores potencial risco à sua saúde e segurança. (grifos nosso, pela importância do afirmado).

Principais problemas encontrados nas atividades de processamento de carnes:

As atividades realizadas são fragmentadas, sujeitas à cadência imposta pelas máquinas e pela organização da produção, com pressões de tempo, não permitindo que os trabalhadores tenham controle sobre o seu trabalho. [...] os trabalhadores não têm a possibilidade de tomar decisões, como a escolha do ritmo e modo de execução do trabalho, a diminuição da cadência, ou o momento de pausas quando necessárias.

A cadência elevada de trabalho e a pressão de tempo são associadas ao aparecimento de DORT; a falta de controle sobre seu próprio trabalho favorece as reações de estresse, insatisfação e depressão. (grifo nosso)

As atividades em sua maioria são fixas e pouco variáveis, com ciclos de trabalhos muito curtos, ocasionando alta repetitividade.

Posturas inadequadas dos membros superiores, do tronco e da cabeça.

[...] Essas posições, e principalmente a combinação das mesmas de forma permanente e repetida, têm sido amplamente estudadas e relacionadas ao aparecimento de DORT.

Trabalho estático dos membros superiores e inferiores: Estudos têm demonstrado relações causais entre a carga postural e a lesão osteomuscular.

Trabalho com exigência de força no manuseio de produtos e/ou no uso de ferramentas de trabalho. [...]

Posições de trabalho exclusivamente em pé, em postos fixos com espaços exíguos, [...] A manutenção do trabalho em pé, em posições estáticas, acarreta fadiga, varizes e outros agravos à saúde.

Trabalho monótono caracterizado pela acumulação de operações repetitivas, desinteressantes e pela limitação dos contatos humanos.

Um grande número de tarefas nos frigoríficos exige atenção visual de forma permanente.

Trabalho permanente em ambiente frio. A maioria dos postos de trabalho nas atividades de processamento de carnes se situa em ambientes artificialmente resfriados com temperaturas variando entre 9°C e 12°C. Adicionalmente, os produtos manuseados devem permanecer em baixas temperaturas, em torno de 4°C [...].

Exposição contínua a níveis de ruído acima de 80 dB (A). O ruído, além de ocasionar perdas auditivas, provoca graus importantes de estresse.

Condições insalubres: exposição à umidade e a agentes biológicos, contato permanente com carnes, glândulas, vísceras, sangue e ossos.

Esta Nota técnica do MTE, analisada em conjunto com a Instrução Normativa n. 98 do INSS, de 05 de dezembro de 2003, vai demonstrar que este outro órgão governamental reconhece que a forma de trabalhar acima descrita adocece os trabalhadores, nos aspectos da LER/DORT, pois a IN estabelece como fatores de riscos de doenças oriundas do trabalho, o seguinte:

Na caracterização da exposição aos fatores de risco, alguns elementos são importantes, dentre outros: a) a região anatômica exposta aos fatores de risco; b) a intensidade dos fatores de risco; c) a organização temporal da atividade (por exemplo: a duração do ciclo de trabalho, a distribuição das pausas ou a estrutura de horários); d) o tempo de exposição aos fatores de risco.

Os grupos de fatores de risco das LER podem ser relacionados com (Kuorinka e Forcier, 1995):

a) o grau de adequação do posto de trabalho à zona de atenção e à visão. A dimensão do posto de trabalho pode forçar os indivíduos a adotarem

posturas ou métodos de trabalho que causam ou agravam as lesões osteomusculares;

b) o frio, as vibrações e as pressões locais sobre os tecidos. A pressão mecânica localizada é provocada pelo contato físico de cantos retos ou pontiagudos de um objeto ou ferramentas com tecidos moles do corpo e trajetos nervosos;

c) as posturas inadequadas.

d) a carga osteomuscular. Entre os fatores que influenciam a carga osteomuscular, encontramos: a força, a repetitividade, a duração da carga, o tipo de pressão, a postura do punho e o método de trabalho;

e) a carga estática. Três aspectos servem para caracterizar a presença de posturas estáticas: a fixação postural observada, as tensões ligadas ao trabalho, sua organização e conteúdo;

f) a invariabilidade da tarefa. A invariabilidade da tarefa implica monotonia fisiológica e/ou psicológica;

g) as exigências cognitivas. As exigências cognitivas podem ter um papel no surgimento das LER/DORT, seja causando um aumento de tensão muscular, seja causando uma reação mais generalizada de estresse;

h) os fatores organizacionais e psicossociais ligados ao trabalho. Os fatores psicossociais do trabalho são as percepções subjetivas que o trabalhador tem dos fatores de organização do trabalho. Como exemplo de fatores psicossociais podemos citar: considerações relativas à carreira, à carga e ritmo de trabalho e ao ambiente social e técnico do trabalho.

A Nota Técnica do Ministério do Trabalho e Emprego demonstra a forma do processo de organização do trabalho dos frigoríficos e do quanto este é prejudicial à saúde, tanto física quanto psicológica desta parcela da classe trabalhadora. Pela Instrução Normativa n. 98 do INSS, tem-se que é reconhecido que esta forma de trabalhar adoece, tanto física, quanto psicologicamente.

Estas normatizações infraconstitucionais são baseadas em estudos científicos que relacionam as condições de saúde às condições de trabalho. No caso dos frigoríficos há um conjunto de situações do ambiente de trabalho altamente agravantes à saúde dos trabalhadores, sobretudo pelo descumprimento da legislação no que tange às pausas,

repetitividade das tarefas e a uma sadia organização do trabalho¹⁸³. Quanto aos acidentes de trabalho, Hoffman e Busin, analisando os dados do INSS já comprovaram que as atividades de abate de aves e preparação de produtos de carnes estão entre as atividades que apresentam um maior número de benefícios concedidos por acidente de trabalho (Sardá, 2008, p. 49). E, mais, painéis epidemiológicos comprovam que o grau de possibilidade desta parcela dos trabalhadores adoecerem psicologicamente é maior que nos demais segmentos de outras categorias. Segundo o ilustre Procurador do Trabalho Sandro Eduardo Sardá “de cada 100 mil trabalhadores em frigoríficos, 888 serão acometidos de transtorno mental, enquanto para cada 100 mil trabalhadores de outras categorias, ocorrem cerca de 225 transtornos mentais” (Depoimento à autora).

Assim, tem-se que neste segmento de trabalhadores a cada dia vem aumentando o número de doenças físicas e psicológicas, devido ao processo de produção e de organização do trabalho. O que não se tem (infelizmente) é a aplicabilidade da legislação tutelar visando à redução dos riscos à exposição a agentes de riscos pelos donos do capital, cabendo aos trabalhadores recorrer administrativa e judicialmente para exigir do Estado e das Empresas seus direitos a um meio ambiente saudável; ou a aplicabilidade dos direitos legais pelo INSS, que não reconhece na maioria dos casos o adoecimento dos trabalhadores como doenças do trabalho, mesmo após o NTEP, ou então, com a maior desfaçatez dos médicos peritos, a liberação dos doentes, alegando vários fatores¹⁸⁴.

Demonstrado isto: que o meio ambiente do trabalho nos frigoríficos é prejudicial à saúde dos obreiros, na próxima subseção discutir-se-á o meio ambiente do trabalho desta agroindústria em estudo, e a prova de que após a introdução de elementos do toyotismo aumentou o número de doenças físicas, relacionados a LER/DORT, e de doenças psicológicas.

¹⁸³ Sobre o tema dos limites de movimento ver Couto (1994) e Colombini (2008); sobre a incidência da repetitividade nas doenças do trabalho em frigoríficos ver Hoffmann e Busin (2005, p.16); sobre a necessidade de ambiente psicossocial favorável ver Couto (1994, p. 44) e Dejours (1992).

¹⁸⁴ O afirmado faz parte do conhecimento desta mestrandia nas lidas trabalhistas e previdenciárias, como advogada que defende a classe trabalhadora e com muitas ações contra esta agroindústria. Infelizmente, não é possível fazer uma melhor análise desta questão, de como são tratados estes adoentados do capital, tanto pelo INSS como pela Justiça Obreira, ou por outros órgãos governamentais. Mas espera-se poder um dia demonstrar este afirmado, para que não paire dúvidas de que, enquanto existir o modo de produção capitalista e o capital, leis não serão cumpridas pelos donos do poder total, que é o poder econômico.

5.7.4 O meio-ambiente do trabalho na Sadia S.A. de Chapecó e o adoecimento dos trabalhadores desta agroindústria:

As análises a serem feitas, nesta subseção são: a) o meio-ambiente do trabalho desta agroindústria; b) os elementos que justificam o maior adoecimento dos trabalhadores, no marco temporal a partir da década de metade de 1990 até os dias atuais, pelo estudo das ações civis públicas; c) o adoecimento dos trabalhadores.

5.7.4.1 O meio-ambiente do trabalho desta agroindústria

Quanto ao meio ambiente do trabalho deste frigorífico, tem-se que o processo de trabalho e da organização do trabalho no mesmo é elaborado da forma como no item anterior foi descrito. O processo dos frigoríficos em geral.

Mas, na especificidade desta agroindústria, vamos ao debate, ainda:

Relembrando-se: da subseção 3.4, e mais especificamente a 3.4.2., quando foi detalhadamente demonstrada a planta da fábrica. Mais, a subseção 3.4.3 quando se discutiu os mecanismos que foram utilizados para a implantação dos elementos do taylorismo/fordismo e, por último, relembrando-se a subseção 3.4.4., quando se discutiu os elementos toyotistas implantados a partir de 1991.

Ao tomar-se de conjunto estes subtítulos, numa análise dialética dos mesmos e de forma interligada, alguns elementos/características fundamentais para a compreensão deste meio-ambiente do trabalho da agroindústria, são:

a) Pela descrição da planta da fábrica observa-se que praticamente todas as tarefas são realizadas na área de abate de perus; na área de abate de frangos; na área dos produtos industrializados; na área do CMS - Carne Mecanicamente Separada; na logística; na sala de máquinas e caldeira; na fábrica de farinha; na fábrica de ração, têm elementos dos processos de organização do trabalho taylorista/fordista, que entre outros podem ser citados como os mais importantes: tarefas parceladas; repetitividade; monotomia e rigidez nos horários. A exceção feita a estes elementos são o pessoal da mecânica e manutenção (em partes), bem como o pessoal da área de

recursos humanos e o pessoal que labora na logística, o que não corresponde a 10% do total dos empregados.

b) Mas, a partir de 1991 foram sendo introduzidos, aos poucos, e com mais expressão a partir de 1995, culminando o período mais acentuado em 2000, vários elementos do toyotismo, entre os quais podem ser citados:

b.a) Novas formas de controle da subjetividade do operário e hegemonização do discurso do capitalista: é uma rede intrincada de controles de subjetivismos da mente operária, cuja essência nem sempre é fácil de ser descortinada. Vai desde a busca do saber dos empregados, através dos círculos de qualidade total na tentativa (bem sucedida na maioria das vezes), de que o trabalhador do chão de fábrica, através de sugestões e pelo método da instigação, dê soluções a problemas corriqueiros e não tão corriqueiros, para aumentar a produtividade. Passa pelas frases de efeitos: “Sadia do novo milênio”, “Sadia da nova Era”, e que todos crescem ao “ajudar a agroindústria a crescer”, que a agroindústria precisa ser competitiva no mercado externo e interno para poder continuar gerando empregos. Indo além, busca tornar hegemônica a idéia de que a retirada de direitos é necessária, devido a muitos impostos e muitos direitos, flexibilizando em todos os aspectos possíveis. O discurso de que não existem mais empregados, mas sim “colaboradores”, passando uma idéia de harmonia entre patrão e empregado. Que todos devem buscar “aperfeiçoar-se” através da escolaridade, para poder operar máquinas, computadores e assim “ajudar” a agroindústria, além de outras estratégias utilizadas. Todas estas questões foram implantadas através de formação com cartilhas, discurso no chão da fábrica e na mídia, nas escolas, tanto as profissionais – cursos técnicos –, quanto as de segundo e terceiro graus, como veiculadas em rodas de conversas, entre operários e não operários, com familiares e em todos os meios possíveis.

Este controle subjetivo e ideológico talvez seja um dos piores elementos introduzidos no cotidiano da vida operária. Analisa-se: antes tinha o “bom pai”, o “bom patrão”, que de todos cuidava e provia, a “Mãe Sadia”. Agora, o operário é também “responsável” pelo bem estar da agroindústria. Ele precisa, quando está fora dela, pensar e pensar em como fazer para auxiliar no crescimento da mesma. Ele precisa “fiscalizar”, cobrar produção do “colega”, pois o trabalho em equipe tem de ser bem feito por todos, caso contrário prejudica as metas, prejudica a produtividade. Ele – operário – vive vinte e quatro horas pela e para a agroindústria. Seu mundo é pensar nela e para ela, “para o bem de seu emprego” e para mantê-lo. É a grande Sadia, onde se têm: os CQS -

Círculos de Qualidade Sadia; TQS - Total Qualidade Sadia; e tudo gira em torno da Sadia.

A maioria desses operários infelizmente não tinha consciência¹⁸⁵ de classe, pois, conforme já verificamos na subseção própria, a direção sindical durante todas estas décadas sempre foi o braço da patronal. Acresça-se ainda que grande parte deles veio do campo¹⁸⁶, com pouca escolaridade e reside em uma região com baixo grau de organização e mobilização operária, e, por estes motivos, não conseguiu/consegue compreender que todo este discurso da agroindústria era para buscar a “cooptação” da subjetividade do trabalhador aumentando seu individualismo e sua produtividade para que a agroindústria atravessasse a crise estrutural do capital crescendo e tendo cada vez mais lucros.

b.b) O aumento da produtividade, com o aumento da produção com menor número de empregados, este é notório pelas falas dos entrevistados, bem como também pelas conversas com vários dos trabalhadores da fábrica. Este aumento de produção resta claro pelos números de exportação e faturamento da empresa citados alhures, quando se tratou dos elementos toyotizados. O aumento da produção, considerando-se a década de 2000 em diante, foi de uma enormidade nesta unidade de Chapecó. Se fosse analisar o número de empregados, estes não diminuiriam, em torno de 6.500 a 7.000¹⁸⁷. Mas, se fizermos análise empregado versus produção, veremos que o número de empregados é muito menor que a empresa teria que empregar caso não

¹⁸⁵ Esta consciência de classe, nem na presente data existe, e tem-se somente um reduzíssimo número de trabalhadores da agroindústria que começam a modificar o discurso e a compreender o verdadeiro significado do mesmo. Embora quando se falou da resistência operária, se fala também em tentativas de greves, estas ocorreram não pelas condições de trabalho, mas sim pela questão salarial. Falou-se também que hoje a agroindústria não está mais conseguindo empregados, e que uma das formas de resistência individual é a saída do operário da ré, seja pelo pedido de demissão, ou pela colocação de ações na Justiça, isto se dá, infelizmente, não pela consciência operária, mas sim porque os trabalhadores estão percebendo o excesso de adoecimento, e também pelos baixos salários.

¹⁸⁶ Destacamos a origem rural, pois desde sempre, a agroindústria utilizou isto como estratégia para manter uma força de trabalho mais submissa ao capital, como refere Ben (2006, p. 371) a Sadia preferia trabalhadores livres de vícios, jovens de procedência rural (entre 18 e 35 anos), que já tivesse algum vínculo com a empresa através de familiares que os indicavam ou por que sua família era de integrados e sem habilidade com o trabalho industrial, pois para a empresa “[...] por ser uma pessoa mais humilde, era bem mais fácil da gente trabalhar ele, treinar” (Depoimento de Alexandre, p. 2003 a Ben). E assim ia se constituindo a “Grande Família Sadia”.

¹⁸⁷ “A década de 70 marcou a fundação da unidade de Chapecó, começando com pouco menos de 50 e terminando a década com cerca de 1000 funcionários. Já na década de 80, iniciou com cerca de 1000 e terminaria com aproximadamente 3000 funcionários. A década de noventa parte dos 3000 e chega a aproximadamente 4.100 funcionários” (BEN, 2006 p. 375). Atualmente possui mais de 7000 funcionários.

tivesse se automatizado e trabalhado com elementos do toyotismo. Para isto, basta ser observado o estudo de Cruz (2000), quando diz que a fábrica de empanados, através da automação, trabalha com menos 80% de mão-de-obra que numa fábrica tradicional, para produzir 700 toneladas/mês. E hoje, conforme já analisado, esta mesma fábrica de empanados produz muito mais que as 700 toneladas mês. Outro exemplo já citado e aqui retomado é o da máquina embaladora de hambúrgueres, média de 300 por minuto, e estes 300 devem ser colocados na boca da máquina por duas operárias.

b.c) O trabalho por produtividade: para que houvesse cada vez mais produção, não era possível ser somente pelo discurso e cartilhas. Era necessário algo mais. E assim, a agroindústria implanta na década de 2000 o aumento salarial, fora da data-base, por produtividade. Ou seja, os trabalhadores, todos, recebem o reajuste salarial na data-base da categoria e durante os demais meses os salários são reajustados de conformidade com o parecer do supervisor de área. Vários elementos são considerados para esta avaliação salarial: dar conta das metas em equipe e individualmente; não faltar; não chegar atrasado; participar dos círculos de qualidade e de outras atividades da empresa; não lutar por direitos; antes de outubro de 2010, não falar mal da direção sindical; após, não falar bem; e outras formas encontradas pelos supervisores.

b.d) A introdução de novas tecnologias: principalmente a informática e robótica, que são os alicerces da nova base tecnológica da terceira revolução industrial.

Na automação, foi onde a empresa mais investiu nas últimas duas décadas, e continua investindo. Embora a automação não substitua a mão humana, para algumas tarefas. Sem a introdução destas novas tecnologias, de nada adiantaria a tentativa de aumento da produção, com maior produtividade e maior qualidade para o mercado. Não existiria isto, se não houvesse um pesado investimento em automação e informatização nesta agroindústria, que ainda continua. Mas, qualquer automação em qualquer setor desta agroindústria, vem no sentido de mais produção, que somente tem sentido em ocorrer com o casamento desta com o trabalho humano, pois é somente do trabalho humano que pode ser extraído mais-valia.

Com a automação veio a exigência de escolaridade. As máquinas tocadas de forma computadorizada, máquinas importadas, manuais em inglês. Agora, a empresa buscava outro perfil de trabalhador: com escolaridade, familiarizado com a computação, disposto a aprender outras funções, que não somente a rotineira.

A automação, conjugada com os círculos de qualidade e a busca

pelas certificações, que permitiriam maior competitividade nos mercados externos e internos, fizeram com que aquele operário semi-analfabeto, que fazia suas atividades sobre uma mesa, dia após dia, de repente teve que passar a usar computador, escrever mais, fazer planilhas, para poder apresentar projetos nos CQS – Círculos de Qualidade Sadia; TQS – Total Qualidade Sadia; para propor soluções de problemas no MASP – Metodologia de Solução de Problemas, ou PDCA – Método de Análise e Solução de Problemas; para poder ler manuais; fazer planilhas de Controle; e preencher POs – Procedimentos Operacionais. Todas estas técnicas implantadas do novo processo de organização do trabalho.

Estes elementos, conjugados com os elementos do taylorismo/fordismo e na maneira como é organizado o processo de trabalho (descrito quando se descreveu o meio-ambiente laboral dos frigoríficos), somente poderiam dar em um maior adoecimento, pois dos elementos toyotistas introduzidos somente foram aqueles que dizem respeito à subjetividade do trabalhador, a questão salarial e uma automação sem precedente, com aumento de produção, que são os elementos mais perversos do toyotismo; e os elementos mais perversos do taylorismo/fordismo também continuaram: tarefas parcelares, repetitividade, horários rígidos. A combinação do que há de mais perverso num e no outro processo de organização do trabalho, são os fatores que justificam o aumento das doenças, físicas e psicológicas.

Ao lembrar-se que as doenças do trabalho estão diretamente relacionadas ao processo de produção e aos processos de trabalho, ou mais precisamente, ao processo de produção, pois segundo Laurel (1985, p. 264), elege-se esta categoria porque “na sociedade capitalista, o processo de produção organiza o conjunto da vida social e porque é, simultaneamente, o processo de valorização do capital e modos específicos concretos de trabalhar – processo de trabalho” que desgastam a saúde do trabalhador, passa-se à análise das Ações Cíveis Públicas que tramitam na 2ª Vara do Trabalho desta cidade de Chapecó, para restar provado o aumento dos adoecimentos no que se refere às doenças do grupo LER/DORT e às doenças mentais.

5.7.4.2 Os fatores que justificam o maior adoecimento dos trabalhadores

Esta análise será feita no marco temporal da metade da década de

1990 até os dias atuais e pelo estudo das Ações Cíveis Públicas interpostas contra a agroindústria, pelo Procurador do Ministério Público do Trabalho, doutor Sandro Eduardo Sardá, que tem mostrado firme compromisso com a defesa do meio ambiente de trabalho saudável no seu breve percurso à frente do Ministério Público do Trabalho, em nossa cidade¹⁸⁸.

Após ser aprovado no concurso do MPT, este Procurador do Trabalho trabalhou oito meses na região de Alta Floresta, oitocentos e cinquenta km ao norte de Cuiabá, MT. Naquela Região, além de atuar nas ações contra o trabalho escravo, Sardá iniciou uma atuação em relação a um Frigorífico da Região denominado de Quatro Marcos, um Frigorífico de pequeno porte com cerca de mil trabalhadores e onde as condições de trabalho eram absolutamente precárias o que vinha gerando um número absurdo de doenças de toda a espécie.

Em julho de 2007, Sardá foi lotado em Chapecó e iniciou uma atuação em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego, criando um grupo de fiscalização, iniciando a primeira fiscalização conjunta em novembro de 2007 na Empresa Aurora de Maravilha. Na oportunidade permaneceram por uma semana fiscalizando as condições de trabalho e cinco pontos mais graves chamaram a atenção “[...] o ritmo de trabalho excessivo, a ausência de medidas adequadas de proteção à saúde, previstas na NR 17, especialmente a não concessão de pausa de recuperação de fadiga, a inadequação do mobiliário, inadequação de condutas médicas e jornadas excessivas” (Depoimento à autora). Segundo Sardá, na fiscalização da Aurora de Maravilha “foram constatadas até jornadas de dezesseis horas de trabalho na linha de cortes, na linha de produção e essas jornadas exaustivas aconteciam com absoluta regularidade e frequência” (Depoimento à autora). Em face disto, foi ajuizada a primeira Ação Civil Pública na região contra a Aurora de Maravilha, que tramita na Vara do Trabalho de São Miguel do Oeste. Após, foram fiscalizadas a Sadia de Chapecó, a Aurora de Chapecó, a Diplomata de Xaxim e a Bondio de Guatambú, e foram ajuizadas contra todas elas Ações Cíveis Públicas basicamente com a mesma matéria, qual seja: ritmo de trabalho, pausas, inadequação de mobiliário, inadequação de condutas médicas e jornadas exaustivas, entre outras.

¹⁸⁸ Atualmente, o Dr. Sandro Eduardo Sardá, encontra-se prestando serviço no MPT da Capital.

A primeira Ação Civil Pública contra a Sadia S.A.¹⁸⁹, da lavra do Doutor Sandro Eduardo Sardá, de número 3497-2008-038-12-00-0, foi protocolada em 10 de dezembro de 2008 (após um exaustivo Inquérito Civil de n. 213/2008, para apuração de provas), e em seu requerimento final tem 29 pedidos (na letra a)), além de um pedido específico para que a empresa seja condenada a um valor pelo dano moral coletivo praticado contra todos os trabalhadores/as (pedido de letra b)). Todos os pedidos formulados nesta ação, com exceção do pedido de dano moral coletivo e do pedido de número 14, vão no sentido das obrigações de fazer, ou seja, que a empresa cumpra a Legislação. Citam-se os pedidos:

- 1) Instituir pausas de 10 (dez) minutos a cada 50 (cinquenta) minutos trabalhados, nas atividades que exijam sobrecarga osteomuscular do pescoço, do tronco, dos membros superiores e inferiores, em todas as atividades assim descritas no laudo ergonômico da ré computando esses intervalos como trabalho efetivo, nos termos do disposto no subitem 17.6.3, alínea “b”, da NR-17 da Portaria 3.214/78, não calculado o tempo destinado a ginástica laboral a este título.
- 2) Garantir pausas de 20 (vinte) minutos de repouso após cada período de 1 (uma) hora e 40 (quarenta) minutos de trabalho contínuo para os trabalhadores cujas atividades são exercidas em ambientes artificialmente frios.
- 3) Abster-se de exigir dos seus empregados carga horária de trabalho superior a 44 horas semanais, observada a limitação diária de 10 horas.
- 4) Conceder período mínimo de 11 horas consecutivas para repouso entre duas jornadas de trabalho, nos termos do art. 66 da Consolidação das Leis do Trabalho.
- 5) Conceder semanalmente o repouso remunerado, conforme exigido pelo art. 7º, XV, da Constituição Federal e a Lei nº 605/49.

¹⁸⁹ Uma segunda **AÇÃO CIVIL PÚBLICA**, de número 1280-2009-038-12-00-7, foi protocolada no dia 30 de abril de 2009, na 2ª. Vara do Trabalho de Chapecó, requerendo à Justiça do Trabalho o apensamento desta à primeira ação contra a agroindústria, bem como requerendo a tutela antecipada dos direitos dos obreiros. Foi deferido pela Juíza o apensamento desta à primeira ação (e portando as duas tramitam juntas, apensadas). Esta nova ação foi impetrada porque o Ministério Público do Trabalho constatou que novos Autos de Infração foram lavrados pelos fiscais do trabalho em outubro e novembro de 2008, verificando-se a persistência de 15 infrações à legislação de proteção à saúde do trabalhador, já referidas na primeira ação.

6) Conceder intervalo para repouso e alimentação de, no mínimo, 1 hora e, no máximo, 2 horas, em qualquer trabalho contínuo cuja duração exceda 6 horas.

7) Conceder intervalo de 15 (quinze) minutos para repouso e alimentação, quando a duração do trabalho ultrapassar de 4 (quatro) horas e não exceder de 6 (seis) horas.

8) Diagnosticar, de forma precoce, as doenças e os agravos à saúde relacionados ao trabalho, e procedendo, quando verificadas alterações que revelem qualquer tipo de disfunção de órgão ou sistema biológico, o afastamento do trabalhador da exposição ao risco (readaptação funcional) ou do trabalho (primeiros 15 dias), procedendo o encaminhamento do trabalhador à Previdência Social (item 7.4.8 da NR 07), custeando integralmente o respectivo tratamento (ou pagando de forma integral Plano de Saúde que cubra tais despesas).

9) Realizar exames periódicos, de retorno ao trabalho, de mudança de função e demissional, abrangendo avaliação clínica, anamnese ocupacional e exame físico e mental, bem como exames complementares, nos exatos termos da NR 07.

10) Proceder à notificação de todos os acidentes de trabalho e doenças ocupacionais, comprovadas ou objeto de suspeita, por meio de emissão da Comunicação de Acidente do Trabalho, de acordo com o art. 169 da CLT e art. 22 da Lei nº 8.213/91, observado o Nexo Técnico Epidemiológico (Lei nº 11.430/06 e o Decreto nº 6.042/07), inclusive nas hipóteses de reabertura de CAT.

11) Assegurar a estabilidade acidentária, nos termos do art. 118 da Lei nº 8.213/91, nos termos da Súmula 378 do TST.

12) Cumprir as cláusulas dos Acordos Coletivos de Trabalho que estabelecem estabilidade provisória após a alta previdenciária em relação

aos afastamentos que não tenham origem ocupacional¹⁹⁰.

13) Abster-se de adotar práticas discriminatórias baseadas na condição de saúde, notadamente a rescisão contratual dos empregados acometidos ou com suspeição de estarem acometidos de doenças de natureza ocupacional ou não.

14) Determinar a proibição da ré em obter empréstimo ou financiamento junto a instituições financeiras oficiais, notadamente em relação ao BNDES, nos termos da Lei nº 9.029/95.

15) Abster-se de desconsiderar os minutos anteriores e posteriores à jornada, fora das hipóteses do art. 58 da CLT e da Súmula 363 do TST, ou seja, ultrapassado os dez minutos diários todo o período deve ser considerado para efeito de jornada.

16) Observar a jornada dos médicos do trabalho para as atividades do Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho – SESMT em conformidade com o estabelecido no quadro II da NR-4, inclusive no que diz respeito à carga horária imposta.

17) Dimensionar o SESMT com médico do trabalho, engenheiro de segurança do trabalho, enfermeiro do trabalho, técnico de segurança do trabalho e auxiliar de enfermagem do trabalho nas devidas quantidades exigidas em conformidade com quadro II da NR 4.

18) Assegurar que o estágio efetivamente proporcione preparação metódica para o trabalho, com compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso, excluindo das atividades de estágio o exercício de funções que não acrescentem conhecimento ou complementem o ensino, observando os requisitos formais e materiais da Lei 11.788/08.

19) Prover assentos nos postos de trabalho com encosto ajustável e dimensões suficientes para o

¹⁹⁰ A estabilidade prevista neste caso era de tão somente 45 dias após a alta do INSS, e nem isto a agroindústria respeitava, pois, sempre que alguém retornava do INSS era sumariamente demitido e a empresa pagava os 45 dias para não ter nenhum compromisso com o trabalhador adoentado.

apoio das costas e com forma adaptada ao corpo para proteção da região lombar, conforme subitem 17.3.3, alínea “d”, da NR-17;

20) Dotar as bancadas com características dimensionais que possibilitem posicionamento e movimentações adequados aos segmentos corporais, nos moldes do subitem 17.3.2 alínea c da NR-17.

21) Preencher com beneficiários reabilitados ou com pessoas portadoras de deficiência habilitadas, o percentual de seus cargos estabelecido no artigo 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991;

22) Computar o tempo destinado à troca de uniformes como de efetiva jornada, nos moldes do art. 4º da CLT.

23) Assegurar controle de jornada e sistema de cartão ponto fidedignos, nos termos do art. 74 da CLT, assegurando o integral pagamento das horas extras.

24) Observar a cota destinada à aprendizagem, nos termos do art. 429 da CLT.

25) Computar para todos os efeitos e remunerar o período correspondente às horas “*in itinere*”, nos termos da Súmula 90 do TST, notadamente em relação à incompatibilidade dos horários de ônibus.

26) Arcar com a remuneração dos trabalhadores após a alta previdenciária, assegurando trabalho compatível com sua capacidade laboral.

27) Proceder à integração do adicional de insalubridade e periculosidade na base de cálculo do adicional noturno.

28) Proceder o pagamento do adicional noturno sobre as horas extras laboradas.

29) Adotar as medidas necessárias para a eliminação ou controle dos riscos ambientais no setor de pendura de aves, no tocante ao elevado nível de poeira biológica.

b) A condenação da ré à obrigação de indenizar o dano moral coletivo praticado, no importe de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), valor a ser revertido em benefício da coletividade dos trabalhadores e permita a recomposição do dano coletivo e difuso, a serem especificadas em liquidação, ou, caso Vossa Excelência assim não

entenda, que seja revertida em favor do Fundo de Amparo ao Trabalhador, na forma do art. 11, inc. V, da Lei nº 7.998/90 (SARDÁ, 2008, p. 220-5).

Citado os pedidos da referida Ação Civil Pública, é importante ser observado o seguinte:

Excetuando-se o pedido de número 14 da letra “a” e também o pedido da letra “b”, todos os demais dizem respeito ao não cumprimento da legislação trabalhista, tanto a legislação constitucional, como a infraconstitucional. Se a legislação já é mínima em garantia de direitos aos obreiros, o que se esperar de uma empresa que descumpre reiteradamente este mínimo? Que não cumpre a lei? Somente centenas e centenas de adoentados. Alia-se a isto, ao descumprimento da legislação, a forma como é organizado o processo de trabalho, gerando elevado número de trabalhadores adoentados.

Dos vinte e nove pedidos da letra ‘a’, a maioria destes diz respeito diretamente à saúde dos trabalhadores, quer dizer: a empresa não cumpre a legislação no seu mínimo, no que toca à questão da saúde de seus empregados. Fala-se em diz respeito diretamente porque, vários pedidos (embora num primeiro momento possam parecer não dizer respeito à saúde), dizem respeito a esta questão, pois, conforme exemplo: pedido de número três, onde se requer que a empresa não possa exigir mais de dez horas de trabalho dia do obreiro, também significa cuidados com a saúde, porque o excesso de jornada prejudica a mesma.

Os pedidos requeridos nesta ação estão na penúltima parte da mesma e em termos processuais, após estes pedidos, somente têm-se os requerimentos finais e o valor da causa. Iniciou-se a análise por uma das últimas partes, para voltar-se ao início desta.

Tem-se que referida ação não saiu de um estalo, nem somente da vontade de um Procurador do Trabalho em salvaguardar a saúde de milhares de trabalhadores, embora este procurador, um grande humanista, tenha esta preocupação diária. Ela está baseada em um estudo no chão da fábrica feita por auditores do Ministério do Trabalho e Emprego. Explica-se:

Os auditores fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego, por solicitação feita pelo representante do Ministério Público do Trabalho, ficaram dentro da empresa Sadia, por vários dias entre 21/01/2008 até 07/03/2008, analisando o processo de organização do trabalho e o

processo de produção desta. À época lavraram 29 Autos Infracionais¹⁹¹. Isto é, vinte e nove autos onde restou comprovado que a empresa viola a lei, nos direitos fundamentais dos trabalhadores, e, em sua grande maioria, no que diz respeito à saúde dos mesmos. Entre 06 de outubro de 2008 a 12 de novembro de 2008, os auditores fiscais retornam à empresa e constatam que as violações à lei continuam ocorrendo, pois a empresa se omite em adequar seu ambiente de trabalho de modo a não ser prejudicial aos obreiros. Nos meses de outubro e novembro daquele ano de 2008, mais 15 Autos Infracionais são lavrados, os quais, somados aos anteriores, alcançam 44 Autos Infracionais. O que significa 44 graves violações à mínima legislação obreira. Os Autos Infracionais

¹⁹¹ Cópia destes autos infracionais também acompanharão esta dissertação, permanecendo arquivados, junto com as cópias das Ações Cíveis Públicas. Em relação a estas cópias dos AI (s) tem-se a esclarecer: O Procurador do Ministério Público do Trabalho, Dr. Sandro Eduardo Sardá menciona às folhas 05 do processo de número 3497-2008-038-12-00-0, que foram lavrados contra a Sadia S.A de Chapecó, 29 autos no período de 21 janeiro de 2007 a 07 de março de 2008. E afirma o mesmo Procurador que foram lavrados contra a agroindústria mais quinze autos infracionais no período de 06 de outubro de 2008 a 12 de novembro de 2008. Observação: as datas da lavratura destes autos infracionais, não constam desta forma na Ação de 3497-2008-038-12-00-0, (sendo que nesta o Procurador consta como data janeiro e novembro de 2008). Mas estas datas: (janeiro a março e outubro a novembro de 2008); foram informadas pelo Procurador no processo de número 00203-2006-009-12-1, em que eram partes TEREZA DOS SANTOS PINHEIROS E SÁDIA S/A. Neste processo o Procurador, Dr. Sandro Eduardo Sardá fez intervenção a pedido da advogada da autora, e anexou novamente os autos infracionais, sendo assim, colocando as datas antes afirmadas. Neste processo, em data de 28 de novembro de 2008, (quando foi anexada a petição do Procurador), o mesmo, às folhas 713, fala em vinte e sete autos infracionais, e não mais em vinte e nove autos infracionais, conforme mencionado na Ação Cível Pública de número 3497-2008-038-12-00-0. Na ACP 1280-2009-038-12-00-7, protocolada em 30/04/2009, distribuída por dependência a ACP de número 3497-2008-038-12-00-0, o Procurador Doutor Sandro Eduardo Sarda, novamente faz menção, às folhas 04, de vinte 29 autos no período de 21 janeiro de 2007 a 07 de março de 2008. E afirma o mesmo Procurador que foram lavrados contra a agroindústria mais quinze autos infracionais no período de 06 de outubro de 2008 a 12 de novembro de 2008. Tanto na ACP de n. 3497-2008-038-12-00-0, (folhas 05), quanto na ACP de n. 1280-2009-038-12-00-7 (folhas 04), o Procurador fala que referidos autos infracionais fazem parte do Inquérito Civil de n. 213/2008. Dentro do referido IC foi que os fiscais do Ministério Público do Trabalho, fiscalizaram a agroindústria e lavraram os autos. No relatório da fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego, anexado a ACP de n. 3497-2008-038-12-00-0, às folhas 458/463, neste consta que no período de 21.01.2008 a 07.03.2008 foram lavrados 27 autos infracionais. Mas, em sede de procura de cópias destes autos infracionais, tanto nas Ações Cíveis Públicas, quanto na ação de Tereza dos Santos Pinheiro de número 00203-2006-009-12-1, foram localizados apenas vinte e seis autos infracionais, (conforme cópia deixada na Biblioteca Universitária e na Secretaria da Pós-graduação de Serviço Social). Portanto, somente podemos deixar anexado nos lugares citados cópias de vinte e seis autos infracionais, e mais os quinze lavrados entre outubro e novembro de 2008. Mas, como esta mestranda está laborando na análise das ACP (s), da lavra do Procurador do MPT Dr. Sandro Eduardo Sardá, para ser fiel a ação e ao mesmo, fala-se em 29 autos infracionais, conforme foi citado na ação de n. 3497-2008-038-12-00-0, (folhas 05), quanto na ACP de n. 1280-2009-038-12-00-7 (folhas 04).

constituíram um relatório de fiscalização para o Inquérito Civil, e cópia deste relatório também é colocada à disposição junto com a presente dissertação.

Aqui deve ser observado o seguinte: a) os fiscais do trabalho são funcionários públicos, em razão do que os atos administrativos praticados pelos mesmos gozam de presunção de legalidade e veracidade. Somente prova em contrário poderá afetar esta eficácia. b) Referida ação está baseada em laudos técnicos, feitas por engenheiros de Segurança do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego; c) os auditores do Ministério do Trabalho e Emprego analisaram cada setor da empresa, verificando e citando as condições em que o trabalho humano é realizado, tais como: postura, mobiliário, velocidade da máquina, quantas peças por minuto cada obreiro tem de fazer, temperatura ambiente, pausas praticadas, e várias outras situações que dizem respeito ao processo de organização do trabalho.

Estes Autos Infracionais (dos quais serão anexadas cópias em separado a esta dissertação, bem como a cópia do relatório da fiscalização), nos dão a gravidade da situação desta agroindústria (que, infelizmente, não é diferente da maioria dos frigoríficos) e fazem com que o Procurador do Trabalho tenha concluído em sua ação que o meio-ambiente de trabalho desta agroindústria é inadequado, propiciando o aparecimento de cada vez mais doenças. Cita-se e comenta-se alguns destes Autos Infracionais que foram as provas e base para o processo:

a) O Procurador do Trabalho cita como causas de adoecimentos a falta de adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores. Para Sardá: “A organização do trabalho na ré se dá exclusivamente a partir das metas de produção, não sendo consideradas as características psicofisiológicas dos empregados ou métodos mais racionais que visem à redução dos riscos inerentes ao trabalho” (SARDÁ, 2008, p. 12). E mais, diz ele que outro “fator determinante do aumento da incidência de agravos à saúde é a inadequação do meio ambiente de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores em violação ao prescrito na NR 17”, cuja disposição é a seguinte:

17.6.1. A organização do trabalho deve ser adequada às características psicofisiológicas dos trabalhadores e à natureza do trabalho a ser executado.

17.6.2. A organização do trabalho, para efeito desta NR, deve levar em consideração, no mínimo: a) as normas de produção; b) o modo

operatório; c) a exigência de tempo; d) a determinação do conteúdo de tempo; e) o ritmo de trabalho; f) o conteúdo das tarefas (SARDÁ, 2008, folhas 12-13).

Estas constatações foram verificadas através da inspeção dos auditores do MTE, pelo AI n.01628596-4, quando dizem:

A forma de organização da produção não observa a necessária adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores, de modo a propiciar um meio ambiente de trabalho adequado (grifo nosso). [...] Esta inadequação das condições de trabalho as características psicofisiológicas dos trabalhadores vem acarretando um elevado número de agravos à saúde dos trabalhadores, dentre os quais, depressão e DORT (SARDÁ, 2008, p.13).

No mesmo sentido, os auditores do Ministério do Trabalho e Emprego citam o ritmo excessivo de trabalho, bem como a falta de adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores, quando da lavra do AI n. 016285964, onde observaram os movimentos feitos pelos trabalhadores em várias seções. Pela importância destes dados, passa-se à transcrição dos mesmos:

Os processos de produção utilizados na empresa de abate de frangos e perus estão organizados de tal maneira que as atividades de trabalho desenvolvidas apresentam potencial risco à saúde e à segurança dos trabalhadores devido alta repetitividade, atividades fragmentadas, cadência imposta pelas máquinas e pela organização do trabalho, pressões de tempo, atividades fixas, exigência de força, trabalho monótono com grande atenção visual em ambientes frios. [...]

A forma de organização da produção não observa a necessária adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores, de modo a propiciar um meio ambiente de trabalho adequado, notadamente em relação à exigência de tempo, a determinação do conteúdo de tempo, o ritmo de trabalho e o conteúdo das tarefas (o item 17.6.2 da NR 17).

Em visita a linha de produção da empresa, realizada nos dias 25, 26 e 28-01-08, avaliamos as funções desenvolvidas em toda a indústria e constatamos a totalidade de atividades com alta

repetitividade, notadamente nos seguintes setores:

- 1) Sala de Cortes de Frango (nória com velocidade de 6.600 a 7.000 frangos/horas. Atividades: 1.1) Colocar o frango no cone: 39 frangos colocados por minuto/por trabalhador; 1.2) Retirada de coxa e sobrecoxa da carcaça: 20 peças por minuto/por trabalhador; retirada de asas e peito: 17 peças retiradas por minuto (retirada conjunta da asa e do peito); 1.3) Retirada de cartilagem: 39 peças por minuto/por trabalhador; 1.4) Refile de peito: o trabalhador realiza 45 cortes manuais, com faca, por minuto, além de puxar o peito da nória e após o acabamento atirar a peça na esteira. O ciclo de acabamento de peças de peito são 4 peitos (8 peças) por minuto, isto é, cada trabalhador refila este numero de peças por minuto; 1.5) Desossa de coxa e sobrecoxa: 4 pernas por minuto/por trabalhador, sendo que cada peça (coxa e sobrecoxa) exige nove cortes manuais, além da atividade de afiar a faca (chairar);
- 2) Setor de Kakugiri. Setor que trabalha com a coxa e sobrecoxa já desossada de frango. Um trabalhador efetua 7 cortes por peça, classifica, pesa e joga na esteira o produto. Efetua esse ciclo (que envolve essas atividades) 3 vezes por minuto. Por ocasião do local de trabalho estava em torno de 9,5° C e do produto - 1°C.
- 3) Setor de Embalagem de Asa de Frango: um trabalhador coloca cerca de 1 asa por segundo dentro da caixa de embalagem;
- 4) Pendura de Frangos Após o Chiller: 1 trabalhador pendura 57 frangos/minuto usando ambas as mãos procedendo a elevação dos frangos acima do cotovelo, sendo que o peso das peças está estimado em 2,5 kg.
- 5) Sala de peito (Exclusivo para o "Mc Crispy"): coloca na forma cerca de 46 peças/min e outro trabalhador pesa cerca de 65 peças por minuto; não há rodízio e nestas atividades há grande monotonia nas tarefas realizadas;
- 6) Evisceração: neste setor ocorre a retirada das vísceras (coração, moela e fígado) e inspeção de carcaças de frangos; analisando este processo verificou-se a natureza repetitiva das tarefas, dentre as quais a de retirada de coração, tarefa efetuada por 2 trabalhadores; cada um deles

retira da carcaça de frango cerca 1 coração por segundo e são retirados o coração de cerca de 6.600 a 7.000 frangos/hora; 7) Pré-Cortes de Peru: no setor de pré-cortes, carcaças inteiras de peru, com cerca de 15kg são desossadas. O processo consiste em cortar a sobrecoxa e a coxa destas peças de aves que ficam penduradas na carcaça; os trabalhadores agarram, puxam e cortam as peças usando ambas as mãos, efetuando ciclos de 9,5 peças/minuto; 7.1) Refile externo de sobrecoxa de peru: 1 trabalhador efetua 9 cortes por peça e 4 peças por minuto; 7.2) Retirada do Osso da Sobrecoxa: efetua 15 cortes por peça e 3 peças por minuto. Cada peça pesa cerca de 450g. 7.3) Refile de Peito de Peru: o trabalhador pega com a mão peças de peito de peru com cerca de 2,5kg (peito inteiro), a 80 cm do seu corpo para refilar o peito de peru; cada trabalhador refila 3 peitos por minuto realizando 8 cortes por cada meia peça (cada peito tem duas peças); trata-se de atividade que em geral é desenvolvida com o trabalhador sentado exigindo o levantamento de todo o braço e antebraço para pegar a peça na esteira, causando sobrecarga muscular; verificou-se que os engradados onde são colocados os produtos já refilados também estão em uma posição desnecessariamente alta causando esforço do trabalhador para atirar a peça no referido recipiente. O número de abates diário de aves está em torno de 240.000/260.000 frangos. Esta inadequação das condições de trabalho as características psicofisiológicas dos trabalhadores vem acarretando um elevado número de agravos à saúde dos trabalhadores, dentre os quais, depressão e DORT (SARDÁ, 2008, p. 13-6).

Com a projeção dos números acima descritos pelos auditores fiscais do Trabalho, Sardá realizou uma projeção de quantos movimentos fazem por dia os trabalhadores de alguns setores. Segundo Sardá (2008, p. 16) “[...] obtêm-se dados preocupantes, qual seja, um ritmo exaustivo de trabalho com a realização de um número de movimentos por jornada **que geram uma carga biomecânica e mental, incompatíveis com a saúde e dignidade humana**” (grifo nosso). Para assegurar-se de sua conclusão veja-se os seguintes dados:

ATIVIDADE	NÚMERO DE MOVIMENTOS/HORA	NÚMERO DE MOVIMENTOS/JORNADA
Cortar e abrir as coxas/sobrecoxas da carcaça: <u>68 movimentos por minuto.</u>	4.080 movimentos/hora	35.904 movimentos (jornada de 8h48min) 40.080 movimentos (jornada de 10 horas)
Retirar coxa/sobrecoxa do frango da nória: <u>75 movimentos por minuto</u>	4.500 movimentos/hora	39.600 movimentos (jornada de 8h48min) 45.000 movimentos (jornada de 10 horas)
Desossa de coxa e sobrecoxa: <u>80 movimentos por minuto</u>	4.800 movimentos/hora	42.240 movimentos (jornada de 8h48min) 48.000 movimentos (jornada de 10 horas)
Separar coxa da sobrecoxa desossada: <u>120 movimentos por minuto</u>	7.200 movimentos/hora	63.360 movimentos (jornada de 8h48min) 72.000 movimentos (jornada de 10 horas)
Retirar cartilagem de peito da carcaça: <u>78 movimentos por minuto</u>	4.680 movimentos/hora	45.984 movimentos (jornada de 8h48min) 46.800 movimentos (jornada de 10 horas)

Quadro 1: Projeção de movimentos realizados por dia por trabalhadores de alguns setores

Fonte: Sardá (2008, p. 16-17).

À página 18 da Ação Civil Pública, temos que o Procurador cita Kilbom (1994), citado por Couto (2006, p. 167), que fez uma metapesquisa de estudos existentes sobre a quantidade de movimentos limite para que não haja lesão aos membros envolvidos na execução do movimento. Kilbom concluiu “que o número de 25 a 33 movimentos por minuto não deveria ser excedido quando se deseja evitar transtornos para os tendões”. E prossegue citando o mesmo autor, referido em Nota Técnica do Ministério do Trabalho e Emprego, para observar que:

A avaliação da repetitividade deve também levar em conta a parte do corpo envolvida. Por exemplo, seriam consideradas elevadas repetições como: para os ombros, acima de 2 vezes e meia por minuto e, para os braços, antebraços e punhos, mais de 10 vezes por minuto (grifo nosso) (KILBOM, 1994, *apud* SARDÁ, 2008, p. 19).

Mas adiante, diz em seu trabalho que “Couto informa que o grupo técnico da IEA - *International Ergonomics Association* – transformou a linguagem de movimentos em ações técnicas estabelecendo um critério para se avaliar o risco de trabalho para os membros superiores” (SARDÁ, 2008, p. 19). Ainda, “Segundo a minuta da IEA o trabalhador pode desenvolver até 30 ações técnicas por minuto, desde que não haja postura inadequada, nem força excessiva, nem vibração ou compressão

mecânica, e desde que haja o tempo suficiente para a recuperação dos tecidos” (Idem, p. 19)”. E nos diz que em relevante estudo sobre as situações críticas que geram lesões nos membros superiores em abatedouros de aves, Hoffmann e Busin (2005, p. 16) consignaram que “[...] a repetitividade tem um conceito empírico de muita utilidade prática e demonstra que: menos de 1.000 movimentos por dia, é considerado sem risco de lesão; de 1.000 a 3.000 movimentos por dia, moderado risco; mais de 6.000 movimentos por dia, alto risco de desenvolver lesões” (SARDÁ, 2008, p. 19-20)

Em relação ao limite máximo de movimentos, para prevenir-se lesões, nos ensina Couto:

Um número de movimentos de 15 mil por jornada é considerado incompatível com a possibilidade de se ter um mecanismo de recuperação eficiente. Seria o equivalente a 31 movimentos por minuto. Isso coincide com o número de referência científica proposto por Kilbom, de não exceder a 28 a 33 movimentos por minuto (grifo nosso) (COUTO *apud* SARDÁ, 2008, p. 20).

Mas pelo Auto Infracional de número 016285964, tem-se que a agroindústria nada tem feito para diminuir as incidências de doenças pela repetitividade, excesso de movimentos, e inadequação do meio ambiente do trabalho. Diz o AI citado:

Não tem sido implementada pela empresa medidas suficientes e adequadas para garantir um meio ambiente de trabalho adequado às características psicofisiológicas dos trabalhadores e para a redução/minimização dos riscos existentes, tais como a redução do tempo de exposição através da redução de jornadas, controle de horas extras e da introdução de pausas no trabalho, diminuição da alta repetitividade, da monotonia e da pressão de tempo (SARDÁ, 2008, p. 20).

Este AI foi lavrado entre janeiro a março de 2008, e em outubro/novembro do mesmo ano, quando do retorno dos auditores a agroindústria, nenhuma medida de proteção à saúde dos obreiros tinha sido implementada, conforme informa o Procurador do Trabalho e diz o Auto infracional de n. 014038820:

Deixar de realizar a análise ergonômica do trabalho, para avaliar a adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores ou realizar análise ergonômica do

trabalho que não aborde aspectos relacionados ao levantamento, transporte e descarga de materiais e/ou ao mobiliário e/ou aos equipamentos e às condições ambientais do posto de trabalho e/ou à organização do trabalho. Verificamos que apesar de possuir diversas atividades críticas sob a ótica da Ergonomia, com atividades repetitivas, pressão do tempo, ciclos muito curtos de trabalho e/ou movimentos e posturas incorretas, a empresa somente realizou a Análise Ergonômica do Trabalho de duas atividades, nos termos do Auto de Infração nº 014038820 (SARDÁ, 2008, p. 21-22).

E, conclui Sardá:

A adoção de um ritmo de trabalho incompatível com a saúde e dignidade humana, gerador de doenças ocupacionais num ritmo tão acelerado quanto à velocidade da nória na linha de produção, denota a exclusiva preocupação da empresa com a geração de lucros a qualquer custo, conduta anti-social que afronta valores acolhidos pela Constituição Federal e, portanto, deve ser prontamente coibida pelo Poder Judiciário Trabalhista (grifo nosso) (SARDÁ, 2008, p. 22).

b) Não concessão de pausas necessárias à recuperação da fadiga muscular em cada atividade desenvolvida nos termos do item 17.6.3 da NR 17 do MTE. Chegou-se a esta conclusão após ser procedida a devida análise ergonômica e mesmo com indicação de engenheiros da própria agroindústria que indicam a necessidade de em algumas áreas existirem pausas. Pausas estas que deveriam ser de dez minutos a cada cinquenta minutos trabalhados. Com estes dados o Procurador requereu que a Justiça do Trabalho determine as pausas para a recuperação de fadiga, e que fosse levado em consideração para a fixação destas os seguintes fatos e critérios hermenêuticos:

- a) as análises ergonômicas realizadas pelos Engenheiros Auditores Fiscais do Trabalho.
- b) os estudos realizados pelo Ministério do Trabalho apontando a necessidade de pausas de 10 minutos a 50 de trabalho ou de 20 minutos a cada 1h40min de trabalho, nas atividades que exijam sobrecarga muscular estática ou dinâmica do pescoço, ombros, dorso e membros superiores e inferiores.

c) Tratados de Ergonomia concluindo que, independente de qualquer outro fator, nas atividades repetitivas sem variabilidade de atos operacionais, deve ser concedido pausas de 10 minutos de repouso a cada 50 minutos de trabalho (Método OCRA).

d) a simultaneidade na exposição de trabalhadores a diversos agentes de riscos (frio, repetitividade, monotonia, posturas inadequadas, pressão de tempo, dentre outros), que devem ser considerados na proteção à saúde dos trabalhadores, nos termos do art. 11 da Convenção 155 da OIT.

e) a elevada sobrecarga muscular e a alta incidência de agravos à saúde nas empresas do setor de abate e processamento de carnes, superiores inclusive aos agravos que acometem os digitadores.

Do cotejo entre os mecanismos de regulação anteriormente descritos e os implementados pela ré, aliados as condições de trabalho existentes, podemos observar:

- a) existência de atividades de alta intensidade com sobrecarga biomecânica e mental;
- b) rodízios não eficazes;
- c) ausência de pausas de recuperação de fadiga;
- d) ambiente psicossocial desfavorável, com elevada carga mental;
- e) recomposição hormonal prejudicada em razão de jornadas exaustivas, intervalos interjornadas inferiores a 11 horas, não-concessão do repouso semanal remunerado e intervalos intrajornadas inferiores a 1 hora, dentre outras (SARDÁ, 2008).

As pausas seriam uma das formas de diminuir parcialmente a fadiga dos trabalhadores desta categoria das agroindústrias, evitando tantos adoecimentos. Outras das formas de diminuição seria a jornada de seis horas diárias. Neste sentido o Procurador inclusive faz um paralelo com os digitadores e os trabalhadores de *telemarketing*, quando diz que estas categorias já conseguiram introduzir o direito a pausa e também a jornadas diminuídas, (sendo que os operadores de telemarketing pela NR 17, anexo II tem seis horas de jornada e os digitadores, por analogia aos mecanógrafos e aos datilógrafos à cinco horas), e os trabalhadores dos frigoríficos (que em tese têm um ambiente de trabalho mais

perverso) nada conseguiram a este respeito. Em entrevista à autora, o Procurador disse que está se discutindo a nível Governamental a elaboração de uma Norma Regulamentadora para o Trabalho nos Frigoríficos, onde as medidas preventivas que podem ser tomadas em relação à organização do trabalho, e inclusive, a redução da jornada de trabalho estão em debate. Tramita também no Senado Federal um projeto de lei reduzindo a jornada de trabalho da categoria para 36 horas semanais.

Além desta pausa, tem-se que os ambientes de trabalho do frigorífico são artificialmente frios, na imensa maioria de seus setores em torno de dez graus centígrados, podendo chegar a menos 30 a 40 graus negativos e esta agroindústria não concede a pausa prevista no artigo 253 da CLT. Ambientes artificialmente frios constituem fator de risco à saúde dos trabalhadores, em relação aos distúrbios osteomusculares relacionadas ao trabalho, consoante estabelece a Instrução Normativa nº 98/2003 do INSS.

Não obstante a quase totalidade de ambientes artificialmente frios existentes na ré, omite-se a empresa em adotar as pausas de 20 minutos a cada 1h40 de trabalho contínuo previstas no art. 253 da CLT, conforme atesta o Auto de Infração de n.º 016285956, que diz:

Os registros de temperatura apresentados pela própria empresa atestam ambientes artificialmente frios, com variações entre 6,3º a 9,11º C, **sem observância do intervalo previsto na art. 253 da CLT.** A título exemplificativo foram analisados as temperaturas dos seguintes ambientes no período de 06-11-07 a 20-01-08: a) 'Desossa de Perna', b) 'Embalagem de Frango'; c) 'Amb. Embalagem de Frango'; d) 'Kakurigi'; e) 'Sala de Cortes'; f) 'Sala de Cortes Mecanizados (CMS)'. [...] Nesses ambientes trabalham, na totalidade, cerca de 2.711 empregados. Verificou-se ainda a existência de câmaras de resfriamento anexos a diversos setores, tais como CMS (frango e peru), onde os empregados movimentam produtos do interior para o exterior destes ambientes. No interior da câmara a temperatura gira em torno de 0ºC e a temperatura nos setores é de no máximo 10ºC. Segundo informações prestadas pelo encarregado do setor, cerca de 8 trabalhadores por turno adentram nas câmaras frias. Assim, a maioria dos postos de trabalho se situa em ambientes artificialmente resfriados com

temperaturas abaixo de 10°C. Adicionalmente, segundo informações prestadas pelos fiscais sanitários do Setor de Inspeção Federal (SIF) os produtos manuseados devem permanecer em baixas temperaturas, em torno de 4°C, não podendo ultrapassar, para correta conservação, os 7°C no final do processo. Já a temperatura ambiente máxima no dia da fiscalização (25/01/08 às 14 horas) foi de cerca de 30°C (SARDÁ, 2008, p. 55-6).

O ambiente de trabalho em todos os frigoríficos e neste em estudo é artificialmente frio, e essa situação, aliada ao manuseio de produtos congelados ou resfriados, é propícia ao aparecimento de doenças do trabalho. O Procurador do MPT tomou depoimentos em seu inquérito de investigação, e citou parte dos mesmos quando se referiu aos ambientes artificialmente frios do frigorífico. Pela riqueza dos detalhes comprovando fartamente o desconforto térmico sofrido pelos trabalhadores, decorrentes das baixas temperaturas dos locais de trabalho e dos produtos manipulados, cita-se os mesmos:

[...] que o ambiente de trabalho era bastante frio, apresentando temperaturas inferiores a 10°C; que em algumas oportunidades a temperatura ambiente era de 3 a 4°C; que a depoente, em algumas oportunidades sentia frio com a roupa fornecida pela empresa; que eram freqüentes as reclamações aos supervisores em relação ao desconforto térmico; que em muitas ocasiões o produto chegava congelado para o corte; que quando havia visitas, a temperatura ambiente era mais alta que nos demais dias.

[...] que o ambiente de trabalho era bastante frio, apresentando temperaturas inferiores a 10°C; que a depoente, mesmo com luvas e agasalho, sentia muito frio no ambiente de trabalho; que eram freqüentes as reclamações em relação ao desconforto térmico; que os encarregados e supervisores diziam que não poderiam aumentá-la devido ao controle da Inspeção Federal; que quando havia auditoria, a temperatura era ainda mais baixa; [...] que a temperatura do produto também era muito baixa, sendo que em algumas oportunidades o produto chegava congelado na linha de produção; [...] que mais incomodava a

depoente na Sadia era o frio e o choque térmico no qual era submetida quando saía para o almoço. [...] que o ambiente de trabalho era bastante frio, apresentando temperaturas inferiores a 10°C; que em algumas oportunidades a temperatura ambiente era de 7 a 8°C; que a depoente sentia frio com a roupa fornecida pela empresa; que eram freqüentes as reclamações aos supervisores em relação ao desconforto térmico, sendo que estes, na maioria das vezes, não pediam para que as temperaturas fossem aumentadas; que em muitas ocasiões o produto chegava congelado para o corte; que quando havia auditoria, a temperatura ambiente era mais baixa do que nos demais dias. [...] que as temperaturas do produto e da sala de cortes são bastante baixas e há muitas reclamações dos trabalhadores em relação ao frio; que a depoente e outros trabalhadores utilizavam duas blusas forradas e ainda assim sentiam frio; que a temperatura ambiente da sala de cortes era de aproximadamente 8°C e que esta temperatura era ainda mais baixa quando havia auditoria; que sentia fortes dores na ponta dos dedos em razão da temperatura dos produtos [...] (SARDÁ, 2008, p.58-9).

c) A questão da inadequação do mobiliário da agroindústria: outro fator analisado nas Ações Cíveis Públicas é a inadequação do mobiliário do frigorífico. Diz o Procurador “nos postos de trabalho, as inadequações dos mobiliários são diversas e contribuem fatalmente para os agravos à saúde dos trabalhadores da ré” (SARDÁ, 2008, p. 51). Pois, “nos setores de produção, onde são disponibilizados assentos, estes não estão adaptados ao trabalho exercido, resultando na não utilização do encosto, conforme relatam os Auditores-Fiscais do Trabalho” (SARDÁ, 2008, p. 51):

Os assentos possuem encosto, mas em quase todos os setores a maioria dos trabalhadores não o utilizam pelos mais variados e diversos motivos, exemplificando: seja porque o apoio de pé do mesmo encosta em travessa debaixo da bancada (e assim não permite a aproximação do mesmo, porque neste posto de trabalho ainda não foi adequado para a existência do assento), seja porque quando o tipo de bancada permite a

aproximação do assento este não foi adequadamente regulado, o que é frequente. Pela natureza atual das atividades na indústria frigorífica (repetitividade, pressão de tempo, nória alta, esteira distante, onde esta exige que se alongue o braço e incline a coluna) a utilização do encosto do assento (sempre que possível, quando o trabalhador estiver sentado) é FUNDAMENTAL, já que somente o peso próprio dos braços, antebraços suspensos e mãos (geralmente, pesam de 6 a 10 kg somente cada membro superior) e o produto na extremidade, sobrecarregados com o esforço para içar, puxar, cortar e/ou rasgar, oneram significativamente ainda mais a compressão na parte interior da coluna lombar, acelerando a degeneração deste sistema neural-músculo-esquelético (Auto infracional n. 016285999).

Esta agroindústria, para sua defesa, principalmente em Juízo, bate na tecla que dispõe de assentos para os trabalhadores, sendo que uma parte das atividades é feita em pé, e outra parte sentada, onde isto é possível. No entanto, claro está que referidos assentos de nada adiantam para a diminuição de agravamento das doenças, pois estes violam as prescrições contidas na NR 17, notadamente o item 17.3.3. E isto em setores que possuem os assentos, sendo que na maioria dos postos de trabalho estes não existem, ou não são utilizados pelos obreiros.

Outro auto de infração (AI 016286006) lavrado pelos auditores do Ministério do Trabalho e Emprego, diz respeito à questão da agroindústria não dotar os assentos com os requisitos do subitem 17.3.3 alínea "a" da NR-17. Referido diz:

[...] Com o regime constante de produção, através de nória e pressão de tempo, a regulagem do assento fica dificultada e muito poucos trabalhadores efetuam a adequação. Os trabalhadores mais baixos sofrem mais, porque em relação ao apoio de pé, por exemplo, não proporciona descanso do mesmo, já que a regulagem é insuficiente em várias cadeiras observadas (necessitaria de apenas um furo a mais no tubo, para cima). Assim, os tendões de aquiles destes trabalhadores, mesmo estando com as pontas ou parte dos pés apoiados, ficam mais tensionados do que seria desejável, provocando o desconforto e uma solicitação corporal maior, sem

necessidade para a produção. Exemplificando: M.O., dentre outros, na sala de cortes de frango, onde não apoiam a planta dos pés (SARDÁ, 2008, p. 52).

Ainda quanto às bancadas, ficou patente a falta de ergonomia das mesmas, que sequer cumprem o disposto no subitem 17.3.2 alínea c da NR-17 que dispõe que “[...] as bancadas devem ter características dimensionais que possibilitem posicionamento e movimentação adequados aos segmentos corporais” (SARDÁ, 2008, p. 52).

Verifica-se que o mobiliário da agroindústria é completamente inadequado à realização das atividades, o que faz surgir vários problemas na coluna-cervical, varizes e outros agravos à saúde dos que lá laboram.

d) Jornadas exaustivas: Os trabalhadores da agroindústria, além de serem submetidos ao banco de horas, implantado após o ano de 2000, trabalham diariamente 8 horas e 48 minutos de jornada. É por certo que muitas vezes este horário é ultrapassado, quando então as horas excedentes são “adicionadas” no banco de horas¹⁹², para posterior compensação.

Na realidade, conforme já visto, a jornada para estes trabalhadores de agroindústria, com trabalho repetitivo, monótono, parcelar e com alta concentração na linha de produção, deveria ser de no máximo seis horas, com pausa de dez minutos a cada hora trabalhada. Mas, ainda que seja esta uma luta árdua que deverá ser travada, vimos que praticamente todas as atividades dos frigoríficos devem ser consideradas insalubres, diante de: excesso de água, umidade, penas, poeiras e dejetos de animais (na matança estas três últimas), e, principalmente, devido ao frio, pois na maioria dos setores temos menos de 10 graus centígrados, o que na nossa região é considerado como desenvolvimento das atividades em lugares insalubres. O que significa dizer que o trabalho não deveria ser prorrogado para além das oito horas, visto que o artigo 60 da CLT, somente permite esta prorrogação com autorização do Ministério do Trabalho e Emprego.

Sobre as jornadas exaustivas, Sardá (2008, p. 61) afirma o seguinte:

As balizas definidas em lei para a duração da jornada têm como objetivo primordial a proteção

¹⁹² Com a nova direção da entidade sindical somente existe banco de horas para a área de apoio, no total de 800 empregados. E isto, porque em assembléia a proposta da direção, contrária ao banco de horas, restou vencida. No entanto, este acordo vai até julho deste ano, quando a questão será novamente analisada pelos trabalhadores.

da vida, da saúde e da integridade física dos trabalhadores, bens indisponíveis que, por sua essencialidade, reclamam à máxima atenção e tutela do Estado, pois, oportuno dizer, jornadas excessivas levam à fadiga crônica, gerando estresse e profundo desgaste orgânico nos empregados.

Esta constatação do Procurador do Trabalho restou evidenciada pela fiscalização dos auditores fiscais do trabalho na agroindústria, que no item 11 do Relatório de Fiscalização, assim se manifestaram:

A análise do controle de pontos demonstrou que seguidamente a jornada tem sido prorrogada além do limite legal, em alguns casos, com jornadas diárias superiores a 12 horas de trabalho no dia. Convém salientar que a própria natureza das atividades desempenhadas, com risco para a saúde dos empregados já deveria limitar por parte do empregador a exigência de trabalho extraordinário (SARDÁ, 2008, p. 62).

Conforme Sardá (2008, p. 62-63): “no Auto de Infração de número 016287592, os Auditores Fiscais do Trabalho relataram expressivo número de trabalhadores submetidos a jornadas superiores há 12 horas”, tendo que foi constatado “86 trabalhadores que laboraram por mais de dez horas diárias, dentre os mais de 10 (dez) mil casos encontrados, que prestaram jornadas superiores há 10 horas”. Depois, cita o Auto Infracional de número **014038404, de 11 de novembro de 2008, quando os fiscais do trabalho dizem:**

Prorrogar a jornada normal de trabalho, além do limite legal de 2 (duas) horas diárias, sem qualquer justificativa legal. Constatamos que o empregador acima indicado continua desrespeitando o limite imposto pela legislação vigente quanto à exigência de trabalho extraordinário de seus empregados. Ressalte-se que, no mês de fevereiro/2008, o empregador acima foi autuado pela mesma irregularidade e, com base na análise dos controles de ponto de fevereiro a setembro/2008, não houve mudança na sua conduta (SARDÁ, 2008, p. 65).

Continua o procurador em sua análise em relação às jornadas exaustivas, citando Couto (2006, p. 187) num estudo que o mesmo fez “sobre horas extras o *National Institute Of Occupational Safety and Health* (NIOSH-2004) fez uma revisão (metapesquisa) de 51 estudos

que associam longas horas de trabalho com o surgimento de doenças ocupacionais”.

As principais conclusões deste estudo foram:

a) horas extras e patologias dos membros superiores: há desconforto no braço ou mão associada com extensa carga de horas extras; b) trabalho de 10 horas aumenta risco de lombalgias, quando comparado com jornada de 8 horas; c) a fadiga de membros superiores aumenta rapidamente com o aumento da jornada de trabalho e em jornadas de trabalho noturno; d) as jornadas estendidas, acompanhadas de mais de 40 horas de trabalho por semana, estão associadas a risco elevado de distúrbios em pescoço, ombro e coluna (quando comparadas com 5 dias de 8 horas por semana); e jornadas de 12 horas estão associadas a maior incidência de queixas musculoesqueléticas quando comparadas com as de 8 horas, nas mesmas circunstâncias de revezamento de turnos (COUTO apud SARDÁ, 2008, p. 66).

e) Do intervalo para alimentação e banheiro: o intervalo para alimentação (intrajornada) na agroindústria, em tese, para a maioria dos empregados, deveria ser de 45 minutos. Ocorre que estes quarenta e cinco minutos muitas vezes transformam-se em 30 minutos, conforme constatação dos auditores fiscais no Auto infracional de número 016287665, quando dizem:

Constatamos que o empregador acima indicado não está concedendo regularmente o intervalo mínimo de uma hora para repouso ou alimentação de seus empregos. Anexamos ao presente auto de infração, relação em três páginas, que passa a integrá-los para todos os efeitos legais, que inicia com o nome de A.S.S. e termina com o nome de W.G., com **mais de uma centena de exemplos de empregados que FIZERAM INTERVALO INFERIOR A TRINTA MINUTOS**, na primeira semana de dezembro/2007. [...] Além desses casos, grande volume de empregados não tem assinalado no cartão ponto o intervalo previsto para refeição. Assim, se estes empregados não registram seu horário de saída e entrada no intervalo de refeição não há como saber, pelo

controle de ponto adotado, se fizeram ou não fizeram o intervalo [...]. (SARDÁ, 2008, p. 72-73)

Além disso, deve ser considerado que o empregado da agroindústria, quando sai de sua seção para o intervalo intrajornada e dirige-se ao refeitório, ainda tem que enfrentar grandes filas, restando a pergunta: quantos minutos sobram para a refeição? E esta refeição corresponde ao almoço ou jantar, sendo que a mesma é feita em horários bem diversos dos horários que são usados na vida diária das pessoas.

Existe, ainda, um intervalo para café de aproximadamente 20 a 25 minutos, e fora estes os empregados têm uma vez ao dia 10 minutos para ida ao banheiro. Deve ser levado em conta que 60% dos trabalhadores desta agroindústria são mulheres, com necessidades fisiológicas diferenciadas das masculinas.

f) Intervalos de 15 minutos: Ainda, referem os fiscais do trabalho que a agroindústria não concede o intervalo de 15 (quinze) minutos quando a duração da jornada de trabalho ultrapassa de 4 (quatro) horas e não excede a 6 (seis) horas diárias, conforme comprova o Auto de Infração 016287673:

Constatamos que o empregador acima indicado não está concedendo regularmente o intervalo mínimo de quinze minutos para os empregados que cumprem jornada de trabalho entre 4 e 6 horas. Anexamos ao presente auto de infração, relação em três páginas [...] iniciando com o nome de A.F.C. e findando com o nome de W.D., com mais de uma centena de exemplos de empregados que NÃO TIVERAM INTERVALO no ano de 2007 (SARDÁ, 2008, p. 73).

g) Intervalos interjornadas: foi constatado também pelos auditores fiscais do trabalho, noticiado através do Auto infracional n. 016287649, que não é respeitado o descanso semanal dos trabalhadores desta agroindústria, tendo inclusive empregados que laboram por até 41 dias consecutivos. Assim diz o AI:

Constatamos que o empregador acima indicado não está concedendo folgas semanais remuneradas aos seus empregados. Anexamos ao presente auto de infração, relação em quatro páginas [...] **com mais de uma centena de exemplos de empregados que TRABALHAM CONTINUAMENTE POR ATÉ 41 (quarenta e um) dias**, nos meses de outubro e novembro/2007 (SARDÁ, 2008, p. 67).

Ainda, denuncia o Procurador que a agroindústria não respeita o intervalo interjornada de onze horas, conforme preceituado no artigo 66 da CLT, e observado pelo Auto infracional de número 016287631 (SARDÁ, 2008, p. 69).

Citou-se os Autos Infracionais que foram considerados mais graves em relação à saúde dos obreiros. Mas várias outras situações existem na agroindústria em contradição à legislação obreira e foram analisadas pelos auditores fiscais do Trabalho, servindo para a lavratura de Autos Infracionais, bem como para a fundamentação das duas ações civis públicas propostas. Entre outros fatores, dois ainda merecem menção. São:

A questão da CIPA¹⁹³, que não cumpre com seu papel visto que não discute os aspectos ergonômicos do trabalho e não aborda a questão das doenças.

O desrespeito da ré em relação ao Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, pois a agroindústria não mantém o quadro necessário de profissionais especializados para estas atividades.

Esta agroindústria está enquadrada como grau de risco três, conforme a NR-4 (o grau de risco por atividades vai até quatro), e à época (25.01.2008) tinha 7.554¹⁹⁴ empregados. Com base nestes dados é que foi observada a falta de engenheiros e médicos.

Analisados os fundamentos da Ação Civil Pública, baseados nos Autos Infracionais lavrados pelos fiscais do trabalho, destaca-se três aspectos relevantes da empresa Sadia S.A de Chapecó, pelos quais foi necessário impetrar os processos. São eles:

- a) a existência de riscos inerentes ao trabalho;
- b) a omissão da ré em reduzir esses riscos, por meio da adoção de normas de saúde e segurança;
- c) o agravamento expressivo dos riscos, em face o descumprimento da legislação trabalhista (SARDÁ, 2008, p. 11).

Como não ficar doente diante do terrível quadro descrito? É concebível, em pleno século XXI, trabalho em condições tão degradantes? Sim, se considerarmos o fato de que o capital, em sua crise estrutural, precisa degradar o meio ambiente e o homem, com a

¹⁹³ A CIPA- Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, nesta empresa, e em várias outras, infelizmente, somente existem porque é obrigação legal. Mas, não cumprem os cipeiros o papel que deveriam cumprir, ou por ignorância, ou pela questão de serem defensores do capital.

¹⁹⁴ Este número de empregados deve ter tido poucas variações até a presente data.

degradação do trabalho, para manter a taxa de lucro. Na próxima subseção, analisam-se os adoecimentos desta categoria.

5.7.4.3 Os adoecimentos dos trabalhadores

Com a automação, ocorrida a partir da década de 1990 em diante, o operário ficou refém por completo da máquina, conforme nos diz o trabalhador anônimo do início deste capítulo. As tarefas continuaram em série, parcelar, com muita atenção visual e mental, repetitivas, monótonas, características do fordismo. Mas, agregado, tem-se um aumento exagerado de produção, onde se pode afirmar que o trabalho feito anteriormente por três empregados, agora é feito por apenas um.

Diante deste alto nível de movimentos diários dos membros superiores, que excedem a 35.000 movimentos/dia, chegando até 63.360 movimentos/dia (conforme quadro acima, elaborado pelo Procurador do Trabalho), como não ficar doente, se todos os estudiosos do assunto dizem que o compatível seria de no máximo 6.000 movimentos/dia em abatedouros (HOFFMANN; BUSIN, 2005, p. 19)? É por certo que o resultado é um elevado aumento de doenças do trabalho, com presunção de nexos de causalidade, estando relacionadas as mesmas nas LER/DORT, osteomusculares, e do grupo com CID G, doenças do sistema nervoso¹⁹⁵.

Aliados às características acima, que expressam ainda uma concepção de fábrica fordista, à exceção da automação, tem-se os elementos do toyotismo que foram sendo introduzidos ao longo destas duas últimas décadas, quais sejam: a pressão por metas, o salário por produtividade, a participação “obrigatória” nos grupos de controle de qualidade, o exigir níveis de escolaridade, a formação de equipes de trabalho, a hegemonização da idéia de ser o operário um colaborador, a retirada de direitos, os baixos salários e outros elementos já estudados, e

¹⁹⁵ Deve ser observado que as LER/DORT dizem respeito a várias doenças que tem como causas esforços repetitivos, por isto - Lesões por esforços repetitivos e doenças osteomusculares. Doenças estas que surgem devido à inadequação do meio-ambiente do trabalho e da forma de seu desenvolvimento. Em consequência, tem no ordenamento jurídico presunção de nexos-causal. Nas ações civis públicas estudadas para este trabalho, o Procurador do Trabalho, Sandro Eduardo Sardá relacionou as doenças com CID M como sendo doenças osteomusculares, e de CID G, como sendo doenças do sistema nervoso. Neste grupo de CID G, apenas considerou a síndrome do túnel do carpo, que foram poucos casos de afastamento pelo INSS. E, esta doença, síndrome do túnel do carpo, tem nexos de causalidade com o trabalho e a mesma ocorre devido às lesões por esforços repetitivos.

se pode vislumbrar o quadro do psicológico destes trabalhadores. E assim, além das doenças físicas (já muito comentadas), somente pode se ter um quadro dantesco de doenças de transtornos mentais (CID grupo F). Pois, como assevera Sardá, “[...] a inadequação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores geram uma elevada incidência de transtornos mentais, causadores de intenso sofrimento psíquico-mental, dor, ansiedade, agonia, aflição, caracterizando violação direta à saúde dos trabalhadores” (SARDÁ, 2008, p. 109).

Como se não bastasse o imbricamento dos elementos dos dois processos de organização do trabalho, tem-se ainda nesta agroindústria jornada exaustiva; não concessão de pausas de 10 minutos a cada cinquenta minutos trabalhados, ou de pausas para trabalhos artificialmente frios; o pouco intervalo para as refeições e banheiros; inadequação do mobiliário da fábrica, e falta de adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores.

Ao somar-se as características descritas nos três parágrafos anteriores, tem-se uma idéia do trabalho degradante destes trabalhadores. Ainda mais levando-se em conta tratar-se de um abatedouro, onde se trabalha com a morte de animais durante toda a jornada, sangue, fezes, partes das aves, facas, penas, restos de excrementos e outros. Para ver esse quadro com todas suas horrendas cores (mesmo que mentalmente, para quem nunca entrou num frigorífico), basta ver a descrição da planta desta fábrica e do meio-ambiente do trabalho nos frigoríficos, de como é organizado o processo de trabalho, subseções acima.

Esse quadro dantesco de adoecimentos é analisado pelo Procurador do Ministério do Trabalho, Sandro Eduardo Sardá, que obteve dados do INSS¹⁹⁶ a partir de 2004 até metade de 2008, e chegou a conclusão de que no tocante às doenças osteomusculares (CID grupo M), doenças do sistema nervoso (CID grupo G), transtornos mentais (CID grupo F), houve “elevada prevalência de agravos à saúde e expressivo aumento do adoecimento de trabalhadores ao longo dos anos”, conforme se depreende da Tabela abaixo por ele elaborada.

¹⁹⁶ Infelizmente esta mestranda solicitou junto ao INSS, via ofício, os dados numéricos das doenças do período de 2000 a 2009, e não foi concedido a mesma, sob alegação de sigilo. Assim, tem-se que trabalhar com os dados disponíveis na ação civil pública.

SADIA S.A.		
ANO	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS CONCEDIDOS (GRUPOS M, G)	VARIAÇÃO
2004	73	
2005	98	+34,2%
2006	173	+76,5%
2007	188	+8,7%
01/01/2008 a 16/06/2008	141	+49,4%
Projeção: 2º semestre	281	
Total:	814	

SADIA S.A.		
ANO	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS CONCEDIDOS (GRUPO F)	VARIAÇÃO
2004	62	
2005	115	+75%
2006	153	+19%
2007	171	+30,4%
01/01/2008 a 16/06/2008	69	-7,9%
Projeção para o 2º semestre	150	
Total:	498	

SADIA S.A.		
ANO	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS CONCEDIDOS (GRUPO M,G E F)	VARIAÇÃO
2004	130	
2005	207	+xx%
2006	315	+xx%
2007	339	+xx,4%
01/01/2008 a 16/06/2008	198	-xx,9%
Projeção para o 2º semestre	396	
Total:	1.387	

Quadro 2: Benefícios previdenciários concedidos

Fonte: SARDÁ (2008, p. 79-80).

A análise destes dados da Ação Civil Pública, demonstram o crescimento dos adoentados em relação às doenças osteomusculares e doenças do sistema nervoso (grupos com CID M e G). Tem-se no ano

de 2004, 73 adoentados afastados pelo INSS; no ano de 2005, 98 adoentados afastados pelo INSS; no ano de 2006, 173 adoentados afastados pelo INSS; no ano de 2007, 188 adoentados afastados pelo INSS; e até metade de 2008, 141 adoentados afastados pelo INSS, com projeção até final de ano de 281 casos de adoentados.

Em relação aos transtornos mentais (CID grupo F) tem-se: 2004, 62 adoentados afastados pelo INSS; 2005, 115 adoentados afastados pelo INSS; 2006 153 adoentados afastados pelo INSS; 2007, 171 adoentados afastados pelo INSS, e em 2008 projeção para 150 adoentados afastados pelo INSS com transtornos mentais, visto que nos primeiros seis meses teve 69 casos de afastamentos por doenças mentais. Observa-se que o ano de 2007 superou (em tese, pela projeção) o ano de 2008.

Embora estes dados vão de 2004 até 2008, portanto, cinco anos, deve ser observado:

a) No ano de 2009 e 2010, embora não se tenha conseguido os dados do INSS, conforme já frisamos em nota de roda-pé, pela prática diária nas lidas trabalhistas, estes números ainda mais aumentaram.

b) Os dados analisados tratam daqueles trabalhadores que o INSS afastou do trabalho concedendo ou auxílio-doença acidentário (código 91), ou mesmo por auxílio doença (código 31), embora os dados analisados provem tratar-se de doenças do trabalho. Mas, estes dados não demonstram a realidade na sua plenitude, pois quem milita nos movimentos sociais e entre eles o movimento sindical, bem como quem milita na Justiça, sabe que de cada três adoentados que procuram o Instituto para solicitar afastamento, a dois não é concedido o benefício previdenciário. Portanto, os números citados apenas demonstram o aumento das doenças, tanto das enquadrados no grupo das LER/DORT, quanto dos transtornos mentais. Mesmo assim o quadro demonstra o panorama do crescimento dos afastamentos de trabalhadores da agroindústria por doenças do trabalho.

c) Mas, embora o INSS possa ter afastado com o código 31 (auxílio-doença), as doenças analisadas pelo Procurador do MPT têm:

[...] nexos de causalidade com as condições de trabalho, nos termos do instituto jurídico denominado de Nexo Técnico Epidemiológico (NTEP – instituído pelo Dec. 6.042/07), conclusão que se obtém da contraposição entre o Código Nacional de Atividade Econômica (CNAE) da ré (1012-101) e dos diagnósticos encontrados (CIDs). (SARDÁ, 2008, p.87).

d) Ainda, a sub-notificação: que segundo alguns estudos chega à casa de 61% no Brasil. A sub-notificação nesta agroindústria é gravíssima, conforme muito bem salientado pelo Procurador do MPT, quando às páginas 187/188 da ação civil pública, registra o grande número de autuações por não emissão da CAT. Ainda mais pela prática da empresa, que quando o trabalhador está doente, não o envia ao Órgão Previdenciário, deixando-o por meses e meses trabalhar doente, conforme vários depoimentos colhidos já referidos no item 5.5. Mesmo quando há inequívoco nexos causal com o trabalho, conforme se evidencia pelo elevado número de adoecimentos, a ré não emite a CAT desrespeitando assim a legislação. Pelo Auto de Infração 016272285, baseado em dados do INSS, concluiu-se que “estiveram em auxílio-doença no período de janeiro a julho de 2007, 405 trabalhadores da empresa em epígrafe por doenças osteomusculares, e 411 por transtornos mentais, destes 289 por depressão” (SARDÁ, 2008, p. 116) e prossegue denunciando que nesse mesmo período, **foram emitidas 77 Comunicações de Acidentes de Trabalho** por doenças osteomusculares, e nenhuma por transtornos mentais” (SARDÁ, 2008, p.116). Como se vê a sub-notificação é altíssima, mesmo em relação ao padrão brasileiro citado acima.

A percepção dos próprios trabalhadores, dos operadores do direito, e dos médicos (quando estes dois últimos profissionais têm um olhar voltado para o sofrimento da classe trabalhadora), é a de que, para cada um adoentado que consegue ir para o INSS e ter seu benefício deferido, desta agroindústria, dois não vão. Ou porque a empresa não encaminha e demite ou o trabalhador fica laborando doente, ou porque o INSS não defere o benefício, ou ainda porque os próprios trabalhadores não se dão conta das doenças, ainda mais se tratando de transtornos mentais, com muitos e muitos preconceitos. Ao fazer-se uma projeção com estes dados: (a cada um dois não conseguem afastamento pelo INSS), tem-se: (somente dos anos de 2007 e 2008): a) doenças osteomusculares e do sistema nervoso - (LER/DORT) 2007: 564 adoentados; 2008: 843 adoentados; b) transtornos mentais: ano de 2007: 513 adoentados; ano de 2008: 450 adoentados.

Isto significa, na análise destes dois anos e por estes dados da realidade (embora não configurados pelo INSS e nem pela Justiça do Trabalho, conforme se verá adiante), considerando-se 7.554 trabalhadores: no ano de 2007, 7,47% de doentes pelo grupo M e G (LER/DORT), e pelo grupo de transtornos mentais, 6,79% trabalhadores adoentados. Já no ano de 2008, 11,16% de doentes pelo grupo M e G (LER/DORT), e pelo grupo de transtornos mentais, 5,96% trabalhadores

adoentados. Somando-se os dois grupos: no ano de 2007 tem-se 1073 trabalhadores doentes, o que significa num total de 7.554 empregados um percentual de 14,20% trabalhadores doentes; e no ano de 2008 tem-se 1292 adoentados, o que significa num total de 7.554 empregados um percentual de 17,10% de trabalhadores doentes. O que resulta numa verdadeira epidemia de doentes nesta agroindústria, sem que esta epidemia seja analisada de forma séria e comprometida, pelos profissionais do INSS ou do Direito. Os trabalhadores desta categoria ‘são jogados a sua própria sorte’.

e) Observa-se também que um dos motivos dos transtornos mentais são as dores ocasionadas pelas doenças do trabalho, relacionadas no grupo LER/DORT. Tanto as dores físicas quanto as psicológicas. Isto porque, ao ver-se doente, o trabalhador, além das dores físicas, sente-se inutilizado, inválido, sem trabalho, com medo de perder o emprego (o que geralmente ocorre), medo de não ter concedido seu benefício junto ao Órgão Previdenciário, de ser taxado preconceituosamente até pelos próprios colegas como “preguiçoso”, “acomodado”, “quebrado” - estas doenças não aparecem visivelmente -, e tudo isto leva principalmente à depressão.

E as doenças psicológicas, assim como as físicas, vêm do sofrimento do trabalho, sofrimento este relacionado às questões físicas e mentais do processo de produção e de organização do trabalho. Por isto, doenças sociais oriundas do processo de produção capitalista que elabora através de seus gestores o mundo da fábrica e o mundo fora da fábrica. Doenças de nossa época histórica, tanto as enquadradas no grupo de LER/DORT, quanto as psíquicas relacionadas ao trabalho. Doenças estas que resultam em danos sociais aos trabalhadores, em maior escala após a reestruturação produtiva, pois conforme Sardá (2008, p. 87):

Estas doenças adquiridas em função do trabalho são causas de grande sofrimento e angústia dos trabalhadores, originando o comprometimento da capacidade de trabalho, muitas vezes permanente, obrigando inúmeros trabalhadores a se aposentarem precocemente por invalidez.

A prova testemunhal recolhida pelo Ministério Público no curso do Inquérito Civil Público n. 213/2008 que posteriormente fundamentou a Ação Civil Pública, revela a extensão dos danos causados à saúde dos trabalhadores:

[...] que é comum os empregados trabalharem adoentados; [...] que em todos os setores da

empresa há um elevado número de trabalhadores acometidos de doenças ocupacionais dentre as quais problemas na coluna, LER/DORT, infecções urinárias e renais, inflamações nos punhos, braços, ombros e depressão [...].

[...] que a partir do 4º mês de trabalho começou a apresentar problemas de saúde, sentindo fortes dores nos ombros; que a empresa somente assegura assistência médica, por meio de plano de saúde privado após 6 meses de trabalho; que o médico do Hospital Regional lhe sugeriu que procurasse um médico particular para que conseguisse afastamento do trabalho; que a depoente foi atendida pelo médico do SUS, da Unidade do Hospital Regional, tendo sido diagnosticado tendinite; que a empresa limita o afastamento do trabalho a 1 (um) dia quando os atestados são prescritos por médicos do SUS; que em face dessa limitação o médico do Hospital Regional lhe prescreveu um dia de afastamento do trabalho; que após o término do atestado médico de um dia voltou ao trabalho, mas sentiu fortes dores e não conseguiu trabalhar; que a depoente pega atestados médicos a cada 1 (um) dia; que esta situação vem ocorrendo há 10 meses, isto é, trabalha 1 dia e folga outro; que em face da solicitação do médico do Hospital Regional, a depoente se submeteu a um exame de Raio-X, tomou antiinflamatórios e analgésicos receitados pelo médico do Hospital Regional; que seu estado de saúde não melhorou [...]

[...] que após o primeiro ano de trabalho passou a apresentar problemas de coluna; [...] que todas as empregadas do setor apresentam problemas de saúde, dentre os quais problemas de coluna, LER/DORT, depressão; que é comum os empregados trabalharem adoentados, já tendo presenciado casos de empregados que continuaram a prestar serviços sem as mínimas condições de saúde; que somente se o trabalhador desmaiar ou estiver morrendo é afastado do trabalho; [...] (SARDÁ, 2008, p. 87-93).

Ademais, ainda foi observado que os adoecimentos vem ocorrendo em alguns trabalhadores muito jovens e com poucos meses de trabalho na agroindústria, conforme análise feita por Sardá (2008, p. 95).

A partir dos autos de infração e relatórios dos fiscais da SRT-MTE foi observado que a maioria dos afastamentos ocorreu entre trabalhadores com 6 meses a 1 ano de atividade na empresa. Ele afirma que a mesma situação é observada em empresas deste mesmo setor, em estudo feito por Hoffman e Busin (2005, p. 58), que “observaram que a inadequação do meio ambiente de trabalho é tamanha que em diversos casos os sintomas de adoecimento surgem em menos de três meses de exposição aos riscos” (SARDÁ, 2008, p. 95). O estudo destes autores refere 33% dos casos em trabalhadores com até 3 meses na empresa, 42% dos casos em trabalhadores com 3 meses a 1 ano de empresa, 9% dos casos em trabalhadores com 1 a 2 anos, 12% dos casos em trabalhadores com 2 a 5 anos e 3% dos casos em trabalhadores com 5 a 10 anos (SARDÁ, 2008, p. 96).

h) Outro dado é que as pessoas adoentadas estão ficando incapazes até para os atos da vida diária. Observa-se pelos depoimentos colhidos e trazidos na Ação Civil Pública movida por Sandro Eduardo Sardá contra a Sadia:

[...] que apresenta incapacidade para as atividades da vida diária, como tomar banho, lavar roupa, lavar louça, limpar a casa; que as suas filhas de 9 e 12 anos é que realizam as atividades domésticas; que em razão de seus problemas de saúde, não tem condições de amamentar ou de carregar seu filho de 1 ano e meio no colo; que nas ocasiões em que necessita levar seu filho ao médico ou para vacinação, solicita ajuda para sua irmã, em razão da incapacidade de carregá-lo no colo [...].

[...] que a depoente tem muita dificuldade para desempenhar as atividades da vida diária dentre as quais: cozinhar, varrer a casa e lavar a roupa; [...].

[...] que não conseguia desempenhar as tarefas da vida diária, tais como cozinhar e limpar a casa, sendo que seus filhos realizavam estas tarefas; que passava todo o tempo que não estava trabalhando deitada; [...].

[...] que a depoente tem muita dificuldade para desempenhar as atividades da vida diária dentre as quais: cozinhar, varrer a casa e lavar a roupa, sentindo fraqueza nas mãos ao realizar atividades cotidianas, contando com ajuda de terceiros para realizar estas tarefas [...].

[...] que atualmente continua apresentando problemas no braço, com fortes dores e

incapacidade parcial para as atividades da vida diária dentre as quais: varrer a casa, lavar a roupa, limpar a pia, tendo que pagar uma pessoa para realizar estas tarefas; que mesmo sem realizar esforço, sente dores no braço; que faz uso do medicamento Celebra para conter a dor;

[...] que atualmente continua apresentando dores e formigamento em ambos os braços e incapacidade para as atividades da vida diária, tais como varrer a casa, lavar a roupa, limpar a pia e outras.

[...] que atualmente continua apresentando problemas na coluna com fortes dores e incapacidade parcial para as atividades da vida diária dentre as quais: varrer a casa, lavar a roupa, deslocar pesos.

[...] que não conseguia sair de casa e apresentava incapacidade para as atividades da vida diária [...].

[...] que a partir de 2004 o médico assistente recomendou abstenção de todas as atividades da vida diária, dentre as quais como cozinhar, lavar roupa, limpar a casa, segurar os filhos no colo;

[...] que atualmente não apresenta as mínimas condições para o trabalho e para as atividades da vida diária [...].

[...] que apresenta limitações nos movimentos dos braços, lavar louça, lavar roupa, limpar a casa, lavar os cabelos; que sua filha de quinze anos realiza as tarefas domésticas; [...] que atualmente não apresenta as mínimas condições para o trabalho e para as atividades da vida diária [...].

[...] que atualmente a depoente não consegue realizar atividades da vida diária, tais como lavar e passar a roupa, varrer a casa, cozinhar, dentre outras; que sua filha realiza tais tarefas [...].

[...] que atualmente a depoente não consegue realizar atividades da vida diária, tais como limpar a casa, lavar e passar roupas, cozinhar, segurar guarda-chuva, dentre outras [...].

[...] que não conseguia sair de casa e apresentava incapacidade para as atividades da vida diária; [...] (SARDÁ, 2008, p. 93-5).

Vê-se pelos depoimentos acima, o sofrimento destes adoentados em nem poderem realizar os atos cotidianos, como cuidar de um filho ou amamentá-lo.

Sobre as doenças ocupacionais, Sardá (2008, p. 79) diz que “o resultado do descumprimento generalizado às normas de saúde e segurança é uma verdadeira epidemia de doenças ocupacionais nos trabalhadores da ré”. E segue demonstrando que elas são produto da negligência da empresa com a saúde do trabalhador, pois:

Trata-se de doenças que poderiam ser evitadas ou minoradas com o simples cumprimento da legislação e com a adoção de medidas preventivas pela ré, tais como: cuidados ergonômicos, instituição de rodízios eficazes, pausas para recuperação da fadiga muscular, diminuição do ritmo, adequação do mobiliário adequado às características psicofisiológicas dos trabalhadores, que visem à redução dos riscos inerentes ao trabalho vem gerando danos irreparáveis à saúde dos trabalhadores, que muitas vezes ficam incapacitados para o trabalho e até para execução de atividades da vida diária (SARDÁ, 2008, p. 79).

Demonstra-se por esta análise dos dados o aumento das doenças do trabalho relacionadas a LER/DORT e às doenças mentais, que era a hipótese do objeto de estudo do nosso trabalho.

Na próxima subseção será feita uma análise dos processos em andamento ou findos na Justiça do Trabalho, que vão desde o ano de 2004 até 2009, portanto seis anos (um a mais do que o período analisado na Ação Civil Pública). E através desta análise vai restar comprovado um dado já há muito tempo percebido, qual seja: Que até o final da década de 1990¹⁹⁷, o maior número de afastamento e problemas de saúde dos trabalhadores deste frigorífico, diziam respeito a acidentes típicos e não a doenças do trabalho. Este estudo também demonstrará o aumento das doenças do trabalho relacionadas a LER/DORT e a transtornos mentais, como restou demonstrado pela análise da Ação Civil Pública.

¹⁹⁷ Deve ser lembrado que no Brasil, Maeno e Carmo (2005, p.124) afirmam que somente no ano de 1991 o então Ministério Unificado do Trabalho e da Previdência Social, através de uma Norma Técnica para Avaliação de Incapacidade (INSS), adota o termo LER – Lesões por Esforços Repetitivos -, reconhecendo que em algumas atividades a forma como o trabalho é executado pode gerar doenças por lesões de esforços repetitivos.

5.8 DOS PROCESSOS CONTRA A AGROINDÚSTRIA NAS VARAS DO TRABALHO DE CHAPECÓ

Foi elaborada análise dos processos contra a agroindústria Sadia S.A. de Chapecó, dos anos de 2004 a 2009, que tramitam/tramitaram nas duas Varas do Trabalho desta cidade, (Primeira e Segunda Vara), para demonstrar o crescimento das doenças do trabalho, relacionadas ao grupo das LER/DORT e das doenças psíquicas.

O marco temporal a começar em 2004 é porque foi neste ano, com a Emenda Constitucional de número 45/2004, que se definiu a competência da Justiça do Trabalho para as ações contra empresas que versam sobre indenizações de danos morais, matérias e estéticos, oriundos de doenças e acidentes do trabalho. Anterior a esta data, a competência para julgamento destas lides era da Justiça Comum (Fóruns das Justiças Estaduais).

Após a Emenda Constitucional 45/2004 todos os processos contra empresas que envolvessem estas versus trabalhadores e cuja matéria estivesse relacionada a doenças ocupacionais ou acidentes de trabalho típicos, foram remetidos pela Justiça Estadual para as Varas do Trabalho de suas respectivas regiões. Significa dizer que os processos em andamento no Fórum de nossa cidade, contra esta agroindústria e versando sobre esta matéria, foram remetidos todos às Varas do Trabalho. E como o processamento na Justiça Comum é mais lento do que o da Justiça do Trabalho, os processos que vieram daquela eram aqueles impetrados antes de 2000 (alguns) e até 2003/2004 (quando da nova definição de competência). Portanto, embora o marco temporal do estudo começa em 2004, tem-se que, pela razão acima explanada, analisa-se processos que abrangem o período de 2000 até 2009 (e até mesmo anteriores, ainda em menor escala).

Ainda, para se entender os dados analisados, explica-se o seguinte:

Trabalha-se com quatro grupos para a análise, sendo: um grupo de doenças LER/DORT - Lesões por Esforços Repetitivos e Doenças Osteomusculares Relacionadas ao Trabalho; outro grupo de doenças psíquicas, outro grupo de doenças do trabalho, que não estão relacionadas no grupo de LER/DORT, tais como: perda de visão, perda de audição, renite, sinusite, trombose na perna, bronquite asmática, fibromatose, artrite reumatóide, doença dermatológica, e, por fim, ainda mais um grupo que são os acidentes típicos. Estas foram as categorias de análises para os dados colhidos dos processos das Varas do Trabalho.

Existem vários processos em que as pessoas têm problemas relacionados a LER/DORT e também outras doenças do trabalho, acidentes típicos e/ou doenças psíquicas. Assim, na análise são consideradas por mais vezes na soma das doenças do trabalho relacionadas a LER/DORT, outras doenças do trabalho, doenças psíquicas e acidentes típicos. Por tal razão, o somatório dos percentuais das doenças aí incluídas: grupo LER/DORT, doenças psíquicas, outras doenças do trabalho e acidentes típicos, pode ultrapassar a 100%.

Dadas as explicações preliminares (anexo todas as planilhas dos processos das Varas a esta dissertação), passa-se à análise:

a) No ano de 2004 foram ajuizados 143 processos contra a agroindústria analisada. Destes, foram consultados 133, num percentual de 93%, e relacionados 18 processos que tratavam de doenças do trabalho e acidentes típicos, somando-se um percentual de 13,53%. Dizem respeito às doenças do trabalho: a) 12 processos relacionados às LER/DORT, correspondendo a 66,66%; b) 04 processos de doenças psíquicas, 22,22%; c) 01 processo por perda de visão, 5,55%; d) 01 processo por perda de audição, 5,55%; e) 01 processo por acidente típico, correspondendo a 5,55%. Dos processos de doenças do trabalho, 10 ocorreram com empregados (55,55%) e 07 com empregadas (38,88%). O acidente típico ocorreu com um empregado.

Dos processos observou-se que: dos 12 relacionados a LER/DORT: 06 aconteceram com empregadas e 06 com empregados; dos 04 relacionados a doenças psíquicas: 02 foram com empregadas e 02 com empregados; 01 processo por perda de visão foi com empregado; 01 processo por perda de audição foi com empregado e 01 processo por acidente típico foi com empregado.

b) No ano de 2005 foram ajuizados 279 processos contra a agroindústria analisada. Destes, foram consultados 257, num percentual de 92,11%, e relacionados 111 processos entre doenças do trabalho e acidentes típicos, somando-se um percentual de 43,19%. Dizem respeito às doenças do trabalho: a) 82 processos relacionados às LER/DORT, correspondendo a 73,90%; b) 07 processos de doenças psíquicas, 6,30%; c) 01 processo por de perda de visão, 0,90%; d) 05 processos por perda de audição, 4,5%; e) 19 processos por acidentes típicos, correspondendo a 17,11%; f) 01 processo por bronquite asmática, 0,90%; g) 01 processo por fibromatose, 0,90%; h) 01 processo por trombose, 0,90%; i) 01 processo por sinusite, 0,90%. Dos processos de doenças do trabalho, 32 ocorreram com empregados (28,8%) e 60 com empregadas (54,05%). Os processos por acidentes típicos, 17 ocorreram com empregados (15,31%) e 02 com empregadas (1,80%).

Dos processos observou-se que: os 82 relacionados a LER/DORT: 54 aconteceram com empregadas e 28 com empregados; dos 07 relacionados a doenças psíquicas: 05 foram com empregadas e 02 com empregados; 01 processo por perda de visão: empregada; 05 processos por perda de audição: 03 empregadas e 02 empregados; 01 processo por bronquite asmática: empregada; 01 processo por fibromatose: empregada; 01 processo por sinusite: empregado; 01 processo por trombose: empregada; e 19 processos por acidentes típicos: 02 empregadas e 17 empregados.

c) No ano de 2006 foram ajuizados 235 processos contra a agroindústria analisada. Destes, foram consultados 227, num percentual de 96,59%, e relacionados 95 processos entre doenças do trabalho e acidentes típicos, somando-se um percentual de 41,85%. Dizem respeito às doenças do trabalho: a) relacionadas às LER/DORT, 65 processos, correspondendo a 68,42%; b) 14 processos por doenças psíquicas, 14,73%; c) 02 processos por perdas de audição, 2,10%; d) 19 a processos por cidentes típicos, correspondendo a 20%; e) 01 processo por renite/sinusite, 1,05%. Dos processos por doenças do trabalho, 36 ocorreram com empregados (37,89%) e 40 com empregadas (42,10%). Os acidentes típicos ocorreram: 13 com empregados (13,68%) e 06 com empregadas (6,31%).

Dos processos observou-se que: os 65 relacionados a LER/DORT: 34 aconteceram com empregadas e 31 com empregados; dos 07 relacionados a doenças psíquicas: 06 foram com empregadas e 08 com empregados; 02 processos por perda de audição: 01 com empregada e 01 com empregado; 01 processo por renite/sinusite: empregada; e 19 processos por acidentes típicos: 06 empregadas e 13 empregados.

d) No ano de 2007 foram ajuizados 280 processos contra a agroindústria analisada. Destes, foram consultados 271, num percentual de 96,78%, e relacionados 75 processos entre doenças do trabalho e acidentes típicos, somando-se um percentual de 27,67%. Dizem respeito às doenças do trabalho: a) relacionadas às LER/DORT, 55 processos, correspondendo a 77,33%; b) 13 processos por doenças psíquicas, 17,33%; c) 04 processos por perda de audição, 5,33%; d) 04 processos por acidentes típicos correspondendo a 5,33%; e) 01 processo por artrite, 1,33%; f) 01 processo por osteotomia nos pés, 1,33%; g) 01 processo por problema nos pés, 1,33%; h) 01 processo por problema nos rins, 1,33%. Dos processos de doenças do trabalho, 28 ocorreram com empregados (37,33%) e 43 com empregadas (57,33%). Os processos por acidentes típicos ocorreram 04 com empregados.

Dos processos observou-se que: os 55 relacionados a LER/DORT: 24 aconteceram com empregados e 31 com empregadas; dos 13 relacionados a doenças psíquicas: 12 foram com empregadas e 01 com empregado; 04 processos por perda de audição: 01 foi com empregada e 03 com empregados; 01 processo por artrite: empregada; 01 processo por osteotomia nos pés: empregado; 01 processo por doença nos pés: empregada; 01 processo por problema nos rins: empregada; e 04 processos por acidentes típicos: empregados.

e) No ano de 2008 foram ajuizados 524 processos contra a agroindústria analisada. Destes, foram consultados 517, num percentual de 98,66%, e relacionados 256 processos entre doenças do trabalho e acidentes típicos, somando-se um percentual de 49,51%. Dizem respeito às doenças do trabalho: a) relacionadas às LER/DORT, 228 processos, correspondendo a 89,06%; b) 18 processos por doenças psíquicas, 7,03%; c) 06 processos por perda de audição, 2,34%; d) 09 processos por acidentes típicos correspondendo a 3,52% e) 01 processo por fibromialgia, 0,39%; f) 01 processo por artrite reumatóide, 0,39%. Dos processos de doenças do trabalho, 86 ocorreram com empregados (33,59%) e 161 com empregadas (62,89%). Os processos por acidentes típicos: 07 ocorreram com empregados (2,73%) e 02 com empregadas (0,78%).

Dos processos observou-se que: os 228 relacionados a LER/DORT: 150 aconteceram com empregadas e 78 com empregados; dos 18 relacionados a doenças psíquicas: 14 foram com empregadas e 04 com empregados; 06 processos por perda de audição: 01 foi com empregada e 05 com empregados; 01 processo por artrite reumatóide: empregado; 01 processo por fibromialgia: empregada; 09 processos por acidentes típicos: 02 com empregadas e 07 com empregados.

f) No ano de 2009 foram ajuizados 1.030 processos contra a agroindústria analisada. Destes, foram consultados 977, num percentual de 94,85%, e relacionados 319 processos entre doenças do trabalho e acidentes típicos, somando-se um percentual de 32,65%. Dizem respeito às doenças do trabalho: a) relacionadas às LER/DORT, 291 processos, correspondendo a 91,22%; b) 24 processos por doenças psíquicas, 7,52%; c) 03 processos por perdas de audição, 0,94%; d) 07 processos por acidentes típicos correspondendo a 2,19% e) 01 processo por artrite reumatóide, 0,31%; f) 01 processo por fibromialgia, 0,31%; g) 01 processo por doença dermatológica, 0,31%; h) 01 processo por trombose na perna, 0,31%; i) 01 processo por neuropatia, 0,31%; j) 01 processo por infecção nos pés, 0,31%. Dos processos de doenças do trabalho, 108 ocorreram com empregados (33,85%) e 204 com empregadas (63,94%).

Os acidentes típicos ocorreram: 03 com empregados (0,94%) e 04 com empregadas (1,25%).

Dos processos observou-se que: os 291 relacionados a LER/DORT: 192 aconteceram com empregadas e 99 com empregados; dos 24 relacionados a doenças psíquicas: 17 foram com empregadas e 07 com empregados; 03 processos por perda de audição: empregados; 01 processo por artrite reumatóide: empregado; 01 processo por fibromatose: empregado; 01 processo por doença dermatológica: empregado; 01 processo por trombose na perna: empregada; 01 por neuropatia: empregada; 01 por infecção nos pés: empregado e 07 processos por acidentes típicos: 04 com empregadas e 03 com empregados.

Pelos dados anteriormente citados, pode-se concluir:

a) A maioria dos trabalhadores desta agroindústria não impetram processos na Justiça do Trabalho (e mesmo quando era a Justiça Comum isto também ocorria), tendo aumentado estes números nos anos de 2008 e 2009, em relação às doenças do grupo das LER/DORT, para discutir seus direitos em relação a doenças do trabalho (físicas ou psíquicas) e acidentes típicos. A prova concreta disto são os dados da Ação Civil Pública já analisada, pelos dados do INSS.

Veja-se: pelos dados do INSS em relação a doenças mentais: 2004: 62 adoentados afastados pelo INSS e apenas quatro processos que dizem respeito a doenças psíquicas; 2005: 115 adoentados afastados pelo INSS e apenas sete processos que dizem respeito a doenças psíquicas; 2006: 153 adoentados afastados pelo INSS e apenas quatorze processos que dizem respeito a doenças psíquicas; 2007: 171 adoentados afastados pelo INSS e apenas treze processos que dizem respeito a doenças psíquicas; e em 2008: projeção (pelos dados da ACP) para 150 adoentados afastados pelo INSS com transtornos mentais, visto que nos primeiros seis meses tiveram 69 casos de afastamentos por doenças mentais e apenas dezoito processos que dizem respeito a doenças psíquicas. Em 2009¹⁹⁸ foram apenas vinte e quatro processos por

¹⁹⁸ Aqui está se valendo mais uma vez da experiência do trabalho cotidiano desta mestrandia. Para se dar um exemplo, somente neste mês de janeiro do ano de 2011 mais de uma dezena de empregados já procuraram a entidade sindical, fazendo queixas de “depressão”. Ademais, tem-se que para ser concluído este trabalho, ainda vai ser tentado buscar os dados que dizem respeito aos anos de 2008 (complemento), 2009 e 2010 junto ao INSS, bem como dos processos de 2010 nas Varas do Trabalho. E, como assessora Jurídica da atual diretoria da entidade sindical, o objetivo é fazer esta análise ano a ano, tanto em relação ao INSS, como na Justiça, para publicação de um artigo no ano de 2012 ou 2013.

doenças psíquicas, e mesmo não se tendo os dados em relação ao INSS, é provável que estes aumentaram pela fala corrente dos trabalhadores.

Pelos dados do INSS em relação a doenças relacionadas a LER/DORT: (grupos com CID M e G): no ano de 2004: 73 adoentados afastados pelo INSS e apenas doze processos que dizem respeito a doenças deste grupo; no ano de 2005: 98 adoentados afastados pelo INSS e oitenta e dois processos que dizem respeito a doenças deste grupo; no ano de 2006: 173 adoentados afastados pelo INSS e apenas sessenta e cinco processos que dizem respeito a doenças deste grupo; no ano de 2007: 188 adoentados afastados pelo INSS e apenas cinquenta e cinco processos que dizem respeito a doenças deste grupo; e até metade de 2008, 141 adoentados afastados pelo INSS, com projeção até final de ano de 281 casos de adoentados e duzentos e vinte e oito processos que dizem respeito a doenças deste grupo. Não se tem os dados do INSS para o ano de 2009, mas na Justiça do Trabalho foram impetrados 291 processos de doenças do grupo de LER/DORT.

A leitura destes dados nos demonstra que em relação às doenças psíquicas, é muito tímido o grupo de trabalhadores que, mesmo estando afastados pelo INSS ou doentes não afastados (visto tudo o que já foi explicado sobre a sub-notificação), procura seus direitos junto à Justiça, buscando provar ser estas doenças psíquicas doenças oriundas do trabalho. Esta timidez tem vários elementos, que neste trabalho apenas cita-se sem um aprofundamento maior de análise, por não ser o objeto do mesmo, embora não menos importantes estes elementos: a) o desconhecimento da categoria que as doenças psíquicas, na maioria dos casos, são doenças do trabalho; b) o preconceito em relação às doenças psíquicas, em nossa região, observa-se este preconceito ainda maior do que nas outras, devido a ser uma população trabalhadora que passou toda uma vida dedicada ao trabalho. Ex-agricultores ou filhos destes que, na lavoura, desde a mais tenra idade já trabalhavam/trabalham; c) o “desconhecimento”¹⁹⁹ dos médicos, que não concebem as doenças psíquicas como doenças do trabalho, e assim tratam estes adoentados psíquicos como sendo por fatores outros, nunca buscando a origem no trabalho. Isto resta provado pelos dados do INSS: nenhum dos afastados nos anos de 2004 a 2008 por doenças psíquicas, foi relacionado ao trabalho, com código 91, mas todos com o código 31; d) a própria

¹⁹⁹ Colocou-se entre aspas a palavra desconhecimento porque, pelo que esta mestranda conhece dos médicos do trabalho desta região, e dos médicos peritos, tanto os do INSS como os que fazem perícias para a Justiça do Trabalho, não se trata de desconhecimento, mas sim de uma opção de classe desta categoria médica, para o capital. Não querem ver o sofrimento do trabalho.

resistência dos trabalhadores da categoria, (aliado ao desconhecimento), que por preconceito não admitem estarem doentes psíquicos. Esta resistência é muito maior no sexo masculino que no feminino.

Alia-se ao desconhecimento dos trabalhadores, o despreparo dos operadores do direito²⁰⁰ sobre as doenças psíquicas serem doenças do trabalho. Na área dos operadores do direito é fato comprovado que as ciências sociais sempre estão à frente das ciências jurídicas. O que significa dizer que após estudos das áreas sociais e provas concretas de algo do mundo real, é que as ciências jurídicas, às vezes, infelizmente, muitos anos depois, começam a se preocupar com o fenômeno. Assim, os operadores do direito (entre os quais se inclui esta mestrandia), têm pouca produção teórica sobre as doenças psíquicas serem doenças do trabalho (doenças sociais). Ademais, estes estudos estão mais voltados a outras categorias (professores, controladores de vãos, bancários e outras), e muito pouco voltados à categoria de trabalhadores das agroindústrias.

Já em relação às doenças relacionadas no grupo das LER/DORT, tem-se mudanças no comportamento dos trabalhadores. Pelo quadro comparativo observa-se que as mesmas aumentaram e muito, tanto a nível dos afastamentos pelo INSS, quanto a nível de processos trabalhistas discutindo-se estas questões. Em 2004, ao se comparar os dados do INSS, observa-se que foram poucos os que procuraram a Justiça do Trabalho. Em 2005 os números já são diferentes, pois de 98 adoentados afastados pelo INSS há oitenta e dois processos na JT. No ano de 2006, houve diminuição visto que, de 173 adoentados afastados pelo INSS há apenas sessenta e cinco processos que dizem respeito a doenças deste grupo; no ano de 2007 o mesmo quadro, muito mais afastados pelo INSS e poucos processos que dizem respeito a doenças do trabalho por este grupo; e até metade de 2008. Mas em 2008 e 2009 um enorme grupo de trabalhadores impetra ações na Justiça do Trabalho discutindo problemas de doenças pelo grupo das LER/DORT, sendo: duzentos e vinte e oito no ano de 2008 e no ano de 2009, 291 processos

²⁰⁰ Este despreparo é assustador e espera-se que com este trabalho se iniciem estudos para um melhor conhecimento teórico da questão das doenças psíquicas. Ele chega a ponto de, embora pouquíssimas ações versando sobre esta questão, muito poucas, mas pouquíssimas mesmo tiveram sentença positiva, isto é, considerando as doenças psíquicas como doenças do trabalho. Após este estudo, será feito (não para esta dissertação), um levantamento de todas as ações da Justiça em relação a esta agroindústria, para uma análise de em quantas foram consideradas em sentença como doenças do trabalho, tanto a nível de primeiro como a nível de segundo grau. Aqui deve ser ressaltado o brilhante trabalho do Procurador Sandro Eduardo Sardá, nas duas Ações Cíveis Públicas, que se debruçou no estudo das doenças psíquicas em relação à agroindústria.

de doenças do grupo de LER/DORT. A leitura dada pode ser a de que, em relação a doenças relacionadas a LER/DORT houve aumento na consciência dos operadores do direito, e principalmente dos trabalhadores que procuraram mais a Justiça para requererem indenização por danos oriundos de doenças do trabalho.

Mas devem considerar-se nesta análise comparativa entre dados do INSS e da Justiça os seguintes fatores:

a.a.) Nem todos que impetram ações na Justiça do Trabalho, antes procuraram o INSS ou foram afastados por este Instituto enquanto ainda estavam trabalhando. O que tem ocorrido na maioria das vezes, é que o trabalhador que impetrou esta ação na JT não teve seu benefício deferido pelo Instituto, e assim além de ir buscar direitos na Justiça do Trabalho, também impetra ação na Justiça Federal ou Comum, contra o INSS, visando ser reconhecido o direito ao benefício.

Portanto, este dado comparativo, foi apenas para demonstração do desnível entre os que procuram o INSS e tem garantido o afastamento e os que procuram a JT. Seria necessário que se tivessem os dados do INSS (com o nome dos afastados), para comparar-se com os que procuraram a JT, o que não se tem.

a.b.) Ainda, a maioria dos trabalhadores que procuram a JT já foram demitidos ou solicitaram demissão, em ambos os casos por estarem doentes. Assim, não se consegue ter um panorama mais concreto desta realidade, visto que os que foram afastados pelo INSS são aqueles que estão trabalhando, embora, conforme já foi analisado, para cada um que consegue o deferimento do benefício, dois outros não o conseguem, por diversos fatores citados anteriormente.

a.c.) Outro fator que ocorreu de maneira acentuada nos anos de 2008 e 2009, e também no ano de 2010 (embora não tenha sido analisado), é de que, quando os trabalhadores sentem-se doentes e não tem conseguido tratamento na agroindústria ou afastamento pelo INSS, estão procurando a Justiça para discutirem a rescisão indireta²⁰¹, parando, na maioria dos casos de trabalhar, pois, conforme fala dos mesmos, preferem ficar desempregados a não conseguirem mais recuperar a saúde. Isto é uma forma de resistência isolada, conforme foi analisado na seção 4.

a.d.) Outra explicação que tem de deixar-se clara é que a primeira portaria a tratar de LER (somente LER), data de 1991, conforme já foi

²⁰¹ Figura jurídica prevista no artigo 483 da CLT, que prevê que o trabalhador pode impetrar processo na JT visando à dissolução de seu contrato laboral, quando o empregador não cumprir com suas obrigações contratuais.

frisado em nota. Na década de 1990 até finais, se tinha apenas estudos destas doenças relacionadas a digitadores, bancários, professores e outras categorias similares. As doenças do trabalho relacionadas a LER/DORT passam a ser discutidas, pelos operadores do Direito, nas agroindústrias da região, de forma muita timidamente a partir de 2000. Vê-se que em 2004 temos somente 12 processos a tratar deste assunto, para um salto elevado em 2008 (228 processos) e 2009 (291 processos). Conforme já explicado, mesmo não se tendo as relações dos processos anteriores a 2004 (eram processos do Fórum da cidade), tem-se que praticamente todos a partir de 2000²⁰² em diante foram analisados, dado que os processos passaram da Justiça Comum para a Justiça do Trabalho em razão da mudança da competência estabelecida pela Emenda 45/2004.

a.e) Em relação às doenças psíquicas relacionadas ao trabalho, a primeira portaria do Ministério da Previdência data de 1999. Portanto, anos depois da portaria da LER/DORT. Como é muito mais recente, talvez aí se encontre a explicação do fator do desconhecimento dos operadores do direito, da área médica e dos próprios trabalhadores em relacionar estas doenças ao trabalho, e o pouco número de processos que versam sobre esta matéria²⁰³.

b) Outro dado pela análise dos processos é a diminuição dos acidentes típicos, em relação às doenças do trabalho. Isto já era constatação empírica, e agora com os números dos processos restou claro. Veja-se: ano de 2004: 17 processos dizem respeito a doenças do trabalho e 01 de acidente típico (somando 18 processos, entre doenças do trabalho e acidentes típicos), tem-se um percentual da totalidade dos processos (doenças e acidentes típicos): a) grupo da LER/DORT: 66,66%; b) doenças psíquicas: 22,22%; c) outras doenças do trabalho: 11,10%; d) acidentes típicos: 5,55%. No ano de 2005, 92 processos dizem respeito a doenças do trabalho e 19 de acidente típico (somando 111 processos, entre doenças do trabalho e acidentes típicos), tem-se um percentual da totalidade dos processos (doenças e acidentes típicos): a)

²⁰² Antes de 2000 é do conhecimento desta mestrandia, como advogada a quase ausência (para dizer a totalidade) de processos que tratavam de LER/DORT neste frigorífico e em outros da região. Embora ainda será feito, depois desta dissertação, análise dos processos do Fórum contra a agroindústria, para verificar-se bem esta questão.

²⁰³ Esta mestrandia, nas lidas trabalhistas do dia a dia nas duas Varas do Trabalho de Chapecó, quando se propôs a fazer a análise dos processos das Varas, tinha a impressão que encontraria muito mais do que os 80 processos sobre doenças psíquicas nestes seis anos. Foi uma surpresa os dados encontrados. Embora isto não signifique que não houve aumento, e que bem mais do que 10% desta categoria tem problemas psíquicos relacionados ao trabalho, conforme já foi analisado anteriormente.

grupo da LER/DORT: 73,90%; b) doenças psíquicas: 6,30%; c) outras doenças do trabalho: 9,0%; d) acidentes típicos: 17,11%. No ano de 2006, 76 processos dizem respeito a doenças do trabalho e 19 de acidente típico (somando 95 processos, entre doenças do trabalho e acidentes típicos). Tem-se um percentual da totalidade dos processos (doenças do trabalho e acidentes típicos): a) grupo das LER/DORT: 68,42%; b) doenças psíquicas: 14,73%; c) outras doenças do trabalho: 3,15%; d) acidentes típicos: 20%. No ano de 2007, 71 processos dizem respeito a doenças do trabalho e 04 de acidente típico (somando 75 processos, entre doenças do trabalho e acidentes típicos). Tem-se um percentual da totalidade dos processos (doenças do trabalho e acidentes típicos): a) grupo das LER/DORT: 73,33%; b) doenças psíquicas: 17,33%; c) outras doenças do trabalho: 10,66%; d) acidentes típicos: 5,33%. No ano de 2008, 247 processos dizem respeito a doenças do trabalho e 09 de acidente típico (somando 256 processos, entre doenças do trabalho e acidentes típicos). Tem-se um percentual da totalidade dos processos (doenças do trabalho e acidentes típicos): a) grupo das LER/DORT: 89,06%; b) doenças psíquicas: 7,33%; c) outras doenças do trabalho: 3,13%; d) acidentes típicos: 3,51%. No ano de 2009, 312 processos dizem respeito a doenças do trabalho e 07 de acidente típico (somando 319 processos, entre doenças e acidentes típicos). Tem-se um percentual da totalidade dos processos (doenças do trabalho e acidentes típicos): a) grupo das LER/DORT: 91,22%; b) doenças psíquicas: 7,52%; c) outras doenças do trabalho: 2,82%; d) acidentes típicos: 2,19%.

c) Deve ser relacionado, embora não objeto específico deste estudo, a questão de gênero, o seguinte:

c.a) Em relação a doenças relacionadas no grupo LER/DORT a predominância é feminina: veja-se No ano de 2004: 17 processos que dizem respeito a doenças do trabalho, sendo um de acidente típico (somando 18 processos, entre doenças e acidentes típicos). Dos processos de doenças do trabalho e acidente típico 11 processos de empregados e 07 de empregadas. No ano de 2005: 92 processos que dizem respeito a doenças do trabalho e 19 de acidente típico (somando 111 processos entre doenças do trabalho e acidentes típicos). Dos processos de doenças do trabalho e acidente típico 62 processos de empregados do sexo feminino e 49 do sexo masculino. No ano de 2006: 76 processos que dizem respeito a doenças do trabalho e 19 de acidente típico (somando 95 processos, entre doenças e acidentes típicos). Dos processos de doenças do trabalho e acidente típico 46 processos de empregados do sexo feminino e 49 do sexo masculino. No ano de 2007:

contra a agroindústria tem-se 71 processos de doenças do trabalho e 04 de acidente típico (somando 75 processos, entre doenças e acidentes típicos). Dos processos de doenças do trabalho e acidente típico, 43 processos de empregados do sexo feminino e 32 do sexo masculino. No ano de 2008: contra a agroindústria tem-se 247 processos que dizem respeito a doenças do trabalho e 09 de acidente típico (somando 256 processos, entre doenças e acidentes típicos). Dos processos de doenças do trabalho e acidente típico 163 processos de empregados do sexo feminino e 93 do sexo masculino. No ano de 2009: contra a agroindústria 312 processos dizem respeito a doenças do trabalho e 07 de acidente típico (somando 319 processos, entre doenças e acidentes típicos). Dos processos de doenças do trabalho e acidente típico 208 processos de empregados do sexo feminino e 111 do sexo masculino.

Embora se tenha obtido que em dois anos analisados onde houve a predominância masculina: 2004: 11 masculinos e 07 femininos; e 2006, 46 femininos e 49 masculinos, em 2008 o aumento da população feminina nesta análise é muito grande: 163 femininos contra 93 masculinos. E em 2009 acentua-se ainda mais: 208 femininos contra 111 masculinos. Este fenômeno já havia sido notado na prática, embora nunca tenha sido comprovado por esta mestranda, e exigirá análise mais detalhada de outros pesquisadores que estudam a questão de gênero.

Algumas explicações para estes fatos, observados de forma cotidiana podem ser levantadas (para um posterior estudo de comprovação):

Na agroindústria tem-se de 15% a 20% mais de mulheres, e isto deve ser analisado quando do levantamento numérico de mais mulheres;

Os trabalhos mais parcelares, mais repetitivos, mais detalhistas e que devem ser feitos com mais precisão, são elaborados por mulheres, de acordo com uma estratégia da empresa que considera as mulheres mais habilidosas para certas funções como desossa e limpeza, p.e (CRUZ, 2000). Isto não há necessidade de comprovação, pois é de conhecimento pelas conversas com operários/as. Assim, é por certo que são as mulheres a terem mais problemas relacionados a LER/DORT. Além do mais, somando-se ao cansaço do trabalho na agroindústria, têm-se os trabalhos domésticos que, em nossa região, quase sempre é feito pelas mulheres, mesmo quando estas trabalham também na indústria.

As mulheres não compram confrontos com a chefia na mesma proporção dos homens quando doentes, quase sempre se calam, e vão ficando cada vez mais doentes na mesma função. O mesmo ocorrendo com estas em relação à procura de recursos médicos, quando isto ocorre

a doença já está bem agravada. Some-se, ainda, ao fato da responsabilidade com os filhos e a questão de muitas serem chefes de família, portanto, necessitam do emprego.

Ainda, o elevado número de mulheres que entraram com processos na Justiça nos anos de 2008 e 2009 reflete a elevação do grau de consciência (somente em relação a doenças) do público feminino, pois, anteriormente à década de 2000 eram raras as mulheres que colocavam na Justiça a agroindústria, ocorrendo isto mais freqüentemente com os homens.

5.9 AS DOENÇAS DO TRABALHO NA PERCEPÇÃO DOS TRABALHADORES DO SETOR ALIMENTÍCIO CATARINENSE

Acompanhando a tendência mundial, o setor alimentício catarinense é rico em mudanças de todo tipo, que vêm ocorrendo principalmente desde 1990. Segundo Cardoso “a reestruturação produtiva introduziu inovações que alteraram significativamente os processos de produção, de gestão da força de trabalho e de organização das empresas” (CARDOSO, 2004, p.113). Houve também relativa renovação do parque de máquinas, introdução de novas tecnologias de organização do trabalho como programas de qualidade total, *just-in-time*, sistemas de melhorias contínuas, caixa de sugestões, entre outros.

Segundo Cardoso, a competição levou as empresas a buscarem redução de custos com salários e gerou um novo tipo de trabalho e de trabalhador, com a introdução de novas tecnologias de organização do trabalho.

O processo de modernização do processo de produção na maioria das grandes empresas é constante. Elas têm lançado cerca de 40 a 50 novos produtos por ano, além da melhoria nos produtos já existentes. No processo de produção verifica-se a existência generalizada de células de produção, Controle Estatístico de Processo (CEP), programa de qualidade total, Certificação ISO 9000, *just-in-time* interno e externo.

Com referência ao reflexo das novas tecnologias sobre a complexidade das tarefas, pode ocorrer tanto a simplificação quanto a ampliação, dependendo do processo que está se tratando. Segundo Cardoso:

Os operadores das máquinas mais modernas normalmente são operários que trabalhavam com

máquinas convencionais e que são treinados para as novas funções. A seleção deste pessoal, segundo as empresas, obedece a critérios de potencialidade do trabalhador, interesse e perfil educacional. As entrevistas feitas com os trabalhadores, no entanto, demonstram que o critério passa pelo enquadramento do operário às normas da empresa (disciplina) e, aparentemente, também pela idade, preferindo-se os mais jovens (CARDOSO, 2000, p. 249).

Na questão do processo de organização do trabalho nas fábricas, as empresas dizem estar havendo um processo de enriquecimento do trabalho, aumentando a possibilidade de modificação da rotina com o rodízio de tarefas, gerando uma maior polivalência. As entrevistas com os trabalhadores demonstram que parece fato o aumento da polivalência. Ao invés de ficar restrito a uma máquina e poucas operações, os trabalhadores passam a adquirir experiência em todo o setor de trabalho. Há dúvidas, porém, se ao invés de enriquecimento do trabalho, as mudanças não significaram na verdade um aumento de tarefas rotinizadas (CARDOSO, 2000, p. 256).

A análise dos reflexos das novas tecnologias tem evidenciado o aumento do esforço físico e mental com profundos reflexos na saúde dos trabalhadores. Segundo Cardoso (p.250-251) há divergências entre empresas e trabalhadores. As primeiras afirmam que diminuiu o desgaste físico e os segundos afirmam que aumentou o desgaste. Um dos entrevistados afirma:

[...] o ritmo de trabalho aumentou demais. Na preparação de massas (para o patê) o ritmo acelerou em média uns 80%. O pessoal chega assim, no final da tarde dá um alívio. Ainda bem que saiu da empresa. E uma vez não era assim, uma vez se trabalhava com mais calma [...] a empresa quer que o trabalhador pense a empresa 24 horas por dia.

Uma operária da Seara, na época Agroeliane, entrevistada em outubro de 1996, por Cardoso, revela o nível de pressão da empresa sobre o trabalhador:

Quando eu estava na pendura, nós pendurávamos de 20 a 25 frangos por minuto [...] e era contado ali [...] de vez em quando alguém resolvia passar e não se atrasar [...] se tu desses uma virada pro lado já teria perdido o teu gancho [...] cada um tem a sua cor de gancho, tem seis ganchos. Vamos

supor, a minha cor é branca: toda vez que passar um gancho branco eu tenho que pendurar naquele gancho; os outros (ganchos) são problema dos outros. Se passar gancho vazio, lá dentro, lá na exportação eles ficam controlando [...] aquele que não dá conta leva esporro.

Quanto ao esforço mental despendido com as novas máquinas e conceitos de gestão e produção referidos há coincidência entre empresas e empregados na opinião de que ele aumentou bastante. Segundo Cardoso: “O aumento do número de tarefas, a busca incessante pela qualidade e redução do retrabalho, a maior preocupação com o trabalho dos colegas, formam um conjunto que implica necessariamente maior esforço mental” (Cardoso, *ibidem*, p. 251). A maior parte das empresas entrevistadas admite que existe um maior ritmo do trabalho e um aumento do número de máquinas operadas por cada trabalhador.

Quanto aos acidentes do trabalho e as doenças profissionais, as empresas afirmam que estes têm diminuído com a reestruturação produtiva, no que concordam os trabalhadores com relação aos acidentes de trabalho, porém no que tange as doenças profissionais a situação não é tão simples, e os trabalhadores se dividem em suas opiniões. Os depoimentos confirmam a existência do grave problema das doenças do trabalho na percepção dos trabalhadores (CARDOSO, 2000, p.253):

Acredito que as doenças tenham aumentado. Inclusive eu passei a sentir coisas que não sentia antes. Por causa da redução de pessoal eu passei a trabalhar mais e fazer um movimento que antes eu não precisava fazer. Então passei a sentir dores na coluna. Eu sinto dor na coluna e na perna (trabalho em pé). A ginástica é boa mas não é suficiente. A empresa diz que o número de doenças diminuiu por causa da ginástica. O próprio pessoal da CIPA veio ao local de trabalho e me advertiu que eu iria ter problemas, porque eu trabalho com a coluna torta. Na fábrica só quem tem direito a banquinho é pessoa doente e mulher grávida. Tem muita LER. A maioria do pessoal que trabalha nas nórias tem LER. Isto é sagrado (Depoimento de uma trabalhadora da Seara, de novembro de 1996)

Outro trabalhador com 27 anos numa empresa do setor alimentício também diz:

Na empresa estamos com uma epidemia de LER. A empresa tem cerca de 1300 funcionários que, de uma maneira ou de outra, são portadores de alguma doença do trabalho. Talvez chegue a 25% do total de trabalhadores na fábrica (22 de maio de 2001).

Estes dados, aumento das doenças do trabalho relacionados a LER/DORT e a doenças psíquicas, já restaram comprovados pelas análises anteriores na agroindústria estudada, e não são diferentes em todo o setor alimentício do Estado de Santa Catarina.

Ainda, segundo as empresas as mudanças organizacionais não estão significando mais horas extras, em alguns casos há até redução. Um mecanismo implantado para reduzir as horas extras é o banco de horas, que depende de acordo coletivo com o Sindicato. O sistema de sugestões adotado pelas empresas também tem reduzido as horas extras. Uma empresa tinha uma faxineira que precisava realizar ao longo da jornada 8 faxinas no local de seu trabalho. A introdução de uma mesa mais adequada, com um sistema de proteção para aparar a água e a sujeira do produto sugerida pelos próprios trabalhadores, fez com que o número de faxinas se reduzisse para duas, acabando com a necessidade desta trabalhadora realizar algumas horas extras durante o mês.

A remuneração dos trabalhadores do setor alimentício permanece baixa e nem de longe acompanha os ganhos de produtividade alcançados pelas empresas. Os programas de participação nos lucros são usados como mecanismo para aumentar a produtividade (são vinculados a metas de produção) e para esfriar as campanhas salariais dos sindicatos. Abonos semestrais também são oferecidos em troca do cumprimento de metas de produção. Uma vez atingidas, a empresa adota novas metas, sempre para cima, e a intensidade do trabalho aumenta cada vez mais com estas formas de remuneração variável resultando em mais adoecimento, conforme demonstra o depoimento de um trabalhador, em 1996:

Agora tem o Plano Repartir ligado a metas de produção. No mês passado, recebemos a primeira parcela, que deu uns 35% do meu salário. O grande problema, é que depois de atingidas as metas, a empresa as aumentou. Eu não faço mais parte deste plano, eu não vou me esforçar mais não...**O nosso pessoal hoje está doente [grifo nosso]** (CARDOSO, 2000, p.255).

Verifica-se que a situação do setor frigorífico do Estado de SC, não difere em muito da análise desta agroindústria estudada. Mas, e os trabalhadores da categoria da agroindústria Sadia S.A., como tem visto o aumento das doenças do trabalho?

5.10 AS DOENÇAS DO TRABALHO NA PERCEPÇÃO DOS TRABALHADORES DA SADIA

Seguindo as tendências do capitalismo internacional, a Sadia, desde a década de 1980, vem investindo em modernização tecnológica, introduzindo novas formas de organização do trabalho e reestruturando sua produção para se manter competitiva no mercado mundial (CRUZ, 2000).

Estas mudanças, já analisadas na seção III, estão provocando sofrimento no trabalho e conseqüentemente agravos à saúde de seus trabalhadores, como já restou verificado nas análises feitas nesta seção. Agora, ao se analisar os depoimentos dos trabalhadores desta agroindústria, tem-se como objetivo a verificação da forma como os mesmos conseguem perceber que é o processo de organização do trabalho, ocorrido com a reestruturação produtiva, que fez aumentar as doenças do trabalho, tanto as físicas como as psíquicas. Ou se não conseguem ter esta percepção. A análise é feita com os(as) entrevistados(as), e praticamente todas as entrevistas vieram a confirmar o que foi dito quando do estudo das Ações Cíveis Públicas, e dos dados dos processos das Varas do Trabalho.

a) Iniciamos com o operário Valmor. Este operário refere à necessidade de automação da empresa tendo em vista a falta de pessoal em alguns setores e excesso de doentes: *“Agora pro próximo ano, vai ter um investimento muito alto na área de perus, eles não tão conseguindo mão de obra mais porque o pessoal cansou de ser explorado [...] vão gastar, tem conversas em torno de quinze milhões em automação na área de abate e corte de peru”*. Segundo Valmor desde final do ano de 1989 começaram a ser implantadas estratégias de qualidade na produção e, ao lado da ampliação da automação, vieram também as metas de produção na fábrica: *“Começaram, e ainda até hoje, cada vez é criado mais, principalmente na área de manutenção, metas de turno over, temos metas de faltas, temos metas de não chegar atrasado, tem metas de notas abertas que é, quando abre uma nota tem que fazer o serviço, avaliado por uma nota, tu tem um período pra fazer o serviço, então perde pontos”*. O resultado, segundo este operário, tem sido o aumento da produção e das tarefas repetitivas que levam ao adoecimento dos trabalhadores:

[...] as mulheres têm até uma irmã minha que trabalha lá, esses dias eu estava olhando ela, ela tá limpando uma coxa que tá descendo de uma esteira, a esteira é numerada, ele

tem de 01 a 20, cada vez que passa o número 19 ela tem que pegar, ela já tá limpando aquela coxa e pensando: quando que vai vir esse número 19 pra eu pegar de novo? Quando ela mal terminou, ou não terminou ainda, já tem o número 19 pra ela pegar e colocar na caixinha do lado, entendeu? Tem uma caixa de plástico que fica as coxas que ela não consegue limpar no tempo, quando ela vê, aquela caixa já tá cheia de coxas, por isso que ela tem que limpar numa velocidade pra não encher aquela caixa, porque ela não pode deixar passar nenhum número 19 pra baixo daquela esteira, se passar já vem o cara, que tem o último que fica cuidando e já vai perdendo a meta dela, não vai ganhar funcionário destaque, não vai ganhar nada, não ganha mais aumento. A pessoa que deixa passar muitas coxas, por exemplo, aquela pessoa não presta, não vai ganhar aumento, nem que o limite dela seja limpar uma coxa por dois minutos, não, ela tem que limpar uma coxa na velocidade da esteira, porque vamos que eles consigam, porque tem o variador de frequência que pode aumentar a velocidade da frequência, conforme a quantidade de coxa que tá vindo hoje lá é uma velocidade a esteira, se a produção tá um pouquinho baixa no dia eles deixam numa velocidade a esteira, porque tem um variador de frequência [...] que é determinada pelo supervisor ou o encarregado da linha.

Além das doenças físicas as condições de trabalho também podem gerar doenças psicológicas segundo afirma o operário Valmor: *“Com certeza, olhar o dia inteiro pra aquela imensidão de paredes lá e daí de repente o funcionário [...] não tem como ir no banheiro, ou tu pede pra alguém ficar no teu lugar, o encarregado ou alguém ou sei lá o que pode acontecer”*. Quanto à incidência das doenças ele é de opinião que atinge mais as mulheres *“devido a grande quantidade de mulheres que trabalham lá, eu acho que a saúde da mulher, queira ou não queira ela é mais frágil, tem mais fragilidade a mulher, eu acredito que na totalidade a maioria é mulher, principalmente por depressão”*. Sobre a atenção da empresa aos empregados também critica bastante o descaso desta para com os acidentados: *“Eu não vejo acompanhamento nenhum, a não ser doença séria eu não vejo acompanhamento nenhum, cortaram os médicos que nós tinha lá dentro, cortaram dentista, não tem mais nada de acompanhamento lá dentro”*.

b) Já Pedro, outro entrevistado afastado para tratamento de coluna nos disse que entrou como auxiliar de produção, depois passou a operador de máquina, passando por quase todos os setores da agroindústria, mas sempre trabalhando em serviço mais pesado “[...]”

geralmente todo o trabalho é repetitivo [...] na verdade eu trabalhava no fundo de placa, era um serviço tu fazia uma trajetória de cento e cinqüenta metros puxando o carrinho em torno de mais ou menos 900 kg de produtos em cima [...] a gente dava o que tinha pra poder puxar e não era muito bom [...] acabou acarretando o problema”. Quanto à organização do trabalho explica que “[...] *uma das coisas principal da empresa é que cobram qualidade e produtividade [...] então tem que procurar fazer o máximo pra chegar nos conforme deles”*. Prossegue falando das condições de trabalho agravantes da saúde: “[...] *lá dentro em vários setor onde trabalharam uns que eram departamento de congelamento de produtos, uma área totalmente gelada, onde saía dali dava no outro bem mais elevado não favorecia muito para o funcionário”*. Sobre os problemas de saúde, refere que “[...] *tem bastante gente com o mesmo problema que eu (coluna), mas por problema dos braços, LER, um monte de coisa que deu ali, que as pessoas têm muito afastados”*. E, em relação aos problemas mentais confirma que existem: “[...] *Depressão eu fui uma vítima também”*, mas segundo ele não chegou a se afastar para o tratamento, “[...] *mas teve vezes ali que meu Deus, eu trabalhei não sei como eu trabalhei porque tratava totalmente as coisas diferentes, numa forma que eu achava que tudo podia dar errado mas fui continuando até me recuperar”*. Sobre a assistência da empresa criticou dizendo que “*não tive benefício nenhum, me afastei e sequer vieram ver se tava bem, se tava vivo, se tava morto”*. Quanto ao tratamento da perícia do INSS diz “*que sempre fui tratado de uma forma [...] como ser humano, não é aquela coisa com elogio nem com grosseria”*. Quanto à incidência das doenças em relação a gênero ele avalia que é “*mais ou menos pareio”*.

c) A seguir apresentamos as percepções de José. Segundo este a introdução dos programas de qualidade total, a partir de 1991, aumentaram os ritmos de trabalho na agroindústria. Com a implantação dos Círculos de Qualidade Sadia os próprios trabalhadores acabam colaborando com a estratégia da agroindústria: “[...] *uma esteira onde teríamos 20 pessoas desossando, com o trabalho do CQS, um grupo de trabalhadores se reuniam e chegavam a conclusão que deveriam aumentar a velocidade da nória, da esteira, diminuindo o número de funcionários”*, conseqüentemente: “[...] *a produção seguia o mesmo ritmo, até aumentava, com menos funcionário”*; no que toca as metas de produção elas continuam sendo determinados de modo taylorista, ou seja, há uma separação entre planejamento da produção e execução das tarefas pelos operários, “[...] *fica bem claro pra pessoas mais esclarecidas, pessoas que entendam e é, e a gente vê e sempre comenta*

que a empresa avalia o seu número, cada fábrica avalia por toneladas produzidas e aí tem não só uma disputa da empresa, mas com outras empresas, então o funcionário não fica sabendo nada disso aí”. Em seguida o operário demonstra a relação entre a organização do trabalho e as doenças afirmando que: “[...] **pra mim é bem claro, essas doenças, e vão adoecer cada vez mais é pelo trabalho repetitivo, menos gente e aumento de produção (grifo nosso)**”. E prossegue dizendo que as metas de produção impostas pela empresa levam ao sofrimento mental: “[...] muitos vai trabalhar doente e isso acontece muito, pra não perder a meta, porque se ela faltar ou ter atestado, ela perde a meta, perde a cesta básica, aí vai mexer mais ainda com o emocional do trabalhador”. E quanto ao aumento das doenças dos trabalhadores diz que: “[...] aumentou muito esse número e se você pegar, pesquisar, ver esse número, dia a dia está aumentando [...] e não querem se afastar porque se se afastar fica desamparado, a empresa nem sequer ela nem vai visitar e não dá condições nenhuma pro trabalhador que está encostado, joga pro INSS e pronto”. Segundo José a reclamação contra a empresa é pelo fato de que o Plano de Saúde prevê o ressarcimento de apenas 4 consultas por ano, passando disto, o trabalhador tem que pagar do próprio bolso. Quanto à assistência aos adoecidos, a empresa faz de tudo para não reconhecer a doença do trabalho, e só neste caso, ela fornece remédios, mas condicionados a que a receita seja do médico da empresa ou dos médicos do convênio que atende ao Plano de Saúde.

d) Sara, uma operária que trabalha na Sadia na área de peru, diz que o trabalho é bastante repetitivo e existe muita cobrança de produtividade pela empresa: “[...] quando é feita as reuniões eles cobram, eles falam, reclamam, mas só que não é atendido, não adianta fazer a cobrança, é difícil de fazer [...] mas que existe cobrança bastante existe.” Sobre o seu problema de saúde diz que: “[...] tô com problema de coluna, coluna de ficar em pé, meu Deus do céu, tem uma perna que chega de tarde eu tenho que erguer ela pra poder descansar um pouco e parar de doer eu tenho que erguer ela”; mas o INSS não reconheceu sua doença como acidente de trabalho, “[...] eles colocaram auxílio doença que não é causado pelo trabalho [...] eu não concordo, porque tão me dizendo pra mim onde que você se machucou em vinte e dois anos, se você só trabalhou ali dentro, você, não trabalhou em outra coisa?”. Segundo esta operária tem muitas pessoas com problemas de saúde no seu setor: “[...] inclusive tem uma colega minha que tá que nem sabe se vai voltar a trabalhar de novo de dor no braço, ela pegou atestado antes que eu ainda e não voltou ainda”. Os problemas mais referidos são “[...] os braços, problema dos braços que se queixam

bastante, a maioria é dos braços [...]”, e quanto as doenças mentais, diz que “Depressão tem, não tem muita gente, no nosso setor pelo menos não”. E sobre a causa dos adoecimentos resta claro para esta operária que a organização do trabalho dentro da fábrica: “É que nem tu disse, é o serviço repetitivo que nem tu falou, o que causa a dor no braço mais é isso”. Ainda sobre o serviço de atenção médica, ela confirma que os afastamentos com mais de 15 dias não são aceitos na empresa, quando algum médico da empresa tinha um posicionamento favorável ao trabalhador aceitando um afastamento maior era demitido: “mas só que daí quando eu voltei com esse de 90 dias de atestado, foi outro médico da Sadia que me atendeu, esse médico, um amor de pessoa, [...] durou pouco, mandaram embora porque é um que apóia o funcionário”. Quanto à incidência das doenças em relação a gênero, ela acha que a maioria dos doentes são mulheres “[...] porque a mulher tem que fazer na empresa e em casa, ela não sossega, ela não tem descanso”.

e) A operária Eva que trabalha na embalagem de peito, cortando, trabalhando com faca, refere que o trabalho é repetitivo “Começa a hora que a gente entra até a hora que a gente sai [...] é repetitivo, é direto, só tem a folguinha cinco minutos pra ir no banheiro correndo”. Também reclama da cobrança por produtividade: “Meu Deus do céu, é o que mais tem, lá tem treze na mesa e dois, três em volta que cobram, pensa nas cobrança”. Além disto, ela diz que a organização do trabalho a levava ao limite físico: “[...] a gente é obrigado a fazer que nem eu que tava com a dor no braço [...] daí como eu não conseguia fazer o cem por cento às vezes passava um ou outro porque eu não agüentava, tinha que trabalhar chorando de dor, aí às vezes passava algum filé pra baixo”. Ela refere tendinopatia, inflamação nos nervos, inflamação nas juntas e bursite como doença profissional encontrando-se afastada para tratamento pela previdência, e diz que no seu setor tem bastante pessoas com problemas de saúde, sendo os problemas mais comuns: “[...] esse problema de LER, bursite, tendinite, problema de coluna tem bastante”; e depressão “Também tem”. Como causas das doenças que ela conhece ela aponta: “[...] que é dos movimentos repetitivos, o problema dos braços é esse, é muito tempo, a gente tá fechado lá dentro, não tem ventilação, a gente entra lá as duas da tarde, só vai ver sol no outro dia”, por isso ela acha que a situação de trabalho leva ao adoecimento mental também: “Sei lá, a maioria das pessoas com depressão é esse eu acho, tu não vê nada lá dentro e um pouco a humilhação da gente lá dentro”. Além disto, esta operária diz que trabalhou por 6 meses com dor, “Porque eles não deixavam a gente sair, porque eles ameaçavam, vou te dar gancho, vou te dar advertência, vou te dar isso, o

encarregado da mesa falava". Quanto ao atendimento médico ela que diz que os médicos *"ali dentro da Sadia não, mas os de fora quando a gente vai é bem tratado, agora ali dentro meu Deus"*. E sobre a perícia do INSS: *"A minha que eu fiz, porque eu peguei um médico que me atendeu até bem, só que tem bastante colegas minhas que já foram e reclamaram"*. Quanto aos adoentados diz que *"[...] a maioria são mulheres"*, porque: *"[...] o serviço lá dentro, na verdade é tudo serviço pesado e eu não sei, mulher faz o que os homens faz tudo parelho, daí eu sei lá o porquê, erguem peso, só que o homem é o homem pra ergue peso e a mulher é mais [...]"*.

f) Rute, outra operária entrevistada, afastada para tratamento de tendinite e síndrome do túnel do carpo, confirma que os trabalhos são repetitivos *"Muito, sim, todos, eu acho que todos, na Sadia não existe trabalhos que não seja repetitivo. Eu trabalhei dois anos no corte, trabalhei em vários lugares e todos eles são repetitivos"*. Refere também a existência da cobrança por produtividade: *"Sempre foi cobrado, o empregado, o nosso Supervisor ele chamava nós, tinha que cumprir a meta, nós tinha uma meta pra cumprir de tantos mil quilos por turno e nós tinha que cumprir [...] até o final do nosso expediente"*. Na visão dela também existem muitos trabalhadores com problemas de saúde dentro da agroindústria: *"São geralmente os mesmos. É tendinite, bursite, é quase os mesmos [...] Depressão também, depressão tem muito, eu acho que dentro da Sadia, não sei se é por causa que é muita cobrança, meu Deus, eu acho que o maior afastamento da Sadia é por problema no braço, coluna e depressão"*. A depressão está vinculada à cobrança de produção pela empresa: *"[...] a depressão, porque eles sabem só cobrar, eles cobram muito e se você for pedir uma ajuda pra eles, eles não querem saber, eles querem produção"* e as doenças físicas *"[...] do braço e da coluna que tem, é porque é muito trabalho, muito repetitivo [...] é muito pouco funcionário pra tanta produção"*. Quanto ao tratamento dos médicos da empresa diz que *"eles deixam muito a desejar, muito mesmo porque quando eu me afastei, eles falaram uma coisa pra mim e hoje eu tenho que me virar porque, eles ajudam, tem assistência médica, pra mim eles pagam remédio, mas tem que tá lá, ir lá, se humilhando, falando, marcando hora, as vezes eles não podem te atender, é bem complicado"*. Quanto aos médicos peritos do INSS ela diz que: *"Os médicos peritos [...] é um baita de um mal educado, eles acham que a gente vai lá, que a gente tem condições de trabalhar, eles acham que a gente tá lá se fingindo pra ganhar o salário que eles pagam"*. A maioria dos adoentados segundo ela: *"São mulheres [...]"* Porque as mulheres que trabalham dentro da Sadia trabalham muito

mais que os homens depois elas trabalham em casa, elas trabalham na empresa, elas tem dupla jornada”.

g) A seguir, outra operária afastada para tratamento de LER e de tendinopatia, Madalena, relata suas impressões sobre as condições de trabalho e a organização do trabalho, na sua relação com a saúde dos trabalhadores. Esta operária trabalhava área de peru, no setor de corte. Segundo ela o trabalho era: *“Muito repetitivo, era bastante pressão porque tinha que cumprir metas”* e a agroindústria cobrava bastante produtividade: *“É assim, que nem lá vem, na mesa vinha, era numerado, cada um tem seu número e tu tem que vencer a mesa e cumprir as metas”*. Refere também muitas pessoas afastadas do trabalho por *“problemas no braço e coluna”*, e *“depressão também tem, essa minha vizinha ali, é por depressão, ela também já faz mais de quatro anos que ela tá afastada e é depressão”*. Quanto aos motivos do adoecimento ela diz que *“Se for problema nos braços, tudo vem geralmente pela pressão, porque tu trabalhas muito sobre pressão, é muito exigida, a tua carga de horário é puxada, é muita cobrança, tudo vem da cobrança demais e pouca valorização pras pessoas, é só cobrança”*. Quanto aos médicos da agroindústria a opinião é crítica: *“[...] dão mais valor pra empresa do que pra você mesma, eu só consegui me afastar e fazer os exames porque eu paguei tudo particular, porque enquanto que eu consultava com os médicos da empresa, ninguém achava problema nenhum”*. E sobre a perícia do INSS também *“[...] depende de cada médico, eu não vou dizer que todos são igual porque não são, eu já passei por vários peritos e cada um trata você de uma maneira”*, porém refere que já teve perícia negada uma vez e foi obrigada a entrar na justiça para reconhecer a doença, como diz *“[...] entrei na justiça e recorri, não demorei 20 dias e ganhei”*. Quanto à incidência das doenças diz que é parêlo: *“Tem meio a meio. Não são só mulheres, os homens também sofrem bastante, tem um tanto também que eu conheço que estão afastados”*.

h) A operária Raquel, do setor de perus, foi afastada do trabalho pelo INSS com auxílio doença por depressão. Neste setor, afirma que o trabalho era muito repetitivo: *“Era muito repetitivo, muito estressante, muito barulho, tanto que quando eu passo na frente da Sadia me dá um desespero, uma vontade de sumir”*. Segundo esta operária o trabalho na Sadia não é considerado por ela como uma profissão: *“Porque é uma coisa que não te dá estabilidade depois, quando tu sai de lá, igual eu tô encostada, mas não sabe nada, só me deu doença, dor nos braços, a depressão porque eu to com depressão, barulho, o barulho me deixa fora, sei lá parece que as idéias não bate por causa do barulho, só isso, e eu acho que uma profissão não deixa isso, porque uma profissão,*

quando você trabalha, depois você tem aquela profissão, se você quer trabalhar em outro lugar com aquela profissão e eu nunca mais trabalho na Sadia, porque tem aquele barulho.” E, a empresa exigia muita produtividade: *“Existia, só que era pro grupo, não era pra cada um, era o grupo que tinha que fazer a meta”*. As condições de trabalho geraram a depressão, mas o INSS não reconheceu como doença do trabalho. Entretanto, para a trabalhadora é sim, porque *“Tudo começou de lá, eu, pra mim deveria ser não auxílio doença, mas acidente de trabalho porque eu trabalhei sempre lá, vim pra Chapecó e fui trabalhar lá, trabalhei dois anos certinhos e depois tive o meu neném e depois foi que começou gerar a doença. Então eu pra mim saiu de lá, o barulho é de lá de dentro”*. Para ela há muitos doentes na agroindústria, sendo que o *“[...] maior número é depressão, é dor nos braços, os maiores são esses”*. Quanto às causas refere o trabalho repetitivo e o barulho: *“Eu acho que se tivesse um rodízio, uma coisa mais trabalhada em visão ao trabalhador, eu acho que nenhuma dessas doenças ia cair nas pessoas porque só dói o braço por causa do problema repetitivo, você vai mexer com a faca e é tudo, você vai mexer com peru, mexer com frango. Em visão da dor no braço, dor no ombro, fora os outros nomes que tem essas dores, eu falo que é uma dor, eu acho que a parte repetitiva é o que faz. A minha parte eu acho que é o barulho, o barulho é muito estressante, são barulhos de várias nórias ao mesmo tempo então é muito estressante, a gente não consegue conversar com ninguém, é muito forte. Agora se você já tiver um problema e tiver ali no meio daquele barulho, mistura tudo, daí você já não sabe mais o que fazer da vida, é uma coisa bem louca trabalhar ali dentro. Então eu pra mim esse fato, se fosse trabalhado entre a empresa, eu acho que muitas pessoas não iriam ficar doente, isso é os principais.”* Com relação ao tratamento da agroindústria, diz que foi bem tratada *“porque tanto que eu tentei voltar a trabalhar e eles não me aceitaram. Então eu particularmente fui tratada bem, eu fui considerada como uma pessoa doente que eu preciso me tratar”*, porém explica que a agroindústria não a auxiliou com remédio quando verificou que seu problema foi caracterizado apenas como doença, enquanto outros afastados por acidente de trabalho recebem apoio. Em relação ao tratamento do INSS afirma que tratam: *“Também muito bem. Eles consideram como você é uma doente, consideram como não tem o que fazer porque tem depressão”*. Sobre os doentes diz que a maioria: *“São mulheres [...] porque a carga da mulher é mais pesada, é carga em casa, é carga no serviço, pro homem é mais fácil porque ele tem a mulher ali, nós também somos a escorinha deles e pra eles é mais fácil”*.

Pelos depoimentos dos operários/as resta claro que introdução das novas tecnologias e da nova forma de organização do trabalho com elementos do toyotismo aumentou a repetitividade das tarefas para aumentar a produção, gerando elevada manifestação das doenças físicas e mentais.

O Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT) da agroindústria deixa muito a desejar em relação à promoção, prevenção e cura dos adoentados. Dos 8 entrevistados, 7 criticaram o atendimento da empresa em relação aos trabalhadores pela falta de assistência ao adoentado e pelo fato de que o serviço médico opera contra o interesse do trabalhador, e apenas um chegou a elogiar o atendimento do serviço.

Quanto à conduta das perícias foi bastante criticado o tratamento do INSS, que em muitos casos só tem reconhecido as doenças após ingresso de ação judicial. Dos 8 entrevistados referidos, um não se manifestou porque não fora perguntado sobre o assunto, três criticaram o atendimento do INSS, um diz que teve atendimento normal, nem elogiou nem criticou, duas elogiaram o atendimento, mas dentre estas uma ressalva que este comportamento não é com todas as colegas que tiveram o mesmo problema e uma outra diz que depende do médico e que inclusive teve perícia negada. O péssimo atendimento médico é uma realidade em todo o país, ainda mais em relação aos médicos da agroindústria. Tem-se também que frisar que o plano de saúde da empresa cobre somente quatro consultas/ano, e as demais tem que ser desembolsadas pelos trabalhadores, já adoentados e muitas vezes sem receber nem da agroindústria, nem do INSS. Ainda, na rede de saúde pública, quando ficam sabendo que o doente é deste frigorífico, não querem atender, alegando que tem plano de saúde. É o que no popular por aqui se diz: trabalhador doente está entre a cruz e a espada, enquanto for lucrativo ao capital, tudo bem, quando não mais lucrativo, tem que “se virar” de forma individual, com ajuda da família e parentes.

Finalizando a análise com a questão de gênero, observamos que das oito entrevistas realizadas três entenderam que a incidência das doenças do trabalho sobre homens e mulheres era parelha, quatro disseram que eram mais mulheres, e uma não se manifestou²⁰⁴.

Pela análise das entrevistas realizadas com trabalhadores resultou a constatação de uma revolta generalizada contra os profissionais

²⁰⁴ Este tipo de abordagem mereceria um estudo mais aprofundado por pesquisadores que futuramente poderão aprofundar a análise que envolveria vários fatores, tais como a composição percentual da força de trabalho em relação ao gênero, dados do INSS, aspectos físicos e psicológicos determinantes no adoecimento e na procura dos médicos etc.

médicos da agroindústria e de forma equilibrada houve críticas e elogios sobre os médicos peritos do INSS.

Verifica-se, portanto, pelo comportamento dos médicos, o que está também comprovado pelas ações judiciais em que os trabalhadores têm que recorrer à justiça para ter seus direitos assegurados, o conflito estabelecido entre a necessidade de proteção da integridade física e mental dos trabalhadores, e a lógica de exploração do capital através de suas técnicas de produção, levando a uma contradição entre a prática destes médicos e seus códigos de ética médica.

Berlinguer referiu-se a três fontes diferentes que orientam de modo ético e deontológico o trabalho médico: Uma delas é a encíclica *Pacem in terris*, promulgada pelo papa João XXIII²⁰⁵, onde, no capítulo *Direitos relativos ao mundo econômico*, começa com os seguintes pontos:

17. São inerentes aos seres humanos o direito de livre iniciativa no campo econômico e o direito ao trabalho.

18. A tais direitos é indissolúvelmente associado o direito a condições de trabalho não lesivas a saúde física e aos bons costumes, e que não impeçam o desenvolvimento integral dos seres humanos em formação; e, pelo que concerne às mulheres, o direito a condições de trabalho conciliáveis às suas exigências e seus deveres de esposas e de mães (BERLINGUER, 2001, 125-6).

Um outro texto é a Declaração da Saúde do Trabalhador, publicada em Washington em 06 de fevereiro de 1992, por respeitáveis personalidades da ciência, da economia e da política, reunidas por iniciativa da Organização Panamericana da Saúde (OPAS), no ano que dedicou à saúde e segurança no trabalho. Após alertar para os danos sociais dos acidentes de trabalho, ela ressaltou dois aspectos éticos da relação entre trabalho e saúde:

Os objetivos do progresso econômico justificam-se apenas enquanto este seja endereçado aos seres humanos e ao seu bem-estar social. Para assegurar um desenvolvimento possível e sustentável é essencial que os trabalhadores gozem de boas condições de saúde.

Existem conhecimentos sobre as estratégias e as técnicas capazes de eliminar, reduzir e controlar os fatores de risco no trabalho. A aplicação desses

²⁰⁵ Encíclica de S.S. João XXIII, *Pacem in terris*, 11 de abril de 1963.

conhecimentos não é útil apenas para os trabalhadores: ela conduz também a uma sociedade mais equânime, estável e produtiva (BERLINGUER, 2001, p.126).

O terceiro documento diz respeito diretamente àqueles que se ocupam do problema como profissionais de saúde ocupacional. Em 1992, a Comissão Internacional de Saúde Ocupacional (ICOH) publicou após ampla consulta, o Código Internacional de Ética para os Profissionais de Saúde Ocupacional. A ICOH resumiu o sentido deste código em três parágrafos:

A atividade para a saúde dos trabalhadores deve ser exercida com base nos mais altos padrões profissionais e princípios éticos. Os profissionais devem servir à saúde e ao bem-estar social dos trabalhadores, como indivíduos e como coletividade, além de também contribuir com a saúde do ambiente e das populações.

Os deveres dos profissionais incluem os cuidados com a vida e a saúde dos trabalhadores, o respeito à dignidade humana, a promoção dos mais altos princípios éticos nas escolhas e nos programas sanitários. A integridade na conduta profissional, a imparcialidade e a proteção do sigilo das informações e da vida privada dos trabalhadores também fazem parte desses deveres.

Os profissionais de saúde do trabalho são especialistas que devem gozar de plena independência no exercício de suas funções. Devem adquirir e manter a competência necessária a sua função (BERLINGUER, 2001, p. 127).

Segundo Berlinguer as três orientações expressas nessas citações, provenientes de uma fonte religiosa, uma institucional e outra profissional, parecem ser lineares e convergentes, porém, os conflitos decorrentes de valores e interesses antagônicos entre capitalistas e trabalhadores colocam em contradição os fatos da vida com as avaliações morais como constatamos na análise da agroindústria Sadia de Chapecó, dos adoentados e do trabalho dos médicos. Uma mudança prática que resulte numa efetiva aplicação destes códigos depende, portanto, da relação de forças estabelecida entre as classes sociais para que a regulação social da organização da produção e também dos serviços médicos se volte para a promoção do bem-estar dos

trabalhadores, aproveitando ao máximo o desenvolvimento tecnológico alcançado pela humanidade.

A respeito dos serviços médicos de frigoríficos da região, o procurador Sandro Eduardo Sardá constatou uma prática que concretamente fere estes princípios éticos estabelecidos internacionalmente, bem como a legislação constitucional e infraconstitucional nacional, parte dela referida na subseção sobre meio ambiente do trabalho.

A Norma Regulamentadora n. 7, Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional da CLT, atualizada pela Portaria SSST/MTE n. 19, de 09 de abril de 1988, descreve as condutas dos médicos do trabalho em relação à organização do trabalho, que são: a) solicitar à empresa a emissão da CAT; b) indicar, quando necessário, o afastamento do trabalhador da exposição ao risco ou do trabalho; c) encaminhar o trabalhador à Previdência Social para estabelecimento do nexo causal, avaliação de sua incapacidade e definição de conduta previdenciária em relação ao trabalho; d) orientar o empregador quanto à necessidade de adoção de medidas de controle no ambiente de trabalho. Segundo o procurador do Trabalho Sandro Eduardo Sardá, em entrevista à autora: “De todas essas medidas, a constatação das fiscalizações do trabalho é de que nenhuma delas estão sendo adotadas”; e além deste problema, quando a agroindústria afasta e os trabalhadores chegam ao INSS, “[...] o próprio INSS não reconhece a incapacidade para o trabalho o que gera um grave problema social”. E complementa a crítica:

[...] há ai ilegalidade de toda a ordem praticados tanto em empresas quanto no sistema de saúde e previdenciário. A omissão de emissão de CAT's é uma prática criminosa e recorrente nessas empresas, no caso da Sadia de Chapecó a fiscalização do trabalho chegou a constatar 40 casos de tendinites/ tenossinovites, doenças que obviamente tem uma relação com o trabalho e que não foram notificadas, lembrando que o modelo jurídico previsto no artigo 169 da CLT é da notificação nos casos de suspeita e confirmação de doença ocupacional.

Outro aspecto destacado por Sardá é a formação inadequada dos profissionais de saúde, ou seja, “[...] a absoluta ignorância da Medicina do Trabalho sobre o seu papel que é a função de orientar a Empresa da forma como deve organizar o trabalho evitando assim as doenças ocupacionais”.

E a crítica aos peritos do INSS é também reforçada por Maeno e Carmo (2005, p. 280) que dizem que “sob vários aspectos, o tratamento prestado pelo INSS aos trabalhadores acidentados ou adoecidos no trabalho tem sido pior que na ditadura militar”, e como exemplo do descaso citavam a terceirização da perícia médica que era realizada pelo INSS através de convênios com as próprias empresas responsáveis pelo adoecimento dos trabalhadores, e como é de nosso conhecimento, pelo credenciamento de médicos de fora do quadro próprio da Previdência para realizar as perícias. E, para aumentar o calvário dos trabalhadores que tem que esperar pela perícia e enfrentar ainda a incompreensão dos médicos quanto à relação da doença com o trabalho, a Previdência instituiu a alta programada, ou seja, ao ser afastado para o tratamento o trabalhador já tem uma data para voltar ao trabalho mesmo que não tenha um laudo médico atestando sua recuperação²⁰⁶.

Entendemos que compete aos médicos do trabalho que laboram nas empresas, no SUS e na Previdência Social, reverem o seu papel na sociedade e sua função social evoluindo do atual paradigma que analisa as doenças dos trabalhadores de um modo absolutamente individualizado, e evoluindo para uma compreensão desta como resultado das relações sociais como preconiza a medicina social. Para isto, é necessário que se proceda pelo Ministério da Educação uma revisão da formação profissional que supere a visão conservadora hegemônica, originária dos primórdios da criação das universidades no Brasil, quando este curso, juntamente com os de Engenharia e Direito, era acessível apenas para filhos das classes dominantes ou das camadas sociais mais abastadas; e, também das atribuições delegadas pelo Estado ao mundo empresarial, que centrava a análise dos acidentes de trabalho e das doenças como fruto da fatalidade, do descuido do trabalhador, de sua não-adesão aos equipamentos de proteção individual e de sua incultura e rebeldia (SANTOS, 2005, p. 17).

Felizmente há novos profissionais de saúde (ainda que muito poucos) comprometidos com a defesa da saúde dos trabalhadores que ao longo dos anos vem construindo uma nova cultura de luta pela melhoria dos ambientes de trabalho. Muitas conquistas ainda dependem da força organizada da classe trabalhadora, tais como: o fortalecimento das

²⁰⁶ Este caso da alta médica programada seria hilário, se não fosse triste. Os médicos do INSS (para não dizer outros) têm uma parte de “deus”. Só de olhar para o doente periciado (média de 05 minutos pela olhada, nada mais, sem nenhuma avaliação maior) eles já sabem em quantos dias o doente vai ficar bom. É uma maravilha. ‘Deus’ deve estar frustrado, pois os médicos tiraram uma de suas funções. O que será que eles vão dizer a São Pedro, quando pretenderem entrar no céu?

instituições encarregadas da vigilância do ambiente de trabalho; a mudança da formação médica direcionando-a para a promoção da vida e não do lucro; a radical mudança de procedimentos no trato do INSS com os trabalhadores e a integração do trabalhador assalariado dentro do Sistema Único de Saúde, pois não haverá sistema público adequado com a força produtiva envolvida em convênios privados que transformaram a doença em negócio (SANTOS, 2005, p. 19).

Finalizando esta subseção, e por ser esta seção 5 que responde ao objeto do estudo desta dissertação, diferentemente das outras quatro seções, merece uma síntese, já a nível de conclusão.

5.11 SÍNTESE DA SEÇÃO 5

Conclui-se em relação a: sofrimento do trabalho; doenças sociais e aumento destas na agroindústria; e necessidade de estudos/análises destas doenças nos frigoríficos.

a) É o sofrimento do trabalho, que gera as doenças sociais, tanto as físicas, quanto as psíquicas. Este sofrimento é gerado pelo processo de organização do trabalho subordinado ao capital que tem por objetivo a extração cada vez maior de mais-valia, para o capitalista enriquecer-se às custas do trabalho humano. Para a busca do lucro, embora venha do trabalho humano, não existe e nem existirá, enquanto existir capitalismo e capital, humanização do trabalho. Quando existir humanização do trabalho, deixará de existir o modo de produção capitalista. Com a superação do modo de produção comunista primitivo, com o aparecimento da propriedade privada e a divisão da sociedade em classes, o trabalho passou a ser sinônimo de sofrimento para a imensa maioria da população, que vive às custas do seu trabalho.

Esta classe trabalhadora, que vive da venda da sua força de trabalho, em razão do sofrimento decorrente deste tem adquirido doenças que, embora tratadas de forma individual, são doenças sociais, pois doenças geradas pela forma como o trabalho está organizado dentro do processo de produção.

Em relação à agroindústria estudada tem-se que é o sofrimento do trabalho a gerar as doenças, tanto físicas, quanto psíquicas. Duas médicas entrevistadas, uma ex-médica da Sadia, e outra ex-médica do CEREST, dizem em relação ao sofrimento como causa geradora de doenças:

a.a) A médica Marta trabalhou na agroindústria Sadia e atualmente trabalha no Sistema Único de Saúde, diz ter observado bastante aumento do sofrimento do trabalhador, sobretudo em empresas onde o foco é a produção “quanto mais foco há na produção e quanto menos foco na humanização vai haver o sofrimento mental do trabalhador”. Sobre a relação entre as doenças físicas e as psíquicas, ela diz que elas podem vir separadamente e elas podem ter uma inter-relação muito grande, e quanto aos frigoríficos ela acha que tem esta relação também, embora não necessariamente, pois “Tem de tudo, tem assim, tem doenças psíquicas sem correlação com doenças físicas, tem doenças psíquicas correlacionadas com doenças físicas, tem doenças físicas sem ter problemas psíquicos correlacionados. Então a gente vê todas essas nuances do sofrimento, a gente vê tanto físico como mental correlacionados ou não”. Sobre o aumento das doenças psíquicas entre os trabalhadores as relaciona com o aumento delas na população em geral, mas concorda que o trabalho contribui para gerar doenças psíquicas: “Com certeza, se levar em consideração que a gente passa dois terços da vida da gente no trabalho, com certeza é uma contribuição muito valorosa, bem grande”.

Sobre as causas de afastamento dos trabalhadores na Sadia ela afirma que quando trabalhou lá “[...] **a segunda grande causa de afastamento dos trabalhadores era por depressão**”, e a primeira, “[...] **com certeza era por LER/DORT.**” Para esta médica os casos mais antigos e crônicos de LER/DORT também apresentavam sintomas depressivos (grifo nosso).

b) Já Maria, ex-médica do CEREST, também entrevistada, confirma que o trabalho pode gerar sofrimento no trabalho: “[...] *com certeza, o trabalho ele pode gerar o sofrimento do e no trabalho e os motivos principais, são os que a gente, praticamente a gente sabe, não é, que são as pausas que não são feitas, as longas jornadas de trabalho, a produtividade que é muito exigida, para o funcionário, a pressão principalmente que o trabalhador sofre, a remuneração principalmente do trabalhador que é muito pouca, é exigido demais dele e muito pouco remunerado, esse é o principal*”. Ela também entende que o sofrimento no trabalho pode gerar doenças psíquicas e agravar as doenças físicas: “[...] *ele pode assim gerar uma doença psíquica pelo próprio estresse que o trabalho vai desenvolvendo na pessoa, aquela pressão que ela vai sofrendo*”; e sobre as doenças físicas, a médica assegura que ela pode se agravar dependendo das condições de trabalho: “[...] *vamos dizer, um quadro de uma dor lombar que ela já tinha, e ela pode desenvolver pelo tempo que ela permanece de pé, ela pode agravar*”. Quanto ao aumento

das doenças psíquicas registradas a médica considera que são devidos ao reconhecimento dela como doença do trabalho pelo MPS, pois antes elas já existiam, e os motivos principais relacionados foram “[...] *o aumento dessa jornada de trabalho, o crescimento das indústrias que houve, principalmente aqui no Brasil, aumentou muito o número de indústrias, aumentou assim, a concorrência também entre as, entre as próprias indústrias não é! Como é que se diz, a flexibilização também, e, como é que se diz a falta de pausa no trabalho também, a cobrança também*”. Quanto às doenças psíquicas nos frigoríficos a médica acredita que a organização do trabalho tem gerado estas doenças em função da pressão da agroindústria sobre o trabalhador para aumentar a produção decorrente do próprio aumento do número de vendas para exportação: “[...] *então aumenta a velocidade da nória, aumenta a velocidade de tudo, então aumenta movimentos repetidos não é [...] então aí é lógico que a carga psíquica vai ser bem maior, a pressão vai ser bem maior, então é lógico que aí a doença psíquica vai aumentar mais ainda*”. As instalações físicas, a matéria prima que são as carnes, as vestimentas (todo mundo de branco), os fones no ouvido, as salas altas, e outras situações da fábrica, podem contribuir para os adoecimentos psíquicos, na visão da médica, pois o meio-ambiente da fábrica Sadia é extremamente insalubre e opressivo: “[...] *imagina tu passar o dia inteiro com aquele gorro na tua cabeça, aquele troço branco na tua cabeça, aquele fone na tua cabeça, aquelas bota horrorosa, encharcada que tu fica com o pé suado, tu com aquelas facas o dia inteiro na mão, aquele fedor de galinha o dia inteiro [...] ali na Sadia eles têm que reclamar e com razão, e com razão sabe, eu achei um horror aquilo lá*”. E, como ex-médica do CEREST ela afirma que tem aumentado as doenças físicas e psíquicas na Sadia, tendo como causa a cobrança cada vez maior de metas. Além disto, a médica afirma que a maioria dos adoentados são mulheres; “[...] *enquanto no ano ainda de dois mil e oito, quando eu ainda estava no CEREST, que a gente tava fazendo a parte assistencial, o grande número de trabalhadores que eu atendi da Sadia foram mulheres [...] e essas todas que eu atendi lá, tinham todos os sintomas de depressão*”.

Além de que, para as médicas, o sofrimento do trabalho é o gerador de doenças físicas e psíquicas isto também resta evidenciado na fala de quase todos os trabalhadores entrevistados.

b.b) Embora as **doenças sociais** causadas pelas relações de produção remontam a todos os modos de produção, cada época histórica tem suas próprias doenças sociais. E, nesta fase imperialista do modo de produção capitalista, após a reestruturação produtiva com o aumento da

automação e a computadorização, na busca de maior produtividade para fazer frente à crise estrutural do capital, tem-se o surgimento de novas doenças sociais ou o aumento destas (enquanto algumas das antigas doenças sociais já estão combatidas), que são: as doenças do trabalho relacionadas em maior número a LER/DORT e as doenças mentais. Assim é que no Brasil, em 1991 o MPS reconhece a LER, através de portaria deste Órgão, e mais tarde incorpora a estas a DORT. Já em 1999, diante de inúmeros casos, reconhece o MPS às doenças psíquicas como doenças do trabalho.

Diante do recente reconhecimento por parte do MPS, e devido à pressão organizada da classe trabalhadora sofredora das LER/DORT (duas décadas) e das doenças psíquicas (um pouco mais que uma década), é por certo que até o início do reconhecimento por parte dos operadores do direito, dos médicos peritos e em menor parte dos médicos da agroindústria estudada, em começar a relacionar estas doenças como doenças do trabalho, passam-se alguns anos, e somente no início dos anos 2000, aproximadamente, temos a análise dos primeiros casos relacionando LER/DORT e doenças psíquicas como do trabalho neste frigorífico e em outros da região. Já pela análise da Ação Civil Pública, dos processos das Varas do Trabalho e pelos depoimentos dos trabalhadores, operadores do direito e das médicas, restou demonstrado o aumento dos casos das doenças nesta agroindústria em relação a LER/DORT e em relação às doenças psíquicas. Assim como também se evidencia a relação destas doenças com o modo de produção capitalista, dentro da análise dos processos de organização do trabalho, principalmente após a reestruturação produtiva.

c) Mais, tem-se que existem poucos estudos e análises destas doenças (LER/DORT e psíquicas) ainda em relação aos frigoríficos da região, provavelmente do país, tendo como causa a pouca combatividade dos dirigentes operários desta categoria (portanto a pouca pressão por mudanças) e muito tem que ser feito pelas Universidades, pela Fundacentro e órgãos de formação da classe trabalhadora para o descortinamento da aparência para chegar-se à essência, em relação às doenças do trabalho, correlacionadas com o processo de produção, sendo doenças sociais.

Espera-se que nos movimentos sociais, aí com maior ênfase o Movimento Sindical, haja um aprofundamento do estudo das doenças que acometem em maior grau os trabalhadores desta categoria da região, para que se possa buscar caminhos de luta para diminuir estes

adoecimentos²⁰⁷, embora se tenha clareza que no modo de produção capitalista não haverá fim das doenças oriundas do trabalho, pois, na mesma medida em que algumas terminam, surgem outras, conforme a época histórica e conforme o grau de organização das forças produtivas. Agora, o que pode ser muito mais difícil é fazer com que os operadores do direito e da área médica, queiram ter a clareza que é o processo de produção capitalista, descortinando-se dentro deste o processo de organização do trabalho, o causador do aumento das doenças, pois aí já é se exigir destes profissionais (da área médica e do direito) uma posição favorável à classe trabalhadora.

²⁰⁷ Como diz o eminente marxista Valério Arcary, em suas palestras e das quais algumas esta mestranda participou, nós, os marxistas, somos, em tese, os maiores reformistas, visto que lutamos por qualquer reforma que venha a beneficiar a classe trabalhadora, ainda dentro do modo de produção capitalista. Mas o nosso reformismo vai até aí, o que nos diferencia dos reformistas, pois nós lutamos por reformas, mas sempre deixando claro à classe trabalhadora o limite das mesmas e que o fim das mazelas que sofre somente se dará com o fim do capitalismo. E também por isto, estaremos sempre lutando, dentro dos marcos ainda deste modo de produção, pelas reformas que melhoram a qualidade de vida dos trabalhadores, e entre elas, a questão das doenças do trabalho.

6 CONCLUSÃO

A crise estrutural do capital, com início na década de 1970, impôs a busca de uma nova forma de acumulação para a resposta da mesma. Como é somente o trabalho que pode gerar riquezas para a extração da mais valia, de onde se origina o lucro, há a necessidade, por parte do capital, de reestruturar o mundo do trabalho.

Mészáros, diz que desde a década de 1970 vem se desenvolvendo uma crise estrutural do capital, da qual a crise econômica enunciada mais recentemente em 2008 é apenas um dos desdobramentos da mesma. Esta crise estrutural seria tão grave que a crise econômica de 1929-33 se parece com “uma festa no salão de chá do vigário”. Para este filósofo húngaro, depois de vivenciar a era dos ciclos econômicos, o capitalismo entrava numa fase inédita, marcada por um *continuum* depressivo que faria aquela fase cíclica anterior virar história. Embora pudesse haver alternância no seu epicentro, a crise se mostra longa e duradoura, sistêmica e estrutural.

Para a resposta a esta crise estrutural, longa e duradoura, o capital organiza a reestruturação do mundo do trabalho que se dá com as bases na terceira revolução industrial. Esta terceira revolução industrial introduz de forma acentuada a automação, com a robotização e a computadorização, na busca de maior produtividade. O mundo do trabalho passa por uma revolução tecnológica nunca antes vista, que faz com que a classe trabalhadora, ao lado da degradação do meio ambiente e do ambiente do trabalho, veja surgir novas doenças ou aumentar em números consideráveis doenças do trabalho já existentes.

Com a crise e a reestruturação produtiva que busca sua superação, acentua-se cada vez mais a depredação da força de trabalho, visto que pela ótica dos donos do capital, é necessário passar-se por cima de quaisquer direitos conquistados, na busca da recomposição da taxa de lucro. A retirada dos direitos da classe trabalhadora foi possível pelo desmonte das organizações operárias, visto que na polarização de classes da década de 1970 tinha-se o seguinte quadro: ou o avanço da classe trabalhadora, ou o recuo desta e o avanço do capital. Naquele momento venceu o capital. Vasapollo, ao analisar a degradação do trabalho na Itália e na Europa como produto de um desmonte do Estado de Bem-Estar social a partir da globalização neoliberal, diz que se trata de voltar a travar batalhas ofensivas pela socialização das riquezas produzidas pelas classes trabalhadoras, “tomando como central a necessidade de transformação econômico-social de modo radical,

através de um projeto de lutas sociais que saiba unir os novos sujeitos do trabalho, do não-trabalho, do desempregado, movendo-se no horizonte estratégico da superação do capitalismo” (VASAPOLO, 2005, p. 113).

Ao ter o capital vencido, naquele momento, à classe trabalhadora, sua resposta à crise foi um novo regime de acumulação, que pode ser denominada como a acumulação flexível. Para que este regime de acumulação pudesse ser implantado, haveria de se ter mudanças no mundo do trabalho. Essas mudanças ocorrem com base na introdução das novas tecnologias da terceira revolução industrial, que permite o surgimento de um novo processo de organização do trabalho, denominado de toyotismo, coexistindo com o processo anterior taylorismo/fordismo.

O Brasil, com uma época histórica diferenciada, vai começar a implantar os elementos deste novo processo de organização do trabalho a partir da década de 1980, muito timidamente, acentuando-se em definitivo a partir da década de 1990, sendo hoje uma realidade presente em todos os setores produtivos e de serviços.

O mundo e o país estão em crise na década de 1970, mas na região Oeste do Estado de Santa Catarina, começam a surgir agroindústrias, ou a serem melhoradas as que já existiam desde a década de 1950. E entre as já existentes, tem-se a Sadia Indústria e Comércio Ltda, que teve início em 1944 na cidade de Concórdia, SC, pelas mãos de Atílio Fontana, comerciante de alfafa, que se tornou um grande industrial, um dos maiores do país.

Com a expansão desta agroindústria, em 1973 é construída outra fábrica no município de Chapecó/SC, com o objetivo primeiro de industrializar perus (mas desde o começo trabalha-se também com frangos). Este parque industrial sempre teve as benesses do poder estatal para o seu crescimento, e estas benesses do público, que se confunde e é usado pelo privado, fez com que a agroindústria se consolidasse no mercado nacional e internacional como uma das maiores do ramo. Atílio deixa claro em suas memórias a ligação entre sua pessoa ou de familiares, com os diversos partidos que se sucederam no poder central, estadual e local. Foi trafegando pelos meandros do poder político que, de comerciante de alfafa transformar-se em grande empresário. Esta ligação do maior acionista da empresa com os poderes políticos dominantes, já era anterior à formação da agroindústria na cidade de Concórdia.

O surgimento dos grandes frigoríficos faz com que a vida econômico-social e política desta região do Estado gire em torno destes, visto que o desenvolvimento capitalista da região, principalmente após a

década de 1950, deve e tem de levar em consideração a influência das agroindústrias, tanto na redefinição do espaço urbano, como no espaço rural. Ou seja, a cidade é organizada em função do capital, fortalecendo a questão de que é o capital quem organiza a vida societária.

Acompanhando a tendência mundial e nacional, o frigorífico da agroindústria em Chapecó, entra também na era da reestruturação produtiva a partir de 1990, de forma mais acentuada a partir de 1995, quando passa a implantar elementos do toyotismo, tais como: TQS - Total Qualidade Sadia, círculos de empregados para discutir problemas e apontar soluções, e de forma muito acentuada a automação e robotização, que intensifica a subordinação dos movimentos do trabalho à máquina, e com isto amplia-se o esforço físico e mental dos trabalhadores. Desta forma a agroindústria continuou crescendo, mesmo durante todo o período de crise econômica, conseguindo expandir suas importações e também exportações, transformando-se numa das maiores do mercado e da América Latina.

Esta agroindústria, para poder implantar os elementos do toyotismo coexistindo estes com elementos do taylorismo/fordismo, teve que hegemonizar um discurso a nível de chão de fábrica e também a nível da sociedade. Por isto, toda uma estratégia dos prepostos do capital é utilizada para que fosse possível a aceitação desta “nova” forma de trabalhar. Em inícios dos anos 1990 alguns prepostos do capital visitam o Japão, onde vão familiarizar-se com o novo processo de organização do trabalho. No retorno, começam a implantar na primeira unidade do parque fabril, que foi exatamente nesta de Chapecó, SC, elementos do toyotismo. Criam-se os círculos de Total Qualidade Sadia, dos quais os trabalhadores, pelo convencimento do discurso e em menor escala pela coação, começam a participar. Ao lado deste elemento, onde os trabalhadores são instigados a buscar soluções para problemas reais do chão da fábrica, tornando-se “co-partícipes” da mesma, um “colaborador”, a automação começa a ser implantada na agroindústria de forma acentuada, passando a ter esteiras e inúmeras máquinas que fazem parte do processo de trabalho ao lado da antiga nória, não dispensando, por óbvio, o trabalho humano, único meio de extração da mais valia para a valorização do capital.

A reformulação do processo de trabalho, para que dentro do processo de produção possa haver a auto valorização do capital, faz surgir uma mescla de processos de organização do trabalho, onde os piores elementos do toyotismo são introduzidos, entre eles: aqueles que dizem respeito à subjetividade do trabalhador (pela participação nos círculos de controle de qualidade, pela busca do saber do chão da

fábrica, somente naquilo que interessa à agroindústria); a questão salarial por produtividade, e uma automação sem precedente, com aumento exagerado de produção, para que continuassem crescendo no mercado interno e externo, tendo cada vez mais lucratividade. Conjuntamente, e combinado com os piores elementos do toyotismo, permanecem os piores elementos do taylorismo/fordismo, que são: repetitividade, mesmas tarefas, tarefas fragmentadas, horários rígidos, monotomia e outros. Esta combinação do que existe de pior em um e no outro processo de organização do trabalho, intensificam o sofrimento do e no trabalho²⁰⁸, aumentando doenças antigas e surgindo novas doenças.

A parcela desta classe trabalhadora que labora nos frigoríficos acabou sendo induzida pelo discurso hegemônico do chão da fábrica e societário, da necessidade de aceitar as novas formas de trabalhar/desgastar-se no trabalho, devido à própria formação desta, a necessidade de manter o trabalho para a sua sobrevivência, e aos cursos de treinamento realizados pela agroindústria. Estes trabalhadores, nas primeiras duas décadas, até aproximadamente finais de 1990, eram ex-agricultores, ex-agregados e caboclos da região e das madeiras da região do Paraná, com pouca escolaridade e sem organização operária nem no campo e nem na cidade, o que tornou possível, com pouquíssima resistência e sem resistência aparente²⁰⁹, a aceitação dos elementos fordizados e taylorizados, no início da formação da agroindústria até a metade da década de 1990. Os prepostos do capital tiveram muita facilidade na hegemonização do discurso, à época de 1973. Junta-se a tudo isto, ainda, a figura do “bom pai” e “bom patrão Atílio”, da “Mãe Sadio”, que a todos ajudava dando emprego e de todos cuidando. Quando da necessidade de implantação dos elementos toyotistas pouco havia mudado na formação sociológica desta parcela de trabalhadores. Ou ainda eram ex-agricultores ou filhos destes (segunda geração da cidade) e o aceitação dá-se de forma que tenha havido também muito pouca resistência, bem como a não compreensão de que é

²⁰⁸ Conforme já afirmado anteriormente o sofrimento no e do trabalho existem desde que existe a divisão da sociedade em classe. Aqui, entende-se que, a combinação de elementos do processo de organização do trabalho toyotista, combinado com elementos do taylorismo/fordismo, aumentou o sofrimento principalmente no campo psíquico, e assim, após a década de 1990, temos um aumento das doenças relacionadas no grupo das LER/DORT, e o surgimento (aumento) das doenças psíquicas.

²⁰⁹ Quando se fala em resistência, tem-se que ter presente que a mesma sempre ocorreu na agroindústria, ainda que de forma individual, e em pouca escala. Mas, também tivemos tentativas de greves, conforme já exposto na seção de número quatro desta dissertação. A questão da resistência operária deverá ser análise de outra pesquisa, talvez ainda um dia, por esta mestrandia.

o modo de trabalhar/se desgastar no trabalho que causa os adoecimentos.

A somar a esta formação sociológica da parcela dos trabalhadores, tem-se o histórico nefasto das direções da entidade sindical da categoria. Esta foi formada em 1979 e seus dirigentes nunca tiveram como princípio ético a defesa dos interesses de classe, sendo que por nove anos permaneceu à frente, como presidente, uma única pessoa, Domênico Ramos Scussiato. Após, por mais vinte e dois anos um único outro, Miguel Padilha, com alternância no último ano destes vinte e dois anos, passando para Valdecir Stobe, do mesmo grupo político. Somente em 2010, um grupo de trabalhadores, através de investigação por parte do MPT, na pessoa do Procurador Sandro Eduardo Sardá, que investigou a falta de eleições na entidade, e com a intervenção judicial, consegue realizar e ganhar a única eleição que houve desde 1988. Assim, as direções da entidade sindical, até outubro de 2010, contribuíram e muito ajudando a agroindústria (sendo sindicalistas desta), para que a categoria não tivesse um crescimento da conscientização operária e não questionasse o capital, em relação a direitos trabalhistas garantidos pela Constituição Federal, CLT, outras legislações, e entre estes direitos o direito a saúde do trabalhador.

Quando se conjuga a reestruturação do mundo do trabalho dialeticamente com a análise sociológica desta parcela da classe trabalhadora e sua entidade de classe, tendo-se presente a centralidade do trabalho, e o trabalho alienado/estranhado do modo de produção capitalista, pode ser descortinada a questão das doenças do trabalho desta parcela da classe trabalhadora. E conclui-se pela análise das doenças do trabalho na agroindústria estudada, que são as mesmas doenças sociais produzidas pelo modo de organização da produção no atual estágio do capitalismo. Partimos da categoria do sofrimento do trabalho, para entender que é este sofrimento que gera as doenças sociais, tanto as físicas, quanto as psíquicas. Este sofrimento é gerado pelo processo de organização do trabalho subordinado ao capital, que explora os trabalhadores para manter a lucratividade da classe capitalista.

Ao partir-se da categoria do sofrimento do e no trabalho, restou demonstrado que é o aumento deste, tanto em nível físico, quanto em nível psíquico, que fez aumentar principalmente na década de 2000, com a reestruturação produtiva, as doenças relacionadas no grupo das LER/DORT, e gerado as doenças psíquicas. Isto ficou provado pelo estudo do Procurador Dr. Sandro Eduardo Sardá, para a impetração da Ação Civil Pública de número 3497-2008-038-12-00-0 e a de número

1280-2009-038-12-00-7, quando, através de uma pesquisa detalhada, analisou as condições do meio-ambiente do trabalho dos frigoríficos, e destes, em especial o da Sadia S.A. de Chapecó, provando que são as condições de trabalho, ou seja, o processo de trabalho, dentro do processo de produção, que causa os adoecimentos.

A prova inequívoca do aumento das doenças do grupo das LER/DORT e dos grupos das doenças do sistema nervoso (grupos com CID: M e G)²¹⁰, é feita pelos dados do INSS, acostados e estudados na ACP, onde no ano de 2004, tem-se 73 adoentados afastados pelo INSS; no ano de 2005, 98 adoentados afastados pelo INSS; no ano de 2006, 173 adoentados afastados pelo INSS; no ano de 2007, 188 adoentados afastados pelo INSS; e até metade de 2008, 141 adoentados afastados pelo INSS, com projeção até final de ano de 281 casos de adoentados. O mesmo ocorre com as doenças psíquicas (CID F), onde se tem: 2004, 62 adoentados afastados pelo INSS; 2005, 115 adoentados afastados pelo INSS; 2006, 153 adoentados afastados pelo INSS; 2007, 171 adoentados afastados pelo INSS, e em 2008 projeção para 150 adoentados afastados pelo INSS.

A outra prova que se faz do aumento destas doenças geradas pelo sofrimento infligido pelo processo de trabalho e de produção, além da anteriormente citada (dados do INSS estudados e colocados na ACP) foram os dados coletados nos Processos das Varas do Trabalho desta cidade, do período de 2004 a 2009, onde se tem: em relação a doenças mentais: 2004: quatro processos; 2005: sete processos; 2006: quatorze processos; 2007: treze processos; 2008: dezoito processos; 2009: vinte e quatro processos. E em relação a doenças relacionadas a LER/DORT: (grupos com CID M e G): no ano de 2004: doze processos; no ano de 2005: oitenta e dois processos; no ano de 2006: sessenta e cinco processos; no ano de 2007: cinquenta e cinco processos; de 2008: duzentos e vinte e oito processos; no ano de 2009: duzentos e noventa e um processos.

Estes dados, embora demonstram o crescimento das doenças de LER/DORT e o surgimento nesta categoria de doenças psíquicas, não demonstram o quadro real dos adoentados, por vários motivos explicados de forma detalhadamente no corpo do trabalho (na seção 5), sendo os mais importantes: sub-notificação (a empresa não notifica, na imensa maioria dos casos ao INSS sobre os trabalhadores adoentados); o INSS, a cada três trabalhadores que pedem auxílios, dois os têm negado;

²¹⁰ É importante ser analisado o que foi dito, em relação aos grupos de doenças M e G, o que foi descrito na nota de número 195, da subseção 5.7.4.3.

os trabalhadores, com medo de perder o emprego, não procuram médicos ou o INSS no início das doenças; e em relação à Justiça do Trabalho, poucos dos trabalhadores procuram esta para discutir seus direitos. Assim, pela percepção de dirigentes sindicais atuais, de alguns trabalhadores, dos próprios operadores do direito e da área médica, tem-se a clareza que o quadro de adoentados do trabalho desta agroindústria, é muito, mas muito maior, devendo aproximar-se da casa de 17% a 18% de doentes do trabalho (da totalidade de empregados), tanto fisicamente, quanto psiquicamente, o que significa que temos uma epidemia de doenças.

E a prática de sub-notificação das doenças do trabalho é uma constante também nesta agroindústria, para isto, basta ser observado o depoimento do Procurador do Trabalho, Sandro Eduardo Sarda, que através de estudo, nos diz:

(...) a Sadia no Brasil todo pagou em contribuição ao INSS cerca de 40 milhões de reais, no mesmo período 2003 e 2007, o INSS pagou cerca de 170 milhões de reais em benefícios previdenciários aos empregados da Sadia. Então denota claro que esses benefícios, eles são todos os benefícios concedidos inclusive o salário maternidade, inclui todos os benefícios previdenciários de natureza não acidentária, ainda que se possa considerar que na América Latina há um risco de sub notificação de doenças ocupacionais de cerca de 90%, mas mesmo considerando todos esses aspectos, há um verdadeiro dano social, primeiro um dano irreparável ao trabalhador e a sua família, segundo um grave dano social ao Sistema Único de Saúde e ao INSS [...].

Tem-se certeza que as causas das doenças sociais/do trabalho é o sofrimento do trabalho e no trabalho, mas estas são analisadas no mundo do capital e para o capital, de forma individualizada. Ao contrário, neste estudo, mostrou-se que são doenças sociais, geradas pelo processo de produção, nesta fase do modo de produção capitalista, que após a reestruturação produtiva, para fazer frente à crise estrutural do capital, tem organizado um novo modo de trabalhar, de adoecer e de morrer, introduzindo no processo de trabalho tecnologias da terceira revolução industrial, na busca de produtividade. E este novo processo de organização do trabalho trouxe consigo o crescimento do desemprego por toda parte em escala assustadora e a miséria humana a ele associada. Ainda, se acrescenta a isto a ampliação da degradação do trabalho, a

intensificação dos ritmos de trabalho no interior das jornadas de trabalho, a precarização cada vez maior dos contratos de trabalho, a pressão para baixo do preço da força de trabalho, como resposta do capital a esta crise estrutural. Por isto, Berlinguer diz que Marx demonstra a relação entre o desenvolvimento capitalista e a saúde dos trabalhadores, afirmando que: “uma certa deformação intelectual e física é inseparável até mesmo da divisão do trabalho no conjunto da sociedade em geral”.

Trabalhou-se, portanto, seguindo a linha da epidemiologia da saúde com enfoque marxista, onde já há o reconhecimento de que as doenças do trabalho estão diretamente relacionadas ao processo de produção e aos processos de trabalho. O enfoque desta corrente, que tem forte influência na Medicina Social latino-americana, tem como uma de suas categorias principais o processo de trabalho, ou, mais precisamente, o processo de produção. De acordo com Laurel (1985, p. 264), elegemos esta categoria porque “na sociedade capitalista, o processo de produção organiza o conjunto da vida social e porque é, simultaneamente, o processo de valorização do capital e modos específicos concretos de trabalhar – processo de trabalho”, que permite analisar uma realidade concreta sob a lógica da acumulação do capital (processo de valorização) e seu ambiente – o processo de trabalho e o processo de organização do trabalho – como um modo específico de trabalhar-desgastar-se e como situação de classe em termos de resistência às estratégias de exploração do capital. É no interior desta relação que o biológico, ou seja, as doenças do trabalho, relacionam-se com o social, com a reprodução do capital que se dá na esfera da fábrica e da sociedade.

Dentro deste enfoque foi analisada a dimensão sociológica de saúde e doença como uma relação dialética e tendo como pressuposto o corpo e a mente, conjugado com seu entorno físico e social, demonstrando-se como o meio ambiente do trabalho (processo do trabalho) que é: o chão da fábrica, as condições em que o trabalho é realizado, e no psicológico, as relações sociais, entre trabalhadores, entre estes e suas chefias, e como todo o entorno físico e social são prejudiciais à saúde, entendida como o físico e mental, gerando o sofrimento e, com este, as doenças.

O que tudo isto demonstra é que, nascer, viver e morrer são condições dadas pelo processo de produção. A vida do indivíduo está interligada ao meio social e histórico onde nasce, dependendo deste a forma de vida que terá, do que adoecerá e do que morrerá. Ou, como fala Sardá, em suas palestras, repetindo as palavras do médico

Bernardino Ramazzini, que em 1700 já dizia “diga-me onde trabalhas e direi do que adoecerás”.

No corpo do trabalho deixa-se evidente de que no campo das leis existe uma enorme gama delas, tanto constitucionais como infraconstitucionais, no que tange à saúde do trabalho, visando à proteção do trabalhador. Fala-se muito em meio-ambiente do trabalho sadio, e no artigo 225 da CF, diz-se: “Todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. Aqui, trata-se do meio ambiente geral, ou seja, do planeta terra, mas se todos têm direito a este meio ambiente equilibrado, por ser essencial à sadia qualidade de vida, é por certo que o meio-ambiente do trabalho também deve propiciar uma sadia qualidade de vida. Agora, num trocadilho, por que a Sadia (e todas as empresas), não proporciona uma sadia qualidade de vida a seus trabalhadores, respeitando o artigo 225 da CF? E por que o Poder Público muito pouco faz para punir esta agroindústria no seu desrespeito pela legislação protetiva do trabalho, mas, ao contrário, está sempre pronto a “ajudar em épocas de crises”, dando-lhe dinheiro público de empréstimo como o contrato de financiamento de 462,5 milhões de reais concedido pelo BNDES em 2007?

A resposta a tudo isto é: se as doenças sociais/do trabalho são doenças produzidas pelo modo de produção, numa compreensão dialética da realidade, somente partindo-se de uma categoria marxista, é que poderemos dizer que as mazelas que afetam os trabalhadores, e entre elas as doenças do trabalho, somente poderão ter fim com o término da sociedade de classe. E cabe à classe trabalhadora, como protagonista desta luta, realizar as mudanças para que o trabalho não mais seja meio de morte, e sim de vida. Este mesmo trabalho, gênese do ser humano, libertará a humanidade do trabalho alienado, estranhado, degradante e que gera sofrimento e doenças em cada época histórica pelo processo de produção, fazendo com que os produtores livres e associados possam viver numa sociedade onde cada qual tenha o necessário para a existência digna. De acordo com Silva (1999, p. 148) “é preciso lutar por um novo projeto de sociedade que tenha como pressuposto a inversão radical das relações de poder, tornando propriedade social o que é propriedade privada”.

Por certo que, para esta transformação, além do protagonismo da classe trabalhadora aliada aos seus intelectuais orgânicos, tem-se a necessidade da revolução social, onde a busca é pelo fim do modo de

produção capitalista e também pelo fim do capital (que é diferente do capitalismo), e a construção da sociedade socialista. Sem esta, a revolução social, é ilusório pensar em trabalho que pode ser fonte de vida, um “capitalismo humanizado”. O trabalho alienado nunca protegerá a vida. E sem esta forma de trabalho, não existe modo de produção capitalista. Portanto, nunca existirá, dentro do modo de produção capitalista, “trabalho humanizado”. Todos que falam em humanização do trabalho, sem lutar pelo fim do modo de produção capitalista, ou estão iludidos com “o canto da sereia” (e se estão iludidos podem ser e são nossos aliados), ou são agentes do capital, para a defesa deste.

E, nós, como Carlos Drumond de Andrade, citado por Sardá (2008, p.211), dizemos: “[...] não serei um poeta de um mundo caduco. Também não cantarei o mundo futuro. Estou preso à vida e olho meus companheiros. Estão taciturnos, mas nutrem grandes esperanças [...] O tempo é a minha matéria, o tempo presente, os homens presentes, a vida presente.”

Como nosso tempo também é o tempo presente, o tempo de minha geração, fugindo a toda metodologia acadêmica, não é possível terminar este trabalho, sem que se possa apontar caminhos e ferramentas de lutas (ainda que mínimas e de forma despreziosa) aos trabalhadores e seus intelectuais orgânicos, para que os mesmos, em sua caminhada histórica ajudem a construir uma história diferente, “onde a fome e a miséria não serão mais que cicatrizes na história”. Assim:

É necessária a elevação da consciência da classe trabalhadora, para que esta tenha consciência de pertencimento, de classe para si, como sendo antagônica ao capital. Compreendendo sempre que dentro dos marcos do capitalismo devemos lutar, e lutaremos, por reformas que possam trazer benefícios aos trabalhadores, mas indicando que neste marco as reformas são somente parciais, pois, enquanto existir trabalho alienado, estranhado, não lograremos o fim das doenças do trabalho/doenças sociais. Mesmo assim, em cada luta, dia após dia, devemos exigir do capital um ambiente de trabalho que diminua as doenças, seja pela diminuição do ritmo de trabalho, diminuição da jornada de trabalho para 36 horas semanais, pausas durante a jornada de trabalho, local de trabalho compatível com as condições psicofisiológicas dos trabalhadores, exigência do cumprimento da lei em relação à CAT, tratamento para adoentados; exigência de pagamento integral do tratamento dos doentes e outras. Ou seja, o Movimento Sindical deve olhar para além de melhorias salariais, deve analisar as condições de saúde da classe, entre outros. É o famoso dois ‘ss’: salário

e saúde. De nada adianta ter bons salários, sem saúde, ou vice e versa. Os dois itens deve andar juntos, e estarem interligados. Pois: "Ao movimento sindical cabe a perspectiva da luta de classes, resgatando a solidariedade e a consciência anticapitalista daqueles que vivem do trabalho e produzem as riquezas desta sociedade" (SILVA, 1999, p. 148).

Deve ser exigido dos Poderes Públicos, aquilo que é previsto legalmente como função dos vários Organismos Federais, Estaduais e Municipais, em relação à proteção da saúde do trabalho. A Constituição Federal determina que os direitos sociais, dentre outros, a saúde, o trabalho e a previdência social, compreendem um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade para garantir a seguridade social da população (CF 1988). A garantia de saúde pelo Estado deverá incluir políticas sociais, econômicas e ambientais; acesso universal e igualitário às ações e aos serviços de saúde em todos os níveis; direito à obtenção de informações e esclarecimentos relativos à saúde individual e coletiva; e atendimento integral, abrangendo promoção, preservação e recuperação da saúde (CF 1988). Porém como vimos na seção 2, estes direitos são cada vez mais limitados pela lógica do Estado burguês.

Dentro das atribuições do SUS, a Constituição Federal e vários diplomas legais infraconstitucionais, colocam objetivamente a área de saúde do trabalhador como área a ser operacionalizada de modo conjunto pelas pastas da Saúde, do Trabalho e da Previdência, mas esta integração vem ocorrendo de forma lenta e precária em relação às necessidades da classe trabalhadora, e o pouco que se tem avançado ainda é fruto da pressão operária desde os finais da década de 1970, através do movimento da reforma sanitária, que teve na questão da saúde do trabalhador forte influência teórica do movimento sanitarista italiano. Foi este movimento, que contou com profissionais da saúde e trabalhadores do movimento sindical, que conseguiu ampliar a legislação protetiva e inserir a saúde do trabalhador como política de Estado na Constituição de 1988 (MAENO; CARMO, 2005).

Assim, a luta da classe trabalhadora, capitaneada pelos Movimentos Sociais e entre eles o Movimento Sindical, deve ser pela exigência de políticas públicas (mantendo-se o que já foi conquistado e exigindo a efetiva aplicação e ampliando-se os direitos), pela preservação da saúde de todos os trabalhadores. Dentro desta análise deve ser exigida a atuação conjunta dos três Ministérios: Saúde, Previdência e do Trabalho e Emprego, para que estes tenham efetivamente condições de cumprir com suas funções, não descuidando

dos profissionais servidores destas Pastas, que em boa parte têm um olhar em favor do capital e não para aqueles que produzem a riqueza deste País.

A academia, que em 'tese' forma os intelectuais orgânicos para o capital (na maioria dos casos), mas também para a classe trabalhadora (eventualmente), merece nossa atenção. Isto porque o despotismo do patronato nas fábricas e empresas em geral, a superexploração dos trabalhadores e a conivência do Estado com as classes dominantes, são fatores que levam à constatação de uma verdadeira epidemia de adoentados, que necessita ser estudada e desvendada pelos centros universitários, órgãos governamentais e sindicatos, e equacionada sob o ponto de vista de garantia do bem-estar social da classe trabalhadora.

Dentre os estudos nos centros universitários, no parágrafo anterior lembrado, afirma-se a necessidade de várias áreas do conhecimento, e entre estas no campo do Serviço Social, desta categoria de trabalhadores estarem estudando/analizando a questão da saúde dos trabalhadores em geral, relacionada ao processo de produção. Esta importância para a categoria do Serviço Social advém do fato de que os profissionais desta área, no dia a dia das empresas (do mundo do capital), no INSS e outros órgãos governamentais, irão analisar/dar pareceres sobre a vida cotidiana dos trabalhadores e seus adoecimentos. Talvez com o conhecimento mais aprofundado do sofrimento do trabalho, junto com outras categorias de pesquisadores/trabalhadores, possam contribuir para modificar, em partes, a realidade tão cruel dos adoentados. O mesmo pode ser dito aos operadores do direito. Talvez esta dissertação lance o desafio da importância destas duas áreas do conhecimento aprofundar o debate, estudo, análise sobre a saúde do trabalhador, compreendida pelo processo de produção. Isto porque outras áreas do conhecimento, tais como: ergonomia, medicina (embora na maioria não analisam o adoecimento pelo processo de produção), já avançaram no campo do estudo da saúde do trabalhador, mas ainda com o olhar do capital, em sua imensa maioria. Assim, também nestas áreas, medicina e da ergonomia, tem-se a necessidade de mudanças de currículos, que, como o da área do direito, continuam em sua grande parte a serem os mesmos currículos de um século atrás, quando somente os filhos/as das famílias abastadas cursavam os cursos, não tendo nenhuma preocupação com aqueles que produzem a riqueza.

Em síntese, se este trabalho servir para despertar a preocupação (ainda que somente a alguns, e entre eles aos dirigentes da parcela dos trabalhadores das agroindústrias, para a verdadeira epidemia de adoentados), e a alguns outros intelectuais orgânicos, das áreas de

serviço social, direito, medicina, para que se possam empreender uma luta contra o capital, por melhores condições de trabalho, já terá cumprido o nosso objetivo. E, quiçá, conseguiremos continuar a escrever a história diferenciada da história oficial, a história da maioria, daqueles que vivem do trabalho. Lembrando sempre que somos nós que fazemos a história, nas condições dadas de nossa época, e esta é nossa época histórica.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Giovanni. **O novo (e Precário) mundo do trabalho:** reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 1999.
- ALAN. **Du “Grand Soir” a “L’Alternative”:** *le mouvement ouvrier Européen en crise*. Paris: Les Editions Ouvrières. São Paulo: Boitempo, 1998. (Coleção Mundo do São Paulo).
- ANTUNES, Ricardo (Org.) **Neoliberalismo, trabalho e sindicatos:** reestruturação produtiva na Inglaterra e no Brasil. 2.ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2002.
- _____. (Org.) **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- _____. **A rebeldia do trabalho:** o confronto operário no ABC paulista: as greves/1978/802. 2.ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1992.
- _____. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 4.ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- _____. **Classe operária, sindicatos e partido no Brasil:** da revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1988.
- _____. **O que é sindicalismo**. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- _____. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6.ed. São Paulo: Boitempo, 2002.
- _____.; SILVA, Maria Aparecida Moraes. (Orgs.). **O avesso do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- AGUIAR, Itamar. A Ação da Mídia na “Privatização” do BESC. In: FERREIRA, Alceu Conceição; ALVIM, Valdir (Orgs.). **A Trama da Privatização – a reestruturação neoliberal do Estado**. Florianópolis: Insular, 2001.

ALBA, Rosa Salete. As Agroindústrias e a produção do espaço urbano de Chapecó. In: **Cadernos do CEOM**. Chapecó: Argos, 2001, n.14.

ARRUDA JR. Edmundo Lima; RAMOS, Alexandre Luiz. **Globalização, neoliberalismo e o mundo do trabalho**. Curitiba: IBEJ, 1998.

ASSEMBLÉIA POPULAR. Cartilha da Assembléia Popular para debater a crise. São Paulo: Secretaria Nacional do MST, 2009.

BERNARDO, Márcia Hespagnol. **Trabalho duro, discurso flexível: uma análise das contradições do toyotismo a partir da vivência de trabalhadores**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

BERLINGUER, Giovanni. **Bioética cotidiana**. Brasília: Universidade de Brasília, 2004.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. 3.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

BREILH, Jaime. **Epidemiologia crítica – ciência emancipadora e interculturalidade**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

CAMPANHOLE, Adriane; CAMPANHOLE, Hilton Lobo. **Todas as constituições do Brasil**. São Paulo: Atlas, 1971.

CAMPOS, José Luiz Dias; CAMPOS, Adelina Bitelli Dias. **Responsabilidade penal, civil e acidentária do trabalho**. 3.ed. São Paulo: LTr, 1992.

_____. **Acidentes do trabalho: prevenção e reparação**. 2.ed. São Paulo: LTr, 1993.

_____. **Acidentes do trabalho: responsabilidade penal, civil e acidentária do trabalho: responsabilidades decorrentes do infortúnio laboral na área de energia elétrica**. 2.ed. São Paulo: LTr, 1991.

CAMPOS, Índio. **Os colonos do Rio Uruguai** – relações entre pequena produção e agroindústria no Oeste Catarinense. Dissertação (mestrado em Economia) – Universidade Federal da Paraíba – Centro de Humanidades - Campina Grande – PB, 1997.

CARDOSO, Adalberto Moreira. **A década neoliberal: e a crise dos sindicatos no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2003.

CARDOSO, José Álvaro de Lima. **Reestruturação produtiva e mudanças no mundo do trabalho** - um olhar sobre os setores têxtil e alimentício em Santa Catarina. Tubarão: Cesusc Editorial Studium, 2004.

CANO, Wilson. **Soberania e política econômica na América Latina**. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

CATTANI, Antonio David. **A ação coletiva dos trabalhadores**. Porto Alegre: SM Cultura – Palmarinca, 1991.

_____. **Processo de trabalho e novas tecnologias**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1995.

COIMBRA JR. Feijó. **Acidentes de trabalho e moléstias profissionais**. Rio de Janeiro: Edições Trabalhistas, 1990.

COSTA, Luiz Flávio Carvalho. **Sindicalismo rural brasileiro em construção**. Rio de Janeiro: Forense Universitária: UFRRJ, 1996.

CRUZ, Dulcinéia. **A formação do “total trabalhador Sadia”**: um estudo de caso sobre o processo de qualificação dos trabalhadores na Sadia S.A. 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. 5.ed. ampliada. São Paulo: Cortez/Oboré, 2008.

DICIONÁRIO do Pensamento Marxista. Editado por Tom Bottomore. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

DIÁRIO CATARINENSE. Florianópolis, 9 de março de 2010, p. 4.

DIÁRIO CATARINENSE. Notícias do Ministério Público do Trabalho/SC. Diário Catarinense, 22 de abril de 2010, p. 26.

_____. Florianópolis, 12 de março de 2010, p. 13.

DICIONÁRIO do Pensamento Marxista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

DIAS, Edmundo. Capital e trabalho: a nova dominação. In: DIAS, Edmundo et al.. **A ofensiva neoliberal**: reestruturação produtiva e luta de classes. Brasília: Sindicato dos Eletricitários de Brasília, 1996.

DMITRUCK, Hilda Beatriz Ortiz; ORTIZ, José Carlos. **Interpretações de uma experiência sindical em Chapecó**: o caso dos trabalhadores da indústria da alimentação. Chapecó: Setor de Editoração da Unoesc, 1993.

ENGELS, Friedrich. O materialismo moderno, In: **K. Marx; F. Engels**: história [da coletânea] Florestan Fernandes. São Paulo: Ática, 1983.

ESPINDOLA, Carlos José. **As agroindústrias no Brasil**: o caso Sadia. Chapecó: Grifos, 1999.

FERNANDES, Aníbal. **Os acidentes de trabalho**: do sacrifício do trabalho à prevenção e à reparação, evolução legislativa, atualidade e perspectivas: Lei, doutrina e jurisprudência. São Paulo: LTr, 1995.

FERNANDES, Florestan. **Brasil em compasso de espera**. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. **A revolução burguesa no Brasil** – ensaio de interpretação sociológica. 3.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FONTANA, Atílio. **História da minha vida**. Petrópolis – RJ: Vozes, 1980.

GIOVANNI, Olsson. **Relações Internacionais e seus atores na era da globalização**. Curitiba: Juruá, 2005.

GOUNET, T. **Fordismo e Toyotismo na civilização do automóvel**. São Paulo: Boitempo, 1999.

GRAMSCI, Antonio. **Cuadernos de la Cárcel**. México: ERA-UAP, 2000.

_____. Americanismo e fordismo. In: Maquiavel. **A política e o estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

GORZ, André. **Adeus ao proletariado (para além do socialismo)**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

GUEDES, Márcia Novaes. **Terror psicológico no trabalho**. São Paulo: LTr, 2003.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. 20.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

HARWEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2004.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos – O breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Trabalho e indivíduo social**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Legitimidade e crise do serviço social**. USP, mimeo. 1982.

_____. **Relações sociais e serviço social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. Estado, classes trabalhadoras e política social no Brasil, In: IAMAMOTO, Marilda Vilela et al.. **Política social no capitalismo – tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008.

IBERT – Instituto Brasileiro de Estudos de Relações de Trabalho. Obra Jurídica Editora. 1997.

ILO. Informacion sobre Seguridad en el Trabajo. In: Oficina Internacional del Trabajo. Genebra / Suíça, abril 2005. Disponível em <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/publication/wcms_067579.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2010.

IUNES, RF. Seguridad y salud en el trabajo en América Latina y el Caribe: análisis, temas y recomendaciones de política. In: BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO – BID. Departamento de Desarrollo Sostenible, División de Desarrollo Social, 2002.

JESUS, Edivane. **O sistema de integração na produção de aves no Oeste Catarinense**: análise sobre o processo de trabalho e a relação contratual entre a empresa Sadia e os avicultores. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Florianópolis, 2010.

LENIN, Vladimir. Conferência sobre o Estado na Universidade Sverdlov, em 11 de julho de 1919. In: **OBRAS escolhidas**. São Paulo: Alfa Omega, 1980, v. 3, p. 176-189.

LIPPEL, Thais Helena. **Mortalidade por acidentes no trabalho, Brasil**: análise e séries temporais, 1998 a 2006. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Florianópolis, 2009.

LISBOA, Teresa Kleba. **Gênero, classe e etnia**: trajetórias de vida de mulheres migrantes. Florianópolis: Ed. da UFSC; Chapecó: Argos, 2003.

MAGANO, Octávio Bueno. **Organização sindical brasileira**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1981.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação sindical entre o conformismo e a crítica**. São Paulo: Edições Loyola, 1986. (Coleção Educação Popular nº 6).

_____. **Formação sindical no Brasil**: história de uma prática cultural. São Paulo: Escrituras Editora, 1996.

MARANHÃO, Ricardo. **Sindicatos e democratização**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

MARANO, Vicente Pedro. **Doenças ocupacionais**. São Paulo: LTr, 2003.

MARTINS, Milton. **Sindicalismo e relações trabalhistas**. São Paulo: LTr, 1986.

MATTOSO, Jorge. **A desordem do trabalho**. São Paulo: Página Aberta, 1996.

MARX, Karl. **Capítulo VI inédito de “o capital”, resultados do processo de produção imediata**. São Paulo: Moraes, 1985.

_____. Trabalho alienado e superação positiva da auto-alienação humana (Manuscritos econômico-filosóficos de 1844), In: **K. MARX, F. ENGELS: história** [da coletânea] Florestan Fernandes. São Paulo: Ática, 1983.

_____. **O capital**: extratos feitos por Paul Lafargue. Tradução de Abguar Bastos. 2.ed. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2005.

_____. **Manuscritos econômicos e filosóficos** - Terceiro manuscrito, escrito em Paris em 1844. Tradução de José Carlos Bruni. São Paulo: Editora Moraes, 1997. (Coleção: Os pensadores).

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução de Florestan Fernandes. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **Il Capitale**. Critica dell'economia política. Livro 2. Roma: Edizioni Rinascita, 1951.

_____.; ENGELS. Burgueses e Proletários. In: **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Escriba, s/d, p. 22-37, reproduzido In: K. Marx, F. Engels: história. organizador da coletânea: Florestan Fernandes. São Paulo: Ática, 1983.

MARINI, Rui Mauro. **Dialética da dependência**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MÉSZAROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **Para além do capital**. 2.ed. São Paulo: Boitempo. 2006.

_____. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MENDES, René. **Medicina do trabalho/doenças profissionais**. São Paulo: Ed. Savier, 1980.

MELLO, Prudente José Silveira. Globalização e reestruturação produtiva do fordismo ao toyotismo. In: ARRUDA JÚNIOR, Edmundo Lima; RAMOS, Alexandre (Orgs.). **Globalização e o mundo do trabalho**. Curitiba: Edibej, 1998.

MOVIMENTO AVANÇANDO SINDICAL. **Avançando Rumo ao Socialismo - Tese apresentada no CONCLAT (Congresso da Classe Trabalhadora)**. Santos/SP: 2010, mimeo.

NETTO, J. P. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 1992.

_____.; BRAZ, Marcelo. **Economia política – uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2008.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **O trabalho duplicado: a divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

_____. **A feminização no mundo do trabalho.** Campinas: Autores Associados, 2004.

OLIVEIRA, Eurenice de. **Toyotismo no Brasil (desencantamento da fábrica, envolvimento e resistência).** São Paulo: Expressão Popular, 2004.

PETRAS, James. **Armadilha neoliberal e alternativas para a América Latina.** São Paulo: Xamã. 1999.

_____. **Império e políticas revolucionárias na América Latina.** Tradução de Carmem Cristina Cacciacarro. São Paulo: Xamã, 2002.

_____. **Brasil e Lula – ano zero.** Blumenau: Edifurb, 2005.

PISSOMO, A. **Sobre el método de Gramsci.** México: Pasado y Presente, 1982.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século 20.** São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007.

POCHMANN, Marcio. **Nova divisão internacional do trabalho e as ocupações no Brasil.** Campinas: Unicamp, mimeo, 2000.

_____. **O emprego na Globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu.** São Paulo: Boitempo,

PRUNES, José Luiz Ferreira. **A greve no Brasil.** São Paulo: LTr, 1986.

RAGO, Luzia Margareth; MOREIRA, Eduardo F. P. **O que é Taylorismo.** 6.ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

RAMPINELLI, Waldir José; FERREIRA, Alceu Conceição (Orgs.) **A trama da privatização: a reestruturação neoliberal do Estado.** Florianópolis: Insular, 2001.

RIBEIRO, Herval Pina; LACAZ, Francisco A. de Castro. **Do que adoecem e morrem os trabalhadores.** São Paulo: IMESP, 1984.

ROSDOLSKY, Roman. **Gênese e estrutura de o capital de Karl Marx**. Tradução César Benjamin. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 2001.

RODRIGUES, Leôncio Martins; CARDOSO, Adalberto Moreira. **Força Sindical** – uma análise sócio-política. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

ROMERO, Daniel. **Marx e a técnica** - um estudo dos manuscritos de 1861-1863. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

ROSSARI, Alzumir. Monografia de conclusão do Curso de História da UNOESC, 1993.

SADIA S.A. **Sadia 50 anos** – Construindo uma história. São Paulo: Prêmio, 1994.

_____. Cartilha da Sadia sobre qualidade no chão da fábrica CQS. Gráfica Cometa, s/d.

_____. Cartilha da Sadia sobre círculos de qualidade sadia. Chapecó, s/d.

SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo (Orgs.). **Além da fábrica**: trabalhadores, sindicatos e a nova questão sócial. São Paulo: Boitempo, 2003.

SANTOS, Theotonio dos. **Evolução histórica do Brasil** – da colônia à crise da nova república. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

SILVA, M.A. **Bancários e desemprego** - flexibilização no trabalho e estratégias sindicais. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina - Florianópolis (SC), 1999.

SIZE, Pierre. **Dicionário da globalização**: a economia de “A” a “Z”. Florianópolis – SC.

SOARES, José de Lima. Para onde vai o mundo do trabalho? Crise e perspectivas do movimento sindical. In. DIAS, Edmundo et al. **A ofensiva neoliberal**: reestruturação produtiva e luta de classes. Brasília: Sindicato dos Eletricitários de Brasília, 1996.

STUKA, Petr Ivanovch. **Direito e luta de classes: teoria do direito.** São Paulo: Acadêmica, 1988.

VASAPOLLO Luciano. **O trabalho atípico e a precariedade.** São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005.

VOJNIAK, Fernando. **O papel da mão-de-obra dos “brasileiros” na implantação da agroindústria em Chapecó: o caso Sadia – 1970 a 1980.** Chapecó: Unoesc, 2000.

WELMOWICKI, José. **Cidadania ou classe? O movimento operário da década de 80.** São Paulo: Editora Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2004.

WOLKMER, Antonio Carlos. **História do direito no Brasil.** Rio de Janeiro: Forense. 2005.

APÊNDICES

Apêndice A: Roteiro de entrevista para Doutor Sandro Eduardo Sardá

- 1** - Nome, função exercida, por quanto tempo laborou em nossa região e quais os trabalhos que tem em relação a doenças das agroindústrias e das quais regiões.
- 2** - As doenças do trabalho têm aumentado nos últimos anos? Na hipótese de uma resposta positiva, quais fatores elevaram o aumento destas doenças?
- 3** - Quais as doenças que mais acometem os trabalhadores de nossas agroindústrias?
- 4** - Quais as causas principais destas doenças?
- 5** - Os processos de organização do trabalho, aqui entendido o taylorismo-fordismo e o toyotismo, são os fatores determinantes como causa do adoecimento?
- 6** - Houve aumento de doenças psíquicas quando da implantação do processo de organização do trabalho, denominado de toyotismo, que convive com o processo taylorista-fordista?
- 7** - Conhece a empresa Sadia S.A, por nós estudada? Pode-se dizer que junto com o processo de organização do trabalho, convive ainda o processo taylorista-fordista? Se esta resposta for afirmativa existe predomínio de um processo sobre o autor e por que?
- 8** - No estudo feito por este Procurador do trabalho, para dar embasamento a ACP contra a empresa Sadia S.A, quais os principais fatores, na sua concepção, que adoecem fisicamente os trabalhadores deste frigorífico, e quais os que aumentam os problemas psíquicos?
- 9** - Costuma-se a afirmar que somente os trabalhadores com alguns anos de trabalho nos frigoríficos é que são acometidos pelas doenças do trabalho? Está afirmação é procedente e por que?
- 10** - Como são tratados pelo departamento médico da empresa Sadia S.A os trabalhadores adoentados, tanto em relação a doenças físicas como psíquicas?

11 - É maior o número de mulheres operárias da empresa doentes, ou o número maior é de homens? Como se explica esta questão.

12 - Agora, em relação a doenças psíquicas, é maior o adoecimento entre mulheres, ou entre homens? Por que?

13 - Na sua concepção o trabalhador da empresa, do chão da fábrica, consegue compreender os motivos pelos quais uma grande parcela desta categoria, está ficando adoentada?

14 - Existe em nossa cidade organizações de estudo e combate às doenças do trabalho? Em caso afirmativo, quais? Conseguem reverter, ou propor políticas públicas como forma de combate às vítimas do trabalho?

15 - Qual a sua concepção sobre a afirmação que as doenças do trabalho são doenças sociais, e se podemos afirmar que hoje as doenças da categoria que laboram nas agroindústrias são doenças sociais, incluindo aí as doenças psíquicas desta categoria?

16 - Em sua percepção como operador de direito, como os operadores do direito têm percebido as doenças do trabalho, e entre estes, mais o Judiciário trabalhista, fórum competente para a discussão das doenças do trabalho?

17 - E o Poder executivo, quais medidas tem tomado para diminuição das doenças do trabalho? Aqui, entre outras, produção de novas normas técnicas, fiscalizações, etc.

18 - O NTEP - Nexa técnico epidemiológico, quais doenças desta categoria reconhece como sendo doenças do trabalho? Na sua opinião, o que esta Legislação auxilia na compreensão das doenças desta determinada categoria?

19 - O senhor tem participado de discussões do método OCRA, de origem italiana. Poderia nos relatar um pouco sobre o mesmo e fazer um paralelo entre o trabalho nos frigoríficos italianos e nos nossos.

20 - Quais as medidas que poderiam ser adotadas para a diminuição das doenças do trabalho nos frigoríficos?

21 - Na sua concepção, dentro do modelo de produção capitalista é possível terminar-se com as doenças do trabalho, doenças sociais?

22-Outras análises que julgar necessárias.

Apêndice B: Roteiro de entrevista com operários

1 – Escolaridade?

2 – Naturalidade e estado civil?

3 – Quanto tempo que trabalha na Sadia?

4 – O quê que fazia antes de entrar na Sadia?

5 – Os seus pais?

6 – Qual o período que você trabalha?

7 – Qual é a sua função e o setor?

8 – Quais as atividades que você desenvolvia?

9 – O trabalho tem movimentos repetitivos?

10 – Alguém ensinou a profissão pra você, a função?

11 – Você considera o que fazia uma profissão?

12 – Qual que era a sua jornada de trabalho, por dia? por semana?

13 – Quanto tempo que você esta afastada?

14 - Existia cobrança por produtividade?

15 – Como é que são os salários la dentro?

16 – Você gostava de trabalhar na sadia?

17 – Se você tivesse outra oportunidade de emprego, continuaria trabalhando na sadia?

18 – E os colegas com quem você conversa, eles gostavam de trabalhar na empresa?

19 – Por quê?

20 – Como é que ta sendo colocado dentro da empresa o discurso da qualidade total?

21 - Qual que é o teu problema de saúde?

22 – Desde quando que você esta doente?

23 – Esta afastada pelo inss?

24 – O seu auxílio doença é convencional ou por acidente de trabalho?

25 – No setor teu setor, tu tem conhecimento de outras pessoas com problemas de saúde?

26 – Quais são os problemas de saúde?

27 - Na tua avaliação quais são os motivos que fazem que tenha tantos casos de doença la dentro?

28 – As pessoas costumam trabalhar tendo problema de saúde?

29 - Como é que são tratados os trabalhadores que estão doentes pela empresa, pelos médicos da empresa?

30 – E os médicos peritos do inss, como é que tem sido o tratamento deles com você/vocês?

31 – E a maioria dos trabalhadores que estão doentes, pelo que você conhece, são mulheres ou são homens?

32 – E porque você acha que são mulheres?

Apêndice C: Roteiro entrevista para juiz classista

- 1** - Nome, função exercida, por quanto tempo laborou/labora em nossa região.
- 2** - As doenças do trabalho têm aumentado nos últimos anos? Na hipótese de uma resposta positiva, quais fatores elevaram o aumento destas doenças?
- 3** - Quais as doenças que mais acometem os trabalhadores de nossas agroindústrias?
- 4** - Quais as causas principais destas doenças?
- 5** - Os processos de organização do trabalho, aqui entendido o taylorismo-fordismo e o toyotismo, são os fatores determinantes como causa do adoecimento?
- 6** - Houve aumento de doenças psíquicas quando da implantação do processo de organização do trabalho, denominado de toyotismo, que convive com o processo taylorista-fordista?
- 7** - Conhece a empresa Sadia S.A, por nós estudada? Pode-se dizer que junto com o processo de organização do trabalho, convive ainda o processo taylorista-fordista? Se esta resposta for afirmativa existe predomínio de um processo sobre o autor, e por que?
- 8** - Costuma-se a afirmar que somente os trabalhadores com alguns anos de trabalho nos frigoríficos é que são acometidos pelas doenças do trabalho? Está afirmação é procedente e por que?
- 9** - É maior o número de mulheres operárias da empresa doentes, ou o número maior é de homens? Como se explica esta questão.
- 10** - Agora, em relação a doenças psíquicas, é maior o adoecimento entre mulheres, ou entre homens? Por que?
- 11** - Na sua concepção o trabalhador da empresa, do chão da fábrica, consegue compreender os motivos pelos quais uma grande parcela desta categoria, está ficando adoentada?

12 - Qual a sua concepção sobre a afirmação que as doenças do trabalho são doenças sociais e se podemos afirmar que hoje as doenças da categoria que laboram nas agroindústrias são doenças sociais, incluindo aí as doenças psíquicas desta categoria?

13 - Em sua percepção como operador de direito, como os operadores do direito têm percebido as doenças do trabalho, e entre estes, mais o Judiciário trabalhista, fórum competente para a discussão das doenças do trabalho?

14 - Existem estudos já elaborados pelos Juízes sobre as doenças do trabalho nas agroindústrias?

15 - Quais as preocupações deste segmento em relação a estas doenças?

16 - E o Poder executivo, quais medidas tem tomado para diminuição das doenças do trabalho? Aqui, entre outras, produção de novas normas técnicas, fiscalizações, etc.

17 - No NTEP- Nexo técnico epidemiológico, quais doenças desta categoria são reconhecidas como sendo doenças do trabalho? Na sua opinião, o que esta Legislação auxilia na compreensão das doenças desta determinada categoria?

18 - Quais as medidas que poderiam ser adotadas para a diminuição das doenças do trabalho nos frigoríficos?

19 - Na sua concepção, dentro do modelo de produção capitalista é possível terminar-se com as doenças do trabalho, doenças sociais?

20 - Outras análises que julgar necessárias.

Apêndice D: Roteiro de entrevista com médicos do trabalho

- 1** - Nome, profissão, quais as atividades que tem feito, na cidade de Chapecó, em outras cidades?
- 2** - O trabalho pode gerar sofrimento do trabalho?
- 3** - Quais os motivos pelos quais eles gerariam este sofrimento?
- 4** - Esse sofrimento, que o trabalho coloca na pessoa do trabalhador pode agravar as doenças físicas e psíquicas?
- 5** - Antes de 1999 já existiam doenças psíquicas também?
- 6** - Por que houve aumento das doenças psíquicas?
- 7** - As novas formas de produção entre elas o toyotismo aumentam as doenças do trabalho, entre elas as doenças psíquicas?
- 8** - Quais os motivos das doenças mentais nos frigoríficos?
- 9** - As doenças psíquicas e físicas estão aumentando no frigorífico sadia?
- 10** - Como está a incidência das doenças psíquicas e físicas nas mulheres do frigorífico?
- 11** - Como é a atenção da empresa aos acidentados/adoentados?
- 12** - Como é a atenção da perícia do inss aos acidentados/adoentados?
- 13** - Como funciona a rede assistencial do sus na cidade?
- 14** - O que pode ser feito para melhorar a atenção médica ao trabalhador?
- 15** - O que poderia ser feito para prevenir as doenças?

Apêndice E: Tabelas pesquisa de processos ajuizados – doenças do trabalho e acidentes típicos de 2004 a 2009

PESQUISA DE PROCESSOS AJUIZADOS - DOENÇAS DO TRABALHO E ACIDENTES TÍPICOS

MESTRANDA - MARIA APARECIDA DOS SANTOS

ANO	Nº PROCESSO	SEXO	RESCISÃO INDIRETA	INDENIZATÓRIA	DEMISSÃO JUSTA CAUSA/REVERSÃO	PEDIDO DEMISSÃO/ REVERSÃO	ACIDENTES TÍPICOS
2004	AT - 01783	MASCULINO		PERDA PARCIAL DA VISÃO			
2004	AT - 00592	MASCULINO		PERDA AUDIÇÃO			
2004	RO - 01499	FEMININO		LER/DORT			
2004	AT - 01626	MASCULINO		LER/DORT			
2004	AT - 00393	MASCULINO		LER/DORT			
2004	AT - 01945	FEMININO		LER/DEPRESSÃO			
2004	AT - 0609	FEMININO		LER			
2004	AT - 01949	FEMININO		LER			
2004	AT - 00610	FEMININO		HÉRNIA DE DISCO LOMBAR /ESPONDILOLITOSE			
2004	RO - V 01256	MASCULINO		DORT			
2004	AT - 01471	MASCULINO		DEPRESSÃO			
2004	AT - 00970	FEMININO		DEPRESSÃO			
2004	AT - 00171	MASCULINO		DEPRESSÃO			
2004	RO - V 02177	MASCULINO		COLUNA			
2004	AT - 01059	MASCULINO	COLUNA				
2004	AT - 01068	MASCULINO					CORTOU DEDOS MÃO DIREITA
2004	AT - 01486	MASCULINO			COLUNA		
2004	AT - 00889	FEMININO				LER/DORT	

	MASCULINO	FEMININO	TOTAL	PERCENTUAIS
PROCESSOS AJUIZADOS			143	100%
PROCESSOS CONSULTADOS			133	93%
RELACIONADOS	11	7	18	13,53%

DOENÇAS DO TRABALHO

	MASCULINO	FEMININO	TOTAL	
DOENÇAS PSÍQUICAS	2	2	4	22,22%
LER/DORT	6	6	12	66,66%

OUTRAS DOENÇAS NÃO CONSIDERADAS DO GRUPO DE DOENÇAS RELACIONADAS A LER/DORT

PERDA DE VISÃO	1	0	1	5,55%
PERDA DE AUDIÇÃO	1	0	1	5,55%

ACIDENTES TÍPICOS

ACIDENTES TÍPICOS	1	0	1	5,55%
-------------------	---	---	---	-------

PESQUISA DE PROCESSOS AJUZADOS - DOENÇAS DO TRABALHO E ACIDENTES TÍPICOS

MESTRANDA - MARIA APARECIDA DOS SANTOS

ANO	Nº PROCESSO	SEXO	RESCISÃO INDIRETA	INDENIZATÓRIA	DEMISSÃO JUSTA CAUSA/REVERSÃO	PEDIDO DEMISSÃO/REVERSÃO	ACIDENTES TÍPICOS
2005	RO - V 00109	FEMININO		LER/DORT			
2005	RO - V 02269	FEMININO		COLUNA/JUNTAS/TORNOZELOS 2 PERNAS/LER			
2005	AIND - 02303	FEMININO		TENOSSINOVITE/DORT			
2005	RO - V 02112	FEMININO		LOMBALGIA CRÔNICA			
2005	RO - V 02332	MASCULINO					ÁGUA FERVENDO CAIU DENTRO DAS BOTAS
2005	AIND - 02630	FEMININO		LER/DORT			
2005	AIND - 02641	MASCULINO		LER/DORT - COLUNA CERVICAL			
2005	AT - 02077	MASCULINO		SURTO PSICÓTICO			
2005	RO - V 02386	FEMININO		LER/PERDA AUDIÇÃO			
2005	RO - V 0227	FEMININO		TROMBOSE			
2005	AT - 00831	FEMININO		DEPRESSÃO LER			
2005	AT - 00166	MASCULINO	DORT				
2005	AIND - 02519	MASCULINO		LER/DORT			
2005	RO - 02524	FEMININO		LER/DORT			
2005	RO - 02513	FEMININO		LESÃO ROTADOR/ESFONDILOLISE/ESFONDILOLISTESE MANGUITO			
2005	AT - 01716	MASCULINO					FRATUROU JOELHO
2005	AT - 00482	MASCULINO					QUEDA PRENSANDO TENDÃO DE AQUILES
2005	AT - 01807	FEMININO		NÓDULOS ARTICULARES PALPÁVEIS EM DEDOS			
2005	RO - V 01842	FEMININO		LER			
2005	RO - 01894	FEMININO		CERVICOBRAQUIALGIA			
2005	AT - 01966	MASCULINO		LESÃO MEMBRO SUPERIOR E COLUNA LOMBAR			
2005	RR - 2103	MASCULINO					QUEBROU CLAVÍCULA - CAIU BOLSA DE CALCÁRIO NO OMBRO
2005	RO - 02111	FEMININO		LER			
2005	RO - 02125	FEMININO		CERVICOBRAQUIALGIA CRÔNICA/PERDA AUDIÇÃO			
2005	RO - V 02627	FEMININO		LER/DORT			
2005	RO - V 02628	FEMININO		LER/DORT			
2005	RO - 02764	MASCULINO		LER/DORT			
2005	RO - V 01846	FEMININO		LER/DORT			
2005	AIND - 02100	FEMININO		TENOSSINOVITE/LOMBALGIA			

2005	AIND - 02771	FEMININO		TENDINITE			
2005	RO - 02800	MASCULINO					CAIU DE ESCADA - TRAUMATISMO CRANIANO
2005	RO - V 02835	FEMININO		TENOSSINOVITE			
2005	AIND - 02839	FEMININO		SÍNDROME DO DESFILADEIRO			
2005	AT - 01650	FEMININO		DEPRESSÃO/DORES NOS PULSOS			
2005	RO - V 02873	MASCULINO		LER			
2005	AT - 28841	MASCULINO		DOR LOMBAR			
2005	AIND - 010087	FEMININO		TENOSSINOVITE			
2005	AIND - 02141	MASCULINO					CAIU DA ESCADA - FRATUROU O PÉ
2005	AIND - 02526	FEMININO		CERVICOBRAQUIALGIA			
2005	RO - 02532	MASCULINO		LOMBALGIA/HERNIA DISCAL			
2005	AIND - 0257	MASCULINO					ESCORREGOU, CAIU, LESIONOU O JOELHO
2005	RO - 02625	FEMININO		DISTÚRBO OSTEOMUSCULARES			
2005	AIND - 02135	MASCULINO		CERVICOBRAQUIALGIA CRÔNICA/TENDINITE			
2005	AIND - 01804	MASCULINO		DISACUSIA NEUROSENSORIAL BILATERAL			
2005	AT - 01687	FEMININO		LER			
2005	AT - 02253	FEMININO		CISTO EM PUNHO DIREITO			
2005	AIND - 02267	FEMININO					DEDOS DA MÃO DILACERRADOS POR CORREIA
2005	RO - V 00274	MASCULINO					ESMAGAMENTO BRAÇO DIREITO POR ESTEIRA
2005	AT - 02444	FEMININO		LESÃO NA COLUNA VERTEBRAL			
2005	RO - V 02511	FEMININO		PERDA AUDIÇÃO			
2005	RO - 01442	FEMININO		LER/DORT			
2005	AT - 01494	FEMININO		SÍNDROME DO TÚNEL DO CARPO			
2005	RO - V 00020	MASCULINO		LER			
2005	AT - 00766	MASCULINO		COLUNA			
2005	RO - V 02387	FEMININO		LER			
2005	RO - V 02388	FEMININO		TENOSSINOVITE/LER			
2005	AIND - 02406	MASCULINO		TENOSSINOVITE			
2005	RO - V 02874	MASCULINO		COLUNA			
2005	RO - V 01844	MASCULINO		PERDA AUDIÇÃO			
2005	RO - V 02069	MASCULINO					SOTERRADO NUMA VALA - DESMORONAMENTO DE TERRA
2005	AIND - 02512	MASCULINO					LESÃO NO BRAÇO DIREITO

2005	AIND - 02537	FEMININO		LER/PROBLEMAS PSÍQUICOS			
2005	AT - 00074	MASCULINO		LER/DORT			
2005	AT - 01323	FEMININO		DEPRESSÃO			
2005	AIND - 01078	MASCULINO		DOR LOMBO SACRA			
2005	AT - 01006	MASCULINO		COLUNA			
2005	AT - 00902	MASCULINO	COLUNA				
2005	AT - 00869	MASCULINO	COLUNA				
2005	AT - 00702	FEMININO		LER/DORT			
2005	AT - 00699	MASCULINO		SINUSITE			
2005	AT - 00527	FEMININO		COLUNA/LER/DEPRESSÃO			
2005	AT - 00500	MASCULINO	LER/DORT				
2005	AT - 00498	MASCULINO	LER/DORT				
2005	AT - 00132	FEMININO		LER/DORT			
2005	AT - 00069	MASCULINO		LER/COLUNA			
2005	AT - 00021	MASCULINO		LESÃO DO MANGUITO ROTADOR			
2005	AIND - 02876	MASCULINO		LER			
2005	AIND - 02755	MASCULINO					CORTOU PUNHO
2005	AT - 02746	MASCULINO					AMPUTOU DEDOS
2005	AT - 02686	MASCULINO					FRATUROU BRACO
2005	AIND - 02680	FEMININO		PERDA DA VISÃO			
2005	AIND - 02642	FEMININO		LER/DORT			
2005	AIND - 02633	FEMININO		TENOSSINOVITE			
2005	AT - 02597	MASCULINO	COLUNA				
2005	AIND - 02576	FEMININO		SÍNDROME DO TÚNEL DO CARPO			
2005	AIND - 02531	FEMININO		LOMBALGIA CRÔNICA			
2005	AIND - 02530	FEMININO		LER/DORT			
2005	AIND - 02523	FEMININO					EXPLOÇÃO CALDEIRA - QUEIMADURAS (FALECIMENTO)
2005	AIND - 02522	FEMININO		LER/DORT			
2005	AIND - 02514	MASCULINO		DEPRESSÃO			QUEIMADURAS
2005	AIND - 02504	FEMININO		LER/DORT			
2005	AT - 02454	FEMININO		LER/DORT			
2005	AIND - 02383	FEMININO		LER/DORT			

2005	AIND - 02382	FEMININO		LER/DORT			
2005	AIND - 02295	FEMININO		LER/DORT			
2005	AIND - 02266	FEMININO		COLUNA/LER			
2005	AT - 02167	MASCULINO	COLUNA				
2005	AIND - 02143	MASCULINO		PERDA AUDIÇÃO			
2005	AIND - 02124	FEMININO		LER			
2005	AIND - 02121	FEMININO		TENDINITE C/ OSTEOTOMIA			
2005	AIND - 02120	FEMININO		TENOSSINOVITE/DORT			
2005	AT - 01976	FEMININO		TENDINITE CRÔNICA E LER/DORT			
2005	AIND - 01856	MASCULINO					PERDA DA VISÃO
2005	AIND - 01850	MASCULINO		LER/COLUNA			
2005	AIND - 01847	FEMININO		LER/DORT			
2005	AIND - 01841	MASCULINO					AMPUTAÇÃO DE DEDOS
2005	AIND - 01832	FEMININO		LER/DORT			
2005	AIND - 01831	FEMININO		FIBRAMATOSE			
2005	AIND - 01812	MASCULINO					CORTOU O PUNHO
2005	AIND - 01811	MASCULINO		COLUNA			
2005	AT - 01740	FEMININO		BRONQUITE ASMÁTICA			

	MASCULINO	FEMININO	TOTAL	PERCENTUAIS
PROCESSOS AJUIZADOS			279	100%
PROCESSOS CONSULTADOS			257	92,11%
RELAIONADOS	49	62	111	43,19%

DOENÇAS DO TRABALHO

	MASCULINO	FEMININO	TOTAL	
DOENÇAS PSÍQUICAS	2	5	7	6,30%
LER/DORT	28	54	82	73,90%

OUTRAS DOENÇAS NÃO CONSIDERADAS DO GRUPO DE DOENÇAS RELACIONADAS A LER/DORT

BRONQUITE ASMÁTICA	0	1	1	0,9%
FIBRAMATOSE	0	1	1	0,9%
SINUSITE	1	0	1	0,9%
PERDA DE AUDIÇÃO	2	3	5	4,5%

TROMBOSE	0	1	1	0.9%
PERDA DE VISÃO	0	1	1	0.9%

ACIDENTES TÍPICOS

ACIDENTES TÍPICOS	17	2	19	17.1%
-------------------	----	---	----	-------

PESQUISA DE PROCESSOS AJUIZADOS - DOENÇAS DO TRABALHO E ACIDENTES TÍPICOS

MESTRANDA - MARIA APARECIDA DOS SANTOS

ANO	Nº PROCESSO	SEXO	RESCISÃO INDIRETA	INDENIZATÓRIA	DEMISSÃO JUSTA CAUSA/REVERSÃO	PEDIDO DEMISSÃO/ REVERSÃO	ACIDENTES TÍPICOS
2006	AT - 01570	MASCULINO		DISFUNÇÃO BIPOLAR			
2006	RO - 00008	FEMININO					MÃO ESQUERDA PRESA NA GUANCHEIRA DA NÓRIA - CIRURGIA
2006	RO - 00009	FEMININO		LER/DORT			
2006	AIND - 00578	FEMININO		DEPRESSÃO			
2006	AIND - 00996	FEMININO		LER/DORT			
2006	RO - 01062	FEMININO		TENDINITE/DEPRESSÃO			
2006	RO - 00978	FEMININO		TENOSSINOVITE			
2006	AIND - 00980	FEMININO		LER/DORT			
2006	AT - 00766	MASCULINO					PRENSOU JOELHO EM CARRINHO
2006	RO - 00837	MASCULINO		ESCOLIOSE LOMBAR			
2006	RO - V 01081	FEMININO		LER			
2006	RO - 01199	FEMININO		LER			
2006	AT - 01418	FEMININO		DEPRESSÃO			
2006	AT - 00278	MASCULINO	DEPRESSÃO				
2006	AT - 01140	MASCULINO		ESCOLIOSE LOMBAR			
2006	RO - V 00342	FEMININO					PERDA TOTAL VISÃO OLHO DIREITO
2006	AT - 00403	MASCULINO		CISTO PUNHO DIREITO			
2006	AT - 00365	MASCULINO		LER/DORT			
2006	AT - 00518	FEMININO		PERDA AUDIÇÃO			
2006	RO - 00576	FEMININO		TENOSSINOVITE			
2006	RO - 00616	FEMININO		LER/DORSOPATIA			
2006	RO - V 00702	FEMININO					PERDA 60% VISÃO
2006	AIND - 00703	FEMININO					QUEIMADURA OLHO DIREITO - PERDA PARTE VISÃO
2006	RO - 01809	FEMININO					CORTE DO 2 DEDO DA MÃO ESQUERDA
2006	RT - 01887	MASCULINO					CAIXA FRANGO CAIU NA CABEÇA - GRAVES SEQUELAS - CEFALÉIA
2006	AT - 01689	FEMININO		LER			
2006	RO - 02039	MASCULINO		LOMBOCITALGIA CRÔNICA			
2006	RO - 02102	FEMININO		ESCOLIOSE/TENDINITE			
2006	RT - 02210	MASCULINO					CAIU DA BICICLETA AO SAIR DA EMPRESA FRATUROU PUNHO

2006	RT - 01876	FEMININO		RENITE/SINUSITE			
2006	RO - 02347	MASCULINO		LER			
2006	RO - 02687	FEMININO		HÉRNIA DE DISCO CERVICAL/TENDINITE			
2006	RT - 02720	MASCULINO		LER/DORT			
2006	RT - 02945	MASCULINO					BRACO QUEBRADO POR ACIDENTE NA EMPRESA
2006	AIND - 01147	MASCULINO		LESÃO NO OMBRO DIREITO			
2006	AT - 00058	MASCULINO		COLUNA VERTEBRAL			
2006	AIND - 01394	FEMININO		LER/DORT			
2006	RO - 00082	MASCULINO		COLUNA			
2006	RO - V 00308	FEMININO		LER			
2006	RO - 00312	FEMININO		LER			
2006	AIND - 00301	FEMININO		LER			
2006	AT - 00710	FEMININO		LER/DORT			
2006	AT - 00763	MASCULINO		LESÃO LOMBAR			
2006	AT - 01317	MASCULINO		DEPRESSÃO			
2006	AT - 00887	MASCULINO		COLUNA			
2006	AT - 00925	FEMININO		LOMBOCIATALGIA			
2006	AT - 01266	FEMININO	LER				
2006	RT - 02118	MASCULINO		DORES NAS FERNAS E NAS COSTAS			
2006	AT - 00774	MASCULINO	COLUNA				
2006	AT - 00764	FEMININO			DEPRESSÃO		
2006	AT - 00721	MASCULINO		PERDA AUDIÇÃO			
2006	AT - 00704	MASCULINO		LER/COLUNA/DEPRESSÃO			
2006	AIND - 00700	MASCULINO					AMPUTAÇÃO DE DEDO
2006	AT - 00586	MASCULINO	LER/DORT				
2006	AT - 00542	FEMININO	COLUNA				
2006	AIND - 00522	MASCULINO					CORTOU OS DEDOS
2006	AIND - 00480	MASCULINO		CERVICOBRAQUIALGIA			
2006	AIND - 00478	FEMININO		TENOSSINOVITE/LER			
2006	AIND - 00415	MASCULINO		COLUNA			
2006	AT - 00410	MASCULINO					ESMAGOU DEDOS
2006	AT - 00331	MASCULINO		LER/DORT			

2006	AIND - 00327	FEMININO		COLUNA			
2006	AIND - 00288	FEMININO		COLUNA/LER/DEPRESSÃO			
2006	AIND - 00287	FEMININO					CORTOU DEDOS
2006	AT - 00164	MASCULINO	COLUNA				
2006	AT - 00145	FEMININO		CERVICALGIA/TENDINITE/LOMBALGIA			
2006	AIND - 00095	FEMININO		LER/DORT			
2006	AT - 00094	FEMININO		LER			
2006	AT - 00070	MASCULINO		LER			AMPUTOU DEDOS
2006	AIND - 00047	FEMININO		LER/DORT			
2006	RT - 02978	FEMININO	LER/DORT				
2006	RT - 02977	FEMININO	COLUNA				
2006	RT - 02949	MASCULINO		COLUNA/LER/DEPRESSÃO			
2006	AIND - 02768	MASCULINO					BRAÇO ARRANCADO
2006	RT - 02741	MASCULINO		DEPRESSÃO AGUDA			
2006	AIND - 02715	MASCULINO					AMPUTAÇÃO DE DEDO
2006	RT - 02421	FEMININO	DEPRESSÃO				
2006	RT - 02174	MASCULINO					AMPUTAÇÃO DE DEDOS
2006	RT - 02046	MASCULINO		COLUNA			
2006	RT - 01984	MASCULINO		LER/DORT			
2006	RT - 01948	MASCULINO		LER/DORT			
2006	AT - 01738	MASCULINO		HÉRNIA ABDOMINAL			
2006	AT - 01737	MASCULINO			DEPRESSÃO		
2006	AT - 01620	FEMININO		LER/DORT			
2006	AT - 01311	FEMININO	LER/DORT				
2006	AIND - 01309	MASCULINO		DEPRESSÃO			CAIU DE CAMINHÃO, NÃO SENTA MAIS
2006	AIND - 01300	MASCULINO					CAIU, CIRURGIA DE JOELHO
2006	AT - 01244	MASCULINO		COLUNA			
2006	AT - 01061	MASCULINO	LER/DORT				
2006	AIND - 01056	FEMININO		LER			
2006	AT - 00999	MASCULINO		LER			
2006	AIND - 00910	FEMININO		COLUNA			
2006	RT - 02965	MASCULINO		LOMBOCIATALGIA			

2006	RT - 01878	MASCULINO		LER/DORT			
2006	AIND - 00923	FEMININO		LOMBALGIA			

	MASCULINO	FEMININO	TOTAL	PERCENTUAIS
TOTAL DE PROCESSOS AJUIZADOS			235	100,00%
TOTAL PROCESSOS CONSULTADOS			227	96,59%
RELACIONADOS	49	46	95	41,85%

DOENÇAS DO TRABALHO

	MASCULINO	FEMININO	TOTAL	
DOENÇAS PSÍQUICAS	8	6	14	14,73%
LER/DORT	31	34	65	68,42%

OUTRAS DOENÇAS NÃO CONSIDERADAS DO GRUPO DE DOENÇAS RELACIONADAS A LER/DORT

RENTE/SINUSITE	0	1	1	1,05%
PERDA DE AUDIÇÃO	1	1	2	2,10%

ACIDENTES TÍPICOS

ACIDENTES TÍPICOS	13	6	19	20%
-------------------	----	---	----	-----

PESQUISA DE PROCESSOS AJUIZADOS - DOENÇAS DO TRABALHO E ACIDENTES TÍPICOS

MESTRANDA - MARIA APARECIDA DOS SANTOS

ANO	Nº PROCESSO	SEXO	RESCISÃO INDIRETA	INDENIZATÓRIA	DEMISSÃO CAUSA/REVERSÃO JUSTA	PEDIDO DEMISSÃO/REVERSÃO	ACIDENTES TÍPICOS
2007	RT - 02376	MASCULINO		DEPRESSÃO			
2007	RO - 01532	FEMININO		DEPRESSÃO			
2007	RT - 00563	MASCULINO		TENDINITE-ESCOLIOSE			
2007	RT - 0495	FEMININO		LER/DORT			
2007	RO - 00726	MASCULINO		LER - CIRURGIA 2 PUNHOS			
2007	RO - 00504	MASCULINO		PERDA AUDIÇÃO			
2007	RT - 01293	MASCULINO		DOR ABDOMINAL/HERNIA/DOR LOMBAR			
2007	RT - 01429	FEMININO		PERDA AUDIÇÃO			
2007	RT - 00093	MASCULINO		DOR NOS BRACOS E LOMBAR			
2007	RO - 00448	FEMININO		SÍNDROME DO TÚNEL DO CARPO			
2007	RO - 01119	MASCULINO		COLUNA VERTEBRAL/DORES BRACO ESQUERDO			
2007	RO - 01218	MASCULINO		LER/DORT			
2007	RO - 01648	FEMININO		SÍNDROME DO TÚNEL DO CARPO			
2007	RO - 01790	FEMININO		DORES BRACO ESQUERDO/COLUNA			
2007	RO - 02008	MASCULINO		MIALGIA - DIASTASE DA ARTICULAÇÃO ACRÓMIO CLAVICULAR			
2007	RO - 01103	MASCULINO		PERDA AUDIÇÃO			
2007	RO - 02910	MASCULINO		LER/DORT			
2007	AINDA 02785	MASCULINO					RASTEL BATEU NAS COSTAS - APOSENT. INVALIDEZ
2007	RT - 02069	MASCULINO					AMPUTAÇÃO DE DEDOS
2007	RT - 02915	MASCULINO		LER/DORT			
2007	RT - 03020	MASCULINO		LER/DORT			
2007	RT - 01471	FEMININO		DEPRESSÃO POR ASSÉDIO SEXUAL			
2007	RT - 01761	MASCULINO		SÍNDROME DO TÚNEL DO CARPO			
2007	RO - 01907	MASCULINO					PERDA DE PARTE DO DEDO
2007	AIND - 01979	MASCULINO		LOMBOCIATALGIA			
2007	RT - 02042	FEMININO		LER/DORT - TENDINITE - ARTRITE - DEPRESSÃO			
2007	RT - 02079	FEMININO		DEPRESSÃO			
2007	RT - 02203	FEMININO		LER/DORT - DEPRESSÃO			
2007	RT - 00909	MASCULINO		COLUNA/NERVO CIÁTICO			

2007	AIND - 02343	FEMININO		LER/DORT			
2007	RT - 00595	FEMININO	LER/DORT				
2007	RT - 02328	FEMININO	LER/DORT				
2007	RO - 02917	MASCULINO	OSTEOTOMIA PÉS/LOMBOCIATALGIA	NOS			
2007	AIND - 01821	FEMININO		LER			
2007	RT - 01183	MASCULINO		LER/DORT			
2007	AIND - 01821	FEMININO		LER/DORT/COLUNA			
2007	RT - 01549	MASCULINO		LER/DORT			
2007	RT - 01473	MASCULINO			LER/DORT		
2007	RT - 01458	MASCULINO		HÉRNIA DE DISCO E ESCOLIOSE			
2007	RT - 01291	FEMININO		CERVICALGIA/SÍNDROME DO TÚNEL DO CARPO			
2007	RT - 01172	FEMININO		COLUNA			
2007	RT - 01125	FEMININO		PROBLEMAS NOS PÉS			
2007	RT - 01066	FEMININO		DEPRESSÃO			
2007	RT - 01054	FEMININO	COLUNA				
2007	RT - 01009	MASCULINO					FRATUROU E QUEBROU DEDOS
2007	RT - 00841	FEMININO	DEPRESSÃO				
2007	RT - 00590	FEMININO		DEPRESSÃO			
2007	RT - 00518	FEMININO	COLUNA				
2007	RT - 00264	MASCULINO		COLUNA			
2007	RT - 00225	FEMININO			LER/DORT		
2007	RT - 00214	FEMININO				DEPRESSÃO	
2007	RT - 03021	FEMININO	COLUNA				
2007	RT - 02894	FEMININO	LER/DORT				
2007	RT - 02851	FEMININO	LER/DORT				
2007	RT - 02787	FEMININO	DEPRESSÃO				
2007	RT - 02647	FEMININO	DEPRESSÃO				
2007	RT - 02593	FEMININO		TENDINOPATIA/SÍNDROME DO TÚNEL DO CARPO			
2007	RT - 02530	FEMININO		LER/DEPRESSÃO			
2007	RT - 02491	FEMININO		LER			
2007	AINDAT 02365	FEMININO		COLUNA			

2007	RT - 02258	FEMININO		PROBLEMA NOS RINS			
2007	RT - 02230	FEMININO	LER/DORT				
2007	RT - 02147	FEMININO			LER/DORT		
2007	RT - 02135	FEMININO		TENDINITE			
2007	RT - 02100	MASCULINO		COLUNA E RESPIRATORIOS			
2007	RT - 02006	MASCULINO	LER/DORT				
2007	RT - 01993	MASCULINO		PAIR - PERDA DE AUDIÇÃO INDUZIDA POR RUÍDOS			
2007	RT - 00008	FEMININO	LER/DORT				
2007	RT - 00007	FEMININO	LER/DORT				
2007	RT - 02921	FEMININO		TENDINITE			
2007	RT - 02848	MASCULINO	LER/DORT/COLUNA				
2007	RT - 02528	FEMININO	ESCOLIOSE CÉRVICO				
2007	RT - 02360	MASCULINO		COLUNA CERVICAL E OMBRO			
2007	RT - 01749	MASCULINO		LER/DORT			
2007	RT - 00957	FEMININO		COLUNA/DEPRESSÃO			

	MASCULINO	FEMININO	TOTAL	PERCENTUAIS
TOTAL DE PROCESSOS AJUIZADOS			280	100%
TOTAL PROCESSOS CONSULTADOS			271	96,78%
RELACIONADOS	32	43	75	27,67%

DOENÇAS DO TRABALHO

	MASCULINO	FEMININO	TOTAL	PERCENTUAIS
DOENÇAS PSÍQUICAS	1	12	13	17,33%
LER/DORT	24	31	55	73,33%

OUTRAS DOENÇAS NÃO CONSIDERADAS DO GRUPO DE DOENÇAS RELACIONADAS A LER/DORT

ARTRITE	0	1	1	1,33%
OSTEOTOMIA NOS PÉS	1	0	1	1,33%
PROBLEMAS NOS PÉS	0	1	1	1,33%
PERDA DE AUDIÇÃO	3	1	4	5,33%
PROBLEMAS NOS RINS	0	1	1	1,33%

ACIDENTES TÍPICOS

ACIDENTES TÍPICOS	4	0	4	5,33%
-------------------	---	---	---	-------

PESQUISA DE PROCESSOS AJUIZADOS - DOENÇAS DO TRABALHO E ACIDENTES TÍPICOS

MESTRANDA - MARIA APARECIDA DOS SANTOS

ANO	Nº PROCESSO	SEXO	RESCISÃO INDIRETA	INDENIZATÓRIA	DEMISSÃO JUSTA CAUSA/REVERSÃO	PEDIDO DEMISSÃO/REVERSÃO	ACIDENTES TÍPICOS
2008	RT - 00576	FEMININO		LER/DORT			
2008	RT - 00497	MASCULINO		LER			
2008	RT - 00838	MASCULINO	LER/DORT				
2008	RT - 00929	MASCULINO		LER/DORT			
2008	RT - 00578	FEMININO		CERVICALGIA/TENDINITE/LOMBALGIA			
2008	RT - 01513	MASCULINO					CIRURGIA DEDO/PINO METÁLICO
2008	RT - 00050	FEMININO		LER/DORT			
2008	AINDT - 03089	MASCULINO		REDUÇÃO ESPACO INTER-DISCAL E ESPONDILOLISE			
2008	RT - 03093	FEMININO		LER			
2008	AIND - 00460	MASCULINO		PERDA AUDIÇÃO			
2008	RT - 00684	MASCULINO	COLUNA				
2008	RO - 00849	MASCULINO	LER				
2008	RT - 02934	FEMININO	DEPRESSÃO				
2008	RO - 01411	FEMININO	LER				
2008	RT - 00308	FEMININO	LER				
2008	RT - 00345	FEMININO	LER				
2008	RT - 02695	FEMININO	LER/DORT				
2008	RT - 02228	FEMININO	LER/DORT				
2008	RT - 00304	MASCULINO	LER/DORT				
2008	RT - 00346	FEMININO	DEPRESSÃO/LER/DORT				
2008	RT - 02005	FEMININO	LER/DORT				
2008	RT - 02476	FEMININO	LER/DORT				
2008	RT - 02949	FEMININO	LER/DORT				
2008	RT - 01132	FEMININO	LER/DORT				
2008	RT - 02469	FEMININO	LER/DORT				
2008	RT - 02928	FEMININO	LER/DORT				
2008	RT - 00103	FEMININO	LER/DORT				
2008	RO - 02440	MASCULINO	LER/DORT				
2008	RT - 03302	FEMININO	LER/DORT				

2008	RT - 01656	FEMININO	LER/DORT				
2008	RT - 03592	MASCULINO	LER/DORT				
2008	RT - 03513	MASCULINO	LER/DORT				
2008	RO - 02915	FEMININO	LER/DORT				
2008	RO - 03158	FEMININO	LER/DORT				
2008	RT - 03509	MASCULINO	LER/DORT				
2008	RT - 01895	MASCULINO	LER/DORT				
2008	AIND - 03392	MASCULINO		COLUNA			
2008	RT - 03166	FEMININO	LER/DORT				
2008	RO - 02450	FEMININO	LER/DORT				
2008	RO - 02205	FEMININO	LER/DORT				
2008	RO - 02929	FEMININO	LER/DORT				
2008	RO - 00847	MASCULINO	LER/DORT				
2008	RO - 00844	FEMININO	LER/DORT				
2008	RO - 01442	MASCULINO	LER/DORT				
2008	RT - 00843	MASCULINO	LER/DORT				
2008	RT - 00765	FEMININO	LER/DORT				
2008	RT - 00671	FEMININO	LER/DORT				
2008	RO - 00729	MASCULINO	LER/DORT				
2008	RO - 00582	FEMININO	LER/DORT				
2008	RO - 00476	FEMININO	LER/DORT				
2008	RT - 00514	FEMININO	LER/DORT				
2008	RT - 00474	FEMININO	LER/DORT				
2008	RO - 01305	MASCULINO	LER/DORT				
2008	RT - 01443	FEMININO	LER/DORT				
2008	RO - 01518	FEMININO	LER/DORT				
2008	RO - 02450	FEMININO	LER/DORT				
2008	RO - 02205	FEMININO	LER/DORT				
2008	RO - 02929	FEMININO	LER/DORT				
2008	RT - 01361	FEMININO	LER/DORT				
2008	RT - 01408	MASCULINO	LER/DORT				
2008	RO - 01405	MASCULINO	LER/DORT				

2008	RO - 01401	MASCULINO	LER/DORT				
2008	RO - 01323	MASCULINO	LER/DORT				
2008	RT - 03364	FEMININO	LER/DORT				
2008	RO - 01194	FEMININO	LER/DORT				
2008	RT - 01181	FEMININO	TENDINITE				
2008	RT - 01051	FEMININO	TENDINITE				
2008	RT - 02337	FEMININO	TENDINITE				
2008	RT - 01049	FEMININO	LER/DORT				
2008	RT - 01048	MASCULINO	LER/DORT				
2008	RO - 01028	MASCULINO	LER/DORT				
2008	RO - 01897	FEMININO	LER/DORT				
2008	RO - 02577	FEMININO	LER/DORT				
2008	RO - 01012	FEMININO	LER/DORT				
2008	RT - 03458	FEMININO	LER/DORT				
2008	RT - 02013	MASCULINO	LER/DORT				
2008	RT - 02583	FEMININO	LER/DORT				
2008	RT - 03494	MASCULINO	LER/DORT				
2008	RT - 02431	FEMININO	LER/DORT/COLUNA/DEPRESSÃO				
2008	RT - 00568	FEMININO		DEPRESSÃO			
2008	RT - 01144	MASCULINO		ESCOLIOSE/LOMBOCIATALGIA/TENDINITE			
2008	RT - 00803	FEMININO		COLUNA			
2008	RT - 03148	MASCULINO		TENDINOPATIA			
2008	RT - 00238	FEMININO		COLUNA			
2008	RT - 00375	MASCULINO					CORTES GRAVES NOS DEDOS
2008	RO - 00349	FEMININO		LER/COLUNA			
2008	RT - 00230	MASCULINO		PERDA AUDIÇÃO			
2008	RT - 01796	FEMININO		DEPRESSÃO			
2008	RT - 01245	MASCULINO		LER/DORT			CORTOU DEDOS DA MÃO
2008	RT - 02617	FEMININO		PERNAS/COLUNA/DEPRESSÃO			
2008	RT - 02371	MASCULINO					AMPUTAÇÃO DE DEDOS DA MÃO
2008	RO - 01804	FEMININO		LOMBALGIA/TENDINITE/ESCOLIOSE			
2008	RO - 03172	FEMININO		LER/DORT			

2008	RT - 02958	FEMININO		TENDINITE/TENDINOSE			
2008	RT - 00008	FEMININO	LER/DORT				
2008	RT - 00007	FEMININO	LER/DORT				
2008	RT - 00958	MASCULINO		FRATURA ESCAFÓIDE CARPEANO			
2008	RT - 00870	FEMININO			DEPRESSÃO		
2008	RT - 00869	FEMININO			DEPRESSÃO		
2008	RT - 00846	FEMININO	LER/DORT				
2008	RT - 00839	MASCULINO	LER/DORT/COLUNA				
2008	RT - 00837	MASCULINO	LER/DORT				
2008	RT - 00836	FEMININO	LER/DORT				
2008	RT - 00816	FEMININO	LER/DORT/DEPRESSÃO				
2008	RT - 00767	MASCULINO		LER/DORT			
2008	RT - 00728	FEMININO				LER/DORT	
2008	RT - 00727	FEMININO	LER/DORT				
2008	RT - 00693	FEMININO		TENDINITE/LER/DORT			
2008	RT - 00672	FEMININO	LER/DORT				
2008	RT - 00581	FEMININO	LER/DORT				
2008	RT - 00569	MASCULINO	LER/DORT				
2008	RT - 00463	FEMININO		CERICOBRAQUIALGIA			
2008	RT - 00458	FEMININO	DESVIO DE COLUNA				
2008	RT - 00457	FEMININO	LOMBALGIA				
2008	RT - 00453	FEMININO	LER/DORT				
2008	RT - 00448	FEMININO			COLUNA		
2008	RT - 00376	FEMININO	LER/DORT				
2008	RT - 00374	FEMININO	LER/DORT/COLUNA				
2008	RT - 00361	MASCULINO					FRATURA EM PUNHO
2008	RT - 00357	MASCULINO		DEPRESSÃO/TRANSTORNO BIPOLAR DE HUMOR			
2008	RT - 00306	MASCULINO	LER/DORT				
2008	RT - 00255	MASCULINO	LER/DORT				
2008	RT - 00209	MASCULINO	LER/DORT				
2008	RT - 00190	MASCULINO	DEPRESSÃO				
2008	RT - 00168	MASCULINO	TENDINITE				

2008	RT - 00129	FEMININO	LER/DORT				
2008	RT - 00127	FEMININO	LER/DORT				
2008	RT - 00082	MASCULINO	LER/DORT				
2008	RT - 00021	FEMININO			LER/DORT		
2008	RT - 01935	FEMININO	LER/DORT				
2008	RT - 01913	MASCULINO	LER/DORT				
2008	RT - 01883	MASCULINO			DEPRESSÃO		
2008	RT - 01705	FEMININO		TENDINITE			
2008	RT - 01696	MASCULINO				LER/DORT	
2008	RT - 01689	MASCULINO	LER/DORT				
2008	RT - 01680	FEMININO	LER/DORT				
2008	RT - 01587	FEMININO	LER/DORT				
2008	RT - 01586	FEMININO	LER/DORT				
2008	RT - 01582	FEMININO	LER/DORT				
2008	RT - 783	FEMININO		DEPRESSÃO			
2008	RT - 00694	MASCULINO		TENDINOPATIA E CISTO EM PULSO			
2008	RT - 00534	FEMININO	DEPRESSÃO				
2008	RT - 01694	MASCULINO				LER/DORT	
2008	RT - 01651	MASCULINO					FRATURA DE DEDOS E TENDÃO
2008	RT - 01579	MASCULINO		PAIR - PERDA DE AUDIÇÃO INDUZIDA POR RUÍDOS			
2008	RT - 01578	FEMININO	LER/DORT				
2008	AINDAT - 01526	MASCULINO		LER/COLUNA			
2008	RT - 01479	FEMININO		TENDINOPATIA E ABAUAMENTO DISCAL			
2008	RT - 01240	MASCULINO	LER/DORT				
2008	RT - 01177	MASCULINO		LER/DORT			
2008	RT - 01045	FEMININO		COLUNA			
2008	RT - 01030	FEMININO		TENDINITE			
2008	RT - 02877	FEMININO	LER/DORT				
2008	RT - 02862	MASCULINO		DEPRESSÃO			
2008	RT - 02732	FEMININO	LER/DORT				
2008	RT - 02591	FEMININO	TENDINOPATIA				
2008	RT - 02429	FEMININO				LER/DORT	

2008	RT - 02417	MASCULINO	LER/DORT				
2008	RT - 02416	MASCULINO	LER/DORT				
2008	RT - 02360	FEMININO				LER/DORT	
2008	RT - 02343	FEMININO	LER/DORT				
2008	RT - 02335	FEMININO			LER/DORT		
2008	RT - 02058	MASCULINO				LER/DORT	
2008	RT - 02006	MASCULINO		LER/DORT			
2008	RT - 02003	FEMININO	LER/DORT				
2008	RT - 03670	FEMININO		TRANSTORNO DE ANSIEDADE GENERALIZADO			
2008	RT - 03512	FEMININO	LER/DORT				
2008	RT - 03485	FEMININO	LER/DORT				
2008	RT - 03474	FEMININO		LER/DORT E FIBROMIALGIA			
2008	RT - 03443	FEMININO				LER/DORT	
2008	AINDAT - 03198	FEMININO		LER			
2008	RT - 03111	FEMININO		DEPRESSÃO/PERDA AUDIÇÃO			
2008	RT - 03085	FEMININO	LER/DORT				
2008	RT - 03007	MASCULINO	LER/DORT				
2008	RT - 03007	MASCULINO	LER/DORT				
2008	RT - 02948	FEMININO	LER/DORT				
2008	RT - 02932	MASCULINO				LER/DORT	
2008	AINDAT - 02923	FEMININO		LER/DORT			
2008	RT - 01572	FEMININO	LER/DORT				
2008	RT - 01545	FEMININO	LER/DORT				
2008	RT - 01476	MASCULINO	LER/DORT				
2008	RT - 01467	FEMININO	LER/DORT				
2008	RT - 01466	FEMININO	LER/DORT				
2008	RT - 01410	FEMININO	LER/DORT				
2008	RT - 01374	FEMININO					BRACO FRATURADO
2008	RT - 01322	MASCULINO	LER/DORT				
2008	RT - 01303	MASCULINO		LER/DORT			
2008	RT - 01301	FEMININO	LER/DORT				
2008	RT - 01299	FEMININO	LER/DORT				

2008	RT - 01249	FEMININO	LER/DORT				
2008	RT - 01247	MASCULINO	LER/DORT				
2008	RT - 01241	FEMININO	CISTO NO PULSO/LER/DORT				
2008	RT - 01238	MASCULINO	LER/DORT				
2008	RT - 01195	FEMININO	LER/DORT				
2008	RT - 01182	MASCULINO	LER/DORT				
2008	RT - 01050	MASCULINO			LER/DORT		
2008	RT - 00977	MASCULINO		TENDINITE/LOMBALGIA			
2008	RT - 00974	MASCULINO	LER/DORT				
2008	RT - 00970	FEMININO		TENDINOPATIA/TANDINITE			
2008	RT - 00964	FEMININO	LER/DORT				
2008	RT - 02759	MASCULINO		LER/DORT			
2008	RT - 02708	FEMININO	LER/DORT				
2008	RT - 02706	MASCULINO		PAIR - PERDA DE AUDIÇÃO INDUZIDA POR RUÍDOS			
2008	RT - 02705	MASCULINO		LOMBOCIATALGIA/DISCOPATIA			
2008	RT - 02671	MASCULINO		PAIR - PERDA DE AUDIÇÃO INDUZIDA POR RUÍDOS			
2008	RT - 02637	FEMININO	COLUNA				
2008	RT - 02627	MASCULINO		HÉRNIA ABDOMINAL			
2008	RT - 02592	MASCULINO	LER/DORT				
2008	RT - 02588	FEMININO					LESÃO JOELHO - CIRURGIA
2008	RT - 02562	MASCULINO	LER/DORT				
2008	RT - 02537	MASCULINO	LER/DORT				
2008	RT - 02477	FEMININO	LER/DORT				
2008	RT - 02472	FEMININO	LER/DORT				
2008	RT - 02441	MASCULINO				LER/DORT	
2008	RT - 02435	FEMININO	LER/DORT				
2008	RT - 02430	FEMININO	LER/DORT				
2008	RT - 02362	FEMININO	LER/DORT				
2008	RT - 02344	FEMININO			LER/DORT		
2008	RT - 02326	MASCULINO	LER/DORT				
2008	RT - 02230	FEMININO	LER/DORT				
2008	RT - 02224	FEMININO	LER/DORT				

2008	RT - 02172	MASCULINO					CIRURGIA DE MINÍSCULO
2008	RT - 02074	FEMININO			LER/DORT		
2008	RT - 02073	FEMININO	LER/DORT				
2008	RT - 02069	FEMININO		COLUNA			
2008	RT - 02050	FEMININO				LER/DORT	
2008	RT - 02015	FEMININO				LER/DORT	
2008	RT - 02012	FEMININO	LER/DORT				
2008	RT - 02011	FEMININO	LER/DORT				
2008	RT - 02000	FEMININO	LER/DORT				
2008	RT - 01997	MASCULINO	TENDINOPATIA				
2008	RT - 01969	MASCULINO		ARTRITE REUMATÓIDE			
2008	RT - 03640	FEMININO	LER/DORT				
2008	RT - 03558	FEMININO		CERVICALGIA/TENDINITE			
2008	RT - 03555	FEMININO	DEPRESSÃO				
2008	RT - 03493	FEMININO			CISTO NO PUNHO		
2008	RT - 03489	MASCULINO	LER/DORT				
2008	RT - 03457	FEMININO	LER/DORT				
2008	AINDAT - 03447	FEMININO		TENDINOPATIA/TENDINOSE			
2008	RT - 03433	FEMININO	LER/DORT				
2008	RT - 03414	FEMININO	LER/DORT				
2008	RT - 03377	FEMININO				LER/DORT	
2008	RT - 03312	MASCULINO	LER/DORT				
2008	RT - 03293	FEMININO	LER/DORT				
2008	RT - 03289	FEMININO	LER/DORT				
2008	RT - 03274	MASCULINO		COLUNA			
2008	RT - 03200	MASCULINO		TENDINOPATIA/LER/DORT			
2008	RT - 03159	MASCULINO	LER/DORT				
2008	RT - 03123	FEMININO	LER/DORT				
2008	RT - 03041	FEMININO		SÍNDROME DO MANGUITO ROTADOR			
2008	RT - 02969	FEMININO	LER/DORT				
2008	RT - 02931	MASCULINO	LER/DORT				
2008	RT - 02900	FEMININO	LER/DORT				

2008	RT - 02852	FEMININO	LER/DORT				
2008	RT - 02826	FEMININO	LER/DORT				
2008	RT - 02790	FEMININO	LER/DORT				

	MASCULINO	FEMININO	TOTAL	PERCENTUAIS
TOTAL DE PROCESSOS AJUIZADOS			524	100%
TOTAL PROCESSOS CONSULTADOS			517	98,66%
RELACIONADOS	93	163	256	49,51%

DOENÇAS DO TRABALHO

	MASCULINO	FEMININO	TOTAL	PERCENTUAIS
DOENÇAS PSÍQUICAS	4	14	18	7,3%
LER/DORT	78	150	228	89,06%

OUTRAS DOENÇAS NÃO CONSIDERADAS DO GRUPO DE DOENÇAS RELACIONADAS A LER/DORT

ARTRITE REUMATÓIDE	1	0	1	0,39%
PERDA DE AUDIÇÃO	5	1	6	2,34%
FIBROMIALGIA	0	1	1	0,39%

ACIDENTES TÍPICOS

ACIDENTES TÍPICOS	7	2	9	3,51%
-------------------	---	---	---	-------

PESQUISA DE PROCESSOS AJUIZADOS - DOENÇAS DO TRABALHO E ACIDENTES TÍPICOS

MESTRANDA - MARIA APARECIDA DOS SANTOS

ANO	Nº PROCESSO	SEXO	RESCISÃO INDIRETA	INDENIZATÓRIA	DEMISSÃO JUSTA CAUSA/REVERSÃO	PEDIDO DEMISSÃO REVERSÃO	ACIDENTES TÍPICOS
2009	RT - 04095	FEMININO	COLUNA/TENDINOPATIA				
2009	RT - 01123	FEMININO	LER/DORT				
2009	RT - 01678	FEMININO	LER/DORT				
2009	RT - 00410	MASCULINO	LER/DORT				
2009	RT - 01403	FEMININO	LER/DORT				
2009	RT - 00439	FEMININO	TROMBOSE NA PERNA				
2009	RT - 00384	FEMININO	LER/DORT				
2009	RT - 00301	FEMININO	LER/DORT				
2009	RT - 01133	MASCULINO	TENDINOPATIA				
2009	AINDAT - 02391	FEMININO		TENDINOPATIA/SÍNDROME DO MANGUITO ROTADOR			
2009	RT - 00671	FEMININO				LER/DORT	
2009	RT - 00669	FEMININO	LER/DORT				
2009	RT - 00413	FEMININO	LER/DORT				
2009	RT - 00407	FEMININO			LER/DORT		
2009	RT - 00312	MASCULINO	LER/DORT				
2009	RT - 00309	FEMININO	LER/DORT				
2009	RT - 00306	FEMININO				LOMBALGIA/TENDINITE	
2009	AINDAT - 00303	MASCULINO		LER/DORT			
2009	RT - 00104	FEMININO	LER/DORT				
2009	RT - 00100	MASCULINO				LER/DORT	
2009	RT - 00098	MASCULINO			LER/DORT		
2009	RT - 00094	FEMININO	LER/DORT				
2009	RT - 00092	MASCULINO	LER/DORT				
2009	RT - 00085	FEMININO	LER/DORT				
2009	RT - 00081	FEMININO	LER/DORT				
2009	RT - 01672	FEMININO	LER/DORT				
2009	RT - 01670	MASCULINO				LER/DORT	
2009	RT - 01667	MASCULINO	LER/DORT				
2009	RT - 01663	MASCULINO	LER/DORT				

2009	RT - 01658	MASCULINO			LER/DORT		
2009	RT - 01655	FEMININO	LER/DORT				
2009	RT - 01431	MASCULINO				LER/DORT	
2009	RT - 01427	FEMININO	LER/DORT				
2009	RT - 01422	FEMININO	LER/DORT				
2009	RT - 01418	MASCULINO	TENDINOPATIA				
2009	RT - 01416	FEMININO	LER/DORT				
2009	RT - 01413	MASCULINO	TENDINOPATIA				
2009	RT - 01409	MASCULINO	TENDINOPATIA				
2009	RT - 01406	FEMININO	LER/DORT				
2009	RT - 01402	MASCULINO			LER/DORT		
2009	RT - 01197	MASCULINO				LER/DORT	
2009	RT - 01190	MASCULINO	TENDINOPATIA				
2009	RT - 01187	FEMININO				LER/DORT	
2009	RT - 01184	MASCULINO	TENDINOPATIA				
2009	RT - 01168	FEMININO	LER/DORT				
2009	RT - 01165	MASCULINO			LER/DORT		
2009	RT - 01136	MASCULINO	TENDINOPATIA				
2009	RT - 01134	FEMININO				LER/DORT	
2009	RT - 01130	FEMININO	LER/DORT				
2009	RT - 01125	FEMININO				LER/DORT	
2009	RT - 01122	FEMININO				LER/DORT	
2009	RT - 01121	FEMININO				LER/DORT	
2009	RT - 01118	FEMININO	LER/DORT				
2009	RT - 01053	MASCULINO		LER/COLUNA			
2009	RT - 01011	MASCULINO		COLUNA			
2009	AINDAT - 00942	MASCULINO					FRATURA E ESMAGAMENTO DE COXA
2009	RT - 00853	FEMININO			LER/DORT		
2009	RT - 00848	FEMININO	LER/DORT				
2009	RT - 00842	FEMININO	LER/DORT				
2009	RT - 00841	MASCULINO				LER/DORT	
2009	RT - 02516	FEMININO	LER/DORT				

2009	RT - 02349	FEMININO	LER/DORT				
2009	RT - 02224	MASCULINO			LER/DORT		
2009	RT - 02208	FEMININO	LER/DORT				
2009	RT - 02205	FEMININO			LER/DORT		
2009	RT - 02195	MASCULINO	LER/DORT				
2009	RT - 02188	FEMININO	LER/DORT				
2009	RT - 02187	MASCULINO					
2009	RT - 02105	FEMININO		DEPRESSÃO			
2009	RT - 02042	FEMININO		COLUNA			
2009	RT - 01858	MASCULINO				LER/DORT	
2009	RT - 01853	FEMININO	LER/DORT				
2009	RT - 01839	FEMININO	LER/DORT				
2009	RT - 01825	MASCULINO				LER/DORT	
2009	AINDAT	FEMININO					AMPUTAÇÃO DE DEDOS
2009	RT - 01710	FEMININO		DEPRESSÃO			
2009	RT - 01694	FEMININO			LER/DORT		
2009	RT - 01689	FEMININO	LER/DORT				
2009	RT - 01684	MASCULINO			LER/DORT		
2009	RT - 01681	FEMININO	LER/DORT				
2009	RT - 01675	FEMININO	LER/DORT				
2009	RT - 03713	FEMININO	LER/DORT				
2009	RT - 03688	MASCULINO	LER/DORT				
2009	RT - 03684	FEMININO			LER/DORT		
2009	RT - 03673	FEMININO	LER/DORT				
2009	RT - 03646	MASCULINO		COLUNA/PERDA AUDIÇÃO			
2009	RT - 03630	MASCULINO		COLUNA/DEPRESSÃO			
2009	RT - 03568	FEMININO	LER/DORT				
2009	RT - 03563	MASCULINO	LER/DORT				
2009	RT - 03557	FEMININO	LER/DORT				
2009	RT - 03389	MASCULINO	LER/DORT				
2009	RT - 03193	MASCULINO		LER/INFECÇÃO NOS DEDOS DOS PÉS			
2009	RT - 03161	FEMININO				LER/DORT	

2009	RT - 03154	FEMININO		TENDINITE			
2009	RT - 03059	FEMININO	LER/DORT				
2009	RT - 03046	FEMININO	LER/DORT				
2009	RT - 03034	MASCULINO				LER/DORT	
2009	RT - 03003	FEMININO	LER/DORT				
2009	RT - 02906	MASCULINO				LER/DORT	
2009	RT - 02665	FEMININO	LER/DORT				
2009	AINDAT - 02599	FEMININO		LER/DORT			
2009	RT - 04845	FEMININO	LER/DORT				
2009	RT - 04840	FEMININO	LER/DORT				
2009	RT - 04590	MASCULINO		LER/DORT			
2009	RT - 04520	FEMININO	DEPRESSÃO				
2009	RT - 04383	FEMININO				LER/DORT	
2009	RT - 04257	FEMININO	ESCOLIOSE LOMBAR				
2009	RT - 04017	MASCULINO	LER/DORT				
2009	RT - 03829	FEMININO			DEPRESSÃO		
2009	RT - 00848	FEMININO	LER/DORT				
2009	RT - 04843	MASCULINO		COLUNA LOMBAR			
2009	RT - 04763	MASCULINO		DEPRESSÃO			
2009	RT - 04721	FEMININO		LER/DORT			
2009	RT - 04699	FEMININO	LER/DORT				
2009	RT - 04684	FEMININO		LER/DORT			
2009	RT - 04464	MASCULINO		LER/DORT			
2009	RT - 04452	FEMININO		LER/DORT			
2009	RT - 04454	FEMININO		TRANSTORNOS NÃO ESPECIFICADOS DOS TECIDOS MOLES RELACIONADOS COM O USO EXCESSIVO E PRESSÃO			
2009	RT - 04438	FEMININO	LER/DORT				
2009	RT - 04430	FEMININO		LER/DORT			
2009	RT - 04426	MASCULINO				LER/DORT	
2009	AIND - 04406	FEMININO		TENOSSINOVITE/TENDINOPATIA/SÍNDROME DO MANGUITO ROTADOR			
2009	RT - 04403	FEMININO		LER/DORT			
2009	RT - 04393	MASCULINO	LER/DORT				
2009	RT - 04375	FEMININO		LER/DORT			

2009	RT - 04297	MASCULINO				LER/DORT	
2009	RT - 04238	FEMININO	DEPRESSÃO				
2009	RT - 04226	FEMININO				TENDINITE	
2009	RT - 04200	MASCULINO		COLUNA			
2009	RT - 04180	FEMININO	LER/DORT				
2009	AINDAT - 04141	MASCULINO		CERVICALGIA/TENOSSINOVITE/SÍNDROME CERVICOBRAQUIAL			
2009	RT - 04137	MASCULINO	LER/DORT				
2009	AINDAT - 04134	MASCULINO		TENDINOPATIA/SÍNDROME DO MANGUITO ROTADOR/TENOSSINOVITE			
2009	AINDAT - 04132	MASCULINO		ESPONDILOLITOSE/COLUNA			
2009	RT - 04112	FEMININO		LER/DORT			
2009	RT - 04101	MASCULINO		LER/DORT			
2009	RT - 04056	FEMININO		LER/DORT			
2009	RT - 04048	FEMININO		LER/DORT			
2009	AC - 04045	MASCULINO		DEPRESSÃO			
2009	RT - 04019	MASCULINO			COLUNA		
2009	RT - 04004	MASCULINO		LER/DORT			
2009	RT - 04000	FEMININO	LER/DORT				
2009	RT - 03984	FEMININO		TENDINOPATIA			
2009	RT - 03914	MASCULINO				LER/DORT	
2009	AINDAT - 03778	MASCULINO		LER/DORT			
2009	RT - 03776	FEMININO		LER/DORT			
2009	RT - 03716	MASCULINO	LER/DORT				
2009	RT - 03703	FEMININO	LER/DORT				
2009	AINDAT - 03691	FEMININO		LER/DORT			
2009	RT - 03624	FEMININO			LER/DORT		
2009	AINDAT - 03611	FEMININO		LER/DORT.COLUNA			
2009	RT - 03602	FEMININO			TENDINOPATIA		
2009	RT - 03599	MASCULINO		COLUNA			
2009	RT - 03587	FEMININO	TENDINOPATIA				
2009	RT - 03580	FEMININO	TENDINOPATIA				
2009	RT - 03529	MASCULINO				LER/DORT	
2009	AINDAT - 03479	FEMININO		LER/DORT			

2009	RT - 03465	FEMININO		DEPRESSÃO			
2009	RT - 03462	FEMININO	TENDINOPATIA				
2009	RT - 03447	MASCULINO		CISTO NO OMBRO/COLUNA			
2009	RT - 03430	FEMININO		DEPRESSÃO			
2009	AINDAT - 03413	FEMININO		LER/DORT			
2009	RT - 03378	FEMININO	LER/DORT				
2009	RT - 03374	FEMININO	LER/DORT				
2009	RT - 03356	MASCULINO		DOENÇA DERMATOLÓGICA			
2009	RT - 03253	MASCULINO		PAIRO - PERDA AUDIÇÃO INDUZIDA POR RUIDOS OCUPACIONAL			
2009	RT - 03251	FEMININO		LER/DORT			
2009	RT - 03162	MASCULINO				LER/DORT	
2009	RT - 0322	FEMININO		LER/DORT			
2009	RT - 03099	FEMININO		CERVICOBRAQUIALGIA/LOMBALGIA			
2009	RT - 03054	FEMININO	LER/DORT				
2009	RT - 03009	FEMININO				TENDINITE	
2009	RT - 02955	MASCULINO	LER/DORT				
2009	RT - 02915	FEMININO	LER/DORT				
2009	RT - 02905	FEMININO	LER/DORT				
2009	RT - 02893	MASCULINO			LER/DORT		
2009	RT - 02891	MASCULINO		LER/DORT			
2009	RT - 0288	FEMININO		LER/DORT			
2009	RT - 02880	FEMININO		COLUNA/TENDINOPATIA			
2009	RT - 02803	FEMININO		LER/DORT/TENDINOPATIA			
2009	RT - 02801	MASCULINO	LER/DORT				
2009	RT - 02799	FEMININO	LER/DORT				
2009	RT - 02796	MASCULINO				LER/DORT	
2009	RT - 02775	MASCULINO		SÍNDROME DO MANGUITO ROTADOR/LER/COLUNA			
2009	RT - 02772	FEMININO		SÍNDROME DO TÚNEL DO CARPO/TENDINITE			
2009	RT - 02740	FEMININO		DEPRESSÃO			
2009	RT - 02688	MASCULINO		EPISÓDIO MANÍACO/TRANSTORNO AFETIVO BIPOLAR/DEPRESSÃO			
2009	RT - 02649	FEMININO		DEPRESSÃO			
2009	RT - 02627	FEMININO	DEPRESSÃO				

2009	RT - 02611	FEMININO				TENDINITE	
2009	AINDAT - 02595	MASCULINO		FIBROMATOSE COLUNA			
2009	RT - 02580	FEMININO	LER/DORT				
2009	RT - 02576	MASCULINO	LER/DORT				
2009	RT - 02568	FEMININO		LER/DORT			
2009	RT - 02542	MASCULINO		PERDA AUDIÇÃO			
2009	RT - 02522	MASCULINO					AMPUTAÇÃO DE PONTA DEDO
2009	RT - 02514	FEMININO	LER/DORT				
2009	RT - 02481	MASCULINO	LER/DORT				
2009	RT - 02475	MASCULINO				LER/DORT	
2009	RT - 02469	MASCULINO		LER/DORT			
2009	RT - 02431	FEMININO	LER/DORT/DEPRESSÃO				
2009	RT - 02425	FEMININO		SÍNDROME DO TÚNEL DO CARPO			
2009	AINDAT - 02421	MASCULINO		LER/DORT			
2009	AINDAT - 02419	MASCULINO		LER/DORT			
2009	RT - 02394	FEMININO	LER/DORT				
2009	RT - 02379	FEMININO	LER/DORT				
2009	RT - 02375	FEMININO	LER/DORT				
2009	RT - 02373	MASCULINO			LER/DORT		
2009	RT - 02368	FEMININO					CORTOU A MÃO
2009	RT - 02359	MASCULINO		LOMBALGIA/CERVICALGIA			
2009	AINDAT - 02352	FEMININO		LER/DORT			
2009	RT - 02348	FEMININO					QUEIMADURAS
2009	RT - 02346	FEMININO	LER/DORT				
2009	RT - 02214	FEMININO	LER/DORT				
2009	RT - 02209	FEMININO	LER/DORT				
2009	RT - 02207	FEMININO		TENDINOPATIA/COLUNA			
2009	RT - 02202	MASCULINO		TENDINOPATIA/BURSITE			
2009	RT - 02198	FEMININO		TENDINOPATIA/BURSITE/NEUROPATIA			
2009	RT - 02192	MASCULINO				LER/DORT	
2009	RT - 02189	FEMININO		CERVICOBRAQUIALGIA/NEUROPATIA			
2009	RT - 02183	FEMININO	LER/DORT				

2009	RT - 02087	FEMININO		DEPRESSÃO			
2009	RT - 01995	FEMININO		TENDINITE/DEPRESSÃO			
2009	RT - 01876	MASCULINO					
2009	RT - 01863	FEMININO	LER/DORT				
2009	RT - 01861	FEMININO		COLUNA LOMBAR			
2009	RT - 01859	FEMININO	LER/DORT				
2009	RT - 01851	FEMININO		TENDINOPATIA/COLUNA			
2009	RT - 01844	FEMININO	LER/DORT				
2009	RT - 01841	FEMININO			LER/DORT		
2009	RT - 01837	FEMININO	LER/DORT				
2009	RT - 01826	FEMININO			LER/DORT		
2009	RT - 01824	MASCULINO		COLUNA LOMBAR			
2009	AINDAT - 01804	FEMININO		TENDINOPATIA			
2009	RT - 01802	FEMININO	LER/DORT				
2009	RT - 01796	MASCULINO	DEPRESSÃO				
2009	RT - 01696	FEMININO				LER/DORT	
2009	RT - 01695	FEMININO	LER/DORT				
2009	RT - 01668	FEMININO				LER/DORT	
2009	RT - 01662	FEMININO	LER/DORT				
2009	RT - 01657	MASCULINO				LER/DORT	
2009	RT - 01653	FEMININO				LER/DORT	
2009	RT - 01523	FEMININO	ARTRITE REUMATÓIDE				
2009	AINDAT - 01442	FEMININO		ESPONDILOLITOSE/TENDINOPATIA/ESCOLIOSE			
2009	RT - 01435	FEMININO		LER/DORT/COLUNA			
2009	RT - 01426	FEMININO			LER/DORT		
2009	RT - 01425	MASCULINO	TENDINOPATIA				
2009	RT - 01420	FEMININO	LER/DORT				
2009	RT - 01419	MASCULINO	TENDINOPATIA				
2009	RT - 01417	FEMININO				LER/DORT	
2009	RT - 01415	FEMININO	LER/DORT				
2009	RT - 01412	MASCULINO				LER/DORT	
2009	RT - 01410	FEMININO	LER/DORT				

2009	RT - 01408	FEMININO	LER/DORT				
2009	RT - 01371	FEMININO		DEPRESSÃO			
2009	RT - 01364	MASCULINO		LER			
2009	RT - 01351	FEMININO		LER/DORT			
2009	AINDAT - 01333	MASCULINO		TENDINOPATIA/COLUNA			
2009	RT - 01331	FEMININO	LER/DORT				
2009	RT - 01248	MASCULINO		COLUNA			
2009	RT - 01193	MASCULINO	TENDINOPATIA				
2009	RT - 01189	FEMININO				LER/DORT	
2009	RT - 01186	FEMININO	LER/DORT				
2009	RT - 01175	FEMININO		LER/DORT			
2009	RT - 01171	FEMININO	LER/DORT				
2009	RT - 01169	FEMININO	LER/DORT				
2009	RT - 01167	MASCULINO		LER/DORT			
2009	RT - 01166	FEMININO		LER/DORT/COLUNA			
2009	RT - 01164	FEMININO	LER/DORT				
2009	RT - 01162	FEMININO	LER/DORT				
2009	RT - 01153	FEMININO	LER/DORT				
2009	RT - 01140	MASCULINO	TENDINOPATIA				
2009	RT - 01137	FEMININO				LER/DORT	
2009	RT - 01135	FEMININO				LER/DORT	
2009	RT - 01124	FEMININO	LER/DORT				
2009	RT - 01090	MASCULINO		LER/DORT/COLUNA/DEPRESSÃO			
2009	RT - 01068	MASCULINO		TENDINOPATIA			
2009	RT - 01067	FEMININO					PICADA DE ARANHA (NECROSE)
2009	RT - 01020	FEMININO		LER/DORT/DEPRESSÃO			
2009	RT - 01003	MASCULINO					FRATURA NA MÃO
2009	RT - 00937	FEMININO		COLUNA			
2009	RT - 00872	FEMININO		LER/COLUNA/DEPRESSÃO			
2009	RT00865	FEMININO	LER/DORT				
2009	RT - 00864	FEMININO		LER/DORT			
2009	RT - 00859	MASCULINO		LER/DORT			

2009	RT - 00857	MASCULINO	LER/DORT				
2009	RT - 00855	FEMININO	LER/DORT				
2009	RT - 00854	FEMININO				LER/DORT	
2009	RT - 00850	FEMININO	LER/DORT				
2009	RT - 00849	MASCULINO	TENDINOPATIA				
2009	RT - 00843	MASCULINO		LER/DORT			
2009	RT - 00839	FEMININO		LER/DORT			
2009	RT - 00801	FEMININO		COLUNA			
2009	RT - 00777	FEMININO		LER/DORT.COLUNA			
2009	RT - 00746	MASCULINO	LER/DORT				
2009	RT - 00744	FEMININO	LER/DORT				
2009	RT - 00690	FEMININO		COLUNA			
2009	RT - 00678	FEMININO	COLUNA				
2009	RT - 00664	FEMININO	LER/DORT				
2009	RT - 00541	MASCULINO	TENDINOPATIA				
2009	RT - 00414	FEMININO		LER/DORT			
2009	RT - 00412	FEMININO	LER/DORT				
2009	RT - 00393	FEMININO	LER/DORT				
2009	RT - 00391	MASCULINO	LER/DORT				
2009	RT - 00387	MASCULINO	LER/DORT				
2009	RT - 00385	FEMININO	LER/DORT				
2009	RT - 00310	FEMININO			LER/DORT		
2009	AINDAT - 00307	MASCULINO		LER/DORT			
2009	RT - 00263	FEMININO		TENDINITE/TENDINOSE			
2009	RT - 00250	FEMININO	COLUNA/DEPRESSÃO				
2009	RT - 00219	MASCULINO	DEPRESSÃO				
2009	RT - 00173	FEMININO		COLUNA			
2009	RT - 00103	FEMININO	LER/DORT				
2009	RT - 00099	FEMININO	LER/DORT				
2009	RT - 00097	FEMININO	LER/DORT				
2009	RT - 00093	FEMININO	LER/DORT				
2009	RT - 00084	FEMININO	LER/DORT				

2009	RT - 00080	FEMININO	LER/DORT			
2009	RT - 00041	FEMININO	LER/DORT			

	MASCULINO	FEMININO	TOTAL	PERCENTUAIS
TOTAL DE PROCESSOS AJUIZADOS			1030	100%
TOTAL PROCESSOS CONSULTADOS			977	94,85
RELACIONADOS	111	208	319	32,65%

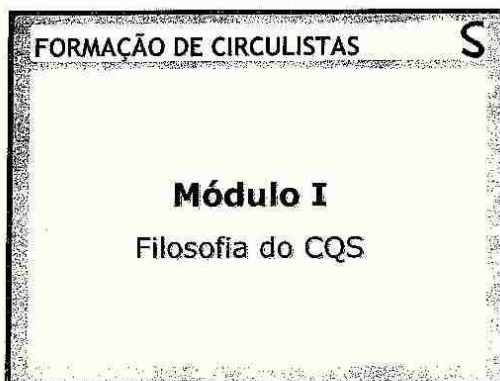
DOENÇAS DO TRABALHO				
	MASCULINO	FEMININO	TOTAL	
DOENÇAS PSÍQUICAS	7	17	24	7,52%
LER/DORT	99	192	291	91,22%

OUTRAS DOENÇAS NÃO CONSIDERADAS DO GRUPO DE DOENÇAS RELACIONADAS A LER/DORT				
ARTRITE REUMATÓIDE	1	0	1	0,31%
PERDA DE AUDIÇÃO	3	0	3	0,94
FIBROMATOSE	1	0	1	0,31%
DOENÇA DERMATOLÓGICA	1	0	1	0,31%
TROMBOSE NA PERNA	0	1	1	0,31%
NEUROPATIA	0	1	1	0,31%
INFECÇÃO NOS DEDOS DOS PÉS	1	0	1	0,31%

ACIDENTES TÍPICOS				
ACIDENTES TÍPICOS	3	4	7	2,19%

ANEXOS

Anexo A: Integração – Círculos de qualidade Sadia

394


S

SIGNIFICADO

C

- O **CÍRCULO** representa a idéia de trabalho em equipe. O respeito à opinião do outro é fundamental.

C

- O **CONTROLE** significa manter a atenção e o foco no processo, atuar para melhorar e alcançar os resultados desejados.

Q

- A **QUALIDADE** é conseguir a satisfação de todas as partes envolvidas no sistema: clientes, acionistas, empregados, consumidores, fornecedores, comunidade etc. Melhores produtos, melhores serviços, melhor qualidade de vida para todos.

CÍRCULOS DE CONTROLE DA QUALIDADE

S

SIGNIFICADO

C

“ São pequenos grupos de 5 à 10 componentes, voluntários, que atuam no mesmo setor de trabalho ou setores afins e que se reúnem regularmente com a finalidade de aprender, discutir e praticar o Método de Análise e Solução de problemas - PDCA”.

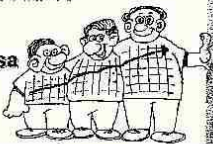
SQ

S

CÍRCULOS DE QUALIDADE SADIA

OBJETIVOS DO CQS S

- Promover o crecimento humano de todos os envolvidos
- Promover a melhoria continua do ambiente, processos e produtos
- Contribuir para o fortalecimento da empresa e da sociedade




FUNDAMENTOS DO CQS S

- Auto-desenvolvimento
- Desenvolvimento mútuo
- Autonomia e voluntariedade
- Atividades de grupo
- Participação de todos
- Aplicação dos métodos e ferramentas de gestão
- Atividades baseadas no ambiente de trabalho
- Atividade permanente
- Criatividade
- Consciência do problema e melhoria contínua



INÍCIO NO JAPÃO S

- ⇒ INICIOU EM 1962
- ⇒ TEVE COMO BASE O TQC (TQS)
- ⇒ NEM TODAS AS EMPRESAS PRATICAM
- ⇒ NÍVEIS DE ADEÇÃO DE 75% A 82%

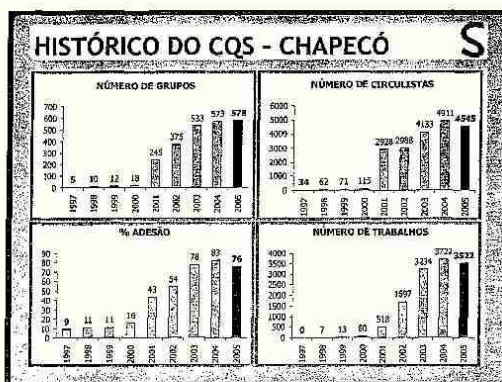
INÍCIO DO CQS S

BRASIL 1971



SADIA 1996





FORMAÇÃO DE CIRCULISTAS	S
<h2>Módulo II</h2> <h3>Formação dos Grupos</h3>	

FICHA DE INSCRIÇÃO		S			
Registro dos grupos de CQS					
<table border="1"> <tr> <td style="font-size: small;"> FORMAÇÃO IDENTIFICAÇÃO: DATA DE INSCRIÇÃO: NOME DO RESPONSÁVEL: ENDEREÇO: CEP: </td> <td style="font-size: small;"> LOCAL NOME: ENDEREÇO: CEP: </td> <td style="font-size: small;"> ALTERAÇÕES DATA: NOME: ENDEREÇO: CEP: </td> </tr> </table>	FORMAÇÃO IDENTIFICAÇÃO: DATA DE INSCRIÇÃO: NOME DO RESPONSÁVEL: ENDEREÇO: CEP:	LOCAL NOME: ENDEREÇO: CEP:	ALTERAÇÕES DATA: NOME: ENDEREÇO: CEP:		
FORMAÇÃO IDENTIFICAÇÃO: DATA DE INSCRIÇÃO: NOME DO RESPONSÁVEL: ENDEREÇO: CEP:	LOCAL NOME: ENDEREÇO: CEP:	ALTERAÇÕES DATA: NOME: ENDEREÇO: CEP:			
BRINCULE <small>INSCRIÇÃO</small>	FOTO <small>INSCRIÇÃO</small>				

FUNÇÃO DOS INTEGRANTES

S

DIVULGAM O CQS ENTRE OS COLEGAS

PARTICIPAM DAS REUNIÕES

LEVANTAM ASSUNTOS (PROBLEMAS)



ELEGEM UM LÍDER E UM SECRETÁRIO

CONTRIBUEM COM IDEIAS E SUGESTÕES

CONTRIBUEM NA SOLUÇÃO E IMPLANTAÇÃO DOS TRABALHOS

FUNÇÃO DO SECRETÁRIO

S




- * CONVIDA OS INTEGRANTES PARA A REUNIÃO
- * REGISTRA OS TRABALHOS DOS GRUPOS E AS ATAS DAS REUNIÕES
- * SUBSTITUI O LÍDER QUANDO HOVER NECESSIDADE

FUNÇÃO DO LÍDER


S

- PROMOVE A INTEGRAÇÃO DE TODOS
- PROVIDENCIA PARA QUE AS REUNIÕES ATINJAM OS OBJETIVOS
- ENCAMINHA PARA O SUPERVISOR AS SUGESTÕES DO GRUPO
- REPRESENTA O GRUPO, QUANDO NECESSÁRIO

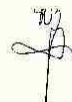


REUNIÕES

S

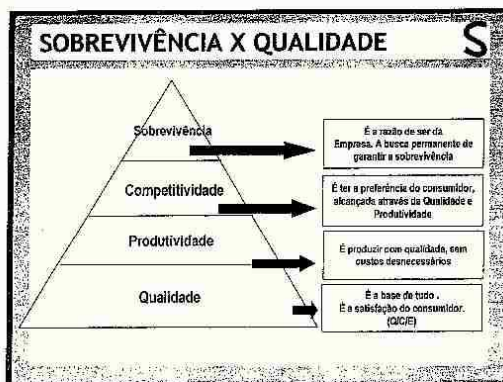


- PROGRAMAR A REUNIÃO
(objetivos, data, comunicação...)
- REALIZAR UMA REUNIÃO QUE ATINJA OS OBJETIVOS
(Participação de todos, não fugir do assunto ...)
- DEFINIR BEM CLARO QUEM FAZ O QUE
(O que fazer, Quem, Quando)

702


FORMAÇÃO DE CIRCULISTAS **S**

Módulo III
 Conceituação de
 Projeto/Trabalho



S

IDENTIFICANDO PROBLEMA

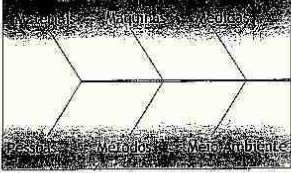
- ◆ Algo que afeta a satisfação do funcionário
- ◆ Algo que dificulta o trabalho da equipe
- ◆ Algo que gera insatisfação dos clientes internos ou externos



S

Conceito de Meios e Fins

(1954 - Abraham Maslow)

<p>MEIOS (causas)</p> <p>Objetivos, Recursos, Pessoas, Estrutura, Métodos, Ambiente</p>	<p>(metas)</p> <p>FINS (problemas)</p>
	<p>EFETOS</p> <p>Produto ou Serviço</p>

Conceito de Processo
 Conceito de "Administração Holística"

IDENTIFICANDO PROBLEMA **S**

A ÁGUA ESTÁ COM GOSTO ESQUISITO



ALGO QUE AFETA A SATISFAÇÃO DO FUNCIONÁRIO



ALGO QUE DIFICULTA O TRABALHO DA EQUIPE

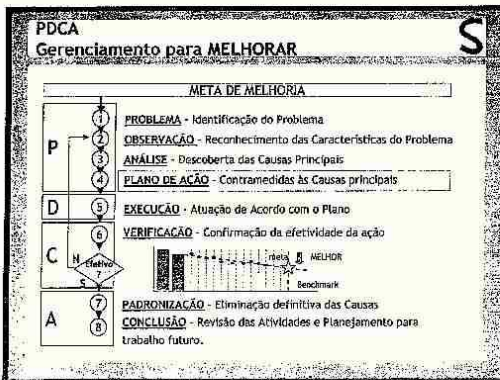
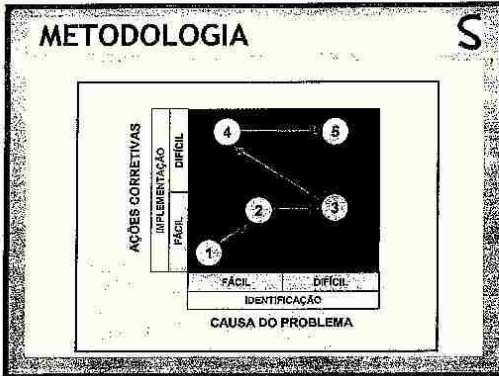
PROJETO **S**

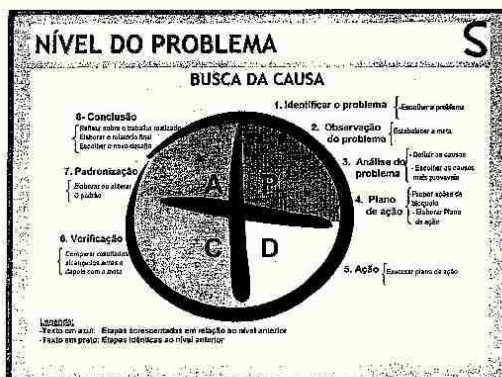
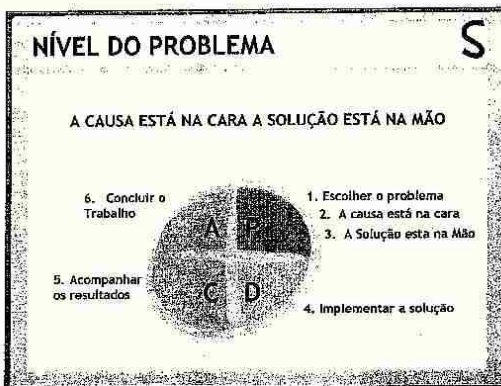
garantia de um projeto bem-sucedido

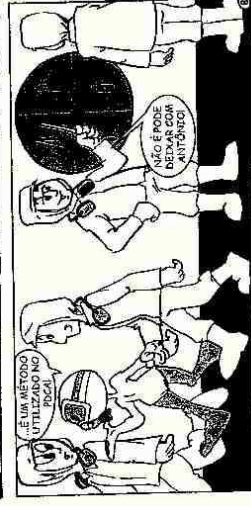
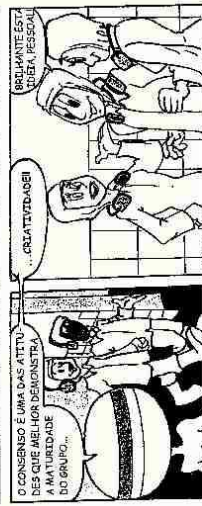
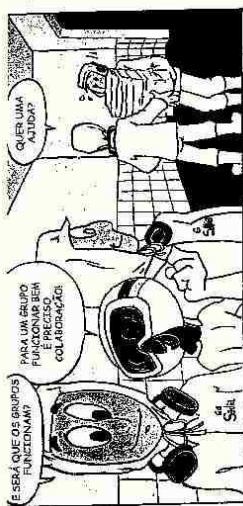
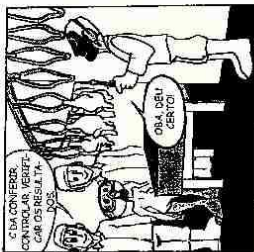
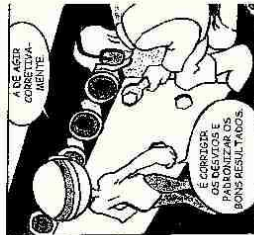
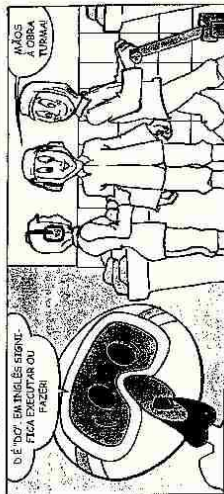
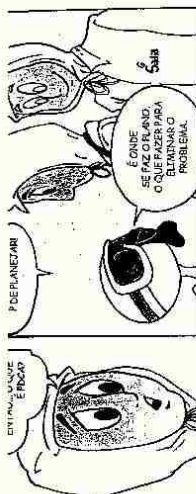
Projetos que não contam com a preocupação do grupo e da empresa, sofrem geralmente com o descaso e acabam sendo preteridos por outras prioridades.

Selecione um PROJETO que:

- Tenha impacto direto sobre os clientes internos e externos
- Não esteja sofrendo no momento importantes transições, ou sendo estudado por meio de outros métodos
- Seja relativamente simples, com pontos inicial e final claramente definidos. Caso escolha processos complexos, subdivida-o em componentes menores.

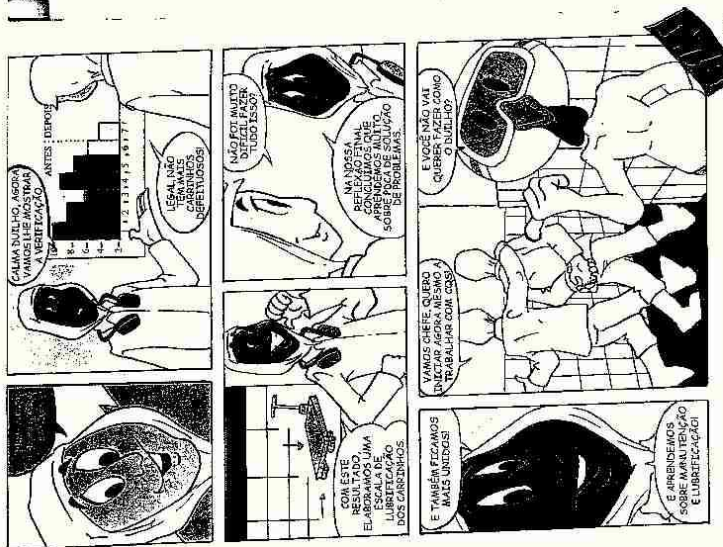


40
X



TESTE SEUS CONHECIMENTOS

- 1-Quantas pessoas podem formar um grupo CQS?
- 2-Qual o método usado para solucionar os problemas?
- 3-Quem pode participar de um grupo de CQS?
- 4-Quais os 8 passos do método de solução de problemas?
- 5-Quais os objetivos do CQS?
- 6-Como as pessoas podem desenvolver-se com o CQS?



- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6
- 7
- 8

5-Quais os objetivos do CQS?

6-Como as pessoas podem desenvolver-se com o CQS?